

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

SAMIR PÉREZ MORTADA

TEMPOS DA POLÍTICA:
MEMÓRIAS DE MILITANTES ESTUDANTIS DO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

São Paulo
2008

SAMIR PÉREZ MORTADA

TEMPOS DA POLÍTICA:
MEMÓRIAS DE MILITANTES ESTUDANTIS DO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientadora: Profa. Titular Ecléa Bosi

São Paulo
2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Mortada, Samir Pérez.

Tempos da política: memórias de militantes estudantis do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo / Samir Pérez Mortada; orientadora Ecléa Bosi. -- São Paulo, 2007.

375 p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Movimento estudantil 2. Universidades 3. Ensino Superior 4. Memória Social 5. Instituto de Psicologia da USP I. Título.

LB2321

Samir Pérez Mortada

Tempos da política: memórias de militantes estudantis do curso de psicologia da
Universidade de São Paulo

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia
da Universidade de São Paulo como parte
dos requisitos para obtenção do título de
Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho a meu tio, Manuel Pérez García, falecido em janeiro de 2006, ourives de profissão. Torço que o cuidado do artífice da família, próprio do ofício, tenha me inspirado de alguma forma.

Dedico também aos militantes estudantis, destes e de outros tempos, que deram a vida por seus ideais, na morte (por mão externa ou própria) ou por outras vias, como a loucura e a reclusão.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Lygia, pelo amor, pela parceria de trabalho e de vida.

Aos meus pais, Encarnación Pérez Mortada e Samir Mortada, pelo apoio incondicional que sempre me deram.

À minha irmã, Patrícia, e à minha tia, Alzira, pela amizade bem além do parentesco.

Aos meus tios, Nelson e Tânia, e aos meus primos Alessandra, Ricardo e Carol, que torcem por mim desde outros natais...

À minha família de Salvador: Nanan, Rex, Lana e Felipe Birugs. Agora vai dar para comer no Empada Brasil mais vezes durante os domingos.

À minha filha, Iara, cuja chegada dá novo sentido a tudo que faço.

Aos amigos de São Paulo: Alessandra Bonadio, Alexandra e Dirk, Cybelle, Duda e Denise, João Rodrigo, Mário e Ângela, Rafael e Maricy, Siglia. Presenças de longa data e constantes, apesar dos 2 mil quilômetros de BR entre Salvador e São Paulo.

Aos amigos de Salvador: Beto e Luty, Luana, Mariana, Thiago e Thaís. Presenças cotidianas e essenciais em anos densos da minha vida.

Aos amigos de outros estados: Cássia e Marquinho. Presenças desde os ENEPs e EREPs durante o movimento estudantil, hoje companheiros de docência e estudos em psicologia social.

À minha orientadora, Ecléa Bosi, que me acompanhou com paciência, amizade, sabedoria e disposição.

Às amigas Cecília e Nalva, secretárias do PST, pela paciência durante os anos em que as perturbei pedindo informações as mais variadas sobre prazos, documentos etc.

Aos militantes que entrevistei: Mariinha, Lúcia, Elias, Luís Carlos, Yara, Marcus, Armando, Mário, Luizão e Simone. Vocês são o centro deste trabalho.

Aos militantes estudantis do presente. Em especial do IPUSP, do movimento de área em psicologia e da USP. Vocês são o sentido deste trabalho.

... Ia eu a subir a minha rua, sossegada rua onde acontecem de vez em quando umas discussões, umas zangatas de gente triste, e era já perto da meia noite, quando vejo a pouca distância, especado no meio do passeio, um homem que gesticulava e falava alto. Fazia gestos largos, violentos, como se estivesse a transmitir para muito longe uma mensagem cujo sentido ninguém decifraria. Como qualquer pessoa que do álcool faça apenas consumo normal ou abaixo da média, tenho um certo receio instintivo dos bêbados. Para mim, saíram da humanidade do mundo, e criaram por lá umas leis que não conheço. A irresponsabilidade de um bêbado tolhe-me a palavra. Singularmente, é também o que me acontece com as crianças: nunca soube como havia de falar-lhes.

Volto ao assunto. Hesitei, mas obriguei-me a continuar o caminho, desse por onde desse. E fiz bem, pois ali me aconteceu tal extraordinária coisa, que teria perdido se tivesse atravessado para o outro lado da rua, como cheguei a pensar. Ao passar ao lado do homem, que continuava a fazer gestos e a falar violentamente, vejo-o estender o braço para mim, de rompante. Não cheguei a assustar-me. Tinha na frente a mão aberta, estendida com um ar de fraternidade imperiosa a que não me era consentido fugir. Dei-lhe a minha mão e ficamos, de olhos nos olhos, em silêncio, qual o bêbado, qual o lúcido. E tenho de declarar que raras vezes na vida apertei mão tão firme e tão quente, tão densa e tão franca. A aspereza da pele vibrava na minha como uma comunicação viva. Quanto tempo durou isso? Nem um segundo, mas estas coisas não se medem pelo tempo.

A história que eu decidira contar durou muito mais tempo. Foram doze dias e doze noites nuns montes da Galiza, com frio, e chuva, e gelo, e lama, e pedras como navalhas, e mato como unhas, e breves intervalos de descanso, e mais combates e investidas, e uivos, e mugidos. É a história de uma vaca que se perdeu nos campos com a sua cria de leite, e se viu rodeada por lobos durante doze dias e doze noites, e foi obrigada a defender-se e a defender o filho. Poderemos imaginar essa longuíssima batalha, esta agonia de viver no limiar da morte, de ter de lutar por si mesma e por um animalzinho débil que não sabe ainda valer-se? Um círculo de dentes, de goelas abertas, as arremetidas bruscas, as cornadas que não podem falbar. E também aqueles momentos em que o vitelo procurava as tetas da mãe, e sugava lentamente, enquanto os lobos se aproximavam, de espinhaço raso e orelhas aguçadas.

Não imaginemos mais, que não podemos. Digamos agora que ao fim dos doze dias a vaca foi encontrada e salva, mais o vitelo, e levados em glória para a aldeia, como heróis atrasados daquelas antigas histórias que se diziam às crianças para que aprendessem lições de coragem e de sacrifício. Mas este conto é de tal maneira exemplar, que não acaba aqui: vai continuar por mais dois dias, ao fim dos quais, porque se tornara brava, porque aprendera a defender-se, porque ninguém podia já dominá-la ou sequer aproximar-se dela, a vaca foi morta. Mataram-na, não os lobos que em doze dias vencera, mas os mesmos homens que a haviam salvo, talvez o próprio dono, incapaz de perceber que, tendo aprendido a lutar, aquele conformado e pacífico animal não poderia parar nunca mais.

Queria eu contar esta história, simplesmente, sem extrair dela qualquer moral, tanto mais que não estou aqui para dar lições. Mas veio meter-se de permeio a história do bêbado a quem apertei a mão, e agora não sei porque no meu espírito se aproximaram as duas histórias, quando todos nós (eu e os leitores) claramente estamos a ver que nada têm uma com a outra. Decido deixar aqui estes dois casos, sem comentários. Fiquemos a pensar neles como quem, devagar, mexe em dois objetos de uso desconhecido, à espera de uma chave que os abra ou de encontrar o laço que lhes é comum.

(José Saramago, *Apólogo da vaca lutadora*)

RESUMO

MORTADA, Samir Pérez. *Tempos da política: memórias de militantes estudantis do curso de psicologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 2008. 375 f. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Esta pesquisa apresenta memórias de militantes estudantis do curso de psicologia da Universidade de São Paulo. Inspirada metodologicamente no livro *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, de Ecléa Bosi, procura estabelecer interlocuções temporais acerca da experiência política durante a graduação, a partir de lembranças de diferentes épocas e contextos de engajamento.

Foram realizadas dez entrevistas de memória (abertas e com roteiro). O centro do trabalho é composto por quatro delas, realizadas com militantes mais velhos, atuantes nas décadas de 1960 e 1970. A partir dessas lembranças, procurou-se estabelecer campos de sentido, temas de estudo a partir dos quais fosse possível interlocução entre presente e passado. São eles: a condição estudantil, a universidade, a política estudantil, os contrastes sociais vividos pelos estudantes, a graduação em psicologia, o sofrimento do militante, os destinos políticos de militantes jovens e velhos. Durante as interpretações, comparecem trechos das demais entrevistas (também abertas e com roteiro), realizadas com seis militantes mais novos, atuantes nas décadas de 1980 e 1990.

Tendo em vista a trajetória do pesquisador, este estudo pretende-se uma tentativa, ainda que temporã, de militância estudantil; pretende contribuir para a retomada do passado em seu significado político e transformador, em especial naquilo que toca os militantes estudantis do presente.

ABSTRACT

MORTADA, Samir Pérez. *Political Times: Memories of Student Activists from the University of São Paulo's Psychology School*. São Paulo, 2008. 375 p. Thesis (PhD). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

This research presents the memories of student activists from the University of São Paulo's Psychology School. Methodologically inspired upon Ecléa Bosi's book *Memory and Society: Recollections of the Old*, it aims at establishing temporal interlocutions on political experience during undergraduate years, starting from the recollections of different times and contexts of engagement.

Ten testimonies have been accomplished (open ones and with scripts). The main part of this work is made up of three of these interviews, done with older militants who were active in the 1960s and 1970s. Starting from these remembrances, we have striven to set up fields of meaning, themes for study which would enable an interaction between the present and the past. These are: conditions of student life, the university, student politics, the social contrasts experienced by students, the psychology undergraduate course, the suffering of militants, the political destiny of older and younger militants. During our interpretation, passages of other interviews come up (also open and with scripts), which have been done with six younger militants, active in the 1980s and 1990s.

Considering the trajectory of the researcher, this study intends to be an attempt, though somewhat over-mature, of student militancy; it aims at contributing to recover the past in its political and transformational sense, especially in regard to issues that involve student militants of today.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 – Adesivo do PT para a campanha presidencial de 1989.....	p. 25
Imagem 02 – Pichações nos antigos barracões do IPUSP feitas pelos estudantes durante a greve de 1992.....	p. 25
Imagem 03 – Placa afixada na entrada da sala Aurora Furtado, no Bloco de Aulas do IPUSP.....	p. 25
Imagem 04 – Entrada do prédio da Maria Antonia.....	p. 52
Imagem 05 – Aurora Furtado.....	p. 87
Imagem 06 – Ficha de Aurora no DEOPS.....	p. 87
Imagem 07 – Aurora e José Arantes.....	p. 87
Imagem 08 – Conto de Julio Cortazar sobre Cley.....	p. 91
Imagem 09 – Cartaz com as fotos de Iara e Valdir.....	p. 151
Imagem 10 – Iara Iavelberg.....	p. 151
Imagem 11 – Capa da Psi-revista.....	p. 174
Imagem 12 – Primeira página de artigo de Elias na Psi-Revista.....	p. 174
Imagem 13 – Estudantes observam militar no prédio do Mackenzie.....	p. 193
Imagem 14 – Mapa das imediações da Maria Antonia.....	p. 193
Imagem 15 – Frente do prédio da Maria Antonia após a batalha.....	p. 193
Imagem 16 – Documento convocando os estudantes para assembléia durante a greve na ECA, em 1975.....	p. 222
Imagem 17 – Cartaz da campanha pela Anistia.....	p. 222
Imagem 18 – Documento em apoio aos presos políticos em greve de fome, assinado pelo CCA.....	p. 222
Imagem 19 – Corredores do IPUSP.....	p. 253
Imagem 20 – Vista da Praça do Relógio – USP.....	p. 253
Imagem 21 – Biblioteca do IPUSP.....	p. 253
Imagem 22 – CAII. Outubro de 2007.....	p. 267
Imagem 23 – Pichação nos muros da USP. Outubro de 2007.....	p. 267

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ALN – Ação Libertadora Nacional
- AMORCRUSP – Associação de Moradores do Conjunto Residencial da USP
- AP – Ação Popular
- APEOESP – Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
- AP-ML – Ação Popular Marxista-Leninista
- AUEP – Associação Universitária de Estudos Psicológicos
- AUSA - Associação dos Universitários de Santo André
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CA – Centro Acadêmico
- CAEL – Centro Acadêmico dos Estudantes de Letras
- CAFi – Centro Acadêmico dos Estudantes de Filosofia
- CAII – Centro Acadêmico Iara Iavelberg
- CAPSA – *Committee for Analytic Practice and Scientific Activities*
- CAVC – Centro Acadêmico Visconde de Cairu
- CCA – Conselho de Centros Acadêmicos
- CCC – Comando de Caça aos Comunistas
- CDPP – Comitê de Defesa dos Presos Políticos
- CEFET-SP – Centro Federal de Ensino Tecnológico de São Paulo
- CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
- CEUPES – Centro Universitário de Estudos e Pesquisas Sociais
- COLINA – Comando de Libertação Nacional
- CONEG – Congresso Nacional de Entidades Gerais
- COSEAS – Coordenadorias de Assistência Social
- CPC – Centro Popular de Cultura
- CRUSP – Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
- CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
- CUCA – Centros Universitários de Cultura e Arte
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DA – Diretório Acadêmico
- DCE – Diretório Central dos Estudantes
- DEOPS – Destacamento Estadual de Ordem Política e Social
- DOI-CODI – Destacamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna
- DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

ECA – Escola de Comunicação e Artes
ENEP – Encontro (ou Executiva) Nacional dos Estudantes de Psicologia
EREP – Encontro (ou Executiva) Regional dos Estudantes de Psicologia
ETFSP – Escola Técnica Federal de São Paulo
FAB – Força Aérea Brasileira
FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FEA – Faculdade de Economia e Administração
FEI – Faculdade de Engenharia Industrial
FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FNL – Frente Nacional de Libertação
IPA – *International Psychoanalysis Association*
IPM – Inquérito Policial Militar
IPUSP – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
IRFED – *Institut de Recherche sur l'Éducation et le Développement*
JUC – Juventude Universitária Católica
LIBELU – Liberdade e Luta
MCI – Movimento Comunista Internacionalista
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
ME – Movimento Estudantil
MEC-USAID – Ministério da Educação e Cultura – *United States Agency for International Development*
MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado
MOAP – Movimento de Oposição à APEOESP
MOLIPO – Movimento de Libertação Popular
MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de outubro
MST – Movimento dos Sem-Terra.
MUDE – Movimento UNE Democrática
NAC – Núcleo de Ação pela Cidadania
OBAN – Operação Bandeirantes
ORML-POLOP – Organização Revolucionária Marxista-Leninista Política Operária
OSI – Organização Socialista Internacionalista
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEG – Política Educacional do Governo
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PO – Política Operária
POLOP – Política Operária
PROCON – Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
TFP – Tradição, Família e Propriedade
UEE – União Estadual dos Estudantes
UNE – União Nacional dos Estudantes
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares.
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

I. INFORMES DE UM PRIMEIRO TEMPO	16
1. Sob o olhar dos 1990	16
2. Pra ver a banda passar, no IPUSP	23
3. A trilha das entrevistas	26
4. Notas breves, bem breves, sobre matizes teóricos	27
4. <i>Ainda</i> 1968?	29
II. QUESTÕES DE ENCAMINHAMENTO (O MÉTODO)	33
1. Entrevistas abertas com roteiro	33
2. Militantes	34
3. Notas sobre o processo de entrevista	37
4. Transcrição, edição e apresentação das entrevistas	38
5. Perspectivas de interpretação	39
III. EPÍLOGO DAS ENTREVISTAS	44
1. Mariinha	44
2. Lúcia	46
3. Elias	48
4. Luís Carlos	50
IV. ESTÃO ABERTAS AS INSCRIÇÕES	53
MARIINHA	54
LÚCIA	104
ELIAS	157
LUÍS CARLOS	204
V. PELA ORDEM: NOVOS INSCRITOS	254
1. Yara Sayão	254
2. Marcus Ianoni	255
3. Armando	257
4. Mário	259
5. Luizão	262
6. Simone	264
VI. TEMPOS DA POLÍTICA	268
1. A condição estudantil	268
1.1 O estudante e a transformação da sociedade brasileira	268

1.2 E nos oitenta, eu não vou me perder por aí...	274
1.3 Reinvenções da juventude	279
2. Observações sobre a novíssima universidade e seus inabitantes	286
2.1 Universidade brasileira: reforma ou revolução?	286
2.2 O novo mostrengo	289
2.3 Bem-vindos ao deserto da universidade	295
3. Questões de organização	298
3.1 Os revolucionários vieram, mas a revolução não aconteceu	298
3.2 O papel do militante nessa história	303
3.3 A UNE é minha, eu vi primeiro, e vendo essa porra por qualquer dinheiro	306
3.4 Dada a situação, <i>Que fazer?</i>	312
4. Cultura habitada	320
4.1 Um burburinho	320
4.2 O velho e o novo no movimento estudantil	325
5. Política e humilhação social	328
5.1 Lições da Vila Joaniza para os estudantes	328
5.2 Humilhação social e condição estudantil	332
5.3 Poderes políticos da humilhação social	336
6. Repulsa à psicologia	339
6.1 Impressões de militantes sobre um tema originário	339
6.2 Espectros da psicologia	343
6.3 Trincheiras subjetivas	346
7. Ditadura implícita	348
7.1 Trauma e silenciamento	349
7.2 Dilaceração	351
7.3 Faces políticas da reificação	353
8. O pêndulo das gerações: notas finais sobre aquilo que nos <i>une</i>	357
REFERÊNCIAS	362
APÊNDICE: ROTEIRO DE ENTREVISTAS E SUA CONDUÇÃO	369
1. Descrição de procedimentos para utilização do roteiro	369
2. O roteiro	371

I. INFORMES DE UM PRIMEIRO TEMPO

1. Sob o olhar dos 1990

Este estudo em psicologia social tem sua inspiração no livro *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, de Ecléa Bosi (1994). Seu eixo é composto pelas entrevistas de quatro militantes estudantis do curso de psicologia da Universidade de São Paulo, atuantes entre 1962 e 1977. Outras memórias, de militantes mais novos que atuaram no Instituto de Psicologia da USP (IPUSP), perfazem as interpretações nos capítulos finais. As interlocuções temporais, presentes em todas as suas partes, são a intenção central do texto.

O que serviu de inspiração para este trabalho foi um conjunto desarticulado de inquietações vividas durante minha experiência como militante estudantil. Nessa época, surgiu a idéia de recorrer à memória de militantes. Busquei diálogo entre diferentes tempos, menos preocupado em apontar respostas do que em estabelecer campos de sentido para a compreensão de diferentes dimensões da participação política e da condição estudantil.

Sendo um estudo de memória, aí vai a minha. Serei breve.

Em 1988, Luíza Erundina vence as eleições para a prefeitura de São Paulo. Era o êxito eleitoral mais expressivo do Partido dos Trabalhadores desde sua fundação. Na Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP, atual Centro Federal de Ensino Tecnológico de São Paulo – CEFET-SP), onde estudei, colegas do primeiro ano do ensino médio conversavam sobre política. A comentários e piadas sobre a prefeita nordestina, respondíamos com a assertividade característica dos militantes mais novos. Entre 15 e 17 anos, sentíamos os primeiros ares da democracia direta; nos preparávamos para as eleições presidenciais de 1989, para o “meu primeiro voto”, cantado por um coral de artistas que nada cobraram à época.

O *jingle* e as imagens, sabemos, foram exaustivamente utilizados nas eleições presidenciais de 2002; lembro de amigos, já na casa dos 30 anos e afastados de qualquer tipo de engajamento, como que revigorados: como se nos devessem o *Lula lá*, e a dívida foi paga, ainda que de um jeito estranho... Ao invés de militantes nas ruas (que éramos nós), pesados investimentos em *marketing* eleitoral, jovens pobres pagos para empunhar bandeiras e distribuir panfletos à semelhança de anúncios de imóveis nos semáforos das grandes cidades.

A ETFSP tinha uma estrutura político-administrativa singular. Dividia-se em seis cursos técnicos e ligava-se diretamente ao Ministério da Educação e Cultura. O processo de eleições para diretor seguia o mesmo modelo das universidades federais. Era escolhida uma lista tríplice de professores através de pleito direto, com votos também de funcionários e alunos. Em 1989,

haveria nova eleição. Os alunos reivindicavam mudanças no peso dos votos de professores, alunos e funcionários. Na eleição anterior, o voto de todos os professores somados equivalia a 50% do percentual total. Os alunos reivindicavam algo parecido com o que depois vim a conhecer na USP como paridade, bandeira de luta tradicional no movimento estudantil (um terço na proporção de votos por categoria).

Nesse período, os estudantes da ETFSP se organizaram: reuniram-se como representantes de classe, acompanharam assembléias de professores, pressionaram a direção da escola para que apoiasse suas reivindicações; realizaram uma assembléia discente com participação de 600 estudantes. Lembro de Beto e Renê, estudantes mais velhos, já na USP, que retornaram à antiga escola para organizar os colegas mais novos. Os militantes mais engajados passaram a se denominar “Estudantes de Pequim” – menção ao massacre de estudantes chineses que ocorrera há pouco na Praça da Paz Celestial – com uma faixa amarrada no braço ou na cabeça, com a frase desenhada por um colega que fazia Letras na USP.

Exageros à parte, tanto na comparação com o sacrifício e coragem dos companheiros chineses quanto nas reivindicações, o momento foi capaz de despertar o interesse para a vida pública, seja na escola, nas eleições e partidos ou em relação ao que ocorria no mundo.

Meses não tão promissores viriam. Era também o ano da queda do Muro de Berlim, início simbólico da hegemonia neoliberal. No Brasil, a ducha de água fria veio na derrota *collorida* em 1989.

Ingressei no IPUSP em 1993. Desde cedo ouvíamos falar da USP, de sua história e efervescência política. Sentia, não sei bem porquê, que passar no vestibular, para além de motivo de orgulho e satisfação, significava também responsabilidade, implicação não só com o estudo, mas com a própria universidade e a sociedade.

Essa expectativa ingênua desfez-se rapidamente, especialmente quando percebi que não era acompanhado por grande parte de meus colegas. Na maioria, voltavam para suas casas após as aulas sem demonstrarem interesse seja pelas atividades culturais dentro da USP, seja pela política acadêmica. Seguiam a mesma rotina dos colégios que há pouco deixaram. Lembro de um colega militante, intrigado: “acho que as pessoas têm uma vida muito mais interessante que a nossa fora daqui; deve ser por isso que não ficam”.

No Centro Acadêmico, era freqüente que tivéssemos pensamentos como “nossos colegas só pensam em si mesmos, não estão nem aí!”. Há certa arrogância aqui, que por vezes toma aqueles que se engajam, fazendo com que suas impressões sejam carregadas de desprezo ou algum ressentimento: nem sempre nossos colegas estavam tão distantes de nós como julgávamos,

e nem sempre estávamos nós envolvidos em assuntos tão importantes que merecessem maior atenção por parte deles.

A despeito desse viés, tínhamos a forte impressão de um certo refluxo no movimento estudantil. Para que se tenha idéia, logo que ingressei no Instituto falava-se que o Centro Acadêmico Iara Iavelberg (CAII) do Curso de Psicologia seria fechado por falta de gente disposta a formar uma nova gestão. A imagem desoladora de um colega mais velho, heróico remanescente do grupo anterior, não era nada convidativa. Lembro dele vestindo sua indefectível camiseta estampada com as figuras de Dom Quixote e Sancho Pança.

Mesmo assim, participei com outros calouros da nova chapa do CA, especialmente pelo empenho de veteranas¹ que convidaram calouros de minha sala, e convidaram de forma saborosa, sugerindo a riqueza e importância da participação política.

No movimento de área dos estudantes de psicologia, também se temia o fim das entidades estudantis. Em uma plenária, no final do XIV ENEP (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia), com alguns calouros remanescentes, ingressei em sua diretoria. Desde então, lembro das dificuldades em envolver os colegas nas discussões relativas à atuação do psicólogo, nas discussões curriculares, ou mesmo na organização dos encontros de estudantes.

A metáfora mais adequada para descrever o que se passava veio de uma colega mais nova, em conversa que tivemos durante a greve de 2000 na USP. Na mesa da lanchonete, referindo-se à degradação da universidade, lembrou do desenho do Papa-léguas, no qual o personagem principal corre desesperadamente sobre uma ponte de pedra que desaba atrás dele à medida que ele avança. Era assim que muitas vezes nos sentíamos: em uma universidade pública em extinção, ingressantes em um CA que acabaria, em uma Executiva que acabaria...

No DCE (Diretório Central dos Estudantes) da USP, a situação era também desanimadora, tanto pelo esvaziamento como pelo que vivíamos em espaços de confronto político. Em meio à acirrada disputa entre tendências e partidos, no final de 1995, as eleições assumiram contornos trágicos, matizadas por um enfrentamento que envolvia desde fraudes explícitas nas urnas até manipulações nas votações dos Conselhos de Centros Acadêmicos (CCA). Lembro de colegas que testemunharam mesários preenchendo grande quantidade de votos e inserindo nas urnas; lembro de tentativas de grupos opositores para invalidar, sem qualquer escrúpulo, as votações nas unidades em que os adversários obteriam maior votação. Lembro de um companheiro procurando convencer um amigo de seu condomínio residencial a passar-se por um representante de Centro Acadêmico da USP durante um CCA; lembro de uma

¹ Anaruez Ferreira de Moraes, Luciana Dadico e Simone Aparecida Ramalho.

boa quantidade de procurações entregues à mesa diretora do CCA, claramente fraudadas, tendo por objetivo fazer com que membros de partidos e grupos políticos se passassem por representantes das entidades estudantis. Enfim, ingressei no DCE e sequer tive disposição para algum tipo de participação, creio que esgotado por esses momentos iniciais. Lembro que, além de exaustivos, tais confrontos não despertavam qualquer interesse para nossos colegas de curso.

Lembro quando Simone, militante que entrevistei durante a pesquisa de Mestrado (MORTADA, 2002), disse ter a impressão de existir, na universidade, o espaço-tempo dos militantes separado do espaço-tempo das “pessoas normais”. A política como terra de ninguém, seja pelo esvaziamento, seja pelo estabelecimento de uma esfera restrita e especializada, distante daqueles que não era militantes. Essa, creio, era a impressão mais forte e compartilhada.

Não participei assiduamente dos espaços mais gerais do movimento estudantil, aqueles onde a UNE (União Nacional dos Estudantes) tem hegemonia sobre as decisões. Lembro de um CONEG (Congresso Nacional de Entidades Gerais), em Brasília, onde as votações e discursos pareciam uma espécie de jogo de cartas marcadas. Lembro também de um congresso na mesma cidade, não muito diferente, embora com grande número de pessoas e com tensão redobrada, visto que havia nesses encontros a possibilidade iminente de confronto físico entre grupos. Tanto em um como em outro, manipulações e trapaças de todo tipo eram sabidas e, por boa parte dos militantes, toleradas. São exemplos delas os famosos crachás falsificados e inscrições irregulares de delegados contratados, com base em atas de eleição fraudadas.

Não vejo expressão mais exata para descrever de maneira sucinta o que ocorre nos congressos da UNE do que esse lugar comum: *kafkaiano*. E parece mesmo que o autor tcheco passou por ali, certamente por lugares muito parecidos.

Em *O Processo*, há uma passagem em que Josef K. apresenta-se a um inquérito. O ambiente é uma espécie de auditório cuja platéia se divide em duas facções. Sobre um estrado, está sentado o juiz de instrução, que sabatina o personagem. Às respostas deste ao inquérito seguem quase que invariavelmente aplausos e expressões de apoio da ala direita e silêncio da ala esquerda. Josef K. procura conquistar toda a platéia, mas aos poucos a percebe como farsa. No final de seu discurso, desabafa (1997, p. 63):

Então é isso [...], todos vocês são funcionários; pelo que estou vendo, são vocês o bando corrupto contra o qual eu falei, vocês se reuniam aqui como ouvintes e espias, formaram partidos de fachada, um dos quais aplaudiu para me testar; vocês queriam aprender como se deve enganar um inocente!

Esse sentimento de engodo, de discursos sem ouvintes, incapazes de persuadir grupos como que previamente ensaiados e dirigidos, é muito semelhante àquele experimentado por

estudantes que participam pela primeira vez de congressos da UNE. A repulsa muitas vezes se generaliza e recai sobre quaisquer formas de engajamento político. Como o romance, o abandono da cena complementa sua permanência tal como antes: “Abriu a porta e desceu correndo a escada. Atrás dele levantou-se o rumor da assembléia, que voltava a se animar e que provavelmente começava a tecer comentários sobre os incidentes, à maneira dos estudantes” (KAFKA, 1914/1997, p. 64).

As entidades não eram apenas abandonadas ou campos de violenta disputa; eram, também, tomadas por processos maquinais e burocráticos. Experimentamos muitas vezes nossas ações afundarem em atos viciados e irrefletidos: eram reuniões intermináveis em torno da compra ou não de uma mesa de sinuca; eram prestações de contas de financiamentos para congressos estudantis que precisavam ser elaboradas; era a redação interminável de ofícios e projetos para os órgãos da universidade e entidades do movimento estudantil... No jargão da época, tornávamos-nos, por vezes, “tarefeiros”. Nesse contexto, eram cada vez mais numerosos centros acadêmicos que se organizavam à semelhança de empresas, com objetivos principalmente pecuniários. Nos grêmios e centros acadêmicos das unidades maiores da USP, eram sabidos e freqüentes atos de corrupção, militantes que nada mais faziam do que uma espécie de treino para o mundo dos negócios privados, experimentando todos os vícios que lhe são imanescentes.

Havia também, em mim e em meus colegas, um descontentamento generalizado em relação ao curso de psicologia, um sentimento de que muito daquilo que estudávamos ia em sentido oposto de nossos ideais políticos. Havia um comprometimento na área que depois viemos a conhecer melhor, a identificar como ideológico. Naquele momento, sem suficiente reconhecimento do que se passava, eram apenas impressões, sofrimento que se manifestava por vezes em desprezo pelos estudos relativos às disciplinas, ou por um mal-estar e estranhamento em relação às teorias, aos professores e aos colegas.

Não quero deixar impressão de que nos resignamos frente a situações e sentimentos tão difíceis. Seria injusto com meus contemporâneos e comigo. Compreendíamos uma série de coisas e nos engajávamos, na medida de nossas possibilidades. O Impeachment é o exemplo mais lembrado da época. Até hoje percebemos referências aos *caras pintadas*, e algumas palavras de ordem daquelas passeatas ainda ecoam em congressos estudantis. Episódio emblemático, ainda recente, carece de interpretações sociológicas e historiográficas (Cf. MISCHÉ, 1997). No DCE, era o tempo das calouradas da cidadania, que arrecadaram alimentos para a campanha coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Também fizemos frente à estrutura autoritária da UNE, através do MUDE (Movimento UNE Democrática). Na Universidade, lutamos por eleições diretas para Reitor. No Instituto, habitamos o Centro Acadêmico,

acompanhamos impasses políticos e polêmicas internas, promovemos uma semana de Luta Antimanicomial, nos aproximando de uma causa importante em nosso campo de atuação. Lutamos também para que o Instituto não fosse cercado, tendo seu acesso restringido à população; fizemos um ato simbólico, cercando o IPUSP com metros de pano para que as pessoas soubessem o que seria decidido pela Congregação. Em projetos de extensão, esforçamos para que estudantes e população pobre da vizinhança se aproximassem; foram muitos os estudantes que alargaram suas perspectivas sociais através do NAC (Núcleo de Ação pela Cidadania).²

Seria injusto também não registrar ações posteriores do movimento estudantil. Formei-me em 1998, ingressei no Mestrado e depois no Doutorado, ainda no IPUSP. Nesse início de século, as eleições pareceram mais promissoras para a esquerda brasileira, culminando na escolha de Lula para a Presidência da República. Assisti também à crescente participação do MST e dos movimentos por moradia, figurando cada vez mais nos canais de comunicação e pressionando o poder público. Vieram os Fóruns Sociais Mundiais em Porto Alegre, novos espaços de contraposição ao Fórum Econômico Mundial. Na USP, participei da ocupação³ da Reitoria pelos estudantes durante a greve de 2000, bem como de passeatas e manifestações pela cidade. Em 2002, acompanhei as notícias da greve dos alunos da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) pela contratação de professores. Em diversas unidades da USP, os estudantes implantaram cursinhos pré-vestibulares destinados a estudantes pobres. Em suma, desde 1993, como militante ou observador, estive perto do movimento estudantil, atento a seu potencial, que hora ou outra dava sinais e me animava para os estudos.⁴

Desde o início de minha participação, de suas vicissitudes e da condição de estudante de psicologia, se delinearão assim impasses, sobretudo angústias que se transformaram em questões de pesquisa. Afinal, o que nos convidava à política? E por que convidava a nós e não a nossos colegas? Uma vez engajados, por que sofríamos? E por que éramos tomados por atividades que pouco se comunicavam com aquilo que nos levou a querer participar do movimento estudantil?

² É importante lembrar de pessoas dessa época, companheiros do IPUSP que estiveram à frente dessas ações. Na Semana de Luta Antimanicomial, estiveram envolvidos todos os integrantes e colaboradores do Centro Acadêmico: Alexandre Farias Watanabe, Carlos Francisco Livières, Daniel Farinas Tremel, Lygia de Sousa Viégas, Paula Fontana Fonseca, Siglia Cruz de Sá Leão, Viviana Senra Venosa. O NAC iniciou e tomou corpo principalmente através da iniciativa de Lygia de Sousa Viégas, e contou com a participação de Daniela Morita Nobre, Daniela Rozados, Danile Caetano, Felipe Andres, Janaína Corazza, Kátia Ackermann, Kelly Sobral, Mariane Ceron, entre outros.

³ Vivi uma passagem ilustrativa, na época, da inspiração do movimento estudantil no MST. Durante a entrada dos estudantes na reitoria, em minha fala, referi-me ao movimento que estávamos protagonizando, e fui imediatamente corrigido pelo plenário: “não é invasão, é ocupação!”.

⁴ Entre militantes mais novos com quem convivi, gostaria de lembrar alguns que ainda não mencionei: Guilherme Pogibin, Letícia Carvalho, Santiago Paiva, André Mendes, entre tantos outros.

Quais as origens daquela forma tão adoecida de participação que encontrávamos no DCE e na UNE? Era assim antes? Era assim em 1968, em 1970, 1980?

As notícias do passado nos chegavam de maneira esporádica: em revistas, filmes, na farta literatura sobre os movimentos clandestinos de luta armada; em conversas esparsas com um ou outro professor.

Convivíamos, na verdade, com alguns símbolos e nomes da década de 1960. O nome de nosso Centro Acadêmico é Iara Iavelberg, militante assassinada pelo regime militar.⁵ Aurora Furtado, estudante de psicologia militante da ALN, também caiu vítima da repressão⁶. Hoje, no bloco de aulas, há um auditório com seu nome.

Outra época da qual nos chegavam notícias é a segunda metade dos anos 1970, a chamada volta às ruas dos estudantes (Cf. ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979). Militantes daqueles tempos reclamam: “só falam de 68! Nós saímos às ruas pela Anistia, pela liberdade dos presos políticos, para protestar contra as mortes de Alexandre Vannucchi e de Vladimir Herzog!”. Têm razão.

Sobre a década de 1980 pouco sabíamos. Pelo menos nesse campo, o termo *década perdida* justifica-se. Mas havia aqui militantes. E militantes preocupados em construir o PT e apoiar o movimento sindical em seu auge (Cf. SADER, 1988). Encontrei nos arquivos do CAII carta de apoio dos estudantes a Lech Walessa⁷, denotando interesse dos estudantes por assuntos distantes dos muros da USP.

As informações mais abundantes que tínhamos vinham de colegas pouco mais velhos, atuantes no final dos anos 1980, em conversas de corredor e lanchonete, especialmente sobre o episódio que relato a seguir. Cabe enfatizar como o recurso à memória foi importante; como eu e meus colegas de Centro Acadêmico, a partir das lembranças de militantes mais velhos, sentimos algum tipo de ânimo e orientação, tão importantes para a política.

⁵ Sobre Iara, ver Patarra (1992).

⁶ Sobre a morte de Aurora Furtado, ver Tapajós (1997).

⁷ Líder sindical polonês atuante nas décadas de 1970 e 1980, sob severo regime ditatorial. Presidente do Comitê Solidariedade, fórum de organização dos sindicatos. Em 1990, foi eleito presidente da Polônia.

2. Pra ver a banda passar, no IPUSP

1995. No IPUSP, houve um acontecimento pequeno, menor em seu impacto político se comparado a outros mais abrangentes; mas emblemático, bastante ilustrativo para um estudo sobre memória. A inauguração da nova biblioteca.

1992. Um ano antes de meu ingresso na Universidade, foi interditado o bloco em que funcionava a antiga biblioteca. Tratava-se de um dos edifícios construídos em caráter provisório, um dos “barracões” erguidos com a vinda da Faculdade de Filosofia do antigo prédio da USP na rua Maria Antonia para a Cidade Universitária, logo após o conflito com os estudantes do Mackenzie, em outubro de 1968. Cerca de 20 anos após sua construção (lembremos que se tratava de uma edificação provisória), a estrutura barata e mal armada, formando rachaduras, comprometia a segurança de seus ocupantes. Indignados com o descaso da universidade, os estudantes mobilizaram-se, iniciaram uma greve que durou quase 60 dias, só interrompida quando foi apresentado cronograma e planta das obras de um novo prédio, bem como um plano diretor para as futuras edificações do Instituto. Foram dois meses de reivindicações e protestos, aulas suspensas, assembléias semanais, aulas públicas convocadas diante da Reitoria, visitas a deputados na Assembléia Legislativa, audiências marcadas com o Reitor, publicação de folhetos... Enfim, foi um período de intenso engajamento, recorrente nas conversas que tínhamos com colegas mais velhos, participantes daquilo tudo.

1995. Três anos se passaram desde a greve até a inauguração oficial do novo prédio. Nesse intervalo, três turmas concluíram a graduação - de 1992, 1993 e 1994. Ou seja, das cinco turmas que atuaram na greve, em 1995 restavam apenas duas, dentre estas o quinto ano, já em ritmo de despedida. Os primeiro e segundo-anistas estavam habituados à ausência da biblioteca e às estantes de livros improvisadas no bloco de aulas. Os ânimos se esfriaram, e tudo indicava que presenciáramos uma cerimônia como outra qualquer: a entrega protocolar de mais uma obra prevista no plano diretor da Universidade.

E a greve dos estudantes em 1992? Aquelas ações sempre nos pareceram decisivas para a consecução daquelas obras. Às vésperas da inauguração, não nos preparávamos para um evento oficial qualquer. Buscamos colegas que haviam participado da greve e com eles sentamos longamente, ouvindo suas lembranças.⁸ Eram poucos anos mais velhos que nós, amigos com quem encontrávamos nos corredores. Foi o suficiente para nos dar novo ânimo.

⁸ Entre eles, Alexandre Moreira, João Galvão Bachetto, Marcelo Afonso Ribeiro, Simone Aparecida Ramalho, João Rodrigo de Oliveira e Silva, Sandro A. Mazzio, entre outros.

Organizamos uma série de eventos para o dia da inauguração. Uma colega⁹ gravou em vídeo depoimentos de veteranos, professores e funcionários, opinando livremente sobre a greve de 1992. Nos corredores do Instituto, afixamos fotos em cartazes, exibindo os velhos barracões e textos relativos àqueles acontecimentos. No dia da inauguração, organizamos um pequeno protesto ao som de uma banda que entoava marchinhas de carnaval a cada tentativa de discurso das autoridades presentes. Comemoramos a quebra de protocolo, depois de um bate-boca com o mestre de cerimônias da Reitoria, desautorizado pelo próprio Reitor e obrigado a admitir o discurso de um representante dos alunos. Nosso colega¹⁰, tremendo as pernas, leu o discurso que lembrava a greve de 1992 e reivindicava o prosseguimento das demais edificações previstas para o Instituto, em especial o bloco de serviços, que foi construído nos anos seguintes.

O episódio da inauguração não é o melhor exemplo entre as ações que o movimento estudantil pode comportar. Em que pese seu caráter de resistência à deterioração da universidade, foi de pouca envergadura, circunscrita em seu tempo, espaço e perspectivas. Mas, naquela tarde, sentimos a memória incidir sobre o presente de maneira explosiva, rompendo com a versão oficial que nos seria imposta goela abaixo. Saímos também mais aptos a compreender que só perde o sentido aquilo que, no presente, não mantém seu lastro com o passado.

⁹ Paula Fontana Fonseca, uma das diretoras do Centro Acadêmico na época.

¹⁰ Carlos Francisco Livieres.



Imagem 1: Adesivo do PT para a campanha presidencial de 1989.
Fonte: www.fpabramo.org.br.



Imagem 2: Pichações nos antigos barracões do IPUSP feitas pelos estudantes durante a greve de 1992. Fonte: Arquivos do CAII.

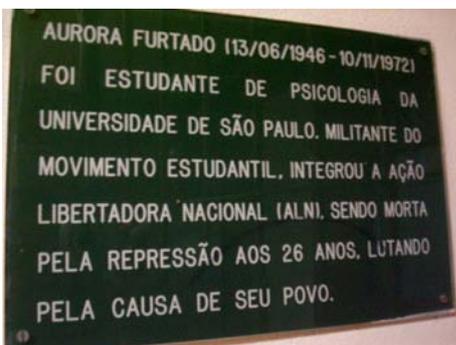


Imagem 3: Placa afixada na entrada da sala Aurora Furtado, no Bloco de Aulas do IPUSP.

3. A trilha das entrevistas

Em 1995, logo depois da inauguração da biblioteca, iniciei junto com um colega de Centro Acadêmico¹¹ projeto de iniciação científica orientado por José Moura Gonçalves Filho. Nesse tempo, prossegui em estudos teóricos sobre a participação política, em especial dedicado à compreensão dos trabalhos de Hannah Arendt (2000, 2001, 2002) e à elaboração de instrumentos para as entrevistas. Ingressei no Mestrado em 1999; entrevistei Simone e Luizão, militantes veteranos com os quais convivi na graduação. Com leituras ainda incipientes, procurei interpretar as entrevistas realizadas (MORTADA, 2002). Então, surgiram outros temas, novas inquietações, e o desejo de ouvir mais, de estabelecer comunicação entre militantes de diferentes épocas e contextos variados. Antes de Luizão e Simone, havia outros, e antes deles outros mais... Ansiava por estabelecer alguma interlocução entre épocas, perfazer uma trama que sempre me pareceu esgarçada.

Prossegui na realização das entrevistas com militantes de diferentes épocas. Até 2005, concentrei um volume de material impressionante, por sua extensão e riqueza. Foram, ao todo, dez depoimentos. Do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, entrevistei Simone, Luizão e Mário; do início dos anos 1980 foram entrevistados Marcus e Armando; dos anos 1970, Luís Carlos e Yara Sayão; dos anos 1960, Mariinha, Lúcia Sarapu e Elias.

Na verdade, ainda habitante do Instituto, a realização das entrevistas ultrapassou os limites de uma pesquisa. As entrevistas tinham, *em si*, sua finalidade. A escuta de companheiros é sempre esclarecedora e convidativa: chama a ouvir mais, traz novos nomes e outras histórias a serem contadas... Houve também desejo demasiado de ouvir a todos, dar voz ampla a diferentes épocas e grupos políticos.

No decorrer desse trabalho exagerado, percebi a inviabilidade de incluir na Tese tudo que registrei. Após alguma hesitação, decidi apresentar apenas as memórias dos militantes mais velhos, aqueles da década de 1960 e início dos anos 1970. Os temas do capítulo final foram definidos pelo encontro entre minhas inquietações de pesquisa e as lembranças de Mariinha, Lúcia, Elias e Luís Carlos. Descrevo rapidamente as outras entrevistas, e elas aparecem, com força, durante as interpretações. Esforcei-me para que o diálogo temporal atravessasse o trabalho do início ao fim.

4. Notas breves, bem breves, sobre matizes teóricos

¹¹ Daniel Farinas Tremel.

Esta é uma pesquisa de feições caseiras, um mergulho profundo que tem endereço. Parte de memórias de militantes estudantis do Instituto de Psicologia da USP; e de perspectivas teóricas características de seu departamento de Psicologia Social, em particular os trabalhos de Ecléa Bosi e José Moura Gonçalves Filho.

Tudo começou na Maria Antonia, no recém criado curso de Psicologia da USP. Viemos de Annita Marcondes Cabral, personagem polêmica e de importância incontestada para a psicologia brasileira. Sua orientação gestaltista e bergsoniana formou a primeira geração de psicólogos sociais do curso. Seguiu-se Dante Moreira Leite (1954/1992, 1958/2002), pioneiro nos esforços de constituir uma psicologia social preocupada com os problemas nacionais e mais autônoma em relação à produção estrangeira. Depois, vieram Sylvia Leser de Mello, Ecléa Bosi, entre outros estudantes da Maria Antonia que se tornaram professores do IPUSP.

Às origens gestaltistas e fenomenológicas, acrescenta-se a influência das leituras marxistas da época, seguidas de incursões a representantes da Escola de Frankfurt, em especial Adorno, Marcuse e Walter Benjamin (Cf. BOSI, 2003).

As entrevistas, especialmente a de Mariinha, serão elucidativas a respeito dessa trajetória difícil de reduzir a um “ismo” qualquer, e que também não se presta à babel pós-moderna que caracteriza muitas pesquisas atuais que colhem um conceito cá, outro lá. Ecléa ensina a seus orientandos que é necessário aproximar as teorias tal como o jardineiro que quer flores cor-de-rosa faz com mudas de roseiras brancas e vermelhas: é preciso uni-las na seiva, então teremos flores rosas, algumas mais brancas, outras mais vermelhas. A planta não definha; sem mimetismos, é única e traz consigo as mudas originais.

Como disse, entrei em contato com o pensamento de Hannah Arendt durante a graduação. Suas distinções no campo da *vita activa*, entre *labor*, *trabalho* e *ação* foram preciosas, bem como suas reflexões acerca da liberdade e da autoridade. Na época, os trabalhos de Lucien Goldmann (1979) sobre a *reifização*, e de Simone Weil (1996) sobre *enraizamento* também esclareceram muito sobre aquilo que eu e que meus colegas veteranos testemunharam.

Durante o Mestrado, José Moura Gonçalves Filho apresentou-me também conceitos da psicanálise como *trauma*, *angústia* e *elaboração*, sob a ótica de Jean Laplanche (1987, 1985, 2004), que se tornaram decisivos na compreensão daquilo que os depoentes trouxeram-me como sofrimento psíquico.

Obviamente, foi imprescindível entrar em contato com as contribuições metodológicas de Ecléa Bosi, então minha co-orientadora. Sob orientação gestaltista, reconhece que a narrativa compõe uma totalidade estruturada, um campo de significações cujos lapsos, lacunas,

esquecimentos não são elementos desviantes ou exceções, senão partes dessa constelação que merecem interpretação rigorosa. Acrescente-se a isso que a memória não está livre de determinações sociais, de estereótipias e convenções. A memória, segundo Ecléa, “é a via privilegiada para chegar até o ponto de articulação da história com a vida cotidiana” (BOSI, 2003, p. 19-20).

Posteriormente, no Doutorado, recorri a teorias de inspiração marxista. Os problemas de organização, de relação entre partido e proletários, entre proletários e sindicatos, as questões de burocratização, são largamente abordados. Ingressei modestamente nesse estudo, como psicólogo social em busca de orientação que autores como Lenin (1902/2006) e Lukács (1923/2003) poderiam dar àqueles que desejam compreender a experiência subjetiva da política. Acerca do conceito de ideologia, recorri também a Slavoj Žižek (1996), autor contemporâneo que lhe dá interpretação original.

O pano de fundo, portanto, é de inspiração gestaltista em psicologia social. Sob essa perspectiva, esforcei-me assim por não estabelecer adequação forçada das entrevistas a temas e autores, na tentativa de buscar nelas respostas que não tiveram e não procuraram ter. Evitei cair no vício de um enquadramento categorial e classificatório rígido. Trata-se, no sentido inverso, de compreender não relações causais ou objetos estanques e compartimentados de análise, mas campos interpretativos, totalidades estruturadas de experiência e ação (Cf. BOSI, 2003).

Mas aqui a perspectiva diferencia-se da acepção gestaltista clássica, na medida em que lhe é indispensável considerar as relações dialéticas e contradições imanentes à sociedade de classes.

Não convém cansar mais o leitor antes que leia as entrevistas. Os conceitos que mencionei serão evocados e explicitados quando se fizerem necessários às interpretações.

É sempre bom enfatizar – embora seja óbvio – que este trabalho é uma forma de militância estudantil, ainda que temporã. Sob risco de ser excessivamente didático, procurei tornar o texto interessante tanto à perspectiva acadêmica quanto ao olhar do militante. Durante os anos em que tenho estudado o movimento estudantil (desde 1995, a contar da iniciação científica), participei tanto de eventos científicos como de encontros e reuniões estudantis, esforçando-me para que a pesquisa não se estiolasse em título acadêmico ou índice para agências de fomento. Este destino entraria em contradição com uma das lutas mais caras ao movimento estudantil: a de aproximar a universidade da sociedade mais abrangente, a produção científica das pessoas que ela toma por objeto.

4. *Ainda 1968?*

Este não é um trabalho sobre 68. Contudo, dado seu poder e onipresença, é em torno de sua aura de influência que se encontra, queira ou não. Assim, é necessário alertar para algumas dificuldades em enfrentar o tema, e portanto para a pertinência desse esforço. Estamos também às vésperas de mais um decênio do famigerado 13 de dezembro de 1968. Novamente, esperamos eventos memorativos desse marco nacional. É abundante também a literatura e a pesquisa sobre o tema.

Michael Pollak (1989) aponta como a memória é um campo de lutas, com também aqui devemos enfrentar a força hegemônica da classe dominante. No esforço memorativo incidem elementos implantados com força e astúcia pelas instituições oficiais e corporações. Para além dos registros e estudos deliberadamente falseados ou enviesados pela historiografia oficial, o combate dá-se no campo da percepção e da imaginação cotidiana, e aqui lidamos também com “bombas atômicas”.

Um exemplo de arma antiga: os monumentos, desde sempre, foram ancoradouros espaciais para a versão oficial. A imagem imponente de fundadores, seus bustos e brasões comparecem em todas as cidades.

Um outro exemplo de arma nova, mais eficaz e distante dos pichadores de plantão: os filmes e seriados povoam o imaginário do telespectador passivo, reforçam, de maneira sutil e simbólica, aqueles elementos destacados pela versão dominante. A defesa, aqui, é bem mais complexa.

Em relação a 68, era freqüente a preocupação dos militantes em colocarem suas memórias à prova de documentação histórica confiável. O recurso à experiência singular, vivida pelo militante, por vezes sucumbe a um processo de estereotipia que encontra suas raízes inclusive em estudos consagrados. Hora ou outra, um autor, intruso em nossa conversa, encobre as memórias, dando seu veredicto interpretativo.

Há muito que dizer sobre a maneira pela qual 1968 é estudado por autores de diversos calibres intelectuais. Para o momento, basta a constatar a obviedade que 1968 é campo de disputas. A historiografia, ainda mais quando dedicada a acontecimentos tão recentes, é permeada por tensões políticas, por perspectivas conservadoras e de esquerda que se confrontam em torno do passado. Como afirma Eric Hobsbawm, o passado legitima, “fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar” (1998, p. 17). Mesmo na política governamental, a atualidade e força dos acontecimentos é patente quando se ameaça disponibilizar publicamente os arquivos dos órgãos de segurança policial-militar ou nas

discussões acerca das responsabilidades pelos crimes cometidos. Herança recalçada, lateja por vezes sem nome e contornos suficientes para que possamos enfrentá-la.

É necessário também enfrentar a distorção de 68 operada pelos meios de comunicação. Hora ou outra, vem um seriado, uma novela ou qualquer outra produção de referência descuidada sobre a época. Aqui, geralmente, os acontecimentos são deslocados de seu contexto, tornam-se palatáveis por facilidades características da indústria cultural. As semelhanças com o presente tornam-se equivalências, e as diferenças tornam-se elementos exóticos, pitorescos. Esse 68 pasteurizado perde qualquer poder de espanto, e portanto qualquer poder político de nos colocar a pensar sobre o presente. Observa Irene Cardoso (2001, p. 205):

O retorno do acontecimento pela mídia faz dele *informação* que é nivelada a outras informações quaisquer por meio do mecanismo de descontextualização. Como informação, o evento passado deve adquirir expressão da novidade, que pode retornar nesta condição em intervalos regulares de tempo, dado o vazio social da história e da memória.

Sabemos com Walter Benjamin (1994) o quanto nos tornamos prisioneiros do presente, insensíveis à alteridade das experiências progressas. É conhecido seu ensaio sobre o declínio da narrativa, efeitos de um presente que se esgota no esforço pela sobrevivência. A linguagem curva-se em função da utilidade e instrumentalidade. Torna-se breve e rápida, pode ser facilmente substituída por símbolos e imagens rápidas. A memória é o avesso dessa submissão.

É sob essa impossibilidade que aguardamos as novas comemorações. Junto com a evocação dos acontecimentos de 68, aparece um aspecto mórbido, uma intensificação de seu nome que se presta a seu próprio esquecimento. 68 é um dos objetos desse tipo paradoxal de interdição da memória, em que seu significado e poder político são suprimidos, afastados profílicamente do presente. Quarenta anos depois, não são menores as dificuldades em libertá-lo e torná-lo inquietação histórica a ser enfrentada no campo político. Segundo Irene Cardoso (2001, p. 213), “o que se comemora hoje, ou o que vem por meio do retorno midiático, são as apropriações ideológicas do acontecimento reduzidas ao menor denominador comum do passado”.

Fica mais fácil agora compreender o que recai sobre os militantes do presente com peso esmagador: a injusta cobrança de equiparar um mito, na verdade uma fantasmagoria criada que pouco corresponde ao passado. Lugar inatingível, experiência inigualável em sua plenitude, jovens heróicos, que morreram ou aprenderam a lição.

Paradoxalmente, portanto, para que retorne em sua força política e poder revolucionário, é preciso que 1968 seja primeiramente esquecido como mito e atopia. Irene Cardoso reflete acerca de como, ao longo das décadas subseqüentes, 1968 foi congelado em seu sentido político, e sobre as possibilidades de sua evocação (Ibidem, p. 95-96).

Quase trinta anos se passaram e no presente a relação com o passado da Maria Antonia [...] se dá ou pela preservação nostálgica de um mito identitário, de origem, no qual prevalece uma visão harmônica, através do esvaecimento dos conflitos ou de uma perda de qualquer sentido daquela herança. Num caso, o refúgio num bom passado que pudesse ser preservado intacto, no outro, uma sensibilidade estritamente voltada para o presente, que assim produz a invisibilidade, a negação mesma desse passado e da própria herança que ele constituiu.

Ambas as posições impedem a construção daquele lugar de perplexidade do pensamento. Uma por fazer do passado a extensão homogênea de uma temporalidade que toma todas as dimensões do presente, dissolvendo-o. A outra, operando uma ruptura com aquele passado, não se compromete mais com ele, fazendo-o submergir. Seja como fixação no passado, seja como fixação no presente, ambas as perspectivas, embora de modos diferentes, não podem se confrontar criticamente com aquela herança e estabelecer as possíveis implicações da experiência do passado no presente.

Este lugar da perplexidade do pensamento, construído pela possibilidade da escuta do “inaudito”, do “chocante”, é também o lugar de uma percepção do tempo, numa posição instável, que ao não se fixar no passado, nem no presente, permite movimentos de ida e volta, do presente para o passado e do passado para o presente, um vaivém, que constrói a tensão temporal, condição da crítica.

68 deve, portanto, ser retomado como acontecimento no sentido benjaminiano do termo: acontecimento é um lugar temporal de emergência abrupta de um conjunto de fenômenos sociais, que sem ele continuariam latentes, encobertos na sociedade. Um acontecimento condensa, em um intervalo de tempo e espaço, sentidos e significados que são disruptivos e enigmáticos àquilo que passou, e principalmente àquilo que virá. 68 estende seu espectro para as décadas seguintes.

68 no Brasil, no seu efeito de concentração-condensação, é 64, o golpe militar; e 61, a renúncia de Jânio; é 55, a tentativa de golpe militar para impedir a posse de Juscelino Kubitschek; é 54, o suicídio de Vargas; é 61, o surgimento da chamada Nova Esquerda, com organizações e partidos clandestinos que se opunham ao PCB. Mas é também 69, a montagem da estrutura repressiva pelo Estado e pelas organizações paramilitares, a censura e a tortura; é 69, a explosão da guerrilha urbana; é 72, o início da distensão lenta, gradual e segura; é 77, o retorno do movimento estudantil às ruas e a emergência dos novos movimentos sociais; é 79, a Anistia; é 81, o atentado do Riocentro; é 84, as diretas-já; é 85, o estado de compromisso da transição, ainda, com a Nova República; é, possivelmente, 89, a eleição de Collor e a derrota eleitoral do PT. (Ibidem, p. 167).

Os militantes mais novos sentem, em relação a 68, uma espécie de nostalgia daquilo que não viveram, mas que sabem ou pressentem; sabem e pressentem como uma falta, uma lacuna que perpassou suas existências políticas. Isso deve ser libertado das manipulações ideológicas. A nostalgia deve valer aqui como um tipo de bilhete de viagem, e assim podemos retornar à Maria Antonia.

Para que nos sirva de outra forma, 1968 deve comunicar-se de maneira visceral, libertar-se de seus proprietários políticos, midiáticos e acadêmicos. 1968 não é currículo, tema de novela, objeto de estudo. É preciso que o reconheçamos, portanto, não como informação, mas enquanto experiência, que possa ser transmitida a partir da memória de seus agentes. Para Benjamin, a história e sua reconstrução significa estabelecer novas relações temporais entre passado e presente. Não se trata de um retorno nostálgico e melancólico, mas, nas palavras de Irene Cardoso, de um “retorno adiante”, um “deixar que as fontes nos retornem”.

Depois da entrevista, Mariinha lembrou das mães da Praça de Maio, dos bebês que foram criados por mães que não eram suas. Comparou esses filhos aos estudantes que sucederam a década de 1960, desterrados da Maria Antonia. Espero que os militantes entrevistados apareçam como ancestrais dos quais herdamos, no sentido arendtiano, certa tradição e projetos para o futuro. Não se trata de repetição reacionária e mimese de concepções políticas¹², mas do reconhecimento de um campo de significações que deita raízes em um passado que agora também nos pertence.

¹² Para Hannah Arendt, passado e tradição não são sinônimos, e a perda deste representa um problema na sociedade moderna: “com a perda da tradição, perdemos o fio que nos guiou com segurança através dos vastos domínios do passado”. E acrescenta: “Não se pode negar que, sem uma tradição firmemente ancorada, toda a dimensão do passado foi também posta em perigo. Estamos ameaçados de esquecimento, e um tal olvido – pondo inteiramente de parte os conteúdos que se poderiam perder – significa que, humanamente falando, nos teríamos privado de uma dimensão, a dimensão da profundidade na existência humana. Pois memória e profundidade são o mesmo, ou antes, a profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser através da recordação” (2000; p. 130-131).

II. QUESTÕES DE ENCAMINHAMENTO (O MÉTODO)

1. Entrevistas abertas com roteiro

Aderi à modalidade semidirigida ou semiestruturada de entrevistas. Denominação mais adequada me parece *entrevista aberta com roteiro*, seguindo recomendação de José Moura Gonçalves Filho (1999). A nova expressão é mais precisa para indicar que a presença de instrumento que oriente o pesquisador não representa necessariamente um encontro de caráter fechado.

Para condução das entrevistas e confecção do roteiro, realizei estudo histórico sobre as épocas dos depoentes e do movimento estudantil. Reconheço o desafio imposto ao pesquisador, à sua maturidade e formação, para transcender as limitações de perspectiva de seu tempo. Apoiei-me tanto em livros que abordavam o tema quanto em jornais, revistas, músicas e literatura da época. Busquei instaurar condições para a realização de um *trabalho da memória*, da memória como atividade do espírito e não como mero arquivo de informações (BOSI, 2003).

Por meio de questões simples e capazes de reclamar uma narrativa, procurei provocar a lembrança de vivências concretas, episódios, fatos, espaços, objetos e pessoas: tudo o que a recordação recolhe e recolhendo examina, julga e discute (GONÇALVES FILHO, 1999). Procurei estabelecer questões que fossem significativas para os depoentes, inspirando-me na experiência que, em alguma medida, nos é comum: a militância estudantil.

O roteiro segue em apêndice, bem como as explicações sobre sua utilização. Depois de concluído, não constituiu instrumento imutável. Houve casos em que foi necessário alterá-lo quase em sua totalidade – comentarei sobre eles antes de apresentar as entrevistas em que essa necessidade de reformulação foi mais pronunciada.

Nem sempre a estratégia empregada de entregar uma cópia do roteiro para o entrevistado pareceu-me adequada. Na mão do depoente, o instrumento é facilmente entendido como um guia fechado, provocando nele o impulso de percorrê-lo rapidamente, sem evocação cuidadosa de cada um dos temas. Da outra parte, há sempre o perigo de do pesquisador apegar-se ao roteiro. Em momentos de insegurança, é forte a tentação de passar rapidamente para a próxima pergunta, de tomá-la como saída para uma situação que não compreendemos bem ou que nos parece constrangedora. Há estranhamentos entre entrevistador e entrevistado, há momentos de tensão ou de silêncio; há outros em que aparentemente o trabalho da memória segue por uma trilha desconexa ao tema de pesquisa.

É necessário que o instrumento permaneça em segundo plano; seu papel é lembrar ao pesquisador os estudos preparatórios que realizou e seus horizontes de pesquisa. Nada mais. Isso

não é um detalhe. Uma entrevista mal preparada, com um pesquisador que pouco sabe sobre o período histórico em que viveu o entrevistado, ou sobre aquilo que pretende estudar, deixa sem solo pesquisador e depoente. Corre o risco de levar a respostas estereotipadas ou pouco trabalhadas; sobretudo, conduz a uma narrativa que não revela aquilo que o entrevistado tem de singular e original em relação ao que já foi pesquisado e registrado pela historiografia. Pode levar o pesquisador a crer precocemente que esgotou seu trabalho, que já sabe o que tinha que saber; pode dar a frustrante impressão, ao entrevistado, de que não tem mais nada a dizer. São riscos potencializados por contatos apressados, e pela crença difundida de que qualquer estudo ou normatização preliminares, simbolizados pelo roteiro, necessariamente engessaria o caráter espontâneo que deve prevalecer em uma entrevista memorativa.

2. Militantes

O termo militante, na falta de outro e pelo hábito da política, manteve-se nesta pesquisa. Mariinha fez uma bela crítica à palavra apontando sua origem etimológica ligada à palavra *militar*, no sentido bélico. Veremos depois como essa objeção dá a pensar.

Para o momento, neste trabalho, a palavra militante designa aquele que defende uma causa, engajado em organizações e grupos. Tal como aqui empregada, tem caráter eminentemente político, significando dedicação e participação no movimento estudantil e em organizações, sejam partidos ou grupamentos clandestinos. Não se trata aqui de qualquer engajamento, mas daquele dedicado a alguma das variadas formas pelas quais a esquerda apresenta-se. E esquerda aqui é um termo sem o qual uma pesquisa sobre militância torna-se ininteligível, ou comprometida ideologicamente. Meu enfoque incidiu em pessoas, estudantes que, em diferentes contextos, organizaram-se em torno de idéias e ações de transformação social, de luta em benefício das classes pobres, em que pesem seus equívocos, idiossincrasias, contradições e a multiplicidade de rumos e posições de seus grupos e partidos políticos.

Entre os militantes, há diferentes regimes de atenção. Há aqueles dedicados às melhorias no curso de graduação, ocupados nas lutas internas à Faculdade ou Instituto; há aqueles cujos esforços estão voltados para a revolução, para a transformação geral do país e do mundo. O termo militante não equivale as diferentes causas defendidas, formas de participação e de engajamento.

A definição de militante é tema complexo e voltará à cena, ainda que de maneira esparsa e pouco sistemática. Para o momento, basta lembrarmos que a escolha dos entrevistados teve como base elementos simples. No jargão político, não houve critérios ligados à tentativa de

mensuração da importância política dos “quadros” na conjuntura do movimento, privilegiando a hierarquia entre militantes e a importância dos grupos e partidos no contexto geral. O centro da escolha foi terem passado por uma experiência forte o suficiente, irreversível no tempo, estabelecendo neles uma *comunidade de sentidos* eminentemente política, reconhecida por seus colegas e ligada a esse pequeno espaço universitário. Bastou assim que tivessem militado cerca de quatro ou cinco anos durante a graduação no IPUSP; que seus contemporâneos lembrassem com destaque deles e de sua participação; e que eles mesmos considerassem seu próprio engajamento pessoalmente e historicamente significativo.

Diferente de pesquisas cujo enfoque e valor consiste em dar ouvidos a quem historicamente foi silenciado, trata-se aqui de compreender, ouvir atentamente aqueles que nunca se calaram, ou o fizeram sob condições de ditadura. Sobre os militantes também recai o peso da sociedade de classes, seja de maneira sutil, seja de maneira descarada, na violência crua de um regime militar. Em suas falas, o silêncio, a consternação, o choro, também comparecem e manifestam opressão, impasses e contradições sociais.

Os militantes, assim como todos nós, sentimos em nossas vidas a incidência dos acontecimentos sociais. Mas neles, a leitura da sociedade, suas perspectivas e preocupações tocam espaços alargados do contexto político e os trazem para a esfera concreta do engajamento diário. É diferente do telespectador de noticiário, ou dona de casa ou do trabalhador em seu cotidiano, sem dúvida afetados pela política geral. O militante aprendeu a se defender, a falar, organizar-se, agir e re-agir de maneira sistemática e integrada a outras esferas de existência. História, acontecimentos sociais e destinos pessoais, para o militante, contam em um regime singular de atenção, e isso repercute em seu trabalho memorativo.

Segundo Agnes Heller (1970), a vida cotidiana é a vida de *todo* homem, do homem *inteiro* e imerso nos hábitos, valores e costumes de sua coletividade. Ela absorve todos os sentidos, e ao mesmo tempo os reduz ao necessário para a convivência e manutenção da existência tal como configurada pela sociedade. Nela, encontramos as regras e normas sociais, os hábitos e costumes que perfazem nosso dia-a-dia, rotinas necessárias para os estudos e trabalhos da graduação.

Mas a vida cotidiana não está fora da história, é sua verdadeira essência: “As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade” (HELLER, 1970, p. 20).

Não há portanto uma barreira intransponível entre vida cotidiana e aquilo que a autora distingue como *genericidade humana*. O que permite a superação da cotidianidade é a ruptura de sua

característica heterogênea, e a conseqüente homogeneização que o indivíduo faz em relação à sua participação mundana.

Ninguém consegue escapar totalmente da vida cotidiana e habitar exclusivamente a genericidade. No caso dos militantes, o que os distingue não é uma cisão absoluta da condição estudantil da qual partiram e que comungam com os colegas. O que lhes acontece é uma diferenciação a partir desse cotidiano juvenil e estudantil comum, um redirecionamento singular expresso no papel que o engajamento ocupa em sua existência concreta. Para Heller (1970), o que distingue o grande estadista ou revolucionário é que sua paixão e atividades básicas são indissociadas da genericidade humana, e portanto a singularidade de seu dia a dia é habitar o que, para os outros, é uma ocasião fortuita, uma quebra na imersão cotidiana.

Mesmo não sendo estadistas ou coisa que o valha, o distanciamento vivido pelos militantes coloca-os na fronteira das perspectivas estudantis, a meio caminho entre a consciência comum dos colegas e os horizontes mais alargados para os quais seu engajamento e envolvimento com as lutas sociais o direciona. Os militantes, sob a perspectiva política, são portanto representativos da visão de mundo estudantil, à semelhança daquilo que Lucien Goldmann (1970), refletindo sobre o estudo de obras de grandes pensadores, designou como *consciência possível* de um grupo ou classe social, e que nos serve de parâmetro para compreender os limites e potencialidades destes em determinadas conjunturas.

Mas não se deve concluir disso que o militante é uma espécie de evolução do estudante. Sob a perspectiva pública, ele de fato supera a compreensão comum em impostações cada vez mais complexas acerca das determinações históricas e sociais que incidem no cotidiano vivido. Deve-se compreender o regime de consciência que se instaura como algo que, partindo necessariamente do cotidiano, estabelece com ele ora relação dialética, retornando a ele e dele recebendo novos significados; ora relação antagônica e de supressão, afastando-se dele e perdendo o lastro de realidade e comunidade que partilhava com a consciência ingênua.

É importante enfatizar que a própria experiência política por vezes é tomada pela cotidianidade descrita por Heller, e essa penetração dá-se de maneira mais intensa na sociedade capitalista. Fiquemos com a expressão de uma militante, Simone, quando lembra de seu percurso na política estudantil e afirma: “o militante também se aliena de um monte de coisas” (MORTADA, 2002).

3. Notas sobre o processo de entrevista

Minha intenção durante as entrevistas seguiu recomendações expressas por Ecléa Bosi sobre o encontro entre entrevistador e entrevistado, a qualidade do vínculo que se deve estabelecer e a experiência que tal encontro pode significar para ambos. Diz a autora (2003, p. 60-61):

A entrevista ideal é aquela que permite a formação de laços de amizade; tenhamos sempre na lembrança que a relação não deveria ser efêmera.

Da qualidade do vínculo vai depender a qualidade da entrevista.

Se não fosse assim, a entrevista teria algo semelhante ao fenômeno da mais-valia, uma apropriação indébita do tempo e do fôlego de outro.

Narrador e ouvinte irão participar de uma aventura comum e provarão, no final, um sentimento de gratidão pelo que ocorreu: o ouvinte, pelo que aprendeu; o narrador, pelo justo orgulho de ter um passado tão digno de rememorar quanto o das pessoas ditas importantes.

O local em que ocorreram os encontros não pode ser desconsiderado. O ambiente de trabalho, a casa, uma lanchonete na USP... Para cada militante, um espaço de significações distintas, cuja importância será comentada.

Sabemos que só é possível realizar uma entrevista de caráter memorativo quando se estabelece certa afinidade; caso contrário, restringimo-nos àquilo que geralmente vem no primeiro encontro: uma espécie de prévia, de preparação condensada. Há quem pense que a entrevista se esgota aí. Mas reduzi-la assim é desconsiderar que o trabalho memorativo requer uma espécie de fôlego, de pausas e voltas que permitam o retorno a temas primeiramente evocados; da atenção para pequenas pistas que figuraram como detalhes no primeiro encontro, mas a partir das quais tocamos em algo precioso.

Uma entrevista de memória é um esforço tremendo para o entrevistado, caracteriza um momento de dedicação, autorreflexão e enfrentamento de impasses e angústias pessoais. Por vezes, é necessário dar tempo para que o entrevistado recobre-se, recomponha-se para enfrentar novas barreiras, sofrimentos e interdições que a entrevista provocou. E tal enfrentamento depende também de situações do presente, de acontecimentos da vida presente que se intercalam aos momentos de entrevista. As dificuldades de agendamento das entrevistas, por vezes, são essenciais.

Trabalho de pesquisado e pesquisador: trabalho também de “ser forte para ouvir”, como me disse Mariinha.

Esse tipo de entrevista deve durar tempo suficiente para que o entrevistador freqüente, ainda que de maneira efêmera, os tempos do depoente: visitei o tempo de Mariinha, em momento difícil após a morte de seu marido; o tempo e espaço de Lúcia, seu deslocamento em relação à vida anterior na Maria Antonia; hospedei-me na casa de Luís Carlos durante a semana que estive em Assis; organizei-me no tempo das sessões de psicanálise no consultório de Elias.

Quando sabemos que a entrevista *acontece*? Ficamos impregnados por ela, tomados por seu fluxos; pelos assuntos e circunstâncias que traz. Por mais que o pesquisador não concorde com o entrevistado, a sucessão de encontro nos coloca tão próximos à experiência que é quase impossível não viver uma espécie de encantamento.

Se não fosse assim, se assim não experimentássemos, estaria comprovada nossa insensibilidade definitiva e irreversível à narrativa. Sabemos com Walter Benjamin (1994) o quanto essa experiência nos é distante na atualidade; portanto pode-se imaginar o esforço tremendo que pesquisador, entrevistado (e agora o leitor) devemos fazer para encontrar alguma centelha desse antigo ofício.

A semelhança e o poder desse tipo de entrevista com a relação terapêutica é evidente. Desnecessário insistir no tema. Basta enfatizar como a memória precisa de nós, como precisa das perguntas dos mais novos. Mariinha fala de Dostoievski: Memórias do subsolo; lembrou depois de Em busca do tempo perdido:

O tempo perdido é aquele que precisamos recuperar para sermos mais complexos, termos mais raízes e, portanto, sermos mais livres. O sentimento tem o papel de amálgama no condicionamento da lembrança. Esse tempo perdido, quando é descoberto, permite que a dor seja suportável.

[...]

Parece que eu cresci, que ganhei mais massa; agora isso faz parte de mim... Tudo vem fresco para mim. E o tempo, nesse momento, é superado. Configura-se um espaço muito mais livre, habitado por todos, por pessoas que morreram... Você só tem liberdade se é inteiro. Quando você suprime o tempo e tem os fatos da memória, as pessoas são imensas, são completas, você pode mergulhar em uma pessoa e ficar muito tempo...

[...]

Seu papel é da criança que pergunta. Sem a pergunta, o velho não fala. Ele pode ter vivido, mas não fala. Me senti bem com isso, lembrei essa sensação da simultaneidade. Recordar: recolocar no coração.

4. Transcrição, edição e apresentação das entrevistas

Em uma pesquisa desse tipo, o processo de transcrição é *interceizável*, não se presta às atitudes desesperadas frente aos prazos cada vez mais restritos para a conclusão das Dissertações

e Teses. Dediquei-me pessoalmente à tarefa. Para o pesquisador, trata-se de retorno ao momento do encontro; ouvindo passagens repetidas vezes, lembrei gestos, expressões, atentei para aquilo que não havia se destacado num primeiro momento. Durante a escuta, reservando a atenção apenas à voz, estamos mais centrados no percurso da fala, nos caminhos que ela estabelece. Apareceram mais nítidas as primeiras relações entre as lembranças e os assuntos que motivaram a pesquisa; a comunicação entre os depoimentos e os autores começa a ser anunciada. Fiz apontamentos, registrei idéias incipientes a serem desenvolvidas. O processo de transcrição inicia o trabalho de análise.

Na edição das entrevistas, procurei tornar os depoimentos mais apropriados à leitura, sem ferir o estilo da narrativa dos depoentes e tampouco o conteúdo daquilo que trouxeram. Preservei, a todo custo, as características essenciais do campo de significação que estabeleceram.

Os trechos aparecem na ordem em que sucederam. Representei supressões, divisões entre assuntos e entre fluxos narrativos por espaços entre parágrafos.

5. Perspectivas de interpretação

Percorrendo os depoimentos, procurei reconhecer sentimentos, impressões, temas de estudos; procurei completar caminhos que o narrador disparou mas não concluiu. Muitas vezes uma interpretação solicitou apenas apoio naquilo que o próprio depoimento trouxe; noutras, exigiu o recurso a autores.

A lembrança desnuda o que foi empobrecedor e o que foi enriquecedor em nossa experiência. Revela, sobretudo, aquilo que *marcou*; revela aquilo que foi alvo de investimento, de angústias e afetos. Períodos intensos são trazidos com seus pormenores, vivos, suscitando esforço do depoente no percalço dos acontecimentos, das pessoas, das datas e dos lugares. Segundo Ecléa (2003, p. 18), “esquecimentos, omissões, os trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas”. Procurei considerar nos depoimentos os marcos significativos em torno dos quais a vida se concentrou; marcos que distinguem períodos: o ingresso no partido, na universidade, no centro acadêmico; greves, passeatas...

É fundamental para as interpretações que não se compreenda o tempo de maneira mecânica e abstrata. Para Ecléa Bosí, o tempo organiza-se para o depoente através de acontecimentos singulares que preenchem nossa existência, o que denomina *marcos de significação concentrada*.

Convém refletir sobre a divisão social do tempo que recobre as horas do relógio e impõe uma duração nova. Um dia inteiro pode dividir-se

em antes e depois de uma visita esperada. Rememoramos com vivacidade os pequenos incidentes antes de sua chegada, uma flor colhida às pressas, algum arranjo de última hora na casa. E quando a visita esperada se afasta ficamos estupefatos com a rapidez do desfecho e com o vazio que deixou depois de si.

Quando olhamos para trás podemos localizar os marcos do nosso tempo biográfico no tempo solar decorrido. Mais que os astros, pode o tempo social, que recobre a passagem dos anos e das estações. À medida que o tempo social se empobrece de acontecimentos, se afina e esgarça, vai pondo a nu aquele tempo vazio, sem aparas, como um chão infinito, escorregadio, em que os passos deslizam. (Idem, 1994, p. 415-416).

A autora afirma também que “a fonte oral sugere mais que afirma, obrigando caminhar em curvas e desvios, obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa” (BOSI, 2003, p. 20). A atenção aqui deve assemelhar-se àquela dedicada ao conselho. Para Walter Benjamin (1994), aconselhar não é responder uma pergunta, mas sugerir a continuação de uma história. Trata-se de evocar e recompor uma *gestalt* que nos é distante no tempo, um complexo de significações que outrora foi vivo e pulsante, habitado pelo depoente.

Não procurei estabelecer categorias estanques e compartimentadas de análise, tampouco relações causais entre acontecimentos sucedidos no percurso dos militantes. Procurei configurar campos de significação concentrados, totalidades estruturadas concernentes ao tema de estudo da pesquisa.

Mas aqui a estratégia para interpretação recebe influência decisiva do pensamento marxista. Busquei não perder de vista as contradições imanentes à sociedade de classes, bem como a perspectiva de que o mundo é apreensível, em primeiro lugar, em sua aparência.

Para Lukács (1923/2003), o método marxista não se distingue pela prevalência dos fatores econômicos sobre os demais, mas pela perspectiva da totalidade, única capaz de superar a imediatividade e superficialidade com que o real se apresenta. Sob essa perspectiva, o conhecimento do real é possível apenas pelo esforço de integração dos diferentes fatos da vida social. Embora a construção do conhecimento deva necessariamente partir daquilo que é imediato à percepção e ao pensamento, é necessário que rompa essa superfície. Nada mais do que a tese marxista de que o concreto é síntese de múltiplas determinações.

O conceito de totalidade, metodologicamente, indica que o foco de estudo, apesar do recorte que se faz a partir da perspectiva de pesquisa, não é tratado em isolamento ou decomposto em partes, mas concebido historicamente e indissociável do mundo que o cerca. Diz Lukács (Ibidem, p. 107):

O isolamento – por abstração – dos elementos, tanto de um domínio de investigação quanto de conjuntos específicos de problemas ou de conceitos no interior de uma área de pesquisa, é certamente inevitável. O que permanece decisivo, no entanto, é saber se esse isolamento é somente um meio para o conhecimento do todo, isto é, se ele se integra sempre no contexto concreto de conjunto que ele pressupõe e ao qual apela, ou ainda se o conhecimento abstrato do domínio parcial isolado conserva sua “autonomia”, e permanece um fim “em si”. Para o marxismo, em última análise, não há, portanto, uma ciência jurídica uma economia política e uma história etc. autônomas, mas somente uma ciência histórico-dialética única e unitária, do desenvolvimento da sociedade como totalidade.

Não se trata portanto de atitude investigativa marcada por abrangência excessiva; tampouco de uma concepção abstrata e intemporal que supõe espécie de ligação cósmica entre todos os elementos do real. Karel Kosik esclarece o termo e o caminho metodológico sugerido pelo marxismo:

Na realidade, totalidade não significa *todos os fatos*. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser relacionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – ,se são entendidos como partes estruturais do todo. (1976, p. 35-36, grifos do autor)

Continua Kosik (Ibidem, p. 41-42, grifos do autor):

Ao contrário do conhecimento sistemático (que procede por via somatória) do racionalismo e do empirismo – conhecimento que se move de pontos de partida demonstrados através de um sistemático acrescentamento linear de fatos ulteriores –, o pensamento dialético parte do pressuposto de que o conhecimento humano se processa num movimento em espiral, do qual *cada início* é abstrato e relativo. Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos, e de noções a outras noções. É um processo de *concretização* que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento *recíproco* e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade.

Quem sabe, talvez inspirado pela inusitada proximidade que os estudantes da Maria Antonia estabeleciam entre behaviorismo e marxismo, vendo principalmente no pensamento skinneriano a formulação de uma psicologia ligada ao mundo concreto, em oposição à psicanálise, tida como “metafísica e burguesa”, não resisti à tentação de fazer algo parecido em outro sentido, na direção da Psicologia da Gestalt. A concepção epistemológica gestaltista, sabe-

se, é bastante distinta do marxismo. No entanto, aproxima-se pontualmente em algumas de suas preocupações, evidenciando pelo menos um alvo comum de críticas: as perspectivas atômicas e mecanicistas inspiradas no positivismo. Os conceitos de Campo psicológico e Espaço Vital se orientam nessa direção, assim como a instigante afirmação de Kurt Lewin (1951) de que a psicologia ainda se encontrava em fase semelhante à física aristotélica, dedicada à catalogação e classificação dos fatos observados, e que portanto lhe faltava ascender à compreensão galileana dos fenômenos, estabelecendo sistemas e teorias estruturais, leis gerais capazes de propiciar uma compreensão mais totalizante e menos fragmentária dos comportamentos em um determinado momento.

Mais clara ainda é a proximidade nas observações de Kurt Koffka (1935/1975, p. 33-34) no contexto de contraposição aos behavioristas, quando procura definir o que é uma *gestalt*, fazendo interessantes ressalvas:

Estamos afirmando, pois, que todos os fatos estão contidos nessas unidades ou grupos interligados, de modo que cada quantificação é uma descrição de verdadeira qualidade, cada complexo ou seqüência de eventos um fenômeno ordenado e significativo? Em suma, afirmamos que o universo e todos os eventos nele contidos formam uma grande Gestalt? Se o fizéssemos, estaríamos sendo tão dogmáticos quanto os positivistas, ao dizerem que nenhum evento é ordenado nem significativo, ou os que asseveram que a qualidade é essencialmente diferente da quantidade. Mas, assim como a categoria da causalidade não significa que qualquer evento esteja casualmente ligado a qualquer outro, também a categoria da Gestalt não quer dizer que quaisquer dois estados ou eventos pertençam a uma Gestalt. Aplicar a categoria de causa e efeito significa descobrir que partes da natureza se encontram nessa relação. Analogamente, aplicar a categoria da Gestalt significa descobrir a que partes da natureza pertencem, como partes, a todos funcionais, descobrir suas respectivas posições nesses todos, seu grau de relativa independência e de articulação dos todos maiores em subtodos.

Assim, durante as interpretações não procurei a decomposição e classificação de pequenos elementos, correndo o risco de produzir como resultado uma espécie de coleta de informações estruturada por categorias predefinidas de análise tomadas *a priori*. Esforcei-me para estabelecer interlocuções, reflexões que convergissem sobre a participação política estudantil em seus diferentes tempos. Cada tema do capítulo final corresponde ao esforço de compor campos de sentido em torno de eixos nos quais a experiência militante concentrou-se.

Entre pesquisador e entrevistados supus uma comunidade: participamos todos da militância estudantil. Estamos todos, portanto, autorizados à interrogação e significação da experiência política. Isto implica não a correção de uma perspectiva por outra, mas a comunicação entre elas. Esforcei-me para que teorias e conceitos não prevalecessem sobre

hipóteses e temas trazidos pelos próprios depoentes. Procurei estabelecer o encontro entre autores, pesquisador e os próprios militantes, reservando à palavra de todos a mesma importância. O resultado final da investigação propõe um diálogo alargado sobre a experiência política estudantil.

Reconheço também que as interpretações estão impregnadas pela minha perspectiva de psicoterapeuta. O trabalho da memória pode envolver a elaboração de uma experiência, pode trazer passagens permeadas de angústia e um conseqüente esforço para superá-las. Lapsos, esquecimentos, dificuldades para recordar certos acontecimentos deram margem a hipóteses que levaram em conta, ainda que de maneira pontual, conceitos psicanalíticos como os de *angústia*, *elaboração* e *trauma*, seguindo o pensamento de Jean Laplanche (1987, 1985, 2004). Mas nesse terreno meus estudos foram pontuais e de superfície.

Sei também que os leitores deste trabalho o encontram com expectativas diversas. Por um lado, é necessário dar uma contribuição intelectual ao campo de meu estudo; por outro, as entrevistas e interpretações serão lidas por militantes estudantis. É nesse campo que procurei transitar, sem abrir mão de um pelo outro. Busquei uma forma de exposição que tornasse o texto fluido para leitura, saboroso tal como as entrevistas foram para mim; por outro lado, uma pesquisa exige que não simplifiquemos o trabalho teórico interpretativo.

Por fim, toda pesquisa que vai em direção ao passado deve estar consciente que História e memória em pedaços são características de nosso tempo: pela violência da desigualdade social, pela destruição dos espaços nos quais a memória poderia apoiar-se; pela informação rápida e fragmentada da indústria cultural, que nos oferece presente e passado como artigos de consumo rápido. O passado, para a sociedade atual, não é herança, mas peso morto, perigo e desestabilização para as engrenagens que o sustentam, ou objeto a ser modelado segundo sua imagem e semelhança.

Nesse campo de lutas, a memória tem poder de resistência (BOSI, 2003). É intenção desta pesquisa que seu resultado não constitua espécie de refúgio passadista, mas em impulso ao engajamento dos estudantes do presente. Se recorremos a outros tempos é para que a nostalgia nos revele seu lado militante, que nos sirva de ponto de partida para a crítica da sociedade atual e para sua transformação no futuro.

III. EPÍLOGO DAS ENTREVISTAS

1. Mariinha

É inegável que a entrevista com Mariinha tem papel central neste estudo: foi a primeira realizada após o início do Doutorado, preparou meu espírito para as demais, foi baliza indispensável para ajustes no roteiro e o delineamento dos primeiros temas de interpretação.

Foram diversas as tentativas de encontro com Maria do Carmo. Há tempos Ecléa sugeriu que eu a entrevistasse, ainda durante o Mestrado. No início de 2004, aos poucos, conversamos, em uma fase difícil de sua vida. Seu marido, Michel, adoecera, e viria a falecer naquele ano. Outras dificuldades também lhe pesavam naquele momento, fazendo com que nosso encontro fosse marcado e desmarcado algumas vezes.

Os primeiros encontros foram em sua casa, no Embu. Dos anos 1960, o lugar lembrava os desejos por *uma casa no campo*, harmonia com os bichos, com a natureza... Mas a casa também estava repleta de referências daqueles dias instáveis em sua vida, ou de situações pregressas que lhe pesavam e faziam com que sua atenção pendesse para outros lados.

Realizamos os dois últimos encontros no IPUSP, na sala de Ecléa. Mariinha é professora aposentada do Instituto; voltar só foi possível quando a memória já a havia deslocado um tanto, saído em parte dos “porões do DOPS”.

Não foi fácil. Chegando, falou de seus receios, lembrou das árvores, de objetos; lembrou dos móveis de madeira que ocupavam a sala de Ecléa e que vieram da Maria Antonia.

Do primeiro para o segundo encontro, a entrevista deixou de ser conduzida exclusivamente pelo meu roteiro. Mariinha preparou-se, elaborando uma espécie de guia para sua orientação. Apoiou-se também no livro de Luís Mir (1994) para lembrar datas, acontecimentos e nomes. A partir de então, priorizei perguntas inspiradas naquilo que ela mesma enunciava. Retomei meu roteiro somente no último encontro, evocando marcos históricos e temas para sua apreciação e finalizando a entrevista.

Foram quatro encontros, entre outubro e novembro de 2004, totalizando aproximadamente 10:40 horas gravadas. Logo no primeiro dia, Mariinha afirma uma espécie de vocação para o passado, como quem senta no metrô naquelas cadeiras voltadas no sentido contrário que vai o trem, como que para prolongar os momentos que se deixa para trás.

Então, senta-se a minha frente, pega um cigarro. Não fuma há tempos, mas na Maria Antonia fumava. Dá tragadas, sem acendê-lo. Indicação explícita de algo que se dá também no corpo.

Não é de se espantar que antes do terceiro encontro eu tenha sonhado que estava na rua Maria Antonia. No sonho, havia uma árvore frutífera, à frente do prédio... A sensação era boa. Mariinha me jogou existencialmente naquele lugar¹³.

Realizei o segundo encontro logo depois da divulgação das fotos de Vladimir Herzog na prisão, e da nota do assessor de imprensa do Exército referindo-se elogiosamente à conduta dos militares durante o Regime Militar.¹⁴ Parecia uma espécie de resquício de 1964, como que lembrando que a Ditadura era coisa recente. Bastou para que Mariinha revivesse a perplexidade com que muitos receberam o Golpe Militar.

Outro acontecimento próximo à realização das entrevistas foi a eleição para a prefeitura da cidade de São Paulo. Marta Suplicy e José Serra se enfrentariam no segundo turno, com vitória tucana. Mariinha relaciona a eleição com aquilo que apontou como “ilusões da Maria Antonia”.

Mariinha ingressou no curso em 1962, na primeira turma de graduação em psicologia na USP. Militante do Partidão (PCB), fez parte do antigo Centrinho. As pessoas, companheiros ou opositores, são evocadas com respeito e amizade. Mariinha lembrou-se especialmente de Aurora, mas também de tantos outros companheiros cujos nomes fez questão de registrar por completo. A esse respeito, acresci notas no texto de sua entrevista, feitas a partir de revisão cuidadosa realizada pela própria depoente.

Como deve o entrevistador preparar-se para ouvir sobre a morte bruta? Como compreender a atmosfera em que assassinatos e suicídios impuseram-se no cotidiano? Havia lido sobre a morte de Aurora, sabia do tiroteio, da coroa de cristo... Conhecia detalhes que Mariinha não lembrava: nada atenuou em mim o impacto que a escuta do episódio lembrado provocou.

¹³ *Existencialmente* aqui tem o sentido sartreano com o qual os militantes empregaram o termo, e que eventualmente menciono nas interpretações sem maior aprofundamento. Em poucas palavras, nessa acepção, existência opõe-se a essência, designa a realidade vivida em oposição às abstrações e teorias.

¹⁴ Pode-se acompanhar o acontecido pelos arquivos da imprensa. O jornal Folha de São Paulo apresentou ampla cobertura nas edições de 19 a 23 de outubro de 2004.

2. Lúcia

*Aucun de nous n 'est jamais rien d'autre que ce que le monde autour de lui a décidé qu'il est.*¹⁵

(Jean d'Ormesson, *Au plaisir de Dieu*, citado por Lúcia em suas *Lembranças...*)

Quando a instituição apaga sua memória, quando seu passado se esgarça no cotidiano, geralmente as pessoas que fizeram parte dessa história somem de seu espectro. Foi assim entre Lúcia e o IPUSP.

Seu nome chegou-me por Ecléa. Militante da VPR, amiga e companheira de Iara Iavelberg, foi forçada à interrupção de sua carreira docente no IPUSP e ao exílio em 1969. Desde então, um périplo incrível: o abrigo em um convento antes da aventura para sair do Brasil; depois, do Chile a Paris, e de lá à África, até retornar ao Brasil na década de 1980, por Brasília e então, finalmente, Belo Horizonte.

Diferente de Mariinha, Lúcia saiu do Instituto não pelo tempo da aposentadoria, mas de forma abrupta e violenta, como tantos outros militantes das organizações de esquerda. As marcas desse golpe são perceptíveis em sua trajetória, em seu percurso de vida forçado em outra direção. O destino acadêmico não pôde confirmar-se, foi afastado *fora e dentro*: fora, pela interdição objetiva da repressão; dentro, por barreiras que o corpo e o espírito precisaram erguer entre passado e presente.

O corte entre Lúcia e o Instituto manifestou-se na dificuldade de encontrá-la. Tive sorte de o sobrenome *Sarapu* não ser comum, e de existir hoje a indiscrição da Internet. Encontrei o telefone de seu ex-cunhado, que me deu contato de Lúcia em Belo Horizonte. Então, conversamos. Marcamos nossa primeira entrevista aqui em São Paulo, na casa de Stela, sua amiga e parte desta história.

Cheguei em boa hora. Coincidências dessas que nos ajudam. Lúcia acabara de escrever um texto sobre suas memórias, que comparece citado no corpo da entrevista: *Rumo à estação Liberdade: lembranças de uma velha senhora*.

Por não aceitar os limites impostos pela minha memória, causadores de sofrimento, de perda, escolho esta forma de enfrentamento que é escrever, registrar. Colocar sob forma escrita, ou seja, usando a palavra para se comunicar com outros, o que ainda permanece em minha memória, e que pode assim se transformar também em ferramenta para ajudar-me nesta etapa de minha existência.

¹⁵ Nenhum de nós é, jamais, nada além daquilo que o mundo ao seu redor decidiu que seja (tradução minha).

Assim fico ao sol, projetando sombras e, ao me rever, ganho mais certeza no que marca meu existir, jogando luz para dentro e buscando clarear o que acredito saber de mim e, conseqüentemente, dos outros. Escrevo, pois esta é também uma forma de sobreviver. Meu amuleto chinês é daruma, ou seja, perseverança: para lutar contra o apagar da memória e a morte.

Há um outro motivo, talvez pretensioso, quando sinto-me como espécime de um grupo histórico em extinção e que, tendo vivido tudo o que o breve século XX ofereceu, aqui no Brasil, à geração do pós-guerra, vai buscar eco entre sobreviventes como eu, se conseguir segurar um pouco da areia que já vai escorregando por entre os dedos, com a finalidade de imobilizá-la e desse modo poder exibir o que dela sobrou.

Todo primeiro encontro tem características sintéticas; tem também um tom de reconhecimento e estranhamento. Não foi diferente com Lúcia. É comum que militantes questionem se são as pessoas mais indicadas para a entrevista. Os motivos dessa insegurança variam, desde se julgarem desimportantes no quadro político geral da época, até considerarem que esqueceram muitos episódios, pessoas e datas imprescindíveis para um levantamento historiográfico.

Mas entre mim e Lúcia, nesse primeiro dia, houve também um hiato de expectativas. Orientei a depoente sobre o estudo, seu enfoque sobre o movimento estudantil. Ouvindo minhas perguntas referentes ao movimento estudantil e à militância, Lúcia sentiu certo desconforto. Disse-me algo assim: “talvez eu não seja a pessoa mais indicada para a entrevista. Sobre movimento estudantil, você deveria entrevistar Elias ou Laerte. O que fizemos na VPR não foi *militância*, mas ações de vanguarda”.

Continuamos conversando, cumprimos parte do roteiro programado. Pensei no que Lúcia havia dito, e Lúcia, creio, ficou um tanto decepcionada, como quem esperava dizer mais do que havia sido permitido. Despedimo-nos, e disse a ela que entraria em contato para novos encontros. Era dia 10 de outubro de 2004.

Com seu texto em mãos, pensei na hesitação de Lúcia; pensei nos rumos da pesquisa, e se era pertinente continuar a entrevistá-la. Tratava-se de saber em que sentido Lúcia e seu engajamento podiam informar sobre o movimento estudantil. Imaginei que podiam, que sua condição de estudante se comunicava, de maneira ora antagônica, ora congruente, com sua adesão à VPR. Estava certo, pois havia certamente um forte empurrão da Maria Antonia em sua opção, quase que *natural*, pela luta armada. Era o caso de tantos outros militantes, em que pese seu não envolvimento nas entidades estudantis.

Procurei-a novamente, marcamos novos encontros, agora em Belo Horizonte. Foram mais três encontros (nos dias 13, 14 e 15 de novembro), totalizando com o primeiro encontro cerca de 7:30 horas de gravação. Nelas, orientei-me por um novo roteiro, adaptado a partir de seus escritos. Creio que a qualidade da entrevista fala por si, e o que adiantei até o momento, desse hiato inicial entre as minhas expectativas e as dela, deu o que pensar para os temas da pesquisa.

Após a entrevista, Lúcia leu atentamente a transcrição que realizei. Trabalhou para editá-la, e então eu novamente compus o material. O resultado que segue é, portanto, praticamente um texto em quatro mãos, um produto do trabalho memorativo ora diretamente escrito, ora falado e depois transcrito.

Nada mais a dizer, a não ser sobre a acolhida afetuosa, à moda mineira; sobre o macarrão caseiro e as boas conversas, à moda italiana.

3. Elias

O nome de Elias foi lembrado por muitos estudantes de sua época, destacado, junto a Laerte como referência do movimento estudantil. Integrante do MCI (Movimento Comunista Internacionalista), grupo trotskista, sua atuação foi marcada pela participação nas paritárias pela Reforma Universitária, ou pelos embates no curso de Psicologia envolvendo psicanalistas, behavioristas e gestaltistas. Entre os episódios marcantes, participou da ocupação da clínica do curso de psicologia, da qual trouxe lembranças hilárias.

Elias é de família abastada e intelectual. Desde cedo conviveu em sua casa com professores, artistas e intelectuais de esquerda.

Novamente, como em Lúcia, veio o sentimento de não ser adequado para a pesquisa. É patente na entrevista a cisão de Elias em relação à experiência política, a afirmação reiterada de que eu deveria procurar outra pessoa que militou na época, e que tivesse continuado na vida político-partidária.

Daí talvez o estranhamento que senti durante os primeiros encontros, uma espécie de desconforto de quem se comporta de maneira inadequada na casa de alguém que visita pela primeira vez. As perguntas soaram um tanto desencaixadas. Elias leu rapidamente alguns itens do meu roteiro, respondendo de maneira rápida e superficial, procurando identificar o que eu queria – perguntou isso de forma direta.

Assim como na entrevista de Lúcia, insisti, suspeitando que o próprio desencajamento de Elias, sua cisão em relação ao passado militante, seu tom por vezes ácido e debochado sobre as perspectivas políticas da esquerda da época, ensinariam algo importante.

E de fato, a cisão entre o narrador do presente e o jovem do passado, por vezes, é quase abismo. Abismo espacial, de uma Maria Antonia que não existe mais; abismo em relação às perspectivas políticas, trazidas quase como exóticas; cisão de tempos e espaços não mais públicos, mas privados e particulares, à maneira da clínica psicanalítica.

E foi o tempo das sessões de psicanálise que marcou nossos sete encontros, cada um com duração aproximada de 50 minutos (todos em 2005: 15/09, 22/09, 27/09, 20/10, 25/10, 27/10, 03/11), totalizando cerca de 5:40 horas gravadas.

Pesou para minha insistência um aspecto óbvio. Sua disposição em vir ao evento organizado no Instituto¹⁶, em me atender, indícios claros de que se o pensamento político lhe era tão distante, não era assim com o burburinho, a “farra” da Maria Antonia, quando política parecia significar outra coisa. Elias guarda documentos da época com cuidado. Disponibilizou-me cópias de exemplares da *Psi-revista*, escrita por militantes do centrinho; lembra excepcionalmente de datas e pessoas.

Na entrevista de Elias, a lembrança de festas não deve ser tomada como espécie de falta de seriedade. Seu engajamento é recordado com respeito por seus contemporâneos, entre eles Mariinha e Lúcia. Acompanhando a entrevista, surpreendemo-nos com alguém que correu riscos para transportar dinheiro para a guerrilha na Nicarágua.

O tom truncado dos primeiros encontros desfez-se, e eles ficaram descontraídos. Ri com Elias, aprendi com suas críticas ácidas sobre o passado e o presente. Saboreei outros aspectos da Maria Antonia. Talvez, para nenhum dos militantes, as orientações partidárias e estratégias de grupo valerem tão pouco perto das amizades, da admiração por pessoas. A festa, com encontros, conversas, namoros, sobrepõe-se às orientações que sacrificaram companheiros, em especial Iara Iavelberg.

¹⁶ Evento que organizei junto ao CAII: IPUSP 1970-2000, outras memórias: a história do IPUSP contada por alunos e ex-alunos, realizado em 11, 12, 19 e 20 de maio de 2004.

4. Luís Carlos

Luís Carlos da Rocha é professor de psicologia social da UNESP, no campus de Assis. Cheguei a seu nome enquanto me ocupava da organização de evento de memória sobre o movimento estudantil¹⁷, através de professores do Instituto, seus contemporâneos de graduação na década de 1970.

Luís ingressou na Psicologia em 1970, formando-se em 1976. Militou na ORML-POLOP (Organização Revolucionária Marxista-Leninista Política Operária), grupo então minoritário tanto na universidade como no curso. Sua experiência é posterior às de Mariinha, Lúcia e Elias, partindo dos anos mais severos da ditadura aos primeiros anos de *distensão lenta e gradual*. A organização estudantil deixa gradativamente de se apoiar nas organizações clandestinas, fortemente disciplinadas e centralizadas, para permitir correntes estudantis mais abertas e apoiadas em movimentos de massa. A partir de então, surgem as forças originárias do Partido dos Trabalhadores.

Aproveitei uma de suas vindas para a capital para a realização do primeiro encontro, após sua participação em uma defesa de Tese de Doutorado. Atravessamos os corredores da Psico, talvez único remanescente espacial de seu tempo de estudante. Conversamos na lanchonete da Biologia por cerca de duas horas e meia, em 29 de novembro de 2004. Depois disso, prossegui na realização de outras entrevistas, até conseguirmos agendar outro encontro. Dessa vez, viajei para Assis no começo de abril de 2005, hospedando-me em sua casa durante quatro dias para a realização de mais três conversas (07/04, 08/04 e 09/04). Foram, ao todo, cerca de 9:30 horas gravadas.

Tive também o benefício inegável de estar com um professor de psicologia social. Luís perguntou-me algumas vezes sobre o que eu queria apontar como Tese; sugeriu, no final, que pensasse em um plano, em um esquema. Foram recomendações que se encontraram com as de Ecléa naquele momento, quando minhas investigações careciam de um rumo mais definido.

Estar hospedado na casa de Luís teve seus efeitos. Senti-me, ao mesmo tempo em que acolhido, como que em regime permanente de pesquisa. Não conseguia desviar minha atenção do trabalho, desfazer-me, pelo menos em parte, de uma certa atenção investigativa. Mesmo em momentos descontraídos, por vezes conversas nossas me suscitavam perguntas para a entrevista que se daria no final da tarde e início da noite; não foram raros os momentos em que, durante o dia, anotei temas e perguntas a serem colocados em momento oportuno.

¹⁷ Idem.

Apesar disso, espero não ter sido um hóspede exaustivo, daqueles que não vemos a hora de que partam. Creio que não, especialmente pela empatia durante a entrevista.

Estar em sua casa fez com que eu habitasse seu cotidiano. Na época, Luís era coordenador do curso de psicologia, responsável por um programa de atividades culturais - exposições, shows, saraus... Suas ações confirmavam e retomavam preocupações do militante, para quem política e cultura são campos muito próximos.

Sem dúvida, foi o professor que conheci cuja perspectiva é mais próxima dos estudantes. O contato com os alunos era próximo e amistoso. Sem paternalismos ou infantilizações, preocupava-se em vê-los longe da cidade de origem, expostos às dificuldades da fase de vida que atravessavam. Estava atento também a seus interesses e preocupações políticas, com olhar crítico, mas sem o ranço com o qual por vezes militantes mais velhos julgam os mais novos.



Imagem 4: Entrada do prédio da Maria Antonia.

Foto editada a partir de imagem disponível no site www.usp.br.

IV. ESTÃO ABERTAS AS INSCRIÇÕES

MARIINHA

O início do interesse pela militância me é bastante claro. Como disse, sou alguém que, no ônibus ou trem, senta no banco voltado para trás, para prolongar a existência daquilo que passou, antes que vire passado.

Detesto a palavra militância, não sei porquê. Preciso saber. Gosto da palavra política.

Não veio por idéias, nem palavras. Veio por sentimentos. Morava em Dois Córregos, estava no ginásio. Minha mãe era professora primária, meu pai era diretor do grupo escolar. Como a casa da gente era alta, do quintal eu via mato, e do outro lado, por cima do muro, as casinhas na rua do lado. Comecei a ver a pobreza. Eu chorava muito, porque via as crianças... Embora não fossemos abastados, comecei a constatar que existiam pessoas que viviam pior que eu, que podiam estar passando fome, ou pelo menos viviam em uma insegurança maior. Lembro que na época havia fartura, todo mundo tinha laranjeira em casa... Não se comprava essas coisas. Para você ter idéia, não existia supermercado. Os vizinhos compartilhavam as frutas que plantavam: jabuticaba, laranja... Ninguém passava fome, mas você via a pobreza pelas coisas, pelas roupas.

Na época, só sabia rezar, era de família muito católica. Eu rezava pelas pessoas, para que Deus fizesse justiça, de dar alguma coisa, de distribuir.

Carne a gente não comia sempre, era controlado. A única coisa que não era controlada era a leitura, podia comprar livros. Essa parte literária era farta. Entrei em contato com essa carência do outro, e vim a saber mais tarde que também não tinham essa parte da cultura.

Pensava: o que eu faço com essa dor? Rezava.

Eu tinha 13 anos de idade. A gente lia coisas, ia filosofar. Lia Graciliano Ramos, livros que eu pegava na estante do meu pai. Tocávamos piano em casa. Era uma turma que gostava de música, pintura, e sobretudo literatura. Lembro que se falava do Sartre na época. Que delícia...

Doutor Chopin Tavares de Lima foi ser promotor de justiça de Dois Córregos. Não lembro como nos conhecemos, mas de repente estávamos eu e meus amigos na sala dele, e ele dando uns livros para a gente, do Pierre Lebreton... Aqueles padres trapistas franceses, padres operários. Depois, víamos alguma coisa de arte, da diferença entre arte popular e arte erudita... Ficávamos ali tardes e tardes de sábado. Alguém lia o texto e a gente discutia... Uma juventude gostosa.

Não sei se antes ou depois disso eu fundei o grêmio da escola. Não lembro exatamente como, mas fizemos um jornalzinho, um programa de rádio... Só bobagem. E música clássica. Todo mundo achava a gente umas chatas (riso). Eu, a Neide e a Clarice. Todo mundo desligava o rádio.

Não havia nenhum mentor, a política surgiu ligada à nossa juventude, a esse grupo de amigos que desabrochava, florescia.

Depois, nos ligamos ao padre Barnabé, que deu licença para usarmos a paróquia. Todos nós éramos católicos, mas questionávamos, éramos críticos à instituição. Mas profundamente religiosos. Passamos a usar a igreja para enfrentar essa dor que a pobreza nos causava. Fazíamos levantamento das famílias pobres que existiam, levávamos coisas... Como a gente era muito jovem, achava que alegria era ganhar coisas no natal. Nossa grande militância na época foi perder fins de semana para fazer gigantescas estrelas para pendurar no coqueiro que havia na praça, fazendo dele árvore de natal (riso), e dar coisas para as pessoas: presentes para as crianças e comida para as famílias. Tenho até vergonha de falar que nossa militância era isso.

Havia outras coisas de pano de fundo. Por exemplo, uma moça, a Virgínia, que saiu de lá para fazer USP, que foi presa em uma manifestação... Depois, foi candidata a vereadora em Dois Córregos. E eu falei contra ela; eu era uma pequeninha, não era nada. Pensava: “se fez lá fora e veio mudar as coisas aqui?”. Depois vim saber que o doutor Chopin era da JUC, e que tinha um núcleo do Partido Comunista na cidade. E eles admiravam a gente. Mas nós atrapalhamos um pouquinho, sem saber.

Eu era grande amiga das pessoas do Partido Comunista, meu professor de história... Pessoas que influíram tremendamente na minha maneira de pensar. As pessoas tinham dificuldade, mas eu estudava, tirava nove, o professor gostava de mim. Mas disputei com eles o grêmio, sem saber o que era grupo político. Mas não fui usada, porque o que existiam ali eram idéias de jovens, adolescentes, sobre como as pessoas se vestirem, comerem; sobre como a música clássica, a beleza de um Chopin, de um Beethoven, podia chegar a todos... A beleza de ler... A parte da política também era valorizada, porque a gente sabia dos comunistas presos. Dois tios, irmãos do meu pai, eram comunistas e foram presos.

Lembro desse grupo de amigos, uma juventude com liberdade. Minha mãe nunca desconfiava quando a gente ia passear. Hoje, a gente fica preocupada quando um filho volta tarde. Antes, não. Não tinha conflito de gerações, tinha conflito de idéias: “isso é careta, isso não serve”. Mas nenhum pai brigava com ninguém, não lembro disso. Ninguém era posto fora de casa. Era uma alegria de viver, de chupar uma mexerica no pé... Era uma delícia. Eu gostava de

matemática, a delícia da gente aprender junto um teorema... Isso não era uma coisa de intelectual, separado desse mundo da casa. O José Luís ia tocar piano todo domingo na minha casa, toda a meninada lá, e meus pais ficavam felizes com aquilo.

Tem tudo isso. Tem a militância na escola, aparece doutor Chopin, que nos traz que nossa existência faz sentido... Basta juntar as partes. A vida dos outros faz sentido. Aquela tristeza que você sentiu vendo alguém passando necessidade faz sentido, tudo está no contexto.

Tem outro fator que está ligado a um despertar para um mundo maior, desigual. Era também muito participativa a vida cultural no colégio. Dona Virgulina, minha professora de matemática, era ligada à SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Ela levava questões do Malba Tahan para a classe. Ela propôs um problema com uns quadrados, fez uma pergunta e eu respondi, fiz um teorema sobre quadrados, de como termina o produto da multiplicação de seus lados. Por exemplo, quatro vezes quatro, 16: um número ímpar, outro par. Sócrates adoraria ouvir isso (riso). Ela me inscreveu e eu ganhei uma passagem para ir para a reunião da SBPC, em Salvador. Meu pai veio comigo, me deu um livro de uma coleção do Jorge Amado: *Bahia de todos os santos*. Eu já lia essas coisas sobre a desigualdade, o sofrimento... Li Dostoiévski, *Recordações da casa dos mortos*, sobre prisões na Sibéria. Falava sobre a miséria moral, física, cultural; a injustiça, a ingratidão... A ida para a Bahia ajudou a colocar todas essas coisas existencialmente: as coisas saem de seu turbilhão e se assentam. Em Salvador, meu caro, é que tinha miséria. São Paulo tinha, *Dois Córregos* tinha, mas Salvador... A beleza natural fica em segundo plano porque quando abri os olhos, vi o que era miséria... A gente ficou em um lugar maravilhoso, no meio do mato, só faltava ouvir o Caimmy, mas tinha pobreza fora dali. Me perguntaram no Congresso o que eu estava achando disso tudo, pensando que iriam ouvir uma grande resposta sobre o congresso, as belezas da cidade... Da minha boca, saiu: “não agüento ver essa miséria aqui, está muito sofrimento nas pessoas! Não sei se um teorema vai ajudar, mas eu preciso fazer alguma coisa por elas!”. Foi em 1957, eu tinha 15 anos.

Daí talvez saiu meu interesse pela psicologia, porque achava que deveria fazer alguma coisa pelo sofrimento humano. A miséria não é só falta da comida. Isso provoca na pessoa um sofrimento psíquico. Falo isso também por influência do Dostoiévski, de um texto dele que estou lendo no momento: a pessoa sofre pela fome e pelo registro que a fome faz em sua existência.

Juntou a experiência da Bahia com minha experiência com os vizinhos, com a pobreza em Dois Córregos, criança chorando de fome... E nem tinha o que repartir. Quem poderia ajudar? Deus. Com o doutor Chopin, talvez nossa ação solidária.

Para mim, fazer faculdade era uma coisa clara. Não podia ficar só com o curso Normal. Queria fazer o clássico, mas minha mãe fazia questão de me dar um diploma. E realmente vim com minha malinha para cá, com o diploma de professora. A delícia da vida é conhecer, estudar. Fiquei em um pensionato de freiras. Dava aula em um colégio na Avenida Paulista, para o 5º ano.

Vir fazer faculdade era uma coisa natural, visceral na gente. Tinha que trabalhar, porque ninguém podia dar mesada, tem que viver do que ganha. E evidentemente você tem que fazer alguma coisa com essa tristeza que está ligada à constatação da miséria, da pobreza, da falta. A faculdade só teria sentido se lidasse com esse problema também. Acredito que assim também foi para a Neide, para a Clarice, para o José Luís. Todo mundo foi para a USP. Eu ia fazer matemática, mas acabei fazendo psicologia porque tinha aquele apelo do sofrimento.

Em suma, vir para São Paulo fazer faculdade e militância política foi como vestir uma luva em uma mão que já está forte, que já existe. Era necessário. Você já vem pronto, e aqui precisa terminar o desabrochar. Não é verdade que pegaram os jovens e induziram. Não, foi uma coisa natural, espontânea. Foi apenas uma continuação daquilo que já havia. Não tinha esses nomes que depois a gente veio dar. Era uma vida, uma existência.

Eu tinha duas mudas de roupa: duas saias, duas camisetas e um conjuntinho. E dava graças a Deus que tinha isso. E comprei um casaco. Na época, as roupas duravam, o casaco ia acompanhar a sua vida. Eu estava um pouco atrasada para entrar na universidade porque não tinha quem me financiasse. Tinha que trabalhar, e o que ganhava não dava nem para o que eu tinha.

Em 1961 meu pai, querido, veio do interior. Ele era diretor na Escola Normal, tinha longa experiência na escolha de cadeiras, do lugar onde você vai lecionar. Eu estava na rede partícula, ia agora para a oficial.

Eu tenho que falar disso... A lembrança da mortadela. Eu já tinha ganho um certo verniz aqui.

O Pensionato de freiras era relativamente caro, consumia o que eu ganhava. Foi a razão de eu largar a Igreja e virar comunista. Imagine que tinha uma refugiada, uma condessa ou princesa húngara. Narita. Linda, alta, um tipo diferente. Ali tinham meninas riquíssimas, que vinham fazer USP ou PUC. Os pais pagavam a mesada, elas tinham carro na porta que buscavam para passear... Gente muito bem posta. Pobretonas, eu, a Clarice e a Neide, que eu trouxe para morar no mesmo quarto.

Então, eu já estava mais sofisticada, aprendendo a comer em um restaurante... A rua Augusta era do lado, já aprendi a comer bonitinho, a comer uma comidinha com champignon... Aí vem meu pai do interior, vai me dar a maior alegria da vida dele, que era comer um sanduíche de mortadela ali perto da estação da Luz, na rua Mauá (riso). Entramos, fiquei assustada porque vi uns tipos estranhos, tomando pinga. Para o meu pai, aquilo era uma maravilha, comer um sanduíche de mortadela na capital! Era tão gostoso... Com guaraná. Que delícia! Foi o sanduíche mais gostoso da minha vida.

Naquela época, a primeira aluna ganhava uma cadeira prêmio no grupo escolar, tinha vaga garantida para dar aula, sem precisar fazer concurso. Pela burocracia, demorava um ano para sair. Em 1960 eu estava dando aula naquela escola na Paulista, morando no pensionato, me situando em São Paulo. Em 1961 eu escolheria o lugar para dar aula. Meu pai veio me ajudar. Passei a dar aula em 1962 no grupo escolar Senador Roberto Simonsen, na Estrada das Lágrimas, em São Caetano. Era o mais próximo de São Paulo, senão teria que ir para o interior. O salário do professor primário era bom. Não tinha inflação. Eu pegava três conduções para ir e três para voltar. Pegava bonde para a Luz, de lá o trem para o ABC, e de lá um ônibus. O dinheiro dava para pagar o pensionato e o cursinho Anglo-latino, que era caro. Mas eu ficava muito cansada, algumas aulas eu não conseguia entender direito. No final, ia bem no cursinho naquilo que já sabia. Comecei a passar um pouco de fome, a passar necessidade, a não ter dinheiro para pagar o pensionato... Desisti de matemática, desisti do cursinho. Em 1962 prestei psicologia, que também gostava. Ficar no cursinho era uma tarefa muito insana, e também já começava a gostar de psicologia, tinha um certo pendor, graças ao Sartre e ao Dostoievski. O existencialismo me ligava à psicologia.

A Psicologia era um departamento da Faculdade de Filosofia, nós tínhamos aulas com o professor Giannotti, o Bento Prado, o professor Cruz Costa... A gente fazia Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, departamento de Psicologia. E adorava.

Entrei em Psicologia em 1962, me formei em 1966. Queria registrar, no vestibular, esses lados de professores que às vezes as pessoas não conhecem direito. Por exemplo, o professor Giannotti, que quando eu ia sair no meio da prova me chamou: “mocinha, mocinha, termine sua prova oral!”. E graças a ele eu passei no vestibular, na prova de filosofia. Era aquela coisa que talvez alguns professores ainda sonhem na Psicologia, de fazer o vestibular local, em cada unidade. Eram provas de português, inglês, francês, filosofia e matemática. Provas escritas e orais. A gente ficava agoniada, mas não era aquela coisa asséptica, com aquele monte de gente. Para a

Psicologia, houve duzentos inscritos. Passaram 20. O professor Severo, de estatística, reprovou oito na prova de inglês, dos vinte que passaram. Pode isso? De 200 inscritos passaram 20, e desses 20 o Severo reprovou oito. Ficaram 12 para cursar psicologia.

Já havia o curso de psicologia, mas não dava o diploma de psicólogo, dava especialização para quem se formou em outras áreas, como filosofia. Acho que a minha foi a primeira ou segunda turma de graduação em psicologia, depois da lei que regulamentou a profissão. No fim, dos 12, cursaram mesmo oito. Então, imagine uma turma com tão poucos. Todo mundo ia na casa de todo mundo. De madrugada, íamos tocar bossa nova, violão... E era uma turma CDF. A gente estudava, era uma delícia.

Eu queria registrar que o professor Severo era uma pessoa maravilhosa. Depois, na época da Ditadura, com o próprio carro dele, cruzou a fronteira e levou gente para a Argentina, Paraguai... Ele era do Partido Comunista. Quietinho, quietinho, com aquela fama de bravo... Fiquei sabendo depois do trabalho político que ele tinha, de militância, de quantas pessoas se salvaram por sua generosidade.

Todo mundo tinha pavor dele na Psicologia. O Severo reprovava todo mundo em Estatística. Era o único que dava teste, o que nos dava uma espécie de *nausée*. A gente era uma turma sartreana, criticava a própria idéia da terapia, do que seria fazer um processo terapêutico, a idéia de cura... A gente questionava isso na raiz.

O Severo incluía uma parte de lógica nas questões, e muita gente reprovava por isso. Ele era um filósofo estatístico, talvez um lógico, que queria que os alunos se desenvolvessem. Dava aqueles testes imensos... Ele levava nossa turma, os nossos oito, para a casa dele. Até hoje passo lá em frente, no Pacaembu, e sinto saudade. Saíamos da Maria Antonia e íamos para lá, conversávamos de poesia, filosofia, política, música...

Começamos a ter aula de biologia na Cidade Universitária; estava começando a inaugurar coisas lá. Todo mundo levava marmita, comia junto, não tinha lanchonete.

O salário de professor era bom, dava para pagar o pensionato, minhas andanças, minha muda de roupa, o cursinho... Mas dava justo, não comprava uma bala a mais. E eu comecei a atrasar, às vezes, o pagamento do pensionato. Não tinha multa, mas as freiras ficavam bravas. Não entendo as ordens, acho que eram Irmãs da Rosa Mística, cuja função era prestar assistência à juventude. Um projeto muito bom. Mas eu via uma espécie de pressão quando atrasava. Jamais deixaria de pagar. Aprendi com meu pai a pagar o que devo. Deixaria de comprar minha muda de

roupa, mas pagaria o cursinho. Mas ficava a pressão. Não fui criada com essa noção, de que alguém poderia não pagar, ou ser pressionado se não pagasse. Isso não existia no meu código moral, que alguém cobrasse alguém. Meu pai e minha mãe não tinham essa idéia, não passaram isso para a gente, que o outro “tem que pagar!”, “tem que pagar!”. Não sei explicar. Comecei a me despertar para isso, que era horrível. Entornou o caldo porque quando eu voltava do trabalho, de São Caetano, já tinha sido o almoço, e ninguém guardava comida para mim. E eu não tinha dinheiro para comer fora. Eu passava fome, literalmente. Pesava 48 quilos. Resolvi transgredir. Comprei um negócio de resistência que você põe na tomada, minha mãe me deu uma panelinha, e eu cozinhava ovo. Comia pão com ovo. Era assim que sobrevivia. Eu pedia para as freiras guardarem meu prato de comida. Não custava nada, mas ninguém guardava. Isso me fazia falta fisicamente, existencialmente. Fiquei muito triste. Quando chegava bispo para missa, algo do tipo, era aquela alegria das freirinhas, alegria, alegria... E aquele horror na hora de cobrar. Cadê o sentimento cristão? Cadê a solidariedade que no interior levava a gente a repartir as coisas? Onde estava? Para mim, a Igreja Católica, o cristo, era um solidário. O cristão era isso. Não somente dar comida, era existencialmente solidário. Alguém que percebe o sofrimento do outro e faz alguma coisa. E alguém não percebe o meu, e usa hábito, é freira! E via a diferença do tratamento em relação à húngara refugiada, ou em relação às minhas amigas riquíssimas. Não me tratavam tão bem, talvez porque eu não me vestisse tão bem. Acredito que elas observavam isso. Na minha cabeça, isso nunca tinha passado. E o prato de comida que me faltava, e eu tinha fome (choro), e isso não podia acontecer dentro da Igreja. E o bispo vem aqui rezar missa e também não se preocupa, então a Igreja é cega para essas coisas, não tem como proposta enxergar isso. Cristo, Deus Pai, continuam, mas essa instituição não é o caminho.

Passou um ano. Quando entrei na USP, já no primeiro ano, comecei a observar as pessoas. Perguntei: “onde é o Partido Comunista? Onde é a sede? Quero ir lá porque deve ser lá!” (riso). Eu que me recrutei. É claro que tinha ouvido falar do stalinismo, já no interior, e odiava essa questão da falta de liberdade. Mas achava que o ideário era da sociedade mudar, de todas as pessoas terem acesso à cultura, à música, à comida... Queria estar onde isso fosse radicalmente colocado, onde a pretensão fosse essa. Aí já havia uma certa perseguição, em 1962, 1963. Ninguém falava que era comunista. Todo mundo sabia que o Luís Carlos Prestes era comunista, que fulano era comunista, mas ninguém se declarava. Não tinha Ditadura, mas tinha aparelho de repressão. Não tem sede do Partido Comunista. Me lembro do Moisés, um aluno mais velho. Foi para ele que perguntei onde era a sede do Partido Comunista (riso): “eu não agüento mais, preciso fazer alguma coisa! Não posso ficar aqui olhando as coisas!”. Ele deu

risada: “não sou comunista, sou contra, mas você é um amor (riso)”. Ele que era um amor. Disse: “vou te falar as tendências aqui, você vai escolher; não vou falar nada contra para você: aqui tem a POLOP (o presidente do Grêmio era da POLOP, o Fuad¹⁸, da Física), um grupo bastante radical; tem a AP (Ação Popular), um pessoal da Igreja Católica, que é bastante marxista; tem a JUC, tem o Partido Comunista...”. Ele devia ser mais ligado à AP. Disse também: “vá procurar o Fuad que ele sabe mais dessas coisas”.

Tinha a AUEP (Associação Universitária de Estudos Psicológicos), precursora do centro acadêmico da Psicologia.

Aquele saguão da Maria Antonia, que perfume, que maravilha... Perfume de vida! Lá eu conversei com o Moisés, descobri que tinha que descer a escadaria para falar com o Fuad, para ao porão, onde era o Grêmio. E lá tinha propostas políticas, sociais...

O térreo da Faculdade tinha duas entradas. Uma para as salas dos professores e para a estatística e matemática, e outra para o saguão principal, onde tinham as salas de aula, e depois descia para a rua Doutor Vilanova. Tinha um térreo ali, que já era o porão, onde ficava o Grêmio. Você tinha que entrar pela Maria Antonia e sair pela Doutor Vilanova, mas era um labirinto: subir escadas de madeira, passar pela biblioteca da Faculdade de Economia e Administração... Era o labirinto da Maria Antonia, que nos salvou muito (riso). Salvou muitas vezes o Fuad de ser preso. A polícia não sabia onde as escadas iam dar. Nessas horas, o barbeiro avisava que a polícia estava lá. Ainda tinha há pouco a barbearia lá na Cidade Universitária. O seu Oswaldo, que tinha a lanchonete ao lado do Grêmio, também salvava o presidente de ser preso.

Porque é um tropel na minha cabeça, na minha vida... Estou lembrando o Proust, que está sentado e de repente aparece a duquesa de Guerantes na frente dele (riso). Realmente estou em plena Maria Antonia com você, subindo e descendo escadas. É um turbilhão esse negócio...

O Fuad continuou a conversa do Moisés: “tem o PC do B, o PCB...”. O PCB chamava Partidão, Dão, ou o Glorioso (riso). Ele me falou da POLOP, que era o grupo dele, que sob o meu ponto de vista, depois, era espontaneísta, pregava a democracia diretíssima. Rosa Luxemburgo era o máximo para eles.

Havia grupos políticos “chiques” (riso), e o mais chique de todos era a Quarta Internacional (riso). Tinha aquele Di Fiore, um conde... A Quarta Internacional guardou aquela história dos primeiros anarquistas russos, que eram nobres. Entre o nobre e o terrorista de esquerda, o anarquista, tem uma vinculação. Li no Dostoiévski e tem mesmo. Aquele sujeito que,

¹⁸ Fuad Saad.

na Rússia, o pai era dono de propriedade de terra, que sabia francês e freqüentava a corte, estudava em Paris no século XIX e tomava contato com a nata da filosofia. Daquele turbilhão em Paris, o cara ia para a Rússia, via a miséria e virava um esquerdista, um terrorista, tentava assassinar o Czar e tudo o mais. No início, foi esse espírito da nobreza que acompanhou o anarquismo, depois é que você tem o operário anarquista. Estou brincando um pouco, mas eram aqueles que tinham acesso a esse tesouro da cultura, essa nobreza de espírito. Nos romances do Dostoievski, a aristocracia se associa a uma nobreza de espírito, talvez por uma afiliação aos livros, à cultura. Mesmo que você pertença à burguesia, à nobreza, o livro é universal. Sabendo ler e entendendo, não importa sua classe social, você tem acesso a esse patrimônio. E na USP a Quarta Internacional eram os filósofos dos filósofos. A Quarta tinha muitos rachas. Falavam da Quarta da Argentina, que tinha contato com discos voadores (riso).

Nós tínhamos o Chico da pasta, que andava sempre com seus livros. Cultíssimo. Sabia russo, sabia muitas línguas... Ele era do Partidão, mas foi da Quarta Internacional. Tinha nossa idade. Ele que contava as histórias da Quarta. Falava assim de canto de boca, baixinho, para ninguém escutar (riso). A Quarta da USP não era essa de discos voadores, havia pessoas admiráveis. Depois eu acompanhei a parte operária deles, tinha um rapaz maravilhoso que fazia filosofia, de origem operária. No meio operário também entrei em contato com militantes anarquistas.

Não tinha direita. Só o CCC no Mackenzie.

O Fuad me mostrou essas coisas, muito brincalhão. Ainda me falou assim: “aquele é o Armando, do Partido Comunista” (riso). Muito introvertido, um amor. Fui procurar ele: “quero participar das reuniões. As idéias são claras, quero mudar a sociedade”. Sentamos para conversar:

M – “Sou contra o stalinismo”.

A – “O Krushev é pelo caminho pacífico...”.

M – “Então é isso que eu quero, porque creio em Deus e jamais seria capaz de matar um semelhante, e também não gostaria de ser morta” (riso) – eu tinha ouvido falar do Prestes, da Intentona Comunista, e era meio contra. Também queria saber se podia ter alguma crença, alguma espiritualidade, senão não me interessava. Ele falou:

A – “O Partido Comunista é aberto; você pode ler no Marx sobre o comunismo primitivo, sobre a tendência humana à sociabilidade. E em Osasco tem uma base espírita do Partido Comunista. O Partido é aberto a essas idéias”.

M – “Se é assim, vou entrar”.

Comecei a ir às reuniões. Eram meia dúzia. Mas era uma delícia, nos reuníamos para estudar, colegas de letras, de filosofia e da Psicologia. Quer coisa melhor?

Independente do Partidão, o Grêmio, em si, era maravilhoso. Tinha um piano, tinha um rapaz ruivo que tocava música clássica, outro que tocava jazz... Havia festivais de cinema: cinema japonês, cinema russo... Íamos também no Cine Niterói. Havia um rapaz, acho que ligado ao Solano Trindade... As pessoas recitavam poesias nas assembléias do Grêmio.

Então, aquele desabrochar do interior teve outra floração: se abrir para o cinema, para a cultura, poesia, filosofia, política... Era tudo junto, não tinha uma separação entre militância política e cultura. Era só a vida que se desabrochava novamente, agora na universidade. Que alegria, que maravilha! As pessoas eram lindas nesse sentido: ninguém sabia só de coisas políticas, sabia muitas outras coisas. Mesmo a minha turma da psicologia, que não tinha tanta vivência política partidária, tinha uma vivência social muito boa, uma vida cultural belíssima. Não se esqueça que você tinha a *Beat generation* nos EUA, com Allen Ginsberg. Aquele outro que escreveu *On the road*... Tinha o Corso... Lia essas coisas. Para nós, os Beatles era pouco (riso). Nós gostávamos dos *Rolling Stones*! Conheci o Cley, meu primeiro marido, no Grêmio da Faculdade.

Era tudo isso, jovens que desabrochavam para uma participação mais universal, experimentando os limites das instituições e dos comportamentos. Até curiosidade em relação à droga. Naquela época era chique você usar com o controle de um psiquiatra psicanalista para fazer experiência. As portas da percepção, de Aldous Huxley... A pessoa passava por análise com LSD. Não tinha drogado, isso apareceu depois. No psicodrama também se fazia experiência com droga. Não era algo doente. Lembro de um professor da fisiologia para quem a maconha fazia parte de uma conspiração contra a juventude e a revolução, fazendo que todo mundo ficasse apático, tranqüilo (risos).

Era um tempo de testar limites também na música. Alguns gostavam do Vandrê, o pessoal da AP. Eu gostava do Caetano Veloso (riso). Tinha uma turma que gostava da revolução explícita, eu gostava da revolução implícita (riso). Era muito careta você só mudar as relações de produção, tinha que querer outras coisas também.

Depois, vim a descobrir que na Faculdade de Filosofia tudo era um fenômeno endêmico. Uma liberdade local, um florescer. Fora, não era bem assim.

Havia pessoas que brilhavam. Regina Schneiderman, Ecléa Bosi, que traduziu o Ungaretti. Luís Otávio de Seixas Queirós, Fúlvia Mott, presidente da AUEP antes de mim... Era muito respeitada dentro do Partidão. As pessoas tinham análises muito boas. Maria Helena Patto, discutia muito, uma batalhadora das idéias. César Ades...

Na rua Jaguaribe, na Clínica, era um caldo de cultura psicanalítica. Ali, as pessoas se juntavam. Pessoas de muitos anos iam para lá, pessoas que não entraram na graduação em psicologia e queriam tirar o diploma de psicólogo.

Fui presidente da AUEP em 1965, 1966. Em 1964 eu só acompanhava, era representante da minha turma. Depois, participava sem ser da diretoria, e depois entrei. No ano da Ditadura fui escolhida para representar a classe, fiquei no lugar do Álvaro Duran. Os representantes de turma escolhiam a diretoria da AUEP. Presidente, vice e secretário. Era um sistema de colegiado. O contato com a base era esse conselho de representantes.

Ninguém queria participar. Na minha classe também tinha pouca gente. Fui representante dois anos seguidos, em 1963 e 1964. Nessa época, a grande questão no Centrinho era se o curso seria parte do Departamento de Filosofia, ou se criaria o Departamento de Psicologia. A minha gestão sempre foi a favor que não saíssemos da Faculdade de Filosofia. Quando muito, criar um departamento. Já antevíamos, naquela época, que na medida em que apareciam professores só de psicologia a coisa começava a americanizar. Isto é, ficar mais tecnológica, e desembocar numa terapia que já ouvíamos falar nos Estados Unidos e tínhamos vergonha. Tínhamos grande respeito pela psicanálise e pela psicologia, mas não pela psicologia científica, separada da filosofia. Tínhamos reservas em relação à psicoterapia. A maior parte da minha turma virou psicanalista, mas boa parte dos alunos virou skinneriano, um fracasso (riso), principalmente as gerações mais novas. Tudo por causa dos professores.

Na minha turma, dona Anita Cabral era uma líder, a pessoa mais ligada ao Departamento de Filosofia. O professor Arrigo Angelini e outros não tinham a força dela. Outro lado forte dela era a formação em psicologia social. Ela foi aluna de mestres da *gestalt*, era amiga do Otto Klineberg. Trazia essas teorias para nós, e eram muito profícuas. O professor Walter, que era assistente dela, trazia o Tolman, uma visão ligada à psicologia cognitiva e animal. Ele tinha um formigueiro na Alameda Gleite. Era um filósofo. Para o Tolman, quando o rato vira no labirinto, cria hipóteses (risos). Até o animal não é um ser apenas condicionado. O animal tem algo de nós, que é a dúvida. Tolman era importante, pois, se para o animal reabilitava a dúvida, para nós, muito mais, como a possibilidade da razão, de uma mente, e não um condicionamento mero e simples. Até as aulas de psicologia animal tinham que circular pela filosofia.

E evidentemente os professores de filosofia caíam de pau na psicologia. Quem dava aula para nós eram o Giannotti, o Bento Prado, o Cruz Costa... Eles caíam de pau na dona Anita. Cruz Costa criticava muito a Psicologia, que queria deixar de fazer parte da filosofia: “você vão

acabar fazendo experimento com bicho, condicionando pessoas!”. Isso pegava na gente, o Centrinho tinha grande preocupação de não tirar as idéias, a filosofia, da formação do psicólogo.

O professor Cruz Costa falava: “eu sou infeliz, porque tenho uma cruz nas costas! (riso). Minha cruz se chama dona Anita, com quem tenho que brigar, duelar nas reuniões da Congregação”. Na verdade, dona Anita não queria um Instituto, mas um departamento. Acho que depois o professor Arrigo Angelini veio com essa idéia.

O mais próximo que eu tinha chegado da psicoterapia era Sartre. Havia certa referência à psicanálise. Até apareceu um certo ramo, que era a psicanálise existencial. Essa meus colegas faziam, nossos pudores teóricos permitiam (riso). Eu não pude fazer, era muito caro. Num certo sentido, faz falta psicoterapia num curso de psicologia.

Psicologia da motivação era a matéria do professor Arrigo. Coitado, ele sofreu com a gente, porque queríamos discutir o que ia ser dado. Imagina se o aluno sabe o suficiente para isso? Nós tínhamos um pouco de arrogância, fomos um pouco cruéis. Se fosse algo mais americano, então não servia. Até que apareceu o Skinner na nossa vida, com o professor Rodolfo Azzi, uma pessoa muito bem formada em filosofia. Ele seduziu todo mundo (riso). A gente dizia para o Walter: “você fala do Tolman, mas e o Skinner?”. Mandavam a gente ler Walden II.

Essas pessoas que iniciaram escolas em psicologia tinham outra formação: um Koffka, um Kurt Lewin, um Freud... Transitavam em tudo, eram pessoas cultíssimas: literatura, filosofia... A gente ia atrás disso; não das aulas, mas das conversas durante o café, a cervejinha...

Uma turma nossa virou skinneriana pela idéia do operacionalismo. Skinner falava que o comportamento operante era condicionado, mas que o importante era a ação, a transformação. Muita gente de esquerda ficou skinneriano por aí. Nós seríamos mesmo condicionáveis, mas como um direcionamento para mudar o mundo. Era assim a cabecinha do estudante de psicologia na época. Eu era mais vinculada a dona Anita e seus assistentes, era amiga desse pessoal. Dona Anita trazia a possibilidade de entender não só a ação, mas também a mente, ou o campo psicológico. Como eu era muito ligada ao existencialismo, isso fazia sentido, se relacionava com o estar-no-mundo, que era preciso ver para compreender a ação. Para Kurt Lewin, mudar o comportamento era fácil, o difícil era mudar a atitude. Como mudar a atitude? Uma das formas era a informação e uma mente aberta, capaz de rever preconceitos. Depois, vieram os estudiosos da escola de Frankfurt. Todo esse pessoal era riquíssimo de idéias. Para nós, era preciso ter uma psicologia capaz de entender o comportamento, a existência e a atitude. E quem apresentava isso era a psicologia social, dona Anita, o cognitivismo. Esses eram os embates

teóricos. O nosso grande problema era discutir isso para tomar posições na Congregação sobre essa separação.

Lembro que na época minha mente se abria para questões sociais, para além da Faculdade. Como fazer a informação chegar às pessoas? Havia uma preocupação com isso, mas não avançava muito na psicologia. Podíamos até ter uma chave, de como se abria a mente das pessoas, mas deveria ser uma militância de grupo político, de Partido Comunista, de POLOP... Isso estava efervescente no país. Havia uma proposta no Governo João Goulart, uma frente por reformas dentro do sistema capitalista brasileiro, no qual o PCB participava. O Partidão não queria fazer a revolução naquela hora, queria reforma agrária, reforma na educação... A gente era a favor de curso noturno de psicologia para os estudantes que trabalhavam. Eu também tinha esse problema.

Depois, começou o movimento dos excedentes, para aumentar o número de vagas, mas eu já não estava. Começava a se formar aquele vestibular mais amplo, tipo FUVEST. Depois, a Iara veio para o Centrinho. Acho que essa foi a plataforma da turma dela. Excedentes eram os que passavam, mas não cabiam nas vagas. Eles acamparam na frente da Faculdade. Entre eles, a líder era a Soninha, estudante de Psicologia, segunda mulher do Fernando Ruivo¹⁹. Foi presa, trocada por refém, e no exílio em Paris dizem que se elegeu vereadora, tendo retornado, com a Anistia, ao Brasil... De 20 vagas foi para 30, 40. Para chegar a 70 foi muita coisa, já era Instituto.

O Centrinho era uma sala cedida pelo Grêmio para a gente, onde tinha um mimeógrafo, uma estante e umas cadeiras. Era tudo ali, naquele porão. Tive duas fases no PCB. Até 1965, o começo, quando peguei o Centrinho e era da célula da USP. Na Psicologia, senti uma grande decepção de ser militante estudantil: “essa ilusão, essa bolha que cerca a Faculdade de Filosofia... Eu saio daqui, o mundo é outro”. Por isso queria curso noturno, para o mundo lá fora entrar, entrar essa efervescência que havia no país. A gente era chamado de reacionário porque era a favor das reformas. A POLOP dizia: “imaginal! Nós queremos estourar o sistema! E a revolução?”. Estava aquela efervescência de grupos. Eu não me contentava com aquela coisa, ali. E depois, comecei a ver que polarizava, Faculdade de Filosofia e Mackenzie: “o que é isso? A revolução vai ser decidida aqui, com o Mackenzie jogando pedra na gente, e a gente jogando pedra neles? Isso que é revolução no Brasil?” (riso). Eu pedi para que o Partidão me pusesse numa base operária, porque não agüentava mais ser militante estudantil. Fui, ainda quando era presidente do Centrinho, para uma base no Tatuapé. E era uma delícia, eram militantes velhos, que já tinham sido presos, gente de luta antiga: sapateiro, operário, padeiro... E eu era a mocinha

¹⁹ Fernando Ferreira.

que veio da Faculdade. O Carlinhos que me levou para lá. O sapateiro, velhinho... Foi preso na repressão contra o Partido Comunista, em 1976, com a morte do Herzog. Foi o último aperto, a vez do PCB. Essa turma sofreu. Essa minha fase foi rápida, vai terminar em 1967.

Fui presa em 1966, em um comício operário. Ainda era do Centrinho. A gente era contra o fundo de garantia e a favor da lei que dava estabilidade ao trabalhador. Eu era por um mundo calmo, para as pessoas não serem sufocadas pelo desemprego. Nada mais justo que isso. Fiquei uns dias no DOPS, entrei num processo interminável, só resolvido em 1969, quando eu estava grávida de sete meses.

Saí do PCB no dia em que começou a sangria entre irmãos. O Marighela era secretário geral do comitê estadual de São Paulo. Quando fui presa, ele estava no comitê municipal. Eu estava na base de bairro quando foi levada sua expulsão, porque ele propunha a guerrilha urbana, a luta armada. E nós éramos pela resistência pacífica. Não significava não fazer nada, mas resistir pelas idéias, cada um no seu local de trabalho: pelo trabalhador, pelo estudante, pelo campo... E mesmo sob Ditadura tentar ganhar as eleições que ainda havia. Quando levaram o assunto da expulsão, achava que eles deviam conviver. Eu não concordava com as idéias que deram na ALN. Houve um entrevero, a Dissidência do Partido Comunista, que nasceu na Faculdade de Filosofia da USP, da qual o Zé Dirceu fez parte, entre outros: o Jeová, o Benetazzo, o Fernando Ruivo, marido de minha amiga Evani... Esses nomes todos não conseguiam mais caber no Partido Comunista, e não existia ainda a ALN. Eles se reuniam pelo comitê estadual e criaram a Dissidência.

Foi nessa época que concorri para o DCE como representante da Filo-USP, e perdemos feio (riso). Foi uma chapa gloriosa, união entre o Partidão e a Dissidência, para a UEE e o DCE da USP. Para a UEE, a gente perdeu, o José Arantes estava na presidência da chapa. O Benetazzo participou intensamente também. Perdemos da mesma forma para o DCE. Meu cunhado, João Ribeiro²⁰, era presidente do Grêmio da Filosofia. Foram presidentes antes dele o Fuad e o André Villasboas. O Partidão e a Dissidência perderam o DCE para a AP e idem a UEE. Foi um ano de perdas. Perdi no Centrinho (AUEP) para a Iara Iavelberg. A POLOP pegou o Centrinho, mas eu também não estava querendo continuar. Ano após, o José Dirceu, da Dissidência na ocasião, ganhou a UEE.

Veio nessa reunião a triste proposta do Prestes e de outros para a expulsão do camarada Marighela. Não dava mais. Falei para os militantes: “eu respeito vocês tremendamente, vocês são prestistas. Respeito vocês também, que são marighelistas. Mas eu não vou participar da luta entre

²⁰ João da Silva Ribeiro Neto.

irmãos. Nessa hora, saio do Partido. Não quero ir para a guerrilha, sou contra. Mas sou contra a expulsão de Marighela, acho que ele enriquece o Partido. Precisa ser discutido de outra forma”. Foi uma decapitação, mas o Marighela esperava por isso para poder fazer a ALN. Me demiti em 1967.

Saí inclusive da Psicologia, terminei meus estágios. Fiquei só com o processo na auditoria militar.

O PC do B também estava rachando. Tudo estava rachando. Tinha um grupo chamado COLINA, dissidentes de Minas Gerais, do Partidão e da POLOP. E vinha um outro do Rio de Janeiro; tinha um racha do Mário Alves, do Apolônio... A maioria deles foi expulso do PCB, e ficou o Dão com o Prestes. Cheguei a participar de algumas reuniões durante a formação da ALN. O nome veio do que aconteceu na assembléia constituinte no fim do Estado Novo, que o Marighela participou. O Partidão fez a Aliança Nacional Libertadora, e ele pegou esse nome, com aquele espírito comunista, como a frente que vai fazer a libertação no país, nos livrar dessa Ditadura. O Partidão sempre foi de alianças, nunca se considerou vanguarda. Por isso que era chamado de fazedor de conchavos, pelego... Sempre propôs alianças, daí o nome ALN. A idéia era unir esses rachas do Partidão para formar um só partido de esquerda, revolucionário e comunista. Isso não foi possível. Particpei das reuniões, mas detestava, achava que era uma discriminação com os demais estudantes, uma coisa muito radical, uma seita. Sabe aquele livro do Lenin, *Esquerdismo, doença infantil do comunismo?* Era uma turma que se dizia hegemônica, que era vanguarda. Isso para mim não dava. Não entrei na Dissidência, apesar do respeito que tinha pelo Marighela. Até aconteceram algumas reuniões no meu apartamento. Falava-se das dissidências no Uruguai, na Argentina...

A primeira condição para entrar era ter uma vinculação funcional, então tinha que aprender a atirar (riso). Vai ter que fazer alguma coisa. Propuseram para mim até algo como espionagem, colher informações. Pensei: “vou morrer na sarjeta! A CIA vai me dar um tiro!”. Eu já imaginava a poça onde o Rubens Paiva caiu na passeata, e eu caindo sem ninguém me levantar. Estavam acontecendo os primeiros assaltos a banco, e havia mortes. Não entrei. E no Dão também não fico, porque ele vai querer só as eleições, e acho isso muito estreito. Fiz campanhas para candidatos, mas não fiquei em nenhum grupo. Também não fui grupo de apoio. Com filho pequeno... Mas era amiga, as pessoas iam em casa, a Lola²¹ era da base da Psicologia. E outras pessoas participaram: Lola, Orlando²², Maria José²³, Norberto²⁴...

²¹ Aurora Maria do Nascimento Furtado.

²² Orlando Amadeu Bueno.

Naquela época tinha o militante, o simpatizante e o independente (riso). Do Partidão, da POLOP, da AP... A Quarta não tinha independentes, só tinha três pessoas e olha lá (riso). Independente era a pessoa que tinha suas idéias próprias, jamais participaria de uma reunião partidária, clandestina, mas que, devido à afinidade com as idéias, acaba votando mais com um grupo, tendo uma postura previsível.

Na Faculdade, por mais que você tentasse falar do país, das classes sociais, você caía em debates estéreis. Vou dar um exemplo. Eu já não estava mais em nada, estava fora da Faculdade. Os fundos do meu apartamento na Cesário Mota davam para a Maria Antonia. Eu ouvia os sons de lá. Estou lavando roupa na minha área de serviço, e ouço a gritaria. Os estudantes tinham tomado a Maria Antonia e não saíam de lá, e o Mackenzie ia lá provocar. Eu ouvia bombas, tiros, gritaria. Pensava: “meu Deus, nessa rua está sendo travada a revolução? De um lado, a esquerda, e de outro a direita?”. Não é possível essa pobreza de visão, que a revolução vai ser aqui. A revolução é no país! Os limites estreitos do movimento estudantil ficavam bem claros.

Eu queria ter a vivência do Partido no bairro, no país, com o operário. Realmente entrei em contato com pessoas incríveis. Agora, a minha entrada ali revela alguns vieses. Na primeira reunião que fui, disseram: “companheira, vá ali com nossas mulheres fazer um cafezinho”. E discutiam as propostas enquanto eu estava na cozinha. E elas não me deixavam fazer o café, porque eu era estudante: “nós fazemos, você leva”. Só os homens participavam das reuniões. Só me cabia votar (riso). Mas eu entendo, porque eu vinha com toda uma aura de estudante, e estudante fazia besteira, se sobressaía, acabava sendo preso e levando os outros. Era um preconceito, mas naquela hora também era uma defesa.

Entre pessoas que são operários, sapateiros, que participaram de grandes lutas, é outro clima, as coisas têm todo o sentido. Na Faculdade era a liberdade de pensamento, os vôos, e depois confundir o inimigo com o Mackenzie. No bairro, havia limitação dessa liberdade do vôo de pensamento, porque tinha que ser mais conseqüente. O que se votava ia orientar a ação dos operários na fábrica. Podia ter greve em fábrica, gente presa, então tinha que pensar direito. Eu gostei de ter recebido esse peso da responsabilidade, porque na Filosofia era fácil votar pela anarquia total, pela revolução na revolução... Quanto mais radical, melhor, mais bonito. As idéias são mais livres. O problema era pôr isso em prática. E a prática era brigar com o Mackenzie (riso).

²³ Maria José Reginato Ribeiro.

²⁴ Norberto Abreu e Silva.

Em uma das últimas passeatas que fui, paramos numa rua que tinha um reduto militar, algo do Exército. Um líder estudantil sobe num caixotinho e grita: “abaixo a Ditadura, fora os militares!”. Tem um pelotão lá! O que estamos querendo? Apanhar? A liderança levava a gente para coisas desse tipo. Claro que o povo estava vendo, e era uma maneira de veicular as idéias, mas você vai provocar na porta do Exército? Depois disso, da briga com o Mackenzie e dessas provocações, comecei a achar que isso era, em termos psicológicos, um tipo de sentimento de culpa. Não quer fazer a revolução, não quer fazer a Ditadura cair, quer apanhar, quer ser preso. Por isso o pessoal mais antigo não gostava de estudante. Eles avançavam muito, e, sem querer, acabavam provocando uma repressão muito dura.

Lembro de uma grande passeata, com grupos da Maria Antonia, da PUC, da FEI... Uma passeata grande contra a Ditadura que meu cunhado, João Ribeiro, que era presidente do Grêmio da Filosofia-USP, dirigiu. Era a parte psicológica do movimento, para divulgar idéias. Essa passeata foi gloriosa, não ficou uma coisa só de estudantes, espalhou para a cidade, foi um marco. A noite inteira ficou gente sendo presa. Os estudantes ficavam nos barzinhos depois da passeata, e a polícia vinha e levava (riso), depois fichava e soltava. Uma noite toda de confusão. João Ribeiro foi detido nessa noite devido à passeata. Em 1966, 1967, quando o movimento estudantil ainda falava para a população. Depois, ficou muito radical. E depois também a direita se armou com esse CCC no Mackenzie, e aí eles provocavam mesmo. Tinha a TFP (Tradição, Família e Propriedade) também, aqueles horrorosos. Eram terríveis! Eu já estava terminando o curso, mas fui convidada para participar da comissão eleitoral em uma eleição do Grêmio. Era uma glória, porque a lisura nas eleições era importante. Convidávamos professores para acompanhar. Aí vi o que era a direita. Entraram, deram soco em todo mundo que estava na frente. O professor Darci Monteiro, do Departamento de Matemática-Estatística da Filo-USP, e presidente da Comissão Eleitoral, saiu, bateram nos meus colegas com paulada. Eu peguei a urna e escondi na gráfica (riso). Eles puseram fogo, derrubaram tudo. Eu já tinha visto militar fazer isso, mas estudante bater em estudante com pedaço de pau foi a primeira vez. Quando os estudantes tomaram a Faculdade, as aulas eram dadas na rua, os professores participaram... Foi muito bonito. Eu andava por lá e tinha calafrios, porque em cima da Faculdade, no teto, tinha gente olhando para saber onde jogar bomba, onde atirar. Nesse nível que ficou. Os estudantes da Maria Antonia se armaram para defender aquele pedaço de liberdade, aquela maravilha. Ali, simbolicamente, estava a liberdade do país. Era como se a batalha final da revolução se travasse ali.

Toda esquerda foi dar aula. Ela queria ocupar os espaços estabelecidos pela nova ordem. Quem foi pioneiro acabou sendo também cooptado pelo sistema. Criou-se todo um mercado novo de análise, pesquisa de mercado, psicoterapia... A esquerda ocupou esses espaços. O sistema

teve que engolir todos os rebentos que ele judiou. Na política, quem ocupa? Mesmo o Fernando Henrique. Todos esses, em diferentes partidos políticos, foram perseguidos pela a Ditadura. Na imprensa também. A Quarta Internacional foi para a Editora Abril (riso). Está todo mundo por aí.

Logo que entrei no Partido Comunista, participei de uma reunião ampla, de toda a base da Faculdade, junto com o comitê em que foram lidas as teses do Krushev. Essas teses são de 1956, mas só no começo da década de 1960 chegaram. Teve muita briga, ele foi condenado pelo Prestes, que era stalinista. Essas teses vinham propor o caminho pacífico, criticar o culto à personalidade, como estava acontecendo em volta do Prestes e de outras figuras do PCB. Nessa época, o Fidel Castro tinha acabado de ser vitorioso na revolução cubana e tinha estado no Brasil pedindo ajuda. Todo mundo tinha muita simpatia por aquele advogado, um estudante como nós, que colocava idéias socialistas em práticas. Ele estava começando a fazer coisas maravilhosas: programa de alfabetização em massa, programa de saúde pública... Toda essa tradição antiga, do médico visitar a família, andar quilômetros no mato para visitar o camponês... O Fidel fez uma rede de atendimento incrível, que nós ainda estamos arranhando para ter. Quem tinha qualificação ensinava quem não tinha. Em poucos anos acabaram com o analfabetismo. E ele foi vitorioso pelo caminho armado. Como a gente ia ser contra o caminho armado, que deu certo em Cuba? Como ser a favor do caminho pacífico? Deu uma pauleira nesse congresso por causa disso, demorou para serem aprovadas as teses do Krushev. Eu achei interessante ter vencido essa posição. A gente não sabe, em termos de bastidores, o quanto a União Soviética queria o Fidel Castro. Deu trabalho, ela teve que bancar a economia cubana, bancar as palavras de ordem do Fidel para a América Latina, agüentar o Che Guevara... Mas isso são coisas menores. A coisa maior é que eu participei de um evento partidário democrático onde todos discutiram. Achei muito bonito, e minha razão de adesão foi essa, a opção pelo caminho pacífico. Hoje em dia se traduz em militância pela sociedade civil, pelo terceiro setor, trabalho comunitário, não só pelas eleições. Naquela época não existia isso: tinha o estado, a filantropia e as empresas, com muito pouca atuação nessa área. A gente era a favor das Reformas de Base, achava que entre as opções era melhor reformar o estado. Então, para mim a revolução era a reforma do estado, que talvez virasse socialista, se o povo votasse. O Allende era meu ídolo, tinha sido eleito.

Militância para mim, naquela ocasião, jamais seria algo restrito à Universidade. A visão de meus colegas, todos, abrangia a nação, o povo brasileiro todo. Por outro lado, na AUEP, não

tinha como colocar isso, então eram as questões da Faculdade. A preocupação política entrava na discussão do currículo, de como ia ser a formação do psicólogo. Como evitar que o psicólogo seja um americano, alguém que vai fazer da terapia um embrutecimento, um apagamento e uma banalização da questão social? Psicólogo também não pode fazer doutrinação. Nossa ética era rigorosíssima. A questão era essa: como você vai atender um delegado de polícia e um torturado? Você vai denunciar a tortura? Como faz? Você tem que atuar como profissional, só poderia denunciar em casos extremos, jamais usando a profissão de forma doutrinária. Mas com aberturas para não repetir o sistema, que causa a doença mental. Então, era difícil separar a filosofia da psicologia.

A questão nacional na Psicologia passava pela questão local, do currículo, do curso noturno... Depois, para a turma da Iara, a coisa ficou mais produtiva, veio a questão do aconselhamento psicológico, do serviço de orientação profissional... Na minha fase era mais reflexiva. Isso se relaciona com a adequação do curso à lei de regulamentação do psicólogo.

Lembro do Elias e do Rubens²⁵, que eram da Quarta Internacional. Ele e a turma dele tiraram a dona Anita do curso de Psicologia. Minha turma se apoiava nela para a criação do Departamento de Psicologia. Era também um contraponto teórico ao behaviorismo, trazendo a Teoria de Campo, explicando como a ideologia, os conflitos sociais, os movimentos sociais, incidiam na sua cabeça. Ela fundamentava as idéias para minha turma. Só que ela era muito reativa, percebia nossa sede de informação como crítica. Eu abria a boca e ela tinha um troço. Ela não entendeu que era ídolo da gente. Quando fui presa, em 1966, pedi a ela um atestado de boa conduta. Fiquei uma noite inteira na casa dela, e ela disse: “te dou um atestado de boa aluna, não de boa conduta”. Ela tinha muito medo de mim, porque eu era presidente do Centrinho. Eu perguntava: “e o desequilíbrio, a desigualdade? Como o Kurt Lewin falaria disso?”. Ela entendia isso como crítica. Eu queria entender como a psicologia podia contribuir para combater as desigualdades sociais, e ela entendeu que isso era uma coisa de manipulação. Fiquei fazendo prova oral com ela até 11 da noite, com todas as suas assistentes. Dona Anita confundia a necessidade que nós tínhamos da psicologia social com críticas a ela. Tentei dizer para ela que minha turma gostava dela. Até a homenageamos depois dela ser posta para fora. Foi expulsa muito mais por razões pessoais. Eu estava cursando matérias na pós, já em 1967. Todo mundo fumava na época. Começou a onda antifumo, e dona Anita não deixava a gente fumar na sala de aula. Ela criava um escândalo por isso. Por essas coisas, acabou sendo muito mal vista. Muito do

²⁵ Rubens Glasberg.

mal-estar relacionado à sua expulsão foi devido à sua personalidade. Eu, como presidente do Centrinho, a apoiava. Ela tinha tudo para reinar, trazer mais psicologia social. Era uma boa professora, cumpriu sua função na Psicologia. Eu falei com ela depois, em 1980, já como professora, explicando para ela que era a favor dela, que queria mais. Ela respondeu: “será que eu posso acreditar em você?”. Olha quanto tempo essa mágoa durou.

Skinner mandou um representante aqui. O professor Rodolfo Azzi, uma pessoa encantadora. Naquela época, a gente tomava cafezinho com os professores. Muitas pessoas viraram behavioristas pela personalidade dele. Ele apresentava um Skinner muito interessante. O comportamento humano como operação sobre a natureza era uma coisa que batia com alguma visão marxista-leninista. Tinha um livro do Lenin que chamava *Materialismo e empiriocriticismo*. Era um horror, mas eu tentava ler... Eu mesma tive um ratinho.

Quem acabou um pouco com essa onda foi o Cláudio Willer. Com o Roberto Piva, todos poetas, faziam panfletos pela revolução social e pela liberdade. Punha nos seus panfletos Marcuse quando ninguém ainda conhecia. Distribuíam no teatro, à meia-noite. Foi colega nosso no Instituto, e caiu de pau na linha behaviorista. Depois, os alunos tiraram o Cláudio. Sabe por quê? Porque ele, como bom poeta, levantava tarde. Ele não conseguia dar aula às oito da manhã.

Uma vez, no bar Riviera, desce a escadaria o Roberto Piva, e faz uma manifestação poética. Isso a Ditadura estourando, matando gente. Mas tudo era junto. Era tudo no mesmo sentido de liberdade.

Queria lembrar como os estudantes da Maria Antonia receberam o Golpe de 64. No dia anterior, eu tinha participado de diversas palestras em cima de uma doceria holandesa, um espaço do Partidão na Maria Antonia. Na véspera do Golpe, todo mundo foi perguntar para os companheiros do comitê municipal o que ia acontecer, porque estavam falando da iminência de um golpe militar. Falaram para nós: “o povo vai sair na rua. Já saiu em tal lugar, vai defender a democracia, vai defender o Jango! O povo não vai deixar a milicagem tomar o poder; isso aqui é uma democracia, e o povo está com a Frente Ampla, principalmente aqui em São Paulo” – “Mas e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade?” – “Nós temos nosso esquema de sargentos – tudo no partidão era esquema de sargentos. Vai ter uma revolta, pode deixar”. No dia seguinte, em uma aula de Dinâmica de Grupo, chega para a gente a notícia: “o Magalhães Pinto se juntou com São Paulo, com o Rio, e já derrubaram o Jango”. Eu fiquei com os pelos eriçados: “e na rua, houve alguma manifestação?”. Nada. Nada, os militares tomaram o poder e não houve nada! E dali a alguns dias a palavra de ordem do Partido para a gente era “recuo organizado: mantenham-

se em calma, não dêem bandeira, esperem o que fazer”. Era adequado, mas estranho em comparação à palavra de ordem anterior, que era “participação popular”, “povo na rua”. Foi esse o espírito com que recebemos o Golpe. A própria POLOP, a AP, todos esperavam o povo nas ruas. Não houve. Foi imediato esses grupos passarem para uma ação de vanguarda: “vamos fazer alguma coisa!”. Menos o PC, que esperava a legalidade, examinava as possibilidades de eleições e procurava manter a estrutura partidária, evitar prisões... Recuo organizado é isso: você recua em termos de ação de massa e se encontra uma vez por semana com um, com outro, passa palavras de ordem, documentos, evita aglomerações. Acredito que os estudantes todos receberam isso como uma paulada na cabeça. Ninguém acreditava.

Acho que nossa memória era curta. As pessoas não tinham vivido o Estado Novo. A gente sabia que o Partido estava na ilegalidade, tinha as histórias do Gregório Bezerra, que precisou das baratas quando foi preso, falou que condicionou as baratas para levarem mensagens (riso). A gente sabia das histórias de sofrimento do PCB, mas não imaginava que o país estava à beira... Todo mundo tinha suas argumentações para dizer que nós vivíamos numa democracia e que não ia baixar o pau.

Foi uma separação de águas, desde o dia seguinte. Começou a haver aquelas discussões sobre a realidade nacional: como entender e o que fazer? Vinham documentos da POLOP propondo os focos no campo e na cidade, os documentos da AP propondo focos... E começaram a partir daí os documentos do Partido, que eram do Marighela e do Câmara Ferreira. Aí rachou a primeira parte do Partido, que agora se chamava Dissidência Universitária. Foi o Fernando Ruivo, o José Arantes, a Lola, o Benetazzo... Eles não queriam o recuo organizado, queriam fazer algo, pensar grande, tentar avançar além da legalidade. Houve um período que a Dissidência foi tolerada pelo Partido. Eu não participei disso porque já estava na base operária, era contra. Nem poderia ser a favor porque na base operária em que eu estava eram todos prestistas. Em seguida, o Marighela consubstanciou as teses da ALN. Ele propunha principalmente guerrilha urbana, porque estamos em um país industrializado. A AP e outros grupos falavam que a vanguarda estava no campo, como o Guevara tentou fazer. A visão do Partido Comunista é que nós já estávamos industrializados. Imagine... Eram posições revolucionárias definidas na época, de onde estaria a vanguarda. Os grupos queriam me recrutar: “não, muito obrigada. Falar que o foco está no campo, no camponês brasileiro... O Julião conseguiu lá no Nordeste, mas aqui... Eu morei no interior. Não dá! Vocês são loucos!”. Veio o pessoal da POLOP, não dava. Veio o pessoal da ALN, meu querido Del Royo²⁶, nosso contato

²⁶ José Luiz Del Royo - atualmente ele dirige, na Itália, a Fundação Feltrinelli, sobre Memória Operária, e nesse país foi recentemente eleito Senador da República.

das Ciências Sociais: “não dá, mesmo com o Marighela. Não dá. Vocês falaram para a gente na véspera que não ia ter golpe. Como eu acredito que esse negócio vai dar certo? Isso é loucura, não vai dar em nada! Sou pelo caminho pacífico. Quem sou eu para criticar o Marighela? Não tenho formação teórica, nada, mas não acredito. Isso é uma ilusão da rua Maria Antonia”.

Na época, fui contra a expulsão do Marighela; achava que deveria haver uma forma deles estarem juntos. Agora, pensando bem, não era possível conviverem no mesmo teto, eram teses diametralmente opostas. E a história mostrou que o Partidão estava certo, que a Ditadura seria derrubada pelo movimento legal, por um conjunto de ações democráticas, não armadas. As ações armadas da esquerda levaram a uma repressão violenta. Não sei se estou falando uma heresia, mas talvez até aumentaram o sofrimento. Para mim, naquela ocasião, estava claro que as pessoas estavam enlouquecidas, com umas ilusões na cabeça de que “eu posso mudar o país”. Eu lembrava do Kurt Lewin, de que para mudar a atitude das pessoas, até para a comida – para fazer as crianças americanas comerem espinafre – dava um trabalho (riso). Para uma pessoa perder o preconceito contra o negro... Aquelas pesquisas do Asch mostravam isso. Como eu poderia admitir que com comício relâmpago, ou falando alto no ônibus, distribuindo panfletos, você ia mudar a cabeça das pessoas?

O caminho era outro, tanto que esses expoentes da guerrilha que sobreviveram estão participando da política nacional, em partidos políticos. E não adianta dizer que estão só no PT. Estão no PT, no PSDB, até no PMDB. A esquerda está em diversos partidos. Aloísio Nunes, José Serra sofreram, foram exilados, alguns foram torturados. Tem o Brizola no PDT, o Miguel Arraes no PSB... Sobrou da esquerda uma coisa muito feia, que se chama sectarismo, ou aquela doença infantil, do esquerdismo. Sobrou da rua Maria Antonia, da Universidade de Brasília, em Minas Gerais, no Rio, em todos esses lugares havia essa ilusão dos estudantes: “eu posso, eu quero, eu faço”. Ilusão da cabeça dos intelectuais: “como eu tenho uma análise, como eu sei o que vai acontecer, então eu tenho tudo, eu faço”. Há uma diferença entre análise e ação. A ação depende do povo querer. Às vezes até quer, mas de outro jeito. Você não pode forçar uma comunidade a virar de esquerda. O Pol Pot, que matou não sei quantas pessoas no Camboja, era comunista. Na América Latina deu o contrário: o povo que acabou com a esquerda, o Guevara foi denunciado por camponeses.

Hoje em dia, depois do que vivi, estudei e aprendi, não fiquei reacionária, mas não creio mais que a razão deixa tudo em ordem e leva você a agir corretamente. Pode levar, mas também pode levar a ilusões cognitivas, ilusões da mente. E hoje em dia ainda há um ranço, um olha para o outro com desdém. Eu acho um absurdo ter duas chapas para a prefeitura de São Paulo, essa briga do Serra com a Marta Suplicy. Não vejo muita divergência entre os grupos, a não ser

algumas posturas na ala mais radical do PT. Não adianta um xingar o outro de direita, acho que falta maturidade, falta não terem mais essas ilusões da Rua Maria Antonia. Todos estão de acordo que o socialismo hoje é impossível. A gente leu muito Lenin e pouco Marx. Ele falava que nós teríamos o socialismo quando a sociedade capitalista chegasse à exaustão. Talvez não possa haver um socialismo decente em um país agrário como a Rússia, ou na América Latina, pois teria de ser mantido com muito sofrimento. Infelizmente, não existe outra maneira de produzir riqueza além do capitalismo, a não ser o comunismo primitivo, uma postura válida. Soube que aqui no Embu tem gente daquela época que vive com lampião, que come agrião da terra... Aqui está cheio de gente assim, socialista utópico realizando suas idéias no seu terreninho.

Não pode ficar com uma viseira partidária, não pode arrancar o passado histórico das pessoas. Outro dia, houve uma manifestação na Maria Antonia em que o Aloísio Nunes Ferreira foi lá, ele era ministro, e as pessoas comentaram, estranharam. Ora, ele veio na qualidade de ex-militante da ALN, foi preso, exilado. E arrancar o passado histórico do Fernando Henrique porque ele foi presidente? Agora o Lula está tendo as mesmas posições. Você vai arrancar o passado histórico dele? Não vai. Precisamos pensar não que a pessoa encarna a direita, mas na viabilidade política das posições que tomam no governo. Historicamente coisas que parecem erradas podem ser corretas, melhores para o trabalhador. Pode ser, não sei.

Eu vejo esse ranço, por isso nunca fui petista. Nunca fui tucana, mas tenho idéias parecidas com as deles. Agora, também são parecidas com as do Lula. Herdei do Partido isso de evitar agressões diretas, luta armada. Entrei no Partido com isso e fiquei com isso. Não perdi o amor pelo socialismo, mas para o momento tem que esperar.

Acho que sobraram ilusões da Maria Antonia na esquerda de hoje. Alguns se comportam exatamente como antes. O José Dirceu. Ele não me conheceu, mas eu o conheci, lembro de sua trajetória na Dissidência, na ALN. Ele não mudou, continua subindo no caixote durante a passeata, falando “abaixo a Ditadura” a meia quadra do Exército, perto do cine Marrocos. E os militares todos prontos para irem para cima da gente. Depois disso, não fui mais em passeata nenhuma. Se hoje o Lula só pediu para refazer a nota dos militares, não demitiu, é porque você não pode demitir o cara direto, porque de repente você está falando de novo “abaixo a Ditadura”. A última coisa que poderia acontecer seria impugnar o Lula. Ele não pode chegar a um ponto de desprestígio, de desgaste porque representa um presidente de esquerda eleito. Está aí, tem que preservar. A milicada ainda existe, então não pode ficar gente querendo que ele radicalize. Tem que esperar primeiro. De vez em quando, o espírito da Maria Antonia baixa, e eles se comportam de uma maneira infantil. Falta prudência.

Queria falar da Consuelo de Castro. Seria muito bom revê-la. Ela hoje é conhecida como autora de peças de teatro. Na época da Maria Antonia ela era do Partidão. Era apaixonada pelo Chico da pasta, que explicava as coisas para a gente na casa dela. Eram os ideólogos, sabiam de tudo. Ele e o Toru. Lá ela começou a escrever *À flor da pele*, para contar a história das primeiras perseguições, antes do AI-5.

O primeiro companheiro morto foi o João Antonio Abi Eçab, com a mulher dele, a Katlin. Os dois davam aula no cursinho do Grêmio, precursor do colégio Equipe. Toda esquerda dava aula lá. Foram perseguidos pela polícia perto de Vassouras, teriam participado de uma ação da ALN. A Consuelo era sensível a isso, começou a escrever também *Cavaleiros Teotônicos*, por causa do nosso companheiro, Teotônio²⁷, do Partidão.

Queria lembrar do episódio do Rubens Paiva, pai da Veroca e do Marcelo Rubens Paiva. Houve grandes comícios em locais fechados, antes e durante o Golpe, em 1964. Eu participei de um na Brigadeiro Luis Antonio, em uma associação de trabalhadores. Num primeiro, estava o Brizola, o Arraes. Depois desse, houve um segundo, depois do Golpe. Estava o Almino Afonso. Veio uma deputada federal, diziam que tinha sido amante de uma pessoa da Ditadura de Salazar, e era amante de alguém da Ditadura daqui. Ela era uma representante da direita deslavada, desbocada mesmo. Na época, eram fortes os sindicatos de trabalhadores, estavam todos lá, falando pela democracia, tentando refazer a Frente Ampla. E essa mulher começou a agitar: “você são comunistas, subversivos!”. E tinha um grupinho com ela. Só tinha operário ali, gente do povo. Começaram a gritar: “puta! Puta!” Não bateram, mas ela teve que sair correndo. Ela foi provocar. O Golpe deu um poder incrível para as pessoas de direita. Não sei se isso estava articulado, porque na hora que ela começou a gritar e saiu com o grupo dela, a polícia baixou e estourou o comício. Paulada em todo mundo. Eu lembro que estava chovendo, uma enxurrada e a polícia nos cavalos... Quando eu olho, uma pessoa caiu no chão. Era o Rubens Paiva, levou um tombo. Eu fui quase ajudá-lo, mas era tanta correria, cavalo atrás... Ele conseguiu se levantar, deu um soco em um policial e saiu correndo. Não sei se foi preso ali. Até hoje não se sabe o que foi feito dele. Foi a última vez que o vi. O deputado Rubens Paiva foi de grande valor. De repente, um membro do congresso nacional, correndo da polícia, apanhando de militar na rua. Esse foi o teor do Golpe, não existia mais poder político.

²⁷ Teotônio Simões.

Lembro de coisas pequenas, que são grandes. Essas passeatas da Frente Ampla tinham muitos operários. Na Maria Antonia, os estudantes eram vanguarda. Nas passeatas, era o povo organizado: dos têxteis, dos químicos... Existia um movimento operário forte até 1968, e a Ditadura acabou com isso. Mesmo que chamassem de pelegos aqueles que estavam ligados ao poder, ao Ademar de Barros. Não importa, os operários eram organizados, tinha sindicatos mais e menos de esquerda. A gente se sentia protegida, era diferente das passeatas de estudantes. Lembro que estávamos em uma passeata do lado de um companheiro, o Montenegro. Sabia que ele era uma figura importante no Partidão. Lembro da alegria dele, da alegria nas passeatas. Era muita gente, gente humilde, pobre. O Montenegro foi morto depois pela Ditadura.

Dediquei meu Mestrado a Lola, e o Doutorado aos meus avós e aos operários. No movimento operário em São Bernardo, na época do Lula, o pessoal da USP era um bloquinho, meia dúzia. Essa participação no cenário nacional era muito bonita, e era organizada pelo sindicato, não pelos partidos. Fiquei muito amiga da peãozada, do pessoal da linha de montagem, onde eu estudava. Ia nas casas, nas assembléias, nas missas em solidariedade às pessoas presas. Ninguém usava calça *lee*, eles usavam a melhor roupa para ir à passeata, iam com calça de tergal (riso). Não é bom, mas era o chique. Ou calça boca de sino e uma camisa assim, dobrada. Na época, quem tinha calça *lee* eram estudantes, professores... Era como o operário se sentia no domingo, colocava sua melhor roupa. Era uma época de transição para a sociedade de consumo.

Havia participação popular de trabalhadores organizados. Os estudantes e funcionários públicos eram minoria. Como se cria a ilusão no movimento estudantil de que eram vanguarda? Deu no que deu, nessa auto-imolação.

Os operários não saíram para defender a democracia. Soube que houve uma manifestação e que foram três mil pessoas presas. Em 1964, logo depois do Golpe. Muitos foram demitidos. A repressão agiu rápido.

Gostaria de falar da Iara Iavelberg.

Fui fazer meu cadastramento na USP, e encontrei o Vitor Knoll, professor de Filosofia na minha época. Ele era bravo, mal-humorado. Virou um lorde, cumprimentou os funcionários... Pensei: “estou ficando grosseira, uma casca grossa”. Lembrei que eu era um anjinho, e estou ficando casca grossa (riso). Acho que a pessoa dá uma volta na vida. Quem era assim, fica assado. É um equilíbrio na gente, a gente se arredonda.

Como eu era quietinha, tinha dificuldade de fazer uma coisa da política estudantil da época, que era o conchavo. As decisões que iriam ser apresentadas na assembléia estudantil já tinham sido discutidas com os grupos. Ou se apresenta uma proposta comum, ou pelo menos todo mundo já sabe de tudo, vai lá defender, mas deixa de expor os conflitos desgastantes em público. É uma espécie de uso do poder em nome do não desgaste, do abreviar as coisas, e que pode ser autoritário. E eu não sabia fazer isso. Como eu ia numa reunião com a POLOP, com a AP, onde ia estar o Alípio e o Chico Carcará? Ia falar o quê? Ia o Del Royo ou o Teotônio no meu lugar. O conchavo, falando a verdade, não era com outros estudantes, com o CEUPES (Centro Universitário de Estudos e Pesquisas Sociais), a AUEP... Era o Partido, a POLOP, a AP... Não eram os centros acadêmicos, eram as vanguardas. Eu não me dava bem nisso.

Meu silêncio também era confundido. Muita gente me achava mandona, mas era um problema de personalidade. Eu era uma pessoa muito quieta. Agora, eu fiz maldade também. Tem que falar a verdade. Eu não gostava da AP. Antes da Iara disputar, houve uma eleição para o Centrinho. Lembro que a Julieta era candidata. Fiz pressão para que a AUEP apoiasse outra pessoa. Não lembro se era o Orlando, a Lola, ou o Norberto. Eu pudei violentamente aquela reunião de base, de massa, dos estudantes de psicologia. Por que esse autoritarismo? Hoje eu apoiaria todos, para que levassem suas propostas e discutissem. E havia outra pessoa, bastante respeitável, que era da AP. A Maria. Fiz de tudo que pude para ela não sair candidata.

Com a Iara Iavelberg sempre tive um contato ótimo, embora as pessoas achassem que nós éramos inimigas, porque ela era da POLOP. Todo mundo era bastante amigo. Éramos inimigos na hora de defender as propostas, que eram diametralmente opostas. Por exemplo, houve uma disputa em relação a fazer centros acadêmicos ou diretórios acadêmicos, que dizia respeito a uma repressão do ministério da educação.

Preciso registrar algo sobre o professor Florestan Fernandes. Foi nosso primeiro herói. Como essa pessoa era maravilhosa! Foi o primeiro preso político que lembro, da Maria Antonia. Uns dias depois do golpe, todo mundo começou a assistir aula à noite porque sabia que a Faculdade poderia ser invadida. E começamos, nesse dia, a ouvir um tropel de cavalo. Deu um pavor! A ordem era para que todo mundo que estava no saguão entrasse na sala de aula, para engrossar o volume de gente dentro, e para evitar apanhar. A polícia bateu, quebrou coisas, e levou o professor Florestan. Ele ficou preso dias no DOPS. Quando foi solto, foi na diretoria ser homenageado pela Congregação. Ele desceu pela escadaria da Maria Antonia, e a gente batendo palmas no saguão para ele. Nosso herói. Isso me comove até hoje.

Aquele som horróroso do casco dos cavalos nas pedras, e depois da botina dos soldados... Estoura bomba, entram, batem em todo mundo... Essa lembrança auditiva e de cheiro de bomba marcou todo mundo. Eu estava namorando o Cley e a gente gostava de andar por aí, mas tinha muito medo, você podia ser confundido e preso na rua. E sempre esse barulho de casco de cavalo na poça de água, na pedra...

Antes do Golpe, ainda no Partidão, não tinha uma base específica da Psicologia. Havia só pessoas de Letras e da Filosofia. Estávamos na casa do meu cunhado, João Ribeiro, estudando esse bendito Lenin, *Materialismo histórico e empiriocriticismo*. Já que estávamos na Faculdade de Filosofia, o Partidão queria melhorar o nível, estudar coisas mais interessantes. Convidamos o professor Roberto Schwarcz, ele foi em várias reuniões nossas, indicou *A Ideologia Alemã*, e depois os *Manuscritos*: “chega de Lenin, vamos estudar Marx; e vamos deixar *O Capital* um pouco de lado, vamos ler textos mais filosóficos”. Foi importante nas nossas vidas perder o medo de ler Marx.

Não podemos esquecer também da agora professora Ana Maria Almeida, então estudante de psicologia, mais nova em idade que nós. Fizemos muitas reuniões na casa dela. Ela era ligada a outros escalões, era e não era da base da Psicologia. Quando cresceu a nossa base, fazíamos as reuniões na casa dela. Já tínhamos autonomia para trabalhar, embora a estrutura do Centrinho continuasse a mesma: representantes de classe, secretário, departamento cultural... Antes de mim, a presidente do Centrinho foi Fúlvia Mott, e antes dela participaram intensamente o Moisés Aguiar, que me falou dos grupos de esquerda, o César Ades, a Regina Schneiderman, e outros de que não me lembro o nome. Minha gestão mudou a estrutura do centrinho. De associação passou a ser um Centro Acadêmico. A Iara entrou depois de mim. Quem escreveu o estatuto foi o Toru (riso). Pegamos os estatutos do CAEL (Centro Acadêmico dos Estudantes de Letras), do CEUPES, do CAFi (Centro Acadêmico dos Estudantes de Filosofia)... Em todos eles estavam as teses desenvolvimentistas: lutar pela autodeterminação dos povos, pelo desenvolvimento brasileiro... Tenderia às posições das reformas de base. Não chegamos a pôr em prática o estatuto. Quando a Iara ganhou o Centrinho, o novo grupo refez outro. Ela veio com a força total, era professora do Cursinho do Grêmio, muito estimada e com uma liderança reconhecida. Diferente de mim e da minha turma, a preocupação era a psicologia no Brasil. A nossa era como formar o psicólogo, e a dela era como atuar na realidade brasileira. Nesse contexto vem a formação da Orientação Profissional. Ela fez da AUEP um centro acadêmico de psicologia mesmo. As grandes causas nacionais mobilizavam a gente no Centrinho, assim como todas as pessoas.

A direita foi desmontando a organização popular, o aparelho que permitia ao operário ir às ruas com sua família. Pode parecer meio fora da realidade hoje, mas existia uma lei de estabilidade do trabalhador. O governo queria substituir essa lei pelo fundo de garantia. Eu achava isso um horror. Todos têm direito ao trabalho. Fui para esse comício operário, o primeiro depois do Golpe. Eu já estava na base operária, mas fui ainda como presidente do Centrinho. Havia uns acordos para não haver repressão ao comício, e não se deveria provocar a ira dos que estavam no palanque. Fizemos panfletos contra a Ditadura, e o Teotônio ia fazer o comício paralelo, dizer que aquela lei não prestava, que éramos contra a Ditadura. Na calada da noite, ele tinha lido alguma coisa sobre movimento de guerrilha, que podia se espetar uma batatinha com prego, e que isso poderia ser jogado no chão para furar os pneus dos carros da polícia caso prendessem alguém – que bobagem... Todo mundo estava panfletando: eu, a Ivani, a AP, a POLOP... A polícia foi atrás. O pessoal, ao invés de jogar fora os papéis, deram na minha mão, e o saco de batatinhas (riso). Eu fui presa com isso. Fomos para o DOPS. Foi uma confusão. Os panfletos da POLOP vieram parar na minha pasta. Fiquei ferrada lá. Soube que anos depois as batatinhas, murchas, com pregos, ainda eram fotografadas em uma exposição do Exército sobre guerrilha, como técnica vietcong aplicada no Brasil (riso). Ficamos apenas quatro dias no DOPS. Minha preocupação era que eu tinha passado a noite inteira antes do comício fazendo cartazes, convocando as pessoas. Eu estava com as mãos sujas de tinta. Comi minha mão, de medo. Passei a noite inteira tentando limpar para que não vissem que eu estava envolvida. Meu medo não era de sofrer, mas de abrir o bico. Não podia entregar a base operária, ainda mais sabendo que o padeiro tinha sido preso. Tinha gente de 60, 70 anos de idade, gente muito calejada, não era coisa de estudantes. Eu não tinha o direito de falar. Foi horrível. Tinha uma prisão subterrânea no DOPS, uma privadinha entupida com cocô, uma espécie de cama de cimento... Muito intimidador. A única coisa interessante era um poema, curto, escrito na parede por um anarquista. A gente soube que o Marighela tinha falado com o Abreu Sodré para “não tocar nas meninas”. Não havia tortura na época, só em 1967. Mas já estava no ar. Tivemos que sumir uns tempos. Na lei de segurança antiga, teríamos uma pena menor, mas na lei nova seria grave. Fui julgada em 1969. Estavam o padeiro e duas colegas de outros grupos. Fomos absolvidas porque diante do que estava acontecendo no país aquilo era ínfimo. Mas estava disposta a cumprir pena. Que grupo me manteria na clandestinidade? Isso me rendeu muitos aborrecimentos. Precisava de atestado de antecedentes criminais para trabalhar. Dei sorte que eles não estavam informatizados, e que mudei de nome quando casei.

A gente não sabe dos nossos limites se for torturado. Comentava com o Cley que era melhor um não falar nada para o outro. O maior medo era expor a vida dos outros. Esse foi um

medo que sempre me acompanhou e a todos os outros companheiros. Mesmo como professora da USP, sempre tive medo do passado, medo de dar entrevistas, de expor a organização, de expor pessoas. Depois, vim saber que o sapateiro, um senhor de idade, foi torturado e morto. Outros companheiros também.

Tinha um bar chamado Johan Sebastian Bach, onde ia muita gente famosa da bossa nova, muita gente mais boêmia da Faculdade. Gente que tinha dinheiro, eu nunca ia. Eu tomava cafezinho no Zé. Eles se reuniam lá. Lembro que o Fernando Perrone precisava de uma secretária. Eles votaram e eu fui eleita, sem saber que ia ser secretária dele, junto com Clóvis de Castro e José Mariano. Ficamos trabalhando lá um tempo, ajudando a organizar as bases dele, do movimento estudantil, dos funcionários públicos... Por ali passavam todas as personalidades do Dão. Quando houve o segundo Golpe, o Ato 5, o Perrone avisou: “vai baixar o pau aqui amanhã. Peguem as coisas e sumam!”. E nós obedecemos. No dia seguinte, a polícia foi lá e quebrou tudo. Não sei como não fomos presos.

Nem sei quem recrutou a Lola para o Dão. Não sei se foi o Arantes, o namorado dela – esse é um caminho de recrutamento (riso). Desculpe falar, a gente brincava com isso. Lembro que uma vez fui pegar uns papéis na casa dela, algo sobre o Centrinho. Era na Joaquim Antunes, perto de um pontilhão. Lá estava o maior carteadado, pais, parentes jogando baralho, um domingo em família. Se eu era reservada, ela era reservadíssima, muito calada. Mas a mãe dela era extrovertida, uma família normal de classe média, unida. Ela foi do Partidão, depois da Dissidência e depois da ALN. Quando estava na ALN, eu estava casada com o Cley²⁸. Meu filho nasceu na Cesário Mota, mas nos mudamos. Nesse novo apartamento, a Lola nos visitava. Dizia para não perguntarmos o que ela estava fazendo, que ela estava clandestina. Dizia que não tinha vindo aqui para isso, mas para usufruir os barulhos, o cheiro, as conversas de uma família. Ela sentia saudades disso, de choro de criança, gente visitando... Ela vinha em casa, eu fazia comida, ela segurava meu filho bebê. Na hora de ir embora, eu descia com ela. Todo cuidado, a bolsa pesada... A gente dava uma voltinha e ela ia embora. Ela não era minha amiga íntima, e sim de minha irmã, Maria José²⁹. Mas a gente tinha essa amizade, de partilhar a casa. Lá ela me contava do Arantes, que eram apaixonados. Fiquei sabendo que a música do casal era *O último desejo*, do

²⁸ Cley Gama de Carvalho.

²⁹ Maria José Reginato Ribeiro.

Noel Rosa. Era uma pessoa muito sentimental. E saber que ela teve uma morte tão horrorosa é terrível.

Lembrei da Toninha. Ela foi dessa época em que fui um pouco má no Centrinho, que fiz de tudo para podar a Julietinha. Defendi a posição da chapa de continuidade da AUEP. Ela era independente, mas a AP a apoiava. Talvez minha maldade tenha sido não considerá-la uma pessoa com postura própria. Depois, em uma reunião sobre isso, a Toninha falou: “você não tem vida própria?”, dizendo que eu era uma estudante profissional, só fazia política. Respondi: “você se engana, não sabe da minha vida pessoal. Sou discreta, não é por isso que você vai tirar essa conclusão”. Deu impressão que as pessoas tinham esse tipo de juízo de mim. Mas depois disso fiquei muito amiga da Toninha, nossos filhos ficaram amigos... Era difícil ser uma pessoa mais calada.

Na AUEP era um sistema de direção indireta, os representantes de classe escolhiam os diretores. A assembléia dos alunos votava para indicar representantes para compor a chapa para o Grêmio. Nas indicações, havia evidentemente disputas entre as correntes. Não fui antidemocrática, mas o jeito com que falei na assembléia fez com que a Julietinha tirasse a candidatura. Isso me deixou um pouco de culpa do passado. Eles também foram um pouco agressivos no jeito que se colocaram: “vamos mudar o que está aí, democratizar!”. Eu discriminei, mas me senti muito discriminada com o comentário de que não tinha vida pessoal. Devia ser normal isso na luta política.

O conchavo não acontecia aí, mas nas assembléias do Grêmio. As diferentes bases dos grupos eram comandadas pelos comitês universitários. Os líderes se reuniam para ver que propostas seriam apresentadas. É uma reunião democrática, mas entre a cúpula. Isso era no nível grande da Faculdade. Na Psicologia e na AUEP não tinha isso, não precisava. Chegou a ter isso uma vez no primeiro Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia. Às vezes a gente era chamado para ir nesses conchavos maiores, mas era muito raro. Mesmo se fosse escalada para ir, recusava, achava que iam me passar a perna (riso). Eu era muito crua politicamente, em termos de argumentação.

A eleição que a Iara ganhou no Centrinho foi a primeira direta, com o novo estatuto. Acho que o grupo dela tinha razão. A estrutura indireta impede o debate político, ainda mais quando as coisas estão fervilhando no país. Uma eleição indireta por conselhos privilegia os problemas das classes, as questões da formação do psicólogo ao invés do combate à Ditadura.

O simpatizante é aquele que está em vias de ser recrutado para a organização, já é convidado para as reuniões. Os independentes têm uma linha de posicionamentos que se afinam com um dos grupos. Por exemplo, a postura dele podia tender para a luta pela eleições diretas, em favor da Frente Ampla. Nesse caso, ela seria uma pessoa independente próxima ao Dão. Se ele é a favor que se respeite as assembleias espontâneas nas fábricas, independente de vinculação com o sindicato, é uma pessoa próxima à POLOP, da Rosa Luxemburgo, que a gente chamava de espontaneísmo operário. Se ele é uma pessoa radical, que discute tudo, totalmente, antes de apoiar, vai ser da Quarta (riso). Se era um pensamento que levava em conta a questão do campo, era alguém da AP. Não era uma coisa falsa, a posição dos grupos levava em conta a realidade nacional, o estar no mundo de todos. São posições possíveis, que as pessoas, analisando o mundo, tomavam. Às vezes apareciam posições originais, mas em geral caíam em uma dessas. Eram posturas plausíveis, possíveis ante o real. De direita nunca apareceu ninguém na Psicologia ou na Faculdade de Filosofia, só a polícia militar (riso).

Os independentes eram pessoas bacanas, porque não eram filiadas, tinham posturas públicas e as defendiam sem ter carteirinha de nenhum grupo. O Norberto foi independente durante muito tempo. O João Frayze³⁰... Pessoas muito bacanas. Grande parte se tornou professor aqui na Psicologia.

Quero mencionar a professora Carolina Bori, que sempre esteve nas frentes de luta democrática, contra a repressão. Na SBPC, posicionou-se contra as prisões e a Ditadura. Depois vem a Ecléa³¹ e a Sylvia³², e todo esse trabalho de esquerda, de uma espécie de militância no próprio trabalho docente.

Vou falar um pouco da Lola e de meu casamento.

Eu morava em um apartamento de fundo, que dava para o COPAN. Ali passava todo mundo porque era central. Os amigos jornalistas do Cley, amigos da Filosofia... Passavam para tomar um café, o dia inteiro cheio de gente. Era um período em que voltei a dar aula no curso primário. Ainda tinha reservas de exercer a profissão de psicóloga, e precisava reassumir meu cargo no magistério estadual. Passava um bom período em casa. Nessa época que a Lola, já na

³⁰ João Augusto Frayze Pereira.

³¹ Ecléa Bosi.

³² Sylvia Leser de Mello.

ALN, nos visitava para curtir a família. As coisas começaram a esquentar; houve a morte do João Antonio Abi Eçab, da Katlin... Estava vindo de Cuba o pessoal organizado, o Arantes, o Benetazzo, o Fernando Ruivo... Eram os mais conhecidos, das antigas chapas no Grêmio (foram todos mortos na luta contra a ditadura). A Lola de vez em quando ficava na casa da minha irmã, eles os apoiavam. Todos eram amigos, acampavam juntos antes dela entrar na ALN. De vez em quando, ia à casa da minha irmã para vê-la. Em uma dessas vezes, lembro que havia mais pessoas. Foi uma das últimas vezes que a vimos. E ela contando para nós que tinha tido muitas ações, que a situação estava complicada, que fulano e fulano tinham caído... Que o horizonte da luta e da ALN estava estreito em termos de ganhar o povo, que estava estreita a clandestinidade. Conversamos:

– “Lola, sai dessa. A gente arruma alguma coisa para você; podemos entrar em contato com alguém para você sair do país e te salvar. Não queremos que você morra!”.

L – “Enquanto houver luta, lutaremos!”.

– “Saia do país, espere acalmar a situação e depois volte, procure uma militância política diferente. Por que você não vai para Cuba e fica com o Arantes lá treinando, até as coisa melhorarem?”.

Mas a clandestinidade chegara a um ponto em que não era possível estar com quem você gosta, nem retroceder. Ela ficou aqui. Continuamos:

– “Você anda com revólver...”.

L – “Preciso me defender, podem atirar em mim, me perseguir”.

– “Mas não imaginamos você atirando em alguém, você vai se matar!”.

Ela ainda não tinha aquela linguagem que alguns tinham: “mataram um dos nossos, mataremos um deles”. Olho por olho. Mas dizia: “é preciso que a gente se defenda, e a gente se defende atacando”. Ela virou para nós, já com lágrimas nos olhos, com aquela carinha, e falou assim, brincando:

L - “Vocês querendo me tirar da luta, e eu queria trazer vocês para o movimento armado... Vocês me fazem esse papelão, pedindo para eu sair (riso)”.

- “A gente quer que você saia; não é covardia, é porque isso é suicídio, vocês estão se matando!”.

L - “De jeito nenhum! Eu acredito que a ALN tem uma posição correta, acredito na revolução. Sei que o povo não está se levantando. Pode ser que todos nós morramos, mas vou lutar por essa idéia”.

Ela deixou claro que não tinha como sair do país: “tenho só que defender o buraco onde estou”. Ficamos com a nítida impressão que ela também não podia sair do país porque não conseguiria, estava naqueles cartazes de “procura-se”. Ela usava uma peruca preta, meio de Cleópatra. Uma vez minha irmã levou um susto (riso). Você ama a pessoa, quer que ela se salve, mas não consegue convencê-la: sabe que sua posição é válida e merece respeito. Mas sabe também que fala aquilo olhando para você. Se olhar para o lado e para trás, vai saber que está morta, não tem saída. Foi o que aconteceu.

Não sei se a vimos depois. O Arantes chegou de Cuba e morreu em uma semana. O pessoal morreu assim, em pouco tempo. A polícia sabia de tudo. O Benetazzo, o Jeová... Ou por alguma inabilidade, ou porque estava infiltrado. Nosso coração apertava porque a gente sabia que eles estavam naquele buraco estreito e não podiam fazer nada... Sofremos muito quando ela morreu (choro). Era uma menina muito forte, não dedou ninguém (choro). Ninguém sabe como vai reagir nessas horas. Eles foram até o fim, para espremer, pegar as pessoas. Uma pessoa frágil fisicamente, mas forte.



4 6 69

11/1/70

MOOREY

RESERVADA

Nome: HELENA MARIA RASCETTO FURTADO

Nome falso ou Codinome: Marcia

Filiação: Emiro Albuquerque Furtado e Gê May Leão Nascimento Furtado

Data e Local de Nascimento: 11.6.1935 - S. Paulo - Capital

Organização a que pertence: Alcance Libertadora Nacional

Local da prisão: Serra

Notivo da prisão: FORABINDO

Data e motivo da liberação, se for o caso: / /

Pena imposta: _____

Arrestos: _____

Prisão na Zona de São Paulo: _____

Prisão em outros locais: _____

Observações: em 4-8-71, foi indiciado no inquérito policial, de nº 1/71, que apura atividades subversivas, pelo SR. QUATROZINHO DA SILVA, por não ter comparecido, em 2-3-71, a Inquirição def. foi remetida à Justiça Militar em substituição de prisão preventiva de indiciado.

(José Paulo) relatou a Paulo, no dia

Comissão Especial Doc. 2. 20

Arquivo DEOPS 1170

Quarta-feira 11/1/70

Imagem 5: Aurora Furtado. Disponível nos Arquivos do CAII.

Imagem 6: ficha de Aurora Furtado no DEOPS. Fonte: www.desaparecidospoliticos.org.br.



Imagem 7: Aurora e José Arantes. Disponível nos arquivos do CAII.
Fonte: Arquivos do CAII.

A Iara também era uma pessoa muito firme, e também estava sendo afunilada. Estavam acabando com a guerrilha. Mesmo que ela tenha se suicidado para não falar, era muito forte, foi até o fim. Se não tivesse ido até o fim, se tivesse enxergado essa ilusão iluminista, isso não ia diminuir sua força. Quem sou eu para fazer a crítica dos grupos? Cada um que faça sua crítica. Mas, no caso, eram pessoas que eu gostava, que eu conhecia, e acho que eles padeceram dessa ilusão. Claro que era uma luta nobre, socialista, mas era conduzida assim: “a chama do socialismo vai brotar?”. A gente chamava o homem do campo brasileiro de camponês. Será que eram camponeses como os da Rússia? Será que eram como os camponeses europeus que se revoltavam na idade média? Uma postura de “eu tenho a análise intelectual da história, então vamos!”. A teoria do foco: você começa e o pessoal adere. O Che Guevara teve uma posição assim, querendo organizar a América Latina em um momento em que os camponeses não estavam em condições. No México, agora, os índios se organizaram, mas é muito diferente da Bolívia naqueles tempos. Quem eram os Tupamaros no Uruguai? Eram estudantes, não era o índio que estava organizado. São essas ilusões, de que se o povo souber da verdade, ele adere. E não é verdade. Ao contrário, vai lá e entrega para a polícia. É a história do Cristo. Ouvei falar que Che Guevara estava sendo venerado na Bolívia, que fizeram uma cruz; ouve dizer que fizeram romarias para pedir graças a ele (riso). Imagino que os santos deviam ser assim também, democráticos. Quanto mais pecador, maior a alegria de Deus, porque quando o pecador se arrepende, tem muito mais brilho diante Dele. O fato de o Che ter sido denunciado pelos camponeses repete a história do Cristo, denunciado pelos seus pares judeus.

No dia de Santa Edviges, lembrei da Evani³³, minha amiga que foi para a Dissidência, depois saiu do grupo, e recentemente faleceu. Não era católica, nem nada, mas pagava a dívida do porteiro, dos amigos, arrumava trabalho para me ajudar... Evani teve uma militância prolongada na esquerda democrática e socialista até sua morte, em 2004. Na grande passeata de estudantes da Capital contra a ditadura, dirigida por João Ribeiro do Grêmio da Filo-USP, ela, na avenida em frente à Igreja da Concórdia, foi atingida por uma bomba de efeito moral no rosto, o que lhe valeu queimaduras e lesões. Depois, ficou presa comigo e outras pessoas no DOPS, em 1966. Posteriormente teve outras prisões, e a mais dura e prolongada foi na Operação Bandeirantes, onde foi torturada, e, entre outras crueldades, perdeu praticamente um dos tímpanos. Na esquerda havia muitas pessoas assim. Havia um rapaz que era do Proudhon, socialista utópico. Ele tinha uma caixinha de sapato, andava com aquilo pedindo contribuições para repartir com os operários. Não era louco, nem filantropo. E muita gente colaborava.

³³ Evani Márquez.

Eu freqüentava o bar do Oswaldo, no Grêmio da Filosofia. Ele chegou a ter bar aqui também. A AUEP antes não tinha sede, ficava numa saleta do Grêmio (riso). Ali fazíamos feiras de livros. Não ganhamos nada, não sabíamos fazer o controle. E na época os estudantes roubavam livros. Pagando as editoras, sobrava uma miséria. Eu até chorava. Ficava contente que pelo menos as pessoas liam. Um colega meu da Faculdade de Direito me mostrou um livro que ele tinha, com fundo falso, para roubar outros livros. Na biblioteca não se roubava, só nas feiras. Isso não era imoral na ocasião. Eu entendia. Não tenho tino para negócios, nunca mais me meti com isso.

Havia um rapaz, barbudo e cabeludo, que ficava nos degraus do Bar do Zé. O José Agrippino de Paula. Ele pôs dois livros lá para vender, *Panamérica* e *Lugar público*. Chovia, ele continuava lá, sentado na escada. Panamérica foi lido pelo pessoal da Tropicália, por isso que cantam: “Panamérica de Áfricas utópicas...”. Um rapaz cultíssimo, como outros que transitavam por ali. Outra pessoa cultíssima era o Cley. Tinha ido e voltado por Marx, tinha lido uma porção de coisas. Lia em inglês, francês...

Fui lá no Grêmio uma vez, bem depois, e tive um troço na rua. Nunca tinha tido isso. Me deu uma asma, tive que sentar na sarjeta (riso). Só voltei depois, quando foi posta uma placa, em uma homenagem na época do Jacques Marcovitch. Ele lembrou de mim e me convidou. Ele também era do Partidão. Na época, o Denisard era o principal quadro deles no CAVC. Eu o convidei para minha banca no Mestrado, por ele e também como homenagem ao Partido.

Conheci o Cley no bar do Oswaldo, nos casamos em 1967. Em 1968, quando houve a invasão do CRUSP, ele estava lá, por coincidência. Chegou a levar uma cacetada da polícia. Não chegou a ser preso porque era jornalista. Nessa ocasião, invadiram o apartamento do Wolfgang Leo Maar. A polícia queria levar os livros dele. Ele falou: “não vão levar! Se levarem meus livros, vão ter que me levar!”. Levaram ele e os livros (riso). Essa frase ficou famosa. Depois, houve outras invasões, mais violentas, tanto no CRUSP como na Maria Antonia.

O Cley achava o Partidão burocrático. Ele tinha uma postura mais libertária. Eu também era contra o stalinismo, mas o Prestes tinha esse vício.

Na época em que estava morrendo todo mundo, o Cley quis ir para a Europa. Ele ficou amigo do Gabriel Garcia Márquez, chegou a publicar um trabalho dele. Ele era a favor da pirataria, então deixou publicar (riso). Na época, perdemos o apartamento que tínhamos para financiar uma peça do Cley, *Cromossomos como somos*. Uma peça bonita, mostrava como a gente nascia oprimido pela sociedade. Tinha a ver com o contexto. Fez sucesso entre os psicanalistas,

mas não teve muito público. Nós não falávamos o que cada um fazia. Eu morria de medo de ser torturada e falar. Eu já estava fora do Partidão, mas ele acabou emprestando o apartamento para alguém ficar.

O Cley acabou ficando sem emprego na França. Ele foi com possibilidades de ter uma bolsa da fundação Guggenheim. O Cortazar ofereceu um emprego como correspondente de um jornal de Cuba. Ele não aceitou. Eu disse para ele: “se você aceitar, nunca mais vamos voltar para o Brasil”. Imaginava que a Ditadura brasileira ia durar como a de Franco, uns cinquenta anos. Ele teve empregos temporários na Suécia. Foi um momento difícil, ele teve um surto. Precisava ser tratado, mas não tínhamos condições.

Em 1975, logo depois da morte do Herzog, voltei com ele para Santos. No aeroporto, ele trouxe a Tese dele sobre literatura latino-americana no exílio, para terminar aqui. Nós estávamos sendo aguardados pela polícia, eles estavam de olho nos jornalistas. Eles o levaram, e ele ficou uma tarde na OBAN. O Mário Gruber, um pintor amigo nosso, estava esperando no aeroporto, com o pai do Cley. Conseguiram tirá-lo à noite. O que aconteceu com ele, que levava um calhamaço escrito “Literatura latino-americana no exílio”, eu não sei, mas ele estava em surto.

Eu voltei para cá, e ele ficou em Santos com o pai. Acabamos nos separando por um tempo, mas no começo de junho de 1976 estávamos morando juntos novamente, ele estava se reorganizando. Surgiu oportunidade de um trabalho no Jornal do Brasil. Nesse dia, tinha feito um feijão para ele, como ele gostava. Dez da noite, e ele não chegava. Depois, soube que ele havia se suicidado, se jogado do Viaduto do Chá. Depois, olhando seus papéis, vi que ele estava pensando nisso. Em um momento que a gente estava voltando a morar junto, ele estava conseguindo trabalho...

Na ocasião, o Sindicato dos Jornalistas ligou para saber se havia sido um assassinato político. Não quis saber de investigações, de exumação do corpo. Não tinha forças para isso. Não sei o que aconteceu com ele. Eu até fui ver a ficha dele, mas não tinha nada. Para alguns amigos, ficou uma morte a esclarecer. Na ocasião, para mim, ficou claro que foi suicídio. Ultimamente tenho pensado que talvez ele tenha sido perseguido por essas ligações que tinha. Isso não era pouca coisa. Ele não recebeu a bolsa da fundação Guggenheim por pressão política. Alguém indicado por Júlio Cortazar... Gabriel Garcia Marques nos Estados Unidos era *persona non grata*. Ele perdeu o sonho pelo qual foi para a Europa.

Fiquei indignada de como a morte dele foi tratada. Alguém indicado por Cortazar, que escreveu uma carta a respeito dele. Ele tinha uma participação muito forte no movimento cultural universitário, tanto no Grêmio como no CRUSP. Era um militante de esquerda, só que independente. Não gostava de falar de política, mas tinha postura política. E deve ter ajudado muita gente. Em frente à nossa casa no Butantã, moravam o Maranhão e a Cecília, que estavam sendo procurados. Eles saíram da casa. Ficou um sujeito da polícia lá dentro, já sem eles, para pegar alguém desavisado que fosse visitá-los. Tentamos avisar todo mundo. Imagine esse clima. Não era mais a época da POLOP, mas de VPR, VAR-Palmares...

Quando eu morava na São Luís, todo mundo passava por ali. O pessoal passava para ter notícias, porque o Cley era jornalista e pegava notícias direto da sucursal: se morreu fulano, cicrano... Nosso amigo Pedro Paulo³⁴, professor da Faculdade de Medicina da USP, havia sido preso, na ocasião em que houve muitas prisões da ALN. A esposa do Pedro Paulo, Meyri³⁵, minha irmã Maria José e seu marido João Ribeiro vieram passar uma noite ali porque, devido a tais prisões, a polícia ia passar na casa deles. Passamos a noite inteira sentados na sala, acordados, apreensivos se a polícia chegaria. Meu bebê estava dormindo no quarto, e nós seis estávamos lá, sentados. Chega uma hora, nós ouvimos um barulhão, pá! Uma coisa horrorosa. Uma pessoa tinha se atirado da janela, naquela noite. Uma moça. Tremeu o prédio inteiro, um negócio impressionante. Um suicídio. Soubemos que era uma moça que estava muito sozinha, se separando do namorado. Foi uma coisa tão horrorosa... O Pedro Paulo foi preso pela Operação Bandeirantes (DOI-CODI) e, meses depois, transferido para o presídio Tiradentes. Depois que tinham sofrido bastante, mandavam para o Tiradentes. A Meyri estava grávida na época. Quando seu filho, André, nasceu, ela o levava para ver o pai no Tiradentes. Isto durou muito tempo. Era esse o clima.

O Cley tinha um amigo, um estudante perpétuo, que nunca se formava. Geralmente, não gostavam de lógica – coitado do professor Porchat (riso). Lembro que eu já era professora e o Foucault veio dar palestras aqui. E houve um louco que se manifestou, dialogou com o Foucault. Era Luís, esse amigo do Cley. Ele havia sido preso durante a Ditadura, mandado para o manicômio judiciário. Eles confundiam certas posturas mais livres e ousadas com militância de esquerda. Andaram prendendo hippie pensando que era guerrilheiro. Para eles, era tudo a mesma

³⁴ Pedro Paulo Chieffi.

³⁵ Meyri Venci Chieffi.

coisa. No livrinho do Guevara ele falava isso, que no limite todos são iguais. O Luís ficou famoso. Depois do manicômio, realmente pirou. Não tem como a pessoa sair dali equilibrada.

Esse amigo Luís se suicidou, ele se jogou de um prédio lá na Brigadeiro. Houve muitos suicídios de jovens. Às vezes, a militância era suicida porque não tinha saída, se entregava para a morte, mas eu digo que esses outros suicidas são também conseqüências da Ditadura. Se não houvesse Ditadura, não haveria essas mortes. A gente que é psicólogo sabe que tem de haver condições de ambiente para ter o surto, não está marcado geneticamente. Houve muitos suicídios. Houve o do Cley, o do Luís, suicídios que foram conseqüência da situação política no país, de pessoas que ficaram existencialmente sem saída. Elas não tinham essa vocação para a militância armada, que também era um suicídio, mas também não havia lugar no país para elas.

O clima que se vivia era muito paranóide, esquisito. Se alguém olhava, você já ficava com medo. Um dia, ouvimos uma explosão violenta. O pessoal de esquerda botou bomba em uma cafeteria, ao lado do Mappin. Era assim. Uma vez, eu estava passeando com o Cley, soubemos que a Isis de Oliveira estava presa. A mulher do Del Royo. Até hoje não se sabe o fim que teve. A gente soube por um colega que estava passando e ouviu em um rádio da polícia. Convivíamos com esse tipo de coisa.

Uma certa esquerda, que tem seu valor, considerava suicídio uma atitude pequeno-burguesa. Assim trataram a morte do Cley. É uma atitude careta, stalinista. Viam o processo revolucionário de uma maneira muito exclusivista. Imagino que gente assim, quando toma o poder, vai repetir o que houve na China e na União Soviética.

Minha Dissertação de Mestrado foi sobre uma parte dos dados que registrei no ABC em relação aos operários. Foi algo pequeno, mas importante para mim, minha realização como comunista, mesmo não estando mais no Partidão. Fiz estágio numa fábrica, participando na linha de montagem. Ia almoçar com a peãozada, fiquei amiga deles, freqüentava as casas. A gente ia nas assembléias do Lula, e os operários não iam com uma posição política muito definida. Íamos como amigos, não como grupo político. Entrava lá no estádio da Vila Euclides, nas passeatas, como amiga. Me sentia comunista nesse sentido humanitário, existencial. Mostrava textos da Simone Weil para eles... Quando redigi a primeira parte de meu trabalho, quis fazer uma reunião póstuma da base. Foram tantos anos, já estávamos na década de 1980. Nos reunimos pela última vez em 1966, 1967. Vieram o Orlando, o Norberto, a Reça³⁶, o João Ribeiro, a Meyri. Eu a

³⁶ Maria José Reginato Ribeiro.

dediquei à Lola e queria que a base soubesse e participasse. Queria ouvir cada um sobre ela e escrever a dedicatória em conjunto. Lembramos dela nessa reunião (choro). A frase, cunhada por João Ribeiro, ficou mais ou menos assim: “dedicada à memória de Aurora Maria do Nascimento Furtado, que teve morte crua em defesa da causa operária” (choro).

Na época em que eu era do comitê universitário do Partidão, fizemos muitas pichações em fábricas. Em uma ficou “abaixo a di...” e saímos correndo.

Antes do golpe e logo depois, convivíamos muito com operários durante as manifestações. Depois de 1968 que a linha de frente eram intelectuais, professores, porque desmontaram o movimento operário. Os bancários e funcionários públicos vieram depois. Antes era gente pobre, sem ter carteirinha de partido. Chamavam e eles vinham.

O Partido era meio burocrático, mas na verdade era sábio. Organizava as bases de acordo com o lugar em que você trabalhava ou estudava. Só me permitiram ir para a base de bairro porque eu era uma pessoa de confiança, porque estava me formando e porque pedi pelo amor de Deus: “não fico mais aqui com essas ilusões do movimento estudantil”. Não entrei nessa ilusão porque lá as pessoas tinham uma militância de longa data. Vinha uma palavra de ordem lá de cima para você discutir, mas já mastigada. A maioria dos militantes do Partidão tinha uma ficha antiga, tinham sido presos. Meu tio Benjamin Reginato, funcionário público que morava em São Paulo, a primeira coisa que me perguntou foi: “está fazendo alguma coisa na Faculdade? Eu sou do Partidão, participo de reuniões até hoje”. Meu outro tio, o Jordão Reginato, também era do Partidão, contribuía. Eles já tinham sido presos. Meu tio Benjamin dava aula de graça de matemática. Os filhos dele estavam ligados com um grupo de luta armada e foram prender os meninos. Ele teve um enfarte, a polícia nem deixou socorrer. O encontrei uma vez na calçada, na borda de uma passeata, passando pela Praça da República: “tio, o que o senhor está fazendo aqui?” – “ah, minha filha, estou tomando conta dessa molecada que está provocando a polícia. Meu filho está na passeata, então eu fico aqui de longe, olhando. Não quero que ele seja preso” (riso). Ele acompanhava a passeata por isso: “olha lá o meu filho fazendo bobagem!” (riso). Comunistão velho, olhava essas coisas...

Tenho pouca memória dos Encontros de Psicologia. Houve dois. Vieram os grupos prontos, do Brasil inteiro: a AP, a POLOP e o Partidão. Tinha que conchavar, eu não sabia. O Del Royo, ou Teotônio, veio conchavar com outras pessoas, que também não eram da Psicologia: o Chico Carcará... No final, saíram duas chapas, e o Partidão perdeu. Lembro de um

rapaz chamado Athos, muito legal. Ele falava: “não podemos confiar nesse negócio de conchavos e nessa gente, porque não corresponde à realidade do curso de psicologia”. Era mais importante marcar uma posição contra a Ditadura do que posturas da psicologia. Não lembro de nesse encontro terem sido defendidas teses sobre a formação do psicólogo, lembro apenas de alguns manifestos que tocavam nesse assunto. Tenho impressão que o encontro foi mais para estruturar uma Executiva Nacional para ter uma atuação política, tanto que os conchavos eram de figurões. Isso devia ser 1965, 1966. Não tenho memória de grandes trabalhos, tenho memória de conchavos. Acho que é porque estavam começando a pipocar esses grupos de postura mais radicais contra a Ditadura, então era fundamental ganhar esses órgãos de massa. Naquela época, éramos contra a Ditadura. O movimento estudantil não estava interessado nas questões da Universidade, não havia uma especificidade da psicologia, da letras... Lembro de falar no Centrinho contra a Ditadura, não sobre a Universidade. O movimento universitário foi eclipsado pelo movimento geral.

Quando houve a invasão da Maria Antonia, eu já não estava lá; estava lavando roupa na Cesário Mota. A Evani que viveu tudo isso com o Fernando Ruivo. Eles dormiam lá, tomaram e não largaram a Faculdade. Os cursos eram dados na rua. Foi um período efervescente, a graduação maior da Faculdade de Filosofia. A Evani vinha de lá para minha casa contar as coisas. O pessoal morou na Faculdade, e quando não pôde mais morar, ficou na rua. Esse foi o período. Era uma instituição *éclaté*, que estava estourando para gerar uma nova vida. É um conceito da psicanálise de esquerda francesa. Era uma manifestação selvagem. Não era esse caminho orgânico do Gramsci, de que havia a reflexão, a militância, o trabalho... Uma coisa que não é de massa, mas tem um grupo numa instituição que reflete, e dali sai uma postura orgânica. Na Maria Antonia era mais, era selvagem: *éclaté*. Estourou e nasceu uma coisa viva. Uma instituição em nascimento, em *instituição*. A maravilha da liberdade, de se criar algo novo. A Faculdade de Filosofia viveu o estouro de uma instituição antiga, e as mesmas pessoas que estavam na antiga estavam na nova. Mas ela não nasceu de novo porque não foi legitimada, foi destruída pela Ditadura. Mas uma Faculdade de Filosofia viveu ali meses. As pessoas faziam comida, dormiam... Uma universidade viva, revolucionária! Eu tinha horror disso, tinha medo, porque achava que todos iam morrer: “o povo brasileiro precisa dessas pessoas! Não podem morrer assim, está errado!”.

Você pensa que a população sabia? Você cruzava umas ruas e ninguém sabia de nada. Na imprensa saía: “Estudantes subversivos na Rua Maria Antonia”.

Também houve o CRUSP, antes de fechá-lo. Dois núcleos de liberdade, cultura e vivência estudantil. Aqui também tinha piano, teatro, tudo. Acabaram com os dois.

Depois, a gente começou a achar que o projeto desse campus era de direita. Realmente, as pessoas não conviviam, você tinha que andar muito para ir de um lugar para outro. Não tinha mais nada que ver jornalismo com psicologia, com medicina, com Filosofia... Não tinha mais o CRUSP. Deve ter sido difícil reconstituir tudo.

Não se falava muito sobre essa época, tanto que tem bastante coisa sobre a guerrilha, não sobre antes, sobre essa efervescência. Eu mesmo não queria dar entrevistas quando me procuravam. Tinha medo. Se o Cley estivesse vivo, escreveria sobre a República do CRUSP. Era uma alegria!

O Golpe foi uma cacetada. Jogaram uma coisa pesada quebrando a cabeça. A morte foi lenta, durante anos de repressão. A dor deve ter sido mais intensa para aqueles que participaram da guerrilha, que viveram o último pedaço do sonho. Era retribuir para o povo brasileiro alguma mudança revolucionária. Esse resto do sonho foi terrível.

A coisa acabou onde começou: no Partidão, com a morte do Herzog, com a repressão ao PCB. Ele que começou, representando um longo período de esquerda, desde os anarquistas e socialistas do início do século XX.

A Quarta Internacional era a mais elegante e a mais simbólica. Eram poucos. Por isso talvez acreditassem na revolução permanente. Não tinham massa (riso). Mas nunca se duvidou da seriedade deles. Na Psicologia houve o Movimento Comunista Internacionalista (MCI), uma dissidência da Quarta. Eles tinham mais reflexão que ação, tinham muitos rachas.

Éramos muito amigos. Todos os grupos eram contra a Ditadura. Também nos encontrávamos em todas as manifestações estudantis, precisávamos estar juntos. Todos foram formados assistindo os mesmos filmes, as mesmas aulas... Os figurões do Partido, da POLOP, da AP tomavam chope juntos. A Faculdade era a mãe, todo mundo vivia num berço ali. As grandes centelhas de briga foram depois, sobre onde seria a guerrilha: no campo, na cidade... O Partidão era tido como reacionário, e eles eram os infantis, sectários: “doença infantil do comunismo”. Tinha essa coisa, mas na hora H todos distribuíam panfleto.

Quando veio a proposta de criação dos DAs, o PCB queria usar a estrutura que viria, ocupar chapas de esquerda e fazer CAs paralelos. Os estudantes não gostaram. Perdemos feio.

Não era uma proposta de direita, mas uma tentativa de infiltração em um aparato de direita para manter a integridade do movimento. Na ocasião, compreenderam que a aceitação dos DAs era uma capitulação. A palavra de ordem era defender os centros acadêmicos. E conseguiu. Muita gente foi presa, houve muitas investidas da polícia. Para nós, o problema era pôr na clandestinidade pessoas legais, que muitas vezes não tinham esquema. A clandestinidade exige dinheiro, sumir, parar de estudar... A maioria dos participantes não teria essa condição, e mesmo os grupos políticos não poderiam manter tanta gente. As pessoas trabalhavam, eu dependia do meu salário, a Ivani... A idéia era colocar na clandestinidade somente aqueles mais visados, que estavam na lista de procura-se. Então, vamos nos infiltrar nos DAs, engravatados, bonitinhos, para manter o movimento. Tinha certas condições para participar do DA: estudar direitinho... Eles queriam tirar a figura do estudante profissional. Tinha uma no Partido que era representante da Juventude Comunista, já com uma certa idade (riso). Criou-se a figura do jubramento nessa época. Queríamos lançar candidatos impolutos, seguindo isso. E o centro acadêmico seria paralelo, não necessariamente clandestino. O DA poderia dar abertura em uma assembléia para os verdadeiros representantes do CA. Essa idéia foi mal interpretada e invertida: “eles recuam, querem colocar pessoas de direita nos DAs!”. Como se fôssemos os pelegos na universidade querendo repetir o peleguismo dos sindicatos operários.

Os grupos distorciam nossas posições. Devíamos também ter dito algo do tipo: “sectários! Esquerdismo, doença infantil do comunismo!”. Mas lembro mais da gente com o rabo entre as pernas do que vociferando. É isso que falei também da eleição entre PT e PSDB. Um quer difamar o outro, mas será que a postura não deveria ser outra? A esquerda mantém ainda esses vícios. Eu não vejo tanta diferença, e para marcar as diferenças são feitas deformações que eu já via na minha época. E isso de estar juntos existiu na Faculdade de Filosofia, no Teatro Universitário. Era tudo junto: POLOP, Partidão, AP... A coisa começou a se separar quando foi se estreitando: Partido, Dissidência, ALN, VPR, VAR-Palmares, MR-8 MOLIPO... Multiplicaram-se os grupos no momento em que tinha que juntar. Essa dificuldade de se fazer trabalhos em conjunto dá medo. Não sei se é assim mesmo, se precisa aceitar isso.

Na Psicologia, as pessoas eram amigas. Tinha um ou outro que me olhava feio. Na minha classe, tinha eu e algumas colegas que eram mais pobres. Nunca senti discriminação por isso. Tinha meninas bastante abonadas, que faziam análise, que se tornaram psicanalistas. Quem tinha mais dinheiro era minoria. Não tinha diferença de tratamento, a gente se dava muito bem, tanto que vai se encontrar semana que vem (riso). Eu senti um pouco isso só uma vez, quando já havia classes maiores. Fiz um crediário em uma lojinha para comprar umas roupas mais bonitas.

Comprei um vestido de lã preta, estava vestindo ele e numa aula de psicanálise uma colega me disse: “eh, Mariinha, arrumou um coronel? Está bem vestida!”. Coronel na ocasião era ou aquele que fazia IPM, ou aquele que banca uma amante. Fiquei chateada. Acho que foi uma das poucas discriminações que sofri.

Eu já estava fora da Psicologia, no fim de 1967. Mas ia nas passeatas, tinha algum contato. Como a repressão baixava, elas tinham que ter uma força, acontecer logo e serem dissolvidas. Eu teria que ter um contato com uma pessoa que estava organizando. Todo mundo que ia era organizado, não tinha mais essa coisa de massa. Meu contato era em um barzinho francês que tinha na Augusta. Chego lá, a Iara era meu contato! Ela, mais nova, iria me organizar para a passeata! Demos risada, ela brincou: “eu que estou aqui em cima, orientando você para a passeata (riso)”. Ela me deu duas coisas: um saco plástico e um lenço molhado. A ordem era para que, se baixasse a repressão, sumir, para ninguém ser preso. Não lembro da passeata, mas usei o lenço. Foi a última vez que vi a Iara. Soubemos pelos jornais que ela estava sendo procurada, e depois soubemos de sua morte em Salvador.

Eu fazia muitos panfletos, muitos documentos. Não guardei nada. Minha mãe ficou apavorada porque quando fui presa meus colegas foram na minha casa fazer uma limpeza. Todo mundo morria de medo da caderneta do Prestes.³⁷ Todo mundo falava: “não podem pegar nossas cadernetas” (riso). Não podia guardar nada, assinar alguma coisa com seu nome... A gente do Partido tinha uma disciplina exemplar. Não era nem por você, mas para não prender sua base.

Na França, participei de diversas manifestações de exilados latino-americanos contra ditaduras. Algumas específicas de brasileiros. Em uma delas, estava Dom Helder Câmara. Ele criou esse espaço político para as pessoas se manifestarem, uma solidariedade muito bonita. E havia muito temor, porque havia o CENIMAR (Centro de Inteligência da Marinha) que estava colhendo informações desses eventos.

Queria enfatizar a importância da professora Sylvia e da professora Ecléa para o Departamento. Considero um trabalho de militância na formação do psicólogo. Temos que agradecer que a Ditadura não acabou com isso, dos discípulos delas continuarem. São muitas as pessoas que representam isso, e têm relação com toda essa história de militância que

³⁷ Referência a episódio em que anotações de Luís Carlos Prestes são apreendidas pela polícia. Sobre o episódio, Cf. Gorender, 1998.

conversamos. É importante lembrar dessas pessoas, e também de pessoas independentes que nos ajudaram nos momentos de repressão.

Senti que aqui no IPUSP assentei uma fase, completei uma etapa com meu trabalho de Mestrado e Doutorado, que mereceu meu passado no Partido Comunista. Pessoas do Departamento de RH da fábrica me apoiaram, mas depois fui meio que mandada embora. Saí na época em que houve uma greve monumental que deu nas assembléias do estádio da Vila Euclides. Lembro que eles queriam saber sobre essa greve. Respondi: “posso fazer o relato de psicóloga social, sobre os acidentes de trabalho”. Na época, não dava para fazer muita diferença entre a fiscalização da gerência e da polícia. Na cabine da chefia tinha botão que se comunicava com a delegacia. A fiscalização era uma só: um estado totalitário que se refletia no trabalho. Não só questões políticas, mas revistas na hora que eles entravam e saíam. Apesar de tudo, os operários queriam uma espécie de ouvidoria. Disse que do ponto de vista da psicologia eu poderia colocar quais eram as tensões. Não para evitar uma greve, mas para ser porta-voz dos trabalhadores. Disseram que isso não interessava, que isso eles sabiam (riso). Parei o estágio, achei que corria risco pessoal lá dentro.

Não quero usar a palavra militância porque remete a um partido, uma corporação. No caso, os operários participavam intensamente, mas sem uma vinculação partidária ou sindical. Era uma participação intensa no sindicato e na vida política, sem estar numa função. Eu via a consciência operária sem ter carteirinha (riso). É uma militância existencial, muito bonita, verdadeira e solidária. Foi a primeira vez que não me preocupei em recrutar ninguém, em levar panfleto. Não precisava. As pessoas podiam se unir pelas idéias, pelas posturas, pelas incoerências também. Vi que isso era possível, e que isso que a gente chamava de massa é uma coisa meio deslocada. A pessoa está em suspenso, deslocada da condição política, mas quando tem condições de ver, geralmente atua, apóia uma posição mais justa. Agradeço ter participado disso, visto que a pessoa não precisa ser um militante de carteirinha ou simpatizante para ter valor e ter um trabalho político.

Trabalhei um período no Hospital do Mandaqui com bancários e bancárias acidentados de LER. Vi que muitas coisas que os operários tinham na Volks eram isso. A doença do trabalho é existencial. Existe uma questão física, mas existe também a totalidade da pessoa, que capta as dificuldades e adocece. A LER não é só por causa do esforço repetitivo. Através dela, a pessoa expressa a nocividade do trabalho. Isso é difícil de ser aceito pelos médicos e capitalistas.

Em meu casamento com Michel³⁸, havia essa proposta de trabalho com Tai Chi e com as ciências metafísicas, ou tradicionais. Descobri que essa possibilidade estava inscrita nos trabalhos de Simone Weil. Sinto que nessa minha fase no Embu, agora suspensa pela morte do Michel, ganhei em profundidade, e ela tem relação com tudo que fiz. A memória como reminiscência, para Sócrates, é o parto da alma. A alma é o repouso do espírito no corpo, sua totalidade repousante. A memória é a retomada da sua totalidade, primeiro pelo corpo, pelo sensível, depois por aquilo que São Paulo chama de justificação, a retificação da pessoa para encontrar seu lugar aqui, e sua raiz para lá. Esse trabalho Sócrates chama de maiêutica. A palavra vem de *maia*, que é mãe em grego. Há, pelo menos, três palavras em grego para mãe: *maia* é a mãe que gera, *meter* é a mãe nutriz, e a *toxos* é a que dá a luz. Maiêutica diz respeito ao parto, à atividade do nascimento. Como disse, sou ligada à memória, gosto de prolongar o instante que passou.

Descobri também no Proust uma influência importante. O tempo perdido é aquele que precisamos recuperar para sermos mais complexos, termos mais raízes e, portanto, sermos mais livres. O sentimento tem o papel de amálgama no condicionamento da lembrança. Esse tempo perdido, quando é descoberto, permite que a dor seja suportável.

Acho que avancei com Proust e com Sócrates. Acho que avancei porque agora nós estamos no desaparecimento desse tempo de repetição, que é o do medo. Chega um momento em que você perde os marcos. Proust chega ao conceito de simultaneidade. Eu, com minha idade atual, sou tudo que vivi: um bebê, um velho... E as figuras com quem eu convivi, os momentos, estão todos aqui, basta lembrar. Tudo vem fresco para mim. E o tempo, nesse momento, é superado. Configura-se um espaço muito mais livre, habitado por todos, por pessoas que morreram. Você só tem liberdade se é inteiro. Quando você suprime o tempo e tem os fatos da memória, as pessoas são imensas, são completas, você pode mergulhar em uma pessoa e ficar muito tempo...

Seu papel é da criança que pergunta. Sem a pergunta, o velho não fala. Ele pode ter vivido, mas não fala. Me senti bem com isso, lembrei essa sensação da simultaneidade. Re-cordar: recolocar no coração.

Como o militante é uma pessoa, ela é completa. Ela tem suas diferentes áreas de participação. Para mim, só faz sentido a participação política assentada na comunidade, no lugar onde você está. Mesmo que você se desloque, tem que levar você mesmo. Não dá para separar psicologia e política: “agora sou psicólogo, agora estou numa atividade política”. O que ocorre é

³⁸ Michel François Veber.

que em alguns momentos a realidade solicita mais para um lado do que para outro. Minha militância começou na AUEP no contexto de formação do curso de psicologia e da separação ou não da Filosofia, apesar de eu ser do Partido Comunista, participando das coisas da Frente Ampla. Embora estivesse quente a situação no país, não havia tido o golpe. Quando acontece o golpe, essa preocupação fica em segundo plano. Claro, você luta por um instrumental teórico, mas esse instrumental é subversivo. Pensar já é subversivo. Os professores estão sendo presos não porque jogaram bombas, mas porque pensam. O interessante na militância da Iara é que junto com esse clima todo da Ditadura pariu um serviço de Aconselhamento Psicológico e de Orientação Profissional. Na minha época, seria impossível pensar isso sem antes pensar em libertar o povo brasileiro.

A palavra militante, para mim, sempre teve caráter pejorativo. Deve ter a mesma raiz de militar, deve ser alguma coisa ligada à guerra, de origem latina. Em grego, o guerreiro está ligado ao estrategista, é alguém que usa a cabeça, reflete. Sófocles participou de uma das guerras contra os Persas. Mas a palavra deve vir de alguma coisa romana, e é feia! Eu sou militante e o cara é milico? Como é isso? Igual a ser de esquerda e ser da polícia? No sentido pejorativo, seria aquele sujeito de carteirinha, num grupo político, que segue estrito aquela linha. Só que isso nunca me satisfaz, nunca foi para mim uma definição de participação política. Andei pensando, mas não sei o que usar no lugar dessa palavra. Talvez, onde eu encontrei aqueles operários que mal sabiam ler e escrever e que tiveram essa participação linda nas greves operárias do ABC... Eu nunca me esqueço da figura do Lula, o sol passava pela barba dele, pelo cabelo. Essas pessoas eram militantes, operários. Mas essa palavra não encaixa. Queria retomar a idéia da participação política com os pés no chão, na cidade, onde você trabalha, onde você estuda, onde vive. Você tem que ter aquela postura em tudo, íntegra. Ser uma pessoa que, apesar de complexa, é transparente, encarna essa posição e vive aquilo. Eu vi isso nos operários. Considero que são companheiros, apesar de estarem em grupos diferentes e de não terem carteirinha.

E os independentes? Eram militantes ou não? Sim, tinham uma participação até melhor porque eram inteiros, não tinham o que esconder. Você esconde para não ser preso, porque seu grupo está na clandestinidade. Os independentes se colocam inteiramente ali. Foram muito execrados. A própria polícia dava nomes, chamava de “bunda fria”, “pingüim”. Era o pessoal que dava apoio. Eles espremiavam, depois soltavam. Só que soltavam um bagaço humano. A pessoa tinha sido torturada, perdido a casa, o emprego, a vida. Muitos morreram. A polícia execrava e a esquerda também. Chegou-se ao cúmulo, lá em Paris, de se perguntar: “você foi torturado, ou não?”. Os bons eram aqueles que foram testados e não falaram! Você não sabe seus limites na

tortura, tem que perdoar mesmo um companheiro que falou. Por exemplo, a história dos freis que foram acusados de dedurar o Marighela. Não foram eles. A esquerda não tomou cuidado. Aquele telefone, na livraria Duas Cidades, era uma palhaçada, todo mundo sabia. A gente nunca avalia exatamente a força do inimigo. Tem que perdoar. Eram pessoas de valor. Muitos se suicidaram. Até hoje tem isso entre os próprios militantes.

[folheia o livro de Luís Mir, *A revolução impossível* (1994)]

Nessa passagem do livro aparece o episódio da execução de um estudante da ALN, ou da VPR. Um rapaz que começou a falar demais. Nós, psicólogos, sabemos que esse menino deve ter ficado psicótico. Quem agüentava aquilo?

Estou falando isso talvez para dizer que a própria esquerda, em alguns momentos, manifesta preconceito e valoriza demais seus mártires. Não vê que o povo humilde sofreu. Mesmo a polícia, os militares. Quantos não entraram nessa gratuitamente, enganados pela ideologia da direita? Quantos não entraram nessa por causa da fome? Não quero dizer que era tudo a mesma coisa, mas é preciso ter uma postura mais madura.

A esquerda ainda torce o nariz para essas coisas. Vi isso no exterior. Por isso não participei do gueto, em Paris. Fui nas manifestações porque tinha necessidade; jamais me liguei a grupos lá. Aquilo que falei do Cley: “como homenagear o Cley? Não foi torturado!”. Ele militou de outra maneira! O que significa para um Gabriel Garcia Márquez, um Cortazar, não poderem voltar para suas terras? Tantos suicídios que houve de desgosto de viver aqui... Diversos filósofos se suicidaram. E a esquerda falava: “pequenos burgueses!”. Não entendiam que era um companheiro seu, e que deu a vida, só que de outro jeito. E alguns não se suicidaram, não foram torturados, mas tiveram sua participação.

A palavra militante é muito pouco para expressar aquele que tem uma participação política efetiva na sua comunidade ou no lugar em que vive, pelo menos o significado que lhe foi dado, que parte de um preconceito da esquerda.

Todos eram tão jovens, tão frágeis, e alguns se revelaram muito fortes. Você vê nas fotografias a carinha do Arantes, da Lola... A Iara era asmática, como o Guevara. Como um sujeito que tem asma vai para a guerrilha? As pessoas eram inteiras, íntegras. Às vezes Ecléa fala da Simone Weil na Guerra Civil Espanhola, que tropeçou em um caldeirão de água fervente e se

queimou. Fico imaginando a Iara com esses problemas: buscando o remédio, a bombinha no meio do mato (riso). Aceitar o inóspito, viver por uma idéia de justiça. No fim, é viver pelo outro. Todos eram pessoas tão lindas...

Vim hoje por um lugar que sempre andava. Todas as vezes que vim rever o Instituto, nunca vinha por aqui, pelas árvores que ligam a gente à ECA. Adorava vir a pé, ou de bicicleta. Nunca mais fiz esse caminho porque tinha medo de ter aquela asma que tive na Maria Antonia. Mas hoje vim, vi que as árvores cresceram, que a umidade é uma delícia. E me senti bem como se nunca tivesse saído. Imaginei que teria algum constrangimento em encontrar colegas, mas não tive. Saí daqui, mas isto não saiu de mim. Ocorreu uma espécie de reinclusão, e isso só foi possível pela entrevista. Muitas coisas que te falei passei mais de 30 anos sem falar para ninguém, nem para mim mesma.

LÚCIA

Para considerar o surgimento da militância em minha trajetória de vida, é preciso ter em conta várias questões. Algumas mais amplas, outras mais pessoais ou familiares. Inicialmente, marcar o fato de que fiz parte da geração brasileira que viveu o período áureo do breve século XX, no conceituado do historiador inglês Eric Hobsbawm. Foi uma geração privilegiada desse ponto de vista, particularmente no Brasil urbano de meados do século passado. Acompanhar e participar do desenvolvimento e da nascente industrialização do ABC paulista foi algo diferenciador. Nasci em Santo André; vi, pela origem familiar, a cidade começar a tornar-se importante, ganhando algo que seria depois o operariado, a classe média... Não havia essa característica nos anos 1950, quando entramos no colégio. Foi possível participar das mais significativas modificações sócio-culturais então ocorridas nas cidades brasileiras. O período juscelinista foi fundamental nessa passagem, bem como o legado da industrialização por ele incentivada.

Na seqüência, marcaria o fato de que, à época, meninas de famílias que se prezassem geralmente estudavam em colégio de freiras, e eu não fugi à regra. Daí, a consolidação de uma visão por vezes solidária, por vezes caritativa sobre o mundo, assentada em romantismo ingênuo que a Santa Madre Igreja nunca deixou de enfatizar em relação aos “pobres” deste mundo, e de nossas obrigações para com isso. Gilberto Braga, em *Anos Rebeldes*, mesmo sem referir-se ao vértice cristão, desenha essa geração influenciada pelo nacionalismo romântico, pela idéia de que o país devia inevitavelmente crescer, sair do marasmo anterior, que havia coisas a serem feitas e que isso era também de nossa responsabilidade. Éramos uma geração de extrato urbano que conversava e discutia sobre tudo o que lhe era possível. O pouco de informação acessível, se compararmos com o que se oferece aos jovens de hoje pela internet e demais ligações mundiais, alimentava nossa avidez por conhecimento e novas idéias, em seguida trocadas e trabalhadas em longas e intermináveis discussões. Penso que isso ocorria de um modo ou outro em cidades de médio e grande porte, onde a expansão da educação se fazia, e não foi à toa que o movimento político estudantil que daí emergiu não conseguiu se estender para além desse limite geográfico.

Tenho que marcar também que tive um pai que se dizia comunista, embora nunca de fato o tenha sido (riso). Era uma pessoa especial, que para ganhar a vida trabalhava como desenhista na Secretaria de Saúde de São Paulo, pintava quadros à óleo sobre temas de sua infância rural... E, principalmente, lia. Ensinou-me a ler, no sentido instrumental e no da valorização disso, com três anos, utilizando um conjunto de cartas com nomes de pássaros para conseguir juntar letras e sons e, depois, levando a me familiarizar com os livros. Ensinou-me desde cedo a freqüentar a

Biblioteca Pública de Santo André e ler... Ler sem parar, ainda que sem nenhuma metodologia. Embora nunca tivesse feito qualquer tipo de militância, não deixou de influenciar-me em idéias. Não fui criada sob o medo costumeiro e generalizado que as pessoas, à época, tinham do comunismo. Para mim, era apenas um processo como tantos outros, sobre o qual meu pai falava e argumentava positivamente.

Fiz meu curso médio de 1960 a 1963, no período populista de Jango no poder. Acompanhava os CPC no Sindicato dos Metalúrgicos... Todos aqueles movimentos que marcaram tal período. Era ainda bem nova. O bispo de Santo André era Dom Jorge Marcos de Oliveira, figura progressista. Miguel Arraes vinha para falar com ele... E Dom Jorge punha os jovens a fazer alfabetização pelo método Paulo Freire.

Tudo isso foi propiciando a “conscientização”, para usar um termo tão caro à época; uma percepção do mundo que é muito misturada, muito confusa... Líamos livros de sociologia, de história, sem qualquer sistematização e misturávamos conceitualmente aquilo tudo. Mas aquilo vinha; o que vinha, você lia. As gerações que se seguiram praticamente perderam esse modo de se relacionar com os livros e com as teorias. Mesmo os “politizados” passaram a ser informados por fontes orais (seus formadores), ou a partir de textos resumidos. Nós líamos, e nenhum calhamaço assustava. Isso não é peculiar a mim, marcou muito essa geração. Por isso que ela é meio atabalhoada. Creio que ganhamos em amplitude de horizonte, mas também fixamos idéias fáceis e um tanto preconcebidas por valores afetivos, carentes de uma análise mais aprofundada, mais cuidada... Mas assim que fomos feitos. Eram jovens entrando na cena política do país. Não mais, ou não apenas, os egressos da elite econômica dominante, e nem tampouco descaracterizados entre os que permaneciam submersos na massa silenciosa dos que pareciam ainda não contar. É a primeira vez na história do país que essa gente entra de modo a fazer diferença na cena política. Eu e mais outros tantos chegamos por aí.

Para explicar a militância não há um episódio específico; há um caminho que vai se solidificando e definindo um rumo. Se tivesse nascido, estudado, vivido numa pequena cidade interiorana, a probabilidade de viver o que vivi teria sido muito pequena. Nasci em 1945. Minha família era dona de uma fundição, o que fez com que eu tivesse sempre contato com o operariado. Eu não brinquei em fazenda, brincava com ferros moldados, balança de pesar ferro, tornos, apreciando a luz e o calor que saiam do forno de fundir aceso... A discussão, as conversas na minha família sobre o que deveria ser feito ou o que estava sendo feito nesse contexto, conhecendo as empresas nascentes ou ainda as mais conhecidas como Rhodia, Pirelli,

Volkswagen, para as quais a Fundação prestava serviços... O mundo girava em torno dessas questões.

Minha família “carcamana” esteve na base da arrancada industrial de Santo André e me foi possível conhecer o crescimento alucinado, com bairros populosos e populares se formando sem cessar, vendo São Paulo virar metrópole, e quando tudo isso ainda podia nos infundir a crença de que um belo mundo novo estaria a nosso dispor. Todas essas pessoas, imagens, fatos, ficam fragmentadas na memória, agrupadas ao sabor da fantasia do tempo da infância e que, parafraseando Bobbio, a gente vai esgravatando perseverantemente na busca inútil de lhes dar sentido.³⁹

A origem familiar, a formação em colégio religioso, os livros, as discussões com os pais, tudo isso marca seu olhar para o mundo. Não houve nada do tipo “alguém chegou, mostrou-me um livro e falou”. Isso foi acontecendo, reforçado por editoriais de jornal, revistas, teatro, cinema... Tem Dom Jorge, Paulo Freire, Arraes, Jango... Tem o CPC... Você vê as peças de João Antonio: *Eles não usam black tie...* Enfim, escolhemos um lado, e, quando e se possível, lutando pelos desvalidos deste mundo. Nós não éramos elite, mas tínhamos uma certa entrada no estrato social que nos permitia pensar e lidar com idéias e opiniões.

Uma menção deve ser feita ao fato de que entrei para a vida social quando as convenções rígidas relativas às relações homem/mulher, ao casamento como único espaço para as relações afetivas, à “realidade do lar”, começavam a ganhar fissuras.

Só após o Golpe Militar é que posso dizer que começa uma atividade marcadamente mais política em minha trajetória. Até então, eu agia sem ter maior clareza do que queria. Apenas sabia que “escolhi um lado”, mas sem uma opção político-partidária definida. Entrei para o curso de Psicologia em 1964, uns meses antes do Golpe. A Universidade era, naquele momento, um local de burburinho político, de discussão, conversa... Algumas escolhas me levaram, de início, a atuar de um modo mais político em Santo André, e não em São Paulo. Lá, havia uma entidade muito atuante, a Associação dos Universitários de Santo André (AUSA), e que, até 1964, havia tido uma alta visibilidade política. Trazia políticos como o Arraes para falar em Santo André; promovia discussões públicas... E vários de seus líderes e frequentadores estudantis acabaram se tornando pessoas com espaço político e social de destaque. Com o Golpe, a geração que a comandava ficou sob suspeita. Eram janguistas, comunistas perseguidos, tiveram que deixar o trabalho na

³⁹ Conforme referido no epílogo da entrevista de Lúcia, li seus escritos intitulados *Rumo à estação liberdade*. Alguns trechos serão aqui citados. Escolhi passagens que me pareceram preciosas, procurando formar um conjunto entre elas e o corpo do texto.

Associação. Os que haviam recém ingressado na Universidade, como eu, fomos substituí-los e, aí, num clima muito diferente. Fui eleita vice-presidente, e nos incumbiu uma série de ações, agora em um momento não mais de libelos libertários, mas de convivência e escamoteamento diante das dificuldades jurídico-constitucionais.

Mesmo com a instalação do governo militar, o período entre 1964 e 1968 ainda permite um trabalho aberto, em geral sob um manto cultural. Ciclos de cinema, de poesia, conferências com temas que levavam ao debate sobre o fim do regime de exceção, a liberdade... Trazíamos pessoas para falar de cinema, como Jean Claude Bernadet. Assistíamos filmes e discutíamos: *O bandido Juliano*, todos os Antonioni... Pintores... Meu mundo era ali. A Associação ajudava a tirar gente presa da cadeia, fazia denúncias em jornal... Estando entre esse lugar e a Universidade, que também fervilhava, comecei o caminho em direção à participação política mais estrita e definida. Nesses espaços aconteciam os contatos, e foi aí que iniciei também a relação afetiva com meu futuro companheiro.

Valdir e Cleide, meu companheiro e minha grande amiga de infância, são incluídos no processo conhecido por Guerrilheiros do ABC. Ademar de Barros, governador de São Paulo, estava meio mal com os militares por conta de seu conhecido envolvimento com a corrupção, e não por causa de subversão (riso). Ele precisava criar um fato, e se utilizou de uma molecada que sonhava com luta armada. Entre eles, havia gente da AUSA, mais alguns operários, e por certo também gente infiltrada. Foi então criado um fato político, que se passou a chamar na imprensa Guerrilheiros do ABC. Imagine você o que foi para a época. De guerrilha mesmo não havia nada, mas o nome e as conseqüências ficaram. Acharam um revólver com alguém, por certo de algum pai, e a Auditoria Militar e os órgão de repressão entraram em ação. Como lhe disse, entre eles estava minha amiga de infância, Cleide d' Al Olio, que veio posteriormente a morrer em fato ligado a ações políticas... E que para mim permanece como uma das situações mais difíceis de superar. Meu futuro companheiro, Valdir, não tinha nem dezoito anos quando foi preso. Foram torturados, apanharam muito, ficaram na terrível prisão do Hipódromo. Cleide conseguiu fugir, foi para o interior do estado, mas muita gente foi presa. Esse processo durou um ano ou dois: chamavam, prendiam, soltavam... Apanhavam... A AUSA pagava advogado para quem não podia, entrava na cadeia para levar coisas de necessidade, fazia contato com a família deles... Isso, dito hoje, pode parecer uma bobagem, mas, ao adicionar o clima de terror da época, a dificuldade se afigura imensa. Quem fazia isso, inevitavelmente, estava marcado.

A partir daí, passei a estar o tempo todo na AUSA. Vivia ali dentro. Saía de manhã de casa, fazia um périplo danado. De Santo André pegava um trem, descia na estação da Luz, de lá tomava um ônibus que me deixava em Pinheiros, e de lá tomava outro para a Cidade Universitária... Ali se passava o dia, o curso era praticamente em tempo integral. Voltava, ia direto para a Associação de onde só saía por volta de meia-noite, uma da madrugada, para desespero de meus pais que comigo brigavam o tempo todo por causa disso, mesmo sem saber da missa a metade. Ali passava sábado, domingo... Havia um mundo acontecendo; ali estavam os afetos, as amizades e se discutia política, se discutia tudo... A gente inventava esse tipo de coisa para estar ali o tempo todo, acompanhando e discutindo o que acontecia na sociedade. Lia o jornal, recebia livros, discutia: “é luta armada ou não? É movimento de massa ou não? O que fazer? O Partidão não serve mais?”. Esse foi o meu espaço de formação política.

Este período inicial em Santo André abre a porta para a seqüência: POLOP e depois VPR... A ação mudou, tomou um caráter mais direcionado e orientado, seja porque o quadro político-institucional mudou com o Golpe, seja porque vai se começar a fazer ações nitidamente políticas. Num primeiro momento, apenas ações que se colocam em sentido contrário à ditadura; posteriormente, por meio de “partidos”, não em sentido formal e como voltaram a existir após o fim do regime, mas em organizações. inicialmente na luta anti-ditadura, e posteriormente propondo a luta armada como via de acesso ao poder e à conseqüente transformação social.

No dia do golpe, eu estava na AUSA. Lembro que nós escutamos a notícia do acontecimento pelo rádio. E aí, começou o clima de angústia. Primeiro, esperamos uma reação, que as tropas leais não deixassem que o golpe se estabelecesse. Mas em questão de horas estava definida a situação. E eu não posso deixar de lembrar do champanhe que minha família materna reunida estourou para comemorar a vitória da Revolução. Minha família não era um grupo envolvido, mas o medo que os militares infundiram na população foi muito grande. É fácil imaginar essas famílias de classe média, sem muita noção de nada, querendo proteger seu patrimônio tão dificilmente amealhado. Ficaram felicíssimos quando veio o golpe: “o comunismo foi afastado!”. Teve comemoração, o que me deixou muito irritada. Mas esses são apenas detalhes pitorescos.

A escolha pelo curso de Psicologia aconteceu em linhas gerais assim: antes da Universidade, como disse, estudava em colégio de freiras, e ali fui fazer a Escola Normal, porque minha mãe queria que eu fosse professora, e assim garantir um diploma, pois vai que a filha não fizesse o curso superior e resolvesse casar (riso). Mas eu não queria isso para mim, então fui fazer,

ao mesmo tempo, o curso clássico à noite, no colégio estadual. Naquela época, os colégios públicos tinham um bom padrão, e no Américo Brasiliense, em Santo André, meus bons professores eram quase todos também docentes na USP. Eu era fascinada com Filosofia, e a psicologia era dada dentro dessa matéria. Uma das professoras dessa matéria dizia: “há um curso novo na USP, Psicologia, que é muito interessante, e você deveria fazê-lo”. E eu, que até então havia me decidido por cursar química, mudei de opinião no último ano do colégio. Assim, escolhi a Psicologia mais por um viés filosófico do que por ter conhecimento ou interesse em trabalhar com psicologia clínica ou empresarial. Meu pai não aprovava a escolha, pois me queria estudando medicina em Sorocaba, cidade de sua família, e para onde queria voltar a viver, e assim não me facilitou financeiramente a fazer o Cursinho. Eu escolhi o do Grêmio, que depois virou o Equipe, onde Iara e quase todos os personagens daquela época estudaram. Fiz seleção e ganhei bolsa para o intensivo e, naquele mesmo ano, entrei para o curso de psicologia. Como você sabe, as anteriores foram constituídas por pessoas que haviam cursado filosofia, sociologia, pedagogia, e como já atuavam na área, buscavam conseguir o registro profissional.

Formamos a segunda turma do curso oficial de Psicologia da Universidade de São Paulo. Dos 12, apenas quatro vinham do interior, entre eles eu, mesmo que Santo André não fosse exatamente uma cidade com um *modus vivendi* de cidade do interior... As outras colegas dominavam outras línguas, em geral conheciam outros países ou eram como Iara, de classe média, do bairro do Ipiranga, e por isso, com acesso mais fácil ao mundo paulistano, já então bem mais sofisticado. Com Iara, tanto ia almoçar em sua casa do Ipiranga, onde se comia macarrão com sardinha, na cozinha simples de D.Eva, sua mãe, como ia para a casa onde morava com seu primeiro marido, na Brigadeiro Luiz Antônio, em que, surpreendida, a acompanhava nas compras de alimentos semi-prontos e muito elaborados, o que não era nem de longe algo disseminado naqueles anos, seja em relação aos próprios alimentos, seja com relação ao papel da mulher sem empregada e sem responsabilidade pela preparação das refeições.

Tinha Raquel Rosenberg, Iara, Maria Lúcia, eu... Havia também Maria Alice Silva Leme, Carmem, Adriana, cujos pais eram professores do Dante Alighieri; Denise, cujos pais eram executivos da Rhodia, Evelise Marra, Katsumasa Oshino, que deve ainda ser pesquisador na Paulista de Medicina; Paschoal di Ciero, e mais dois ou três dos quais lembro o rosto, mas não os nomes. Depois veio a luta pelos excedentes e as turmas passaram a ter outra dimensão.

Só fui entender melhor o curso escolhido depois que já estava lá (riso)... Raquel Rosenberg era uma pessoa mais bem formada que a garotada, mais experiente, e me deu as principais pistas para começar a entender o campo escolhido.

Em alguns textos que escrevi sobre minha história, falo de minha chegada à USP, e sempre uso a imagem do saguão da Maria Antonia, ícone incontestado para quem estudou por lá no

período de que falamos. Há muita coisa escrita sobre ele. Os outros locais onde também estudávamos, como na alameda Gleite, ou na Cidade Universitária, se afiguravam distantes, no fim de mundo. Íamos para lá para as aulas de fisiologia, biologia... Mas onde havia um burburinho, onde havia vida, onde você tinha o conceito de universidade, era na Maria Antonia. Aquilo era o centro das coisas, e o seu saguão, estendido para a varanda externa, era onde as pessoas passavam, onde elas estavam; era onde tudo acontecia, onde todos se faziam presentes.

Ali se via quem se queria ver e também se era visto; por ali andavam os líderes da política estudantil, professores amados e odiados, cantores, projetos de artistas. Fernando Henrique era ainda um homem jovem e bem apessoado com seu blazer de couro, uniforme de intelectual que se preza como definiria Iara rindo. Estava se referindo aos que voltavam de Paris, principalmente, ou dos Estados Unidos, em menor número, depois de alguns anos de estudo, fato este que ainda não era tão comum como passou a ser.

Saí de um Santo André afetivo, ainda provinciano, para cair num mundo muito mais sofisticado, que eu não conhecia. Talvez isso também explique a minha permanência inicial na AUSA, pois assim me defendia da solidão social que, de início, São Paulo me impôs. Eu não tinha a elegância sofisticada de meus colegas, eu não dominava línguas estrangeiras, não sabia quais eram os bares da moda... Eu era senhora em meu mundinho andreense e por lá me acantonei. Aos poucos, depois, fui criando um espaço para mim dentro da Faculdade, tanto do ponto de vista político, pois minha atuação em Santo André passou a me dar alguma visibilidade nesse aspecto, como do ponto de vista acadêmico, em relação a professores e colegas. A partir do segundo e terceiro anos, praticamente deixei Santo André, pois voltava bem tarde para lá, apenas para dormir, passando a me relacionar socialmente e a fazer política em São Paulo.

Ali, na Maria Antonia, minha canhestra elegância naufragava em seu requisitado Saguão. Meus pares desfilavam uma pretensa simplicidade de cepa refinada e estavam na vanguarda dos acontecimentos. Eu tinha apenas dois ou três pares de saias e blusas, feitos pela mãe de Cleide, costureira para os amigos; não tinha casaco apropriado para o frio das manhãs paulistanas e era obrigada a circular de trens e ônibus umas boas horas para ir e voltar. Dispunha de um dinheiro minguado que minha mãe contava, tostão a tostão, para uma alimentação frugal, já que passava o dia todo em curso de tempo integral. Mas principalmente, eu não sabia nada do que eles sabiam: quem eram os pintores de sucesso, os artistas da moda, os bares e *boites* para se ouvir jazz, bossa-nova ou outra boa música, as lojas onde se podiam ser encontrados os objetos e produtos de interesse daquela juventude.

Nessa época ainda não fazia parte de nenhum grupo organizado. Só o fazendo depois, junto com Valdir. Ele vinha do Partido Comunista, e já tinha suas ligações. Após o Golpe ocorreram cisões que deram origem a outros movimentos. Houve algum contato com a POLOP,

mas logo já estava cindindo o grupo que viria a, agregado a outros, formar a VPR. Essa foi a única à qual de fato pertenci.

A virada mais séria nos fatos se dá por esse período. A ditadura não pretendia chegar onde chegou, pelo menos o grupo castelista. Com a entrada do Costa e Silva, a tigrada – para usar uma expressão de Hélio Gaspari – ganha a parada. Há um crescendo em ambos os lados: ditadura e luta antiditadura, acontecendo simultaneamente. Em 1967 e 1968, coincidindo com os últimos anos da Faculdade, é que se dá minha mais intensa participação política, pois o ano de 1969 também para mim, pessoalmente, foi o que não acabou... Meu primeiro filho nasce em março de 1969, e eu sou obrigada a sair de circulação, ficando escondida e clandestina em São Paulo até o final do ano; depois mais um ano em Curitiba, só conseguindo deixar o Brasil, por meios clandestinos, em 1971... Bom, depois disso é o exílio.

Em 1964, ainda não participei de atividades políticas na Faculdade. Na Universidade, ainda havia um grupo tradicional na atividade docente. Fomos o primeiro grupo de alunos a ser convidado a trabalhar na Universidade de São Paulo. Saindo da primeira turma, Maria Helena Patto e Therezinha, que depois foi para Ribeirão Preto e da segunda, Raquel Rosenberg e eu. Essa nova geração só entra na Faculdade em 1968. Isto coincide com a universidade começando a se expandir, quando vai acabando o conceito de um lugar para uma elite pensante – no caso da Psicologia, forçado pelo movimento dos excedentes. A universidade começa a sair daquele mundinho fechado e passa a precisar de mais professores, mandando-os para o exterior para garantir seus Mestrados e Doutorados. Maria Helena Patto foi para os Estados Unidos; eu tive o convite para ir para Berkeley... Preparava-se o grupo que viria a assumir a docência na Psicologia, como de fato aconteceu. O corpo de docentes e pesquisadores do Instituto de Psicologia vai ser constituído por contemporâneos dos fatos de que aqui tratamos. Mas até 1967, 1968, o mais presente é o forte movimento político dos alunos, com POLOP, Partidão e outros. O corpo docente da Universidade, embora simpático aos movimentos, mantinha-se mais distante daquilo.

O ano de 1968 foi de grande conflito dentro da Psicologia, marcado por greves a que aderi como docente. Como uma de suas conseqüências, a saída do grupo de orientação psicanalítica de lá. O curso era composto por três grandes grupos. O grupo da Experimental/Social era considerado como progressista, liderado por Carolina Bori, que havia estado com Darcy Ribeiro na Universidade de Brasília. Não tinham exatamente uma militância, mas estavam, de alguma maneira, ligados ao “para frente”. Tinha o grupo da Educacional, que era tido como teoricamente fraco e atrasado. Maria José Werebe, na Pedagogia, ainda era a referência

para a área. E o grupo da Psicanálise, definido pela turma da Experimental como conservador e alienado. Dentro desse grupo, estavam os organizadores da Sociedade Brasileira de Psicanálise: Durval Marcondes, Virgínia Bicudo, Lígia Amaral Ferrão, Ferrari e outros.

Em 1968, o clima fervilha. A turma que veio depois de nós é muito trabalhada pelo pessoal da Experimental, e começa a fazer uma guerra contra os docentes da Psicanálise. Eles saem e não mais voltam para a Universidade. Tenho certeza de que, como eu, mesmo quem esteve à frente desse movimento, considera essa perda como lamentável para o desenvolvimento da psicologia em São Paulo. A juventude inexperiente, o delírio acrítico da época, não permitiram uma leitura equilibrada. O mais interessante é que os que levaram esse conflito são hoje analistas importantes em São Paulo. Entre eles, Elias Rocha Barros, que é um de seus entrevistados e que melhor do que eu poderá contar sobre isso.

A Universidade sofre muito em 1969. É um marco. A velha psicologia, do jeito que era ensinada naquele momento, sofre uma ruptura e se modifica no Instituto. A Maria Antonia já não é mais nosso local; passamos para a Cidade Universitária. Primeiro, o prédio da História nos abriga, e depois vamos para os barracões onde o Instituto vai se estruturar. Como docente na Educacional, trabalhei tanto no prédio da História como, no pouco tempo que por lá estive, em 1969, nos barracões. Outros que haviam saído para estudar fora retornam, alguns outros ex-alunos são recrutados. Eles é que vão constituir o embrião do que hoje lá se faz, e que pouco tem a ver com os docentes, conceitos, teorias, valores que influenciaram minha formação.

Voltando ao trabalho político, posso dizer que não existiam tantas opções assim. Os grupos políticos acabavam sendo muito próximos. Ou você entrava por grupos de origem católica, que depois foram dar na AP e no PC do B; ou se trilhava o caminho laico, a partir de grupamentos derivados do velho Partidão, ou de trotskistas que deram na POLOP. E é deles também que derivam as ditas organizações de luta armada: ALN, VPR, VAR-Palmares, MR-8 (o antigo, não seu arremedo que anda por aí), Ala Vermelha etc. O fato de vir de Santo André, onde estava muito mais o pessoal egresso do Partido, leva ao contato com gente desses grupos em São Paulo. Já estávamos em contato com o pessoal que estudou na França e que voltava ao Brasil com o objetivo de criar e participar de organizações com tais características, levando ao mesmo tempo a luta contra a ditadura e propondo o desmonte do Estado burguês. Não mais se aceitava o Partido Comunista; entendido como responsável, dada a sua tibieza e aliança com a burguesia, pela instalação do regime militar. Cuba e China eram os modelos a serem seguidos, e havia uma

constante discussão teórica rodeando questões sobre o que é o Estado, as características de um Estado popular, operário, camponês, as formas de tomada do poder etc.

O fato de Valdir cursar Ciências Sociais me levou ao envolvimento com mais pessoas, particularmente com a POLOP, mas isso durou pouco. Tudo é muito rápido, um período onde as coisas se passavam sem você ter tempo de assentá-las. Isso é de 1965 a 1968. A opção, ainda teórica, pela luta armada como via, leva ao racha e ao núcleo que se dirige para a VPR. A eles se juntam gente voltando da França como Ladislau Dowbor, João Quartim... E mais os militares que estavam voltando de Cuba, após o fim dos chamados grupos dos 11 do Brizola. Essa mistura explosiva, bem pouco ortodoxa, vai dar no primeiro grupo da VPR, do qual fiz parte. Nesse contexto, não se pode dizer algo como “aqui está minha carteirinha de adesão, vou assiná-la” (riso). É algo que vai acontecendo, e de repente você está envolvido.

Começou então a existir uma vida dupla: uma face pública e outra clandestina. No entanto, permanece a participação no movimento civil mais aberto. Em passeatas, por exemplo. Lembro do Samuel puxando com Hino Nacional e bandeira em punho a passeata que os policiais tentam impedir: “e o bloco do novo dia, o cordão da liberdade... Ensaiado com carinho pelo Zé Redemoínho, pelo Chico Vendaval...”. Fui presa em uma delas, mas ainda em um momento em que se saía no dia seguinte. Tinha cachorro policial correndo atrás da gente, tinha bolinha de gude que se jogava para os cavalos da tropa escorregarem... Teve a passeata com o Zé Dirceu mostrando a camisa ensangüentada do estudante morto... Mas, quando se tratava das ações da VPR, tudo era muito fechado. Pequenos grupos, uma organização clandestina. Havia congressos decisórios, mas com poucos dirigentes.

Se você quer um detalhe, minha lua de mel... Já vivia com Valdir, mas por interesse e decisão da organização nos casamos oficialmente. Fachada legal, como se dizia. Fomos para uma chácara de propriedade de meu pai. Na verdade, apenas fachada para um congresso da organização. Para lá foram os dirigentes, ali se discutiu, ali treinou-se tiro ao alvo (riso)...

Não sei se minha atuação naquele período se acorda ao que se considera como um militante estudantil. Fiz movimento estudantil, mas não fui daquelas lideranças mais clássicas, que organizaram e lideraram o movimento dentro da Universidade. Passei muito rapidamente dessa ação mais aberta para outra muito fechada, clandestina. Não posso ser identificada com aqueles que “organizavam a massa”, como se dizia então. Na Universidade, eu inclusive segui um caminho tradicional. Era uma boa aluna, fui convidada a ser professora.

Essa militância na VPR é curta. Geração que fez tudo muito rapidamente e muito cedo, ainda muito jovens. Quando olho meus filhos, ou você, me assusto como nós tão rapidamente chegamos a fazer tanta coisa. Posso dizer que começo a me interessar por coisas que são da ordem do libertário, da modificação do mundo, com meus 14, 15 anos. Valdir, ainda menor de idade, apoiava greves na Petrobrás. Com 18 anos estava na Faculdade, ano do Golpe militar. Casei ao final de 1967 e meu primeiro filho nasceu no início de 1969. Nesse período, de 1964 a 1966, acontece a militância da AUSA, as passeatas, para em 1968 e 1969 entrar em organização centrada na luta armada, ficar escondida ainda no Brasil até 1970 e fugir para o exílio em 1971. Sob o olhar de hoje, tudo uma loucura...

Eu só vim morar em São Paulo quando estava grávida. Fui morar com Iara num apartamento ao lado da Maria Antonia. Não chegamos a ficar muito por lá. Quando cheguei, Iara teve um problema qualquer com outro grupo com o qual ela estava ligada, e a polícia a descobriu. Nós saímos e fomos morar na Iguatemi. Esse episódio está contado no livro Iara, de Judith Patarra, no capítulo *Com Lúcia Sarapu na Iguatemi*. Você pode ver a agência bancária que ficava na parte térrea do edifício. Fomos para esse aparelho. O Zequinha, que escreveu um livro sobre o Lamarca, esteve lá. Vários assaltos foram feitos no banco de baixo.

Não sei a troco de que, mas me veio à memória um episódio envolvendo Ecléa Bosi que é sua orientadora e que era nossa colega em algumas matérias da Psicologia. No dia em que Che Guevara morreu, Ecléa foi vestida de preto, em luto, para a Universidade. Ecléa era uma pessoa discreta, afastada dos movimentos mais barulhentos. Por certo, havia a escolha e o sentimento, mas não participava. Não esqueço desse dia, porque para nós, com pretensões de politização e intelectualidade, o que valia era discutir: “morreu Che, e isso significa que...”. Ela, não; ela foi em sua linha pessoal, emotiva, e vestiu luto. Apenas disse: “hoje estou de luto pela morte de Che Guevara”. Lembro direitinho e me ajuda a entender essa figura que só fui dimensionar corretamente quando li *Memória e Sociedade*.

Essas pequenas organizações clandestinas tinham um grande problema de sobrevivência, mais ainda após a ação intensa da repressão. Ou o dinheiro saía dos recursos daqueles que os apoiavam, ou então era feito o que eufemisticamente era chamado de “expropriação”. Assaltos a

bancos, entre eles, o banco que ficava na parte térrea do edifício onde estava este apartamento da Iguatemi. Ficávamos ali em cima, Iara e eu, para uma eventual cobertura, pois, sendo necessário, as pessoas poderiam subir. Isso aconteceu duas ou três vezes. Não sei se esse edifício ainda existe. Fiquei praticamente todo o período que antecedeu o parto. Dali saía também para trabalhar na Metropolitanas Unidas, faculdade criada após uma cisão no grupo metodista do Mackenzie, e para a qual o professor Osvaldo de Barros indicou-me junto com Raquel Rosenberg para docentes do curso de psicologia que ali se iniciava.

Quando meu primeiro filho estava em vias de nascer, voltei para Santo André. E a partir daí começa o período da caçada. Depois que fui procurada na Faculdade e lá não mais voltei, fiquei escondida em São Paulo até o final de 1969. Fui abrigada em uma série de casas que não saberia identificar, pois entrava e saía de olhos vendados. Nunca soube o nome das pessoas que me abrigaram. Assim, em caso de prisão, e sob tortura, não haveria risco de identificá-las. Fiquei escondida com meu filho durante quase meio ano. Ele nasceu em março e eu fugi em julho, só deixando São Paulo ao final do ano. Quem me deu apoio foi Stela, hoje minha amiga, e um grupo de médicos do Hospital do Servidor Público. Depois, fui levada para o Paraná, com uma incrível peruca loira. E, para não haver risco na saída, meu filho foi levado para a família de Stela e cuidado por eles, em Goiás. Só alguns meses depois nos reencontramos em Curitiba. Vivemos escondidos por mais um ano em um convento de irmãs contemplativas, e onde ninguém entrava. Ali nos transmutamos em trabalhadores agrícolas. Só em 1971 cruzamos a fronteira: Paraguai, Argentina e para o Chile de Allende. De onde, por acaso e sorte, saímos antes do golpe militar. Já havíamos saído com rumo definido para a França, porque quem nos ajudava tinha por lá relações de apoio. Na França, fiquei até o início de 1980, mas com intervalos em que vivi e trabalhei em países africanos e em Portugal. Em abril de 1980, retornei ao Brasil em decorrência do novo quadro instalado, suficientemente conhecido e que culminou com a Anistia aos exilados políticos.

Sei que o episódio mais doloroso e ainda muito cheio de sentimentos complicados para mim foi a morte de Cleide, de quem já falei antes, pela pessoa com quem ela foi viver, e que era um companheiro, ex-militar. Minha amiga de infância foi morta no Recife. Nos conhecemos quando tinha três anos de idade; minha família se mudou para a casa vizinha à dela. Tecemos sonhos em comum e sempre partilhados. Sou filha única, e ela, a irmã que não tive. Fui para a Psicologia, ela para o Jornalismo. Com o episódio dos Guerrilheiros do ABC, ela teve que sair de circuito e passou a viver uma vida mais comum. Por motivos que não cabe aqui estender, a

coloquei em contato com quem veio a ser seu algoz. Não é fácil esquecer isto. Quando cheguei ao Chile, soube que ela tinha sido morta por ele, quase que ao mesmo tempo em que Iara morria na Bahia. Nossa história tem muitas perdas e fazer o luto é sempre um desafio. Escrever ajuda a dissolver, e em parte agüentar as cicatrizes.

Por coincidência, quando iria começar a falar dela, chegou-me às mãos um livro sobre o período da luta armada: “Mulheres que foram à luta armada” de Luiz M. Carvalho e na página 100 ela lá está, descrita por um terceiro que nunca a conheceu e que afirma estar apenas repetindo a estória contada na prisão, por quem a matou, Cláudio, ex-marinheiro e participante da luta armada. Três tiros, só o soube pelo livro, um folhetim grotesco em que se une revolução, pretensa traição feminina e morte para Cleide. Preciso disciplinadamente repetir, daruma, para conseguir continuar a escrever, pois a emoção é muito forte...

Do nosso jeito, arrogantemente adolescente, fizemos tudo. E essa experiência a levou para o jornalismo, fazendo-a escrever profissionalmente para o Diário do Grande ABC em seu início. Fez cinema com Aron Feldman, pioneiro em cinema e cultura em Santo André. Fez teatro no SESC em São Paulo: “A prostituta respeitosa” de Sartre e foi premiada em categoria amadora.

Para os que apenas leram o livro, para quem o escreveu e provavelmente também para quem a matou, nada dessas coisas de sua vida serão ou foram conhecidas.

Não se sai impunemente de uma tal vivência, muito da vitalidade, do prazer, do amor se vão dessa maneira, pois muito do que se é se faz pelo que os espelhos do afeto se nos refletem. Resta-me levar-lhe rosas vermelhas, depositadas num vaso diante de seu túmulo. O sentimento experimentado é a pedra no caminho, caminho que me colocou esta pedra, que nenhuma rosa afastará para o esquecimento.

Sobreviver ficou bem mais penoso depois disso e cada rosa é um renovado pedido de desculpas e de manifestação de saudade, pois não há divã, nem tempo que passe, capaz de trazer uma superação definitiva. Eu envelheci, tive filhos, tenho netos, mas ela permanece parada no tempo e como o poeta, posso dizer: as vozes vem para gritar a presença de uma recordação imutável que está acomodada na alma.

Fernando Henrique foi muito feliz quando cunhou a expressão “amargo caviar do exílio”. O vivido nos permitiu chegar a um mundo que não imaginávamos existir e que nem estava a nosso alcance. Saímos do Brasil, tivemos contato, vida, aprendemos. Só que ficaram cicatrizes, as marcas. Quem teve a trajetória que tivemos sabe que ela integra esse amargo... Cicatrizes, lembranças difíceis que ficam. Mas viver implica em seguir em frente, e a superação faz parte. Eu e tantos outros, como em qualquer momento histórico, cumprimos um papel, assumimos a luta que nos parecia necessária e assim mapeamos o nosso *estar-no-mundo*.

Estar fora do Brasil nesse período, se, por um lado, contou com o ganho da aprendizagem sem preço, por outro configurou uma certa condição de E.T., para usar a expressão cunhada por uma amiga quando quer falar disso. Ou seja, introduziu um certo ruído na adequação das formas de readaptação ao mundo social brasileiro, após o retorno. Há em execução, desde o final dos anos 1990,

o preconizado na Lei de Anistia, que prevê reparação econômica aos que nela se enquadram. Não sei exatamente se é o dinheiro que pode nos ressarcir, mas de todo modo sempre ligo qualquer reparação a esta perda, em definitivo, da possibilidade de sermos inteiramente o que poderíamos ter sido, se não tivéssemos sido compelidos a deixar o país na idade em que o fizemos. É comum que em uma roda de pessoas que nunca deixaram o país, a não ser como turistas, ao se comentar a situação de exílio, alguém conte uma experiência simplória vivida no colégio ou por um parente distante, de modo a buscar identificação com tal vivido. Isto é apenas a manifestação da dificuldade de se fazer captar a dimensão do distanciamento a que se chega em relação aos que puderam levar uma vida corriqueira, e que, ao haver qualquer descuido de nossa parte, reforça a condição de E.T. Outra razão para relatar é também a de despir-me da característica de ser E.T.

Volto a falar em Iara a partir de sua pergunta. Foi temporalmente curto, mas intenso e significativo meu contato com ela. Madrinha, por escolha dela, do meu filho. Na época, ela namorava o Zé Dirceu, que tinha o codinome Camilo. Então, ela quis porque quis que ele se chamasse Camilo. A conheci no cursinho, quando cheguei em São Paulo. Era aquela figura que ninguém esquece, que não passava despercebida. Alto astral, presente. Logo ela quis conhecer quem havia ganhado a bolsa do Cursinho. A partir daí, nunca deixamos de estar juntas, o tempo todo. Quando começou o período mais pesado, estivemos naquele apartamento da Iguatemi. Redigíamos artigos, abrigávamos pessoas...

Como era bem de seu feitio, quis logo saber quem era a pessoa que havia ganhado a bolsa e que se dirigia para a Psicologia. Olhou para a deselegante andreense e por certo não entendeu muito bem o que havia acontecido. E de cara, também ao seu estilo, perguntou-me se eu tinha namorado. Eu que já havia tido alguns namoricos bobos e apenas cultivava um interesse platônico por um ex-colega de curso clássico, o descrevi como meu namorado real para não ficar ainda mais por baixo do que já estava me sentindo. Mais tarde, quando já muito amigas, ríamos muito desse nosso desempenho teatral inicial.

Quando eu decidi sair e ela ficou, tivemos um último encontro na escada da Cásper Líbero. Ela já estava usando o cabelo cortado para se disfarçar, como aparece em suas últimas fotos. Estava muito alegre, como sempre, jamais imaginando que morreria pouco tempo depois. Esse era o seu modo de ser: alegre, rindo, feliz. Conversamos ali, disse a ela que eu iria embora, que estava saindo do Brasil, e ela disse que me entendia, mas que iria continuar. Foi o que fez.

Disse a ela que sairia do Brasil. Era o que pretendíamos, mas, em realidade, não consegui. Recebemos um documento que, imaginávamos, desse para cruzar a fronteira, mas sua falsificação era tão precária que isso não foi possível. Nesse período também ocorreu a morte de Marighela e as fronteiras ficaram muito mais vigiadas. Acabamos indo para o convento Solitude, em Curitiba e parando mais de um ano por lá. Só conseguimos ficar incógnitos porque cortamos qualquer

contato com o resto do mundo que nos conhecia. Vivemos absolutamente isolados, com outra gente. A única pessoa que sabia onde estávamos era Stela.

A VPR nos deu documentos com uma falsificação grosseira para sair. O delegado que assinava as carteiras de identidade tinha uma assinatura quase em gráfico, e a que nos deram trazia o nome dele escrito, bem legível, com letra redondinha. Aquela era uma época de muita paranóia. O sujeito que fazia as falsificações era Celso Lungaretti, que depois ficou conhecido por ir à televisão e delatar todo mundo. Não sei se aquilo foi intencional, ou simplesmente incompetência, mas impediu de atravessar a fronteira. Fiquei escondida em São Paulo, com meu filho de poucos meses. Naquela época, a polícia pegava a criança e fazia torturas para você aparecer. Aquilo, para mim, era desesperador. Não podia me desgrudar daquela criança, e tinha que sair numa condição segura. Fugi da minha casa carregando apenas ele... Ficamos no Convento esperando uma situação mais segura para sair. Saímos pela fronteira do Paraguai, com apoio de pessoas da Igreja Católica, particularmente Père Philippe, monge dominicano, radicado em Curitiba e que também havia fugido espetacularmente de campo de concentração nazista (O filme *Fugindo do Inferno* conta, ainda que de modo holywoodiano, este episódio na Segunda Guerra Mundial). Nos levou de carro, correndo muito risco, cruzando todo o Paraguai, até Assunção, de onde cruzamos em barco para a Argentina. Fomos em direção ao norte, para Salta, em viagem de muitas horas numa pequena jardineira, para chegar a outro Convento de dominicanos, onde ficamos alguns dias, para, só então, em avião, cruzar a Cordilheira, chegando a Antofagasta, e depois a Santiago do Chile.

Com relação às pessoas mais ligadas a mim naquela turma, foram Raquel, pelo lado acadêmico e Iara pelo lado político. Também estavam próximas Evelise e Maria Lúcia. A turma da pesada, as “políticas”, eram: Iara, Maria Lúcia e eu. Raquel me ensinou a ter alguma idéia do que era psicologia. Entre os 12 que entraram na minha turma, tem aqueles que te disse, e tem também uma japonesinha que se suicidou. Ela vinha muito de Santo André comigo.

De professores, lembro. E quem não se lembra da indefectível Anita Cabral, de Arno Engelman, tímido e desengonçado, da Experimental... Tinha o Walter, que dava aula de Psicologia Animal ilustrando com o formigueiro transparente, lá na Alameda Gleite... Tinha estatística com Severo Gomes, de início um terror, mas que virou grande camarada. Nunca deixou de ter uma exigência muito grande, mas acho que minha turma acabou respondendo àquilo que ele esperava. Conversávamos muito com ele. Ele vivia sozinho, solteirão, e se abria

muito com a gente, contava histórias da vida dele... Muitas vezes, ele botava a meninada toda no carro e levava na casa dele, no Pacaembu para almoçar, negando essa visão de uma pessoa autoritária.

Dentre os professores que marcaram, cito Ferrari. Ele era um psicanalista, mas nos dava aula de Psicologia Social. Era uma figura sensacional, de uma cultura fora do comum. As aulas dele eram um deleite, ele fazia essa relação ente psicanálise, sociedade, arte... Depois eu sei que ele voltou para a Itália, e lá morreu. Mas lembro que eram aulas em que a gente crescia muito.

Anita Cabral era, ao mesmo tempo, a figura que conseguiu o curso de Psicologia, e uma figura de contato difícil. Ela tinha uma frase que me deixava irritadíssima: “você precisam encontrar sua *burning question*; ninguém faz psicologia sem ter uma *burning question*”. Eu não tinha uma *burning question*; o que eu estava fazendo na psicologia sem uma *burning question*? (riso). E em torno disso ela gravitava; a questão dela era Kurt Lewin e os gestaltistas, e a briga dela com os behavioristas. Ela gastava boa parte de seu tempo acadêmico levando adiante essa “luta ideológica”. Tenho impressão que os dois grupos, gestaltistas e behavioristas, se deleitavam com isso, e nós, alunos, ficávamos no meio desse pingue-pongue sem nexos, sem entender muito bem. Eles se encantavam com essa luta insana (riso). E os behavioristas acabaram encontrando na turma do Elias um grupo de alunos que assumiu o seu lado. Nas turmas anteriores, isso havia passado ao largo, não emocionando ninguém. Era um pessoal mais interessado em aprofundar outras coisas. Em uma turma como a minha, que tinha a Raquel, a Maria Alice da Silva Leme, essas coisas também não permeavam.

Lembro das aulas da turma da psicanálise. Era Durval Marcondes, professor que fundou a Sociedade, analisado por Melanie Klein, e que era um gentleman. Suas aulas, do ponto de vista didático, eram um desastre. Dizíamos que ele dava aula conversando com o papagaio, virado de lado e falando pelo canto da boca. Há uma estória sobre ele muito engraçada e conhecida. Ele falava sobre a fase anal e os alunos não entenderam a palavra que ele pronunciava, porque falava baixo e para dentro, e então ele apontou para trás e disse: “anal” (riso)!... Mas nós tivemos uma formação em psicanálise com conteúdo muito forte. Eles dominavam essa área, tinham um conhecimento profundo. Foi uma pena terem feito a luta ideológica contra eles. Uma luta, no meu entender, hoje, absolutamente equivocada.

Filosofia, sociologia, antropologia eram dadas pelos melhores professores dessas áreas, como Maria Alice Foracchi, por exemplo.

Da educacional, lembro de Samuel Pfromm Neto. Só depois, com a entrada dos novos – Maria Helena Patto, Norberto... – é que ela toma uma identidade. Tenho impressão que Ecléa e Maria Alice Leme vão para a psicologia social logo depois que deixo São Paulo.

Na pós-graduação que havia começado a fazer na Educacional, conseguimos fazer um estudo aprofundado de Marcuse, da Escola de Frankfurt, e de psicologia das massas. Hoje é fácil ver que pouco ou nada ele tinha a ver ali, mas o período libertário permitia tudo, e como nossa professora também o permitiu, lá fomos nós. Os debates nas aulas, bem como as leituras, buscavam mais fazer com que ali se discutissem idéias que já existiam a partir do engajamento anterior, e bem menos do que deveria decorrer dos conceitos que os professores punham em discussão.

Quando nós entramos, havia bem menos disputas de caráter político na Psicologia, e bem mais de abordagens teóricas. Disputavam os alunos para suas linhas. Não sei explicar porque ser progressista e de esquerda tinha relação com os behavioristas da experimental, enquanto que o conservadorismo ficava para rotular a psicanálise. A explicação talvez não se encontre no aspecto teórico, mas no pessoal, da psicanálise viver no seu mundo fechado, enquanto os professores da experimental tinham uma ação aberta e politizada. Essa briga interna tomou um caminho mais público e de cunho político em 1967 e 1968, quando o grupo da experimental conseguiu uma adesão mais forte da turma que se seguiu à nossa. Penso que a combinação dessa agressão indevida com o trabalho mais penoso, que é o de se incumbir de aulas para a graduação, os fez romper de vez com a Universidade e se ocupar unicamente da Sociedade de Psicanálise. A Experimental também acabou por perder vários de seus quadros jovens, que foram buscar espaço em novas Faculdades: buscavam lugares em que sua abordagem teórica fosse prevalente.

Falamos no Saguão, mas temos também que falar no Grêmio. Tudo se passava ali. Ao descer pela escada, chegava-se àquele restaurante horroroso, imundo (riso). Ali aconteciam discussões políticas, brigas e tudo o mais. Não participei dele ou da AUEP. No movimento estudantil só trabalhei na AUSA, e depois fui para a VPR. Mesmo participando de passeatas, assembléias, já nos situávamos como pessoas “barra pesada”.

[Lúcia folheia o livro *Uma tempestade como sua memória*, de Martha Vianna (2004), com depoimentos de Maria do Carmo Brito]

Maria do Carmo também teve uma trajetória muito parecida, passando logo do movimento estudantil para a barra pesada. Ela saiu do Brasil com os 40 do seqüestro do embaixador americano.

Havia toda uma discussão teórica dentro das organizações clandestinas, que colocava em segundo plano os movimentos ditos civis, ou de massa. O modelo guevarista, da revolução cubana, acabou predominando. A questão era montar o foco guerrilheiro, então não se podia perder tempo com movimentos de massa; não havia porque correr risco. Independente disso, nós nos arriscávamos, participávamos de muitas coisas, mas isso não era visto pelas organizações como uma ação prioritária. Os “grupos de simpatizantes” que eram mobilizados para tais ações, não nós. Não era à toa que a gente se autodenominava vanguarda (riso). Uma “grande” vanguarda (riso). Hilda Fagundes, da Ciências Sociais e também da VPR, já mais tarde, no exílio dizia: “eu não agüento quando as pessoas continuam a me olhar com cara de vanguarda” (riso).

Na VPR, não sei se seria correto caracterizar como militância o que houve. Existiram ações, nada do que você possa chamar de militância se comparado com o que existiu antes desse período e que existe hoje, com partidos políticos. Você não estava brincando com gente que estivesse em um movimento democrático. Ali era “escreveu e não leu, o pau comeu”. Na realidade, foi tudo muito rápido. As atividades já se dirigem para detectar áreas compatíveis com o foco da guerrilha, conseguir armas, fazer expropriações para comprar essas coisas... São ações pontuais, mas que fustigam e suscitam reações raivosas nos órgãos de repressão. Passa-se de uma vida aberta para outra clandestina, e com ações que eram perigosíssimas. Afrontava-se o estabelecido e afrontavam-se as forças armadas que detinham o poder. Sem conseguir grandes coisas, a não ser algumas ações de tipo espetacular, leva-se a que a repressão se organize, nos obrigando a agir clandestinamente, a fugir para salvar a vida, a brincar de gato e rato na caçada pela cidade.

Dentre as ações espetaculares, uma delas está descrita no livro da Maria do Carmo que lhe mostrei. O marido dela, Juarez, tinha um aluno que era sobrinho da amante do Ademar. Ele era o corrupto mais conhecido na época, com sua famosa “caixinha”, obtida com os percentuais a mais. Foi o “avô” do Quércia, do Maluf, do Newon Cardoso em Minas Gerais... Ele fez um marketing desse *modus operandi*, do “rouba mas faz”. Ele amealhou uma fortuna em dólares, guardada em cofres que ficavam em diversos apartamentos. Esse sobrinho sabia o endereço de dois deles, e de um foram retirados dois milhões e meio de dólares, dinheiro que sustentou muitas ações, e depois, muita gente no exílio.

Em realidade, com exceção da guerrilha do Araguaia do PC do B, e de campos de treinamento da VPR e da ALN, não houve nada maior. Apenas ações esporádicas, tentativas de agrupamento. O que chamarei aqui de “os intelectuais” e que eram professores e estudantes com maior formação teórica e que integravam os grupos clandestinos já, de início, tiveram uma crítica forte a essa forma de abordar a pretensa tomada de poder. Na VPR havia uma pressão muito forte dos quadros militares para partir para esse tipo de ação, que era a que eles conheciam e sabiam fazer. Mas o grupo mais sofisticado, intelectualizado, que lia, conhecia o marxismo, era contra: “está errado; se não tivermos ligação com as massas, como vai ser?”. Enquanto essa discussão se prolongava, a caça avançava com sucesso. Caíam os aparelhos, as pessoas estavam sendo presas e torturadas... Tudo foi muito rápido.

Volto aos detalhes, ao que lembro. Estava em final de gravidez e ocupava, de fachada, um apartamento no Ipiranga que pertencia à Hilda, de quem já falei. Ali estavam abrigadas pessoas da VPR que corriam perigo e não tinham para onde ir. Hilda Fagundes era uma das “Belas do terror”, casada com o Eduardo, quadro deste MR-8 atual e que, por ironia do destino, depois de ter sobrevivido a tudo isso, foi há pouco tempo morto por assaltantes em São Paulo. A polícia estava atrás dela. Um dia, com o Lamarca ali guardado, ao entrar, sou chamada pela vizinha que me diz: “olha, como você é amiga da Hilda, é bom avisá-la porque a polícia esteve aqui e disse que vai entrar no seu apartamento para pegá-la”. Ali não estava Hilda, estavam coisas bem piores: armas, gente procurada, Lamarca desertado do Exército! Tivemos poucos minutos para sair. Lamarca abraçou-me, e saímos como se fôssemos um casal, indo fazer compras à feira com a sacola cheia de armas (riso).

Essas coisas que acabaram formando isso que você está chamando de militância, mas que, ao mesmo tempo, cutucava essas ações de massa estudantis, para sair em passeata. Ainda não era o movimento lulista, mas havia greves incentivadas por esses grupos, como no caso de Osasco. Não havia muita clareza: hora se estava incentivando ações mais barra pesada, hora movimentos de massa. As diretrizes conflitavam. Nessa briga de posições, um primeiro grupo deixou a VPR: João Quartim, Wilson Fava, Marise Fahrissaiu e outros. Nesse momento, também por acontecimentos de minha vida pessoal, decidimos sair da VPR e, pela situação, fomos obrigados a deixar o país. Enquanto estávamos escondidos em Curitiba, Iara e Lamarca vão para o campo, para uma carnificina heróica, de quem salta para diante sem ter nada a lhes sustentar. Há esse clima heróico: você foge do cerco da polícia, realiza ações espetaculares, mas isso não tem lastro. Apenas ações de um bando de desesperados em isolamento social.

Não participei de assaltos a banco. Era em geral função dos homens, embora Renata, que viveu com Wilson Fava, hoje ligado ao PSDB, por participar de um deles, passou a ser identificada nos jornais como uma das “Belas do terror”. Havia desconhecimento por parte da polícia, que juntou a ela Marise, mulher do João Quartim, que não tinha nada a ver com assaltos. Na foto aparece também o nome “Hilda”, apenas um nome; e até um homem, de nome oriental, e que foi identificado como mulher. Até hoje a gente morre de rir, porque as belas eram duas mulheres e um homem (riso).

Lembrança de nomes de companheiros da VPR, fora os já citados e os que todos os relatos oficiais mencionam... Não há como não mencionar o Cabo Anselmo, que derrubou e matou todo mundo. Por várias vezes estive em lugares em que vivi, e por sorte, por não saber mais de nós, não pôde dar pistas de onde estávamos. Havia também sargento Onofre... Meus companheiros mais próximos eram Iara, Valdir, Maria Lúcia e Ieda. Ela trabalhava em Parelheiros, é mãe de outro Camilo. Seu ex-marido é um cara importante nesse MR-8 horroroso que existe hoje. Era um dos ditos “intelectuais”.

Minhas funções eram: alugar apartamentos, guardar gente nos aparelhos, dar indicativos, fazer discussões teóricas, ganhar dinheiro para a organização. Todo dinheiro que a gente recebia ia para a organização. Trabalhei como psicóloga numa escolinha infantil no Pacaembu, e que existia, como vários outros empreendimentos, para fazer finanças, como se dizia. Fomos sócios, eu e Valdir, de um Cursinho pré-vestibular em Santo André, comprado com o dinheiro da venda de um carro que meu pai nos dera em presente de casamento. O dinheiro que o cursinho rendia também ia para a organização. Como nós, outros davam dinheiro. A nossa parte foi posteriormente vendida; esse cursinho deu base ao Anglo-latino, que se instalou em Santo André, e hoje é um lucrativo empreendimento.

Logo tivemos que sair, pois Valdir apareceu no conhecido cartaz “esses são assassinos de pais de família...”. Nós não tínhamos como e porque ficar. A via escolhida não era a aceita, e já não havia mais condição para permanecer no país. Emocionalmente e politicamente também não havia mais ligação com esse tipo de ação. Mas ir embora era crime de lesa majestade. Era abandonar a luta! Emocionalmente, um desastre! Tenho certeza que isso segurou Iara e outras pessoas que, mesmo não se acordando ao que acontecia, mas emotivamente ligadas e sofrendo um clima de censura impeditivo para discutir ou sair, acabaram ficando. Ela falou nisso muito

claramente: ir embora, para ela, seria vivido como uma traição! Por isso a expressão tão usada: “quem samba, fica; quem não samba, vai embora”. Ao ponto de, depois que já havíamos saído, começarem as punições para quem queria se desligar. Até porque a pessoa que desejava sair dominava uma série de informações. Existiram execuções, gente morreu por isso.

Nós escrevíamos muito. Foi o que mais fiz. Nesse apartamento, com Iara, tínhamos uma máquina de escrever, e redigíamos panfletos, folhetos, jornalzinho... Aquilo era rodado em mimeógrafo e você jogava na Universidade. Panfletos apócrifos, produzidos pela gente.

Há muita coisa na lembrança, mas não vejo muito sentido em atulhar de detalhes. Sobre tais fatos há muita coisa escrita e muita documentação disponível. O que me parece mais significativo aqui é contar a história, dar elementos indicativos sobre o comportamento de uma geração, relacionada ao contexto sócio-político no qual viveu. É só nesse sentido que suponho haver interesse no que tenho para lembrar e contar. Acabei, como muitos, direcionando minha vida para e por situações que não foram escolhidas com tranquilidade, tempo, análise mais aprofundada. Não entendo que meu perfil seria o de alguém saindo à rua carregando uma arma. No entanto, um dia me vi assim. Ponho lado a lado o meu vivido e minha personalidade, onde ressaltam traços de timidez, discrição, bem *low profile*. E, no entanto, aconteceu. Isso eu acho interessante marcar. Não existe essa história de que alguém escolhe ser assim ou assado. São momentos históricos que se apresentam, e de repente você está ali, e as coisas acontecem. Se não fosse eu, teria sido outra pessoa. Aprofundar os motivos, as circunstâncias dessa trajetória, hoje me interessa mais do que os casos, as ações, a não ser enquanto definidores de rumo. Não tenho nada de especial para contar que não tenha sido suficientemente relatado, contado e tudo o mais. A mim, interessa o que restou, o que me fez, o que guardo depois de tudo.

Além disso, perdi muito da minha memória, esqueci muita coisa. Lembro pouco em relação a tantas pessoas que conheci, tantos fatos que vivi. Quero lembrar de gente, de nomes, e tenho muita dificuldade. Gostaria de como Maria do Carmo Brito ter uma *Memória como uma tempestade*. Por esse motivo também espero que sejam relevados eventuais enganos, lapsos, relativos a datas, nomes, seqüências...

Minhas perdas, por me levarem parte da vida guardada no outro e por me deixarem dependente de uma memória precária, frágil e fugidia, sempre me fragilizaram muito. Alimentei por muito tempo a fantasia de que se fizesse uma boa análise terapêutica conseguiria fazer retornar ao saboreio do consciente tudo o que foi emocionalmente importante, o máximo possível das vivências, fonte de afetos, aprendizagens, convívios, enfim, dos combustíveis que

alimentam o viver. As muitas perdas que tive: meu avô, meu pai, Cleide, Raquel Rosenberg, Iara, amigas de início da vida adulta, Aparecida Rey, Carlos Sá durante o exílio, Lucinha e tantos outros no Brasil, me fazem perceber que já não consigo discriminá-las mais de outras perdas, que foram ocorrendo e que me levaram a um retraimento encolhido, onde tenho dificuldades em separar saídas definitivas de cena, de meras separações geográficas, desinteresse por outros, pouco empenho em me ligar a novos. Solidão consciente, pouco entendida, mas uma forma dura de estratégia para conseguir sobreviver.

Rubem Alves numa aula inaugural contou aos ouvintes sobre um poeta japonês que é levado ao *harakiri* após longo tempo de contemplação da neve branca, que perde sua condição imaculada com a queda de um cisco de fuligem negra. A harmonia, o *Wa*, que a natureza ou o homem são capazes de manter por um pequeno lapso de tempo, que se tolda, se rompe, se quebra, se corrompe em seqüência, me fazem refletir sobre minha dificuldade em aceitar o caos, a desordem de maneira adulta, de modo a conseguir a reconstrução e a busca de virtudes maiores.

Minhas lembranças acolhem minha contemplação e eu permaneço na temeridade da ruptura, do brusco, do inesperado que me obrigam sempre ao recomeço.

Lembro de meus colegas paulistanos emocionados ao se aproximarem de um operário: “É um operário, e vai falar para nós!”. Naquela época, na USP dos anos 1960, o pessoal trazia um operário para ser conhecido como se fosse uma raridade a ser descoberta. Eu tinha convivido com operários desde pequena, faziam parte do meu dia-a-dia. O mundo do capital, da compra de matéria prima, da venda, dos conflitos trabalhistas: tudo isso fazia parte do dia-a-dia dentro da fábrica e das conversas familiares. Ainda era um tempo em que os operários eram amigos da família, tanto que passaram a vida ali dentro, morreram muito velhos. Os primeiros operários da Fundação eram de ascendência européia e só depois chegaram os nordestinos. Minha história acompanha temporalmente a história industrial paulista nesse período.

Enquanto, bem pequena, no colégio das freiras, eu rezava para o comunismo não chegar ao Brasil, meu pai me dizia: “o comunismo é maravilhoso!”. Ele tinha uma visão romântica. O comunismo, para ele, era algo de leitura. Ele nunca teve militância política, mas tinha acesso à literatura de pendor socialista. E ele trazia essa visão em oposição à visão religiosa do colégio. Meu pai era ateu, tinha uma visão muito fria, muito crítica do papel dos padres e da Igreja, por certo em função de se opor à forte religiosidade presente em nossa família, Vieira Rodrigues. Conversávamos muito sobre inúmeros assuntos.

Nosso local de busca de livros era a Biblioteca de Santo André. No início, eu saía de lá com livros infantis. Eu li tudo de Monteiro Lobato... Machado de Assis, Eça de Queiroz, Humberto de Campos, Érico Verissimo e por aí seguindo. Lembro de um livro até hoje, não sei porquê. Era de antropologia, falava de uma mulher índia que casou com um indianista. Se pegar

O *Cruzeiro*, você acha. E eu conversava com meu pai sobre a história do homem branco chegando, tomando terras, mudando culturas... Imagino que eram conversas muito dispersas, porque ele nem tinha uma formação organizada de pensamento. Era algo de interesse pessoal.

Lia de tudo que aparecia, de tudo que vinha. Estou me lembrando dele lendo *O Feijão e o Sonho*, creio que de Orígenes Lessa, e eu bem pequena, perguntando: “por que o feijão e o sonho?”. E aí ele me falava sobre o concreto e o sonho... O *Memórias do Cárcere*, e toda a obra de Graciliano Ramos, também li por indicação dele.

Mas se, por um lado, o Colégio marcava a posição da Igreja contra o comunismo, por outro, havia a preocupação com os pobres, a caridade. Era um momento em que a Igreja estava saindo de uma posição muito conservadora, para a participante dos anos 1960 e 1970. Acompanhando freiras, nas tardes de domingo, ia a bairros periféricos, levávamos lanche, havia o catecismo. Era um misto de religião, lazer e uma forma de entrar num mundo que não era o meu, mas o das periferias pobres que estavam se formando naquela época. Mesmo sendo uma posição meramente caritativa, não deixava de enfatizar e construir uma visão romântica: “você deve fazer com que todos estejam bem; não basta você estar bem”.

Para fortalecer o lado da pregação anticomunista, havia uma freira, que por longo tempo foi a Diretora, e que havia fugido da Polônia logo após a Segunda Guerra e a aglutinação do bloco socialista. Tínhamos também colegas cujas famílias haviam fugido de países do leste socialista. No final da missa, eram rezadas três ave-marias para que o comunismo não tomasse o Brasil. Tinha também a história de Nossa Senhora de Fátima, que ao aparecer prenunciou uma catástrofe, entendida como a expansão do comunismo no mundo. A expressão religiosa, abafada nesse países, nunca arrefeceu, foi prática silenciosa e que a desintegração do bloco socialista colocou novamente à luz.

Acho que podemos dizer que as premissas que fizeram o século XIX, do ponto de vista sócio-cultural, ainda foram referenciais até o fim da Segunda Guerra. Mas os marcos conceituais das décadas seguintes direcionam a uma sociedade bem menos conservadora, mais libertária, com movimentos de expressão mais coletiva e popular. Explodem movimentos sociais na França, nos Estados Unidos, no México, na América Latina, e mesmo a chamada Primavera de Praga, que será o movimento popular inicial mais conhecido, fortemente reprimido num país socialista. Era a tecnologia se popularizando, mudando e permeando a vida cotidiana das pessoas; eram os jovens que passam a ser numericamente importantes, a ponto de se começar a falar de uma cultura jovem. Isso marca fortemente esse período, que só voltará a mudar nas duas últimas décadas do século XX, com o advento da sociedade globalizada, com a tecnologia realmente

integrando e direcionando a vida das pessoas, a chegada das informações, as redes de computação, o retraimento das pessoas para dentro da casa... Não só pela violência, como é a marca brasileira, mas também porque o mundo chega com facilidade para dentro da casa, não precisa ser buscado na rua: *home theater*, televisão, Ipod, Google... A rua, o espaço coletivo e compartilhado perde sua maior importância.

Eu era bem pequena, e meu pai me levava para ver Humberto Mauro! A questão era fazer aparecer na tela aquele Brasil ainda submerso. Lembro vagamente da imagem de pescadores, praias... E meu pai dizia que esse era o Brasil que a gente tinha que conhecer. Muitos anos depois eu entendi porque ele me levava ao cinema para ver tais filmes. Assim como lia de tudo de modo indiscriminado, também assistia no cinema tudo o que se me ofertava. De início, nos cinemas de Santo André e depois acompanhando os festivais de arte, tipo Cine Bijou, em São Paulo: *Uma vez um gato*, *Como voam as cegonhas*, *Pierrot le Fou*... E tantos, tantos outros.

A ligação com a música começou em casa, porque meu avô era um clarinetista, e tocava-se muita ópera dentro de casa. Meu pai ouvia valsas brasileiras, eu estudava piano; minha família guardava a origem italiana com as canções napolitanas, as árias de óperas e operetas; meus tios traziam os discos de tango ao voltar de viagem da Argentina. A primeira música de oposição a isso foi o *Rock*, e adolescente fiquei apaixonada por Elvis Presley; cheguei a comprar uma daquelas jaquetas tipo “juventude transviada” (riso). Depois veio a incondicionalidade para com a Música Popular Brasileira. A música passa a ser uma das principais manifestações implícitas contra a Ditadura Militar. Nós íamos, um grupo constante, da AUSA para a casa de Mário, amigo e futuro padrinho de casamento, e lá ouvíamos todos os novos discos que saíam; tocávamos músicas ao piano e ao violão, assistíamos pela televisão aos festivais de música popular brasileira. Tudo sobejamente comentado, partilhado, analisado.

O teatro também estava presente, começando com: *Eles não usam Black tie* no CPC do Sindicato dos Metalúrgicos; a *Prostituta Respeitosa* com Cleide, no SESC; e depois tudo do Teatro de Arena, Roda-Viva e tudo mais que São Paulo nos dava então: *Upa, neguinho na estrada*; *Carcará, pega, mata e come*; *Tem dias que a gente se sente*... Caminhava-se em direção de um libertário utópico, e essas expressões culturais nos levavam a isso, pois: “a praça é do povo como o céu é do condor”. Já dizia o poeta dos escravos, lutador. Isso marca uma juventude, faceta sua forma de pensar.

É interessante como todos liam muito. A gente conversava sobre autores, sobre notícias... Quando olho hoje, é outra coisa, não adianta comparar. Acho até que pela restrição de uma série de coisas que você acabava lendo. Caetano Veloso fala isso: estava em Feira de Santana, e de

repente havia meninos discutindo a batida do João Gilberto. Não estar bombardeado de informação e estímulos pode levar a conseqüências interessantes, pois do pouco que se conseguia assenhorear, se criava um mundo.

Quando fui para USP, assim como quem vinha do interior, fiquei muito perdida, porque lá tinha um mundo social, cultural, econômico muito mais importante, onde não tínhamos ingresso de imediato. Por outro lado, com o Golpe, comecei a freqüentar nessa época a AUSA. E logo depois vem a história dos Guerrilheiros do ABC, em Agosto. E nesse grupo eu tinha um mundo de conhecidos, entre eles o Valdir e a Cleide. Na medida em que sou dirigente de uma associação universitária anti-ditatorial, isso passa a aparecer, vai fazendo com que eu me envolva cada vez mais, e me abrirá espaços na USP. Iara namorava Onorinho, que era de Santo André. Foi um dos primeiros namorados dela, e ela conhece a cidade. É com ela que começo a fazer minha ligação. Logo depois, começo a namorar o Valdir, que começa a se ligar à POLOP.

A partir da AUSA fazíamos cursos, à semelhança do que havia na Igreja progressista. Havia muitos operários ligados à AUSA que vinham do CPC. Íamos nos bairros operários para fazer trabalhos sociais; ao mesmo tempo, você dava palestras políticas. Passamos a ter essas bibliotecas de formação: *A história da riqueza do homem* (riso); Caio Prado Junior... Você dava para as pessoas lerem, e conversava.

A coisa era muito confusa. Mesmo uma militância partidária – como do Valdir, que foi do Partido Comunista e depois da POLOP – também era muito vaga. Houve ação de grupo fechado na VPR, mas antes era essa mistura de ida à periferia com ação social. Isso é parecido com a história da maioria das pessoas dessa época.

Estou mais para trás, quando eu era menina ainda, no ginásio. Lembro de discussões... A Maria Aparecida Costa era uma dessas quatro meninas, comigo e com a Cleide. Ela teve o mesmo tipo de trajetória. E nossas conversas eram: “como o Brasil era uma potência, produzia coisas importantes; como era importante ser brasileiro...”. Imagina! Meninas discutindo isso! Imagina hoje... Isso estava lá, em uma conversa meio muda, meio escondida, e aparecia desta maneira.

A USP da época não era a universidade já mais aberta, como você conhece; era um lugar de elite econômica e de pensamento. Entravam dez, doze pessoas, filha de não sei quem, de não sei outro... Era um mundinho que você não entrava, estava em outro patamar, muito mais sofisticado. As pessoas tinham estudado no Dante Alighieri, falavam línguas, conheciam o mundo... Eu e mais três ou quatro de minha turma éramos uma classe média um pouquinho mais favorecida e que conseguiu chegar lá. E não chegava! Se ainda hoje, com toda a abertura que tem,

com todo o aumento no número de vagas, com a expansão das escolas de ensino médio, ainda é elitizada, imagine isso no início dos anos 1960. Na Psicologia, as duas ou três primeiras turmas eram um pinguinho. Sobrou vaga na minha época. Por outro lado, o nível dos alunos era muito bom. Turmas anteriores à minha tiveram aulas em inglês com behavioristas americanos. Entender era problema do aluno, mas também uma oportunidade insubstituível.

Entrar em uma faculdade era algo demais, uma marca de importância, então tinha essa preocupação dos pais dizerem isso. Meu pai me arranhou uma mochila branca e pintou “USP”. Como se diz hoje, um mico (riso)! Aquele povo todo sofisticado olhava para aquilo e tinha pavor! Eu não podia deixar de usar. Eu ficava desesperada, dei um jeito de sumir com a mochila (riso).

No primeiro ano, ainda se estudava na Cidade Universitária, que na época era um deserto. Íamos para o prédio da Biologia, tínhamos aquelas matérias básicas; entre a História e a Biologia você não via ninguém, aquilo ficava fechado, tinha mato. Ainda não havia todos os prédios lá, nem existia o barracão da Psicologia. Voltava da USP e ia direto para a AUSA. Descia do trem e ficava por lá. Comia alguma coisa, chegava em casa onze, meia-noite, para no outro dia acordar, tomar um banho e ir embora. Na USP, eu ia para estudar e voltava para casa. No primeiro ano, foi um deserto, eu só ia porque sempre fui CDF, mas não era um lugar afetivo para mim. A partir do final do primeiro ano, para o segundo, começa o ingresso na política. A ida para a Maria Antonia, um espaço de aglutinação, onde todo mundo está, com os barzinhos que você frequenta; você conversa com as pessoas, pode ter contato com a turma das ciências humanas.

Além do curso se dar mais na Maria Antonia, há uma série de outros fatores. A própria evolução do quadro político, que vai levando à discussão sobre a luta armada. Os partidos vão se recompondo, porque até 1964 você tinha praticamente PCB e PC do B. E tinha alguma coisa de AP, mas que ainda era via igreja progressista. Com o Golpe, esse mundo vai se arrebrantar e se recompor de um jeito diferente. Haverá grupos que vão sair do Partido Comunista e vão propor a luta armada; dentro da própria AP, haverá propostas ligadas a uma movimentação mais forte; dentro da POLOP começa a haver essa discussão... As discussões políticas tomam um caráter muito mais forte, muito mais presente. Tudo isso fará com que mude minha inserção, meu interesse, e tudo o mais.

Posso dizer que fiz mais cooptação do que fui cooptada. Lá em Santo André, quando a gente entregava livros, sentava para discutir, estava fazendo cooptação, queria que as pessoas pensassem do jeito que a gente pensava: as classes sociais, o mundo que vai ter que ser mudado... Na AUSA, fui porque quis. Ali, começo a fazer uma ação política não marcada por um processo

partidário, e sim por uma oposição à Ditadura. Era um corte brutal: “ame-o ou deixe-o”. Ou você estava do lado de lá, ou do lado de cá. Não tinha muita escolha. Quando vou para a VPR também foi um processo natural.

Tanto Iara se dizia da POLOP – embora do jeito dela –, como o Valdir. A POLOP levava uma proposta mais radical. Mas isso não chega a avançar muito, porque o grupamento era muito em cima de discussões teóricas. E Valdir, Iara e outros já estavam propondo coisas sobre *O que fazer* no Brasil. Não se queria discutir muito as teorias: era sobre o que fazer no país, que tinha um governo militar, que tinha instaurado uma não-legalidade constitucional. E o que você faria para mudar esse país injusto?

Então, nunca fui cooptada, no sentido de ser uma pessoa de fora e alguém, dentro de um partido, me entrega um livro ou um documento. Eu não sou este caso clássico. Minha história de vida foi me levando para isso. Havia cooptação, histórias em que as pessoas estavam bastante distantes desses problemas e que foram chamadas. Os partidos faziam isso, íamos em busca de aliados. Não é de todo errado falar em cooptação, embora naquele momento não existisse essa idéia do pobrezinho, coitadinho, que um dia alguém chega e puxa ele para dentro. Acho que as pessoas escolhiam sua posição, iam buscar um local onde pudessem conversar, discutir mais profundamente.

Para falar de Iara, como você me pergunta, acho que, embora tivéssemos nos conhecido desde o Cursinho, o contato mais direto começa pelos idos de 1966, 1967. Sua figura já foi tão trabalhada, tanta gente já falou sobre ela... Não tinha nada da militante típica. Amava a vida, uma pessoa engraçadíssima. Uma mulher vivendo as coisas do seu tempo e ao mesmo tempo interessada no seu novo anel, ou no modelo italiano da sandália... Acho que, como vários de nós, ela fazia política porque este era um padrão de comportamento de seu grupo de afinidade, e que representava o moderno, a vanguarda. Não tinha nada da militante fechada, heróica. Ela estava no centro do seu mundo social, conhecia pintores, pessoal de teatro... Ia a vários lugares, conhecia professores, estava no *up* no mundo. E a política, até quando lhe foi permitido, foi feita desse jeito. Ela se interessava pelas teses políticas e pelas discussões teóricas acadêmicas, porque era inteligente e “antenada”, como se diria hoje.

Sua entrada para a VPR não difere muito do que lhe contei sobre mim mesma. Não acredito que por grandes opções intelectuais, mas por opção de vida, pela forma de vida. No quadro político daquela época, você adentrar nesse tipo de organização era sem volta. Só se ofereciam três saídas: fugir, morrer ou ser preso. Não dava para testar, ver como era e depois

desistir. O tipo de ação que foi feito e o quadro político-social nos empurrava para isso, e ao mesmo tempo nós também fomos. Não tinha isso de “eu sou uma pobre coitada”. Nós éramos, ainda que jovens, com capacidade de raciocínio.

Anos depois, quando Judith Patarra lançou o livro “Iara”, em Belo Horizonte, um estudante de Psicologia, na platéia, fez-lhe uma pergunta que, sem que ele o soubesse, soava como ironia para quem a conheceu: “teria Iara características de suicida em sua personalidade?”. Vejo-a rindo e gargalhando ao falar bobagens sentada na escadaria. A vida estando presente naquele rosto, e em suas manifestações afetivas.

Às vezes fico com a impressão que os mais jovens tendem a assimilar essas atitudes a entrar nos partidos de hoje, com botom e carteirinha. Era outra coisa. Você tinha o grupo dirigente, que era em geral clandestino, ao qual poucos tinham acesso. Um grupamento um pouco maior e a “massa” em torno, que discutia, que se interessava por aquilo. Por isso digo que militância tinha no Partido Comunista, no sentido partidário. Mas aquele interregno que vai da Ditadura, e que para muitos vai dar na luta armada, era uma coisa meio solta. Tanto que se passava com muita facilidade, conversava-se com um grupo de um tipo, de outro... Eles brigavam pelos grêmios, pelos espaços de expressão política estudantil. Acho que ter o Grêmio da USP na mão era algo tão importante quanto ter a Prefeitura de São Paulo (riso). Estou brincando, mas era um lugar importantíssimo. Se hoje a Universidade ainda é um fórum de formação de opinião, imagina naquela época, que ela era pequena e elitizada. Os quadros que saíam dali iam trabalhar nos jornais, para as Universidades e Faculdades. Era crucial você ter em mãos a linha de pensamento, seja teórica, seja estritamente política.

Naquele período das grandes passeatas, em geral chamadas pelo movimento estudantil, nunca deixei de ir. Isso afrontava a polícia de um jeito muito forte. Em uma, fui pega de tola. Para enganar a polícia, você marcava um ponto. Mas a polícia descobria logo, tinha gente infiltrada. Ela aparecia e você não conseguia chegar. Então, você tinha que dar comandos muito rápidos: “agora é no largo do Arouche”. De repente, você chegava lá e estava todo mundo. Logo a polícia chegava e dispersava. “Agora, vai para a Praça da República”. E você conseguia fazer a manifestação que queria. Uns ou outros apanhavam. Eu fui pega no Brás, em uma armadilha. A polícia prendeu uma massa imensa. Depois, mandaram todos embora. O Valdir foi o único que ficou, porque era reincidente. Ficou vários dias, foi inclusive complicado tirá-lo. Ainda era uma época em que... Imagina que o policial me colocou no carro dele à noite, com mais quatro ou cinco meninas, e cada uma foi entregue em sua casa. Ainda não havia um mundo tão pesado.

Depois, quando o ataque aos militares passa a ser algo mais concertado, o retorno é bravo... Eu não vivi isso, mas quem viveu está aí para ser lido.

Sobre a Batalha da Maria Antonia. Eu também estava lá, lembro... O Mackenzie ficava em frente e o convívio, em bares, restaurantes, nas calçadas, era constante. Eles conheciam todas as pessoas de esquerda, e queriam pegar, bater. Você tem uma briga política, mas quase uma briga de gangue, de juventude. Assessorados pela polícia e por grupamentos paramilitares, não foi difícil chegar ao que queriam. Já tinham se aparelhado para isso. A Maria Antonia permanecia como um cancro de oposição a afrontar o estabelecido. Em pleno período ditatorial, todo mundo sabia que ali se fazia uma ação política de contestação. Muito menos do que eles imaginavam, mas de fato ali acontecia muita coisa. Ali se encontravam as pessoas cruciais, pessoas que já eram ligadas a movimentos armados; que faziam também a vida clandestina, estando parte em um lugar, parte em outro. Minha história não era diferente. Eu dava aula na USP e ao mesmo tempo estava fazendo atividade política. Acompanhei toda a tensão durante o dia, embora com a idéia de não nos deixar pegar, pois tínhamos que nos preservar. O movimento estudantil era um movimento de massa, um movimento de apoio. A ação era no sentido de criar o tal foco guerrilheiro, com ações para conseguir dinheiro. Iara também não foi presa, todo mundo saiu. Nós tínhamos essa consigna clara: lutar contra a turma do Mackenzie, mas não cair. Ninguém importante da VPR foi pego ali; ficou mais o pessoal do movimento estudantil.

A VPR é um grupo fechado. Ali não tinha participação estudantil. Quando alguém do movimento estudantil passava a ser da organização, era inclusive tirado do movimento para ligar-se às ações mais pesadas. Nesse movimento de massa, mesmo quando você participava, você não era a pessoa de frente.

Para vocês de hoje acho que é difícil entender. Vocês têm um conceito atual de política totalmente diferente. Todos esses partidos se formam na clandestinidade. Você entra na organização por conversas (riso)... Não tem esse *orkut*, que só entra quem é convidado? Começa a conversar, e na conversa você cria o grupo? (riso) Era um pouco isso. Eram circunstâncias de vida, acaso... Eu não tinha aquele namorado que estava no Guerrilheiros do ABC? Ele não era guerrilheiro na época, mas guerrilha estava na cabeça dele. O cara começa a ler Che Guevara, procura quem conversa sobre Che e acha aquilo importante; chegam aqueles militares, você vai fechando o grupo, só se abre para quem tem muita confiança... E quando você vê, está ali dentro. Você vai testando gente, aí essa gente passa. Muitas vezes você se surpreende, porque não imagina que a outra pessoa está dentro. A gente usava outros nomes. Falam para você: “vá

encontrar o companheiro fulano de tal”. Quando encontrava, tratava-se de alguém que você conhecia da Faculdade e nem imaginava que estivesse no mesmo barco.

Esses partidos eram movimentos altamente clandestinos. Clandestinos e muito pesados, difíceis, porque qualquer bobagem custaria a vida. Não tem essa história da carteirinha, da estrelinha que você põe no peito. Pelo contrário, você tinha que manter uma atitude *light*, que não tinha nada a ver com aquilo.

Não sei como você vai integrar o que lhe conto em sua Tese que tem por foco o movimento estudantil. Assim, num congresso como o de Ibiúna, estão pessoas ligadas a movimentos clandestinos, mas o movimento é prioritariamente estudantil. Do mesmo modo, pouco se adentrou no movimento operário, embora na greve de Osasco tenha havido presença de gente ligada à VPR. Mas a questão crucial era organizar o movimento junto ao campesinato, pois o modelo de foco guerrilheiro é uma ação no campo. Assim tinha sido em Cuba e na China. Mas a nós faltavam os camponeses.

Dentro da própria VPR teve um momento em que ela se “desvirtuou”, já quando não mais estávamos lá. Na época, ocorria muito isso. Dada a dificuldade de instalar de fora para dentro o foco guerrilheiro, se passou a valorizar e a teorizar sobre o papel de apoio da periferia das cidades ao movimento. Os presos políticos, em algum momento, passam para os presos comuns toda uma forma de agir. O Comando Vermelho buscou isso nos modelos de esquerda. Isso não foi uma coisa concertada, importante, mas aconteceu. Houve escritos, documentos, que acabavam falando isso, que a marginalia seria a massa. Na medida em que você não tinha entrada nenhuma no movimento camponês... A morte de Lamarca e Iara é resultado de uma tentativa forçada, visando o apoio camponês. O episódio do Vale do Ribeira também. Mesmo a tentativa mais importante, que foi a do Araguaia, mesmo conseguindo resistir ao Exército brasileiro por um bom tempo, teve pequeno apoio de camponeses. Engano e tragédia desses movimentos carentes de um diagnóstico mais cuidado e menos ideológico da sociedade brasileira naquele momento para saber se ela podia, queria, tinha condições e características para a resposta que apenas se acreditava ser a melhor para ela.

Foi no Chile que soube da morte de Cleide e logo depois da morte trágica de Iara, noticiada pela imprensa, ligada à morte de Lamarca e ao fim desesperado da tentativa de criar um foco de resistência no campo. Esses são fatos conhecidos, narrados em livros, projetados em filmes e que continuam a fazer parte dos episódios que povoam minhas lembranças sem que eu tenha clareza de como catalogá-los, pois vai também mudando, conforme o tempo passa, meu olhar sobre todo o vivido. A única coisa imutável é o afeto e os sentimentos que sempre estiveram presentes nas relações mantidas com essas pessoas, e o que vieram a significar em perda para a continuidade da vida.

Mesmo sem qualquer ligação e mesmo uma simpatia maior para com o PT, não resta dúvidas de que Lula é uma liderança efetiva produzida e saída do movimento operário, e por isso colocado com legitimidade no cenário histórico do país. Se hoje o atual PT, que se quer herdeiro desse momento, até por contar com a figura de Lula, pouco ou nada mais tem a ver com sua origem, o emergir de uma nova liderança operária foi um fato incontestável. Lembro de uma fala em que Marilena Chaui separa a esquerda histórica dessa outra. A esquerda histórica sempre esteve ligada à elite; os comunistas históricos saíram da elite, assim como todo o movimento pré-68. Mesmo com a presença de pessoas da classe média, e de um ou outro operário, nunca houve a massa camponesa ou operária, a não ser em uma ou outra movimentação isolada. A primeira vez na história do país em que você tem um movimento de massas importante e que envolve uma classe, sem dúvida, é com o Lula no ABC. Isso não me faz ser simpática ao PT atual, porque depois a intelectualidade tomou o PT, o pasteurizou e o transformou no que é hoje. E nem digo isso porque queira algo mais radical. Apenas não gosto da postura de que eles são “os éticos”. Eles são um partido como os outros. Não gosto deles trazerem a história dessa forma, como se o partido hoje estivesse ligado àquelas mesmas questões. Não está mais! Não é uma crítica. Não tem jeito, não podia ser diferente. Mas, assim como a gente deixou de gostar de ser olhado por olhos de vanguarda, também não agüenta, não tem mais paciência histórica, para receber lições de postura “ética”, ainda mais por professores não tão competentes no assunto.

Eu casei só por conta da organização. Vivía com o Valdir desde 1966 dentro desse mundo maluco: dorme num lugar, mora no outro; um fica numa casa, outro na outra... A organização precisava de gente para a fachada legal, porque você pode alugar casas para receber militantes. Você pode dizer que os marginais aprenderam isso. Isso dava uma aparência para os vizinhos, facilitava fazer reuniões, porque não era um lugar suspeito. Tinha uma casa boa, você morava em um prédio bom... Não morava na periferia, ficava nos lugares em que a polícia não ia.

Quando meu pai percebeu meu envolvimento com coisas pesadas, ficou muito apreensivo, pois o que era dele estava apenas no discurso, sendo sua vida absolutamente certinha. Funcionário público, saía cedo para trabalhar, pagava impostos... Há uma história engraçada com ele e que talvez dê base ao medo que tinha. A família Vieira Rodrigues, apesar de calada e discreta, sempre foi também muito brincalhona e, no período da Segunda Guerra, na Secretaria de Saúde de S.Paulo, ele conta que tinha uma colega solteirona, durona, e já do lado americano

depois que Getúlio mudou de lado. Quando ela entrava, ele fazia a saudação nazista – *Heil Hitler* – como gozação, para aborrecê-la. Ela o denunciou à Polícia como nazista, ele foi preso e só depois que a Polícia conheceu a denunciante é que ele foi solto. Por conta desse episódio, ele deve ter ficado com muito medo, porque deu trabalho para se safar, explicar que nunca foi ligado ao nazismo, que havia sido um revolucionário paulista de 32 (riso). Ele tinha pavor de polícia política. Vinha para perto de mim e dizia: “preste atenção, veja onde você está metida, o que vai te acontecer; isso é besteira, não vai dar em lugar nenhum...”, apagando a imagem primeira que eu dele tinha.

Para aquela época, era um caminho sem volta, mas não tínhamos consciência disso. Até porque não era para ser assim. Quando você vê, não há mais retorno. Tenho certeza que se as pessoas tivessem a percepção de onde elas caíam, não iriam. Posso dizer que me safei muito comparada a outros. Eu tive a sorte de juntar final de gravidez com uma luta interna na VPR muito séria, que é exatamente quando começa a ter o primeiro corte entre aqueles que viam essa ação militarista como algo que não ia para lugar nenhum. Era um grupamento que tinha uma formação marxista, e que sabia que não se faz movimento sem massa. Não adianta você soltar bomba. E entre os militares ainda tinha os infiltrados. Não foi uma brincadeirinha. Apesar de um número restrito, pensando em termos de população brasileira, foi um morticínio. Não só em termos de mortes, mas também em marcas pessoais, de sofrimento.

Na foto famosa que está a Iara e o Lamarca, está também o Valdir. A sorte dele é que na foto ele está bem jovem, com 15, 16 anos. Quando fugi, piquei todas as minhas fotos de casamento, porque ele era visto de frente, com a face que tinha na época.

Claro que o quadro é o político, mas a questão é minha, mais difícil. Mas é uma exorcização de demônios que uma hora a gente tem que fazer. Acho que hoje, várias décadas depois, posso falar disso. Foi de um sofrimento atroz.

Eu fiquei grávida, e não queria. Isso não fazia parte, estava em pleno movimento político dessa natureza. Não tinha nada a ver. Eu tinha uma dificuldade enorme em tomar pílula, passava mal... As pílulas daquela época eram muito ruins. Casei em 1967, em 1968 tínhamos ido para o sul de Minas, onde Valdir tem parentes, e percebi que estava grávida. Meu filho nasceu em março

de 1969. Claro que isso é emocionalmente importantíssimo, o primeiro filho. Mas fiquei desesperada, dentro desse contexto tremendo de pressão.

Todo esse período com Iara, eu estava grávida. Eu lembro que embaixo do apartamento da Iguatemi tinha uma pensão, e vinha aquele cheiro de gordura, e a gente escrevendo aqueles negócios... Eu tinha verdadeiro terror daquele cheiro de gordura... Dei aula na USP até 1968. Eu findei todo ano letivo ainda grávida, tanto que Iara me substituiu no início de 1969 na Metropolitanas Unidas.

O último natal que lembro é o de 1968 para 1969. Venho de uma família dessa natureza, aquela italianada que se abraça, que fica toda junta, comida... Foi o último natal que lembro da minha época de juventude. Meu lado social ainda foi possível. Lembro que o Valdir foi, mas já com um carro roubado... Foi muito bom. Aí, as dificuldades começam.

O Milo nasce em 4 de março. Não dei conta de continuar nesse aparelho da Iguatemi. Já estava com 8, 9 meses. Voltei para a casa de meus pais em Santo André. Quase não via mais meu companheiro. Caíam aparelhos, muita gente era presa e morta. Quando começaram os trabalhos de parto, fui para o Hospital do Servidor. Não podia receber visita de ninguém a não ser com autorização de meu marido, pois essa era a regra do Hospital. E evidentemente não se achava o Valdir. Eu passei uns dois dias sozinha ali dentro. Ao meu lado, no quarto, havia uma mulher cuja história me parecia estranha e que me deixava paranóica: ela dizia ter tido uma tentativa de aborto, mas me parecia um tanto madura para ter filhos; se dizia mulher de policial; além do mais, andava sem parar, o que não condizia com ameaça de aborto. Tudo levava a achar que eu estava encurralada. Fiquei muito só num momento emocional e de transformações fisiológicas, sem qualquer troca afetiva, em solidão absoluta. Meu filho, com icterícia, ficou retido no Hospital e eu saí sem ele. Entrei numa depressão pós-parto profunda.

Não consigo lembrar exatamente o episódio do cartaz... Nessa precariedade emocional, fui acertar detalhes em São Paulo para o início do ano letivo e do trabalho docente na USP e na Metodista. A licença terminava, e tinha que retomar. Quando abri o jornal... O Valdir ia me pegar lá na Metropolitanas. Ele não foi. Estava lá o cartaz. Lembro que voltei para casa em pânico, tinha muito medo... Ao chegar em casa, meu pai já estava com os jornais; voltou a falar que eu tinha entrado por uma via sem volta... Aquilo já estava na minha cabeça, eu tinha a idéia que tinha estragado tudo, que eu tinha estragado a vida dele, a minha vida, que eu tinha um filho que ia padecer comigo, e que a melhor alternativa seria eu sair de cena. Eu hoje sou incapaz de pensar o que pensava na época, mas lembro que isso tudo era dentro de um sofrimento terrível. Hoje, quando conto isso, faço pela via do intelecto, mas o emocional, nunca mais. E ainda bem. Nunca

mais vou sentir, embora sejam coisas que tenham me marcado para o resto da vida. As conseqüências são indelévels. Você tem isso nos escritos que lhe dei. O sofrimento intenso experimentado naquele momento me fez pensar que a única alternativa seria a de sair de cena e isentar minha família e meu filho.

No início pensei em saltar do trem em movimento, mas continuei nele meio entorpecida, mesmo quando passei na serra, em Paranapiacaba, e vi que a distância entre os trilhos do trem no alto e o fundo do vale das montanhas era enorme. Cheguei a Santos, caminhei a esmo e me dirigi para a balsa do Guarujá, provavelmente levada pelo tropismo de um caminho amado, feito desde menina, e que me deixava muito feliz em contato com a areia e a água do mar. Fiz toda a extensão da praia a pé e parei para tomar aspirina pois minha cabeça doía muito. Sentei-me na Pedra dos Amores para olhar as ondas batendo nas pedras. Voltou a decisão e tomei coragem. Joguei primeiro minha identidade e depois meus óculos e já não sendo mais ninguém, nem podendo ver mais nada, pude me deixar engolfar pelas ondas fortes. Depois dali, só lembro vagamente de vomitar água na areia e de ser colocada numa ambulância. Na clínica local fui acordada pelo médico que me pressionava para dizer se alguém havia me atirado ao mar e para que desse contatos para avisar minha família. Passei o dia delirando, por vezes conseguia dizer que não havia ninguém comigo e devo ter soltado alguma pista para os contatos, que devem ter se mostrado complicados, pois só ao final do dia meu pai chegou ao Guarujá e providenciou minha transferência para o Hospital do Servidor Público, em São Paulo.

Preciso de força e disciplina para continuar a escrever. Penso em abandonar, pois, registrando, abro flancos que me vulnerabilizam; mas sei, por outro lado, que este é um gesto necessário. O ano tem que findar e justificar a harmonia dos planetas, cumprindo o que está definido pela lei da natureza, que retorna e completa o ciclo previsto. Se sobrevivi, eu posso, eu devo e preciso contar até o fim.

Isso não tem nada de político, embora seja a partir daí que começa a idéia que não quero mais ficar, que não dou conta daquilo. A única alternativa é sair do país. Conheci Stela, médica plantonista do dia no pronto-socorro do Hospital do Servidor, quando fui trazida do Guarujá. Ela ainda era psiquiatra no Hospital de Servidor; hoje é psicanalista. Eu estava muito machucada, tinha batido em pedras, estava começando uma pneumonia. Ela foi cautelosa, porque o Hospital de Servidor era muito vigiado e, pelo que meu pai lhe contou, ela me fez ficar, discretamente, no setor de clínica médica. Meu pai falou para ela, não fui eu. Ele não entendia muito bem o que tinha acontecido, só sabia que eu era envolvida com movimentos políticos. Fiquei lá pelo menos uns 20 dias. Lembro de minha mãe levando bolo para mim, fiz aniversário lá... Isso é um período muito nebuloso para mim. Meu filho nasceu em março. Até final de março ficou naquela história dele ter ficado ictérico, vai e vem do hospital... Abril...

Tenho impressão que a psiquiatria era perigosa pelo tipo de médico, pelo perigo de alguém se aproximar de mim e me ouvir falar alguma coisa. Ela acabou me dando um suporte

psiquiátrico dentro da clínica médica. Por esse contato é que um grupo de médicos do Hospital do Servidor me deu refúgio quando fui obrigada a fugir de casa. Esse período de cuidados médicos me ajudou a sair do mais fundo do poço e ganhar alguma força para ainda me defender.

Hoje à noite lembrei-me de Iara e de seu “suicídio”, e do que tentei uma vez, anos atrás. Quando se acredita não haver nenhuma saída para um sofrimento algoz, sai-se onipotentemente para a fuga da dor levada ao limite do suportável. Daí as religiões o condenarem, e aos suicidas, em sua tentativa de se substituir a Deus. É bom poder olhar para tudo isso em distância e já não ter mais medo, nem mesmo da reprovação social por um dia ter feito essa escolha.

Essa fuga é algo de cinema, espetacular. Depois que passa, você percebe, mas não pense que isso é calculado. Fui à USP para começar meu ano letivo. Isso é julho, chegando a agosto. Quando cheguei, a Raquel veio, muito assustada, para a nossa sala: “a polícia esteve aqui, está atrás de você; fizeram perguntas para todo mundo, e eles vão te pegar. Saia daqui agora! Vá embora!”. Eu tinha o famoso DKV, ia embora por Diadema, por dentro. Quando cheguei, tinha um carro parado perto de casa, que evidentemente era da polícia. Eu sabia que tinha poucas horas, e que se eles me pegassem, iam pegar meu filho. E naquela época eles iam pegar a criança porque queriam o Valdir, mais do que a mim. Sabia que eles iam me acompanhar um certo tempo, para ver se eu os levava, e depois não teriam perdão. Eram coisas que se sabia... Eu entrei em casa, saí com o DKV e vendi. Você tinha regiões de venda de automóvel, um comércio grande de carros usados lá para São Bernardo. Eles faziam negócio rápido. Eu precisava de dinheiro para fugir. Eles me deram um cheque. Fiquei assustada, tinha medo de ir trocar. Só consegui fazer isso mais tarde, em São Paulo, um pouquinho antes de sair definitivamente de lá. Fiquei com esse cheque na mão, voltei para casa. Fiquei acordada à noite planejando o que poderia fazer e para onde ir. A organização não tinha mais nada, estava tudo caindo. Se eu fosse para a casa de parentes, não iria adiantar. Eu continuava a frequentar o Servidor, onde recebia apoio psicoterápico. Sabia do grupo médico de apoio a perseguidos políticos. Era minha única alternativa.

De manhã, costumava levar meu filho para passear no jardim da Igreja de Santo André. Peguei apenas uma pequena bolsa de mão; dentro, uma mamadeira, umas fraldas, o cheque, e algum dinheiro que tinha comigo. Não falei nada para minha mãe. É fácil imaginar o desespero deles se tomassem contato com a situação. Se falasse, não sairia. E eu tinha que sair. Fui para a rua e os vi me acompanhando. Fui bem devagar. Quando percebi que um ônibus fez o movimento de parar no ponto, fiquei meio escondida, como se fosse continuar; me abaixei, ficando fora do ângulo de visão deles. Na hora em que o ônibus ia arrancar, pulei para dentro. Fiquei abaixada para que não me vissem e aí comecei a descer em outros pontos, tomar outros

ônibus durante um bom tempo... Fui parar numa Vila não sei mais onde... Quando vi que não estava mais sendo seguida, fui para o Hospital do Servidor.

Aí começa outra etapa, pois só fui sair mesmo de São Paulo no final do ano. Fiquei todos os meses seguintes vivendo em diferentes casas, escondida com meu filho, sem nunca sair à rua. O apoio solidário dos denominados “simpatizantes” foi importantíssimo para preservar vidas e sofrimento de muitos. Creio que entre as muitas casas em que fiquei estava a de um dos filhos do Franco Montoro, mas não posso ter certeza disso. Sua fisionomia me indica isso. Entrava vendada, para não saber em que lugar estava. O risco para essas pessoas era enorme, pois se detectadas sofreriam como se pertencessem diretamente às organizações, mesmo não sendo militantes.

A situação que trouxe mais dificuldades nesse período foi a vivida na casa de um casal constituído por Pêrsio, médico psicanalista e Tiana, sua mulher. Pertenciam ao grupo dos médicos do Servidor, e foi através deles que se conseguiu contatar Valdir em Curitiba. O objetivo traçado era a obtenção de passaporte para deixar o Brasil. Nossas fotos foram entregues ao grupo dos padres dominicanos que tinham meios de preparar tal documentação. Mas isto coincidiu com o momento em que Marighella, seguido através dos dominicanos, foi morto em São Paulo. Nossas fotos foram encontradas e ficamos ligados a uma situação mais complicada ainda. Tiana e Pêrsio foram assim também obrigados a deixar o país, tendo sua vida inteiramente transtornada. Só voltaria a vê-los na França. Após o retorno ao Brasil, voltei a reencontrá-los em Curitiba onde hoje moram. Fazem parte daqueles que se solidarizaram e por isso pagaram uma cota alta de sacrifício naquele período.

O seu questionamento, e o de outras tantas pessoas, acabou por levar a documentar essas vivências de um modo mais ordenado. O tempo passa. Os próprios filhos não têm noção exata do que aconteceu, porque os fatos são rememorados aos pedaços. E eles, um pouco como você, têm outra vida, outro mundo referencial. Essas coisas não têm sentido forte para eles. Mesmo que eles já tenham ouvido, você nunca conta de um jeito muito organizado. Eu sempre tive vontade de escrever, também para mim mesma; ter essa história completa, porque ela sempre ficou em pedaços.

As pessoas às vezes, ao conversarem comigo, entendem que vivi no exterior porque lá fui estudar e trabalhar. Além disso, como fui morar em outros estados na volta do exílio, criou-se um corte com meu passado paulista. Por isso a vontade de contar de um jeito melhor. Já tenho neto. Para ele sou apenas a vovó com quem brinca, conversa, faz lição de casa... Como não sou muito hábil no computador, pedi a uma de minhas funcionárias, jovem, para me ajudar na impressão. Ela disse: “Eu li o que você escreveu e me interessei. Posso ler mais? Por que você não faz um livro? Nunca imaginamos que fosse assim”. Então comecei a dar um outro formato para o que

estava escrevendo. Situei melhor o cenário para os que não conheceram e que fantasiam muito sobre isso, sem me preocupar com análises sócio-políticas, mais focada no ângulo pessoal. Há muita coisa escrita, com valor documental, não há porque repisar essa via. Parece-me interessante falar mais de quem éramos, como vivíamos... Eu e tantos outros. Gente dando tiro, subindo em telhado, passando por esgoto para fugir... Foram coisas que aconteceram com um grupo, não tão grande é verdade, dessa geração; mas quixotescas, plenas de emoção. Quando relembro nossa estadia no Convento, as fugas, as rotas seguidas, parece aquelas de Papillon. E na verdade não tinha nada em mim para que isso acontecesse. O episódio do Convento extrapola qualquer imaginação. Ao mesmo tempo, é de uma emoção, de um sentimento forte de gratidão e afeto... Eu tenho extrema ligação com aquelas freiras e com aquele Convento, que hoje considero parte significativa de minha vida.

Como já lhe contei, ao fugir, não consegui sair de São Paulo rapidamente. A morte do Mariguella, os documentos indevidos e ainda a tomada de uma outra casa, de outro grupo, onde estavam nossas fotografias para a providência de outros documentos, não o permitiu. Valdir já havia ido para o sul, mas de lá teve que recuar para Curitiba, onde conhecia um colega, estudante de filosofia, cuja mulher era professora na escolinha infantil que o Convento mantinha para crianças dos arredores. O acaso e a coragem de Mère Belem, a Madre Superiora, nos levou a lá viver aproximadamente um ano antes de deixar o Brasil. Meu filho só foi levado para o Convento alguns meses depois. Estava em Goiás como lhe contei, pois a polícia procurava uma mulher com uma criança. Não podia arriscar sair de São Paulo com ele. Ninguém em São Paulo, nem amigos, nem família, nem grupamentos políticos, nem VPR sabia sobre Curitiba. A única pessoa que sabia era Stela. Por ela mandamos fotos, sem identificação de local, mas recentes, para meus pais, para que soubessem que permanecíamos vivos.

Eu tinha um parente que era um policial graduado em São Paulo. Depois, soube que ele dizia para minha mãe que já nos haviam pego e que estávamos mortos. Isso era uma forma da polícia se autopromover, passar a idéia de que não sobravam saídas para gente como nós. Perante a família, isso era também uma forma de humilhação. Foi muito difícil para meus pais, no “Brasil Grande”, suportar o peso de ter filho “comunista”... Era perigoso para a família, e uma forma de desonra. Só depois da volta é que se instalou uma concepção quase glamurosa para o que acontecera com todos nós. Meus pais acabaram por sair de Santo André. Meu sogro tinha uma padaria e a polícia ali pregou o cartaz com a foto do Valdir, dizendo: “se esse cartaz for rabiscado, tirado, arrancado, você é que vai pagar!”. Imaginou o que é você ver seu filho no cartaz? Meu sogro passou a beber uma barbaridade. Prenderam ele, prenderam meu cunhado... Depois que saí, eles invadiram várias vezes a casa dos meus pais. Entravam, revistavam tudo. De

metralhadora apontada, diziam saber onde a gente estava, e que iam nos matar! Estavam furiosos porque consegui fugir, porque os enganei.

Fora do Brasil começa outro capítulo. É minha vida na França, minha ida à África via UNESCO, depois a volta ao Brasil da Anistia. Aí já é questão de sobrevivência, de desenvolvimento profissional, de mudanças muito grandes em relação aos fatos anteriores. Tanto é assim que ao voltar ao Brasil nossa escolha de local de moradia se faz inteiramente situada por interesses profissionais e não mais políticos. Quando voltamos da África à França, fomos morar em uma cidadezinha, em um mundo bem lírico... E já vinham notícias da violência em São Paulo, no Rio de Janeiro... O Valdir estava trabalhando com cooperativas, e isso não tinha nesses lugares. Queríamos ir para um lugar mais tranqüilo. Essa escolha não teve relação com o passado político. Se fosse assim, teríamos ingressado em partidos. A ruptura conceitual com as idéias anteriores havia se processado na França e no vivido durante quase dez anos fora do Brasil. Não havia mais como continuar a fazer política, ao voltar, como o fizeram parte dos chamados herdeiros da luta anti-ditadura.

É o início da primavera de 2004, ao consultar pela internet o andamento do processo relativo à minha anistia política, leio que, neste 23 de setembro, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria número 2645, e que junta a data de meu aniversário com o ano de meu nascimento, para me declarar oficialmente como ANISTIADA POLITICA. Piso, na manhã agradável desta cidade, nos tapetes formados pelas flores caídas das árvores, enquanto me dirijo ao trabalho. Lembro-me de que ao assumir o cargo de diretora da Escola de Saúde, quase ao mesmo tempo, recebi a foto de Tancredo Neves, como novo governador, para que fosse posta no quadro oficial que ficava nas costas da mesa que ocupava, e que deveria substituir a foto anterior. Lá estava, João Batista Figueiredo, sisudo e formal, o último presidente definido pelo governo ditatorial. Numa vingança solitária e maligna, o retirei da moldura, o substituí por um Tancredo risonho, quase vinte anos depois, podendo, num gesto simbólico, fazer aquilo por que tantos de minha geração lutaram, sofreram e mesmo morreram. Quarenta anos depois, o Estado brasileiro qualifica-me como ANISTIADA POLÍTICA e, com isso, fecha-se outro círculo. O mundo mudou, o país, ainda que capengando, busca mudar, eu amadureci ao envelhecer e, ainda bem, também mudei.

Na Europa, antes de ir para a África, comecei a ter acesso a uma literatura diferente à que tínhamos no Brasil. A liberdade de pensamento, de análises, sobre o campo dito socialista, de relato de outros exilados que haviam vivido nesses países, fazia repensar: “não é nada disso que eu quero! Não foi para isso que vivi o que vivi”. Lá fora o mundo socialista começou a se apresentar sem escamoteamento, sem ideologia romântica. Quando decidi ir trabalhar na África, o fiz para me aproximar dos movimentos de libertação, que tinham conseguido o que nós não

tínhamos. A maioria dos exilados queria ver o que acontecia nas ex-colônias portuguesas: Angola, Cabo Verde, Moçambique... Nossos irmãos de língua e cultura, ascendendo ao socialismo. Mas o que se seguiu foi o choque do contato com o socialismo real, ainda mais ocorrendo em países ainda muito próximos de uma organização tribal. Mistura problemática e complexa entre cultura e organização do Estado, e, mais ainda, em bases socialistas. Sempre digo que minha adolescência política acabou na África! E a África nos mostrou isso de uma maneira nua, crua. Você via o que era a presença dos soviéticos e dos cubanos. Era um horror! Estavam ali para espoliar, como qualquer outro: para tirar o petróleo, reforçar poder no mundo, obter outros recursos etc. Apenas geopolítica, valendo para os de cá e os de lá. Cuba, na África, se comportou como força de ocupação, interferindo em tudo. Os EUA, quando vão para o Iraque, se comportam como força hegemônica, assim como a URSS sempre o fez. Não há mocinho daqui e bandido dali. É geopolítica mesmo! O encanto ingênuo dos faroestes ficou nas tardes domingueiras de Santo André. Essa foi a aprendizagem tirada da estadia africana.

Minha história não me faz perder a simpatia pelo pensamento que faz buscar o progresso e o trabalho voltado para a mudança social, mas a chegada da maturidade, desde que não se seja cínico ou aproveitador, nos leva a entender que os processos sociais acontecem muito lentamente, com muita dificuldade. O custo do desenvolvimento pela via socialista não parece ter sido leve, como o indicam os fatos, os dados, tudo o que se sabe hoje. Já não há como acreditar que um grupo de iluminados pode chegar ao poder e dar, como benesses, as melhorias exigidas. O trabalho centrado no desenvolvimento é de artesanato lento. O modelo heróico, inaugurado pela Revolução de 1917, em que um grupo, a partir de um pensamento coeso, objetiva mudar uma sociedade, não cabe mais. Esta é a leitura que hoje tenho, e que o exílio, a França, a África me levaram a chegar. Ao voltar, o modo como previamente as idéias socialistas nos direcionaram não podia caber mais. A luta contra o regime de exceção acabara, e agora passava a ser, e ainda continua sendo, fazer avançar, sem abrir mão da liberdade democrática conseguida, apesar de todas as suas vicissitudes.

O Brasil por certo havia mudado, mas, mais do que ele, havíamos mudado nós. Para usar um termo pedante, em voga no Brasil que reencontrei, o marco referencial que servira de base para a ação estava rachado por dentro. Pior, essa era uma vivência interna, com dificuldades para ser expressa, pois envolvida por forte componente emocional ligado ao destino que se havia desenhado com muito sofrimento para tantos.

Depois que voltei, trabalhei mais de dez anos na área de saúde, em Minas Gerais. Aposentei-me, continuei a trabalhar e hoje dirijo uma área na Secretaria de Educação, também em Minas Gerais. Passei a lidar com políticas públicas, planejamento e mesmo formação de

recursos humanos e continuei, até bem pouco, a manter uma atividade docente nessas áreas em que desenvolvo uma prática de trabalho. Sempre me reconheci nas áreas em que atuei nesses últimos quase 25 anos depois que voltei, mesmo sabendo da pequena possibilidade de intervenção, do impacto de mudança, via aparelho burocrático estatal. Sinto que há continuidade entre o que fui, desejei, busquei e o que faço hoje. As diferenças entre um tempo e outro são frutos das mudanças do mundo e daquelas que a maturidade aporta.

Com relação às lideranças políticas naqueles primórdios da Psicologia, tendo por referência o período em que lá estive, identifiquei inicialmente, Maria do Carmo [Mariinha] da turma anterior à minha, ligada ao Partido Comunista, por certo no pré-64 e um pouco depois. Esse tipo de liderança, dada a mudança do quadro jurídico institucional, começa a ser contraposta tanto pela minha turma (Iara, eu, Maria Lúcia) como pelas seguintes. O tipo de proposta das organizações que nos sustentavam não levava a uma entrada mais evidente no movimento estudantil. Já o grupo que nos sucede, tanto no próprio curso quanto como liderança política na Psicologia (Elias, Laerte...) volta a uma inserção estudantil e, diria mesmo, bem direcionada à própria psicologia. Elias parece que tinha alguma ligação com grupos trotskistas, fazendo um debate teórico com a POLOP. Eu estava bem mais distante disso e não sou a melhor pessoa para lembrar desses aspectos.

O Partido Comunista desenvolvia o trabalho de massa, que tinha crescido no bojo do período janguista. Embora guardasse parte de sua organização em clandestinidade (gato escaldado não mete mão em cumbuca), possuía uma visão civilista sobre a mudança do país. Era um partido muito mais amadurecido pelo que havia experimentado. Hoje posso ver isso, mas, na época, evidentemente o clima ideológico e emocional não o permitia. Com a ascensão do poder militar, vai se nos afigurar que a via anterior havia falido. O advento da vitoriosa Revolução Cubana, os movimentos sociais estudantis que vão pipocar no mundo inteiro, vão fazer a cabeça dessa juventude entrando na Universidade. Éramos muito novos no período janguista; que conhecíamos, mas sem participar diretamente. Vamos fazer política ao entrar na universidade, e o quadro então vigente nos levou a fazê-la desse modo. A Ditadura cortou as saídas: o parlamento está fechado, e a rua e os espaços públicos deixam de ser um lugar de expressão das emoções juvenis, de seus sonhos e utopias criativos.

Lembro vagamente do movimento dos excedentes... É interessante, porque essa pessoa do movimento dos excedentes acabou, ela sim, indo para o movimento armado. Foi um episódio

como tantos outros, como as passeatas, como as greves... Ele existiu, foi apoiado como caso específico do nosso grupo, da nossa turma, mas a ação mais direta foi do próprio grupo de excedentes, onde havia uma excedente cujo pai tinha uma atividade política importante.

A VPR é formada por essa junção entre estudantes e militares. O Valdir e eu saímos logo. Participamos de mais alguma coisa, mais uns assaltos, mas já na idéia de sair. E daí a VPR continua seu caminho como VAR, o grupamento onde estão Iara e seu irmão, outra vez uma tentativa de organizar movimentos mais ligados às massas. Não conseguem, então voltam a virar VPR. É esse dilema, essa dificuldade colocada pela própria repressão política e pela impossibilidade de abrir claramente esse tipo de propostas... Você tinha que montar as coisas clandestinamente. Acho que isso vai levando rapidamente a um estíolar, que tem toda essa literatura para contar.

Há algo que talvez esteja pouco falado. No início da VPR, o grupamento oriundo da Universidade não via a luta armada como ação exclusiva. Seu sentido era levar ao surgimento do movimento de massas. Jamais se imaginava viver na marginalidade clandestina, nem se considerava que soltar bombas era fato político relevante. Não tinha essa visão de virar quase que marginalia política. Desde cedo, na VPR, o choque de leituras entre “intelectuais” e “militares” existiu. Você pega um ou outro livro e isso aparece de forma marginal, mas essa história nunca foi feita, até porque essas pessoas morreram, ou ainda hoje estão envolvidas com esse passado. Até hoje não se sabe se seu Onofre era traidor ou não; você tinha o cabo Anselmo, que estava ali dentro e ninguém desconfiava... É uma história complicada para ser retomada. O próprio Élio Gaspari limita-se praticamente à ALN e à Guerrilha do Araguaia. As pessoas que restam guardam uma visão cindida como resultado dessas visões antagônicas, o que não é diferente comigo. Existem historinhas contadas a respeito do Lamarca, ou a respeito de um episódio ou outro. Ou cada um faz memória, como eu fiz. Mas não tem um historiador que pôde pegar isso e contar. Tem-se uma visão muito homogênea: VPR era aquela do Lamarca... Não tinha isso, de jeito nenhum. Eram, na realidade, grupos muito pequenos, vivendo uma situação de caçada violenta, pagando com a vida. Fazer a história disso é muito difícil.

Mesmo a história da ALN é difícil de contar. Um pouco menos pela ligação com o Partido, por vir de uma dissidência. A VPR foi um grupo de gente que não tinha nada a ver com nada. Pegou-se um grupo de pessoas que foram em Paris, trabalhados para mexer com a luta armada, estudantes que estavam fazendo pós-graduação lá. Eles vêm para cá, juntam-se outros tantos, com militares, com uma visão imediatista, objetiva, de uso de armas.

Houve também ações que a ALN fez junto com a VPR, mas aí era algo articulado entre as direções. E ninguém sabia. Ninguém sabia de uma ação que iria ser feita por um grupo dentro de seu próprio grupamento... Isso era muito fechado. Alguém da organização falava que um nome qualquer ia conversar com você. Quando você olhava, você reconhecia, só que ninguém falava com o outro como se conhecesse; você conversava com aquela pessoa como companheiro “não sei que nome”, a companheira “não sei quem”... Um mundo que hoje você diria que era surrealista, mas era assim como forma de defesa. Não sem razão. Por exemplo, não podia dar o endereço daquele apartamento da Iguatemi para todo mundo. Eu recebi uma bronca do João Quartim por ter dado o endereço para o Valdir. Ele pertencia a um grupo com outro tipo de ação. Os grupos e as ações eram estanqueados, particularmente essas ações de tipo armado.

A POLOP, para mim, era um grupamento de pessoas da Universidade que discutiam textos teóricos. Recebia-se a diretriz da POLOP para atuar em determinada questão em uma assembléia, um posicionamento específico. Não passava disso. Você lia os textos, irmanava-se com as pessoas que pensavam a mesma coisa, fazia outras pessoas que manifestavam interesses próximos lerem aqueles documentos... Limitava-se a isso. Não havia sequer ligação com movimentos operários ou camponeses. Eu via muito isso quando estava na USP. Aquele pessoal de São Paulo não tinha convivido com o operário. Era mais ou menos um ente mítico, e não aquele cara com quem eu convivia por morar no ABC paulista, andar de trem, viver na fundição...

De trotskista, só sei de Elias. Ele era o trotskista. Ou pelo menos assim aparecia para quem tinha com ele pouco contato nesse sentido. Creio que o pequeno grupo que formavam na Faculdade se caracterizava muito mais por um liame de amizade, ou de freqüência ao mesmo curso, do que propriamente por ter um vínculo político.

O PC e o PC do B, debilitados e acuados após o Golpe, têm sua participação no movimento estudantil bem mais limitada. Eles têm uma visão muito mais antiga do que essa meninada, uma visão muito mais forte do que é a clandestinidade; sabem o que é a luta contra a repressão. Então, a primeira atitude deles é de recuo. E vão para a União Soviética e China se reagrupar e ver o que fazer com esse país. Conheci pessoas no exílio, militantes estudantis que haviam saído do PC do B e formado a Ala Vermelha.

Nós sabíamos muito pouco dos outros grupos clandestinos. Às vezes, se dizia à boca pequena que tal pessoa era desse ou daquele grupamento, mas se fazia para proteger aquela pessoa; isso não era dito para o dito alienado, que estava fora. Ficava só entre os “iniciados”. Ninguém “saía do armário” (riso).

Um dos momentos decisivos para que eu saísse da VPR foi um assalto com a morte de uma pessoa. Eu já estava muito mal, tinha acabado de sair do hospital. Eu e Valdir tínhamos acordado. Ele disse que sairia, também por conta dessas divergências.

Vivia-se precisando de dinheiro, com essa história de não ter onde pôr as pessoas. As pessoas precisavam comer, vestir... Os assaltos eram feitos basicamente para isso. Num primeiro momento, para fazer recursos para a eventual guerrilha. Depois, para as pessoas sobreviverem. A famosa história do cofre do Ademar sempre foi uma fonte de extrema dificuldade dentro da ALN e da VPR, pelo desaparecimento desse dinheiro. É uma história confusa, nebulosa...

Então, combinaram um assalto em um banco qualquer. E não se conseguiu nada. Creio que o guarda do local deu o alarme e foi morto. E deram uma facada no caixa... Aquilo configurou nitidamente algo que não tinha mais para onde ir. Quando você chega num ponto desse, o que você vai fazer? Você está fazendo política? Claro que se pode discutir a questão do terrorismo, da validade ou não do ato violento para defender uma causa, mas não era para aquilo. Antes, era uma visão de luta armada heróica, luta armada no campo. De repente, você passa a ser uma figura caçada no meio urbano, escondida em tudo quanto era lugar, se defendendo igual bicho, matando igual bicho. A partir daí, finquei o pé: não sabia o que iria acontecer, mas aquilo eu não queria mais.

Como disse, chegou um momento em que sair era perigoso, inclusive dentro da organização. Contam-se histórias de mortes por causa disso. Saímos antes, e fomos abrigados por pessoas que nada tinham a ver com a VPR. A única ajuda que a organização nos deu foram os tais documentos falsificados de uma maneira bisonha. Buscamos ajuda de simpatizantes, e só por isso conseguimos chegar ao exterior. Nós fomos caçados igual bicho, igual fera! Só conseguimos porque fechamos absolutamente esses canais, e caímos em um grupo que eles não tinham como saber.

O estudo na Psicologia tinha mais o sentido de fazer com que, naquele espaço, se discutissem idéias que já vinham do engajamento, muito mais que a partir do estudo eu ter chegado a essas idéias. Meu movimento de organização de idéias é na AUSA. Depois, na Universidade, é mais um aprimoramento. Você começa a estudar a questão da luta armada, se a classe operária vai ou não vai fazer a luta, se haverá transição democrática ou não...

Eu, Evelise, Iara, Maria Lúcia levávamos o professor a fazer certo tipo de estudo porque a gente queria. Tinha esse intercâmbio, pelo menos com alguns. Isso vale para filosofia, para sociologia... Na Psicologia, isso era um pouco mais complicado, pelo tipo de abordagem. Na

Psicanálise, não. E interessava muito a gente. Esses conceitos eram importantes para a gente estudar o Marcuse, a Escola de Frankfurt. Psicologia de massas... Para nosso grupo, a psicanálise nunca foi entendida como algo tão conflitante com o marxismo, como entendiam outros grupos.

Começa a ter um Brasil urbano, com cinemas, livrarias... Os filmes chegavam, você lia revistas... Os outros jovens também comentavam, também estavam interessados... Se você conversa com Solange, ela vai contar coisas muito parecidas em Belo Horizonte; se você for lá no Sul, vão contar coisas parecidas. Essa geração foi muito parecida do ponto de vista de sua chegada no movimento político: através da arte, da idéia de que o país não podia mais ser daquele jeito, não podia mais haver elites tão isoladas, encasteladas no poder. O país estava caminhando para uma abertura, e de repente como que se fecha isso tudo, impedindo esse caudal que tinha sido formado por essas gerações urbanas, e que depois vão ocupar os postos de poder. O país precisava deles, não dava mais para ficar isolado naquela elite política, econômica e intelectual que era minúscula. Para formar o país, você estava formando essa geração. E essa geração leu, estudou, ouviu. Ela tinha acesso, começou a ter contato com o mundo. O jornal era lido, comentado, discutido... Essa formação desordenada... Havia professores no ensino médio que formaram cabeças. Você tinha os sindicatos, os CPCs... Dom Jorge Marcos de Oliveira, a própria AUSA, se você pegar outras cidades, encontra isso do mesmo jeito, com outros nomes. Tudo muito parecido, gente muito nova entrando para a ação política. Acho que o fechamento militar é que acabou fazendo convergir. Se não tivesse havido isso, se você tivesse partidos abertos, certamente essas pessoas não teriam caído na luta armada. Mas isso fez com que não tivesse outra saída. Ou você se calava, ou você virava um técnico sem nenhuma visão ou espaço político.

Às vezes, quando olho essas peripécias, para entender que sou eu que estou ali é até engraçado. Eu sou uma pessoa muito quieta. Tenho uma dificuldade enorme de entender... Mas as porteiras foram sendo fechadas, e queira ou não eu sou uma pessoa muito inquieta intelectualmente. Não sou a líder, que vou pegar a bandeira do partido, mas tinha essa inquietação, e isso me fazia presente na vanguarda. Na época não tinha outra expressão política. E eu vou indo...

Cumpri os papéis que foram se apresentando romanticamente plena de solidariedade juvenil, certa de que construía um mundo novo, e que contava de modo onipotente com uma força inesgotável. Com isso levei a menina encolhida e tímida para um lugar que, em princípio, não lhe cabia.

Vivi intensamente e sem qualquer anteparo ou filtro de proteção, o que não deixou de ser genericamente peculiar aos de minha geração de característica urbana, e que os fez se jogar de modo ilimitado, sem qualquer reserva, no centro dos acontecimentos.

Na minha tentativa de suicídio, eu caí no mar, perdi a consciência... Nunca mais voltei a ter a memória que tinha e que era bem forte. Não sei se é uma questão emocional ou orgânica, mas esqueci tudo. Só comecei a recuperar minha memória no Convento. Não lembrava mais da USP, das minhas aulas... Claro que lembrava de coisas, não era amnésia. Sabia quem eu era e onde estava, mas lembrava pouquíssimo. Na França, tive que ter muita disciplina e força de vontade para conseguir voltar a estudar, e tenho dificuldades quando você me pergunta sobre fatos daquela Psicologia na USP. Eu tive quase uma amnésia de tudo que foi militância política. Eu chego na França ainda com isso... E muitas perdas afetivas – Iara, Cleide, um tio novo de quem gostava muito... Tudo isso me marcou. Eu já estava em uma situação emocional muito difícil, e com as perdas sofri mais, sofri muito. Quando cheguei na França, em um primeiro momento vou trabalhar em uma fábrica, ainda tinha muito medo de voltar à universidade. Achava que não teria mais capacidade mental. É algo de uma perda muito intensa. Quando alguns colegas, como Norberto, Vera Stella Telles, indo à França iam me visitar, eu tinha dificuldade em aprofundar assuntos ligados à USP. Lidavam comigo como sendo aquela pessoa que eles tinham conhecido. Eu não era mais a mesma pessoa, era outra. Outra, no que se refere a uma vida cortada, separando momentos muito diferentes. Eu tinha uma dificuldade muito grande, um certo constrangimento por não mais poder estar ali inteira.

Só anos depois, ou mesmo ainda hoje escrevendo, é que posso perceber melhor o que fiz comigo. Forjei-me uma imagem fortaleza, que se por um lado foi garantia de liberdade, por outro custou-me demais em perdas sofridas. Tinha apenas 24 anos. Tinha vindo de uma existência doce e calma que jamais me preparou para tanto. Gostaria de poder cantar com Paulo Vanzolini : “ah! se eu tivesse quem bem me quisesse esse alguém me diria: desiste...”. Mas ao contrário, quem desistia era fraco e eu era chamada a estar na vanguarda. Despedaçada, em sofrimento grave, mas irresponsavelmente na vanguarda como só a juventude e um quadro histórico facilitador o solicitavam.

Ao acompanhar na TV os noticiários relativos à comemoração dos 40 anos de 1964, sob o clima de governo Lula, mais para “Tortura nunca mais” do que para “Revolução redentora”, ao se descrever o perfil de Marighela, foi destacada a sua frase: “não tive tempo para sentir medo”. Pensei em mim e no muito medo e na muita dor sentidos, mesmo que, apesar deles, eu tenha seguido em frente. Não há aí nem racionalidade voluntarista, nem ação heróica, apenas um conjunto de circunstâncias que como que se aproveitando da inércia e do vácuo, empurravam para seguir adiante. Mais do que pelo quadro circundante ou por outras pessoas, a tortura saiu de mim mesma ao não admitir complacência, compaixão para com minhas limitações. Provavelmente por isso, eu tenha hoje um baixo limiar de aceitação para manifestações de fraqueza, de fuga dos fatos concretos em outras pessoas e sei bem que esse é o resultado dessa tortura auto-aplicada.

Já instalada em Paris, tive vontade de voltar a estudar. Mas ainda era um sentimento ambíguo: querer/poder querer. Comigo, não carregava documento escolar algum, e só mais tarde meus pais os enviaram. Fúlvia Rosenberg fazia Mestrado em Paris V, e me deu aval junto à coordenação docente de lá para que eu pudesse voltar a estudar. Comecei com um curso de pós-graduação, relativamente leve apesar do nome pomposo – Psicopedagogia Intercultural –, para poder começar e retomar o mundo do qual viera. Depois, fiz um *Diplôme d'État* em Psicologia Escolar, com o grupo de René Zazzo. Não segui a área acadêmica, que talvez tivesse sido meu primeiro caminho esperado: não fui fazer Mestrado, Doutorado... Perdas e Ganhos. Acho que pessoas como nós dificilmente saem ilesos do que viveram. Foi um custo muito alto. Não quero fazer nenhuma apologia do sofrimento, mas é algo muito pesado. Acho que essas coisas ocorrem raramente na vida, e você tem uns tantos sobreviventes por aí, cada um contando seus pedaços e suas feridas.

Por não possuímos respostas sobre as perdas dessa natureza que nos atingem, como diz Lia Luft, nos defendemos no cotidiano, no trabalho, na arte, na frivolidade, na droga, na ideologia, não importa onde, mas o fazemos para nos ocultar do que é ao mesmo tempo separação e encontro conosco mesmo.

Eu gosto muito dessa expressão “amargo caviar do exílio”. Aprendi muito, aproveitei. Tive uma experiência riquíssima, me criei profissionalmente, até chegar a quem hoje sou. Em certa medida, é lá que vou virar gente grande. Existiram episódios difíceis, a dificuldade com a documentação negada pelo Brasil, ser apátrida na França, lutar para conseguir ficar por lá, a luta pela sobrevivência econômica... Camponesa no Convento, operária na França, até voltar depois a um campo de trabalho que era originalmente o meu. Em 1974, passei a trabalhar como consultora da UNESCO, onde permaneci até 1980, quando voltei ao Brasil. Trabalhei em países africanos de língua portuguesa, em Portugal, na Costa do Marfim, no Gabon. Acho que na conta de somar e de diminuir acabei ficando com saldo positivo. Não sou mais, e nem caberia ser, aquela que o caminho feito dos anos 1960 parecia formar. Eu provavelmente estaria morando em São Paulo ou Santo André, talvez fosse professora da USP na Psicologia... Não seria melhor ou pior; digo isto apenas para lembrar que minha história rumava nessa direção. Ali morava, ali trabalhava, ali tinha meus amigos, minha família. No entanto, fui levada para muito longe de tudo isso. A menção é apenas para enfatizar que houve uma mudança inesperada de destino.

Entender o que aconteceu é entender essa história vivida por muitas pessoas. Há uma ruptura irreversível. Para mim foi brutal, seja pelo episódio pessoal já mencionado, seja pela perseguição incansável, seja pela rapidez com que ela se processou, seja pelo corte com a família, com amigos... O corte em relação à própria profissão, pois eu nunca mais atuei como psicóloga.

A psicologia hoje me ajuda muito, valorizo e considero o instrumental que ela me forneceu, mas não sou psicóloga. Fui professora até bem pouco tempo; encontrei-me na área de políticas públicas, políticas sociais, recursos humanos, administração estatal... Hoje, sou um quadro típico da máquina estatal, da administração pública. Fui professora da Universidade de São Paulo durante muito pouco tempo.

Iara tinha um carisma, uma personalidade marcante, e não foi só pelo que aconteceu com ela que permanece na lembrança das pessoas. O livro de Judith Patarra indica bem isso, ela sempre teve carisma, pessoa interessantíssima, solta, alegre com a vida. E assim ela fez política. Eu costumo dizer que ela poderia dizer: “vou até ali, faço a guerra e já volto”. Essa era Iara. O tempo todo rindo dela mesma, das situações, com muito humor, fazendo graça, interessada no mundo... Não se acordava com a figura típica da intelectual ou da militante política. Ela se interessava também por isso, porque alimentava sua inteligência, seu conhecimento, suas informações; mas estava interessada tanto quanto na loja nova, no vestido da moda usado pela amiga; em concertos, em teatro... Recordo dela já falando em estudarmos o fenômeno Chacrinha e o situando como fenômeno popular, cultura pop, ainda não evidente em nosso período de formação. Figura marcante cuja curta história de vida só veio reforçar.

Iara também não é o perfil clássico do psicólogo. Ela também está ali um pouco fazendo política, e psicologia é um instrumento para ela. Ela também não teve tempo para se estruturar nesse contexto. Era alguém que estava vivendo a vida, e que estava colocada no centro dos acontecimentos. Eu gosto muito da foto dela que está no livro Iara, que foi feita pelo Katsumasa e trabalhada pelo Samuel, irmão dela. Ela tem um gesto que era bem dela, com o dedo próximo ao rosto e os cabelos ainda compridos, um meio sorriso. Essa foto me foi dada por Samuel e eu a tenho comigo. A expressão captada é muito fiel, pois devolve um pouco de quem foi Iara.



Imagem 9: Cartaz com as fotos de Iara e Valdir.

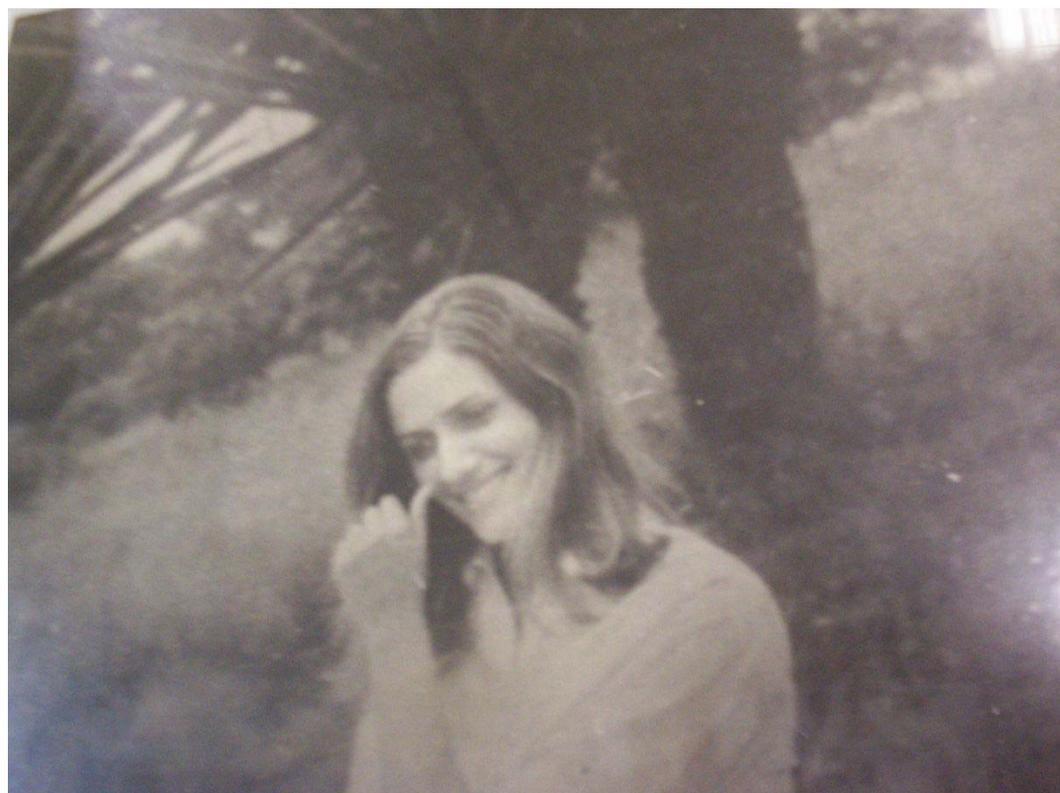


Imagem 10: Foto de Iara Iavelberg. Fonte: arquivos do CAII.

Raquel Rosemberg, por outros aspectos, foi minha referência. Não sei bem porque, desde o Cursinho, quando nos conhecemos, criamos uma ligação de amizade muito forte. Ela, já casada, com mais idade do que nós, com muita leitura, muitas experiências de vida, também vinda de uma vivência forte, pois sua família havia fugido da Europa com o advento do nazismo. Com ela conheci Merleau-Ponty, Bergson; melhorei meus poucos conhecimentos em música clássica, foi quem me apresentou Carmina Burana entre tantas outras; passava-me seu entendimento sobre os campos da psicologia quando estudávamos juntas. Ensinou-me também o que era couve de Bruxelas (rara no Brasil à época), a apreciar *gin fizz* (gosto muito até hoje), sempre com sua elegância discreta. Voltamos a estar juntas após minha volta, apesar da separação geográfica. Quando fui diretora de Recursos Humanos no Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília, chamei-a para uma Consultoria para os psicólogos de lá. Foi nessa época que, já sentindo sintomas do que a levaria mais tarde, ela pediu-me indicação de um médico. Algum tempo depois, logo após um telefonema em que ela apenas me disse estar com saudades, veio sua morte. E um pedaço de minha vida também se foi aí.

Já fiz muita sessão de divã para fazer luto dessa outra parte de mim que se foi, e até hoje não superada, pois como se diz “*ce sont d’abord les autres que constituent chacun de nous*”⁴⁰. Das vivências desta senhora, conviver com Raquel foi das mais preciosas e significativas para o que hoje sou.

Fico passando aqui na memória os anos, a minha chegada na Universidade, depois meu envolvimento nas questões políticas... E os últimos, minha gravidez... Sei da história do Samuel Pfromm, contada pela Raquel, que acabou tendo um gesto generoso em relação a mim. Para que não fosse considerado que abandonei o cargo, eles fizeram uma reunião para forjar minha demissão. É legal perceber que o departamento fez isso para me defender institucionalmente. Quando fui pedir aposentadoria, isso foi importante para que eu não fosse processada por abandono de cargo. Era gente que mal me conhecia, eles não tinham por quê fazer isso.

Faço um parêntesis. Já quase ao final do Curso, o grupo dito da psicanálise tomou a decisão de abrir a possibilidade, a custo bem menor, para que alunos selecionados comessem sua análise clínica. Quem me entrevistou foi Ferrari e o lugar me foi oferecido, mas declinei totalmente. Evelise, Paschoal di Ciero, Raquel são alguns dos que me lembro terem usufruído dessa formação clínica inicial. Eu queria atuar no que acreditava ser um trabalho mais social, mais militante. Sempre a ilusão da juventude, da conquista e da transformação fácil do mundo...

⁴⁰ “São, em primeiro lugar, os outros que constituem cada um de nós” (minha tradução).

Em algum momento, no IRFED – *Institut de Recherche sur l'Éducation et le Développement* – junto com Elias Rocha Barros, chegamos a equacionar a “fórmula da bomba atômica” e que muito nos satisfizes, sem maiores críticas à época, onde se dizia não serem os conteúdos nem de esquerda, nem de direita, mas sim o modo como eram postos em prática.

O IRFED era uma instituição mantida por organizações católicas e protestantes que, em um primeiro momento, tinha o objetivo de formar quadros para os países da África francesa, ex-colônias. No início dos anos 1970, com a chegada em massa à França de exilados e estudantes latino-americanos, dada a eclosão de governos militares em toda a região, ele se volta também para essa nova clientela. Aloísio Nunes, hoje quadro do PSDB, ex-ministro da Justiça, era um de seus coordenadores. Fizemos a seleção: Marise Fahri, Solange Nobre (mineira, continua ainda hoje a ser minha amiga), Cida goiana (liderança estudantil do pré-64) e, para estudar e sobreviver, ganhamos bolsas de estudo. O enfoque principal era o processo de desenvolvimento nos países não centrais, sob abordagem sociológica, política, educacional. Isto sempre me interessou. Não tenho *background*, nem interesse para aprofundar áreas mais teóricas. O conceitual teórico sempre me serviu como instrumental de trabalho.

De algum modo, não fugi desse meu núcleo inicial de interesse, ainda na USP, pois voltei a estudar em Paris, fazendo psicopedagogia intercultural, me situando nas questões da educação na África; depois fazendo psicologia educacional com o René Zazzo, depois fazendo IRFED, e passando a trabalhar na UNESCO. Experiências que me direcionaram às políticas sociais desenvolvidas pelas administrações governamentais. Eu tinha esse desejo lá, quando eu era militante, aluna, mesmo com toda essa história de VPR. Hoje, depois de tudo, acho que não me desviei demais. Acho que isso que faço hoje tem a ver, de alguma maneira, com aquilo que fiz. Gosto do que faço e do que fiz, mesmo considerando o baixo impacto dessas ações na mudança social, na mudança do país. Longe de cumprir uma trajetória retilínea, fecho por aqui um circuito aberto lá, há muito tempo, e em coerência com meu jeito de estar no mundo. Não sei ao certo como esta formação de origem em psicologia se encadeia com o que faço hoje profissionalmente, mas acho que ter tido a formação que tive, ter sido trabalhada para afinar o olhar em relação a pessoas e grupos, me agrada e me enriquece. De alguma maneira, sobrevivi com isso, procurando mexer com a sociedade brasileira, que sempre me encantou, que sempre me apaixonou, pela qual vivi e me emociono.

Você imagina a pouca condição que tínhamos. A análise de forças era absolutamente fantasiosa, só podia cair no que caiu. Fazer ações exemplares, roubar armas, dar uma resposta com uma bomba para o comandante que falou não sei o quê... Não tínhamos nada a ver com a massa. A própria entrada no movimento operário era uma coisa que se conseguia com um ou outro indivíduo. As greves de Osasco, por exemplo. Tanto que o Zequinha entra na VPR, e é ele que vai estar com Lamarca lá no sertão da Bahia. Ele era um operário importante nessas greves, mas isolado.

Isso dura tão pouco: 1967, 1968, 1969 já não tem mais nada. Dura um átimo. Do ponto de vista da história, é nada. No entanto, marca esse período na universidade. E logo depois acaba. Depois disso, se entrou para a luta armada, entrou em um movimento suicida. Quem não caiu é porque tinha uma atuação tão pequena que não chegou a ser mapeado.

Quero terminar fazendo duas menções.

Muitas vezes ronda os fatos sobre os quais conversamos uma capa de heroísmo ou de sofrimento. Não gostaria que isso acontecesse. Passei momentos difíceis, mas não conheci o lado negro da tortura, da morte. Os fatos acontecidos mostram que não foi uma brincadeira. É ainda uma ferida na história da nação. Vidas extremamente jovens e futuramente importantes foram perdidas, isso tudo porque se estabeleceu total impossibilidade de espaço social e político. Jovens absolutamente comprometidos em querer mudar esse país, com propostas equivocadas e tudo mais, mas que numa sociedade aberta logo superariam suas inadequações, se transformando, se modificando, sem se chegar aonde se chegou. Mas a repressão foi feroz e sanguinária. Que o aprendizado político e social não nos deixe nunca mais passar por isso. Eu, por muitas razões, acho que acabei ficando com o lado bom da vida, seja pelo meu contato com pessoas gratificantes, seja pelo que a vida acabou me propiciando, seja pelo que hoje tenho em herança emocional, profissional, familiar. Perdi a ingenuidade, o romantismo, mas sem perder a emoção, acompanhada de mais racionalidade, maturidade e distância. A juventude, os que vêm depois, renovam esses ideais, recompõem, revêem, repensam um jeito mais adequado, e esse renovar é sempre positivo.

A outra é a convicção de que o corte histórico abrupto não tem possibilidade de estabelecer a mudança, o novo. Neste país, mesmo que décadas substituam o que foram séculos em outros, onde se vê velhinhos analfabetos conseguindo receber aposentadoria com cartão eletrônico em banco, ou a população utilizando urna eletrônica para votar, podemos perceber a rapidez da aceitação, o jogo de cintura. Essa criatividade é que nos dá alguma chance de salvação,

mesmo com nossa face Macunaíma e nossa postura pós-moderna, como diria Pierre Sanchis, um grande amigo e antropólogo (riso). Ele brinca dizendo que o pós-modernismo está em todos os países, mas que nasceu no Brasil: essa coisa maluca, essa feijoada sem nexos, que de alguma maneira nos direcionará para algum canto (riso). Ele também brinca comigo, dizendo que a USP, esse bastião que copiou o modernismo e a racionalidade européia, está implodida pelo resto do país, com seu pós-modernismo medular, seu carnaval (riso).

Lembrando nossa origem caipira, em nossa conversa uma coisa foi puxando outra e o resultado é um tanto desordenado, mas que talvez ajude a recompor as situações. Não deixou de se constituir também em feliz acaso, pois quando começava a registrar minhas lembranças você chegou, incitou-me a relembrar e eu acabei fechando o texto que chamei de *Rumo à estação liberdade*. Fez retirar coisas que estavam lá no fundo do baú.

Pierre Sanchis cedeu-me um livro para ler, “Azur” de J.M.Thiveaud e nele encontro uma frase que parece adequada ao experimentado hoje: “*la victoire survint toujours au lendemain du jour qu’on espérait*”, ou seja, a vitória chega sempre no amanhã do dia em que a esperávamos. Por vezes ela chega depois de muitos, muitos anos, de modo a ser apenas uma vitória de Pirro. A história foi, no entanto, mesclando-se à vida e o passado não poderia ficar apenas no que a história quando relata, congela sem paixão. Mas para os que vêm depois, nossa vida apresenta-se como quase história e foi para eles que eu quis contar esta estória, pois que o tempo, mesmo parecendo imóvel, vai roendo por dentro, e infundindo em outros o que foi de nossa juventude, de nossos desejos, de nossa avidez de conhecimento, em incansável recriação.

Se Nino Chiapanno estivesse me ouvindo por certo acrescentaria: “*Eh, bien, la boucle est bouclée*” (fez - se o fechamento). Seria de fato alentador se se pudesse aceitar que o destino foi cumprido no sentido de alvos e objetivos, mas ao se levar em conta apenas o círculo de uma existência comum, a única certeza que me cabe guardar é a de que cheguei à Estação Liberdade, depois de cumprir sem organização e harmonia, o que me foi possível.

Foi na França que li *Memória e Sociedade*, da Ecléa Bosi e ele me emocionou muito, trabalhando com muita sensibilidade as memórias dos italianos que vieram para São Paulo, o que tem muito a ver com minha família materna e minhas lembranças. Eu já havia lido tudo de Pedro Nava, o memorialista de Minas Gerais por excelência, e que sempre me encantou. É maravilhoso passear pelo mundo acontecido, por meio da visão de quem esteve por lá. Ecléa, eu havia conhecido como contemporânea de curso e não imaginava que aprofundaria em seus trabalhos a temática das memórias. Acabou fazendo aquela jóia que é o livro que citei. Há nele uma imagem, a partir de uma fala que me sensibiliza muito. Diz do significado para a vida de se continuar pisando nas pedras do calçamento por onde nossos antepassados passaram. Chorei muito

quando li isso longe do país. Já não piso nas pedras do calçamento onde meus pais e avós pisaram, mas não deixo de usufruir o que me oferece hoje minha Belo Horizonte, com seus tapetes de flores caídas dos ipês, das paineiras, e esparramadas nas calçadas Tapetes para meus netos. E de repente, andando sobre eles, numa esquina, encontrei com você e com Ecléa. Foi emocionante, foi muito bom!

ELIAS

Hoje, sou clínico psicanalista. Vejo de oito a doze pacientes por dia. A imensa maioria deles vem de três a quatro vezes por semana. Além disso, sou editor, para a América Latina, do *International Journal of Psychoanalysis*, a principal publicação em psicanálise no mundo. O trabalho consiste em discutir política e orientações editoriais: coordenar o processo de avaliação dos artigos, coordenar a carta síntese que dá conta da aceitação, não-aceitação ou sugestão de mudança para cada artigo. Cada artigo vai para três leitores, escolhidos por sua importância no mundo da psicanálise, enquanto autores etc. Eu leio as três avaliações e faço uma síntese. De cada 20 artigos, o *Journal* aceita um, mais ou menos. Além de ser editor na América Latina, sou do Corpo Editorial, onde existem mais quatro editores. Nossa reunião anual é em Nova Iorque e nossa sede é em Londres. Freqüentemente viajo para atender compromissos do *Journal*. Além disso, dou aula uma vez por semana no Instituto de Psicanálise. No momento, dou um curso sobre o pensamento de Melanie Klein.

Também sou o presidente de um comitê da IPA (*International Psychoanalysis Association*) chamado CAPSA (*Committee for Analytic Practice and Scientific Activities*), que visa o intercâmbio científico entre as diversas sociedades nas diferentes regiões do mundo. Sou coordenador desse comitê, então participo de reuniões fora do Brasil. Vou ter uma agora em Houston, no Texas. Sou membro de corpos editoriais em vários jornais e revistas pelo mundo, o que demanda algum trabalho. É mais um posto honorário, mas às vezes sou obrigado a intervir. E além disso escrevo, publico com bastante freqüência. Tem uma parte do meu cotidiano que é dedicada a estudar e a escrever. É uma síntese do que faço.

Sobre o que me marca no presente, poderia falar várias coisas, desde um tema intelectual a um tema político. Desde meu desapontamento com o PT, passando por toda a situação política que estamos vivendo, até trabalhos pessoais. Nesse momento, estou fazendo um comentário sobre uma entrevista que o Davi Arrigucci Junior, crítico literário, deu sobre interpretação. Minha cabeça ficou tomada pela comparação entre a interpretação do texto literário e a interpretação psicanalítica.

Sobre a política atual, acho uma barbaridade o que está acontecendo; acho triste para o país, triste para a esquerda, triste para o PT. Acho um descalabro um partido que pretendeu que política poderia ser feita de uma maneira diferente mostrar que foi mais igual a todos do que

diferente. Acho que confundiram partido e governo, acho que procuraram montar uma estrutura de dominação de estado, que de repente alguém abriu o bico e a coisa ficou escancarada. Eu havia votado várias vezes em algumas das pessoas envolvidas e não votaria nessas pessoas de novo jamais. Acho que não é o PT que está no banco dos réus sozinho; acho que é o sistema político. E é preciso tomar cuidado para não transformar a coisa no PT, embora ele tenha feito um grande desserviço à esquerda, abrindo espaço para uma esquerda populista, e ajudando a organizar a direita. Acho a defesa do PT pior ainda do que aquilo que eles fizeram. Totalmente mentirosa. Fico espantado com a cara-de-pau quando eles tentam explicar.

Acho também triste o momento do mundo, com um Bush na presidência dos Estados Unidos, e um fundamentalismo religioso ampliando seu poder dentro da cultura americana. Acho que isso é sentido claramente quando se viaja aos Estados Unidos. Trabalho com muita gente ligada às universidades americanas, vou com muita frequência para diversas partes dos EUA. Nos meios que frequento, nunca encontrei um colega que tivesse votado no Bush ou tivesse admiração por ele, mas a presença do bushismo é muito forte na cultura americana. Diminuiu muito o investimento em cultura, o que é claramente sentido em cidades como Nova Iorque. O aumento da religiosidade... É um momento triste que estamos passando. Vemos, de repente, um Chirac virando uma esperança da esquerda. Quem acompanhou a política francesa nos últimos trinta anos sabe que Chirac é um direitista típico. Um momento triste para o Brasil e triste para o mundo.

Eu vim de um lar político. Meu pai era militante, o círculo de amigos do meu pai era acadêmico e político. Então, não lembro o momento em que a política não estivesse presente na minha infância, na minha adolescência e começo de minha vida adulta. Eu não concebia um universo onde política não fosse algo central. Não tive a experiência de ir me interessando. Sempre estive lá. Mesma coisa em relação ao engajamento, porque as pessoas em volta eram todas engajadas. A questão não era se engajar ou não, mas onde se engajar. Minha experiência foi mais de presenciar o debate entre as diversas correntes e organizações. Meu pai tinha uma orientação trotskista. Tinha saído do Partido Comunista há um bom tempo, antes do pacto do Stalin com o Hitler. E eu fui muito marcado pelo trotskismo, pela crítica ao capitalismo de estado soviético. Ao longo de muitos anos, presenciei essa reflexão e crítica.

O começo das minhas ações políticas também aparece muito misturado com todas essas vivências... Desde o suicídio do Getúlio, lembro de toda uma movimentação na minha casa, em agosto de 1954. Eu tinha sete, oito anos, e me lembro do impacto disso. Depois, me mudei,

passsei a viver perto do Palácio dos Campos Elíseos. A presença da política também era muito intensa para mim nessa época. Havia rumores de Golpe de Estado... Lembro, quando criança, de ter medo da eclosão de uma guerra civil, do palácio ser bombardeado. Coisas que hoje seriam absurdas de serem pensadas, naquela época eram muito próximas, até fisicamente. Lembro do Golpe de 1964; lembro, antes, da renúncia do Jânio. Meu pai tinha um cargo no governo Jânio, era coordenador da reforma dos códigos. Foram momentos em que, pela primeira vez, ele teve um cargo no estado convencional. Lembro de todos os políticos – também convencionais – na minha casa, todos os debates sobre o governo Jango... O Oscar Pedrosa Horta que convenceu meu pai a participar. Lembro de toda a vivência da tentativa de Golpe contra o Jango, e a resistência do Brizola e do Machado Lopes. Nessa época, o Darcy Ribeiro, o Mário Schemberg, uma série de pessoas ligadas ao Jango eram muito presentes na minha casa. Meu pai tinha críticas, mas tinha alguma participação nisso tudo. Lembro das pessoas considerarem a possibilidade de irem para o Rio Grande do Sul e se juntarem ao General Machado Lopes... Lembro de tudo isso, claro, sob uma ótica mais ou menos infantil, adolescente, com todas as preocupações que vêm junto com isso. Talvez o episódio mais marcantes do ponto de vista intelectual e emocional nesse período tenham sido esse, e posteriormente o Golpe de 1964.

Muito difícil dizer o que lembro, porque é tanta coisa... Lembro da rádio Cadeia da Liberdade, de nós escutarmos suas transmissões do Rio Grande do Sul; lembro de toda a discussão da esquerda, que se dava na minha casa, sobre ir ou não para o Rio Grande do Sul, e sobre as chances de haver mobilização em São Paulo. Lembro do Franklin Martins, nessa época ligado ao Brizola. Jornalista, jovem, tinha acabado de publicar um livro, e participava dessas reuniões. Lembro de tanta coisa que é difícil selecionar. Todas as imagens da televisão sobre a mobilização no Palácio da Liberdade... Eu tinha um tio que era dono do Correio da Manhã, o Paulo Bittencourt. Nessa época, o Correio da Manhã era um dos baluartes da imprensa livre. Lembro muito da presença dessas pessoas; lembro do Hermínio Sacchetta, um líder trotskista, político e jornalista de muitos anos. Sempre foi um grande amigo do meu pai, uma pessoa muito próxima. E muito engajado, sempre procurando formar um grupo político, um partido. Lembro das discussões em torno do internacionalismo proletário. Ele fundou até um movimento que se chamava Movimento Comunista Internacionalista (MCI), do qual meu pai não era parte, mas tinha simpatia. Mas era muito amplo o grupo no qual essas discussões se davam, incluindo desde o Mário Schemberg, o Partido Comunista, até gente como o Mário Pedrosa, Darcy Ribeiro... Mesmo Oscar Pedrosa Horta, Arnaldo Pedrosa Horta, um grupo liberal, nessa época visto quase

como direita. Hoje, não seria visto dessa forma... Uma espécie de direita liberal, que conversava com a esquerda.

Lembro da depressão que se seguiu à vitória dos militares em 1964, dos medos, das prisões... Nesse primeiro período, foi tudo muito calmo. Houve momentos iniciais, no governo Castelo Branco, onde a repressão foi mais aguda. Depois, o que ficou foi uma espécie de depressão em relação ao que estava se passando. Eu tinha um primo, muito engajado. Ele era do Rio de Janeiro e naquele momento estava refugiado em São Paulo, morando na minha casa. Luís Alberto Muniz Bandeira, que hoje é um grande historiador – as coisas mudam; hoje é uma das cabeças pensantes da política do Itamaraty. Então, me via nesse clima de ameaça, medo, e ao mesmo tempo um sentimento de que algo podia ser feito do ponto de vista intelectual e político.

O dia do Golpe, em 1964, foi uma coisa de relativa surpresa. Logo depois do comício do dia 13, daquelas mobilizações pró Jango... Foi surpreendente quando a gente começou a ouvir notícias que Minas tinha se desligado da Federação, que não reconhecia o governo central. Claro que ficou evidente uma atmosfera de golpe. Eu fui para a São Francisco, meu pai era professor de lá. No mesmo dia, fui para o XI de Agosto. O Exército logo ocupou a Faculdade. Depois, as reuniões passaram a ser nas casas das pessoas, aquele clima de “vai ou não vai haver resistência”. Em um primeiro momento, havia o sentimento de que haveria resistência no Rio Grande do Sul. Havia a expectativa de que o Kruel, comandante do II Exército, sediado em São Paulo, iria aderir. Uma parte achava que não, outra achava que sim, mas ficou claro que ele estava no esquema, embora tenha hesitado. Ele estava sintonizado com o pessoal do Golpe.

Me lembro das cenas, do Exército pondo metralhadoras apontadas para o XI de Agosto, a gente em dúvida se eles iam ou não usar aquilo... Ainda não havia um clima de confronto com o Exército. Não vou dizer que a ocupação era amigável, mas, até um determinado momento do dia, acho que os soldados não sabiam bem o que estavam fazendo ali, qual era exatamente a função deles. Então, nem eram hostilizados, e nem hostilizavam. Era ainda o Exército. Quando começou a chegar a Força Pública, tivemos a sensação de que a coisa podia ficar feia.

Em relação à Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, lembro do ódio que tínhamos disso, daqueles tipos humanos *a la* TFP... Mas também do impacto, porque não achávamos que seria tão grande como foi. Quando houve a marcha em São Paulo, deu um certo susto, um medo, uma sensação de que haveria uma guerra civil. Essa idéia, naquela época, era algo mais próximo do que hoje. São Paulo estava dividida, e não tinha muita dúvida de que aquele pessoal iria pegar em armas, e que a gente estava do outro lado. Só que a gente tinha esperança que o Exército não

estivesse do outro lado, e que o operariado fosse muito mais organizado, conscientizado e ativo do que realmente era. A gente esperava uma resistência que não aconteceu; não conseguiram nem chamar uma greve significativa. Me lembro do clima de tristeza, de desapontamento, de cair na real: “não existia nada? O chamado aparato político-militar do Jango era inexistente?”. Era inexistente. Havia a idéia de que era tudo muito bem organizado, muito bem preparado...

Contato com movimento operário, com movimento camponês, só em sonho (riso). A gente falava muito nisso, mas eu mesmo não tinha contato nenhum. Quem tinha esse contato era o Partido Comunista. Pouco, mas tinha.

Antes da Faculdade, eu não participava. Estudava no colégio Rio Branco, extremamente reacionário, desinteressante, freqüentado por um grupo ligado à direita. Eu tinha uma dificuldade de adaptação muito grande. Não tinha nenhuma relação mais profunda no colégio; não tinha um grupo, minha vida estava fora. Do Rio Branco, só me lembro de ter raiva do direitismo dos professores e dos alunos. Lembro de comissões indo levar o apoio da escola ao Adhemar de Barros, o que me deixava puto da vida! De cartas de congratulação ao Carlos Lacerda... A Conceição da Costa Neves, naquele tempo, era uma deputada histórica, de extrema direita. Lembro, na escola, de grandes aplausos, de manifestações de apreço a ela. Eu via aquilo como extremo absurdo, barbaridade, sem saber o que fazia lá. Até hoje, não compreendo porque fiquei.

Eu não sabia o que fazer em termos de carreira. Em um primeiro momento, pensei em engenharia eletrônica. Pensei em fazer direito, mas daí comecei a ficar fascinado por psicanálise, com alguns amigos psicanalistas do meu pai – Isaias Melsohn, Armando Ferrari... Ao mesmo tempo, não queria abandonar uma preocupação com ciências humanas. Coloquei a possibilidade de eventualmente fazer medicina, mas fui desaconselhado, sobretudo pelo Isaias Melsohn e pelo Roberto Azevedo. Sobravam as alternativas psicologia e ciências sociais. Em um primeiro momento, com base em conversas com Isaias e com o Roberto Ferrari, pendi mais para as ciências sociais.

Prestei exame para as Ciências Sociais, e aí começou a minha militância política. Eu conhecia muita gente; conhecia a maior parte dos professores, que eram amigos do meu pai: Florestan Fernandes, Ruy Coelho, Fernando Henrique, Octávio Ianni, Vitor Knoll, Giannotti, Ruy Fausto... Me integrei rapidamente nesse meio. Pela primeira vez, me senti mais em casa com meus colegas. Comecei a trabalhar junto ao departamento cultural da UEE, com alguns amigos

das Ciências Sociais – Elza Piacentini, Alexandre Fix... Foi o primeiro mergulho no movimento estudantil.

Me dei conta que Ciências Sociais não era a coisa mais adequada para me tornar psicanalista. Prestei exame para a Psicologia. Naquela época, era possível fazer dois cursos na USP, concomitantemente. Me mantive nas Ciências Sociais por um ano, fazendo o primeiro ano da Psicologia. Depois, me dei conta que psicologia tinha e não tinha a ver com psicanálise. Mas eu já tinha um grupo de amigos, estava mais engajado em movimento político, já tinha uma certa militância no MCI, era amigo do Rubens Glasberg...

Entrar ou não entrar em um grupo político não era algo muito formal, não tinha nenhum rito de passagem. Encontrei o Rubens Glasberg, um dos principais militantes do MCI na época, e comecei a trabalhar com ele. E aí, foi crescendo meu interesse pelo movimento estudantil, pelo Grêmio... Consegui um grupo em torno de mim, e surgiu a idéia de me candidatar à presidência do Centrinho da Psicologia. Ganhamos a eleição. Aí, tive uma militância maior no movimento estudantil. E política geral, pois estava inserido em toda a questão da esquerda naquele momento, em todo esse debate entre POLOP, MCI, AP... Participei muito disso, mas os detalhes não lembro... Hoje, já não é mais tão marcante o que nos diferenciava... Hoje, não saberia dizer, até porque, pensando nas pessoas daquela época, hoje, sou próximo de muitas que antes eu era absolutamente distante. Lembro de dificuldades imensas com a AP, e posteriormente muitos de seus militantes se tornaram, ao longo da vida, próximos de mim. Hoje, não vejo grandes diferenças entre alguns deles e o que penso. A mesma coisa se dava com a POLOP. Havia uma briga quase de morte com eles, e hoje não vejo grandes divergências. O que era, na época, apresentado como divergente, hoje considero muito pequeno, salvo um certo radicalismo suicida, que depois redundou no movimento de guerrilha, com o qual não me envolvi. Eu era crítico à luta armada, achava que não havia condições, que seria um suicídio, como de fato foi. A própria Psicologia perdeu pessoas muito importantes: Iara Iavelberg, Lola... Pessoas de quem gostava muito, e que achava que era um desperdício, uma loucura entrarem nessa. Havia uma solidariedade pessoal, mas não política.

Quando a gente fica mais velho, tenho impressão que essas coisas ficam mais complicadas. O que fica dessa época? Eu diria que foi uma grande farrá (riso). Uma coisa divertidíssima, porque era onde estavam meus amigos, era onde as coisas aconteciam; era a partir daí que se ia a bares, que se passava a noite na casa de amigos, que se encontrava meninas... O

equivalente ao esporte hoje, naquele momento, era a militância política, onde eu formei todo o grupo de amigos. O que lembro mesmo é de uma grande, grande farra!

Eu sei que participei de várias atividades culturais, mas não sou capaz de lembrar de nada específico. Tinha relação com shows de música popular, com organização de debates, conferências... Tinha relação com o Teatro Oficina... Mas não sou capaz de lembrar de detalhes. Do que eu fazia mesmo, não lembro. Lembro de participar de conversas infundáveis a respeito dessas coisas todas. Lembro de algumas primeiras aproximações com o PC através do Fernando Perroni e da Consuelo de Castro. A Mary Jane Paris que me convidou para algumas dessas reuniões, que se davam lá no Edifício Monções, em Higienópolis. Nós fazíamos seminários com o Fernando Perroni... Muito iniciante, muito superficial, intelectualmente desinteressante.

Mas socialmente, de novo, o que fica é a sensação de uma grande farra, um momento interessante da minha vida, pelas pessoas que conheci, pelos contatos que tive. De repente, encontrei gente na Faculdade que também gostava de literatura, que também lia poesia, que também lia Marx, lia livros de economia. De repente, me senti em casa, não estava mais isolado como no Rio Branco. O que mais me lembro é essa marcante diferença. De repente, me senti engajado, tinha identidade com as pessoas, tinha com quem conversar, tinha amigos... Podia até haver interesse por futebol, por esporte, mas não era aquela coisa dominante que era no Rio Branco, onde o futebol era a vida das pessoas. Elas viviam em função disso. Na Universidade tinha, mas em um contexto completamente diferente. O tipo de esporte que eu fazia passou a ser diferente. Comecei a fazer judô, e acabei fazendo por dez anos. A coisa estava toda misturada com política: era exercício, mas também uma espécie de preparação do corpo para a luta, de autodisciplina... Uma coisa muito esquisita. Hoje, tenho dificuldade de reconstruir e saber o que aquilo queria dizer.

Era uma grande farra, uma mistura bem esquisita, embora isso tudo desse um sentido para a vida na época, coisa que não sinto que meus filhos tenham hoje. Desapareceu essa dimensão política, essa dimensão ideológica da vida deles. Mesmo pessoas atentas para o que se passa socialmente não têm nada equivalente ao que foi para mim a militância no movimento estudantil: os ideais com os quais me identificava, as crenças em uma sociedade melhor, a crença em uma participação ativa em tudo isso...

Lembro dos debates sobre o existencialismo, sobre Sartre e sua posição política. Há dois dias atrás revi *A Batalha de Argel*. A primeira vez que vi foi logo que saiu; lembro do impacto desse filme na época. De certa forma, o Departamento de Filosofia é de ultramar, de

universidade francesa, porque lembro como algo muito presente a situação da Argélia, da FNL (Frente Nacional de Libertação), a crítica ao governo Francês, a luta com o De Gaulle, a crítica ao general que depois tentou um golpe contra o De Gaulle... Lembro de conversas extremamente interessantes sobre isso. A partir desse momento, fiquei absolutamente fascinado com a França, comecei a sonhar que um dia iria para lá, fiquei tomado pela idéia de ir a Paris, aos cafés, às discussões no movimento intelectual, nas livrarias, nas universidades...

Lembro da importância da música do Chico Buarque, lembro quando ele ganhou com *A Banda...* No Rio Branco era o interesse por *Rock* e não sei bem o quê. Acho que nem *Jazz* chegava perto de lá. De repente, descobri tudo isso na universidade... Não lembro da minha casa sem estar tocando algum disco de música clássica. Durante toda minha infância e adolescência se ouvia música clássica dez horas por dia. Infelizmente, no Rio Branco era, no mínimo, coisa de viado. Na Universidade, não. Depois, escutava-se coros de igreja, no Mosteiro de São Bento... Para mim, foi um segundo nascimento entrar na Universidade, nesse meio cultural, que na época era fruto do engajamento.

Na Psicologia, desde o começo, eu me engajei. Teve o movimento dos excedentes. Naquela época, se não me engano, entravam trinta. Mas era dada uma lista; havia trinta aprovados e mais trinta e poucos excedentes... Houve um movimento pela inclusão deles, no qual participei. Então, a Psicologia para mim foi não só a junção da política, do mundo marcado por uma perspectiva ideológica, por ideários culturais, mas também encontrei o Rubens, uma ligação direta com Hermínio Sacchetta, presença constante em minha casa.

Então, de repente, deu mais sentido ainda entrar na Psicologia, embora a Psicologia fosse um curso mais espalhado que as Ciências Sociais. As Ciências Sociais era praticamente toda na Maria Antonia; a Psicologia era na Cidade Universitária. E não era a Cidade Universitária de hoje, mas a de trinta e cinco, quarenta anos atrás, muito mais descampada e distante. Havia uma sensação grande de isolamento; havia aulas na Biologia, na Pedagogia... Isso eu achava esquisito. Uma das maiores perdas que tive quando passei a ir para a Cidade Universitária foi essa, porque minha vida social se concentrava na calçada da Maria Antonia, entre a entrada da Faculdade e o Bar do Zé. Acho que frequentei mais aulas no Bar do Zé do que dentro da Faculdade.

E comecei a conhecer as pessoas. Já havia pessoas com as quais eu tinha alguma ligação, como a Mary Jane Paris, que tinha me convidado para um seminário do Fernando Perroni, quando eu ainda estava na Sociais. Conheci a Iara, conheci a Lola, que era mais velha... Embora fossem de tendências políticas diferentes, me enturmei nessa grande farra que foi a Universidade.

Conheci o Dirceu nessa época; o Paulo de Tarso, o Arantes, que tinha uma militância no Grêmio...

E na Psicologia teve uma motivação imediata, que foi a luta contra a recontração da professora Anita Cabral que, naquela época, eu não tinha a menor dúvida que representava a extrema direita no Estado de São Paulo, e o que houvesse de pior dentro da Universidade. Participei muito desse movimento político contra sua recontração. Hoje, veria diferente, não teria tanta certeza de que ela era tudo isso. Aliás, hoje, veria tudo muito diferente. Acho que ela tinha grandes falhas como professora de psicologia e como pessoa, mas não representava, de modo algum, a direita dentro da Universidade. De modo algum. Ao contrário, acho que ela até representava a presença de uma preocupação social, de uma psicologia social dentro da Universidade.

Minha relação com política hoje é completamente diferente... Diria que política, como eu vivia naquela época, perdeu importância para mim. A idéia de uma militância não é presente. Hoje, meu engajamento profissional, meu interesse na psicanálise, nas minhas coisas, é muito superior ao meu interesse em política. Não sou mais um político. Voto nas eleições, fico puto com o que está acontecendo, fico triste, alegre, mas não tenho mais aquele engajamento, aquele entusiasmo de ver política o tempo todo. Minha relação com política hoje é a de um cidadão que vota, não muito mais que isso. Não é mais uma coisa viva para mim.

Além disso, tem as mudanças ideológicas. Hoje, dou uma importância incomparavelmente maior à competência do que à orientação política. Hoje, não vejo alternativas ao modelo neoliberal. Convivo com gente que está e esteve no poder, e sei o quanto é ilusório imaginar que é possível mexer em coisas tão fundamentadas. Hoje, vejo essas pessoas gritando contra juros, achando que os banqueiros estão ganhando muito dinheiro porque os juros estão altos... Isso é bobagem! É bobagem pura! O banqueiro é um negociante de dinheiro; o que importa não são os juros altos, mas o *spread*, o custo do dinheiro que ele compra e do que ele vende. Os juros podem ser um por cento e ele ganhar uma fábula, como no Japão. Achar que o Citibank fica milionário graças às nossas taxas de juros é besteira! Fora o FMI? Não caio mais nesse tipo de ingenuidade, embora ache que é muito positiva para as pessoas se engajarem, manterem uma pressão crítica.

Acho interessante na sua Tese você abordar o quanto as pessoas, ao longo da vida, também se desengajam. Por quê? Por causa do amadurecimento? Da globalização? Desses tempos? A questão do poder ficou mais complexa? Acho que nós éramos uns ingênuos achando

que era possível tomar o poder. Eu acreditava nisso, e que se tomássemos o poder íamos fazer muita coisa. Hoje, depois de tudo que vi no mundo soviético, o desmoronamento de toda a Europa comunista, vejo que a coisa é muito mais complexa do que parece. Acabei convivendo em vários ambientes de poder, também fora do Brasil. Tive um contato grande, por coincidência, com o pessoal que depois virou governo na Grécia, todo o pessoal do Papandreu, que vivia na França na mesma época em que vivi. Isso tudo ajudou a amadurecer. Eu conheci o presidente do Mercado Comum Europeu, que era um grego, e um grego de esquerda engajadíssimo. Aos poucos, fui percebendo que a coisa não era bem assim, que era muito mais complexa do que imaginava. O raio de poder que ele tinha sendo presidente da Comunidade Européia era minúsculo. Esse tipo de experiência me mudou muito.

Em suma, não está tão presente assim a política para mim. E quando você pergunta: “você lembrou de algo desde a última entrevista?”, já não lembro com entusiasmo. Não é que não lembre de nada. Lembro do Mário Schemberg escondido na minha casa, lembro do Darcy Ribeiro indo fazer reuniões em casa, lembro do meu primo escondido e fazendo reuniões em casa... Lembro de milhares de coisas, mas hoje isso é quase folclore. Na Inglaterra, morei na casa de Isaac Deutscher, um dos grandes historiadores da Rússia comunista, autor da biografia do Trotsky, *O Profeta desarmado*. O pessoal da minha época bebeu muito nessa fonte. Conhecer esse pessoal era quase ir para o Olimpo... Mas você vê uma outra dimensão da coisa: um outro mundo, uma outra pessoa, um outro engajamento... Isso vai te amadurecendo, vai mudando sua relação com a política. Convivi também com o pessoal da *New Left Review*, Perry Anderson, Michael Rustin etc. Claro, são pessoas de um nível altíssimo; do Michael Rustin eu sou amigo até hoje, mas é uma amizade em outro nível, onde a dimensão cultural é central.

Diria que não sou mais político. Acredito que alguém que tenha continuado, que seja militante do PT, que seja deputado, teria essas coisas mais vivas do que eu.

O encanto quebrou quando fui para Leningrado e tive contato com um país que não era nada do que eu imaginava, que era muito pior do que as piores críticas que eu tinha. Um país sem vida. Morto. Na verdade, esse pessoal do Partido Comunista Soviético é hoje a máfia russa, todos picaretas extremados. Então, o que vi foi o que depois se revelou ser. Antes de ir para lá, fui, em 1972, para a Iugoslávia, para a Hungria e para a Tchecoslováquia. Foi um pouco diferente. Também foi um pouco assustador, principalmente a Tchecoslováquia, um verdadeiro horror. Na Iugoslávia, sentia-se a tensão que depois se desenrolou nessas guerras civis entre as diversas

repúblicas. Era umas dessas situações idealizadas. Eu me dei conta – e hoje mais ainda – que aquilo ali era seguro pelo Tito, não havia grandes inovações no modelo socialista. Na Romênia, não tinha comida, o povo vivia muito mal. Na Hungria, não; você tinha a sensação de um país eficiente, tinha muita comida; tinha uma sociedade viva.

É difícil falar do desengajamento com a política sem falar no meu engajamento com outras coisas. Não é só que a política perdeu o brilho, é que outras coisas na minha vida ganharam brilho também. Me entusiasmei com psicanálise, com um certo tipo de leitura que hoje não tem muita relação com política. Me afastei até, em termos, pela bobagens que eu pensava... Estou lendo Jorge Luís Borges nos últimos dez anos. Não lia porque ele era fascista, era de direita. Tinha verdadeiro horror, era um objeto fóbico! Não lia literatura americana, tirando dois ou três aprovados como gente de esquerda, gente honesta. Hoje, vejo a bobagem, o absurdo, a restrição cultural.

Uma parte é desapontamento, mas outra é que outras coisas ocuparam enorme espaço em minha vida. Acho que sou adicto à atividade, então vou ocupando, ocupando meu tempo, e de repente estou ocupadíssimo com outras coisas, e vou tendo um contato menor com a atividade política em si. O que não quer dizer que não conviva com a política. Convivo com pessoas ativas, que foram ministros do Fernando Henrique, com o próprio Fernando Henrique... E tenho interesse. Mas não é mais um interesse militante. É algo marcado pela percepção de um mundo mais complexo, de um certo empenho na eficiência, um certo realismo. Às vezes a gente acha que o presidente da república tem um imenso poder, que basta ele querer implementar seu programa. Não é assim. Tenho um amigo que era de esquerda, ficou preso, depois assumiu cargos importantes, como o de presidente da Petrobrás, e não conseguia saber o número de funcionários da Petrobrás. E ele era o presidente da Petrobrás. Era impossível saber.

Fui percebendo que a vida é mais complexa do que pensava. Mas, ao mesmo tempo, é importante sonhar com um mundo diferente. Também não tem importância que a juventude não perceba essa complexidade. Esse entusiasmo é importante, essa insubordinação...

De outro lado, ficamos muito marcados pelo modelo marxista, e acho que ainda não se formou uma geração menos marcada por isso. E o modelo marxista falhou. Não acho que o marxismo seja uma visão de mundo inútil, mas falta uma geração com mais liberdade para pensar uma alternativa diferente. Não acho que o que está aqui seja o ideal, sou extremamente crítico da sociedade contemporânea, das conseqüências do neoliberalismo, dessa globalização impensada etc. Mas acho que ainda não surgiu um novo modelo, e vai levar um certo tempo. É preciso uma

nova geração, de esquerda, e não marcada pela formação marxista, para pensar soluções alternativas.

Lembrar do MCI é difícil. Difícil porque eu acho de uma ingenuidade, de um intelectualismo... De uma irresponsabilidade, de uma bobajada tão grande que me faz até mal tentar lembrar. Uma vez, meu pai me contou uma história. Na revolução de 1932, eles tinham só um canhão, e para dar a impressão de que tinham vários, davam um tiro aqui, punham o canhão no caminhão, andavam cem metros, davam outro tiro ali... Acho que o MCI era assim, nunca foi um grupo de mais de 20 pessoas, e fazia um barulho tremendo. Tudo em torno de duas ou três pessoas pensantes. Eu até guardei coleções do jornal que se publicava, mas hoje vejo que eram análises extremamente teóricas da situação, um internacionalismo que não tem sentido nenhum hoje. Acho difícil falar hoje da classe operária. O movimento sindical, no mundo inteiro, de certa forma, acabou. Ainda mais com a automação. Mesmo na França, onde as centrais sindicais eram poderosas, ou nos Estados Unidos, hoje são PROCON da categoria; não são muito mais do que grupos de pressão por vantagens burocráticas. Desapareceu a figura do proletariado como a gente idealizava. E a gente vê hoje no Brasil que os sindicalistas são o pessoal mais corruptível do governo.

Eu lembro as coisas significativas, que têm uma construção lógica. Mas as coisas que deixaram de fazer sentido eu não lembro mais. Seria incapaz de reproduzir hoje, em detalhes, o que era a linha política do MCI. Sei lá: um internacionalismo proletário, uma crença nos soviets, em um partido que pudesse funcionar democraticamente a partir de um conjunto de células que elegeriam seus secretários, que se juntariam em nível municipal, e que elegeriam o secretário estadual, até o sistema federativo... Absolutamente impossível. Seria uma organização que perderia 90% de seu tempo na própria burocracia.

Com a AP e com a POLOP havia uma relação de amor e ódio; com o PC também. Mas hoje tendo a ver isso como uma grande farra, porque foi muito divertido. Tenho impressão que essas organizações também eram mínimas, eram tão irresponsáveis quanto, tão sonhadoras quanto. Lembro de brigas de morte com a POLOP que hoje não vejo o menor sentido. Não sou um bom informante para isso, porque deixei de ser militante. Você precisa do equivalente a um José Dirceu para contar isso para você. Não sou mais eu.

Acho que eu já tinha uma certa consciência disso naquela época. A Iara, por exemplo. Teoricamente, eu deveria estar muito afastado da Iara. Nós pensávamos coisas muito diferentes. Mas eu gostava dela, a achava interessantíssima como pessoa, como mulher, como cabeça... Então, não via o menor sentido em transformar eventuais divergências políticas em divergências pessoais. Isso até me causava certos problemas, porque eu não tinha a solidariedade que as organizações esperavam de mim. Eu não conseguia levar as coisas para o terreno pessoal... Eu podia divergir do Benetazzo, mas eu o achava tão inteligente, tão interessante como pessoa, que a divergência ficava em segundo plano. Então, já naquela época, eu não conseguia ficar inimigo de quem deveria ser inimigo.

Acho que sempre tive uma aversão a chato muito grande. Então, ficava com mais horror do chato do meu lado do que do inimigo mais interessante. Poderia pensar o extremo oposto do que eu pensava, mas, se era inteligente, eu tinha fascinação. Eu tinha fascinação pela inteligência das pessoas. Iara é um exemplo típico. Eu não conseguia brigar com a Iara politicamente. Virava brincadeira, virava ironia, que eram destinadas – eu tenho a impressão – a tirar a dimensão da coisa. POLOP era uma coisa tão grande, de repente se transforma em um simples barulho: plop! Caiu uma gota n'água.

Ao mesmo tempo, lembro de coisas muito curiosas. Nesse momento que o Dirceu está tão em voga, lembro do tempo da UEE, de estar sentado em reuniões com ele, e quando alguém estava amolando muito, representando um problema, ele dizendo: “o que a gente pode oferecer para ele para trazê-lo para o nosso campo?”. Já estava presente a idéia do mensalão. Naquela época não era dinheiro, porque não se tinha, mas era vantagem, era narcisismo... Às vezes, uma menininha do campo aqui adoçava a relação com o rapaz dali etc. Isso já estava presente... Mas não vejo vantagem em dizer: “o Dirceu continua igualzinho 35 anos depois, só que agora tem poder para oferecer dinheiro, oferecer cargos”. Mas política não é isso? Dinheiro, eu acho sujo, mas, tirando dinheiro, política é isso.

Tenho a sensação de estar desapontando você, se você busca a coisa mais política, porque sou uma dessas pessoas que escorregou para fora. E escorregou com uma reação a essa ingenuidade. Hoje, quando vejo certas posturas simplistas... Todo e qualquer fundamentalismo é muito burro. Eu tenho uma reação brutal contra. Brutal. Um exemplo disso era minha relação com o Borges. Se eu encontrasse alguém com o livro dele em casa, ficava com nojo da pessoa, ficava inimigo. Hoje, me dou conta de que era uma bobagem, uma besteira. Não que não ache que o Borges tenha sido um conservador. Lamentável que algum dia tenha dito algo favorável ao

Pinochet, mas isso só o torna uma figura mais complexa. É na base da percepção dessa complexidade que eu escorreguei para fora dessa militância. Acho que a militância era simplificadora.

Eu me identifico com a análise que o Luís Cláudio Figueiredo faz sobre a militância. E também com *O que é isso, Companheiro?*, do Gabeira.

O anti-americanismo simplista incluía toda uma rejeição de uma produção cultural norte-americana, que hoje acho riquíssima. Isso não transforma, para mim, americano em figura idealizada; acho que tem muita bobagem também, como o bushismo e uma simplificação das coisas que é tipicamente americana. Diria que até recentemente tive dificuldade, que durou muito tempo em minha vida a hesitação em conhecer literatura americana. Não perceber, por exemplo, que o Kennedy era algo completamente diferente, que representava algo que, ainda hoje, a maioria dos Estados Unidos repele, como um Clinton. Em artes plásticas, isso era muito presente. O artista plástico que era comunista era legal, fantástico, como Portinari. Hoje, acho Portinari um pintor relativamente medíocre. Di Cavalcanti... Eu tinha horror a Nelson Rodrigues. Ele, junto com Conceição da Costa Neves e Carlos Lacerda, eram uma espécie de sinônimo do fascismo. Conceição da Costa Neves ainda hoje eu acharia uma besta, mas vejo hoje Nelson Rodrigues de uma maneira completamente diferente. E vejo aquela movimentação política em torno dos artistas de esquerda como até tendo feito um pouco mal para as artes. Havia os bons e os maus, que não eram engajados. Vejo essa restrição de maneira muito crítica.

Entrei na Psicologia, o Rubens Glasberg já estava lá. Imediatamente me associei a ele, e ao que ele fazia e pensava. E o objetivo era sempre conquistar o Grêmio. Entrei com essa tarefa. Já conhecia as pessoas todas, também de antes. A Mary Jane... Tenho impressão que as coisas foram acontecendo meio imperceptivelmente. Havia Marie Christine, o Jerri, depois o Laerte... A Tutinha é uma turma posterior. Eu conhecia a mãe dela, e o pai dela de nome, um médico famoso e militante muito respeitado, Dr. José de Barros Magaldi. Formou-se um grupo em torno dessas coisas. Mariana Pinto Chaves, que não tinha nada a ver com política, mas rapidamente foi inserida no grupo... Ela era filha de um professor catedrático da São Francisco. Ela namorava o Nelson Raul Pinto Saraiva, um português que também se incluiu no grupo por relações de amizade. E assim foi formando naturalmente um grupo, muito derivado de relações prévias à própria Psicologia, de famílias que eu conhecia. Havia uma conexão de fora. Laerte era neto do

Nivaldo Coaracy, então eu já tinha curiosidade em conhecê-lo. E algumas pessoas me chamaram a atenção lá, por serem muito inteligentes, interessantes. A coisa foi feita assim, progressivamente, passando muito por relações pessoais: viagens para a praia, esse tipo de coisas. E progressivamente foi sendo construído um projeto político.

O Nelson Raul foi importante. Ele não era tão político assim, mas era um militante da contracultura, dos movimentos comunitários. Ele tinha uma idéia curiosa, de incentivar atitudes críticas nas pessoas a partir de reuniões em pequenos grupos. Acabamos constituindo um grupo e o ampliando através de grupos de discussão a respeito da situação política, da Reforma... E na Psicologia teve o problema da dona Anita, que mobilizou imediatamente todos contra a renovação de seu contrato. Depois, havia um movimento em prol da construção de um prédio para a Psicologia. Havia elementos bem candentes, reivindicações específicas em torno das quais nos organizamos. No plano mais geral, havia o acordo MEC-USAID, havia textos a respeito disso. Estávamos muito próximos dos movimentos da UNE em torno de cultura popular, o Teatro Oficina... Era fácil juntar as pessoas assim, na contracultura, e na Psicologia associado a reivindicações específicas. Desse processo de militância, acho essa ligação à contracultura, à crítica cultural, mais interessante, mais viva. Levava a gente a ver tudo quanto era peça, o Teatro Oficina, o Cinema Novo, o cinema francês, o cinema italiano, o cinema engajado. A ler os autores engajados... Essa foi a parte interessante da coisa.

Lembro de peças, como *Pequenos Burgueses*, encenada pelo Oficina... Era mais o movimento em torno do que as peças em si. Era mais a leitura, as discussões... Na Psicologia, isso se misturava com psicodrama, com o movimento de revolucionar a vida cotidiana através dos grupos... *Pequenos Burgueses* certamente me influenciou, mas eu já conhecia de casa. De certa forma, era a transposição de um ambiente familiar para fora, para a experiência como estudante, com pares da minha idade. Não era a peça em si, mas o ambiente que levava à discussão delas, à discussão de músicas, de arquitetura... O cinema, toda a *Nouvelle Vague* francesa, o cinema italiano... Havia algo muito rico em torno dessas coisas. Não era esse ou aquele filme; não era *Os morangos silvestres* em si, era o Bergman; não era esse ou aquele filme do Antonioni, mas o Antonioni; não era esse ou aquele filme do Godard, mas o Godard. Tínhamos grupos de discussão em torno do *Carrière du cinéma*. Isso era muito rico. Aí eu aprendi muito.

Havia a queixa dos outros professores da cadeira de Experimental em relação às restrições que dona Anita impunha. Claramente, para nós, os outros professores eram mais competentes. Hoje eu tenho uma certa dúvida a respeito disso, mas naquela época era assim que parecia: o Arno, o César, o Fernando Leite Ribeiro, o Walter Hugo Cunha... Depois, veio a Maria Amélia Matos, a Dora Fix, a Carolina... A Carolina teve um papel muito importante, era uma pessoa muito cativante, interessante em tudo o que dizia. Rapidamente nos colocamos ao lado deles na época da recontração da dona Anita. Ela não era professora titular, era encarregada de cadeira, então seu contrato era renovado de tempos em tempos. A Psicologia era um departamento pouco importante na Faculdade de Filosofia. Só tinha um professor que ocupava cadeira, que era dona Anita, e o Arrigo. O Arrigo vindo de um concurso muito contestado, ele muito ligado ao pensamento conservador, à Ditadura.

Nós nos organizamos para visitar os diversos professores que tinham acento na Congregação, para convencê-los a não votarem pela renovação do contrato de dona Anita. Isso veio associado a uma idéia de reformar o Departamento, a reivindicar um prédio para a Psicologia, mais verbas... De um lado, alguns professores se sentiam culpados pela Psicologia ser tão maltratada; de outro, o corporativismo era muito forte, então o contrato foi renovado, com a condição de que ela se afastasse, que reformasse o Departamento e que não fosse mais diretora. Aí, o próprio currículo foi repensado... Foi muito rico esse movimento. Já estávamos em plena Ditadura, em todo o movimento dentro da Faculdade por uma renovação total das estruturas de poder. Isso entre 1965 e 1967, culminando com as paritárias. Tem documentos escritos pelo Antonio Cândido...

Tenho impressão que construímos nossa chapa para o Centrinho em torno de uma militância intelectual, de uma crítica cultural, uma avaliação do que se passava tanto na esfera da psicologia como na literatura, nas ciências sociais etc. Fizemos uma revista cultural, do Centrinho de Psicologia, chamada Psi-Revista; fizemos três ou quatro números. Lembro de ter escrito um artigo sobre a questão da alienação, sua caracterização sob o ponto de vista marxista e sob o ponto de vista psicológico. Escrevi outro sobre uma questão ética: se os fins justificam os meios. Muito atual hoje. O Laerte escreveu um artigo sobre literatura, sobre um autor muito controvertido, porque de um lado era um monstro literário, mas de outro era um fascista, um colaboracionista. Havia também esse desafio cultural, de como a esquerda se apropria de autores que tiveram uma inserção direitista. Tinha uma moça chamada Denise, que escreveu sobre teatro... Era uma revista cultural, que depois se constituiu na chapa do Centrinho. Éramos eu, Laerte, Nelson, Raul, Tutinha, Mariana Tschiptschin, e mais algumas pessoas que giravam em

torno da gente. Depois, devido a todas as turbulências políticas, não houve continuidade. Nós nos constituímos como um grupo cultural, intelectualizado, com pretensões a ter uma reflexão sobre o campo político, a não ser mais um grupo militante. Nós tínhamos uma certa crítica ao que o Partido Comunista tradicional fazia, onde havia apenas uma atividade política, e muito pouca atividade cultural. Tentamos nos inserir como uma força nova, com posições dentro da estética, da literatura...

Tenho impressão que o que me levou a escrever esse artigo eram as brigas entre as diversas organizações de esquerda: AP, POLOP, MCI... Não se hesitava em difamar pessoas. Lembro de situações genéricas de brigas. O conteúdo, em si, se perdeu.

Na eleição que disputamos, havia uma outra chapa, do Partido Comunista, que depois, naquela reunião que fizemos recentemente no Instituto, descobri que era mais organizada do que jamais imaginei. Havia um empenho muito maior do Partido do que eu sabia. Foi a única força que se opôs a nós. A Iara era a presidente anterior; ficou mais ou menos neutra, porque de um lado, politicamente, penderia para o outro grupo, mas ela estava muito ligada a mim, então não se sentiu à vontade de assumir uma posição aberta contra a gente. Seria a única pessoa que poderia, de certa forma, balançar nossa liderança. Ela, no plano pessoal, era muito mais ligada a mim e a Tutinha do que ao outro grupo. Na outra chapa, quem era realmente expressivo eram a Lola e o Orlando.

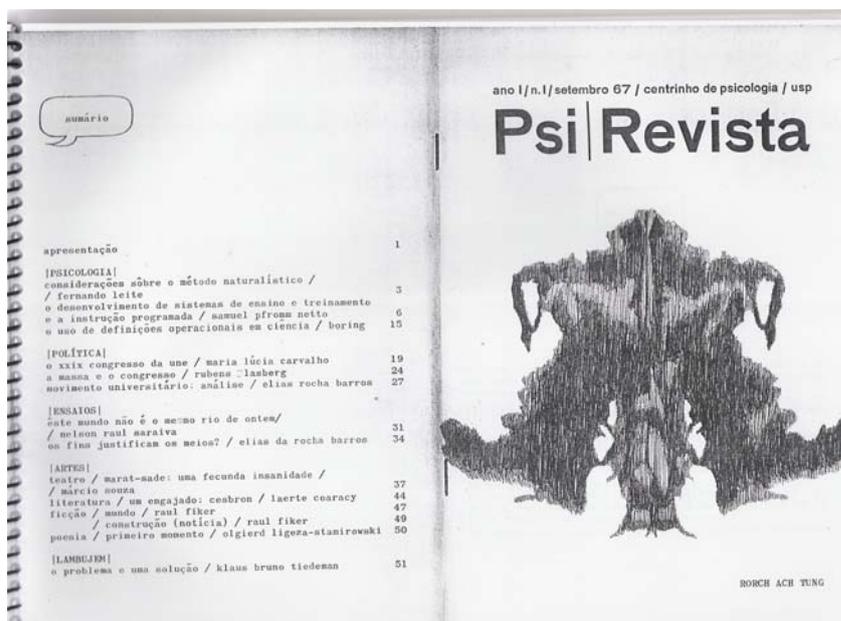


Imagem 11: Capa da Psi-revista. Arquivos do CAII. Documento cedido por Elias.

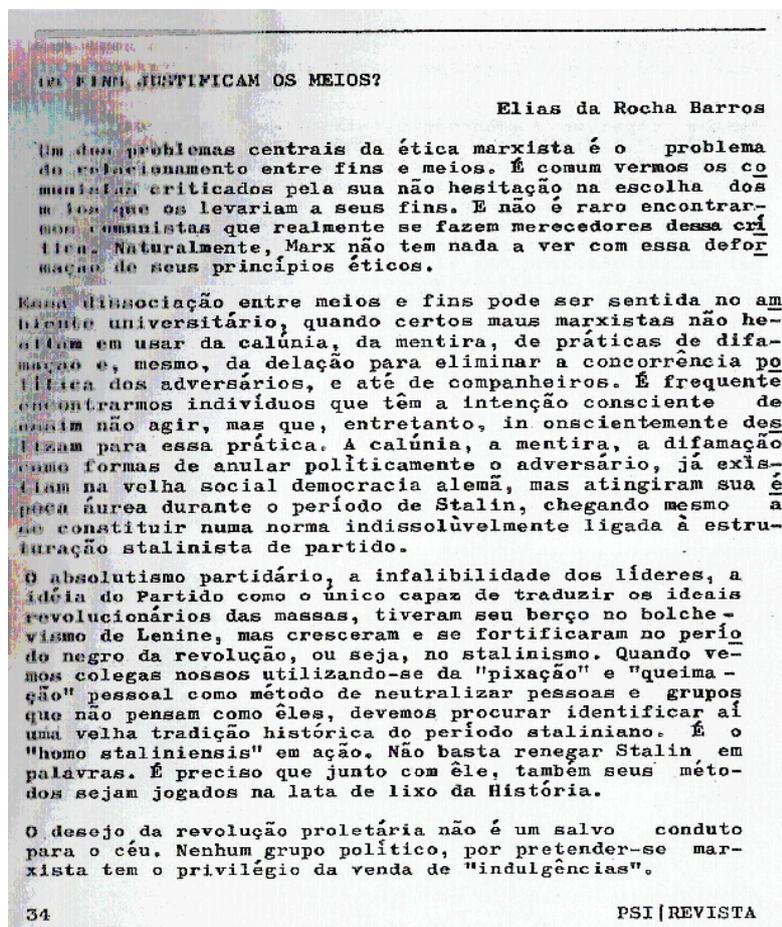


Imagem 12: Primeira página de artigo de Elias na Psi-Revista.

Acho que, a rigor, não havia uma divergência política clara; havia uma divergência entre pessoas. Eram imagens diferentes: eles eram os militantes tradicionais e nós éramos a novidade. Nós éramos os intelectuais, os descolados, que entendiam de teatro, cinema, música, literatura; que se pretendiam teóricos da política; uma gente nova, sem os vícios do passado, que não queria fazer política como os outros; que não tinha uma adesão impensada à esquerda, era crítico da própria esquerda... O colorido era esse, mas especificamente nem sei se divergíamos em alguma coisa, com exceção desse envolvimento cultural. Pegando a consequência disso, tenho impressão que nosso grupo era contra a luta armada, e o outro grupo era a favor. Pelo menos, se deu assim. Talvez essa fosse a única divergência mais evidente, e nosso interesse mais direto na própria psicologia e no próprio Departamento, em melhorar as condições de ensino, em reformar o currículo. Nós investíamos na academia, na qualidade de ensino. Éramos todos bons estudantes. Acreditávamos que era preciso melhorar o curso, e que isso era possível independentemente do regime político que existia no país. As reivindicações imediatas eram passíveis de serem atendidas. Nos engajávamos em torno da construção do prédio da Psicologia, fomos à Prefeitura da Cidade Universitária, desencavamos plantas, fomos falar com o Reitor para reivindicar verbas para o prédio... Tínhamos esse engajamento, enquanto o outro grupo não se interessava por essas questões mais específicas. A gente criticava os maus professores, desafiávamos para uma discussão acerca da qualidade de ensino...

Resolvemos, a partir de um determinado momento, interromper as aulas para discutir com os professores a qualidade do ensino. Interrompemos as aulas de Psicologia do Desenvolvimento, que eram uma barbaridade de ruim, um catálogo telefônico despejado na nossa cabeça. Lembro das brigas com Samuel Pfromm Neto, que nós considerávamos um agente da CIA dentro da Faculdade. Era muito ligado aos americanos. Hoje, acho que isso é bobagem, que ele não era agente da CIA coisa nenhuma. Imagino que fosse uma pessoa bem intencionada, com um modelo norte-americano na cabeça; um modelo de boas universidades norte-americanas, mas que naquele momento estavam conotadas como representantes do diabo. E era um sujeito um pouco mais autoritário... Mas ele era representante do acordo MEC-USAID. Discutíamos profundamente essas questões com ele, e até que se defendia muito bem. Nós reivindicávamos melhores condições para a Psicologia Experimental: mais espaço, melhores laboratórios... Reivindicávamos também a presença da psicanálise mais cedo no curso. Éramos favoráveis também a uma reformulação no ensino de filosofia, que considerávamos muito pobre.

E havia coisas laterais, interesses estudantis pequenos. Tinha uma briga com o Severo, que dava estatística. Era um excelente professor, dava um excelente curso, mas reprovava todo

mundo. As salas-de-aula chegavam a ter três quartos dos alunos da Psicologia. Tinha um movimento contra ele, mas, na verdade, a direção do Centrinho sabotava. Nós enganávamos as massas, porque reconhecíamos tanto a qualidade dele como professor, quanto a qualidade dele como pessoa, o engajamento e a solidariedade política dele em relação aos alunos. De certa forma, o protegíamos de todas as maneiras possíveis, mesmo tendo entre nós alunos reprovados pelo Severo.

Tínhamos ótimos professores, como Maria Helena Patto. Ecléa Bosi foi uma excelente professora. Eram cursos de alto nível. Havia professores, como elas, que a gente valorizava e promovia. Na Filosofia, a primeira professora que tivemos dava um curso muito bom, mas depois foi uma barbaridade... A gente tinha uma grande insatisfação com a cadeira de Educacional, chefiada pelo Arrigo e pelo Romeu de Moraes Almeida.

Olha, lembro do movimento contra o MEC-USAID, mas se você me perguntar o que era, não tenho a menor idéia. Hoje não sei, na época sabia: havia publicações, manifestos, análises... Hoje, não lembro de nada que discutíamos na época.

Os psicanalistas que davam aula na Psicologia nunca se deram conta, talvez por um excesso de narcisismo, que estávamos a favor deles. Eles inventaram que estávamos contra e agiram o tempo todo dessa maneira. E não era assim, nem na Psicologia Experimental. Carolina Bori dava um tremendo apoio à idéia de ter aulas de psicanálise nos primeiros anos. Ela era uma intelectual muito bem formada, não tinha uma posição estreita, restritiva contra a psicanálise. Ela considerava apenas outro campo, do qual ela não entendia. Mas os analistas do curso eram muito autocentrados e desconectados. Hoje, eu entendo a posição deles. Era difícil ficar na Universidade, ganhavam muito mais fora. A Universidade era mais uma corvéia, uma obrigação. Apareciam lá naquela horinha para dar aula e saíam o mais rapidamente possível, iam embora para o consultório. E não tinham idéia do que estava se passando. E o Durval era um sujeito mais ligado à direita, então tomava aquilo como parte de uma rebelião estudantil de esquerda, e em nenhum momento se deu conta de que era algo mais complexo. E eles fizeram algumas besteiras burocráticas que a gente pegou: falsificaram listas de presença, inventaram aulas que não existiram, em disciplinas que não tinham sido dadas... Para cumprir com o regulamento da Universidade. Fizeram isso da maneira mais burra e primitiva possível. Tínhamos tomado a secretaria da Clínica, então pegamos essas folhas de presença, que tinham, todas, a mesma assinatura: listas de disciplinas que nunca tinham sido dadas, com nome de professor, notas,

matéria... Quando tivemos uma reunião com o Reitor e com eles, levamos essas listas. Infelizmente, eles criaram um poço para eles mesmos. Quando o Reitor viu aquilo, disse: “ou vocês se demitem, ou sou obrigado a demiti-los”.

Mas a coisa foi parar aí. Acho que foi um grande mal-entendido, até porque, entre essas pessoas havia gente muito expressiva, com quem poderíamos ter aprendido muita coisa. Mas, do ponto de vista do envolvimento acadêmico, eram muito distantes. Eles se perderam aí, e foi também uma perda para a gente. Havia gente de qualidade como analista, como intelectual, mas nunca entenderam o que se passava. Duvido que qualquer um deles tenha passado mais que uma ou duas horas por semana na Psicologia. Isso quando iam, porque freqüentemente havia aulas semana sim, semana não. Foi isso: um distanciamento absurdo, não se conseguiu estabelecer um diálogo com eles, que nunca entenderam o movimento estudantil. Tinham ojeriza.

Naquele período, na Sociedade de Psicanálise havia um grupo de analistas muito ligados à direita. Inclusive o chefe da turba, o Galvão, junto com Virgínia Bicudo, era ligado à TFP. Fazia reuniões no sítio dele com a extrema direita, tinha grupos armados... Ficamos sabendo de tudo isso depois. Era um grupinho de extrema direita, minoritário dentro da Sociedade (e que não tem nenhuma relação com a Sociedade de Psicanálise de hoje), que influenciou esses professores e coloriu os apolíticos da história, que não tinham nada a ver com aquilo, mas também não sabiam onde estavam. Na Sociedade havia esses mais ativamente participantes, gente capaz de delatar, de testemunhar contra os estudantes. Não todos, mas esse núcleo em torno do Durval.

A impressão que tenho é que essa disputa entre a psicanálise e a Experimental foi inventada. Não que não houvesse nada. Nós tínhamos um curso de epistemologia absurdo, um monte de baboseira e cretinice pragmatista norte-americana, que transformava a psicanálise em uma prática de imbecis e de imbecilidade. Havia um rebaixamento da psicanálise, que ficava dentro da Experimental; havia um ambiente propício para uma crítica cientificista. Havia na Experimental gente mais limitada culturalmente, sem noção do que fosse psicanálise; mas também havia gente que não era assim. Carolina Bori, Dora Fix, Walter Hugo, César Ades jamais subscreveriam uma bobagem desse tipo.

Criou-se essa idéia de que havia uma luta entre a Psicanálise e a Experimental. Do ponto de vista político, nem havia condições disso, porque a psicanálise nem era tão importante: professores com pouca titulação, em tempo parcial, que mal apareciam... Eles tinham um poder ligado à idealização. Todos tinham o sonho de montar uma clínica, ganhar tão bem quanto os psicanalistas. Hoje, essa perspectiva mudou, porque a formação é muito cara, e não há garantia de

inserção profissional. Mas naquela época, se você caísse nas boas graças de um analista, isso seria o principado, você estava com a vida feita. Havia uma adesão, *a priori*, de sermos clínicos no futuro, e a clínica que naquele momento tinha abertura era a analítica. Era uma desembocadura profissional: você atendia, aplicava testes, discutia casos... Como a psicologia animal ia profissionalizar? Ainda mais naquele tempo, que não havia uma estrutura de pós-graduação montada como hoje. Não dava nem desembocadura acadêmica. A psicanálise apresentava uma perspectiva de ascensão profissional, mas academicamente não tinham nem professor titular; nenhum professor que tivesse sequer doutoramento. Não tinha portanto nenhuma briga em torno de posições no Departamento.

Criou-se isso da Psicanálise como direita, e da Psicologia Experimental como esquerda, a “Carolina querendo dominar tudo...”. A Carolina tinha uma militância política; hoje, a gente sabe que ela era do PCB, e depois foi presidente da SBPC. Ela sempre foi maior que a cadeira de Psicologia Experimental, então virou o bicho-papão de todo mundo. Mas eu convivi bastante com a Carolina, e ela era uma pessoa razoável, correta do ponto de vista intelectual e pessoal. Muito ética em relação aos oponentes. Ela tinha uma defesa da academia, uma concepção de universidade... Foi uma das grandes figuras que passou pela psicologia. Todas as vezes que estive com ela, sempre agiu com uma honestidade, com uma correção e uma coragem singulares. A história de vida dela mostra isso.

Não é que houvesse uma adesão ao behaviorismo; havia mais uma crítica da esquerda à psicanálise. E havia aquela história da psicologia soviética, derivada do Pavlov, que tem uma aproximação mais imediata com a caixa de Skinner e com a teoria do condicionamento. Havia a idéia de que a teoria do reflexo condicionado era algo mais de esquerda, mas nem na Rússia se desenvolveu um behaviorismo respeitável. Isso é uma coisa muito datada; hoje não faz o menor sentido dizer que o behaviorismo tem mais relação com o marxismo ou com a esquerda. Havia uma reflexão crítica em relação à psicanálise, mas não passava disso. E como o pessoal da Experimental era tido como de esquerda, e havia esse boato sobre quem era e quem não era do Partido Comunista, dava a impressão de que a Experimental era a ideologia da esquerda. Bobagem, confusão entre uma militância pessoal da Carolina com o resto.

As disciplinas ligadas à Clínica se recusavam a discutir a reformulação do currículo. Estava tudo parado naquele momento, mas a Clínica continuava funcionando. Eu, como presidente do Centrinho, sofria pressão dos outros presidentes da Universidade para tomar uma

atitude. Parecia que o Centrinho de Psicologia era da direita, porque não acompanhava a greve geral, a paralisação que havia nos outros cursos. Então, eu e outras pessoas fomos à Clínica e propusemos: “a situação é insustentável; vamos ocupar simbolicamente. Não vamos fazer nada! Vamos só fazer um manifesto dizendo que ocupamos. No começo, vamos deixar uma pessoa aqui na secretaria, para dizer que os estudantes estão lá, e vocês continuam funcionando do jeito que estavam”. A melhor maneira que posso descrever isso é dizendo que deu piti no pessoal, que eles encontraram oportunidade para uma crise histórica, e saíram dizendo: “fomos ocupados!”. Aí, pararam tudo, e os alunos entraram. Não tinha mais nada funcionando, eles saíram por aí dizendo que foram ocupados! Chamaram imprensa, o Estado de São Paulo fez um editorial especificamente contra mim e a Tutinha, como chefes da barbárie! Isso tudo arranjado pelo Durval Marcondes, que era amigo do Roque Spencer Maciel de Barros, que conversou com os Mesquita. Mas tudo não passou de um piti. Não queríamos invadir, não queríamos fazer nada; estávamos até ajudando, porque a Clínica não podia continuar funcionando naquele clima. Seria um ato de apoio à Ditadura. Propusemos algo muito razoável, fingindo que ocupamos, mas acho que o narcisismo os impediu até de escutar isso. Aí, claro, há aqueles excessos. Começamos a encher o saco. Foi um grupo falar com o Durval Marcondes na casa dele, e ele os expulsou... Aí, eles o chamaram de fascista...

A Universidade estava em discussão. Isso resultou no projeto que a comissão paritária elaborou, que foi escrito depois pelo Antonio Cândido. Eu era membro da comissão paritária. Era uma reavaliação de toda a academia. No caso da Psicologia, nós queríamos a reforma do curso, que ocorreu. Uma das reformas mais avançadas da história da USP, criando-se a noção de disciplinas optativas. Não era mais currículo rígido. Por exemplo, quando foram criadas as matérias optativas, elas eram abertas para gente de fora. Minha mulher, que fazia o Sedes, fez matérias na USP. Poderíamos fazer matérias fora, e que seriam reconhecidas pela USP. Reavaliou-se também toda a questão da qualidade dos professores, passando a existir um clima mais rigoroso: “professor tem que dar aula”. Havia essa esculhambação de não aparecer para dar aula e nem avisar, sobretudo o pessoal da Clínica. Se pudessem não dar aulas, não davam, e ficávamos semanas sem saber o que estava acontecendo. Na Psicologia, tirando o pessoal da Experimental, que era absolutamente caxias, era assim. Você se deslocava para a Cidade Universitária e não sabia nem se aquela disciplina existiria. Isso mudou.

Essa grande movimentação começou em 1967, continuou depois e desembocou em 1968. Nós começamos um pouco antes o movimento, com a discussão da cátedra da dona Anita, que coincidiu com a ocupação da Faculdade de Filosofia, em que os alunos passaram a exigir a

paritária. Nesse momento, na Psicologia, não estávamos nem propondo isso. Quando apareceu na Filosofia, nós encampamos.

Se não me engano, dona Anita dava aula para o quarto ano. A relação entre ela e os alunos não era ruim. Os alunos reagiram com o sentimento de que ela impedia o desenvolvimento de outras áreas da psicologia, e mantinha os professores sob um domínio autocrático, e esses sim se queixavam de uma atitude paranóica dela, da impossibilidade de realizar seus projetos de pesquisa e melhoria do curso, de ter independência nas aulas... Os alunos se sensibilizaram por essas queixas, e os professores começaram a se mobilizar para reagir a isso. Ficava no ar a idéia que alguns poderiam sair. Para evitar isso, os alunos se mobilizaram de uma maneira mais ampla, em prol da melhoria da qualidade do curso, que era muito deficiente. Surgiu então a oportunidade de impedir a contratação dela, visitando cada um dos membros da Congregação e explicando a situação da Psicologia. Essa situação se encavalou nos protestos estudantis naquele momento, contra a Ditadura. Isso se associou a um movimento pela melhoria do curso, pela melhoria da Universidade, contra o acordo MEC-USAID. Havia essa mobilização contra os aspectos autocráticos da Ditadura, e dona Anita nos parecia alguém ligada a essa perspectiva: autoritária, mandona... Nem sei se ela era pró-ditadura ou não; mas era essa a impressão que tínhamos.

Começamos a visitar os diversos professores, e havia uma boa receptividade por parte daqueles de esquerda. Isso precipitou uma crise, uma revolta deles contra dona Anita, que passaram a exigir sua aposentadoria. Ela já tinha tempo para isso. Houve então um acordo, que consistiu em transformar a Psicologia em um departamento, com um diretor eleito, aproveitando a onda liberal que tomava conta da Universidade. Esse acordo foi aceito por professores e alunos, criando até um descompasso com o resto do movimento estudantil. A rigor, uma boa parte das reivindicações da Psicologia foi satisfeita: em relação à dona Anita, à transformação do curso em um departamento, à constituição de uma paritária para redesenhar o curso... Mas as reivindicações cresceram: reivindicações pelo prédio, por mais verbas... A greve continuou por causa disso. E aí já era uma greve da Faculdade, em solidariedade a todo o movimento estudantil, que queria uma comissão paritária que repensasse toda a Universidade.

Também houve a contratação do Dante Moreira Leite, uma espécie de contrapartida à saída da dona Anita da área social. Dona Anita não nos satisfazia, mas a ausência da psicologia social também não.

Estou tão longe disso hoje, tão longe da psicologia... O que eu acabei fazendo na vida não tem quase relação com o que fiz no curso. Acho que havia uma crítica em relação à pouca integração das matérias, em relação a parte dos professores, que eram muito ruins. Uma psicologia aparentemente atrasada, repetitiva. Psicologia do Desenvolvimento era um número infundável de testes e de estatísticas... Eu achava muito ruim. Hoje em dia, não imagino como poderia ser dado um curso que pretenda ensinar trinta testes, para avaliar as mais diversas condições, de uma maneira que não fosse chata... Mas era chatíssimo. Aquilo era realmente limitado, para uma determinada função. Era um curso muito ruim, que dava uma idéia muito pobre, muito estereotipada de Desenvolvimento, a partir de uma visão exclusivamente americana. Por exemplo, não se tinha praticamente nada de Piaget.

Havia também um sentimento de deficiência em relação ao ensino da psicanálise e das abordagens psicodinâmicas, sobretudo para que aparecessem um pouco mais cedo. Havia um sentimento de precariedade em relação aos laboratórios. Acho que na época havia uma caixa de Skinner; dava para mostrar um pouco como era, mas não para fazer pesquisa, ter experiência direta com aquilo. Havia áreas muito mal dadas, como Relações Humanas. Na verdade, nada era dado, era um absurdo.

As cadeiras que tínhamos de outros departamentos eram muito mal cuidadas. Ninguém dava muita bola na Sociologia, na Filosofia... Ética também era uma barbaridade; até hoje acho que foi dado um conjunto de bobajadas. O curso se limitava a ler, parágrafo por parágrafo, o Código de Ética. Dava a sensação de que não era preciso se deslocar para a Cidade Universitária. Eu lia em casa. A clínica também era muito deficiente, atendíamos nas salas de aula.

Como disse, havia o problema da Estatística, mas respeitávamos o Severo. Naquela época, alguns queriam uma estatística mais moderna. Hoje, vejo que isso não tinha muito sentido, pois isso exigiria antes o conhecimento de uma estatística paramétrica, para passar a uma estatística não-paramétrica. Isso só seria possível se houvesse o empenho da Matemática. Não era possível, e naquele nível não iria interessar para a imensa maioria das pessoas. Alguns queriam uma simplificação de Estatística por achar que aquilo não tinha relação com a psicologia. Bastaria que alguém explicasse vagamente conceitos como média aritmética, desvio padrão, sem o nível de exigência que o Severo dava. Diziam: “não vou fazer pesquisa; não vou validar testes; quando eu precisar, contrato um estatístico”. Mas a atitude do Severo era muito séria, então se abafava qualquer movimento contra ele.

A paridade era uma reivindicação política, a idéia de que os alunos deviam ter paridade em relação aos mestres na decisão de como a Universidade seria planejada, gerida, e na definição de seus objetivos. Já que os estudantes eram os usuários disso, achavam que deveriam ter uma representação igualitária em relação aos professores. Uma coisa discutível. Hoje, acho que isso pode dar besteira das grandes. Em muita ocasiões, acho que deu. Falta maturidade para o estudante julgar grandes metas cria uma certa simplificação. Ao mesmo tempo, naquela época, a representação era de um estudante no Conselho Universitário. Acho que nem tinha representação dos estudantes nos conselhos departamentais. Então, também era absurda a não-participação, a não-escuta dos estudantes. Talvez a idéia da paridade fosse demais, mas a situação que existia também era muito insatisfatória. Entrou naquele movimento geral, de 1968 na França, então era uma luta pela igualdade, pela autonomia da Universidade...

Dependendo, o departamento apoiava ou repudiava. A Filosofia apoiava entusiasticamente. No caso da Psicologia, foi constituída uma comissão com um terço de estudantes. Embora continuássemos fazendo barulho, tacitamente aceitava-se que essa proporção estava boa. Nem teríamos número suficiente de estudantes capazes e interessados para a paridade entre professores e alunos.

No nível da Faculdade de Filosofia, a paritária foi instalada, e eu fui o representante da Psicologia. Ela era uma tentativa de planejar, e sobretudo de melhor definir os objetivos da Universidade. E havia uma briga, que acredito exista até hoje: se era uma universidade voltada para a formação de uma mentalidade mais ampla, que visasse a formação de um homem mais global; ou se seriam cursos profissionalizantes, que treinassem bem os estudantes para conhecerem suas áreas específicas. Claro que nas ciências humanas havia uma rejeição grande a isso. A que serve a universidade? Por que é universidade e não diversidade? Está ligada aos ideais universalistas etc.

Havia também uma crítica à pesquisa brasileira ser submetida aos centros imperialistas. E aí misturava uma série de coisas: “não vamos mais publicar em inglês; vamos exigir que se publique em português!”. Uma babaquice completa. Imagina, física publicada em português... Mas havia todo um nacionalismo na discussão sobre a pesquisa que trouxe questionamentos importantes. Isso envolvia também a FAPESP, as decisões sobre os financiamentos, com base em quais princípios... Naquele momento, havia a presença do Paulo Vanzolini, criador da FAPESP. Havia toda uma discussão e mobilização em torno dos centros de decisão da política de pesquisa na Universidade. Essa era a parte interessante e importante.

Tínhamos reuniões com certa periodicidade, visando chegar a um projeto. Em um primeiro momento, buscava-se algo bastante específico. Depois, deu-se conta de que seria possível pensar apenas em linhas gerais. A paritária da Filosofia chegou a um documento estabelecendo linhas gerais sobre a função da universidade brasileira no contexto daquela época.

No caso da Psicologia, discutiu-se o currículo. Havia projetos mais específicos. Chegamos a uma proposta que foi adotada quase na íntegra. Como tivemos nossas reivindicações aceitas, ficávamos um pouco deslocados em relação ao movimento geral. A rigor, na Psicologia, não havia conflito; conflito havia na Faculdade de Direito, na Poli, na FEA... A única área que representava um diapasão diferente era a Clínica. Hoje, acho que até por esclerose, nunca conseguiram entender o que reivindicávamos: reivindicávamos mais psicanálise e eles ouviam “menos psicanálise”. Era algo paranóide. Paranóide mesmo! Não conseguiam ouvir. Tinham uma idéia fixa, que Carolina Bori voltava os alunos contra eles, para eliminar a psicanálise e transformar a psicologia em uma ciência biológica. Criaram um espantalho para poderem lutar contra.

Havia uma discussão de outra natureza, sobre se o vestibular deveria se filiar mais à área biológica ou às ciências humanas. Boa parte dos alunos achava que era fundamental ter exame de biologia e de matemática. Nesse sentido, nos aproximávamos mais do modelo de vestibular das biológicas. Isso foi causa de uma grande celeuma.

Como eu era o presidente do Centrinho, estava mais ligado ao movimento geral, e não cuidava tanto das coisas da Psicologia. Sei que durante a ocupação da Clínica houve visitas ao Durval Marcondes, ao pessoal da clínica... Episódios engraçados. Mas era a Tutinha e o Laerte que participavam disso. Durante a invasão, eu ia lá para restabelecer a ordem em certos momentos, como, por exemplo, quando o pessoal estava ficando pelado lá dentro (riso). Estavam jogando *strip poker*; não tinham o que fazer, inventaram isso. Tinha jornalista lá fora tentando fotografar para dizer que era uma esculhambação. Hoje em dia talvez nem produzisse tanto interesse, mas imagina naquela época, moças e rapazes passando a noite na Clínica e jogando *strip poker*... Fui lá, tive uma conversa: era para manter a clínica limpa, não deixar lata de cerveja por lá...

Mas a minha participação era pequena nessa parte; eu estava mais interessado nas comissões do Grêmio, da Universidade... Eu participava do Conselho de Presidentes de Centros Acadêmicos, na paritária da Faculdade... Esse Conselho tinha que coordenar, nos diferentes

curso, a ação do Grêmio. Eu tinha também participação junto à UEE. Nessa época, o Dirceu e a Katarina eram seus presidentes. Tinha a participação nos Congressos da UNE...

Embora eu tenha gasto um tempo imenso nisso, não lembro mais de coisas específicas. Era MEC-USAID, era “ocupamos ou não”, a segurança das passeatas, providências práticas... Todo o processo de coordenação das passeatas, como os grupos se reuniam, para onde iam, como era o traçado... Às vezes, se discutia infiltração da polícia. E no meio disso tinha a discussão sobre a Ditadura, sobre os partidos políticos e as diversas concepções do que seria a luta revolucionária. Já existia um precipitado da idéia da luta armada. Uma parte era mais a favor disso, outra menos. Foi se criando uma separação, um fosso entre os dois grupos. Quem não era a favor da luta armada era tido como meio de direita; o pessoal da luta armada mantinha um certo segredo, uma certa clandestinidade em relação aos outros grupos... Acho que a gente perdia tanto tempo discutindo coisas tão pouco importantes que isso não ficou na minha cabeça.

Lembro de coisas pitorescas: se era mais efetivo jogar bola de gude ou atirar lança-perfume no rabo dos cavalos (riso). Seria divertidíssimo (riso). Isso eu me lembro.

Lembro de tanta gente... Benetazzo, Iara... Estava o tempo todo com Iara. O Dirceu, a Lola, o Arantes... O Aloysio, presidente do XI de Agosto... O Bernardino... Muita gente que morreu nesse processo; muitos que estão na política hoje...

Hoje, meu olhar é tão diferente daquela época... É tão contrastante o que eu poderia dizer hoje do que o que eu pensava...

Benetazzo, um cara da FAU, um sujeito brilhante. Diria que era um dos mais interessantes. Politicamente, a figura central era o Bernardino. O Bernardino era muito corajoso, mas um simplista. O Dirceu já tinha esse autoritarismo que tem hoje, uma eficiência na organização... Naquela época, também um sujeito simplista. O Arantes tinha uma perspectiva maior; não era tão brilhante quanto o Benetazzo, mas tinha também uma visão ampla, interessante politicamente. O Aloysio era também um sujeito interessante. Mas o Benê pensava

em termos de vida, sobre o que significava a transformação social; tinha uma conversa sobre a questão estética, sobre a literatura, para além da política. O Emir Sader, o Ruy Fausto...

Nessa época, também convivia muito com professores. O Giannotti, que eu tinha uma relação pessoal através do meu pai e do meu irmão. O Fernando Henrique... Todo o pessoal da Filosofia. Eu tinha uma fascinação por um terreno mais cultural, então ficava encantado com esses professores mais velhos que tinham uma grande cultura, e não ficavam restritos à política. A política era central, mas não era a única questão.

Iara... Iara era Iara. Hiper inteligente, um ótimo humor, fascinante. A rapidez, o humor dela, absolutamente fantástico. Politicamente, ela era um pouco simplista, eu acho. Ela era mais emotividade do que qualquer coisa, uma pessoa muito gostosa de se conviver.

Sobre como a Iara se envolveu com a luta armada, não sei o que dizer. Tendo a ver isso como algo muito complexo. Havia, em um certo nível, a conversa sobre a ideologia da luta armada; o livro de guerrilha do Regis Debray, que era a bíblia daquela época. Umas coisas do Ho Shi Min, do Mao... Havia essa conversa puramente ideológica, com um pessoal apaixonado pela idéia de guerrilha, e um pessoal mais crítico à simplicidade da idéia de como se processaria a luta armada e aos seus mecanismos, às táticas etc. O centro da discussão era o livro do Debray. E havia uma conversa que era no nível pessoal, pautada por assuntos afetivos: medos, receios... No caso da Iara, eu diria que ela foi progressivamente fascinada pela idealização do herói guerrilheiro. Era muito mais algo adolescente do que uma real convicção política. A convicção política vinha no bojo. As idéias políticas dela não mudaram muito do início para o fim; não houve uma elaboração, um refinamento. O que houve foi um processo de persuasão do guerrilheiro, do homem herói, muito pautado pela figura romântica do Che Guevara. No que acompanhei da Iara, o que mudou foi essa fascinação.

Acho que Iara, hoje, não seria uma Heloisa Helena, seria um Tarso Genro. Ela seria hoje, talvez, uma deputada muito efetiva. Mas, nos padrões atuais, estaria muito próxima de uma visão social-democrata. Naquela época, ela caiu em uma idealização do heroísmo guerrilheiro, na idealização da América Latina como uma só nação, na idealização da literatura latino-americana... Passava sobretudo por isso.

Diria que a discussão ideológica foi pobre naquela época. Acho que o Brasil teve um déficit nesse campo. A discussão sobre a esquerda e sobre a luta armada foi pobre.

Eu acho que sou um sujeito deformado – quero acreditar que no bom sentido. De novo, dos congressos, lembro da grande farra que era. O que ficou para mim foi a farra (riso). As conversas, a ida para Recife, arranjar passagem... A gente foi levado por um avião da FAB (riso), fizemos reunião em um mosteiro... Outro dia, tentei encontrar onde era, mas acho que desapareceu. Acho que o legal mesmo era passar a noite acordado, conversando, e tudo que vinha junto com essa história. As meninas... Claro que tinha conversas políticas. A briga era política o tempo todo. Naquela época havia divisão na UNE. Não sei quem ganhou ou quem perdeu, mas havia uma divergência. Tinha um bolo qualquer lá, que se discutia muito. Eu certamente participei dessa discussão intensamente, mas não lembro de nenhum argumento. Agora, em *off*, se você me perguntar outras coisas: “quantas meninas você ficou?”. Isso eu lembro! (riso) O resto, não lembro. Nesse sentido, é quase perversa a visão que tenho da história. Não sei se você encontra isso nas outras pessoas que você entrevistou, mas para mim ficou a farra. Você pode pensar: “esse cara não é sério; imagina, participou disso tudo e o que lembra é esse tipo de coisa... Participou da Revolução Russa e o que lembra mesmo é das bebedeiras, das moças com quem saiu... É um irresponsável!” (riso). Até admito: é verdade. É preciso pegar uma pessoa mais séria para ouvir o lado sério disso.

Me formei culturalmente nesse ambiente. Aí, eu me lembro: toda a literatura latino-americana, todas as conversas sobre isso... Isso ficou; eu li bastante nessa época. Mas a coisa política, em si, acho que não compreendi direito. Acho que os filtros da idade começaram a me dar impressão de que tudo aquilo era pouco importante. Muito pouco importante.

O foco era errado. Hoje, estou convencido de que havia uma pobreza na discussão, uma pobreza ideológica. Era muito diferente das discussões no Chile, na França, na Itália... A discussão foi fraca. No Brasil, tudo era muito enquadrado em torno do livro do Debray. No movimento estudantil, a discussão um pouco mais séria era a crítica feita ao Celso Furtado e ao Caio Prado Júnior. Mesmo assim, era uma crítica feita por pessoas que não tinham entendido esses autores. Como sou de outra área hoje, não sei se isso é um processo histórico. Leva um certo tempo para digerir as obras. Mas vejo que o respeito que meus amigos de esquerda têm, hoje, pelo Caio Prado, é muito maior do que o que tinham naquele tempo, quando eram tidos como “cães serviais do imperialismo”, “nacionalistas idiotas” etc. Sérgio Buarque de Holanda era também considerado uma aberração. Era uma pessoa simpática, emprestava a casa para tudo, mas era muito criticado porque não tinha posição política. Perguntaram certa vez em quem votou, e ele respondeu: “não lembro direito, mas foi em um Japonês” (riso). Diziam: “que

absurdo! Professor de história! Imagina, *Raízes do Brasil*, preocupado com o caráter nacional! Que absurdo!”. Bobagem! Por isso que não lembro. Eu tenho dificuldade em guardar bobagem (riso).

O Bar do Zé era o ambiente em que você sempre encontrava alguém, um papo interessante; sempre tinha o que fazer. Disso eu lembro. Não havia depressão, solidão... Era o Prozac da época! Um papo cultural, político... Era esperar meia hora lá, chegava alguém com quem você tinha algum tipo de afinidade. Acho que era uma vida bem ativa no sentido de conversar: conversava-se... Uma exposição para ir, tinha a casa de alguém... Havia uma continuidade. Acho que era o equivalente ao campus americano, onde há centros de comunidades, onde você encontra seus pares. E gente muito variada: da Psicologia, da FAU, da FEA, da Filosofia, das Ciências Sociais...

Havia uma oposição ao que seria o pensamento desenvolvimentista, social-democrata, naquela época representado por um certo conservadorismo de análise, por parte do Caio Prado e do Celso Furtado. Mas não havia uma análise mais profunda da composição de classe da sociedade brasileira, um conhecimento maior da dinâmica econômica, da realidade internacional... Não havia uma discussão mais aprofundada sobre o papel do partido; não havia um certo realismo, contrastando com uma vanguarda sonhadora... Não havia o que havia, por exemplo, nas esquerdas italiana e francesa, de um debate aprofundado sobre o papel do intelectual, o papel da universidade, o papel da classe operária... Um movimento cultural crítico. Isso era pobre na época. Fora, havia mais. Não havia globalização, esse contato tão imediato e direto com o que estava acontecendo fora. Era um debate que se restringia muito à posição do Guevara e à noção de guerrilha do Debray. Não ia muito além disso. Mesmo nas organizações que eram críticas a esse vanguardismo, a análise também era relativamente pobre. A crítica se centrava só no idealismo da proposta, não ia além. O debate político era muito intenso, mas raso.

Havia uma idealização do obreirismo que deu no que deu: deu no movimento de guerrilha, uma coisa isolada, romântica. Muito bonita a possibilidade das pessoas sacrificarem suas próprias vidas, mas, infelizmente, muito inútil. Em nenhum momento ameaçou o Regime. Se você lê os livros do Hélio Gaspari, vê como éramos pouco aparelhados e pouco conscientes da situação naquela época. Era muito equivocada a idéia de que você, imediatamente, começaria o movimento e encontraria adesão das classes populares. Isso não aconteceu. Chato fazer essa análise *a posteriori*, dizer: “se danaram”. Porque nesse “se danaram” morreu muita gente. Gente

que a gente gosta, gostava. Mas inútil. O que sobreviveu em termos políticos? Se você olhar bem, o que se desenvolveu a partir daquela época foi a AP, que hoje, de certa forma, tem mais quadros na política. A impressão que tenho é a de um radicalismo muito inconseqüente, que resultou em heroísmos individuais, mas não em um aprofundamento da análise política. Em *O que é isso, companheiro?* você tem a noção da improvisação, de como tudo era muito heróico, com gente muito valorosa individualmente, mas muito irrealista. Acho que o Arnaldo Jabor é uma boa consciência crítica do que aconteceu. Me identifico bastante com a opinião dele: grandes valores individuais muito mal assentados, sem uma análise conseqüente da realidade da época. Uma coisa muito sonhadora.

Não saberia dizer para você a diferença entre os diversos grupos. Seria chutado, genérico demais. Não sou competente para isso. Eu sei que havia toda uma polêmica da POLOP com o MCI; havia toda uma discussão sobre o MEC-USAID... Eu procurei documentos para você, mas não achei. Sei que tenho, mas não achei. Pode até ser que eu encontre, tenho certeza absoluta que tenho... Estou tempo demais afastado disso.

Em uma reunião da Executiva Nacional da UNE, um bom número de estudantes de São Paulo foi de avião da FAB para uma base aérea de Recife. A reunião era lá. Claro que a gente não contava para eles do que se tratava, mas havia uma abertura (riso). Isso seria impossível em 1969, 1970, mas naquela época não era. Curiosamente, o piloto desse avião era o Major Lott, um filho do General Lott. Fomos e voltamos com a FAB. E não tinha tanta aflição. O Renato Leal, da Psicologia, levava uma quantidade fantástica de jornais de esquerda. Eles não tinham nenhuma preocupação, não pensavam nada. A UNE já estava clandestina, mas não havia nem pergunta. Quem negociava com a FAB, em geral, eram as meninas. Tinha um pouco de charme feminino, isso facilitava. Se você me perguntar, também não sou capaz de entender, acho um absurdo. Um bando de estudantes chega e pergunta: “dá para levar a gente para Recife? Tem carona?” E não pesquisaram nada, não queriam saber quem eram essas pessoas... Mas não havia essas preocupações, eram simpaticíssimos. Não tinha nem clima de hostilidade. Foi em 1967.

Participava de conchavo o tempo todo. O conchavo significava, para mim, que as coisas eram decididas antes dos congressos. Havia um debate imenso, mas o que ia acontecer estava combinado entre as lideranças. Não era muito diferente do que acontece hoje, uma prática política sempre presente.

Uma parte das pessoas que faziam política na época continuou fazendo, se tornou entusiasta da política. Não foi meu caso. Me afastei muito, me desinteressei. Não mantive vivo na memória, não vou correndo buscar literatura sobre a época. Li *1968: o ano que não terminou*, li *O que é isso, companheiro?*; leio as crônicas do Jabor... Mas não fui buscar nada mais profundamente, não sou uma boa memória nesse aspecto. Você está me perguntando coisas que ficaram esquecidas 40 anos. Minha relação com política hoje é de um cidadão não-político, que se interessa por política e guardou relacionamentos de muitos anos com pessoas atuantes – Fernando Henrique, Marta, Eduardo... –, mas que não é envolvido hoje. Não leio coisas políticas há muito tempo; me informo pelos jornais, e em conversas com amigos como o Giannotti...

Olhando para minha vida, há um marco. Não diria que foi isso, mas a partir daí criei um horror e uma barreira em relação à política. Bem depois, em 1981. A minha ida a Leningrado. Até então, apesar de estar fazendo formação analítica, tinha uma relação intensa com política. E eu já era muito crítico à União Soviética, a partir da influência trotskista, mas achei aquilo um horror, muito pior do que o pior que eu imaginasse: o horror de me imaginar em um regime socialista, que se transformasse em uma sociedade com grande controle estatal, sem liberdade nenhuma de pensamento. Você não encontrava nenhum jornal ocidental, e o que encontrava era de uma pobreza incrível. Uma ignorância absoluta do que se passava no mundo, um controle brutal. Um hotel que tinha um guarda em cada andar; você não entrava ou saía do seu quarto sem ser vigiado. Uma sociedade voltada para o esporte. Havia grandes centros esportivos em cada quarteirão. Era uma forma de alienar as pessoas, de entusiasamá-las. Não havia discussão política, liberdade de expressão... Havia livrarias ricas, mas tudo muito selecionado, muito restrito. Esse foi um momento de trauma, de horror de um socialismo que pudesse levar a uma sociedade como a soviética. Ainda tinha, e tenho, simpatias socialistas, preocupação com a exploração, mas não queria mais enfrentar o problema, me dedicar a entender mais profundamente o que tinha acontecido.

Depois, fui parar na Inglaterra, onde me envolvi muito com pesquisa. Primeiro, com psicologia do desenvolvimento, depois com psicanálise. Durante os dez anos que morei lá, não freqüentei um ambiente de conversa política. Se eu tivesse ficado na França, poderia ter sido muito diferente. Durante os três anos que estive lá, essas coisas estavam mais ativas: era a luta contra a Ditadura, a queda do Allende, a assistência aos chilenos que chegavam e aos brasileiros que estavam indo embora do Chile... Nesse período, eu ainda tinha uma ligação grande. Quando fui para a Inglaterra, me afastei das pessoas, perdi o contato com o debate. Fiquei dez anos fazendo algo que não tinha nada a ver com política. E a instituição psicanalítica cria um certo

afastamento, pela própria necessidade de resguardo do analista frente ao paciente. Creio que isso contribuiu para que meu interesse político acabasse se transformando em um interesse pelas notícias. Eu assinava o *Le Monde* quando vivia na Inglaterra, mas ficou nisso.

Quando entrei na Faculdade, estava muito interessado em psicanálise. A psicanálise que tinha na Faculdade, por causa do conservadorismo das pessoas, pela impossibilidade de dialogar humanamente com eles, me afastou um pouco. Me interessei pela etologia por causa das aulas do Fernando Leite Ribeiro, do César Ades e do Walter Hugo Cunha. Em Londres, por causa disso, encontrei a professora Clotilde Ferreira, hoje professora aposentada de Ribeirão Preto, especialista em *Attachment*. Através dela, me liguei a um centro de estudos de desenvolvimento, e ao Nick Blurton Jones, um grande etólogo da época. Comecei a fazer pesquisa nesse campo. Eu acabei me perdendo, me interessando por técnicas estatísticas não-paramétrica. Eu sofria muito com isso, porque estava em Londres, interessado em entrar na formação analítica, e trabalhando em algo que na época era visto como muito distante da psicanálise. Eu estava interessado na Sociedade Britânica de Psicanálise, no pensamento kleiniano. Fazia análise com o Rosenfeld, estava no centro do pensamento psicanalítico mundial, em um momento extremamente importante, discutindo com Betty Joseph, Hannah Segal, e me entusiasmei por isso.

Não vejo nenhuma relação entre minha prática política e as teorias que aprendia na Psicologia. Nenhuma, por mais que me esforce. Psicologia social, na minha época, estava em um momento de crise, com a saída de dona Anita Cabral e sem nada estabelecido. Ecléa começou naquela época, tive um contato pequeno com o curso dela. Então, estudava psicologia experimental, etologia... O resto era de muito baixo nível. Peguei também um momento de crise: reorganização do currículo, pouco dinheiro... A Psicologia era uma prima pobre abandonada da Filosofia: não tinha professor, não tinha verba, não tinha biblioteca boa, não tinha nada. Entre psicologia experimental e política, nenhuma relação. Entre formigueiro, aranha e política, menos ainda.

Estava conversando com o Laerte Coaracy esses dias. Ele mora em Paris, mas está aqui em São Paulo. Ele lembra de tantas coisas que não lembro... Coisas tão diferentes também... Não sei se você chegou a ver umas fotos de ocupação do barracão em um dia em que se resolveu fazer uma espécie de cirquinho de loucos lá dentro. Arranjou-se ma forca, e um cavalo na Veterinária. O Raul Fiker entrou no barracão montado no cavalo (riso). Por acaso, naquele dia, o César – ou

o Walter Cunha – tinha ido buscar o Reitor para mostrar que tudo estava em ordem (riso). Ele entrou no barracão, viu uma forca, um sujeito a cavalo (riso), no estilo velho oeste americano, como se ele fosse se enforcar (riso). O cavalo cagou no barracão, ficou uma cacá!

Peguei a passagem da Maria Antonia para a Cidade Universitária, logo depois. Foi uma coisa traumática, depois da briga com o Mackenzie, em que o prédio foi destruído. Ficamos sem aula um tempo, estávamos em greve. Os barracões foram construídos às pressas. Começamos, primeiro, a ter aulas na Pedagogia. Fizeram o barracão da Experimental, ficou meio mambembe... Antes, teve um barracão mais precário, em que tivemos aula, até construírem um melhorzinho, que veio a desabar em 1989. O primeiro era de madeira, impossível de se ficar dentro com o calor que fazia.

Durante a briga com o Mackenzie, fiquei lá o tempo todo. Vi tudo... Tinha um pouco a sensação de faz de conta, porque os foguetes que se jogava no outro lado nem chegavam direito lá, e os que eram jogados pelo outro lado nem chegavam aqui. Os danos maiores foram feitos pela polícia quando ela invadiu. Lembro muita coisa, pedrada que quase pegou em mim... O Renato Leal, da chapa que tinha entrado na Psicologia, protagonizou um episódio folclórico. Era um sujeito muito distraído, sempre com uma mala preta, com documentos de organizações para distribuir. Ele estava parado, em frente à banca de jornal que ficava diante do Bar do Zé; e estava tentando entender um fenômeno curiosíssimo: de repente, o metal da banca arrebitava. E ele não conseguia entender. Era um tiroteio (riso), ele estava no meio! E ele não entendia porque às vezes entortava para dentro, e às vezes entortava para fora (riso). E as pessoas gritavam: “Renato, sai daí!” (riso). Ficou folclórico, ele parado, olhando aquilo (riso).

O Raul Fiker também fez uma coisa inacreditável (riso). Na pré-briga, estava uma confusão na porta, um monte de gente, polícia, aquela multidão. E tinha um cara passando. Nessa época, o Raul realizava exposições surrealistas, estava muito ligado nisso. E esse cara que passou teve a infelicidade de perguntar para ele o que estava acontecendo. O Raul, muito sério, respondeu que havia um espírito expelindo ectoplasma e materializando pessoas (riso). E o cara foi ver (riso).

Naquele dia, estava se fazendo pedágio dos dois lados da Maria Antonia, também na Doutor Vilanova, e na General Jardim. Aí, começaram aquelas provocações, o pessoal do

Mackenzie jogava umas pedras, jogava-se de volta... Começou meio assim, com várias escaramuças nos dias anteriores por conta dos pedágios. Aí, no outro dia de manhã, acho que eles se organizaram e começaram a atacar o pessoal que estava na porta. Aí, o pessoal da Filosofia começou a chamar as pessoas, a Faculdade foi enchendo aos poucos. E o Mackenzie também começou a chamar as pessoas. Eles tinham um contingente maior lá dentro. Durou até o começo da noite, quando percebemos que a coisa ia ficar preta. Uma parte foi saindo, porque tinha umas conexões lá. Eu, por exemplo, saí pela Doutor Vilanova. Pela frente não dava mais para sair, porque a polícia estava lá desde as onze da manhã. A polícia estava do lado do Mackenzie, e não fazia nada para impedir o negócio.

Com a ida para a Cidade Universitária, de repente, parou tudo. Estava uma greve, e não tinha espaço para a Psicologia, para as instalações que funcionavam na Maria Antonia. O próprio movimento deu uma desorganizada colossal. Acabou o Bar do Zé (riso). Acabou, de repente, a Maria Antonia. Desorganizou muito... A Cidade Universitária era muito mais vulnerável, a polícia circulava livremente. Era muito fácil detectar movimentações. E era muito longe. Naquela época, era do outro lado da cidade, não tinha condução fácil. Era simples pegar as pessoas no caminho da Cidade Universitária. Havia poucos ônibus, bastava bloquear que não acontecia nada com o trânsito da cidade. Algumas vezes tentamos fazer reuniões na FAU, no prédio deles que ficava na Higienópolis. Íamos para lá, mas também não tinha instalações boas.



Imagem 13: estudantes observam militar no prédio do Mackenzie.
Fonte: www.fpabramo.org.br.

Imagem 14: Mapa das imediações da Maria Antonia.
Fonte: www.folha.uol.com.br.



Imagem 15: Frente do prédio da Maria Antonia após a batalha.
Fonte: www.usp.br/mariaantonia

Acompanhei pouco a discussão em torno de criar o Instituto de Psicologia. A idéia era parte da paritária geral, porque o curso estava ligado à Faculdade de Filosofia. Eu estava presente, mas era algo mais administrativo: quem ia ser o diretor do Instituto... Havia a idéia de trazer o Dante Moreira Leite, que era aceito por todos... O Diretor acabou sendo o Arrigo, por ser o único titulado. Ele trazia uma história complicada, o concurso dele com o Severo. Esse concurso dividiu esquerda e direita. O Arrigo foi o candidato da direita e o Severo o dos intelectuais. Houve contestação, meu pai foi advogado do Severo. A esquerda estava certa que os conservadores tinham imposto o Arrigo. Acho que era verdade. Havia um horror ao Arrigo, já daquele tempo.

Hoje é ridículo dizer isso, mas na época não sabia o tamanho da organização... Eu era da direção. Então, por questões de segurança, por determinação do MCI, não me envolvia no movimento estudantil pequeno. Quem tinha esse envolvimento era o Laerte e a Tutinha. No MCI, eu pertencia ao que seria equivalente ao comitê central, que fazia a elaboração política. Para não me expor, não podia ter uma participação muito evidente. Eu era um bom menino, interessado no progresso da ciência e da psicologia, que acompanhava de longe, que tinha simpatias intelectuais pela esquerda, mas não podia dar uma idéia de alguém que pudesse ser detectado ou preso pela participação no movimento estudantil. Em assembléias do Grêmio, por exemplo, eu era proibido de falar. Participava das paritárias porque era a elite intelectual que fazia parte. Nessa hora, não era o doido que ficava fazendo política que ia. Fui nessa condição, de bom estudante. Inclusive, era fundamental manter minha posição de sujeito sério no curso, que não deixava de entregar trabalho. Eu era um estudante exemplar, coisa que não era o caso dos militantes militantes. O pessoal da paritária eram os estudantes sérios; os dirigentes mesmo não eram respeitados pela elite dos professores. Eles ficavam mais na organização das assembléias, passeatas, ficavam 24 horas no Grêmio... Eu não era isso.

Eu fui muito preservado. Fora uma vez que foram me procurar, nunca me aconteceu nada. Uma vez o DOI-CODI foi lá para prender eu, o Jerri e a Carolina. Só encontraram a Carolina e a levaram. Nos reunimos com advogados, e chegamos à conclusão que era melhor nos apresentarmos no dia seguinte. Nos apresentamos e não aconteceu nada. Foi mais para amedrontar. Acho que eles não sabiam direito o que queriam, não tinham nada concreto. Fui para aquele quartel do Ibirapuera, um negócio esquisitíssimo. Dissemos para a sentinela: “queremos

falar com o Coronel não sei das quantas”. Era um daqueles macacos torturadores. Todo mundo arregalou o olho: “o que vocês querem com ele?”. Dissemos: “ele queria falar com a gente, então viemos”. Ele deve ter ficado surpreendidíssimo que alguém tenha feito uma irresponsabilidade dessas (riso). Um bando de perfeitos idiotas (riso). Acho que por isso não aconteceu nada. Nos deixaram esperando em uma sala, depois nos separaram, e então perguntaram coisas muito genéricas. Não tinham nada específico: “tá agitadinho, né?”. Respondi: “agitadinho em prol da psicologia, quero melhorar o curso”. Uma das técnicas que o advogado ensinou era contar detalhes, até exasperar o sujeito (riso). A gente contava sobre a dona Anita Cabral, que ela perseguia o César, o Walter Cunha; que ela dizia que eles criavam aranhas venenosas para matá-la (riso). Os caras ficavam achando que eu era um idiota, um ET no meio da história (riso). Contava que ela pegou a vassoura e saiu atrás do César (riso): “que absurdo, professora titular! Uma senhora de boa família; o senhor deve conhecer, irmã de um desembargador. Imagina, correndo com uma vassoura atrás de um professor? Ela deve estar perturbada!” (riso). Eles nos mandaram embora (riso). Entrei na Psicologia em 1966 e me formei em 1970. Isso foi em 1969.

Eu me formei e em seguida fui para a França. Lá, tinha uma conexão com o Chile. Fiquei três anos e meio na França, voltei para o Brasil, fiquei oito meses, me mudei para a Inglaterra e fiquei quase 11 anos lá. Me afastei completamente daqui. Eu tinha uma atividade política na Europa, também era do comitê central lá. Fazia parte de um grupo chamado Debates, com João Quartim, entre outros. Era uma tentativa de criar uma frente das organizações de esquerda. Eu militava mais nesse nível. Se você perguntar para o pessoal da França que não era do *top*, ninguém tinha idéia de que eu era militante. Até para preservar essa posição na DGP (Direção Geral Provisória), não me envolvia em coisas que pudessem me entregar. Entre outras coisas, eu precisava de liberdade de circulação no Brasil. Vinha para cá fazer reuniões, não havia nada contra mim. Nesse sentido, me preservei, tanto no movimento estudantil quanto depois.

Minha atividade nesse momento era pensar a conjuntura, pensar de forma mais ampla. Teve a Revolução dos Cravos e íamos para Portugal encontrar o Melo Antunes... Era no nível macro: o Mitterand, o Papandreu... Naquela época, o Mitterand era um candidato derrotado várias vezes para a presidência, não era o presidente. Papandreu era um exilado grego que se embebedava nas festas de páscoa... Eu encontrava esse pessoal. Dimas, que foi presidente do Mercado Comum Europeu, era amigo meu.

Militei mais ou menos até 1975. Em 1976, fui para a Inglaterra, fui me afastando. E aconteceu um problema que me fez precisar de um pouco de resguardo. Fui pego em uma das entradas da Inglaterra levando uma quantidade colossal de dinheiro da Guatemala, que era para entregar para um grupo na Inglaterra. Deu errado. Eu estava de automóvel e a polícia me parou... Só que não era crime. Era uma coisa estranhíssima: um brasileiro com uma mala de dinheiro da Guatemala. Felizmente, era Inglaterra, não era Egito, Brasil, então não tinha tortura. Perguntaram de quem era o dinheiro e eu disse que era meu: “é seu?”. Respondi: “é meu”: “por que o senhor tem dinheiro da Guatemala?”: “porque gosto daquelas peças indígenas, e pretendo ir para a Guatemala comprar”: “como o senhor tem esse dinheiro todo?”: “meu pai morreu e eu herdei, troquei no banco”. Fazia essas conexões com a Venezuela, Buenos Aires...

Eu mergulhei cem por cento na minha outra vida. Já estava preocupado em como ia ganhar a vida, estava fazendo Doutorado em etologia, queria fazer formação psicanalítica. Para isso, precisava ficar na Inglaterra, tinha que ter uma bolsa de Doutorado... Naquela época, era um pouco mais complicado. Ganhei uma bolsa da fundação Ford e do CNPq. Tinha um posto na universidade que me demandava bastante. Eu trabalhava o dia inteiro, todo o dia... Até que eu ia bastante para a França; de vez em quando tinha uma reunião na Venezuela que eu ia, mas era muito isolado... Nesse tempo, teve o desbaratamento da guerrilha, todo mundo estava sendo preso. Foi assim que fui me afastando. Contingências de vida, não ter o estímulo imediato da pessoa me puxando, eu ter que trabalhar em ciências, direitinho... Tendo que estudar, que ler muito... A universidade inglesa tinha uma demanda colossal. Quando você tem que ler 500 páginas por semana, não tem tempo para nada.

A opção era muito clara: para ser psicanalista, teria que abandonar a política. Na concepção inglesa, o psicanalista não pode ter um colorido para o paciente. Não havia possibilidade de ser político, ser conhecido como de esquerda, e ser psicanalista.

Houve também fatores pessoais. Quando ganhei essa bolsa, morando na Inglaterra, ficou desconfortável para mim em relação à esquerda, porque eu tinha uma vida de rico, e de elite. Fazia análise na Inglaterra, que custava dinheiro. Meu pai tinha morrido, a mãe da minha mulher tinha morrido, tínhamos herdado um certo dinheiro, que investimos em mudar para a Inglaterra e pagar nossas análises. Todo mundo sabia que isso era caro. Hoje, que bobagem... Depois, fiquei sabendo. Na verdade, as pessoas se escondiam, todo mundo tinha dinheiro. O Aloysio era de família rica; a família do Caco era dona da rede Othon; o João Quartim era Quartim de Moraes,

também tinha dinheiro. A Marise era prima do Safra, também tinha dinheiro... Depois, vi que eu é que não era hábil em fazer o teatrinho de que era pobre. Mas eu me sentia muito mal. Hoje, não dá nem para transmitir a dimensão disso... Hoje, o cara do PT pode tranqüilamente jantar todos os dias no Fazano. Vão achar um pouco estranho, mas não vai passar disso. Pode vestir Armani... Naquele tempo, isso era fogo, aparecia muito.

O Caio Prado, quando ficava em Paris, me procurava, era amigo do meu pai... Ficava meio esquisito. A Norma Bengel... O Hildebrando, que era do PC... Era uma elite. Naquela época, era meio esquisito eu, jovem, andar com essa gente. Dava uma sensação meio de Caio Prado: “é de esquerda de araque, porque no fundo é um grande burguês”. Hoje, a sociedade mudou tanto que não tem a menor importância.

Junto com isso, comecei a ficar mais velho e mais atento, mais psicanalista. Comecei a me dar conta que tinha uns doidos em volta de mim (riso). Ainda ontem eu estava conversando com o Laerte e me lembrei de um episódio. Um grupinho foi de Fusca para Santos. Eles contaram a seguinte história: tomaram ácido lisérgico (fazia parte da esquerda tomar ácido lisérgico), e a gasolina do carro estava acabando. Eles estavam na serra. Mas eles tomaram ácido, e todo mundo ficou contente. E todo mundo estava tão contente, tão contente, que o carro também ficou contente! E o carro, sozinho, se encheu de gasolina, e chegou (riso)! Eu não entrava muito nessa, comecei a achar que esse pessoal era meio doido.

Depois, no meio disso tudo, a mulher de um outro dirigente começou a falar de budismo... A militância escondia as loucuras. Você trocava de nome e só falava de política, então não dava para você conviver muito. Quando você começava a conviver um pouco mais, começavam a falar de marciano, de levitação, energia... Comecei a achar isso doidice. Comecei a perceber o grau de loucura das pessoas. Aquele negócio de misturar droga com militância, alucinação... Teve uma careta pessoal que não entrava nesse mundo “livre”, inclusive nessa parte de sexualidade meio orgiaca... De repente, me deu uma consciência: “mas, se eles são doidos em outras coisas, será que são doidos na política também? Como posso confiar nessa gente?”.

Não dei conta de ler as revistas que te trouxe. Fui atrás, mandei fazer o xerox, mas não li. Por que não li? Acho que tem a ver, ainda, com minha relação afetiva com a Iara, com a Lola, com as mortes... Mais com Iara. Algo como... Não vamos mexer. Esse período das revistas está muito ligado a uma relação estreita com Iara. Em um primeiro momento, ela era a presidente do

Centrinho e deixou que fizéssemos a revista. Foi onde estabelecemos uma relação pessoal mais íntima, intensa na época. A morte dela foi um choque. A revista está muito ligada a ela.

[Elias olha uma das revistas]

Tem um artigo da Lola aqui...

Essa ainda era com a Iara presidente do Centrinho...

Meu pai era um militante da esquerda, foi membro do Comitê Central do Partido Comunista, depois trotskista. Também era muito ligado à psicanálise e às questões da psicologia. Então, eu já tinha resolvido essa tensão entre psicanálise, psicologia e política. Para mim, psicanálise era uma terapia. E tinha o lado científico da psicologia experimental e da etologia. Estava claro, desde antes de entrar no curso de psicologia, que não era para ter nada a ver com política mesmo. Eu não tinha nem expectativa que tivesse. Era como cursar biologia. Psicologia experimental é psicologia experimental; eu esperava encontrar o que encontrei. Talvez por vir de um meio mais culto, onde essas coisas estavam resolvidas. E já tinha lido Erich Fromm, Freud; conhecia muito do que posteriormente vim a estudar. Aliás, se há uma queixa minha em relação à Faculdade, é que era muito pobre perto do que eu já sabia, perto do ambiente que eu vivia. Eu já freqüentava um seminário de psicanálise logo que entrei nas Ciências Sociais, com Roberto Azevedo. Eu já tinha uma leitura nessa área.

Tem que fazer uma separação ente o tratamento psicanalítico e seu uso político. Aliás, eu já tinha uma aversão não só da politização da psicanálise, como também da psicanálise tentar se aventurar por terrenos sociais, pela arte, pela literatura... Eu achava uma bobagem naquela época e hoje acho mais ainda. É uma bobagem tentar analisar psicanaliticamente uma obra de arte com base na biografia do autor. Não me traz nada. Não acho que um psicanalista não possa contribuir no terreno social; algumas questões podem ser pensadas, mas tenho uma certa resistência. Então, não tive esse problema.

Esses dias, eu estava conversando com uma moça que foi minha colega, quando eu estava obtendo essas revistas. Uma moça que não via há muito tempo, e ela me contou que o que lembrava de mim era eu com Erich Fromm debaixo do braço. A parte política eu resolvia,

digamos assim, com o Erich Fromm: as questões da liberdade, da alienação... Mas política era política, uma coisa preservada em relação ao resto. Eu nem queria um comprometimento da psicologia ou da psicanálise com isso. Eu achava que o social tinha uma dimensão própria, que não era para ser psicologizada.

Eu achava o behaviorismo interessante enquanto uma das teorias da aprendizagem, mas tinha uma crítica a ele enquanto atitude epistemológica. Achava a tentativa de universalização dessa teoria uma bobagem. Via grandes furos metodológicos, coisa que ainda vejo. Olhava aquilo como uma técnica interessante para uma série de coisas; eram muito curiosos certos experimentos que permitiam estudar a aprendizagem do ratinho, certas relações que ele podia fazer. Eu participei de um trabalho que estudava os efeitos do cloridrato de clorpromazina (Amplictil) sobre o aprendiz. Achava curioso, muito interessante, mas em nenhum momento achei que aquilo servisse para muito mais que isso.

Não tive esse estranhamento em relação a posturas individualistas de colegas da psicologia. Às vezes, quando demonstrava meu interesse pela psicanálise, havia um momento, explícito ou não, de crítica: “isso é coisa de rico, de burguês!”. Havia um tom de constrangimento, mas isso não atingiu meu envolvimento com a psicanálise, e nem abalou minha relação com as pessoas. *A posteriori* é até curioso, porque boa parte das pessoas que sobreviveram a essa história eu encontro hoje na Sociedade Brasileira de Psicanálise, mesmo os extremamente críticos naquela época.

Depois, quando optei em ir para Londres e não ficar em Paris; me isolar em uma formação psicanalítica, fiquei meio mal em relação ao grupo de militantes meus amigos e companheiros na França. Embora nunca tenham sido feitas críticas de forma explícita, eu me sentia um pouco mal. Sei lá, fui ganho por essa perspectiva individualista, não no sentido de pensar só na minha vida, mas de ver a incompatibilidade da psicanálise com a política; da incompatibilidade da clínica com aparecer como alguém comprometido politicamente. Até hoje, não assino manifestos por políticos, não ponho *stickers* de quem vou votar no carro... Me mantenho afastado de qualquer caracterização nesse sentido. Tenho impressão que meus pacientes não têm a menor idéia do que sejam minhas crenças políticas. Claramente, até hoje, tomo conta disso. Não posso impedir de ser visto como amigo do Fernando Henrique, mas também da Marta. Então, fica obscuro. Mesmo quando militei na Inglaterra, ainda durante algum tempo, mantinha muito separadas as duas coisas.

Eu temia muito a crítica dos meus companheiros políticos, que nunca veio. Mas não tenho dúvida que a crítica dos psicanalistas por eu fazer política seria muito maior, muito mais virulenta. Seria incompatível fazer formação e ter uma militância aberta. Jamais seria permitido. Isso não tem relação com o grupo que me envolvi, porque os kleinianos, sobretudo, eram praticamente todos do Partido Comunista, e ainda são de esquerda. Mas política era algo para ser vivido no anonimato, lá longe.

A diferença que havia era entre o militante profissional, que trabalhava o partido, e o outro, que era de esquerda, até membro do partido, mas não era militante profissional. Acho que me enquadrava mais desse lado. Eu era uma pessoa de esquerda, influenciado pelo existencialismo, pelas minhas leituras do Sartre. Eu era um sujeito engajado, mas essa não era uma forma de vida. Em nenhum momento pretendi largar tudo pela política. Não queria ser vereador, deputado, governador... Nada disso, coisa que muitas pessoas ao meu redor queriam. Isso estava claro para mim desde o início. Talvez por influência da minha família. Meu pai era advogado, era de esquerda, mas também tinha uma vida bem inserida em outro contexto.

Como via os militantes? Uma parte, como um bando de doidos. As pessoas que pensavam em política de manhã até a noite eu achava, sobretudo, chatas. Não era a minha. Nesse sentido, por exemplo, uma Lola talvez nunca se tornasse uma amiga pessoal minha. Tinha respeito por ela, uma moça inteligente, mas era daquelas que pensava em política 24 horas por dia; tinha uma atitude meio xiita, engajada. A Iara tinha a coisa política, mas também um lado engraçado. Levava na piada uma série de coisas, então tinha uma relação fácil com ela. Ela tinha uma abertura cultural, estava vendo teatro... Essa era mais minha área, meu interesse, e o da Iara também.

Não que em momentos de crise eu não ficasse em função da política, mas eu não era um militante nesse sentido, em que foi depois a Lola, o Arantes, o Dirceu, o Aloysio. Mesmo quando fui viver em Paris, eu tinha uma relação com Paris cultural também, com o Louvre, com o que passava no cinema... E tinha um pessoal que tinha aversão a isso. Nunca tinha ido em um museu na vida e jamais iria. Tinha um pessoal ligado ao Partido Comunista Chinês, e à Coréia do Norte, que me dava aquelas revistas do Partido Comunista da Coréia. Eu achava aquilo uma bobajada. Não conseguia nem levar a sério. Esse era o pessoal que pensava: “você foi ver dois filmes ontem? Coisa de burguês! Exposição do Louvre? Que absurdo!”. Acho que não passavam nem na porta.

Nas reuniões em comitês centrais, eu encontrava gente parecida comigo. Você tem que levar em conta também que eu estava na França. Lá em cima, não chegava o militante estreito. Não era o tarefeiro que chegava lá. Com o pessoal, o Aloysio, o João Quartim, o Zé Eli, tinha papo, era muito mais amplo. Estava permeado pelo marxismo, mas não só pela questão política. Luís Hidelbrando era um dirigente, e em nenhum momento deixou de ter envolvimento com a ciência. Sempre uma influência marxista muito grande, mas pegando a cultura.

Em Paris, as atividades políticas eram as mais variadas. Houve um tempo que trabalhei com o Chile do Allende. Eu tinha contato com as direções dos diversos movimentos latino-americanos. O pessoal da Bolívia, da Argentina... Estava diretamente ligado ao Clodomiro Almeida, o chefe do Partido Socialista Chileno. Ia muito para o *Palazio de la Moneda* encontrá-lo. Depois, passei a ter ligação também com os movimentos africanos: o pessoal de Angola, de Moçambique, da África do Sul, que viviam mais ou menos juntos, ligados a uma instituição chamada IRFED, na França. Era católico, financiado basicamente pela Igreja, mas dava cobertura para todos os movimentos de esquerda da América Latina. Meu primo, Luís Alberto Muniz Bandeira, era muito ligado a Cuba. Fiquei sabendo da passagem do Guevara por aqui, de quando ele foi para a Bolívia, de quando ele esteve na Argentina... Participei da discussão de arrumar lugar para ele. No Chile, fiquei no mesmo lugar que ele ficou, em uma casa perto de Santiago, do lado da cordilheira.

Eu estava todo tempo articulado com esse pessoal, até socialmente. Sempre teve um lado de curiosidade (riso). Podem pensar que é pouco sério, mas não era... Eu tinha curiosidade pela Guatemala, lia os autores guatemaltecos... Estava ligado diretamente ao pessoal anti-Somosa, aos sandinistas, à Frente Farabundo Martí... Viajei por esses países todos. Tinha curiosidade pela América Latina. Passei um mês na Guatemala, 48 dias no México, fiquei um tempo na Bolívia. No Chile, além de ir umas trinta vezes, passei quase seis meses antes do golpe. Na Venezuela, na Argentina... Eu tinha uma relação direta com isso, e uma enorme curiosidade. E conhecia alguns intelectuais. Aqui em São Paulo, tinha o Clubinho, na Major Sertório. Era o clube dos artistas, onde eles se reuniam, bebiam... Basicamente, um bar boêmio de intelectuais, e circulava a América Latina toda por lá. Meu pai era um freqüentador ativíssimo, como todo o pessoal de esquerda. Através desse círculo, conheci pintores, arqueólogos... Tinha curiosidade pela arte e pela cultura desses países... Passei muito por aí.

De vez em quando, passava por coisas meio feias, sérias. De vez em quando, descobriam um cara infiltrado, e tinha a história de matar... Tinha os aspectos mais perigosos no meio disso tudo. Tive uma participação lateral nisso. Ajudei a roubar documentos de um cara que provavam que ele não era ele. Levaram ele para almoçar, e eu tinha que entrar em um lugar que ele tinha uma mesa, com uma gaveta em que se supunha que houvesse documentos. De fato, peguei um passaporte dele, e ele era outra pessoa, um cara evidentemente infiltrado. Esse sujeito foi para São Salvador, na Nicarágua, e eu nunca mais soube dele.

Mas um pouco era irresponsabilidade, farra... Tinha muito aquela excitação de juventude, de achar bacana estar fazendo aquilo, sem ter dimensão do que estava acontecendo no mundo. Quando os gregos viraram os dirigentes da Grécia, eu achava aquilo fantástico! Eu nunca imaginei. Aquela relação dupla, que você convive com o sujeito e de repente ele vira primeiro ministro (riso). Primeiro ministro? Era um beberrão, ficava até quatro horas da manhã bebendo cerveja... Muito inteligente, claro, mas eu conheci os outros lados. Ele comendo fulana e cicrana, e se metendo em confusão... De repente, vira primeiro ministro... Eu não tinha dimensão que isso pudesse acontecer. Não era para valer.

Convivi com um sujeito que depois fez uma revolução no Burkina Faso. O Mathias... O Mathias era um amigo meu, negão, fortão, simpático, que confundia a noção de *Marché*, de mercado, no Marx, com o mercado da vila. De repente, ele derruba o governo de Burkina Faso (riso). Eu achava do arco da velha.

Eu idealizava. Achava, na verdade, que as pessoas que faziam as coisas eram muito mais do que eram (riso). Quem fazia as coisas era gente como o Mathias. Uma vez ele me convidou para ir para Burkina, eu perguntei: “e seu endereço?”. Ele deu uma risada (riso): “você chega, fala que você é amigo do Mathias Kpodjedo, dez minutos depois tem um carro no aeroporto te pegando”.

Para você ter uma idéia, o Mathias, um dia, queria me encontrar, mas só sabia a rua onde eu morava. Eu viajei e a Beth ficou sozinha. Ficou preocupado com ela, quis mostrar solidariedade. Ele era um sujeito mais velho, excelente pessoa, muito amigo meu. Foi na minha rua, de casa em casa para ver onde eu morava (riso). Ele fez como se faz em Burkina, só que em Paris! (riso). Depois de quatro horas, achou.

A casa onde o Mathias morava, que era da universidade, foi roubada. Todo mundo ficou desesperado. Ele, tranqüilão. Perguntaram: “Mathias, não roubaram nada?” Ele respondeu: “não, meu dinheiro estava no lixo” (riso). Esse era o Mathias, que fez a revolução.

Ele era um pouco ingênuo. Ele e o comandante do exército fizeram a revolução. O comandante disse: “você assume a presidência, Mathias”. Ele caiu na besteira de dizer: “eu, não; acho que o poder deve ser exercido por um homem simples e bom, e acho que esse homem é você”. Três meses depois, estava o Mathias de volta a Paris, exilado (riso). O Mathias era presidente do sindicato. O comandante achou que era meio perigoso deixá-lo lá. Ele contava: “na minha família, somos três irmãos. Tem sempre dois na clandestinidade e um oficial (riso); tem sempre um com o governo, um com a oposição e um ganhando a vida (riso) para sustentar a família dos outros que estão na clandestinidade”. Era chefe tribal, cheio de marcas...

Essa é a parte divertida dessa história toda.

Conheci o secretário geral do Partido Comunista Boliviano. Ele foi para um encontro na União Soviética; era procurado de tudo quanto era jeito na Bolívia, na América Latina, exilado em Paris. Passou por um susto... Terminou a reunião do Partido em Moscou, entregaram as passagens para ele, que foi levado para o aeroporto. No meio do vôo, de repente, ele presta atenção e percebe que está indo para Assunção! Os camaradas de Moscou confundiram a capital da Bolívia, La Paz, com Assunção (riso), onde tinha uma ditadura feroz. E depois ele estava exilado em Paris. Os russos sabiam disso. Ele confiou nos camaradas e tomou um avião para Assunção (riso). Era tão inusitado que não pegaram ele; ele chegou lá, tomou o avião e veio embora (riso). Ele não estava com os documentos dele, estava viajando com outro passaporte.

Tem as coisas mais divertidas como essas que estou te contando, e tem as tragédias. A morte da Iara é uma grande tragédia na minha vida, então não gosto... E alguns amigos, como o Benetazzo...

LUÍS CARLOS

Tem duas vertentes no surgimento de meu interesse pela política.

Um acidente. Eu trabalhava com orientação e situação profissional do psicólogo. A Sylvia Leser tinha trabalhado isso, e eu quis trabalhar em uma espécie de atualização dos dados com que ela havia trabalhado. Fui convidado por uma colega da Psico para assistir uma peça de teatro no quadrilátero do Carandiru. Gostei muito, era em cima de experiências pessoais, e o interior de uma prisão é muito impressionante. Ocorreu-me a idéia de fazer uma matéria para o jornal que eu colaborava, que chamava *Luta e prazer*, sucessor de uma revista chamada *Rádice*, do Rio de Janeiro, muito atrevida. As coisas têm a ver com a época. Final dos anos 70 e início dos anos 80, a idéia que tínhamos que continuar a luta, mas que era permitido ter prazer... Marquei com algumas prisioneiras para fazer uma entrevista. Aí, nessa circunstância, tinham roubado meu carro. Fui de ônibus, muito abatido. Eu tinha uma *variant* velha, tinha uma idéia meio estranha de justiça social, pensando que por ter um carro simples estava isento do risco de roubo. Achava que havia algo meio hegeliano, uma justiça acima de tudo... Fiquei aborrecido. Uma prisioneira percebeu e veio falar comigo. Disse: “você tem que entender, não adianta ficar com raiva do sujeito que roubou. Vai ver ele estava precisando sair do local, tinha alta necessidade do carro. Tem que pensar o lado dele também”.

Eu não estava muito disposto a exercitar essa generosidade. Ela insistiu: “procura nas imediações, dá uma batida por perto. Vai ver o fulano só queria sair do local, saiu e deixou o carro lá”. Fiz isso e achei o carro. Fiquei muito impressionado. A polícia não tinha localizado, e eu localizei com o conhecimento teórico dela. Ocorreu-me então que, se esse é um conhecimento útil para recuperar um carro, melhor do que o da polícia, talvez pudesse ser também útil para outras coisas. No princípio, fiz entrevistas sobre história de vida, depois especifiquei, perguntando o que mantém a pessoa no crime.

Fiz o Mestrado sobre crimes cometidos pela população pobre, sobre como isso se produzia e se reproduzia, com base em informações de prisioneiros. Chama-se *Vidas presas*. Comecei depois a trabalhar o tema da resistência: como pessoas que estavam a dez, 20 anos presas, e se mantinham inteiras, tinham lembranças íntegras? Tinha o desejo de mostrar que, apesar da opressão, as pessoas são mais fortes, são muito resistentes, sobrevivem mantendo sua inteireza mesmo em condições muito difíceis.

Mas as informações que eu obtinha não eram boas para um trabalho acadêmico, desvendavam segredos de presos: esquemas de fuga, formas de comunicação e de burlar a

vigilância. Elas se baseavam em entrevistas numa relação de confiança, mas eu não tinha controle dos dados. Acabei seguindo um outro modelo de pesquisa, pensando as ações da polícia e da prisão como ações de guerra, ações que não se pautavam pela consistência científica. Ações que, apesar do discurso, não tinham nenhuma lógica. Apenas numa situação de combate qualquer coisa é válida para atingir o inimigo. Encontrei essas questões no Foucault. Eu não gostava dele antes, mas passei a achar muito interessante. Esse trabalho chama *Prisão dos pobres*, tentando demonstrar que o sistema prisional tem sua origem menos no crime do que naquilo que a gente poderia chamar de vadiagem. Grande parte das instituições na Europa que deram origem a prisões estava destinada a aprisionar jovens que não tinham o que fazer. Isso não tinha tanta ligação com o crime, mas com o controle de pobres.

Eu tinha também motivos pessoais. Tive amigos e parentes presos, tinha contas a ajustar com a prisão, que vitimou pessoas que eu gostava muito. Pensei nisso muito depois; na hora não via. Passei a perceber pela minha insistência no tema. Eu sempre lembrei da violência policial e carcerária sofrida por pessoas próximas a mim, mesmo antes de entrar na universidade. Sempre tive um desejo romântico de desfazer essas coisas, mesmo não reconhecendo isso quando comecei a pesquisar. Acho que essas contas estão mais ou menos ajustadas. Agora, posso fazer coisas menos duras.

O período mais sério da ditadura, depois do AI-5, foi muito duro. O Antônio Callado tem uns romances que contam essa diferença. Até o AI-5 era mais simples, tinham as manifestações de rua, a polícia era meio tonta, fácil de enganar. Depois, começou uma aplicação de técnicas de tortura e investigação que consistiam em arrebentar a pessoa e obter toda informação possível, e dessa informação pegar outras, arrebentar e pegar outras... E assim por diante. A polícia brasileira foi treinada para isso, e depois levou esse treinamento para o Uruguai, o que desmantelou os Tupamaros.

Tem uma questão de família. Meu pai não era revolucionário, mas tinha uma idéia de justiça interessante. Ele achava indecente ser covarde. Recuar diante da força era algo vergonhoso. Isso me ajudou, me produziu uma identificação com os fracos. Parecia essencialmente covarde ficar do lado do forte. Peguei isso de uma forma tão séria que até em futebol torcia para os piores times (riso). Eu tinha seis, sete anos e ele dizia: “você não pode ter medo dos meninos maiores, nem bater nos meninos menores”. Isso me dava muito problema (riso), apanhava... Mas não saí dessa linha. Quando comecei a ter notícias do movimento político

estudantil, rapidamente me identifiquei com esse bando de jovens que usavam bolinhas de gude e rolhas para enfrentar a cavalaria. Comecei a participar já no secundário.

Quando entrei na USP, rapidamente me aproximei do Centro Acadêmico. Naquele tempo, eram estruturas semiclandestinas. Quer dizer, estruturas que precisavam ser públicas, mas tinham que se esconder senão a polícia vinha e prendia todo mundo (riso). Uma coisa muito difícil de funcionar. Rapidamente entrei em um grupo político.

Eu fiz Equipe, um cursinho muito politizado. A sala de professores era um lugar onde se conversava muito, lia-se muitos panfletos... Isso em 1969.

O tesoureiro do Equipe estava dirigindo um carro cheio de explosivos que estouraram. Ele foi pulverizado. Isso foi perto da Igreja da Consolação. Foi um choque para todos nós. Primeiro, gostávamos muito dele. E depois, ficou cheio de polícia, entrou um monte de gente parecendo estudante, mas eram policiais. Passamos um aperto grande, muitos alunos e professores foram presos. Tivemos que fazer esquemas de segurança, juntar recursos, divulgar prisões...

Quando cheguei na universidade, já tinha alguma experiência, rapidamente comecei a trabalhar no Centro Acadêmico e ingressei em um grupo estudantil da POLOP. A idéia era elaborar a ação possível naquela situação. Praticamente não existia movimento político naquela época: não existiam passeatas, assembléias... A questão naquela circunstância era a resistência. Víamos que era tudo muito desfavorável, e que a gente tinha que não desaparecer. Era necessário evitar que a esquerda desaparecesse, inclusive fisicamente. As organizações estavam sendo dizimadas. Em 1968 era uma coisa muito aberta, as pessoas se conheciam, todos sabiam quem era de onde. Quando veio o AI-5, pegou todo mundo despreparado, era fácil prender uma pessoa e chegar às outras. Então, começamos a montar uma estrutura de clandestinidade que pudesse sobreviver à Ditadura. Não sabíamos quanto ia durar. Criou-se uma tecnologia, amplamente usada para várias coisas: grupos estanques, senhas, contatos... Tínhamos informações escritas sobre isso. Eram formas muito eficientes de manter organizações clandestinas. Mesmo que alguém fosse preso, era difícil chegar a outras pessoas. Se chegasse, tinha um lugar em que parava, não atingia a organização toda.

Não se podia estudar Marx, não havia livros dele ou de marxistas nas livrarias. A gente achava que tinha por obrigação manter a teoria.

De vez em quando se fazia panfletagem. Em época de eleição, Primeiro de Maio, sempre com um esquema de segurança muito forte. E havia uma colaboração muito interessante entre as organizações. Nosso forte não era preparo militar, era teoria e esquemas de clandestinidade.

Nosso pessoal era bom para dar cursos de formação política, e tinha um esquema seguro de funcionamento das células. Minha função era promover os encontros, cuidando da segurança. Fazíamos reuniões em que só eu sabia onde seria e onde estávamos. E muitas vezes as pessoas não se conheciam, tinham nomes fictícios.

A direita é católica e a esquerda é protestante, divide-se em vários grupos. A POLOP era crítica do militarismo, ao enfrentamento armado: guerrilha rural, urbana, expropriações, atos exemplares... Meu grupo achava que isso era uma bobagem, que era claro que não íamos conseguir. Não achávamos que o foco podia ser tomado como exemplo e crescer no Brasil, mas muitos achavam. Havia pessoas próximas que militavam nessas organizações. Eles ofereciam para a gente treinamento para ações de panfletagem, de divulgação de prisões... Sabiam montar rotas de fuga, direção nessas situações, fazer segurança... Os grupos se ajudavam muito nisso. O contato entre organizações era sempre um risco, porque os esquemas de segurança eram diferentes. Quando você conhecia alguém da outra organização, havia a possibilidade de, por você, chegarem neles. Ou, por eles, chegarem a você. E era difícil tomar medidas para precaver isso. Havia o pessoal da ALN, da VPR... Esses treinamentos de caráter militar eram essas duas, mas tínhamos contato com a Primeiro de Maio, o PC do B, a AP...

A esquerda se encontrava através das tendências estudantis. Eram coisas estanques. Um nível são essas tendências, que se apresentavam, podiam disputar uma chapa de centro acadêmico, que tinham outros nomes. Dependendo da proximidade que você tinha, podia saber qual a ligação política entre a tendência e a organização. Alguns dos estudantes dessas tendências faziam parte de células estudantis dessas organizações. Alguns entre eles faziam parte de células operárias, de comitês de direção...

Hoje, a gente fala de 1964 e parece tremendamente distante, difícil de imaginar. Em 1969, 1970, ouvíamos falar de outras épocas de repressão e achávamos que eram coisas arqueológicas. Eu nunca tive a experiência de perceber o PTB como uma organização combativa. Minha experiência foi sempre de um PTB não tão grave como hoje, mas... Essas questões vêm de formas diferentes de enfrentamento, de acertos e transformações de grupos depois de diferentes conjunturas. Uns somem, outros passam a ser perseguidos... Como eu era muito pequeno, tinha idéia que havia coisas ameaçadoras, que deixavam meus pais preocupados. Lembro muito da imagem dele queimando alguns papéis. E às vezes apareciam pessoas, falavam com ele... Ele saía comigo, sentava em algum lugar, ficava fumando charuto e pensando... Eu ficava olhando, pensava: “o que preocupa meu pai?” (riso). Eu tinha uns cinco anos de idade.

No princípio, era algo mais como ser do contra, ter preocupações morais. Depois, passou a ser uma questão política. Se bem que nunca abandonei essa questão teimosa, meio boba. Acho que a transmito para meu filho inteirinha: a idéia de que a força tem algo de vergonhoso, não merece confiança. Depois, estudando psicologia, achei a identificação com o fraco um bom princípio para a educação. Por exemplo, respeito pelos bichinhos pequenos, pelos insetos. Essa idéia de se compadecer pelo sofrimento dos bichos sempre foi marcante para mim. Dá um bom caráter, pessoas que têm vergonha de ter medo, que não aceitam ser puxa-sacos, não têm orgulho de estar junto com o forte. É uma maneira de formar um superego quixotesco (riso).

As organizações recrutavam pessoas. Isso acontecia também no movimento secundarista. Eu não sabia que organizações atuavam lá, mas apareciam estudantes que falavam em organizar grêmios. E não só organizavam na nossa, iam visitar outras escolas, formavam bibliotecas de educação política e coisas desse tipo. Quando pessoas conhecidas eram presas, isso deixava mais forte o vínculo da gente. Dava um sentido de urgência, de necessidade, de que precisávamos protegê-las.

A morte do Che Guevara abalou todo mundo. Vira e mexe se ouvia falar da morte dele na imprensa: “ele foi morto por seus próprios companheiros, ele foi morto porque...”. Falava-se muito que o Fidel queria acabar com ele. Vira e mexe aparecia esse tipo de notícias, plantadas pelo serviço de inteligência americano, ou eventualmente má informação. Então, quando foi noticiada a verdadeira morte do Che, também se achou que poderia ser uma informação plantada. Mas foi fortemente noticiada, interromperam programação de rádio e TV... Boa parte da juventude acompanhou aquilo com muita apreensão. Naquele período curto, da saída de Cuba para a Bolívia, falou-se tanto da morte dele que o efeito foi o contrário, foi a idéia que ele escapava sempre, que dava um baile na repressão.

Era a mesma idéia que tínhamos do movimento estudantil de 1968. A gente se sentia muito superior às forças da repressão. É uma idéia idiota. Por exemplo, a polícia fazia um esquema para não permitir que a passeata saísse do Largo Paissandu. Eu não era de um nível que soubesse de onde a passeata sairia, mas via o noticiário. Fulano da polícia falava: “dessa vez não terá passeata!”. E eu ria: “esse sujeito vai levar um baile; no outro dia vai estar com aquele carão”. Eu tinha uma confiança danada, e realmente a polícia era muito incompetente (riso). Isso dava uma idéia que a gente podia ganhar deles facilmente. Eles prendiam as pessoas na rua e não sabiam o que perguntar. Depois isso mudou, muitas organizações não estavam preparadas para

enfrentar essa repressão mais inteligente, e sem limites. O AI-5 estabeleceu o vale tudo contra a esquerda.

O Marighela foi morto perto do cursinho onde eu estudava. Essas coisas doíam muito na gente. Lembro que passei muito perto do lugar onde ele tinha sido emboscado, no dia em que foi emboscado. E muita gente pensava assim: “pô, eu estava lá perto; quem sabe a gente podia ter reparado alguma coisa, ter percebido um esquema montado...”. Ficávamos pensando muito que algo poderia ter sido feito para evitar aquela tragédia. A gente tinha muita esperança na ação dele.

O seqüestro do Elbrick aconteceu quando estávamos sofrendo muito, quando muita gente tinha sido presa, desaparecido. Lembro do dia em que foi noticiado. Primeiro se soube, à boca pequena, que “tudo indicava” que o embaixador americano tinha sido seqüestrado. Uns diziam que não, outros que sim... Aí publicaram a mensagem do pessoal que seqüestrou. Quando se soube... E a gente estava apanhando, com amigos presos. O Ishiro tinha sido despedaçado. E era uma pessoa generosa, boa. A lembrança que tenho das pessoas que desapareceram é sempre muito positiva. Lembro que eram pessoas boas, generosas. E principalmente corajosas, o que a gente admirava. Eram grandes pessoas, não vistos como mesquinhos, politiquinhos. Lembro que cheguei na casa dos meus pais, a ditadura já havia aceitado o pedido dos seqüestradores. Eu fico emocionado até hoje. Meu pai nunca foi de vanguarda política. Lá estava minha avó, que era uma empresária... Ele deu uma taça para cada um de nós e estourou um champanhe, brindando o ato heróico, a possibilidade de libertar 15 presos políticos. Nós todos sentimos muito orgulho disso, dessa conquista da esquerda. Aí tem um pouco de ideário e de princípios morais, e a valorização de acontecimentos específicos. Tivemos a sorte valorizar pequenas vitórias e nos indignarmos com algumas derrotas. Uma matriz de interpretação boa dos acontecimentos. Podíamos, por exemplo, ter desanimado com as derrotas e achar arriscados alguns golpes.

Não é que ninguém gostasse da ditadura. Na verdade, acho que ela tinha apoio majoritário. Mas não era bonito gostar da ditadura. Um jovem que falasse que era a favor parecia um cagão, um covarde.

Além de achar que fazíamos algo digno de mérito, éramos bem recebidos, as pessoas gostavam da gente. E tínhamos relações de solidariedade bastante fortes. Lembro como ficamos juntos no Equipe. A gente andava, comia junto, ia para casa juntos, com a idéia de que um estava protegendo o outro. Nessa idéia romântica de proteção, rola tudo que a vida tem de bom: amores, paixões... E por incrível que pareça estudo também. Fizemos vestibular com o pé nas costas. Tinha 50 candidatos por vaga na USP e nós entramos. Lembro que na época era importante passar no vestibular. O Objetivo estava querendo acabar com a concorrência,

contratando professores do Equipe a peso de ouro. A gente estudava muito. Estudava, namorava, ficava muito junto. E junto com os professores também. Uma época boa.

Na Psico, foi importante um rapaz chamado Wolf. Faz algum tempo que não o vemos. Era o cara da PO que formou a gente. Não pôde se formar porque ele e a mulher estavam sendo procurados. Está vivo, mas perdemos contato. Procurava-se saber o mínimo possível da vida dos outros: de onde vinha, onde morava... Sei que a Maria, esposa dele, era seriamente procurada, já havia sido condenada.

Muita gente era solidária com o movimento estudantil. Lembro que em 1970 teve um congresso internacional de psicodrama, no MASP. Montamos um esquema para panfletar e denunciar a prisão de pessoas. Lapassade estava lá, uma figura e tanto, entre outros. Havia argentinos... Ele tinha ido para o Marrocos com os alunos dele, em um trabalho do curso, para prestar solidariedade aos grupos de guerrilha de lá. Eu não conseguia entender nada do que ele propunha, porque a análise institucional dele não começava nunca: “estamos aqui há quatro horas, mas não comecei ainda” (riso). Era um ambiente muito cheio de informações. A polícia tentou pegar pessoas que estavam saindo por último nesse encontro, porque sabiam que estavam participando de algum tipo de reunião. A gente conseguiu escapar.

Naquela época, ninguém bancava a estrela. O Lapassade achava que tinha que conversar com os estudantes, ir à república dos estudantes, parar num barracão de operários e tocar violão com eles. A imprensa vinha atrás deles, então levavam os estudantes para falarem junto, achavam que tinham que dar voz para a esquerda brasileira. Isso gerava um sentimento bom. O pessoal do teatro, de música, também era assim: Chico Buarque, Caetano Veloso, Tom Zé, o Vandrê... É bom registrar que o Vandrê era o principal deles, o grande nome da esquerda na música. Um pouco diferente de hoje, eram pessoas que estavam ganhando festivais, na mídia, e também estavam lá, ficavam de madrugada batendo papo junto com as pessoas. Havia esse tipo de ideal. E a gente acreditava que todas as relações iam ser assim dali por diante, que não existiria mais essa coisa do estrelismo. Havia uma idéia meio pejorativa dos intelectuais mais reservados. O bom intelectual era aquele que se dava com os estudantes. Foucault e Guattari eram assim. Tínhamos muita admiração por pessoas que tinham formação marxista, como o Guattari, e muita desconfiança com quem não acompanhava o marxismo. Com o Foucault, tivemos essa impressão, de que algo havia de errado com ele, embora admirássemos sua disposição e coragem.

O Foucault estava falando em uma das salas aqui, inclusive algo que vocês podem ler hoje. São as conferências chamadas *A verdade e as formas jurídicas*. Nós achávamos uma bobagem

pequeno-burguesa essa história de poder, que sai da análise material das relações econômicas. Como pode fazer isso? E ele foi para a assembléia na FAU. Eu sei porque era da equipe que fazia a segurança. A gente ficou tão decepcionado com o pronunciamento dele... Ele falava: “a cultura não pode progredir sob as botas militares”. A gente pensou: “que coisa populista, meu deus do céu! Que horror!” (riso). A gente era profundamente injusto, muito injusto.

O Foucault estava fazendo algumas palestras aqui, e o Luís estava andando no fundo. O Luís não era maluco por expressão, ele era esquizo mesmo. Eu, inclusive, era uma das pessoas que não acreditava em doença mental: “isso é invenção da burguesia!” (riso). Nós tínhamos um monte de “invenções da burguesia”. Numa certa altura, o Luís foi indo para frente, abriu os braços, e falou: “a verdade! A verdade!”. Pegou uma garrafa de pinga e despejou em cima da careca do Foucault. Ele estava acostumado com várias provocações, e achou que era mais uma, de um movimento, de alguma tendência. A pessoa da mesa esclareceu que o Luís era louco, mesmo.

Outro pessoal que estive aqui na época foi o Living Theater, um grupo de teatro muito agradável, e muito talentoso. Fazia-se workshops na casa de alguém, havia discussões, exercícios, se parava para ver o pôr-do-sol... Era muito bom, as pessoas tinham a idéia que era importante ser corajoso, solidário, e também despojado.

Era importante socializar as coisas que tinham. Havia vezes que a gente tinha dificuldade de saber de quem era o carro que todos estavam usando. Quem tinha um pouco mais de dinheiro apoiava os outros. Era uma regra básica. E era inadmissível ser preconceituoso e moralista. Uma coisa de esquerda e hippie (riso). Ainda que a gente sentisse medo da ditadura, tínhamos um autoconceito muito bom. Vivíamos uma vida muito agradável e, principalmente, a gente se achava certo.

Havia grande divergência entre as organizações. Qualquer coisinha era muito disputada: um centro acadêmico... Quando a gente entrou, uma das formas de recrutamento era fazer um jornal. Era uma forma de conseguir quadros, de saber quem eram as pessoas, quem era mais disposto... Ou fazer uma peça de teatro. Lembro do jornal que a gente fez. Na capa, ele tinha três macacos tapando a boca. Era para o Bixusp. Havia denúncias, reclamações... Soube depois que fizemos esse jornal sob o olhar da ALN e da POLOP, que iam ver com quem ficavam.

Tinha um pessoal do DCE e da UNE, que eram entidades clandestinas. Não tenho certeza, mas acho que a UNE estava com o PC do B e a AP, e o pessoal do DCE devia estar com a ALN. Na Psico e em outros lugares havia gente da POLOP, mas se juntaram pessoas de todas as escolas para fazer o jornal. A grande dificuldade era o PC. Era um problema, encrencava com

tudo. E todos tinham pouca confiança no Partidão. Havia coisas para as quais os procurávamos, como conseguir chapa fria de carro para fazer uma panfletagem, mas tinha-se muito receio de que se vazasse informação, deles considerarem que aqueles grupos eram aventureiros e que seria melhor que as ações não dessem certo. Por outro lado, conhecíamos pessoas pelas quais a gente tinha apreço e que eram do PC, o que chocava com essa idéia.

Fizemos uma apresentação de teatro na FAU. Lembro de uma intervenção de um rapaz, o Edson: “porra, se isso começar a ter muita lógica, eu vou embora!” (riso). Era uma encenação de gente do morro, que era explorada. A Ana Célia puxava a música “ah, barracão...”. E lembro do pessoal do Geosamba, os amigos da Geologia puxando, melhorando muito o espetáculo. Tinha essas pequenas solidariedades, que nos emocionavam muito. Lembro do Frazão, do Queiroz, do Minhoca (Alexandre Vannucchi)...

No colegial, a gente também procurava fazer cartas de denúncia. De vez em quando, aparecia algum documento de organização, e as pessoas falavam: “olha, não vai andar com isso no bolso, esse pessoal é da pesada, leninista! É coisa séria!”. Mas eu tinha uma idéia difusa de que estávamos sendo reprimidos e que a gente tinha que se manter organizado, fazendo algumas coisas. Isso em 1966, 1967.

Antes disso, tinha uma atividade. Me formei em eletricidade no SENAI. Os estudantes são funcionários de empresas e recebem o curso por uma obrigação legal. Trabalhei desde os dez anos, fazia entregas na perfumaria da minha avó. Lá se lavava vidro, rotulava, entregava coisas. Eu achava emocionante ir no caminhão ajudar a fazer entrega, tinha orgulho de estar lá. Nessa fábrica, não tinha nada. Eu e um outro menino éramos os dois únicos meninos brancos, e nós éramos bem mais ingênuos perto dos outros. Eu nunca tinha tomado um café na vida. Uma vez, voltei logo da entrega, e eles me repreenderam: “isso não se faz, você tem que enrolar na rua, senão você trabalha mais!”. Tinha esse tipo de aprendizado, experiências semelhantes às que o Taylor enfrentou, das pessoas procurarem resistir mantendo um ritmo que lhes é conveniente.

No SENAI havia uma disciplina muito forte. Quando chegávamos atrasados, éramos punidos. Não tínhamos nenhuma politização, mas lembro de uma ação bonita. Tínhamos raiva de certas pessoas da direção que puniam, humilhavam a gente. Um dia, promoveram uma atividade cívica para mostrar a eficiência da brigada anti-incêndio. Fizeram uma grande fogueira, e tinha um pessoal numa tribuna de honra. Combinamos uma forma de encharcá-los. E foi um sucesso! Acabamos com a festa! Ficamos muito orgulhosos disso. O móvel da ação foi que um dos empregados da Light chegou um pouco atrasado, então não pôde entrar. Eles não podiam

faltar. Argumentamos, pedimos para abrir uma exceção, mas eles não cederam. Era algo espontâneo. Eu ainda fui orador dessa turma. Meu pai me ajudava a preparar os discursos. O assistente social fazia a supervisão, e ele cortou um monte de coisas. Eu falava mal do Duque de Caxias... Eram coisas do meu pai.

Mas no SENAI não tive contato com organizações de esquerda. No ginásio e no colegial tinha, mas eu não sabia. No cursinho também não sabia quais eram, só soube no primeiro ano de Faculdade, quando comecei a militar na PO, por causa do Wolf, que vinha daquela classe do Elias, do Laerte, da Tutinha, do Jerri... O Elias era do MCI. O contato com o primeiro ano era feito pelo segundo, e já havia gente ligada às organizações de enfrentamento direto – ALN, VPR... Estavam no quarto ano, por aí.

Lembro muito bem do dia em que cheguei na Faculdade. Tinha vindo de uma noite de jogo de pôquer com professores e estudantes do Equipe. Depois do cursinho, continuei o ano todo em contato com esse pessoal. A primeira pessoa que encontrei foi o Nenê, Carlos Eduardo Lacaz. Nossa turma da Psicologia se encontra até hoje. A gente se reuniu muitas vezes na casa da Cristina. O pai dela era uma pessoa muito aberta. Nós fomos à rua pintados para arrecadar dinheiro. E lembro muito bem que não arrecadávamos para beber; tínhamos muito zelo por esse dinheiro. Era impensável pegá-lo para nós. Parte dele foi para uma chopada, junto com a Geologia, para as entidades.

Nessa época, começou-se a organizar uma comissão provisória do DCE. Logo depois, fizemos um movimento porque recebemos um questionário sobre a renda dos alunos. Na época, interpretamos como uma preparação para implantar o ensino pago. Chamamos o coordenador do COSEAS e dissemos que não iríamos entregar aquilo.

Os grupos de panfletagem nas eleições e no primeiro de maio eram outra atividade. Era perigoso ser pego com esse material. Decidimos fazer cartas mais completas para distribuir em bairros operários. Muita gente foi fazer isso. A gente só conhecia o grupo da gente, não conhecia os vários outros. Indo para outros locais, encontrávamos gente conhecida da escola: “esse fulano também está!”. E gostava muito disso. Era uma situação em que sentíamos muito medo, mas não se falava disso.

Isso já eram atividades de aprendizado. O pessoal que dava o treino de esquema de proteção tinha esperança de recrutar gente para os grupos de enfrentamento militar. A AP fazia isso, eles tinham esquemas melhores que os nossos. Como eram menos doutrinários, tinham menos preocupação com a formação teórica, podiam escrever os textos com mais liberdade. Eles

tinham a idéia que, nos primeiros textos que você fazia, não tinha muita importância ser tão preciso em relação àquilo que a organização pensa. O importante era ter a experiência de um fazer coletivo. A PO era muito mais encardida. Como tinha posições mais ou menos claras, enfrentava dificuldades de colocá-las na produção dos documentos. A AP e o PC do B conseguiam muito mais gente na época.

Essa recepção dos bixos foi minha primeira experiência política universitária, e depois não paramos mais. Na minha turma se formaram dois grupos. Um que ficou mais próximo da PO, e outro que ficou próximo daquilo que a gente achava na época que era a tendência de massa da ALN. Na primeira eleição, eles ganharam a AUEP.

Lembro que a UEE tinha esquemas de discussão mais clandestinos. A UNE, o Honestino e o Luís... Honestino era uma pessoa muito bem quista, muito dedicada, falava coisas desconcertantes para a gente. Não entendíamos nada... Ele dizia: “companheiro, psicologia é uma coisa importante para os povos de todo mundo, porque o Marx disse que temos que entender o psiquismo humano, e ele mesmo pretendia escrever uma parte d’O Capital dedicada à psicologia. Essa é uma tarefa que ficou para vocês”. E a gente ficava pasmo de que alguém supusesse que a gente tivesse algo tão importante a fazer. E ele falava muito sério. As eleições da UEE eram indiretas, fazíamos grupos para discutir as chapas. Tinha a posição do Honestino e a posição do pessoal do enfrentamento direto, que estava na UEE, ligada à Psico.

Havia grupos de estudo, de formação operária. Comecei a dar aula de matemática para grupos operários, e também a produzir documentos da organização. Não lembro o nome da tendência estudantil da PO. É possível que seja Alternativa.

Havia níveis. No primeiro ano, entrei na tendência estudantil. Havia primeiro o pessoal recrutado pela tendência, que não sabia que era da PO, trabalhava junto por afinidade. E tinha o pessoal da tendência estudantil da PO, que também se reunia à parte. Depois, tinha a célula estudantil da PO... Ao todo, deveriam ser umas dez pessoas (riso). E daí tinha a PO, que discutia trabalho operário. Cheguei até uma célula estudantil, onde se discutia a política universitária. Depois, fui para o movimento de professores, formamos um grupo de oposição e ganhamos a APEOESP. Daí, foi possível fazer uma tendência forte, ter representantes parlamentares do PT.

Lembro que fazíamos panfletagem pelo voto nulo. A primeira eleição que fiquei com dúvida em relação a isso foi uma em que o Carvalho Pinto era candidato contra o Quércia. O Ulisses não quis sair. Todos achavam que o Carvalho Pinto era imbatível. A nossa percepção era que o Ulisses se equivocou, não quis se expor. O Quércia massacrou o Carvalho Pinto. Em parte,

defendíamos o voto nulo dizendo que “era tudo igual”. Em parte, porque na verdade não tinha jeito de ganhar. Era uma eleição de cartas marcadas. Quando vimos a possibilidade do MDB ganhar, pensamos se não era o caso de dar uma tunda histórica, derrotar o candidato da Ditadura. Eu coloquei essa discussão na tendência estudantil. O Wolf ficou indignado: “vamos abandonar essa bandeira histórica?”. Passei a defender o voto nulo, mas não fiquei convencido.

A questão do centralismo era muito clara. Discutíamos as questões, mas acabávamos ficando com uma só posição. E a posição que vinha da organização era mais forte, mais consolidada, com mais base argumentativa. Além disso, os colegas que traziam essa posição eram pessoas de muito respeito, tínhamos muito carinho. Sabíamos que eles eram militantes de um nível superior, e se sacrificavam por isso. Lembro de muitas vezes ter começado com uma posição e no fim ter ficado com outra. Entrava com uma posição intuitiva, e acabava concordando com a posição da organização. Depois eu vi que muitas vezes a intuição era melhor, porque essa discussão trazida era feita por pessoas que estavam na clandestinidade, sem muito contato com a rua, com a universidade. Isso dificultava pensar propostas que podiam ter sucesso. Eu estava convencido da importância da luta democrática, e a organização achava que não tinha cabimento. E eu acabei me convencendo que ela não tinha cabimento, e passei a combater essa idéia, muito convencido de que ela era uma bandeira populista que atrasava a luta socialista. Foi um engano.

Uma coisa correta da PO era concluir que a luta armada não tinha nenhuma chance de vitória. Inclusive, se criticava muito a falta de consistência teórica e política dos grupos de enfrentamento armado. Isso era uma coisa que doía para a gente. Por outro lado, tínhamos desejo de colaborar com eles porque sabíamos que estavam arrastando um peso grande. A gente tinha muita disposição de colaborar, e era com muita dor que criticávamos, apontávamos a falta de perspectiva dessas propostas.

No início da militância política, no Equipe, havia também coisas diferentes, eventos culturais. Era aquele rapaz, o Serginho Groissman, que organizava essas coisas. Quem vendia uma variedade de coisas no cursinho era o Márcio, que depois foi dono daquele restaurante na Augusta que lançou o amarelo nas Diretas. Era um lugar de reunião do pessoal de esquerda, de intelectuais.

Cheguei muito disposto na universidade, procurando encontrar o pessoal de esquerda. Entrei em 1970. Na Psicologia havia todas as organizações atuantes na época. No primeiro ano, tentamos fazer uma atividade comum, onde ficou claro um esquema de cooperação entre elas. O

Pecesão ficava um pouco fora disso. Nessa organização do primeiro Bixusp, houve manifestações de teatro, exposições de poemas, sempre com um acentuado conteúdo político. Na época, as organizações se aproximavam das pessoas que pareciam propensas, que tinham simpatia pela esquerda, e propunham cursos, atividades de discussão e estudo. Entrei em um. Não se colocava como um curso de formação de quadros, mas como um grupo de estudos; mas era uma oportunidade dos estudantes mais experientes observarem o interesse daqueles que estavam entrando e depois convidarem para o ingresso na tendência estudantil da qual eles faziam parte. O pessoal que me pareceu mais interessante foi quem depois eu vim a saber que era ligado à POLOP. No segundo ano, já atuava como porta-voz dessa tendência.

A POLOP não era majoritária nem na universidade, nem na Psicologia. Não me lembro exatamente, mas fizemos parte da diretoria do Centro Acadêmico logo depois que entramos. Era uma tradição os estudantes passarem o CA para aqueles que estavam ingressando, assim que eles tomassem pé da universidade. Logo depois, no que seria o segundo mandato, houve disputa e nós não ganhamos. O pessoal que ganhou era ligado a Ana Luisa, a Cleide... A Ana Luisa depois foi presa, esteve fora do país. Nós não tínhamos muita certeza de que grupo elas eram, mas achávamos que era a tendência de massa da ALN. Chamava tendência de massa porque os grupos de enfrentamento direto achavam que não havia possibilidade de enfrentar o Regime através de movimento de massa. A luta teria que ser feita através de grupos clandestinos que pudessem resistir mais. Essa vertente da ALN achava que era necessário fazer um trabalho que, ainda que objetivasse o recrutamento de quadros para a guerrilha, enfocasse também o movimento estudantil enquanto movimento.

Naquele tempo eram proibidas assembleias, passeatas, ou mesmo reuniões. Havia uma compreensão de que o período em que isso era possível havia passado, que a desarticulação do movimento estudantil em 1969 foi possível porque todas as pessoas ficaram conhecidas, impossibilitando que houvesse um recuo organizado, com o avanço da repressão, para grupamentos clandestinos. Como havia uma tradição forte de movimento de massas, as pessoas se conheciam, não havia uma aprendizagem de estruturas clandestinas. Estava se aprendendo lá, naquela hora. Havia informações de outros lugares do mundo que a gente estudava sobre luta clandestina.

Na tendência estudantil da POLOP, já tinha tido um racha entre o pessoal que foi para a luta armada e o pessoal que achava que a luta armada era suicida. Todo movimento de 1968 foi desarticulado, a ditadura conseguiu um razoável sucesso econômico com o Milagre Brasileiro. Depois, viríamos a saber que isso custou parte considerável da dívida externa, mas o país parecia estar em expansão. Isso unificou grande parte da opinião pública a favor da ditadura. 1970 foi um

momento ufanista, aquela campanha *Ame-o ou deixe-o*, na época do Médici. A repressão era muito forte contra a esquerda, mas tinha emprego, atividade econômica, muita gente enriquecendo. Na visão da gente, essa possibilidade de lucro fácil, conseguida pela derrota da esquerda, com a garantia de uma mão de obra barata e ordeira, possibilitava um retorno muito alto de capital. Se havia alguma divisão no pólo da direita, ela começou a se apresentar mais coesa ao lado da Ditadura Militar. E a esquerda ficou mais distante da possibilidade de se unir a forças que em outros momentos poderiam ser progressistas. Como isso possibilitou um avanço muito grande da repressão, com a criação da OBAN, com uma política de extermínio, com prisões e mortes, minha organização fazia a análise que, no momento, nós tínhamos que trabalhar para a preservação física da esquerda. Estávamos vendo a destruição das pessoas e a desarticulação dos grupos. E preservação da própria teoria política, dos estudos do materialismo histórico. Tudo isso estava proibido, não circulava, não era ensinado na universidade. A idéia era fazer um recuo para uma organização clandestina desenvolver fortemente a teoria, o marxismo-leninismo, com uma política muito cuidadosa, muito prudente, de formação de quadros. Nisso, poderíamos resistir, e numa conjuntura mais favorável, quando o modelo econômico começasse a ter mais dificuldades e fosse dissolvida essa unificação dos setores da direita, a gente pudesse intervir, retomar um movimento de massa a partir de quadros que estariam preservados por essa política de recuo organizado.

As organizações que não pensaram algo parecido foram duramente atingidas. Ou desapareceram, ou tiveram muitas baixas. Quem não tinha uma organização tecnicamente boa na clandestinidade, sofria muito. Os quadros caíam, e dava aquele efeito dominó: eram torturados, acabavam vazando informações, caíam outros... Eram presos, mortos, ou obrigados a fugir, a entrar em uma vida que impossibilitava qualquer tipo de atuação. Isso tinha custo, tinha que manter essas pessoas.

De fato, muitas coisas que a gente pensava na época não estavam corretas. No movimento estudantil, especificamente, nós achávamos que não havia possibilidade de politização. Na época, nosso grande erro foi achar que o movimento estudantil tinha que ser em torno de ações educacionais, não de questões políticas. Por exemplo, nós não achávamos que a democracia deveria ser propagandeada, achávamos que essa ruptura formava uma geração estudantil que não herdou a tradição política de 1968, então teríamos que iniciar de novo, em torno das contradições mais imediatas, de caráter estudantil, como a política educacional, por exemplo. As tendências que depois formariam a LIBELU tinham um entendimento diferente. Para eles, o movimento estudantil teria que encontrar palavras de ordem capazes de reavivá-lo e colocá-lo em contato com outros movimentos sociais. Foi de onde saiu a palavra “liberdades

democráticas”. Era uma bandeira bem momentânea, tanto que rapidamente deixou de ter sentido, assim que o movimento se ampliou. “Liberdades democráticas” é um eufemismo para quem não pode fazer uma luta aberta contra a Ditadura. Era a situação que nós vivíamos. Não nos achávamos fortes o suficiente para isso, denunciando a Ditadura como ditadura. Além de ter apoio, o governo mexia muito bem a mídia.

Na época, a organização principal que formava a LIBELU chamava O Trabalho. Tinha algumas variantes, com nomes parecidos. Grupos que na época eram liderados pelo Sokol, que fazem parte das tendências mais à esquerda do PT. Nós achávamos que eles estavam enganados, primeiro porque precipitavam uma luta política que não tinha condição de acontecer, não havia força suficiente. Segundo, porque não víamos sentido em uma luta que a gente achava que tinha sido esgotada em 1968. A luta pela retomada da democracia burguesa estava perdida. Agora, deveria ser desenvolvida uma luta longa, demorada, para a instauração de um novo tipo de poder, como soviets e coisas assim.

Quando havia campanhas eleitorais, éramos sempre pelo voto nulo, até 1973. Nossas reuniões eram muito disciplinadas. Começavam com informes, havia uma pauta definida. Normalmente, renovávamos uma análise de conjuntura em que fazíamos uma avaliação de forças, do panorama nacional, da questão estudantil... E se começava a apreciar a pauta e tomar decisões com base nessas discussões mais gerais que antecederiam a pauta. Funcionavam muito bem, havia tempos marcados para realizá-las e a gente cumpria rigorosamente. De uma forma ou de outra, obtínhamos respostas para todas as questões que motivavam a reunião.

Em 1973, houve o primeiro sinal de esgotamento dessa expansão da economia brasileira, começaram a acontecer as primeiras filas para conseguir produtos que faltavam, houve problema de fornecimento de farinha, feijão... Isso começou a produzir críticas à política econômica e fortalecer candidaturas de oposição. Foi quando apareceram nomes como o do Quércia, antes sem expressão. Ficou muito forte o nome do Montoro, entre outros do MDB. A partir de então, percebíamos que o movimento estudantil podia aparecer mais, que as entidades tinham espaço, que era possível fazer grandes assembleias. Era possível enfrentar alguns ataques da Ditadura, como por exemplo assassinatos de militantes e prisões. É a época da resposta ao assassinato do Minhoca, depois do Vladimir Herzog.

Em 1974, se criou o Comitê de Defesa dos Presos Políticos (CDPP), que viria a ser um movimento forte, mas pouco lembrado. O que poderia ter dado manutenção à lembrança do CDPP seria a preservação de documentos produzidos na época, e também a permanência de contato com as pessoas que participaram, mas houve uma certa descontinuidade. No lugar onde

hoje fica a Psicologia funcionavam também os cursos de Ciências Sociais, de Filosofia e de Letras. Nós ocupávamos prédios bastante precários, e num deles havia um salão grande. Acho que ele deveria ter sido preservado, porque aconteceram muitas coisas interessantes lá. Era onde se faziam as grandes reuniões. E houve prisão de várias pessoas. Você deve ter visto em outros lugares como foram difíceis de serem realizadas as manifestações em torno da morte do Alexandre. A gente conseguiu fazer aquela missa da Sé, mas as pessoas não podiam ficar fora da Igreja. Quem ficasse fora talvez não conseguisse voltar para casa. Mesmo dentro da igreja havia câmeras e policiais registrando a cara das pessoas. Havia pretensos canais de televisão que tiravam closes de pessoa por pessoa, que eram na verdade câmeras de organismos da repressão. A missa foi cercada por brucutus. Todos foram com um esquema muito preciso de segurança e averiguação. Foi muito difícil fazer aquilo.

Em 1974, também houve uma série de prisões. Quando acontecem prisões, é importante entender que a coisa complicava muito, porque parte dos estudantes de esquerda tinha que recuar para se proteger fisicamente. Quando prendem pessoas, significa que a repressão está tendo informação de pessoas que estão atuando. Era uma situação que produzia um sofrimento subjetivo muito grande. Nos momentos de mais indignação, com mais necessidade de fazer alguma coisa, estávamos sob risco de sermos presos em casa, andando na rua. E nossas prisões conduziram a outras, tínhamos obrigação de evitá-las. Por um lado, havia o desejo de protestar, de denunciar. Por outro, percebia-se a necessidade de estancar a queda. Você precisava desmobilizar aparelhos que podiam ser revelados por pessoas sob tortura. Por exemplo, algumas pessoas importantes não podiam estar presentes em assembleias, obrigadas a um recuo.

Às vezes a gente conseguia garantir a presença de pessoas que julgávamos essenciais naquele momento, planejando rotas de fuga em caso de necessidade. Havia maneiras de perceber, com antecedência, a aproximação de forças policiais no campus. Isso tudo em uma época sem celular e Internet. Fazíamos isso com muita habilidade, ensaiávamos, fazíamos simulações. E funcionava bem. A gente vigiava as pontes, os acessos à Cidade Universitária, tínhamos esquemas de comunicação com luzes que informavam a gente até a assembleia.

O CDPP foi feito desse jeito. Pessoas tinham sido presas, e estava acontecendo esse movimento de estancar prisões. A gente já tinha aprendido que não era uma questão de educação, formação para não falar. Já tínhamos compreendido claramente que era impossível evitar que fossem extraídas informações, porque as pessoas são falíveis, os corpos sofrem. A repressão tinha uma tecnologia de produzir sofrimento suficiente para desorientar militantes firmes, pessoas absolutamente fiéis, honestas, corajosas. A instrução que a gente tinha era agüentar 24 horas, tentar segurar informações durante 48 horas, e depois, toda informação que

você tinha, todos os efeitos que ela poderia produzir, já estavam reorganizadas: os aparelhos já tinham sido esvaziados, os nomes já tinham sido trocados... Isso era eficiente.

O CDPP foi feito nessas condições, com as organizações recuadas, mas querendo dar uma resposta. Ele teve o interesse de todas as organizações de esquerda na Cidade Universitária. Começou como um sistema de denúncia das prisões que tinham acontecido, e se convocou uma reunião em um desses blocos. Provavelmente ele está lá entre esses prédios construídos, marcando uma área que para nós era muito importante. Um espaço amplo, grande... A gente imaginava que ia conseguir bastante gente participando daquela assembléia, e fizemos esforço para isso. Todas as organizações mandaram representantes para discutir as propostas. A gente entendia que havia uma série de propostas que a gente fazia, mas que sempre sobrava nós mesmos para executá-las. Além dos quadros que já conhecíamos, havia pouca adesão. As pessoas até iam às reuniões, mas não se dispunham a executá-las, produzir documentos etc. Tudo isso era clandestino, difícil de fazer.

Então, preparamos as coisas. Como sempre, combinávamos quem ia fazer a abertura, quem pediria a palavra e quem seguiria. Terminado o período de discussão, se abriria para a colocação das propostas. A gente já estava com as propostas prontas, sem prejuízo de propostas que aparecessem de pessoas que não estavam organizadas. Mas a gente imaginava que não podíamos deixar os acontecimentos ao sabor da disposição espontânea das pessoas que estivessem lá. Se a gente não organizasse as possibilidades daquela reunião, ela podia não surtir efeito.

Na ocasião, se propôs a formação do CDPP. Tínhamos que compor os quadros do comitê. Como ele se estruturaria? Seriam representantes de escolas? De centros acadêmicos? Como seria sua estrutura para que fosse eficiente para a divulgação das prisões e desaparecimentos, e eventualmente para a libertação das pessoas? O principal era propagandear o nome dos presos, dentro e fora do Brasil, para a ditadura pensar duas vezes antes de eliminá-los. Houve uma consideração retórica de um companheiro do centro acadêmico das Ciências Sociais, a quem cabia o primeiro encaminhamento na discussão, que ia fazer a primeira proposta de como seria composto o CDPP. Não me lembro como era, mas seria uma estrutura muito restrita. As pessoas podiam se inscrever, mas a gente já sabia mais ou menos as pessoas que se inscreveriam, porque a gente esperava que ninguém além desses se inscrevesse, como sempre acontecia. Por uma questão retórica, ele propôs que todos os presentes na assembléia constituíssem o Comitê de Defesa dos Presos Políticos. Todos! Eram algo como duas mil pessoas. E a gente formava comissões de seis, oito pessoas. Nessa altura, já tinha sido decidida a estrutura do CDPP, com organismos para produzir documentos, para levantar endereços, fazer contatos no país e no

exterior, para fazer a segurança... E ele propôs, por mera retórica, que todos os presentes constituíssem esses subgrupos. Imaginávamos que iriam aparecer nós mesmos e mais alguns. E praticamente ninguém foi embora! Algumas pessoas podem dizer que era isso que se esperava. Eu posso garantir que foi uma absoluta surpresa. Eu discuti com praticamente todas as pessoas que estavam participando do movimento estudantil, e um olhava para a cara do outro atônito.

Formaram-se grupos com 600 pessoas. Nem sabíamos como trabalhar com tanta gente. Ao invés de um esvaziamento, houve um adensamento em torno das pessoas que formariam os grupos. Onde íamos nos reunir com tantas pessoas? Imaginávamos grupos pequenos, nos lugares mais protegidos que tínhamos. A gente propôs então que permanecêssemos ali por tempo indeterminado (riso). Na verdade, ninguém pensava nisso, nos ocorreu no momento. E as pessoas aceitaram e permaneceram!

A USP foi cercada, e as pessoas continuaram lá. Muitas pessoas. Começaram a ser produzidas cartas, confeccionados envelopes com endereços, aos milhares, estabelecendo formas de transmissão das denúncias por telefone, contatos com jornais, com rádios que pudessem colocar as denúncias de alguma maneira que driblasse a censura. O Comitê de redação tinha dezenas de pessoas. Não me lembro precisamente, mas era uma daquelas semanas que normalmente eram feriados universitários, o que para a gente era ruim, podia provocar um esvaziamento. E o CDPP entrou por essa semana com centenas de pessoas na universidade, produzindo e enviando denúncias.

Era um trabalho difícil. Se a gente colocasse como remetentes as entidades estudantis, as cartas não iam. Se a gente colocasse endereços de pessoas, elas podiam ser procuradas pela repressão. Isso não era justo. Fazíamos uma combinação de endereços, de ruas que existiam com números que não existiam de maneira que o remetente não remetesse a ninguém.

Eles cercaram a universidade, impediram a entrada de pessoas e portanto de alimentação. Cortaram água, luz... Mas, para nós, fechar a Cidade Universitária não era algo que eles conseguissem. Podíamos entrar com razoável facilidade. Eles fechavam as entradas principais e pontes de acesso, mas havia outras rotas. Não houve problemas de abastecimento. Problemas de luz resolvemos com outras formas de iluminação. O CDPP funcionou a semana toda, até a retomada das aulas.

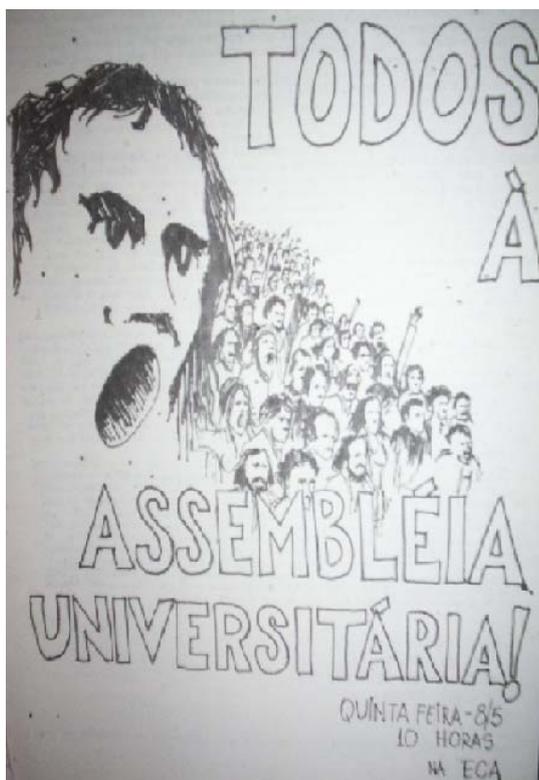


Imagem 16: documento convocando os estudantes para Assembléia durante a greve na ECA, em 1975.

Fonte: Arquivos do CAII



Imagem 17: Cartaz da campanha pela Anistia
Fonte: www.fpabramo.org.br.

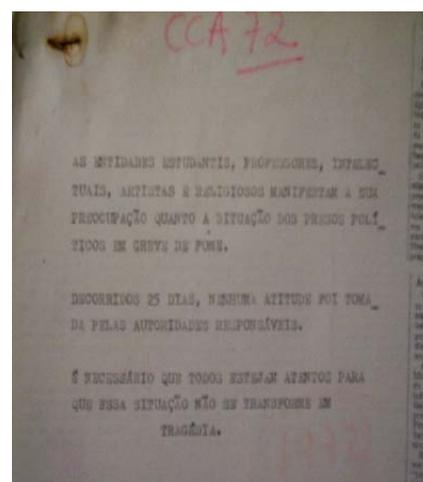


Imagem 18: documento em apoio aos presos políticos em greve de fome, assinado pelo CCA.
Fonte: Arquivos do CAII.

Foi uma experiência que aconteceu no tempo intermediário entre as grandes, e difíceis, mobilizações da morte do Alexandre Vannucchi e do Vladimir Herzog. A conjuntura ainda estava amplamente favorável à ditadura. Só para ter uma idéia, não tínhamos as mínimas condições de fazer uma manifestação de rua. Tínhamos uma dificuldade tremenda de colocar cartazes nas ruas. Para fazer isso, tinha um esquema de proteção, e algumas pessoas de rosto coberto pregavam na traseira do ônibus um cartaz de denúncia, sem que o pessoal do ônibus visse. Depois, as pessoas eram tiradas rapidamente do local com veículos de chapa fria. Nossa esperança era que o ônibus pudesse circular um bom pedaço com aquilo antes de tirarem. Outra estratégia era montar uns espetáculos teatrais, rápidos, de denúncia, em pontos de ônibus, em lugares com concentração de pessoas. Uma denúncia falada, gritada, distribuindo papéis, tirando as pessoas rapidamente do local. Fazíamos isso com muita eficiência. Eu não lembro de ninguém preso nessas circunstâncias. Se um policial comum tentasse deter alguém, havia pessoas em volta que o derrubariam prontamente, havia rotas de fuga...

A gente não conseguia sair da universidade, a não ser desse jeito. Isso não era noticiado em lugar nenhum. Se você for procurar CDPP na imprensa, não acha. Daí a dificuldade de lembrá-lo.

Ainda não tínhamos condições de sair para as ruas, mas conseguimos reunir um número de pessoas além de nossas expectativas, sinal de que as coisas estavam melhorando. Um ano depois do CDPP aconteceu a morte do Vladimir Herzog. Na missa, as condições eram bem mais favoráveis do que na do Alexandre Vannucchi. Já tínhamos colaboração de outros setores. O grosso das pessoas que realizou a missa eram estudantes, mas havia presença de parlamentares, de outras pessoas. Na do Alexandre, éramos praticamente nós. Não havia apoio da imprensa. Não que os jornalistas não quisessem apoiar, mas não encontravam como. Na do Vladimir Herzog, tínhamos informação pela rádio das rotas que podiam permitir a chegada na Praça da Sé. Foi montada uma operação policial para impedir a manifestação, chamada Operação Gutenberg, produzindo uma série de barreiras policiais. Então, você estava ouvindo um programa no rádio, entrava um fulano falando: “o trânsito em São Paulo: trânsito bom nesse sentido, congestionamento sério em tal trecho, possível acidente”. Já sabíamos que lá tinha barreira. Aí, ele dizia: “quem quiser se deslocar para tal trecho pega tal e tal rua”. Dava a rota alternativa para chegar. Em um certo momento, o radialista diz: “há congestionamento aqui, ali, lá... Pessoal, infelizmente agora é impossível chegar à Praça da Sé” (riso). A polícia não era aquela de 1968, incapaz de evitar manifestações. Era um pessoal treinado, portanto muito móvel. Mas uma parcela considerável das pessoas chegou. A Operação Gutenberg não obteve sucesso na tentativa

de fazer parecer que a população repudiava ações desse tipo. Ocupamos boa parte da praça, mas nada perto das grandes manifestações das Diretas. Tudo isso estava muito longe.

Éramos poucos na verdade, ainda que naquela altura já se pudéssemos contar na ordem dos milhares. Não havia possibilidade física de nos empurrar a todos para dentro da igreja. Isso significava para nós a possibilidade de ter contato com a rua, das pessoas verem as manifestações. Era a possibilidade de ter um pé na rua pública.

A morte do Herzog mobilizou muitos setores. Todos nós sabíamos que não havia sentido matá-lo. Sem parecer que isso seja algo negativo, ele fazia parte de uma corrente política que tinha as propostas mais moderadas dentro da esquerda. Abateu-se sem nenhuma razão um militante da organização mais propensa ao diálogo com os diferentes setores progressistas, que era o PCB.

De 1970 a 1972, havia muita dificuldade de alguma manifestação de peso. Tudo era circunscrito à universidade. Lembro que na ECA tinha um diretor especialmente de direita, que se tornou reitor da UNESP. Aliás, ilegalmente. Era uma pessoa do chamado bando da Lua, um grupo de professores de extrema direita da USP, muito ligados à Ditadura. E vinha perseguindo os alunos, fazendo tentativas de enquadrá-los no 477⁴¹, coisas assim. O pessoal dos grupos políticos e do CA da Comunicações não tinha como denunciar os fatos, pois isso daria possibilidades deles serem presos e desaparecerem. Fizemos algo parecido ao que acontece hoje quando se formam essas forças especiais, de pessoas de cada estado para intervir em uma situação de crise (riso). Nos reunimos, em torno do DCE clandestino, representantes de outras unidades para produzir o levante das turmas na ECA. Isso era difícil de fazer, era preciso entrar em sala de pessoas que você não conhecia. E conseguir a adesão dos estudantes não era fácil. Eu fui uma das pessoas destacadas para isso. Conseguimos uma resposta muito boa, produzindo depois uma manifestação grande em frente à ECA, uma das primeiras dentro da USP.

Hoje, qualquer grupamento consegue fazer um comício em espaços públicos, parece uma brincadeira, mas na época se corria muito risco. A propaganda contra a esquerda estava em todos os lugares, as pessoas tinham muito medo. A idéia de subversivo assustava a população. Nossa mobilidade era pequena e a imprensa estava totalmente amordaçada.

⁴¹ O decreto No. 477 de 1969, expedido pelo Governo Militar, combinava disposições sobre a necessidade de reestruturação administrativa da universidade, baseadas no modelo das grandes empresas, com orientações sobre a disciplina e controle político sobre professores e estudantes (Cf. CHAUI, 2001).

Na verdade, não consigo lembrar das questões que foram discutidas nessa mobilização. Lembro mais dos erros (riso). Eles produziam muito mais preocupação na época. A gente errava muito também. Um ou outro ia falar espontaneamente o que achava, mas a maioria das pessoas tinha discutido com suas organizações o que fazer, estavam inscritas para falar coisas extremamente precisas e discutidas. Havia as diferenças de programa, as linhas de propostas... De noite, delegamos a colocação de fecho a um companheiro que era muito inspirado, muito bom orador. E um poeta. Ele fez uma colocação em torno do mote que a revolução não será televisionada. A forma de exploração disso foi muito estranha para nós, ninguém entendeu bem. Colocar-se em público era algo que fazíamos com muita tensão, muita dificuldade. Lembro que uma vez me deu um branco, não tinha como continuar. Foi um lapso muito severo de memória. Nesse momento, estavam chegando alguns carros da Polícia Militar. Na hora, na impossibilidade de retomar o assunto, passei a me referir à presença deles, e deu certo. As pessoas viraram para os carros, vaiaram, manifestaram-se contra (riso).

Conseguimos fazer outra manifestação em 1970, 1971. Depois do prédio da História, tinha um gramado íngreme que chegava àquela avenida da Economia, e depois havia um descampado até o CRUSP. Nós íamos promover uma das primeiras concentrações dentro da Universidade. Ela seria próxima à hora do almoço para juntar um número maior de pessoas, ocupando amplamente esse gramado. As coisas ficaram muito mais difíceis porque, na época, se não me falha a memória, a ALN... Essas coisas nunca se sabe direito... A ALN era contra a retomada dos movimentos de massa, a favor dos grupos ação militar clandestinos, o que propunham com muita honestidade. Acreditavam mesmo que tentar reorganizar o movimento conduziria a uma nova derrota, com muita gente desaparecida. Eles colocaram um carro com panfletos, e supostamente com explosivos, em uma das avenidas da Universidade – acho que naquela que sai da avenida da Economia e vai para os barracões da Psico, atravessando a ECA. Era uma Kombi atravessada na rua, abandonada, com um autofalante lendo o editorial do jornal deles, com informações que em caso de qualquer aproximação do veículo ele seria explodido.

Na verdade, não tenho nenhuma informação que possa provar que isso foi feito pela ALN, ou por uma operação policial. Com isso, não quero dizer que uma possível manifestação da ALN teria o mesmo caráter. Eu compreendia que por motivos que eram abraçados sinceramente eles podiam fazer esse tipo de ação, pois sentiam que estavam cumprindo com sua obrigação, avaliando que as tendências que tentavam promover movimentos de massa naquele momento estavam enganadas. Era compreensível que eles fizessem uma ação desse tipo naquele momento. As forças policiais, por motivos totalmente diferentes, poderiam também ter tentado coadjuvar uma ação de massa com elementos e grupos do enfrentamento armado, imputando aos

manifestantes objetivos violentos. Não sei dizer quem fez a ação, mas o resultado foi que o campus ficou cheio de policiais, com as pontes e saídas fechadas. E as reuniões setoriais das várias escolas receberam estudantes que nunca tinham aparecido, que eram na verdade agentes infiltrados da polícia. O campus ficou cheio de pessoas desse tipo.

A polícia colocava pessoas de vários tipos, que ela achava que transitavam na universidade. Colocava uns hippies de quartel, uns soldados fantasiados. Inclusive, a gente comentava: “o cara nem teve a preocupação de disfarçar a marca do quepe no cabelo” (riso). Alguns até se colocavam em assembléia. Às vezes, detectávamos pessoas com gravador e máquinas fotográficas. Naquela época, não tínhamos nenhuma condição de interceptá-las. Denunciá-las colocaria o denunciante em risco. Nessas circunstâncias, quem se colocava eram pessoas que falavam coisas bastante defensáveis e ingênuas. Eram também pessoas distantes da militância em organizações de combate à ditadura. Por elas, não se chegaria à prisão de quadros. Estudantes simpatizantes não tinham informações a dar além de coisas do tipo: “recebi panfletos, acho que são reivindicações justas e falei”. E a polícia não teria mais nada a perguntar.

Na época, tínhamos um entendimento um pouco estereotipado das coisas. Quando foi criado o conjunto esportivo, nós fomos contra; acreditávamos que isso tinha o objetivo de promover dentro da universidade um desenfoque das questões políticas, de produzir uma universidade onde as pessoas estudassem e praticassem esporte, assim como a política educacional da Ditadura desejava. A esquerda universitária propôs o boicote ao conjunto, ainda que todos nós gostássemos de jogar bola, de piscina e tudo mais. E o conjunto ficou às moscas durante muito tempo, a ponto de alguns de seus setores serem fechados. A piscina é um lugar agradável, todos tinham vontade de usar, mas acreditávamos que esses oferecimentos tinham um sentido dissuasório de uma universidade politizada. Não tínhamos habilidade suficiente para incorporar o conjunto esportivo com forma de lazer compatível com expressões políticas. O conjunto aquático ficou desativado por um bom tempo. Quando ficou trancado, nos ocorreu a idéia de invadi-lo (riso). O funcionamento do conjunto aquático podia vir como uma conquista de movimento, dos estudantes. Fizemos isso com bastante sucesso. A invasão contou também com a participação da garotada pobre, que antes se refrescava no rio Pinheiros, que não era tão gravemente sujo como hoje.

Houve uma comissão reorganizadora do DCE que funcionou por um bom tempo. A criação do DCE, como entidade, era arriscada demais, algo que a conjuntura não suportava. Foi complicado tanto o processo de constituir o DCE como a decisão, porque a gente tateava, não

sabíamos se estávamos dando um passo maior que as pernas. Não sabíamos se tínhamos apoio político suficiente, se a conjuntura política permitia de alguma forma que sustentássemos entidades maiores que os CAs sem que fossem atacadas pela repressão. Em qualquer momento de 1970 poderíamos articular esse tipo de entidade, mas isso exporia pessoas a serem presas. E ser regularmente preso era o melhor que se podia esperar. As pessoas desapareciam, e quando se denunciava os órgãos de repressão negavam que estivessem com elas. Aliás, considerávamos um avanço quando as prisões eram reconhecidas, e melhor ainda quando as pessoas elas eram intimadas a se apresentar.

Eu lembro de uma situação em que o Geraldinho teve que se apresentar. Já era uma situação mais amena, porque eles mandaram uma intimação. Mesmo assim a gente não sabia se o sujeito voltava. Teve uma assembléia na História, e todo mundo abraçava o Geraldinho: “Gê, você vai, mas você vai voltar, nós vamos nos encontrar”. E o Gê chorava, e todo mundo com aquela solidariedade, o herói... E as coisas estavam mudando. Como a despedida foi muito efusiva, o Gê chegou um pouco atrasado na delegacia, e o sujeito que atendeu falou para ele voltar amanhã (riso). Aí ele voltou, e ficou uma coisa tão desmoralizante (riso). Que merda de repressão é essa que você chega atrasado e não vai preso? Começou a ter um verniz de legalidade. Começaram a acontecer essas coisas que a gente não entendia muito bem.

Na Psicologia, elaborávamos boletins e distribuíamos quando os estudantes ainda não haviam chegado. Chegávamos antes, vigiávamos os locais, colocávamos os boletins embaixo das carteiras. Havia um esquema para as pessoas saírem, e depois voltávamos para assistir aulas. Eram boletins de denúncia das pessoas que haviam sido presas, de ações da repressão. Também distribuíamos jornais com informações obtidas de jornalistas, que não saíam na imprensa. Como a gente temia algo que escandalosamente acontece hoje, da pessoa nem ler jornal, a gente tinha outra publicação, feita de recortes de jornais. Esse a gente podia distribuir livremente. Isso mantinha as pessoas informadas, o que a gente achava importante. Esse jornal era bastante aguardado, as pessoas tinham interesse, fazia sucesso. A distribuição de material clandestino era feita na universidade e também em fábricas, em concentrações como pontos de ônibus. Eram operações com um risco razoável. Mas todas as organizações socialistas acreditavam que se não conseguíssemos organizar os operários, não teríamos chance. Todos nós acreditávamos que somente a organização operária podia dar um norte consistente a um movimento socialista.

Havia ações conjuntas, feitas por diferentes organizações, dependendo do interesse delas em um determinado objetivo. Em momentos de eleições parlamentares, sempre em torno do

voto nulo. Em manifestações como o Primeiro de Maio, em que não havia participação da esquerda, eram os próprios governadores, nomeados pela Ditadura, que promoviam festas ou algo do tipo. A gente panfletava nessas concentrações. Eram momentos muito interessantes, de cooperação entre os grupos, que sabiam fazer coisas complementares.

A despeito da gente ter compreensões e propostas diferentes, e de debater de forma muito severa esses pontos de vista, tentando apontar enganos um nos outros, tínhamos um sentimento inequívoco de solidariedade, muito diferente do que a gente observa hoje ou no passado mais próximo, onde as pessoas se acusam de corrupção, entre outras coisas. Nem pensávamos nisso. Não havia. Você podia achar que uma organização estava completamente enganada por abraçar teses que você discordava, mas tínhamos absoluta certeza de que eles abraçavam essas teses com sinceridade, honestidade, e admirávamos o empenho que tinham. E a recíproca era verdadeira, ainda que o pessoal de combate direto considerasse que grande parte das tendências socialistas faria melhor se organizassem grupos de enfrentamento; e que essa política de formação de quadros de qualidade, de estudo do marxismo-leninismo, não era prioritária no momento. Eles tinham respeito por esse trabalho, estavam convencidos que era levado com sinceridade e seriedade. E quando a gente se juntava era bom, agradável. Éramos todos muito poucos, então era uma felicidade encontrar outros companheiros.

As análises de conjuntura, a produção de material político, não era o forte deles, mas para as estratégias de panfletagem eram bons. Lembro do Enzo avisando dos cuidados que deviam ser tomados, de como garantir medidas de segurança, contabilizar os militantes quando retornassem, garantir que ninguém tivesse sido seguido... Mesmo o próprio PCB, de quem a gente desconfiava bastante. Lembro de circunstâncias em que nos ajudaram para a falsificação de chapas e coisas do tipo. Eles tinham quadros em órgãos que podiam arrumar inclusive chapas reais. Você podia sujar a chapa de barro, podia colar fita isolante... Nesse caso, se o carro fosse parado, seria uma situação complicada. O interrogatório fica difícil quando você não tem como sustentar uma boa história. Tendo uma boa história, ainda que você passasse por espancamento, o interrogatório dificilmente chegaria a ponto de arrebentar você.

Se você tivesse provocado uma alteração evidentemente deliberada na chapa, ou fosse pegado com documento de organização clandestina, ainda podia inventar alguma coisa. Cansei de ver histórias inverossímeis colarem. Agora, se você tinha uma pilha de documentos de circulação interna de organização, não tinha jeito. Seguramente você tinha informação para dar, eles levavam o interrogatório até o limite necessário, eventualmente até a morte.

A relação dos grupos políticos, quando se podia fazer enfrentamento de propostas, não era muito diferente de outros momentos. Nos animava um desejo muito grande de levar a proposta à vitória. Como submeter a Ditadura à derrota era algo distante, e raramente tivemos a experiência de termos conseguido arrancar seus interesses, grande parte de nossa satisfação vinha de conseguir derrotar a corrente adversária em uma disputa democrática. Mas existiam valores claramente consensuais de que, por exemplo, você não podia apresentar uma informação falsa. Se um informe não fosse verídico, pelo menos era seguro que você o julgava verdadeiro. Você podia estar enganado, mas que alguém levasse uma informação falsa para apoiar uma proposta política, não se fazia. Se um grupamento de esquerda propunha uma ação conjunta, sabíamos que nem de longe isso tinha o objetivo de desviar as outras organizações de trabalhos que julgassem importantes. Havia um sentimento de solidariedade muito grande, e quando uma dessas organizações era atingida pela repressão, participávamos de todo o movimento de denúncia.

Sentíamos que podíamos confiar uns nos outros. Evidentemente, isso era uma coisa que valia para os quadros, gente de organizações e tendências estudantis. Agora, essa situação clandestina, de ter estudantes plantados pela polícia, levava por vezes a desconfiar absolutamente infundadas de colegas de sala. Isso acontecia com muita frequência. Um amigo, uma pessoa excelente, passou uma boa parte do curso com várias pessoas da esquerda pensando que ele era alguém infiltrado. Falo com ele nos encontros de turma, e hoje a gente comenta com muito bom humor esses momentos.

Às vezes, pessoas faziam manifestações espontâneas, sem serem ligadas a nenhum grupo de esquerda, porque se indignavam por alguma coisa. E a gente rapidamente fazia circular pelos grupos que não se tratava de um provocador. Tratava-se de uma pessoa indignada, que, apesar de ter falado com uma raiva até imprudente, em termos que estavam politicamente muito equivocados e confusos, era alguém que expressava uma indignação sincera. Muitas vezes isso acontecia. Víamos isso quando a polícia prendia pessoas que estavam muito distantes das organizações. Sabíamos que esse pessoal ia passar mal, apertado na repressão.

Mesmo os estudantes que não participavam de nada tinham essa percepção sabiam bem, ou tinham boa desconfiança, de que alguns estudantes participavam de organizações, mesmo que não soubessem de qual. Isso era impressionante. Aliás, o momento de saber era de uma solenidade... Eu lembro das vezes em que tive que falar qual era minha organização, nos momentos de convite a futuros quadros, a emoção corpórea, dessas de receber diploma, que a gente trata com banalidade mas que no momento sente. A despeito de você fazer aquela cara de “não estou nem aí”, sente que está dando um passo, com uma emoção muito forte. E as pessoas

reagiam com respeito, já tinham ouvido falar da organização, e o fato de saberem que você fazia parte dela era motivo de admiração e respeito.

Quando se prendia uma pessoa fracamente vinculada às organizações de esquerda, isso era percebido por muitos. Era evidente para os militantes, mas também para pessoas que não faziam parte de movimento algum. Às vezes aflorava uma coisa muito interessante. Quando essas pessoas eram presas, a indignação das pessoas não organizadas era mais fácil de ser apresentada. O sujeito se levantava e falava: “prenderam fulano de tal, que todo mundo sabe que não tem a ver com nada!”. Lembro de colegas dizerem: “onde estamos chegando? Prenderam fulano! Imagina!”. Bom, com isso ele estava querendo dizer: “que prendessem aquele. Não que a gente apóie, mas a gente sabe que ele está envolvido, é um fulano de esquerda, militando contra a Ditadura. Mas prenderam alguém que não tinha nada a ver com nada”. Quer dizer, era a percepção que a Ditadura exacerbava, transpunha o próprio enfrentamento ilegítimo e ilegal da esquerda, distribuindo porrada a torto e a direito.

Na verdade, quando o aparelho repressivo ficou mais apurado – OBAN, DOPS, DOI-CODI – isso era raro. Prisões aleatórias não eram comuns, mesmo porque não conduziram a nada. Além disso, quando aconteciam, em um interrogatório rápido eles percebiam o engano. Aliás, essa era uma conduta nas quais a gente era treinado, de se fazer de idiota. Éramos treinados de tal forma que, quando entrássemos em uma história, tínhamos muita informação para continuá-la. As organizações trabalhavam com álibis.

Lembro dessas circunstâncias em que pessoas foram presas e as primeiras manifestações em salas não foram de militantes, porque os militantes estavam reunindo seus coletivos e pensando como fazer uma denúncia responsável e segura, verificar a extensão da queda. Na medida em que circulava a notícia da prisão e chegava em uma pessoa que não estava organizada, ela se indignava e intervinha na aula: “não é possível!”. Eu lembro das pessoas, do rosto delas, e sinto como se fosse hoje o mesmo carinho que tínhamos por elas. Lembro de vários colegas. Lembro de comentários de várias pessoas por ocasião da prisão da Cris. Era uma pessoa que tinha simpatia pelas teses de esquerda, mas não estava em nenhuma organização de enfrentamento com a Ditadura. E ela é uma pessoa especialmente doce, delicada, sensível à arte, à cultura... Então, que a repressão a considerasse uma ameaça, ou capaz de arranhar a Ditadura, era uma coisa que ofendia até a inteligência da gente. Era uma pessoa atenta à esquerda, mas era injusto e absurdo tratá-la como uma combatente clandestina.

Os barracões eram o principal lugar da universidade. Estando o pessoal da Filosofia, de Letras, das Sociais, da Psicologia, era amplamente visitado por pessoas de outros lugares. Era um lugar com milhares de pessoas. E eram cursos muito atuantes, um lugar de amplo encontro, muito fácil de acontecerem coisas. Para tudo que se promovia, havia gente participando. Por ser um lugar pequeno, na verdade apertado, não permitia o isolamento dos cursos. Então, era muito comum que você assistisse aulas em outros cursos; por razão nenhuma, coisa que nunca constariam no seu currículo, só porque era interessante. E havia uma atividade intelectual muito forte. Não tínhamos acesso a uma série de livros que hoje são fáceis. Por aqueles espaços que era traduzido *O Capital*, o Reich, Rosa Luxemburgo, textos de autores leninistas... Nem tanto a minha turma, mas em turmas de dois, três anos anteriores, havia muitos alunos com uma habilidade grande em línguas estrangeiras. E havia professores muito engajados nas Ciências Sociais. Era também um local visitado por pessoas de fora do país. Imagino que vocês hoje, numa terça-feira, andando por lá, tenham alguma sensação de vazio, dependendo do horário. Era impossível ter isso. Era um lugar muito cheio, de manhã à noite. Lá estavam os principais cursos da antiga Faculdade de Filosofia, e a inadequação das acomodações até favorecia. Elas eram pequenas, muito quentes. Aquele corredor central estava sempre cheio. Aquele espaço da cantina estava também sempre lotado, era um lugar de muita troca de informação, de reuniões políticas e de convívio muito agradável. Existiam vários alunos que ficavam o tempo todo na universidade, bem além das aulas. Apareciam também eventualmente pessoas que tiveram participação importante e que se desligaram da universidade por questões políticas.

Promovíamos coisas como saraus, também para divulgar notícias. Havia festas também. Além de seu motivo manifesto, tinha a idéia de arrecadar fundos para as entidades: UEE, DCE. Algumas serviam para proteger reuniões clandestinas. Atrás da festa, em uma sala qualquer, havia pessoas procuradas discutindo o movimento estudantil. A arrecadação das festas podia financiar também parte da militância que vivia na clandestinidade.

Na medida em que os cursos foram se instalando de maneira mais cômoda, mais adequada para o funcionamento normal deles, esse contato ficou dependendo de esforços especiais, que nem sempre acontecem. Lá as pessoas necessariamente se esbarravam. Acho que foi uma sorte pegar esse período. Era uma época muito propícia ao encontro, vivia-se um ideário de proximidade com as pessoas. Isso é concomitante com uma ideologia meio hippie.

Em uma das palestras que o Foucault deu, eu estava jogando pingue-pongue quando as pessoas me avisaram. Hoje, alguém como o Foucault talvez não pudesse freqüentar aquele espaço, ou dificilmente se saberia dessa forma: “vamos lá...”.

Os estudantes eram, na época, o único movimento que aparecia. Não havia ainda as grandes greves do ABC. Havia uma solidariedade e uma admiração muito grande de outros setores em relação ao movimento estudantil. A Ditadura conseguiu calar todo mundo, mas ainda havia esse movimento, mesmo que fraco, mesmo sem conseguir sair das fronteiras da USP. O pessoal do exterior tinha esse sentimento muito forte de solidariedade, sentiam-se obrigados a nos apoiar. Era importante.

Eu não trocava as instalações modernas que os cursos têm hoje pelas da época. Coisas espontâneas rapidamente tinham grande participação, a possibilidade de convivência universitária era otimizada por essa dificuldade aparente.

Quando as coisas passam, a gente brinca com elas. Estava falando do CDPP como uma coisa alegre, mas era também uma atividade de muita preocupação. Estar lá cercados era algo difícil. Não tínhamos certeza de que em algum dia, com alguma distância, poderíamos lembrar tranqüilamente do que estava acontecendo. Hoje sei que nós podíamos sair com tranqüilidade, mas na hora que estávamos saindo, não tinha muita certeza, não sabíamos se eles iam ou não invadir.

Era também uma época tensa, tínhamos receio de desaparecer. Uma angústia muito grande quando um colega desaparecia. Havia muita prisão clandestina. Foi também uma época de muito sofrimento. E também exigia uma organização muito meticulosa, muito cuidadosa. E nós conseguimos reduzir drasticamente o número de prisões. A PO, particularmente, depois de 1971, conseguiu formas de segurança e trabalho muito eficientes. Evidentemente que com um crescimento muito pequeno (riso). Eram formas de organização muito precisas e custosas. Dava muito trabalho, era muito metuloso, muito rigoroso, o que estourava os nervos de muita gente.

Por outro lado, as pessoas que trabalharam nessas coisas e vêem essa história de anistia recíproca, aquele desmonte lento e gradual da Ditadura, essas formas amenas de transição para o sistema democrático, têm um certo ressentimento pelo fato de que nunca proclamou-se que a Ditadura perdeu: “nós sobrevivemos, e estamos convencidos de manter a democracia”. O desmonte do aparato repressivo aconteceu aos poucos, e às vezes percebemos que nem aconteceu. Quer dizer, nunca houve uma abertura total dos arquivos da Ditadura, é algo que se discute até hoje. A ocupação para uso popular dos prédios que serviram para encarcerar presos

políticos é recente. E hoje é muito fácil fazer discursos, mas eles poderiam ter sido feitos muito antes, e com muito mais significado. E essa possibilidade existia. Temo ser injusto. Eu inclusive não posso afirmar que não tenha sido a melhor opção, mas essa forma de reduzir ao máximo o conflito, o risco, fez com que os setores envolvidos com a Ditadura não tenham manifestado nenhum tipo de culpa ou arrependimento. Um pedido de desculpas, ou algo do tipo: “naquela época, acreditávamos que estávamos certos, mas agora vemos que não, e nem sabíamos de tantas brutalidades”. Coisas que aconteceram em outros lugares com muita força. Até a Igreja chegou a fazer pronunciamentos assim. Até hoje o Exército continua dizendo que tinha os melhores objetivos, que foi uma beleza, estavam enfrentando perigos que ameaçavam o Brasil. E esse perigo éramos nós.

Isso provoca certo ressentimento. Além da brutalidade evidente, dos assassinatos, das prisões, tinha também o efeito disso tudo na nossa subjetividade, evidente nas nossas vidas. Nós, para enfrentarmos esse tipo de luta, de vida clandestina, muitas vezes tivemos que formular juízos extremamente duros de colegas, suspeitas que não eram bem fundadas, e que não eram merecidas. Fomos pouco compreensivos com colegas que não agüentaram o tranco da repressão, ou não agüentaram ter uma disposição militante que nós achávamos essencial, mas que realmente era excessiva, difícil. Com a distância dos fatos, fico surpreso de como nos faltava sensibilidade para compreender o sofrimento que se expressava por uma desistência de continuar o trabalho, de não aderir a certas coisas que eram arriscadas. A sensação que tínhamos na época era de desprezo para com essas pessoas, fazíamos julgamentos muito rígidos, duros. Muito sinceramente, eu e amigos dessa época não queríamos que isso tivesse acontecido desse jeito.

Por exemplo, quando tínhamos que julgar uma conduta. Entre nós nunca houve justificação ou algo do tipo, mas precisamos desligar pessoas da organização quando achávamos que não podíamos mais confiar nelas. Era muito dolorido para a pessoa, produzia muito sofrimento. Eu sinto arrependimento. Muitas pessoas que conheço também. Se pudéssemos ter tido um pouco mais de sensibilidade, de compreensão... Nós devemos desculpas a muitas pessoas. Com várias que encontro, e com quem lembramos de certos debates, nos desculpamos mutuamente pela rigidez, pelas observações severas, pela desconfiança desmerecida.

Nós estamos orgulhosamente prontos a pedir desculpas. Mas essas forças, que estavam organizadas para submeterem as pessoas ao aparelho repressivo, delas nunca se ouviu esse tipo de manifestação. Seria muito mais fácil digerir uma anistia recíproca se nós pudéssemos ouvir de uns e de outros que todos nós lamentamos profundamente coisas que aconteceram naquela época. Infelizmente, há personagens do Exército que falam como se estivessem certos, salvo

alguns excessos. Como se a OBAN, o DOI-CODI fossem excessos, como se esse sistema de repressão fosse um mero acidente.

Não lamento esse período, porque foi muito rico, muito bom de ser vivido também. Mas imagino que podíamos ter tido uma compreensão mais generosa de muitos colegas. Sentimos culpa por não termos exercido a generosidade que potencialmente podia ser desenvolvida, que teve que se afunilar em dedicação e disciplina. Estávamos enfrentando condições duras, instituições severas, das quais nunca ouvimos nenhuma manifestação de arrependimento ou culpa.

Esse isolamento aconteceu com várias pessoas (choro). Lembro de colegas que tinham um comportamento exemplar, grandes militantes, generosos, que foram presos e que tentaram enfrentar o interrogatório de uma maneira... Corajosa, altiva, mas que foram muito torturados, e não puderam evitar perder o controle de informações que tinham. Isso não era uma fraqueza; compreendíamos claramente que em certas circunstâncias era absolutamente impossível evitar que informações pudessem ser colhidas. Agora, algumas pessoas perderam o controle disso, o que era perfeitamente compreensível, porque as técnicas de interrogatório procuravam produzir isso: as pessoas eram privadas de sono, exaustivamente espancadas, informadas que pessoas queridas estavam presas e tinham traído as informações que ela tentava guardar, ou que elas estavam em risco iminente... Técnicas apuradas para produzir a desorganização temporal, e coisas assim. E algumas pessoas acabaram oferecendo informações que eles entendiam bem que era necessário conter.

Lógico que a sensação que você tem depois disso é de vergonha: a pessoa se sente derrotada, perdedora. Sente-se em falta: “meus companheiros tinham confiança em mim, e eu não pude...”. E de fora, muitas vezes, os estudantes organizados tinham a idéia de que alguns comportamentos podiam ser caracterizados como colaboração. Que se o sujeito oferecesse informações a perguntas muito precisas, sobre o material que tinha caído, esse tipo de coisa, que era inegável que a pessoa tinha, era compreensível. Agora, que outras informações fossem fornecidas, para as quais a repressão não tinha perguntas, isso parecia colaboração. Era a principal forma de verificar se houve colaboração. Lembro de pessoas que tinham sido soltas, retraídas em festas estudantis, isoladas porque desejavam ficar a sós, porque não podiam se colocar da mesma forma que tinham aprendido a viver, como pessoas orgulhosas, confiantes de si, sentindo-se agora derrotados, como quem tivesse traído sua própria expectativa de si mesmo mais que nossa expectativa em relação a eles. E muitas vezes isoladas porque os próprios estudantes evitavam

contato com elas, com receio que tivessem sido seguidas, fossem de novo procuradas e submetidas a interrogatórios e oferecessem novas informações.

Lembro um episódio em que uma pessoa da nossa organização foi presa, uma militante que não era da direção, mas muito ativa, muito firme. Lembro que comentei com companheiros: “estamos preocupados com ela, mas dá pena mesmo do interrogador, porque o fulano deve estar tendo um trabalhão, passando apertado, deve estar fazendo de tudo e não está conseguindo nada”. Não foi isso que aconteceu. Na verdade, foi possível obter dela informações razoavelmente amplas. E foi possível através de formas severas de interrogatórios, ardilosas, capazes de produzir sentimentos de preocupação em relação a pessoas que estavam em liberdade, mas que eles diziam estar presas. Analisando friamente, daria para perceber que eram mentiras, mas era uma situação de interrogatório, com pessoas preparadas para desorganizarem seu pensamento.

Lembro depois de reuniões em que discutimos isso. Tinha que se julgar esse comportamento. Decidiu-se que ela seria desligada, e sem informação. Quer dizer, dizendo para ela o seguinte: “a organização se pulverizou, dissolveu-se, não existe mais nada”. Isso significava – e a pessoa entendia – que não iam mais obter informações, relatórios das medidas que foram tomadas. Não podíamos nem comunicar em que termos o comportamento da pessoa foi julgado. Eram julgamentos muito severos. Lembro de colegas, com muita dor, falando: “compreendo, realmente meu comportamento foi inaceitável, sei que em outras organizações o julgamento podia chegar a resultados muito mais severos que o desligamento”.

Lembro de sensações, de coisa que pensei e que conversei com companheiros, já fora do ambiente de reunião. Percebíamos claramente que estávamos nesse beco sem saída, um beco ético. Que direito temos de julgar essas pessoas? Não estaríamos superestimando nossa própria firmeza? Teríamos condições de julgar adequadamente pessoas que eram tão boas e firmes, ou melhores e mais firmes que nós?

Lembro de coisas mais amenas, mas também muito dignas de arrependimento, de desconfiança em relação a alguns colegas que julgávamos erradamente que estavam ligados à polícia e por isso não deixávamos que eles ingressassem na organização. Depois, conversei com esses colegas rindo, mas isso não atenua o fato de ter sido uma injustiça muito grande que teve efeito na trajetória de vida da pessoa.

As condições eram muito duras, e ocupávamos um tempo muito grande em organização e manutenção de nossa própria liberdade e de nossos companheiros. Isso exigia um controle muito grande. De grande parte das pessoas que encontrávamos nunca soubemos o nome ou de

onde vinham. Depois, quando as encontramos em outras circunstâncias, viemos a saber quem eram. Essa situação dura fazia a gente muito resistente à problematização subjetiva, à reflexão de nosso próprio estado psicológico.

Era uma vida muito dura. Muito dura. Eu até me arrependo um pouco. A gente tinha esquemas muito fortes de segurança. Na minha casa, por exemplo, não se tocava música alta. Nunca se fez uma festa. Só não me arrependo mais porque estou contente do jeito que estou. Fico pensando que se mudasse alguma coisa podia ser que hoje eu fosse infeliz. Mas foi um período muito cansativo. Lembro que uma vez a gente fez uma reunião clandestina, e eu disse:

LC – “Eu preciso de férias!”.

– “Companheiro, sua autocrítica da sua condição de classe é extremamente parcial, você tem que fazer uma autocrítica mais profunda. Essa questão de férias é um vício pequeno-burguês!”.

LC – “Mas eu não estou agüentando! Vocês sabem que eu redijo boa parte dos documentos da tendência estudantil, cubro os pontos desta e de muitas outras células. Preciso estar esperto, reconhecer um carro da polícia. E eu queria dizer para vocês que ontem fiquei muito preocupado, porque estava escrevendo um documento, olhei do lado e tinha uma pessoa me observando na janela”.

– “E quem era?”

LC – “Isso não é o grave, o problema é que não havia ninguém, e o mais grave é que não havia janela!”. Eu estava alucinando!

Eu fui rebaixado da organização por causa desse meu pedido de férias. Nós discutimos ele e eu perdi por um voto, porque me recusei a votar. A gente era sempre generoso. Se a questão era do seu interesse, você não votava. Empatou, quem dava o voto de qualidade era o representante da direção, e eu perdi. E o medo que eu tinha era de ficar louco, ser preso e fazer uma besteira. Como vou olhar a cara dos meus amigos? E eu tinha um orgulho danado da minha condição. A gente tinha muito prestígio. Não posso me arriscar a isso, não posso arriscar os companheiros. Eu preciso de 20 dias numa ilha, numa praia, sem fazer essas coisas. Eu falei: “vocês me desculpem, mas estou pedindo uma autorização, um ponto para daqui a 20 dias. Durante esse tempo vou ficar desligado”. Isso caiu como uma bomba. Lembro do Wolf. Ele na época não me perdoou. Saiu comigo, me abraçava e chorava: “Lu, não sei o que te dizer. Pense bem no que você está fazendo, você vai ser desligado da organização! Você votou no coletivo,

sua proposta foi perdedora. Você não está respeitando o centralismo democrático!”. E eu sofria muito com isso também. Eu me lembro que o ponto que me deram depois de 20 dias foi em uma categoria subalterna, caí significativamente na hierarquia. E muitas pessoas piravam. Piravam profundamente.

A gente tinha que parecer firme e fazer o possível para a manter-se firme, ao custo que fosse. Chegávamos a ver com certo desprezo pessoas que tinham um sofrimento psíquico mais profundo, que surtavam: “como é possível que fulano se permita ter um surto numa merda de situação dessas? Já imaginou se você, com todo esse material que você está guardando, se dá ao luxo de ter uma merda de um surto? Onde nós vamos parar?”. Como se isso pudesse, por todos e a qualquer tempo, ser evitado. Na verdade, tivemos sorte. Alguns. Ou pelo menos que a característica do surto pelo qual alguns passaram não fosse visível, escandalosa. Lembro de conversas assim: “ela está muito mal, chegou até a pensar em suicídio. Imagina! A gente fazendo o possível para manter colegas vivos em clandestinidade, outros estão presos, nem temos certeza se estão vivos, a gente faz o possível por eles e essa pessoa chega a pensar em acabar com a própria vida por sofrimento psíquico...”. Lembro de ter tratado isso com muita leviandade. Lembro de uma colega, em uma reunião, que tinha tido pensamentos desse tipo e que tratei dessa forma. Ela tentou me atacar com uma faca, totalmente descontrolada. E um descontrole que nem dava capacidade a ela de ferir alguém. E por quê? Na verdade porque não recebia da gente, dos colegas mais próximos, uma acolhida, uma escuta, e percebia no rosto da gente e em nossa conduta a arrogância de pessoas que se achavam imunes a isso. Esse falso juízo sobre si mesmo nos levava a entender que as pessoas não tinham o direito a esse tipo de sofrimento.

Alguns casos são conhecidos, e sequer são lamentados. Por exemplo, aquele japonês que estava próximo do Lamarca, que acabou fornecendo informações para a Ditadura. Ele era o estereótipo disso. Considerado traidor, mas um tempo antes considerado um grande militante. Lembro que estávamos no Arena, e estavam pessoas, grupos importantes atuando na clandestinidade, discutindo estratégias de teatro-jornal, denúncias e divulgação de informações. Estava sendo apresentado um espetáculo, e aparece esse japonês. Ele entrou, sentou, como qualquer pessoa. Em poucos minutos, todo o setor em que ele estava ficou isolado, ninguém do lado dele. Ficou um vazio. Todas as pessoas acintosamente saíram e foram sentar em outro lugar. Ele ficou lá calado, sozinho. Falando a verdade, seria muito difícil que ele estivesse lá presente para colher dados para a Ditadura, mesmo porque eles teriam estratégias mais eficientes do que colocar uma figura tão marcada. Ele provavelmente estava lá porque tinha vontade de estar com aquelas pessoas, queria viver entre nós e não do lado de quem ele foi forçado a ajudar. Isso não é comportamento de um traidor. Esse rapaz se suicidou, enforcou-se em algo como um esguicho

de chuveiro. Hoje eu entenderia que quando ele foi ao teatro de Arena – e ele deve ter ido em muitos outros lugares, não estava lá espionando, mas tentando reconstituir sua vida, perto da gente, das pessoas que o achavam traidor e que podiam ter uma percepção mais generosa, ainda que ele tenha passado informações de muita gravidade, que pessoas tenham sofrido muito, desaparecido por isso. Pessoas como ele se suicidaram porque foram forçadas a serem o que não eram, a cumprirem papéis que nunca poderiam aceitar. Evidentemente os torturadores, os organismos da repressão, são os principais culpados, mas nós também somos. Poderíamos ter compreendido que várias dessas pessoas queriam cumprir seu destino junto desse lado. Não tivemos a generosidade de acolhê-las, de lambemos juntos nossas feridas. E as deles eram especialmente graves, a ponto de algumas pessoas considerarem que a vida daquele jeito não valia a pena.

Perdemos essas pessoas. Lembrando essas coisas, é preciso reconhecer que já naquela época tínhamos perdido várias coisas, como por exemplo a capacidade de compreender que as pessoas podiam errar gravemente, e esse erro podia trazer conseqüências profundas, mas elas continuavam se compreendendo da mesma forma como nós os compreendíamos. Podíamos ter um destino comum, mais compartilhado, em vez de termos produzido uma separação realizada pela força bruta, pela imoralidade da repressão. Como você pode ver, essa situação conseguiu produzir na gente um solapamento da generosidade que poderíamos ter tido.

No Centro Acadêmico, começamos a organizar encontros de psicologia. Como outros encontros profissionais, foram originários de propostas das entidades estudantis que estavam na clandestinidade. Não era mais possível promover reuniões de uma UEE ou UNE, mas podiam ser feitos congressos científicos. A idéia era reorganizar o ME a partir da especificidade dos cursos. Na verdade, eram para oportunizar a discussão política, dar organicidade ao ME, fazer contatos com outras escolas. Os professores mais progressistas colaboravam, faziam palestras. Os temas, na verdade, eram muito políticos, sempre com uma crítica social. Graças a muitas pessoas importantes esses encontros aconteciam. Não vou falar os nomes para não esquecer de nenhum, mas a grande figura sem dúvida era Madre Cristina, a quem cabia normalmente os discursos de abertura, e que eram sempre muito inspirados e inspiradores, muitas vezes ligados a frases da música popular brasileira: “que quando a ditadura desaparecer, quando as pessoas puderem se reencontrar nas praças, vocês possam dizer que tudo isso aconteceu com a colaboração de vocês, e não *apesar de vocês*”. E a gente se arrepiava...

Lembro de encontros feitos no Sedes, na PUC, no Equipe, em Ribeirão, na USP... É provável que muitas pessoas achem que os encontros da SBP tenham tido outra origem que não essa, mas eu digo que a origem é essa, começou assim.

Grande parte dos livros para disciplinas era importada, não tínhamos como comprar. Esses textos eram apostilados. Isso possibilitava também ter recursos de impressão plenamente justificados para outras coisas. Em geral, os mimeógrafos tinham que ser clandestinos. Era possível imprimir textos de Reich ou de Marx, que não eram trabalhados em nenhuma disciplina. Os grupos de estudo eram uma atividade muito forte, desempenhada pela Associação e por todos os grupos políticos. Uma das razões que tornava essa atividade importante era a censura, não ter acesso a textos nem pelas disciplinas, nem pelas livrarias. Essa atividade também servia, como disse, para conhecer futuros militantes para as organizações, inclusive para o movimento operário. Era comum o estudante sair da universidade e ir trabalhar em uma fábrica, ligado à organização, e tentar começar um movimento. Era a opção que considerávamos a mais importante, apesar do custo enorme: significava abandonar a universidade. Algumas pessoas da Psico fizeram isso. Algumas pessoas, como eu, faziam um trabalho de educação operária, mas continuaram estudantes. Particularmente, se as pessoas propunham atividades arriscadas, havia o sentimento de que não se podia recusar: a situação exigia e merecia. Mas eu morria de medo que me fizessem uma proposta séria para ingressar em algum lugar como militante operário. A Simone Weil que me perdoe, mas é uma vida muito difícil.

Esses grupos de estudo tinham níveis. Um grupo podia ser de iniciação, começando com textos básicos de informação sobre conjuntura, informações elementares de sociologia, depois entravam textos marxistas. E depois tinha um curso mais avançado, em que participavam as pessoas mais dispostas, estudando Marx, Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo... Alguns textos eram mandados por militantes que estavam fora do país: Apolônio, Teotônio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso... E os clássicos: Caio Prado, Nelson Werneck... E textos mais avançados, que eram produzidos pela organização, tanto trabalhos que resumiam ou davam continuidade para alguma obra, como instruções de organização de grupos clandestinos e partidos. Era uma atividade muito freqüente, e dava um trabalho inacreditável. Os livros precisavam ser guardados em lugares seguros. Era raro que eles caíssem. Algumas coisas ficavam na casa dos meus pais, camufladas junto a pedras de mármore que sobraram de uma construção. Esse material foi vítima de um aperto. Em uma das vezes, era altamente provável que me procurassem. Tive que sair da casa dos meus pais por um período, talvez não voltasse mais. Os livros não podiam ficar lá, havia material que dava para jogar em um terreno baldio qualquer, mas havia outros, internos das

organizações, ou livros com anotações que identificassem pessoas. E por vezes a destruição devia ser feita rapidamente. Queimar demora e faz fumaça. O rio Pinheiros é um bom lugar, deve ter uma biblioteca considerável lá embaixo (riso).

Para fazer essas reuniões mais clandestinas, ou de estudos ou de leitura das propostas da UEE e das demais entidades, na Psicologia tinha uma prática muito interessante. Nós tínhamos uma preocupação eminentemente política, mas como estudávamos psicologia tínhamos preocupações mais específicas. Lembro de vezes em que discussões que tinham algum caráter político eram acompanhadas por observadores, psicólogos formados ou quinto-anistas, que faziam observações sobre a dinâmica, a adequação do encaminhamento da discussão, estratégias facilitadoras. Depois da reunião, essas pessoas faziam uma apreciação, um relato. Naquela época, todas as pessoas estavam muito dispostas a uma autocrítica. Começavam parabenizando as pessoas, falando dos pontos positivos, depois apontavam os problemas. O que se esperava que fizéssemos depois era uma apreciação de nossas limitações demonstrando desejo de superá-las. Algumas vezes pessoas colaboravam com técnicas de psicodrama. Eu não era um entusiasta muito grande dessas coisas. Não me negava à autocrítica, mas achava que talvez pudéssemos manter a discussão em torno de temas mais importantes.

Naquela época também era comum achar que a psicologia tinha uma preocupação profundamente subjetiva. A questão do subjetivo e objetivo teve vários momentos. Hoje a gente fala de subjetividade e isso se refere a uma gama grande de questões, mas, na época, a gente perseguia a possibilidade de construir uma psicologia objetiva. De alguma forma, alguns autores, como Politzer, tinham enunciado essa preocupação. Uma idéia que esteve muito presente em 1969, 1970 – eu não embarquei, mas muitos colegas embarcaram – era que o behaviorismo podia ser um bom caminho para produzir uma psicologia objetiva, enquanto Freud se dispersava em uma subjetividade inconseqüente, incapaz de produzir uma ciência ligada às necessidades que identificávamos. Enganos de leituras apressadas de segundo-anistas. Mas essas coisas eram fortes, porque quando o behaviorismo chegou na USP muitos estudantes e professores progressistas se interessaram por ele. Por outro lado, tivemos problemas com os freudianos. O pessoal das turmas anteriores tinha invadido a Clínica. O pessoal da Tutinha, do Elias e do Laerte conhecem melhor isso. Nós, que estávamos entrando, já recebíamos informações que colocavam em dúvida o pensamento freudiano, coisas que os behavioristas exploravam amplamente. Havia disciplinas em que recebíamos textos do Freud que não estavam identificados, e que deveríamos apreciar com os critérios de objetividade e rigor empírico, e a gente pegava uma caneta vermelha para

grifar as partes onde essas faltas eram cometidas, sem saber que eram textos do Freud. Depois, viemos a estudar com mais atenção esses textos e aprender com eles.

Em grande parte, os cursos da psicologia eram totalmente independentes dos grupos de estudo e da participação política, mas alguns traziam material útil para isso. Lembro da Sylvia, de um curso em que ela trouxe livros de iniciação ao marxismo, que alguns de nós já tínhamos trazido do exterior.

Não lembro de ter participado de nenhum grupo de estudo que tivesse usado material de aula para fazer análises críticas, mas lembro da gente pegar textos para criticar, coisa que marcou depois o trabalho acadêmico de muitos de nós. Lembro de alunos perguntando sobre textos bons. Respondi: “eu só trabalho com textos ruins, meu trabalho é pegar texto e mostrar porque eles são ruins” (riso). Muitos de nós fizemos isso. Lembro de ter apreciado trabalhos de alguns colegas e notar exatamente essa falta: “estou sentindo falta de uma análise crítica dos autores”. Faço isso até hoje, talvez por um vício adquirido nesse tempo. Fico muito interessado quando encontro um bom livro de sociologia criminal do início do século XX, que é terrível! Tenho tudo isso arquivado, milhares de passagens, de pensamentos odiosos. O meu trabalho e de outros sempre teve essa intenção de demonstrar como esses pensamentos estão ligados a idéias de eugenia etc. A maior parte do material que tenho é sobre pensamentos que não concordo e que uso para denunciar coisa que ainda são aceitas.

Na minha experiência de militância na universidade, lembro do Wolf. Temos inclusive dificuldade de encontrá-lo agora. Era uma pessoa profundamente inteligente, instigante, generosa. Precisou sair da Psicologia por perseguição política; a mulher dele estava sendo seriamente procurada. As organizações precisavam de recursos, então as pessoas que podiam trabalhar arrumavam empregos, trabalhavam bastante para ganhar bem, inclusive em serviços que não gostavam. O Wolf foi uma das pessoas que fez esse sacrifício. Como falava muitas línguas, foi trabalhar em atividades de importação e exportação, onde tinha que se vestir de terno e gravata. Não tinha nada a ver com ele, era uma pessoa avessa a isso. Lembro dele no congresso internacional de psicodrama; tinha vistosas suíças, calças que terminavam com boca de sino (riso)... Aquela roupa que terminava em fiapos. Uma figuraça. Sempre muito bem informado, de cabeça muito ágil. Extremamente generoso. Às vezes, os grupos de estudo eram na casa de nossos pais, que gostavam muito dele. Todos que o conheciam gostavam dele.

Encontramos com ele já em períodos que pararam de desaparecer pessoas, então muito seguramente ele está bem. E ele esteve naquela experiência da Maria Antonia. Muitas pessoas de 1968 tinham feito outras coisas da vida, trancaram matrícula durante um tempo, tinham ido para a Europa... 1969 foi muito propício para isso, com todo mundo muito perseguido, abatido com o AI-5. Lembro que ele traduzia textos importantes, de psicologia e de política. Em 2004, nos reunimos para comemorar os 30 anos de formatura da minha turma e tentamos encontrá-lo. Mesmo as pessoas mais próximas não têm informação dele, da “Marria” e dos dois filhinhos dele: o Camilo e o Sandino (riso). O Wolf, mais do que nós, era alguém com vocação para carreira acadêmica. Até quando tive informação, ele estava trabalhando em algo que não gostava. Ele teria produzido coisas que hoje nós gostaríamos de estudar.

Durante algum tempo, minha tendência chamava-se Alternativa. Depois, lembro que havia um grupo que chamava Alternativa em outro lugar, e com o qual a gente não queria ser confundido. A organização também dizia que Alternativa não evocava a linha estratégica. Era uma alternativa como outra qualquer, e todas as tendências na época julgavam que sua estratégia era a correta (riso). E era um tempo de tantas incertezas, mas tínhamos muita confiança na linha e nos documentos da organização. A POLOP teve uma divisão. Um grupo saiu dela e fundou o Movimento de Emancipação do Proletariado. Isso já o pessoal que era crítico ao enfrentamento direto. Enfrentamento que a POLOP chegou a esposar, no tempo da Iara. Não sei dizer ao certo se Organizar a Luta era a nossa ou a do MEP. Não lembro porque havia uma tendência com um nome, já há algum tempo, que era exatamente o que gostaríamos de ter.

A Caminhando era a tendência estudantil do PC do B, a Refazendo era a tendência estudantil da AP, Organizar a Luta era a tendência ou da POLOP ou do MEP, Alternativa foi o nome da tendência da POLOP.

Minha namorada era de outra tendência, coisa que na época era proibida. Ela estava em um nível de organização menos comprometido. Em uma certa altura, eu convidei e ela veio para a nossa tendência. O pessoal ligado à ALN tinha uma outra linha de pensamento, disputavam o CA com a gente. Numa certa altura, vimos que tínhamos muito em comum, pensamos em propor que trabalhássemos juntos. Mais ou menos no mesmo período, eles também estavam pensando isso. Ficamos muito satisfeitos. Lembro que quem deu o aval para eles trabalharem com a gente foi a Cleide. Ela transmitiu a concordância da parte de cima da organização.

A Lisete namorava o Maurício, da nossa tendência. Mas ela era da AP, ou APML (Ação Popular Marxista-Leninista). Lembro que discutimos na nossa tendência se eles podiam morar

juntos, por uma questão de segurança. Como poderiam morar pessoas que têm sistemas de segurança diferentes? Cai alguém da AP e chegam até a Lisete. Ela está morando com o Maurício, que tem ligação com todo o esquema da POLOP. Como as duas tendências não tinham comunicação para estabelecerem esquemas de segurança comuns, não era possível tomar medidas eficientes.

A coisa funciona por compartimentos estanques. Você tem um grupo, recebe assistência de uma organização. Você não sabe quem é esse assistente ou de onde ele é. Você o encontra em um lugar, com uma senha. Provavelmente, ele faz parte de uma célula, que tem um assistente, que ele não sabe quem é... Chegávamos nos assistentes através da indicação de pessoas que nos conheciam. Diziam: “não serei mais o assistente de vocês; agora será outra pessoa, que vocês vão gostar de conhecer, com um nível teórico melhor que o meu”. Era comum isso: “vocês vão encontrar o companheiro; vou passar as instruções para o coordenador: vá até tal quadra, na esquina, nessa hora, carregando a Folha de São Paulo de domingo. Siga em direção a tal rua. Depois, pode começar a andar para onde quiser. Em uma certa altura, você vai ser abordado com as seguintes palavras:...”. Alguma expressão comum, mas não a ponto de qualquer um dizer. Então, você daria a contra-senha. Se isso não acontecesse, você tinha um ponto alternativo. A idéia é que quando você estivesse no ponto fosse reconhecido imediatamente. A pessoa não encontraria com você imediatamente, porque a despeito de todos os cuidados com segurança nos quais você era treinado eles não eram absolutos. Então, nesse trajeto posterior, ele passaria a te acompanhar de longe. Quando ele verificasse que você não estava sendo seguido, ele se aproximaria. Havia também sinais, caso você estivesse sendo forçado a fazer isso. Não te custava nada não pôr o jornal debaixo do braço. Pode até cair o local e você, mas você não leva a mais ninguém. Se corresse tudo bem, o sujeito te dava a senha, você a contra-senha, e era uma felicidade. Esses encontros eram muito felizes.

Combinava-se o encontro e o álibi: “para todos os efeitos, nos encontramos na seguinte situação...”. Daí, você se recolhia, contatava às outras pessoas e ia para a reunião. Eu, como coordenador, tinha uma história, um álibi para justificar legalmente nosso encontro. Se acontecesse alguma coisa, o coordenador tinha que colocar a coisa de forma audível para que o assistente soubesse onde estávamos. Às vezes, as pessoas não sabiam onde estavam. Isso era comum.

Se eu fosse preso e não tivesse como deixar de dar informações, poderia apontar pessoas da minha célula, mas não saberia o que dizer sobre o assistente. O máximo que eu poderia revelar seria meu próximo ponto, e se eu comparecesse a ele poderia dar um sinal para ele não se aproximar de mim.

De 1968 até 1978 parece homogêneo, as pessoas se referem a um período duro. Mas tinha uma diferença muito grande de ano para ano, do que era possível fazer, de até onde era possível se apresentar. Às vezes você nem sabia que estava ligado ao PC do B porque havia uma pessoa do seu grupo que estava ligada a eles. Em certa altura, ele podia convidar uma ou outra pessoa para entrar em um nível mais elevado. Ou, se a tendência permitisse e achasse que era o momento, criaria uma tendência estudantil. Em 1970 não dava para ter Caminhando, Liberdade e Luta, nada disso. Na comissão organizativa do DCE houve essa transição. Uns falavam: “a conjuntura já comporta o DCE”. Outros: “não, companheiro. Isso é um voluntarismo pequeno-burguês; você vai expor os companheiros, não teremos força suficiente para segurar”. Citava-se Lenin aqui, Lenin lá, era um cacete a discussão (riso). Os nomes das tendências estão ligados a esse momento de disputa em torno do DCE, mas são anteriores a 1975, ligados a disputas em torno dos CAs. Acho que eram de 1974, já estavam presentes no CDPP.

Sou da turma que se formou em 1974, mas não me formei com eles porque minha organização não deixou. E eu concordei, embora já estivesse atuando com os professores. Disseram que estavam com poucos quadros para repor, e que não poderiam prescindir de um quadro como eu. Escolhi como disciplina para ser reprovado a da Sylvia Leser. Não disse isso para ela, mas escolhi a disciplina da professora que mais prezava. Acho que cheguei a entregar o trabalho de conclusão, e retirei. Era uma coisa comum os estudantes ficarem por lá para continuarem militando. A melhor forma era ficar com DPs. E a Sylvia não queria me reprovar: “eu dei uma olhada no seu trabalho, está bom”. Respondi: “não, não está. Preciso rever, não quero entregar”.

A ordem é essa: Caminhando, Refazendo, LIBELU, Organizar a Luta. De mais compreensivos para mais radicais. Não quero fazer valoração. Caminhando era ligada ao PC do B, que era consensualmente chamada de “os populistas”, não no sentido que se pudesse falar para o Jânio, mas aqueles que acreditavam na revolução popular, por levantes, com aquelas idéias do campo. A Refazendo era ligada à AP, que estava se tornando cada vez mais Marxista-Leninista, com política de quadros etc. A LIBELU estava ligada aos trotskistas, com palavras de ordem referentes a lutas essencialmente política, como “liberdades democráticas”, e não estudantis. Nossa organização acreditava que no meio estudantil as palavras de ordem deveriam ser ligadas a questões estudantis, mas nossas propostas eram mais radicais. A LIBELU nos

acusava disso. Tanto que em certa época eles diziam: “não vamos mais chamá-los de radicais, porque na verdade eles gostam, vamos chamá-los de Peguistas”. E nós gostávamos de sermos chamados de radicais, não de Peguistas. Peguista era quem lutava contra a PEG (Política Educacional do Governo). Chamar a gente assim era pouco descritivo, porque as outras pessoas percebiam que não dava para ser tão imediatamente pejorativo.

Nós normalmente nos apresentávamos fazendo um exame crítico do conjunto das propostas, apresentando um ponto de vista de maior radicalidade, enfatizando sempre a ligação com o proletariado, que nenhum de nós tinha (riso).

O pessoal da LIBELU, na época adversários, tinha um exame correto da nossa política. Lembro de um porta-voz deles dizendo: “temos pessoas de todo tipo: aqueles que propõem lutar pelos banheiros mais limpos com abaixo-assinados... Mas há também aqueles que lutam por papel higiênico através da organização de sovietes” (riso). Quer dizer, lutam por coisas irrelevantes, como a PEG, mas propõem as coisas mais apimentadas, mais graves. Essa era uma característica clara da nossa organização.

E nós éramos bem minoritários. Lembro que o Pessoal da LIBELU, depois de uma assembléia, chegou para a gente e falou: “temos que cumprir o dever militante de dizer que há infiltração na organização de vocês!” – “sério?” – “vocês tiveram 18 votos na assembléia, e todos sabem que vocês não conseguem passar de 17” (riso).

As discussões nas assembléias eram boas de ver, os oradores eram bons. Pouca gente falava a esmo; raramente se inscreviam pessoas independentes. Eram geralmente os porta-vozes de tendências. E eles se preparavam.

Como as assembléias reuniam poucas pessoas, sabíamos quem ia ganhar. Quando Refazendo juntava com Caminhando, ganhavam sempre. Refazendo tinha mais gente que Caminhando. LIBELU, com a questão das “liberdades democráticas”, começou a crescer. Antes disso, a tendência era que O Trabalho e a gente se unissem e conseguíssemos o apoio da Refazendo, ganhando de Caminhando. Na verdade, Refazendo, Organizar a Luta e LIBELU são grupamentos que hoje estão no PT. Caminhando era o PC do B. E mais para lá estava o Pecesão.

A ordem era essa, de acordo com a vinculação à revolução socialista como objetivo estratégico próximo, sem passar pela democracia burguesa, como acreditava o PC: O PC do B, que mudava de linha, um tempo era maoísta, outro albanês, nessa situação meio dúbia, podendo fazer aliança com setores da burguesia progressista; daí vinha a AP, que tinha afinidade com o PC

do B, mas cada vez mais próxima da idéia de uma revolução socialista, e não democrático-popular; vinha depois a LIBELU, para quem o caráter da revolução era socialista; e depois nós e o MEP, também com essa perspectiva.

Eu fui afastado da minha tendência, já ligado ao movimento dos professores, porque acharam que eu estava costurando com a AP e outras correntes para a formação do PT. Minha organização, que a essa altura era o MEP, depois que a POLOP tinha se dissolvido, não estava convencida que deveria dissolver as diferenças em relação a essas organizações e formar um partido como o PT. Eles apoiavam a formação do partido, mas queriam uma estrutura organizacional própria. Eu e outros colegas achávamos que éramos organizações pequenas, já tínhamos conseguido passar por essa conjuntura difícil, agora precisávamos formar o PT. Se lá temos correntes de pensamento, vamos formar uma dentro do PT, mas o PT não vai ser uma frente partidária, e sim um partido.

Disputei um pronunciamento no Primeiro de Maio. A organização trouxe um documento que achei ruim. Eu redigi outro e meu documento ganhou na tendência, por um voto. E era o meu voto. Chegou na minha vez de votar, empatado. Veja que a questão da disciplina e da confiança na organização era tão clara que o assistente achava que eu deveria votar na proposta da organização, sendo que eu era o proponente da outra. Votei na minha. Assim, alguém da organização faria a proposta no Movimento de Oposição Sindical, que já era um espaço com dezenas de pessoas, que tinha direito à palavra no Primeiro de Maio. Era o primeiro com um caráter claramente de esquerda, enquanto o Pecesão estava organizando uma lá na Praça da Sé, junto com o MDB. A esquerda estava em Osasco. Essa votação foi no MOAP (Movimento de Oposição à APEOESP). Meu pronunciamento ganhou e o pessoal achou isso inconcebível.

Eu não li o pronunciamento, perdi. Tinha lido, arrumado etc. E deixei ele em casa, escondido em um canto. Mas eu tinha discutido ele tantas vezes que sabia quase de cor. Mas fiquei muito nervoso. Essa concentração estava cercada pela polícia, com gente armada. Essa foi a primeira reunião, desde 1969, em que houve falas terminadas com o punho cerrado e gritando palavras de ordem. Não se fazia isso, que era considerado mera provocação inconseqüente pequeno-burguesa.

Houve um tempo que minha participação ficou dupla, como aluno e como professor, na oposição e tomada da APEOESP, entre 1975 e 1978. Fiquei na universidade mais um ou dois anos, fiz licenciatura sem nenhum interesse.

Conheci um tipo de militante de uma época específica. Poucas pessoas tinham visto o movimento de 1968. Não tiveram a experiência de liderança de grandes manifestações de rua e o poder disso. Eram pessoas que começaram a atuar no ME a partir de 1969, 1970, quando tudo era muito duro, muito modesto, arriscado e difícil. Boa parte dessas pessoas que conheci não está atuando na política hoje. Algumas, sim. São ministros, dirigentes políticos... Na maior parte, não conheceram o momento mais expressivo e forte do ME, a não ser de longe. Isso deve ter afetado a perspectiva deles. Estou dizendo isso porque minha percepção é muito particular, de um momento muito particular da história, esse tempo chamado de “anos de chumbo”.

Sempre percebi nesses colegas generosidade, pessoas interessadas e prontas para ajudar, com disposição de deixar de dormir, de ir a festas, deixar de curtir suas férias, tudo para um trabalho duro e que tinha poucos frutos. Mesmo que houvesse algum sucesso, os sinais eram pequenos. Éramos poucos, a propaganda que fazíamos tinha um alcance pequeno. E mesmo quando começamos a juntar pessoas, não eram tantas. O fato que me deixou mais impressionado, o CDPP, tinha três mil pessoas. Hoje, qualquer comício com esse número de pessoas em São Paulo é um fracasso (riso). Era essa a nossa situação. Quando a gente conhecia um companheiro novo na clandestinidade, quando nos encontrávamos através de senhas, ficávamos muito felizes. Éramos poucos.

Não sei se é uma percepção minha, acho que é uma particularidade da época: generosidade, desprendimento. As coisas que fazíamos conferiam muito pouco poder, se é que conferiam. Ganhar uma proposta em uma célula de seis pessoas não era propriamente um amplo reconhecimento de que sua proposta era boa, mas a manutenção do risco da falta de mais opiniões, mais pareceres. Diria também que havia um sentimento de solidariedade. Havia correntes divergentes, e disputávamos. Mas qualquer coisa que afetasse uma das tendências, ainda que fosse contra quem acabássemos de perder uma disputa, ou ter alguma desavença, eles podiam contar com a solidariedade dos companheiros das outras tendências. Em campanhas para arrecadar fundos para pessoas que estavam na clandestinidade, o movimento todo colaborava. E várias pessoas trabalhavam muito, ganhavam bem, e davam quase tudo para a organização, para manutenção das pessoas na clandestinidade. Lembro de pessoas que na época receberam heranças e deram tudo para esse trabalho. Também trabalhava e cooperava, mas admirava a generosidade desses companheiros, essa disposição de se afastar de interesses individuais. Eu tinha orgulho desses amigos.

Outra coisa, a honestidade. Passado o tempo, não atuando no ME, eu ouvia falar, e vejo hoje, situações em que as pessoas desviam fundos e coisas assim, ou fazem uso privado de dinheiro de entidades. Isso era impensável. Não me lembro de nenhuma denúncia, não lembro de

ter tido esse tipo de preocupação. Até nas coletas de rua em tempos de calourada esse dinheiro era dirigido para entidades que eram clandestinas.

Do jeito que estou dizendo, parece algo do tipo “como eram bons”. Não sei se é isso. Acho que as contingências obrigavam a uma preocupação restrita, em que apareciam essas qualidades que falei. Eu diria que naquela época eu conheci as melhores pessoas que conheci na minha vida. Com algumas, tenho contato até hoje.

Acho que o momento solicitava um extenso sacrifício a troco de pouco, de coisas mais simples do que a política pode conferir hoje em dia. O que despontava era generosidade, solidariedade, honestidade.

Tínhamos muita confiança uns nos outros. E essa confiança dura até hoje. Faz muito tempo que não sou militante, mas quando tem uma situação de crise grave e encontros velhos companheiros do PT que conheci naquela época, a gente sente a mesma confiança. Lembro que na eleição do Collor aconteceu aquele episódio da denúncia em torno da mulher do Lula, uma coisa muito chocante. Eu não estava militando há muito tempo, não fazia parte de nenhum organismo político. Eu estava passando na frente da sede do PT em São Paulo. Parei e olhei um pouco. Lembro que todos estavam muito preocupados. Falei com alguns amigos que estavam lá, e entre eles o coordenador da campanha do Lula, um velho colega desse tempo. Me ocorreu uma idéia do que poderia ser feito. Fiquei feliz, porque a idéia foi considerada por eles com toda a seriedade e encaminhada para o próprio Lula. Bem, diga-se de passagem que ele não achou adequada (riso). Mas fiquei surpreso, porque, afinal, eu estava passando na rua...

Lembro do momento de debate entre o Lula e o Collor, e havia uma notícia que o Collor simularia um atentado contra ele mesmo. Isso no ato, com ele presente no local do debate. Por isso, acusariam o Lula. Rapidamente o pessoal do PT tentou arregimentar pessoas para evitar que isso acontecesse. Fiquei sabendo e rapidamente me dispus, encontrei pessoas que não encontrava há tempos e que estavam em posições importantes da campanha. Logo na minha chegada, me colocaram em posições parecidas às que eu tinha na época, situações em que era necessário decidir muito rápido para agir prontamente. Isso refletia o clima de confiança que tínhamos uns nos outros.

Nós nos emocionávamos muito com pequenos avanços, pequenas coisas. E sofremos muito as derrotas. Principalmente grandes derrotas pelo mundo, como a queda do Allende no Chile. Lembro da gente tentando pegar as notícias em ondas curtas, e lembro da enorme disposição de ir ao Chile. Praticamente todos os militantes estavam dispostos a partirem imediatamente para lá, para o que fosse necessário, coisa que acabou não ocorrendo porque não

havia nenhuma possibilidade, nenhuma zona liberta e de resistência que pudesse oferecer uma possibilidade de entrada. Por isso consigo entender que havia militantes da esquerda brasileira no Chile. Alguns conseguiram sair antes de serem pegos, outros não. Será que não perceberam que haveria um massacre? Acho que vários deles deixaram de escapar talvez porque essa generosidade os impediu de terem uma visão mais objetiva. Queriam colaborar e não conseguiram ver o massacre que se aproximava. E eram pessoas hábeis em avaliação política.

Isso não é algo que só eu acho. Várias pessoas daquele tempo comentam isso. Agora, deve ter sido algo bastante específico do momento, porque quando a gente ouvia relatos da brigas de 1967, 1968, percebíamos uma virulência maior, um clima eventualmente de desconfiança uns dos outros, de que o adversário estaria preparando um truque qualquer para ganhar uma eleição, um debate. Aquela questão dos delegados da UNE... Nós não tínhamos isso, isso não aparecia. A idéia de usurpar um cargo, ou que alguém usurpasse, não passava pela cabeça de ninguém.

Acho que tínhamos uma visão estreita, principalmente a minha tendência: uma visão muito restrita ao movimento estudantil. Na verdade, não conseguíamos entender claramente o conjunto do movimento político e pensar o movimento estudantil nesse contexto, ainda que esse fosse o esforço que fizessemos. Nossas teses tinham uma compreensão muito estereotipada. Havia um radicalismo desnecessário e inadequado para o desenvolvimento das propostas.

Sendo poucos, com dificuldade de informação e em uma situação bastante difícil, compreendo que errássemos. Acho até que era de se esperar que errássemos mais. A tendência da qual fiz parte formulou propostas que rapidamente eu e outros colegas pudemos perceber que não eram as melhores, e por vezes, por dever militante, defendemos propostas que não concordávamos, porque nos organismos a maioria tinha achado que essas propostas eram boas. Em situação tão difícil, de ação e entendimento, muitas vezes só percebemos mais tarde nossos erros. Mas havia disposição para aceitar com sinceridade posições contrárias às suas, ainda que se entrasse em uma reunião convencido de outra coisa. Tínhamos confiança no mecanismo de maioria.

Acho que foi um grande privilégio, uma honra conhecer e trabalhar com essas pessoas, viver aquela época. Lembro do sentimento de gratidão para com alguns companheiros. Lembro de um companheiro preso em uma situação muito dura, no meio de uma reunião clandestina, em aparelho. Ser preso nessa situação era muito ruim, havia documentos comprometedores. Ele foi interrogado da forma mais rude e eficiente possível. Não ofereceu nenhum tipo de informação, ninguém caiu. Quando ele foi solto, quando a gente manifestava agradecimento, ele dizia: “do

que vocês estão falando? O que vocês acham que eu deveria fazer?”. Como se ele só tivesse cumprido uma obrigação. Lembro quando ele recebeu uma herança e passou para a organização. Passou todo o ordenado dele para a organização.

Algumas pessoas dessas estão hoje em cargos importantes da política. Hoje, alguns amigos vêm me falar: “estão tocando uma política neoliberal...”. Esses chavões. Digo: “olha, penso duas, três, dez vezes antes de falar alguma coisa, porque sei que tendo influência no governo estão algumas das melhores pessoas que vi na vida, pessoas que sei perfeitamente que nenhum de nós poderia ocupar o lugar e fazer melhor. São pessoas que obviamente estão fazendo, com toda a sinceridade, o melhor possível. Isso não é algo testado pela situação de hoje, mas por décadas em que eles carregaram essas características de generosidade, solidariedade e honestidade”.

A gente era muito absorvido pela atividade política, principalmente nos primeiros anos. Vários de nós, apesar de sermos estudantes até destacados, não dávamos muita bola para a psicologia. A gente tinha uma idéia de absoluta prioridade para a atuação política. Naquela época, o próprio pensamento do que era política e do que era psicologia e das relações que poderia haver entre as duas não faziam parte de nossas preocupações. Mas essa situação mudou, e faz muito tempo. Creio que pensar politicamente uma situação é pensá-la macro. E precisa ser pensada assim, porque você não tem condições de pensar particularidades. Mas em uma unidade pequena como a UNESP daqui, pensar politicamente não é muito adequado, porque a gente tem um conhecimento muito mais preciso do que aquele que move o raciocínio político. Nós conhecemos as pessoas. Quando a situação é assim, o raciocínio político é tacaño, porque é feito para pensar movimentos em circunstâncias nas quais você tem pouco acesso a características mais delicadas dos grupos, das pessoas e das circunstâncias. Está aí a colaboração recíproca entre psicologia e política. Se você tem acesso às características mais particulares das subjetividades, é possível pensar a situação com muito mais precisão do que os ensinamentos da política podem oferecer. Ou seja, se você pensar em termos de facções, partidos, comportamentos eleitorais, manifestos, documentos assinados, isso explica pouco, não permite o entendimento. Durante muito tempo a gente falou que toda a situação é política. Sim, provavelmente. Mas pensar politicamente uma situação é algo que se faz quando não é possível um pensamento mais preciso e sensível. Quando, na verdade, compreendemos pouco, ou quase nada, e ainda assim precisamos compreender. Esse é o raciocínio político.

A preocupação com o entendimento próximo, cuidadoso, é a contribuição da psicologia para o entendimento político, de ver que atrás da percepção de algo simples há uma complexidade que pode ser percebida se você chegar mais perto. Quem está mais perto é capaz de um raciocínio mais preciso. Vejo claramente isso na UNESP, onde professores que conhecem mais as pessoas são capazes de avaliações melhores, ainda que outros possam ser mais competentes no pensamento político. Não há nada no raciocínio político que substitua a compreensão delicada e próxima da situação.

Há muito tempo trabalho com psicologia social, e com o passar desse tempo fui pensando mais como psicólogo social. Hoje, penso assim meio como identidade. Não que eu seja o psicólogo social... Sou o Luís Carlos. Mas não sou capaz de olhar no trânsito a pessoa que xinga sem essa ótica. Claro que fico indignado como todas as pessoas, mas cinco segundos depois estou pensando quais são as razões que ele tinha. Na imensa maioria das vezes, consigo perceber algo que não tinha percebido na hora, e consigo entender muito melhor o que aconteceu. Se eu pudesse ver a mim mesmo andando pela rua, veria alguém que tem, em um primeiro momento, um estranhamento pela coisa, e depois um olhar vago, de quem está pensando, e depois de alguns minutos esboça um sorriso de alguém que conseguiu compreender algo que não sabia.

E acho que cheguei à psicologia social por uma atuação política, e foi uma boa entrada, ainda que não fosse a porta que levasse à sala principal (riso).

Em certa altura, deixei de ser um militante. E não deixei por um episódio específico ou algo assim. Pensei muito sobre essas coisas e notei que eu teria que passar a atuar como político, como muitas outras pessoas tiveram que fazer, tornando-se deputados, dirigentes de partido ou algo do tipo. Na nossa época, lembro de falar com amigos, militando, já perto da década de 1980: “daqui a alguns anos, quando você for deputado...” – “Lu, mais respeito, por favor!”. Grande parte de nós não tinha esse desejo ou vocação, mas, na verdade, não tinha muita saída. Começava-se a discutir esse tipo de atuação, direção de entidades grandes, atuação junto ao parlamento... Lembro que pensei muito se essa era a vida que eu queria. Sempre me pensei muito como professor, ou como estudante, o que sou até hoje. Sou professor desde 1970, primeiro ano da faculdade, e gosto muito disso. E toda vida, desde os quatro anos de idade, queria ser estudante universitário. Meu pai estranhou muito quando perguntei para ele se existia alguma coisa mais forte, mais interessante do que ser um estudante universitário. Ele ficou muito espantado e falou para mim: “muitas, meu filho. Muitas...” (riso). Mas eu queria, tinha simpatia. E pensei muito se queria continuar sendo um professor-estudante, um estudante-professor, ou se eu queria seguir uma carreira de político. Eu não queria isso. Boa parte dos amigos que eu tinha também não queria e acabou seguindo.

Quando penso a situação da política brasileira, o governo do PT; quando converso com amigos da faculdade, eles dizem: “você pensa como se estivesse no governo, como se o problema do governo fosse seu. Nós temos que reivindicar isso, isso e isso, e eles que estão no poder que se virem!”. Nunca consegui pensar assim. Não estou no governo porque meu corpo não está lá, mas amigos com quem eu tinha absoluta identificação estão, e eu sei perfeitamente que eles têm preocupações parecidas às que tenho. Evidentemente que conheço poucas pessoas, e o PT é grande, mas sei que as pessoas que conheço estão fazendo o que sempre fizeram: o melhor que podem fazer, e que estão pensando a situação com a delicadeza que lhes é possível. Em alguns casos, eles erram, como a gente errava, mas seguramente estão lá com as posições de sempre: uma visão generosa da vida, com sentimento profundo de solidariedade, e são pessoas honestas. Disso não tenho dúvida nenhuma, porque acompanho a vida deles durante muito tempo, e vejo que são assim.

Quando o Lula estava para ganhar a presidência, pensei muito. O maior problema é encontrar quadros, pessoas competentes, confiáveis, para operar essa máquina toda. Quando amigos perguntam: “por que não fazem isso?”. Respondo: “se você tem uma boa proposta, uma idéia clara, te digo para quem falar. Não tenho dúvidas que se for uma boa solução, essa pessoa vai gostar muito”. Isso é verdade. Se algumas coisas não são resolvidas também, é porque o mundo não depende só da nossa vontade. Há muitas outras vontades. Ainda que estejamos convencidos de que aquilo que achamos é melhor, há pessoas que também acham que suas opiniões são melhores, e que são honestas e sinceras, mas percebem um ângulo diferente.

Deixei de ser militante político também porque a atuação deixava muito pouco espaço para a vida privada. A gente dorme pouco... Feriado era um dia especial porque era possível fazer muitas reuniões (riso). Queria ter mais tempo para encontrar pessoas, conversar sobre outras coisas, descansar. Foi uma boa opção. Quando o Lula estava para ser eleito, pensei que talvez fosse o caso de sair da universidade, porque ia precisar de muito trabalho. Mas será que eu estaria disposto a fazer isso? Não são coisas nas quais você pode se dedicar parcialmente; é algo para 24 horas por dia. Já imaginava naquela época que não era uma forma muito boa de cumprir a existência, que precisava haver mais coisas, mais tempo para dedicar-se às pessoas que você gosta e a coisas com conseqüências menos drásticas, viver um pouco mais descontraído.

Isso que te falei me leva a pensar que as pessoas que permaneceram na militância política não podem ser julgadas pela leviandade de quem vê os acontecimentos pela televisão, de quem conhece os fatos pelos jornais, porque seguramente, vendo mais de perto, não tenho dúvidas que o que se encontraria seria pessoas tentando fazer o melhor que podem, equacionando os problemas da melhor forma possível, enfrentando uma realidade que é difícil, complexa e dura.



Imagem 19: Corredores do IPUSP – 2007.



Imagem 20: Vista da Praça do Relógio – USP.
Fonte: www.universia.com.br



Imagem 21: Biblioteca do IPUSP.

V. PELA ORDEM: NOVOS INSCRITOS

Apresento a seguir os demais militantes que entrevistei, do mais velho ao mais novo. Foram entrevistas realizadas desde o Mestrado, de 1999 a 2005. O roteiro foi o mesmo já referido. A duração delas variou consideravelmente, a depender do contexto em que foram realizadas, do próprio militante ou de fatores relativos ao processo da entrevista. Cada uma destacou-se por ênfases em diferentes aspectos da experiência política. Foram todas, em maior ou menor grau, pontos de apoio para as interlocuções temporais que busquei estabelecer no capítulo final.

1. Yara Sayão

Yara nasceu em São Paulo e viveu sua infância e adolescência em Piracicaba, até ingressar no Instituto, em 1975. Durante a graduação militou na Liberdade e Luta. Disputou a AUEP (Associação Universitária de Estudos Psicológicos) com a Refazendo, tendência hegemônica na Psicologia da USP, representada por Vera Paiva, Mônica Valente, Marilde, entre outros.

Yara militou na época das grandes passeatas estudantis que começaram a partir de 1975 e prosseguiram com força até 1977. Contemporânea poucos anos mais nova que Luís Carlos, testemunhou a transição de um contexto mais apreensivo, com as invasões da PUC pela polícia militar capitaneada por Erasmo Dias, para as movimentações de massa que antecederam os comícios gigantescos das campanhas pelas Diretas. Testemunha depois, já como aluna de Ciências Sociais, a retração do movimento estudantil, a partir de 1978, quando ele deixa de ocupar as ruas e passa a voltar-se para reivindicações propriamente juvenis e estudantis.

Em 1975, tiveram muitos acontecimentos. A morte do Herzog. A Psico foi em peso para o cemitério. Supunha-se que, naqueles tempos difíceis, as coisas mais graves, como assassinatos, tinham parado de acontecer. De repente, o cara era jornalista, trabalhava em um órgão grande de imprensa, professor da USP. Deu um pânico generalizado: “por que esse cara?”. Se esse cara é assassinado, estamos desamparados! Foi impactante. Havia tendências no movimento estudantil muito mais à esquerda.

Era com muito medo que, em uma assembleia, eu levantava a mão a favor de passeatas fora do campus. Fiquei muito apavorada naquela passeata em que a gente quase foi preso. Um menino atrás de mim levou cintada de pneu. Trataram a gente feito criança. Fiquei apavorada quando fui presa na PUC. Eu estava no meio e não acreditava, porque para mim eles não entravam na universidade. E eu fui presa lá dentro. Fomos parar na detenção, na ROTA.

O movimento estudantil passa a ter uma importância menor, diferente; passa a ter outros alvos. Em 1979 eu me formei na Psico e prestei Ciências Sociais. Lembro de algumas bandeiras do movimento estudantil que estranhei. Em 1980, teve uma atividade que reuniu um monte de gente na FAU para falar da descriminalização da maconha. O tempo todo que estive no movimento estudantil tinha gente que fumava, tinha gente que não fumava, mas não se falava disso como algo que devesse estar na pauta. Imagina! Questões pequeno-burguesas

não faziam parte! Me espantei muito ao ver isso: é isso que os estudantes estão discutindo? Suas próprias questões? Só? Meu primeiro olhar foi esse: “perdemos”. A gente tinha outra interlocução com a sociedade, agora vamos só pensar questões de alunos, de classe média?

Assim como eu, Yara foi aquilo que se costumava chamar “militante de base”. Diferente de Mariinha, Lúcia, Elias ou Luís Carlos, não estava tão próxima das lideranças políticas do grupo ao qual pertencia. Mas a distância da cúpula não significa pouco envolvimento com a política, ou superficialidade no engajamento. O papel que a militância teve para ela ficou claro em sua disposição em lembrar.

Foram três encontros em seu local de trabalho, entre março e abril de 2005 (31/03, 05/04 e 12/04), totalizando cerca de 3:40 horas. Yara é psicóloga escolar, técnica do Serviço de Psicologia do IPUSP.

Entrevista curta e essencial, sua principal contribuição para a pesquisa foi ter revelado, a partir da perspectiva de quem começa a receber o convite para a política, estranhamentos de quem ingressa, impressões de aparência ingênua que indicam de forma certa estereótipos e autoritarismos da política instituída.

2. Marcus Ianoni

Marcus entrou no curso de psicologia em 1978, também foi militante da LIBELU. Foram dois encontros em 2005 (06/07 e 11/07), totalizando 4:00 horas de gravação. Sua militância começou na universidade, de maneira ingênua e logo em seguida apaixonada.

A gota d’água foi no começo de 1980. Teve uma greve na USP. A Luciana veio conversar comigo, querendo me cooptar para a LIBELU. Estávamos indo para a biblioteca, e ela falou sobre a importância da greve. Falei aquele chavão: “Luciana, acho que os estudantes não têm consciência suficiente para sustentar essa greve”. Ela falou uma frase que me marcou muito: “a consciência emerge em um processo de ação; se você não os convoca para a ação, essa consciência não virá”. Concordei com isso, e entrei na Liberdade e Luta (riso). Entrei nesse sentido de fazer emergir a consciência das pessoas para a participação. E nesse aspecto eu achava a Libelu mais propositiva, mais radical. E por trás da LIBELU tinha a Organização Socialista Internacionalista, que depois virou a corrente O Trabalho, do PT. Ontem eu vi na televisão o Markus Sokol, dirigente dessa corrente, falando sobre essa crise política no PT.

Hoje, Marcus é professor universitário. Sua Dissertação de Mestrado, orientada pelo professor Octavio Ianni, enfoca o PCB. Seus estudos aproximam-se mais da sociologia do que da psicologia, embora temas relativos à subjetividade sejam parte de seus interesses. Em sua breve passagem, representativa de um movimento que será feito por grupos de esquerda nos anos 1980,

vemos o afastamento de um ambiente que pouco a pouco deixa de ser convidativo ao discurso marxista radical, com enfoque na classe operária e nos trabalhadores. As palavras de ordem do militante trotskista ficam deslocadas, não cabem mais nos corredores do IPUSP sem provocar repulsa e estranhamento dos colegas.

Para o militante, outros espaços serão mais atraentes, como o DCE e o nascente Partido dos Trabalhadores.

No começo de 1981 o PT estava em construção, então a OSI pediu para que eu construísse o PT aqui no Cambuci. Passei a participar menos do movimento estudantil. Em 1982, ainda era estudante da USP, estava me formando, e fui candidato a vereador pelo PT, aqui no Cambuci. Tive 976 votos. O pessoal falava: “puxa, sua família é grande” (riso). A organização fez 5 mil panfletos. Eu nem sequer votei em mim porque a determinação da organização era tentar eleger a Cleuzia Turra, presidente do DCE.

Fixei campanha dentro da Psico. Teve um professor, o Norberto, que me apoiou bastante. Ele escrevia poesias, e fez um livrinho, com papel sulfite e mimeógrafo; fez vários cadernos, e se propôs a declamar poesias, vender o caderninho para arrecadar fundos para a minha campanha. Foi um apoio super legal, sou grato até hoje.

Fixei a campanha na Psico, mas acho que eu já estava um pouco desgastado. As colegas de classe não tinham muito saco para agüentar eu e a Luciana entrando em sala de aula, interrompendo uma aula que eles estavam gostando, e os chatos batiam na porta para falar de política.

Naquela época, entendo que minha militância ia na contramão, não da psicologia em si, mas do modo que meus colegas da Psicologia encaravam sua inserção social. Me sentia oposição a um tipo de comportamento individualista que eu não gostava. Não fui um aluno exemplar; morava na Aclimação, não tinha carro na época... Chegava sempre atrasado na faculdade... Em 1980 comecei a militar, perdi muitas aulas. De um modo geral, não fui um estudante aplicado, minhas condições não permitiram. E sentia um pouco de desprezo, de repugnância pela postura dos meus colegas, muito individualistas, pensando só na profissão, sem engajamento. Isso me incomodava. Esperava um pouco mais de sensibilidade por parte dessas pessoas, talvez isso tenha prejudicado. Já a sociologia, a política, eram áreas de conhecimento que contribuíam para a militância. Fui um devorador de textos dessas áreas. Agora que voltou um pouco meu interesse pela leitura de psicologia, em função dos cursos que estou dando sobre comunicação de massa. Há muitos elementos psicológicos nesse processo de massificação.

Vale lembrar que depois de 1977 os cursos da FFLCH são transferidos para suas atuais dependências, deixando os barracões provisórios e desabitando seus corredores. Lá fica apenas o IPUSP.

Especificamente no movimento estudantil, Marcus participou dos primeiros anos de enfrentamento severo entre partidos de esquerda pelo controle das entidades estudantis (DCEs, UEEs e UNE), em um formato que permanece, sem grandes alterações, até o presente. Nessa época, contudo, o militante afirma que havia grande adesão ao movimento, um grande número de participantes, diferente das décadas seguintes.

Marcus dedicou-se especialmente à construção do PT. Tem destaque em sua entrevista a devoção para a organização, sem que isso mereça ressentimentos do militante, ou seja, sem que seja identificado como espécie de manipulação.

A organização sempre procurou dispor seus militantes para atuarem nos locais que ela achava mais convenientes. Nas eleições de 1986, por exemplo, eu fui deslocado para coordenar a campanha de um candidato nosso na Pedreira, na Zona Sul. Era um sacrifício para mim me deslocar até lá. Outros companheiros foram chamados a mudar de estado. Isso ocorre até hoje.

Entre os militantes que entrevistei, Marcus está entre aqueles cujo engajamento está mais vivo, em que o ideário surgido na época de graduação permanece nas perspectivas profissionais e políticas, sem perder de vista a crítica a certa postura rígida do passado e a mudanças de rumo de partidos e grupos políticos.

Sou filiado ao PT até hoje, mas mantenho um distanciamento crítico. Uma coisa é o trabalho de militante, outra o trabalho de intelectual. Evidente que as coisas têm relação. Na perspectiva marxista, você não é um observador neutro da realidade, mas estuda com uma perspectiva de intervenção. Estou bastante descontente com o que estamos vivendo, acho uma crise até maior que a do Impeachment, que envolveu a pessoa do presidente e seu tesoureiro de campanha. Essa que estamos vivendo abrange a cúpula de vários partidos, principalmente do PT. Acho que é um desserviço à democracia e à própria tradição do PT. De repente, o PT está se confundindo perante a opinião pública com os demais partidos. O PT tinha a bandeira da ética, e hoje a bancada petista está sob suspeição. Alguns intelectuais já se afastaram do PT, como Chico de Oliveira, um grupo da UNICAMP... Eu posso vir a me afastar, porque me comprometo, sobretudo, com a transformação social, com a justiça social e a perspectiva de um socialismo democrático. Não sou mais aquele extremista trotskista, dono da verdade.

3. Armando

Armando ingressou na USP em 1977, como estudante de Física. Entra no IPUSP em 1982, tornando-se a principal referência de um grupo político hegemônico no Centro Acadêmico até 1986. O militante era e é filiado ao PCB, trabalhando hoje como psicólogo na Prefeitura Municipal de Santos. Nesta cidade, em sua casa, realizei os dois encontros em 2005 (08/07 e 09/07), com 4:40 horas gravadas. Lá desfrutei de sua hospitalidade, da companhia de sua família.

Sua participação no movimento estudantil e no Instituto foi intensa. Representou a última geração de militantes do PCB com alguma expressão política na USP.

No curso de psicologia, organizamos a revista Stultifera Navis. Meus colegas, que já eram pessoas politizadas, começaram a perceber que eu tinha alguma liderança, e me convidaram a participar de reuniões.

Nós demos um estatuto jurídico ao Centro Acadêmico. Para homenagear uma ex-aluna de Psicologia, nós fundamos o Centro Acadêmico Iara Iavelberg. Na inauguração estavam presentes o José Dirceu, o irmão de Iara... Foi um momento emocionante. Lembro que os estudantes de psicologia que já transitavam em torno do PT se opunham a que o Centro

Acadêmico tivesse personalidade jurídica. Eles se opunham a que nós participássemos dos órgãos colegiados, nos departamentos na Congregação... Mas no Instituto de Psicologia, acabávamos por ter uma influência hegemônica do Partidão, deixando quase nenhum espaço para a atuação do PT.

Organizamos 40 estudantes para fazer a campanha do Fernando Henrique Cardoso. O Instituto de Psicologia destoava um pouco da USP porque a USP já estava, através do DCE, sob a influência do PT. IPUSP talvez tenha sido a última unidade a ter sido polarizada pelo PT.

Em oposição a outros grupos, o Partidão priorizava atividades e reivindicações focadas em questões locais, estudantis e universitárias. Nessa época, destaca-se nas lembranças de Armando um representante ENEP, no contexto das primeiras eleições municipais após a Ditadura Militar.

No encontro de São Paulo, em 1985, me recordo que nós angariamos apoio parlamentar, apoio de empresários... A gente parecia tomado por uma espécie de profissionalismo. Tinha 57 escolas de psicologia entre as 73 que havia. Foi um encontro massivo, tinha 600 delegados. A abertura, o encerramento e os trabalhos do penúltimo e último dia ocorreram na Assembléia Legislativa. O presidente, na época, era o Luís Carlos Santos. Cedeu todas as dependências, taquígrafos, recepcionistas, funcionários... O Eduardo Matarazzo Suplicy estava na abertura. Nós penduramos uma faixa com uma frase do Bleger: “a psicologia está em tudo, posto que em tudo está o homem”.

Tem lugar central para Armando a amizade com Mães da *Plaza de Mayo*. Em suas lembranças estão os intercâmbios de estudantes de Psicologia com a Argentina, contribuições para a formação e o engajamento social dos alunos na época. Encontrei vasto material, cuidadosamente preservado, nos arquivos do CAII.

Na nossa carta-programa estava a proposta de um intercâmbio São Paulo-Buenos Aires. Íamos em torno de 45 estudantes do IPUSP, e lá participávamos de uma extensa programação. Visitávamos a Primera Escuela Privada de Psicologia Social, fundada por Pichón Rivière, visitávamos El Bancadero, Alfredo Moffatt; visitávamos as entidades de direitos humanos, instituições psiquiátricas. Fizemos isso em 1984, 1985 e 1986.

Nessa viagens, os alunos voltavam muito mais questionadores sobre nossa formação. Fizemos um núcleo de estudos em práticas de grupo. Defendíamos o maior engajamento da psicologia nos movimentos sociais, ampliação dos serviços para a comunidade... E nós recebemos Ana Quiroga, recebemos todo mundo, um pessoal que estava exilado no Brasil, na Itália... A Escola Argentina de Psicanálise... Muitos deles iam com frequência ao Instituto de Psicologia.

E também as mães da Praça de Maio. A Hebe de Bonafini, lembro dela fazer uma intervenção comovente no salão nobre, lembro de ver todo mundo emocionado, todo mundo chorando.

O tema da elaboração do luto nesse contexto autoritário foi abordado em sua Dissertação de Mestrado, interrompida forçosamente. Lembrar do IPUSP e de sua intensa militância tem também um sabor amargo.

É muito comum eu ter sonhos de estar vagando pelos barracões da Psicologia, desejando saber se tinha passado ou não, desejando saber se havia terminado ou não... Não sei se a graduação ou a pós, mas alguma coisa que não ficou fechada dentro de mim, que não ficou bem resolvida. É muito comum eu sonhar se vou terminar, se vou me formar ou não, vagando pelo Instituto. Foi muito triste.

Sinto que esse período foi interrompido quase que por um desastre. Me vi compelido, involuntariamente, a deixar o Instituto de Psicologia. Pode ser que inconscientemente eu tenha contribuído, até desejasse isso. Sempre achava, quando militava intensamente daquela maneira, que jamais seria um pai, que jamais seria um marido. Minhas amigas, que eventualmente podiam se interessar por mim, viam que eu estava sempre ocupado, nunca tinha tempo para namorar ou para sair. Elas se enchiam disso, até me questionavam: “você não é capaz de amar? Nem de ser amado? Você não se permite isso”. E acho que elas tinham razão. Em uma certa fase da minha vida, comecei a achar isso importante. Especialmente de 1996 para cá. Você me encontra em um momento em que estou desenvolvendo esforços, mas sinto que há muita resistência para retornar à USP e principalmente à Psicologia.

Seu término não foi harmônico, também careceu de tempo e oportunidade para um certo luto. A experiência universitária pulsa em Armando. Sua entrevista é reveladora dessa época pouco estudada do movimento estudantil.

4. Mário

Mário é sem dúvida a principal referência do movimento estudantil da USP entre 1989 e 1996. Militante petista da Articulação, grupo então hegemônico na Universidade, foi diretor do DCE em 1988 e 1989, e esteve junto das gestões seguintes até 1996. Quando ingressei, ele já era um dos “dinossauros”. Assim chamávamos (e creio que ainda chamam) os militantes mais velhos, figuras carimbadas e experientes nas lutas estudantis.

Mário vem de uma família pobre de Mairiporã. Seu contato com a universidade deu-se através de sua irmã, militante da LIBELU; e depois com o ingresso no sindicalismo bancário em meados da década de 1980. Suas lembranças políticas antecedem o ingresso no IPUSP, em 1988. Seu interesse pelo movimento estudantil fez também com que ele estudasse o tema; sua entrevista é rica em detalhes variados e informações que não encontrei em textos ou documentos.

Minha irmã entrou na universidade em 1972, e mais para frente ela vai se envolver com a LIBELU. Antes, era Organização Socialista Internacional, a fração Quarta Internacional, que era trotskista. É o período em que eu estou começando a chegar na adolescência e vir para São Paulo. Lembro que em 1978 ela convenceu toda a família a votar nulo, escrevendo na cédula “por um partido operário”, que era a palavra de ordem dos trotskistas. Minha mãe se orgulha disso até hoje. Eu pegava uma rebarbazineira dessa coisa, que eu não entendia direito.

Lembro que, num belo dia, acho que também em 1978, minha irmã está lá dormindo, num domingo qualquer, e aparece um Opala preto. Descem dois caras de bigode, terno, aquele óculos Rayban típico da polícia. Eles vão até a porta de casa e batem. Eu estava brincando na rua e fui falar com eles. Perguntaram da minha irmã, com aquela voz grossa, grave, aterrorizante. Eu nunca tinha visto nada igual. Eles disseram que era para chamá-la porque o “drops” estava lá. Foi o que eu entendi (riso). Bom, “drops” pra mim era aquela balinha de chupar no cinema. Chamei minha irmã. Ela gelou. Falou: “Olha, Mário, não saia daqui que eu conversei na cozinha”. Aí ela chamou eles para dentro, eles sentaram, deram sermão nela, falaram um monte, pesquisaram a casa. Viram que era de gente pobre... E eu sentado lá do lado, ouvindo...

Ainda quando criança teve um evento que me marcou muito. Minha irmã tinha um móvel com um monte de livros empilhados em baixo. Num belo dia, comecei a fuçar naqueles livros. De repente acho um do tamanho daqueles da coleção Primeiros Passos, encapado com aquele papel pardo e escrito: “Alice no país das maravilhas”. Eu não sabia que “Alice no país das maravilhas” era tão pequenininho, mas já tinha ouvido falar. Abri na primeira página, estava escrito: “Que és el Comunismo?” (riso). Lembro que estava sentado no chão, atrás do móvel, escondido. Olhei em volta, não tinha ninguém. Passei aqueles dias lendo meu primeiro texto em espanhol, clandestinamente.

Em 1985 começa minha militância. Consegui um emprego no banco Real. Então, entrei para os bancários. Já tinha uma certa agitação política. Em 1985 foram dias de greve intensos, com muita troca. Acho que ali se deu uma tomada de grau da luta social. Nessa época, já lia o jornal O Movimento, lia o jornal O Trabalho...

Vindo do movimento sindical em seu auge, Mário traz essa perspectiva para o movimento estudantil dos anos 1980. É interessante observar como esses dois campos de engajamento se tangenciam em suas memórias, bem como sua avaliação do presente.

1988 foi o ano em que a Erundina ganhou a eleição para prefeita. Foi a primeira vez que o PT, que se auto-intitulava socialista ainda, chega a uma prefeitura tão importante. Foi nesse ano também que as tropas do Exército invadiram a CSN... E o governo já era o do Sarney. Então era um ano de muitas modificações. Isso, antes de tudo, criava um clima propício à mobilização.

Havia um impulso pelo fato do PT ganhar a UNE. Onde quer que você fosse, qualquer canto do país, havia um discurso assim: “agora vai, agora nós temos um movimento de massa”. Quer dizer, agora é a CUT estudantil, a Central Única dos Estudantes. Assim como houve o novo sindicalismo, havia o esboço de um novo movimento estudantil. Nossa gestão chamava Barricada, porque as barricadas de 1968 faziam vinte anos em 1988.

Então, você tem uma sensação de estar retomando. Essa ideia de movimento estudantil de massa, calcado nas entidades, no estudante, na sala de aula. Não sei se havia uma prática desse tipo, mas começa a ter, ainda tímida, que vai avançar e vai disputar com práticas mais tradicionais, do movimento só como fórum de formação da elite política brasileira. Essa nova prática vai ser derrotada. Hoje, você vê que é um modelo de formação de lideranças. É um modelo que a gente tentava combater. A gente não deixava de formar lideranças, mas tentava formar gente que fosse para o movimento social, em sindicatos, em movimentos populares, como o MST. Hoje, você percebe uma formação mais direcionada para os organismos partidários.

Mais para frente começa um descenso no movimento estudantil. Ele não é retrato, ele não é consequência, mas ele participa do movimento mais geral. É impossível ele estar de vento em popa se as portas do movimento social geral estão fechadas.

São muitos os episódios importantes do movimento estudantil lembrados por Mário, como eleições do DCE, ou as greves e a estatuinte da USP em 1988. Participou também de Congressos da UNE no pequeno interlúdio de hegemonia do PT sobre a entidade (1987 a 1989), que desde sua reconstrução, em 1979, era controlada pelo PC do B. É testemunha privilegiada dos impasses de seu partido, de suas contradições na luta pela assunção de espaços de poder. É por sua iniciativa e de companheiros próximos que o movimento estudantil da USP passa, nessa época, a distanciar-se dos embates na UNE, o que desagradava a própria Articulação do PT. Destaco aqui impressões posteriores ao Congresso da UNE em 1988, marcado por artimanhas de manipulação, e mesmo violência física entre grupos opositores.

Esse Congresso da UNE gerou duas coisas. Primeiro, uma frustração intensa com a UNE. O DCE da USP inclusive dirigiu o MUDE (Movimento UNE Democrática). O DCE não sinalizava oposição à UNE, ele sinalizava não à UNE. Sem a gente defender uma nova entidade, dizia: “enquanto a UNE for isso, é não”. A gente passou a ser conhecido no Brasil como o setor sectário no movimento estudantil, a “Articulação da USP”. Nosso problema não era ser sectário em relação às outras tendências, tanto que a gente fez chapa com várias forças daqui.

A maneira como eu vi o movimento estudantil, vivi no congresso de 1988 da UNE, foi crucial. Era um anti-sindicalismo, antagônico à atitude dos bancários... Acho que hoje os bancários fazem o mesmo tipo de política.

A entrevista com Mário foi a mais longa que realizei. Para realizá-la, levamos de março a dezembro de 2001. E cada um dos cinco encontros durou cerca de quatro horas (27/03/2001, 30/03/2001, 17/05/2001, 16/10/2001, 20/12/2001), totalizando aproximadamente 19:00 horas de gravação. Tempo necessário para digestão de uma experiência incrustada, da militância em tempos difíceis que deixou a imagem da degeneração e burocratização das entidades, a impressão doída de que a vitalidade das lutas sociais dos anos 1980 sucumbiu. Anos depois, brincamos nos corredores do IPUSP: “a entrevista foi quase um exorcismo”.

Entre os entrevistados, Mário sem dúvida foi aquele cuja vida mais se misturou à militância. Foi uma dedicação integral, de 1987 a 1996, de quem acreditou sinceramente que o movimento estudantil era importante por si, e procura assumi-lo com a mesma seriedade de quem assume um governo de estado ou prefeitura.

O movimento estudantil ficou coisa central na minha vida. Nunca falei com nenhum reitor da USP que não fosse de igual para igual. Imagina, eu na frente do Goldenberg, com 21, 22 anos. Para mim hoje é insano. Mas eu estava imbuído, tinha sido eleito. Eu nunca imaginei que na sociedade eu fosse tão importante quanto ele. Mas, na frente dele, se eu achasse que ele estava errado, devolvia o dedo no nariz. O Goldenberg uma vez me mandou calar a boca e eu respondi para ele que a gente só tinha quinze minutos para conversar, e que se eu calasse a boca ele também teria que calar a boca, e nós ficaríamos ali, perdendo os quinze minutos. Ele sempre atendia a gente em quinze minutos. Uma vez, ele me passou um sabão por causa de alguma bobagem. Respondi: “olha, eu não vim discutir isso. Se o senhor quiser, a gente pode

marcar uma outra reunião. Hoje, eu vim falar de outra coisa". Você pode pensar que era arrogância. Eu era tímido, mas na hora que eu estava vestido de DCE...

Sendo liderança destacada, Mário foi alvo de severos ataques de adversários, que não hesitaram em valer-se de acusações pessoais de mais baixo nível. Em que pesem as contradições e idiossincrasias de quaisquer militantes, não têm nenhum lastro denúncias de corrupção ou favorecimento pessoal. Mário não recebeu qualquer tipo de apoio ou custeio de partido ou sindicato; não obteve qualquer ganho secundário de prestígio para uma possível carreira política futura. Pelo contrário, Mário passou longo tempo afastado da militância partidária, retornando à função esporadicamente e de maneira provisória.

No ano da entrevista, Mário foi admitido no Mestrado da USP, sob orientação da professora Sílvia Leser de Mello. Hoje, desenvolve trabalhos no campo da orientação profissional. Esporadicamente, encontra-o junto ao serviço de Orientação da USP, com outros dinossauros do movimento estudantil.

5. Luizão

Luizão foi colega de Mário, militou no IPUSP de 1986 até 1992. Participou do Centro Acadêmico em 1988 e esteve próximo de outras gestões durante seu percurso, sendo referência importante para seus colegas. Sua entrevista foi realizada em 2000 (25/10, 1/11, 8/11, 1/12, 8/12), totalizando cerca de 11:00 horas gravadas. A atuação central do militante foi no movimento de área de psicologia, em sua Executiva de curso e em seus encontros (ENEPs).

No ENEP, nós conhecemos pessoas de todo o Brasil. Foi aquela festa! Conheci a realidade de outros cursos. E uma acolhida entre as pessoas como eu nunca tinha visto. É claro que você tem todos esses elementos de grupo, que você está ali achando tudo lindo, tudo maravilhoso. Mas a experiência foi importante. É um lugar onde se estabelece uma identificação com o outro muito rápida. Ali eu fiz amizades que até hoje tenho.

No ENEP ficou, para mim, esse sentimento de solidariedade, de fraternidade. Isso mexeu muito comigo. Eu trouxe coisas boas desse ENEP em todos os sentidos. Para mim, enquanto pessoa, das questões que eu tinha aqui; uma esperança em relação à psicologia, uma esperança em relação aos estudantes. Eu vim revigorado.

A UNE não via com bons olhos as Executivas. Algumas pessoas, ligadas à UNE e ao DCE diziam que o movimento de área era muito mais científico do que político. O movimento de área era entendido como despolitizado. A UNE não se preocupava com ele. Entra naquela discussão do grupo político mais fechado, mais vanguardista, e de uma base meio perdida. Mas eu via o movimento de área como algo fundamental; como um espaço de organização dos estudantes, político e não científico. Muitas pessoas estavam ali para garantirem esse caráter, não deixando que o ENEP virasse um local exclusivamente de vivências e cursos. Era uma ligação do conhecimento com a dimensão política mais ampla.

No IPUSP, Luizão testemunhou a interdição progressiva dos barracões construídos em caráter provisório, depois da vinda dos estudantes da Maria Antonia. Em 1989, o estudante acompanhou a sucessão de laudos de interdição, e a dificuldade em fazer com que a universidade se comprometesse com a recuperação daquele espaço.

Luizão não integrou correntes partidárias de esquerda. Foi um militante mais próximo às questões ligadas ao curso e à universidade, sem deixar de estar atento aos espaços mais gerais do movimento estudantil ou às questões políticas nacionais de sua época. Entre os acontecimentos que lembrou, destacam-se, em 1988, as greves de professores das universidades públicas, as eleições municipais e as mobilizações em torno da Estatuinte da USP. Evidentemente, como todos nós, lembrou da campanha de Lula para a presidência da República em 1989. Reconhece também, depois desse marco traumático para nossa geração, a crise dos movimentos sociais na década seguinte.

Hoje, Luizão é professor universitário da rede privada de ensino superior. Entrevistei o militante durante o Mestrado, e suas comparações entre o que viveu durante a graduação e o que, à época, percebia na vida universitária de seus alunos foram esclarecedoras. Sua perspectiva de hoje sobre a interface entre psicologia e política é congruente com seu passado militante, dedicado às questões do curso e da formação, e de como elas se comunicam com problemas sociais mais abrangentes. Nesse quadro referencial, suas críticas ao ensino superior particular também foram certeiras.

Pensei durante a entrevista na relação entre participação no movimento estudantil e profissão. Enquanto psicólogo, reconheço em mim e em quem participou um diferencial em termos de discussão; é algo que salta aos olhos. A minha atuação profissional ganhou muito: a maneira de encarar as relações, de ouvir as pessoas, ter posicionamentos... Aquilo que penso em relação à saúde mental, à infância e à adolescência; aquilo que penso em relação às grandes bandeiras da psicologia, ganha graças ao percurso que fiz no movimento estudantil. Sem dúvida nenhuma seria outra coisa se tivesse apenas sentado na carteira dentro da sala de aula.

Essa experiência de professor em duas universidades privadas me mostra claramente algo eu já tinha noção quando aluno. As decisões relativas à qualidade da formação devem ser desvinculadas disso que é a educação como negócio. As decisões são tomadas com base na relação custo-benefício. Se invoca qualidade de formação, mas na hora de decidir o que impera é esse discurso técnico-administrativo. É, um velho slogan da época que eu era aluno de graduação já fazia sentido e faz mais sentido agora: “educação não rima com lucro”.

Aspecto central na entrevista de Luizão é a perspectiva de sua origem social, contrastante com a de seus colegas no IPUSP. Suas impressões contribuíram para a reflexão sobre o tema da humilhação social entre estudantes universitários.

6. Simone

Simone é a militante mais nova que entrevistei. Minha contemporânea e colega de Centro Acadêmico ingressou na graduação em 1991. Sua entrevista teve papel destacado nesta pesquisa, pois foi a primeira que conduzi. Tomou quatro encontros (9/04/1999, 16/04/1999, 23/04/1999, 7/05/1999), totalizando cerca de 8:00 horas.

Antes de ser aluna do IPUSP, Simone filiou-se ao PT, e desde então militou próxima à tendência Articulação. Suas lembranças desse período são reveladoras da impressão juvenil acerca da burocracia partidária. Como Luizão e Mário, também sentiu o golpe da derrota de Lula em 1989.

Estavam discutindo estratégias para a campanha do Lula. Chegaram para a gente, distribuíram umas fichas de filiação e colocaram material na nossa mão. A gente achou aquilo o fim do mundo! Isso não forma a consciência crítica do eleitor! Não esclarece! Ninguém se filiou e fomos embora. Depois, fizemos outra reunião e pensamos: “pois é, mas se a gente ficar de fora isso nunca vai mudar”. Que santa ingenuidade! A gente tinha uns 16 anos! Entrando no PT para mudar o PT! Nos filiamos em 1988.

Era um inferno, Samir. A gente ia nas reuniões, um bando de menininhas chatas. Nós éramos umas chatas naquela época! Se você falasse qualquer coisa que fosse um pouco menos crítica, a gente ia lá e enchia o saco. Ninguém dava a menor bola. Ninguém nos ouvia nas reuniões. Eles nos usavam como mão-de-obra: para colocar faixas e cartazes à noite.

O pessoal do diretório queria morrer! Eles levavam pilhas de panfletos e iam até o metrô Itaquera. Nós pegávamos um por um, ficávamos meia hora conversando com o cara, mostrando recortes de jornais: “tá vendo, olha esse cara aqui, que é candidato, olha o que ele fez”. E fazia contas, explicava... O diretório queria matar: “Vocês ficam a tarde inteira aqui e falam com quatro pessoas!”. Respondia: “É assim que a gente vai fazer, porque nem estou preocupada se ele vai votar no Lula ou não. O que importa é aumentar um pouquinho a consciência dele sobre o que acontece no país, e que ele tenha uma postura mais crítica”. Era uma guerra! E lá estávamos nós, com os recortes de jornais, fazendo campanha para o Lula, para a Bia Pardi e para o Florestan.

Quando teve a eleição e o Lula não foi eleito, Samir, lembro que fiquei de cama. Era um envolvimento com aquela história... Fiquei deprimida demais. Víamos o Lula muito como o “salvador da lavoura”. Lembro das primeiras reuniões que a gente fez no diretório, logo depois da derrota. Era aquela depressão geral. Era tanto investimento, tanta euforia que ninguém conseguia falar.

O acontecimento central nas lembranças de Simone é sem dúvida a greve dos estudantes pela construção da nova biblioteca do IPUSP em 1992, mencionado na Introdução. A militante foi uma de suas lideranças, junto com Mário e João Rodrigo.

Estavam todos muito chateados com a Biblioteca fechada. O impressionante é que todo mundo, mesmo os alunos que vinham, estudavam e iam embora, ficaram indignados. Acho que a Biblioteca tinha esse papel de juntar os alunos. Quando não tinha o bloco de Aulas, as pessoas tinham aula na Pedagogia, na Matemática, na FFLCH inteira, mas as pessoas tinham uma relação afetiva com a Biblioteca.

Tentamos uma reunião com o reitor. Mesmo com a aula aberta, nem ele nem o chefe de gabinete receberam a gente. Fomos na Assembléia Legislativa. Montamos uma comissão de alunos, batendo de gabinete em gabinete dos deputados estaduais, desde o PT até os mais horrorosos. Teve deputado que deu pouco apoio: disse que ia mandar um fax. Mas teve um deputado que estava investigando a questão das heranças vacantes: o destino delas na USP, que deveriam ir para a assistência estudantil. Ele pegou o telefone e ligou para o Lobo. Começou a comentar dessa questão, fez meio uma chantagem com ele, depois comentou que estávamos ali. Ele pediu para que fossemos recebidos. O Reitor marcou uma reunião com a gente na mesma hora. Saímos da Assembléia Legislativa soltando rojão!

Simone integrou também o DCE da USP, e seu testemunho dessa experiência é revelador de mazelas da política estudantil. Na época, seu partido opunha-se ao PC do B na UNE, e ao PSDB na USP.

Acho que era um DCE muito aparelhado. A UNE é um instrumento de disputa entre PT, PC do B. Acho que o DCE estava totalmente nesse caminho, mesmo concordando com uma porção de propostas petistas.

Era essa coisa autofágica de política para fazer política. Grande coisa disputar espaço com o PSDB! O que isso muda para a política do país? E esse era o nosso discurso. O que muda ganhar um centro acadêmico do PSDB? Ai, que coisa maravilhosa... Para a gente, na época, era muito importante.

Acho que os grupos de oposição faziam oposição do mesmo jeito que a gente fazia situação. O PC do B não, o PC do B é violento, explicitamente aparelhador das entidades. O PSDB aqui da USP não era assim. O embate com eles era mais ideológico, apesar da forma disso acontecer ser muito parecida. Eles achavam que a Universidade poderia ser privatizada, queriam cobrar estacionamento... Esse tipo de coisas que tem a ver com o projeto neoliberal.

Dos CCAs, lembro de muita manobra, de muita pancadaria. Tinha CCA que durava a madrugada inteira, horas a fio no sábado. Coisa de louco! Muito adoecido. O que aquilo tinha a ver com os estudantes? Praticamente nada. Lembro que dia de CCA para mim era dia de sofrimento. Era aquela tensão de ficar vendo com quem fulano estava conversando, com quem sicrano articulava... A gente dividia a diretoria do DCE para sentar perto dos diretores do CA e ficar articulando contra a oposição: “aquele cara é o maior filho da puta, veio aqui só para destruir tudo...”. Um horror! Os caras da oposição faziam a mesma coisa. Então, às vezes ficava o cara da oposição de um lado, o cara do DCE de outro e o coitado do centro acadêmico no meio. Eu não coordenava os CCAs. Ficava mais naquele trabalhinho de conduzir o gado.

Hoje eu me envergonho de falar disso... Nem sei se eu estou carregando demais nas tintas, mas a minha impressão é que era assim.

Também em sua entrevista destaca-se o tema da desigualdade de classes entre os estudantes. Revela-se também, de maneira acentuada, a própria psicologia enquanto área de conhecimento certas vezes aversiva à perspectiva do militante de esquerda. Esse antagonismo marcou a trajetória de Simone, não sendo fácil operar alguma espécie de síntese para seu percurso profissional futuro.

Teve uma boa parte da minha graduação que eu não existia aqui, que eu comecei a perceber que não suportava o curso, que o curso não me dizia nada. Sentia que meus colegas tinham

leituras, interesses, objetivos completamente diferentes dos meus. Aquela minha vontade de fazer psicologia para estudar, para entrar no mundo do conhecimento, das ciências humanas, isso não estava sendo contemplado. Comecei a não suportar o curso. Voltei para minha militância partidária lá na zona Leste. Voltei ao PT. Vinha na Psico e batia cartão.

Minha compreensão da psicologia na época era muito ruim. Para mim, éramos técnicos do mundo interno, que olhamos aquela criança na rua, pedindo coisas no farol, e vamos falar sobre o mundo interno dela. Umas coisas lamentáveis.

Foi difícil abandonar uma militância adoecida, e ao mesmo tempo integrar suas preocupações sociais em uma área de atuação tida como eminentemente burguesa. No contato com a teoria reichiana e com a saúde mental, foi possível Simone formar-se psicóloga e docente.

Sofri muito no HD (Hospital Dia). Era uma casa bonita. Eu não sabia quem era paciente ou psicólogo. Veio uma figurinha e me perguntou: “você está vendo aquele caixão ali no céu?”. Não sabia o que dizer quando ele conversava comigo. Todo aquele meu discurso de crítica à psicologia... Eu fui tendo experiências disruptivas. Daí eu comecei a estudar. Fui me apaixonando pelo trabalho... Essa estória de que a clínica é para os ricos que vão fazer análise, descobri que não é. Daí achei que dava para ser psicóloga, tive outra dimensão do que é a clínica, do que é psicanálise, que eu tinha horror.

Eu abandonei o movimento estudantil e mergulhei na psicologia. Substituí uma coisa pela outra. Simplesmente parei de pensar no assunto. Isso é muito difícil. Tem aí uma divisão entre os militantes e as pessoas normais. Durante muito tempo eu fiquei pensando de mim aquilo que eu pensava dos alunos quando estava no movimento estudantil: que eles não eram críticos e eram burgueses.

Sua entrevista tem grande valor afetivo para mim. Simone foi uma das veteranas que me convidou a integrar o Centro Acadêmico logo em meu primeiro ano de graduação. Militei com ela de 1993 a 1995, nos primeiros anos do curso. Quando entrevistei Mariinha, muito desse primeiro encontro me veio à tona. Uma nova experiência inaugural. No caso de Mariinha, abriram-se as portas para o saguão da Maria Antonia, para um passado e tradição que também me pertenciam. Com Simone, abriram-se as portas da minha própria casa. Sonhei com os corredores do IPUSP. Há pouco, às vésperas do depósito da Tese, sonhei que estávamos articulando uma nova chapa para o Centro Acadêmico.



Imagem 22: CAII. Outubro de 2007.



Imagem 23: pichação os muros da USP. Outubro de 2007.

VI. TEMPOS DA POLÍTICA

1. A condição estudantil

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente.

(Simone Weil, *A condição operária*).

1.1 O estudante e a transformação da sociedade brasileira

O vigor do movimento estudantil dos anos 1960 fez com que muitos intelectuais se esforçassem para compreendê-lo. O Maio de 68 francês esteve sob os olhares de nada menos que Alain Touraine (1968), Jean-Paul Sartre, Henri Lefebvre, Lucien Goldmann (LEFEBVRE, H. et al., 1968). No Brasil, não foi diferente: Octávio Ianni (1968) e Florestan Fernandes (1979) procuraram compreender aquela agitação tão próxima, encabeçada por alunos que encontravam nos corredores e salas de aula.

Entre os estudos nacionais, é referência obrigatória Marialice Foracchi (1965/1977). O volume de dados⁴² e a qualidade das interpretações denotam um esforço acadêmico primoroso, aliado a uma empatia indiscutível da autora com os militantes. É evidente em seu trabalho a orientação marxista, especialmente aquela que procura estudar movimentos e grupos políticos sob inspiração do conceito de *classes sociais*. No percurso traçado, é notável a articulação entre tendências gerais e particularidades observadas nas entrevistas. Seu método de interpretação e exposição alcança estabelecer um campo de sentido no qual categorias de análise e dados empíricos não aparecem de maneira estanque e compartimentada.

Após mais de quatro décadas, não é por acaso que seu trabalho demonstra maior vitalidade que boa parte das pesquisas sociológicas atuais sobre juventude e movimento estudantil. Observadas as circunscrições históricas, as hipóteses e conclusões continuam

⁴² Foram, ao total, 377 questionários fechados distribuídos para estudantes (correspondendo a 5% da população total do corpo discente da USP em 1960). Os resultados foram agrupados de acordo com três categorias, relativas à situação de manutenção financeira do estudante: 1 – totalmente mantidos pelos pais; 2 – parcialmente mantidos pelos pais; e 3 – totalmente independente de auxílio financeiro dos pais. Dessa população, foram selecionados aproximadamente 15%, um total de 55 estudantes, com os quais foi realizada entrevista aberta com roteiro. Foram realizadas também entrevistas com líderes estudantis das principais correntes políticas da época (AP, Independentes, JUC, PCB, PC do B e POLOP). A autora considerou ainda documentos, especialmente aqueles referentes à greve estudantil por um terço de representação discente nas universidades, em 1962. Destaca-se também a referência a artigos e editoriais publicados no jornal *O Estado de São Paulo*. Outros documentos foram considerados, como a *Carta do Paraná*, subscrita pelo Congresso da UNE; além documentos para as eleições do Grêmio e dos Centrinhos da USP.

inspiradoras, seja sob o ponto de vista metodológico, seja naquilo que permanece atual. Para este estudo, principalmente naquilo que traz como distintivo de seu tempo e que nos serve de pista para compreendermos o estudante e o militante atuais.

Elemento central em sua análise é a categoria *juventude*. Nas últimas páginas de seu livro, a autora é precisa em identificar o caráter político, e não cronológico ou natural do termo. Diz Foracchi (1965/1977, p. 303):

Menos do que uma etapa cronológica da vida, menos do que uma potencialidade rebelde e inconformada, a juventude sintetiza uma forma possível de pronunciar-se diante do processo histórico e de constituir-lo, engajando-se. Com razão lembra Bettelheim que a condição de jovem não se distingue das demais a não ser pela sua singular capacidade de repetir-se ao longo da existência humana, recriando insatisfações vitais, nunca definitivamente aplacadas. É quase a virtude que mantém viva a capacidade de resistir, de disputar e de renovar. Tanto é assim, que a comunicação do jovem com o adulto é sempre possível e fecunda. Ambos se defrontam com potencialidades que se reconhecem. A manipulação do jovem pelo adulto ou vice-versa indica, por sua vez, que o reconhecimento das diferenças existentes entre ambos assenta sobre profunda comunhão de interesses. Somos, em diferentes momentos da nossa existência, jovens inconformados ou adultos acomodados, conforme o teor dos nossos pronunciamentos diante daquilo que acontece. Juventude e história são entidades que se confundem enquanto manifestações do novo.

Mais especificamente, seu estudo dirige-se ao caráter social singular do jovem de classe média, espécie de ponto de inflexão de uma sociedade em período revolucionário. São abundantes os trabalhos que se referem à singularidade desses anos que antecedem e perpassam o Golpe Militar. A pequena burguesia nacional procura adaptar-se à nova ordem econômica e social advinda do processo acelerado de industrialização nos grandes centros urbanos. Para as camadas médias, descortinam-se possibilidades de ascensão social, para as quais a via privilegiada é a universidade. A formação superior passa a ser uma alternativa, antes restrita a poucos filhos da elite econômica e cultural (Cf. RIDENTI, 1993).

O jovem será, nesse ponto, instrumento privilegiado na trajetória de ascensão familiar. Tornando-se médico, advogado, engenheiro, o estudante perfaz expectativas que o antecedem e que fazem parte do imaginário de sua classe. Segundo Foracchi (1977, p. 105), portanto, “na atuação do jovem estariam contidas as premissas sociais para a superação do presente, como momento restrito e empobrecido, para a concretização de um futuro mais amplo no contexto da classe”.

A autora faz pormenorizada análise das pressões sofridas pelo jovem. A família constitui-se em mediadora entre ele e as perspectivas de sua classe social. O fenômeno não se restringe à

mera dependência econômica ou autoritarismo paterno. As pressões exercidas sobre o jovem podem ser mais ou menos sutis, mais ou menos explícitas, de intensidades variadas. Por vezes, trata-se da imposição taxativa da carreira; por vezes, é apenas um sentimento difuso de retribuição que o jovem tem em relação a expectativas familiares e investimentos sobre si. Há, entre os estudantes, tipos variados de situação de manutenção e vínculos de dependência.

Visando sua ascensão, a família de classe média, paradoxalmente, propicia a seus filhos possibilidades de rompimento desses vínculos de dependência. É no momento de escolha profissional do jovem, e posteriormente na transformação deste em estudante, que Foracchi identifica as possibilidades para a autonomia.

É interessante enfatizar esse ponto central. A condição de estudante não é tratada pela autora como subtipo da condição juvenil. Entre o jovem que ingressa na faculdade e o estudante, há um percurso que transcende a cronologia; que, ao mesmo tempo, supera a condição juvenil inicial e a realiza politicamente. É significativo que Foracchi considere o movimento estudantil como *movimento adulto* (1972). Para a autora, negar essa distinção faz parte da ideologia dominante, cujo objetivo é desqualificar as reivindicações do movimento, como se fossem sintomas próprios a uma fase, espécie de etapa de descontentamento e rebeldia naturais.

Recusar ao jovem a condição de estudante representa negar caráter social às reivindicações dos universitários, equivale a compreender o estudante com base em argumentos que generalizadamente se aplicam ao jovem, *tout court*: imaturo mas sério, audacioso mas inexperiente, impulsivo mais indeciso. Nessas representações não há distinção entre o jovem e o estudante e, por isso, o caráter estudantil das reivindicações é posto em termos de rebelião, turbulência natural aos que são jovens. Esta seria, justamente, uma das facetas mais expressivas do chamado dilema social brasileiro: a resistência aberta e quase sociopática à mudança. A resistência às transformações da ordem social alimentadas pela certeza implícita de que elas hão de vir, de que não há como escapar ao caráter de necessidade com que elas se impõem. É a própria 'falsa consciência' que se afirma como manifestação de um mundo que se acaba. (Idem, 1965/1977, p. 285-286)

É só lembrar as cintas da polícia de Erasmo Dias nas passeatas de 1977, presentes nas memórias de Luís Carlos e Yara Sayão.

Ao ingressarem na universidade, os jovens sofrem uma experiência capaz de orientar e resignificar sua pertença e participação na sociedade. Funda-se no sujeito uma nova perspectiva, uma possibilidade de emancipação que cresce na medida em que ele assume a práxis estudantil, envolve-se nas atividades de luta e contestação com seus pares. O estudante, na companhia de outros, goza de uma modalidade de consciência que pode propiciar uma atitude inovadora, crítica sobre seu papel, sua classe de origem e sobre a própria sociedade (Ibidem, p. 223).

Não são de pouca importância a extensão e a natureza dos contatos desenvolvidos no ambiente universitário cuja influência é, decididamente, politizadora: “na Universidade descobri”, diz um estudante falando por quase todos, “a atividade política, coisa de que eu não tinha a menor idéia quando entrei na Faculdade” [...]. O significado profundo da politização, visto em termos da perspectiva do jovem, é propiciar a formação de laços de solidariedade interna, que fazem com que ele perceba, com maior nitidez, as dimensões sociais da condição de jovem e de estudante. Observando-a nos outros, como eles jovens e estudantes, compreendem-na e compreendem-se, vislumbrando a conotação social da sua condição. “Nas reuniões de célula”, afirma um ex-comunista, “eu não me sentia mais só; tinha com quem conversar, trocar idéias. Sentia apoio e isso me fazia bem”. No convívio estudantil, o jovem estudante começa a descobrir um novo mundo: o mundo do diálogo com iguais.

Quando Mariinha ingressa na Faculdade, refere-se a um “novo desabrochar”, uma continuidade na qual a universidade dá nomes a expectativas comuns; desejos e aspirações sociais difusas que cada jovem trouxe consigo de uma sociedade em ebulição. Em termos arendtianos, um segundo nascimento, um nascimento do cidadão ao ingressar no campo político. Nascimento que se orienta por ideários e expectativas precedentes, mas que não pode prescindir da companhia dos outros para sua concretude. “A presença de outros que vêem o que vemos e que ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos” (ARENDDT, 2001, p. 60).

A transformação do jovem em estudante, eixo interpretativo de Marialice Foracchi, tem portanto significado eminentemente político. Ora, se havia nos jovens ingressantes disposição para transformar a sociedade, se havia disposição para o engajamento (e essa disposição anterior é patente nas entrevistas), era necessária uma experiência comum, um campo coletivo compartilhado no qual fosse possível a palavra e a iniciativa.

Surge, portanto, uma nova categoria em sua força política. O estudante, em relação à sua classe de origem, transforma-se, nas palavras de Foracchi, em *ponto de ruptura entre o presente e o passado*. O estudante seria “o jovem que se nega a si próprio, na medida em que age em contradição com todas as determinações sociais do seu comportamento” (Ibidem, p. 115).

Outro tema central da pesquisa é inspirador para a compreensão da realidade atual: a relação do jovem com o trabalho. Nas entrevistas realizadas por Foracchi, vemos desde estágios até pequenos empreendimentos de representação comercial; vemos ocupações que os estudantes reconhecem como gratificantes e essenciais para a formação, e outras cujo sentido é exclusivamente pecuniário. São especialmente atuais os trechos de entrevistas sobre empregos parciais e subempregos, desconexos em relação ao curso e cujo significado único é a

remuneração; aparecem também os estágios vividos freqüentemente como formas de burla da legislação trabalhista e exploração da mão-de-obra juvenil.

O que importa aqui é distinguir a relação entre trabalho e vida universitária. Um emprego ou estágio pode ampliar horizontes profissionais, sociais e políticos; pode também ser fator de emancipação frente à família, propiciando maior autonomia e poder de escolha. Contudo, a necessidade de trabalhar pode consistir em impedimento para a realização da condição estudantil. Segundo Foracchi, o trabalho pode deixar o jovem em uma condição parcial, um não-lugar político: nem estudante, nem trabalhador. Não efetiva nenhuma das posições, comprometendo ambas nas suas possibilidades de emancipação. É bastante atual a distinção que a autora estabelece entre *estudantes que trabalham* e *trabalhadores que estudam*, inspiradora para refletirmos acerca da condição de estudantes do período noturno, especialmente nas instituições de ensino particulares.

Sugerida a importância emancipadora da transformação do jovem em estudante, cabe interpretar o movimento estudantil.

Novamente, somos remetidos à *condição de classe* dos estudantes.

No trajeto rumo a seu lugar na *revolução brasileira*, a classe média deparou-se com barreiras que não esperava. Sob a perspectiva social abrangente, encontrou limites nas oportunidades disponibilizadas pela classe dominante. O ingresso na universidade que a pequena burguesia vislumbra pela primeira vez em sua história não tem o mesmo *glamour*. Não significa mais partilhar do mesmo status da classe rica, tornar-se parte dela, mas compor seu corpo profissional especializado, destinado a exercer as funções que esta lhe destina.

Na universidade, esse impedimento reflete-se nas críticas que os estudantes dirigem à qualidade da formação oferecida. É nesse sentido que a autora interpretará a adesão estudantil ao movimento por reforma universitária.

Para os estudantes, esse limite aparece de maneira mais ou menos explícita, mais ou menos intensa, quando percebe os obstáculos que enfrentará para seu estabelecimento profissional. Percebem gradativamente que o que lhes é ofertado não condiz com aquilo que imaginam encontrar: percebem que o sucesso profissional não dependerá apenas de competência ou habilidade, mas das oportunidades e contatos, do capital que se dispõe para investir na carreira; percebem que obter uma boa colocação profissional freqüentemente demanda realizar atividades que considera moralmente questionáveis, como competir inescrupulosamente com um colega ou adular um professor. Percebem que êxito profissional e valores humanos

freqüentemente não convergem. Percebem enfim, ainda que de maneira difusa, contradições precípuas à organização do trabalho na sociedade capitalista.

Quando os estudantes reexaminam suas perspectivas de carreira, sentindo precária e insustentável a “ética profissional” vigente, ou, mais precisamente, quando imprimem conotação ética à crítica do padrão, eles estão, na verdade, criticando as camadas superiores... Esboça-se nesse momento uma manifestação preliminar da consciência de classe fundada no reconhecimento das barreiras que lhe são impostas e que ela, por sua vez, impõe ao futuro profissional do estudante. (Ibidem, p. 204).

O descontentamento que sustenta as movimentações estudantis por reformas na universidade integra, portanto, aspectos técnicos e éticos. Para a autora, essa dimensão é central na dificuldade do jovem em se identificar com as gerações⁴³ mais velhas.

Mas a crítica não se restringe a esse primeiro momento, bastante imediato e partilhado pela *massa* dos estudantes. A pronta adesão da categoria ao movimento por reformas universitárias leva Foracchi a concluir que, a partir desse solo comum, há a possibilidades de transcender o teor da crítica para uma dimensão mais abrangente.

Aos olhos de hoje, uma das intrigantes características do estudante dos anos 1960 é sua adesão às reivindicações das classes pobres. Para a autora, essa possibilidade é dada na própria condição estudantil, na sua capacidade de superar seus horizontes e reivindicações precípuas e reconhecê-las como radicadas em determinações universais.

O aspecto decisivo a considerar é que as reivindicações de carreira levam o estudante a perceber, gradativamente, que as implicações sociais da sua ação são amplas, ou seja, que *mais que o padrão vigente de carreira o que ele mais deseja transformar é a ordem que o produz assim*. Ou, em outras palavras: o que, na verdade, ele precisa modificar é a ordem social que sustenta esse padrão corrompido de carreira. (Ibidem, p. 201, grifos da autora).

Assim, esse pitoresco agente histórico, não tão promissor como o operário do século XIX ou o camponês da revolução maoísta, parece percorrer o caminho traçado por Lenin: vai do espontaneísmo à consciência revolucionária, descobrindo *O que fazer* a partir das condições que lhe são imanentes.

⁴³ Neste e em outros momentos, como fica indicado durante as entrevistas, o termo geração não se apóia em um recorte predominantemente etário; tampouco a quantidade de pessoas e seus diferentes matizes são condição central. Geração refere-se, sob inspiração mannheimiana (Mannheim, 1982), a grupos sob constelações de referenciais históricos e culturais que marcaram, de forma radical e singular, suas perspectivas, visões de mundo, expressões artísticas ou políticas. Nesse sentido, podemos nos referir à geração de modernistas da Semana de Arte Moderna de 1922, ou às diferentes gerações de militantes estudantis, de 1968 à geração AI-5.

Assumir a condição de estudante, em si, obviamente não representa disposição revolucionária. Sabe-se da heterogeneidade de qualquer categoria social, por mais mobilizada e atuante que seja, e as críticas dos militantes são suficientes para lembrar as limitações do movimento estudantil dos anos 1960. Marialice Foracchi também reconhece esses limites; reconhece suas determinações e vacilações *pequeno-burguesas*, suas idas e vindas que não permitem uma definição mais clara na luta revolucionária. Contudo, ainda que pelas idéias, pelo estudo e pela cultura em um momento de inflexão histórica, houve condições propícias para que se formasse uma geração com disposição suficiente para o maio de 1968 francês ou para empunhar armas na América Latina. A alegria das greves e momentos revolucionários lembra o burburinho da Faculdade, um momento de superação de um grupo que é sentido em sua totalidade cultural, intelectual e política.

A radicalidade que Marialice Foracchi estudou durou pouco, o suficiente para um enigma. Pelo curto tempo de uma década, o destino desses inusitados protagonistas tangenciou o da classe revolucionária por excelência. Com direito a certo exagero marxista, pode-se dizer que Maio de 1968 e a *Éclaté* da Maria Antonia foram momentos do estudante *para si*. Tal como o proletariado que imaginavam, os estudantes julgaram que a transformação de seus destinos seria possível apenas com a transformação do destino de todos. A origem pequeno-burguesa de muitos não os diminui na história.

1.2 E nos oitenta, eu não vou me perder por aí...

*Sessenta e quatro, sessenta e seis,
Sessenta e oito, um mau tempo, talvez
Anos setenta, não deu pra ti
E nos oitenta, eu não vou me perder por aí.*

(Estrofe final da música *Horizontes*, de Kleiton e Kledir)⁴⁴

Aos olhos dos mais novos, a condição estudantil pregressa tornou-se cada vez menos compreensível. Através dos eixos centrais da análise de Foracchi, é preciso estabelecer pontos de encontro e desencontro entre as gerações.

É verdade, não nos reconhecemos mais em período pré-revolucionário como em 1960 (se é que então estávamos, e se é que não estamos hoje). De certo, não são, sob muitos aspectos, tempos tão promissores sob a perspectiva econômica e social. É notável o aumento progressivo

⁴⁴ Lembro dela em ENEPs e EREPS, cantada por estudantes do Sul, já nos anos 1990.

na concentração de riqueza; a porcentagem mais rica da população afasta-se ano a ano do extremo pobre. Convivemos com a iminência de catástrofes ambientais. Demos saltos largos rumo ao desmonte do Estado de bem-estar social, e cada vez mais a noção de direitos foi substituída pela de serviços. Saúde e educação foram especialmente visadas por organismos internacionais como o BID e o Banco Mundial, que vincularam seus incentivos e financiamentos ao cumprimento rigoroso de suas cartilhas.

À palavra *imperialismo* nas faixas e dizeres estudantis, veio sua substituta *high tech, globalização*. Seria mais apropriado falar em mundialização do capital, seguindo tendência prevista há muito, inscrita no sistema capitalista (COGGIOLA, 2001). O fenômeno não encontra freios. Parques industriais são projetados para serem transportados, trazidos de um lugar a outro a depender dos subsídios e facilidades oferecidos pelos governos. Os governos de países periféricos ficam à mercê dessa nova modalidade de submissão, um pouco mais difícil de identificar. O capital migra com a velocidade da tecnologia informacional, bastando para tanto sinais de instabilidade política. No dia-a-dia, aprendemos a conviver com altas taxas de desemprego, com sinais crescentes de violência nas grandes cidades, com o aumento dos bolsões de pobreza... No Brasil, do milagre econômico nos anos 1970, vieram a estagnação, as altas taxas de inflação, os anos 1980...

Na política instituída, assistimos impotentes a escândalos de corrupção exaustivamente explorados pela mídia. As eleições, para grande parte da população, reduzem-se a transtorno, obrigação de perder um domingo a cada dois anos para apertar botões frente a uma cabine, observado por fiscais trabalhando a contragosto.

Chega de retomar mazelas tão bem conhecidas. Há outros trabalhos mais qualificados para isso. Só quis ativá-las na memória, como pano de fundo, iniciando um esforço para a compreensão do jovem e de seu (des)engajamento atual. São reconhecíveis, anos após o recrudescimento do regime militar, profundas mudanças nas expectativas e comportamentos.

Para início de comparação, vale como síntese um trecho de *Em câmara lenta*, Renato Tapajós (1977, p. 132-135); um diálogo entre jovens, um militante imerso na luta clandestina e seu colega de faculdade.

Entrou no bar para tomar um café... Estava cansado... Não tinha nem mesmo um local para descansar um pouco. Os problemas se acumulavam, aqueles contatos era mais para tentar segurar as pontas. Quedas, mortes, divergências: a organização parecia estalar como um velho navio. Pegou o copinho de café distraidamente, olhando para a rua. Ao longe, viu uma silhueta vagamente conhecida. Prestou atenção e, de repente, reconheceu um velho colega de classe e de movimento estudantil. Mas diferente, com os cabelos caindo até os ombros, emaranhados, barba longa, colares no pescoço. Ele recuou um passo

dentro do bar, temendo ser reconhecido. Mas, num impulso, resolveu falar com o outro. Foi para a porta, esperando que ele chegasse perto. Quando o outro o viu, já a poucos passos, estacou. Hesitou um momento, pálido, quase como se fosse fugir. Mas ele já sorria, irônico. “Tá com medo de mim, rapaz?” O outro pegou sua mão estendida, com uma confusa avidez de ternura e receio. Em seguida, o abraçou, murmurando: “Puta que pariu.” Recuou um passo e comentou: “Você tá louco, se mostrando aqui? Os caras querem te pegar de qualquer jeito.” Ele sorria, mas antes de responder viu bem de perto o rosto do outro. Envelhecido, uma rede de pequenas rugas em torno dos olhos quase sem brilho, o cabelo quebradiço e seco, com alguns fios brancos despontando. No entanto tinham a mesma idade, vinte e sete anos. “Sei disso faz tempo. Mas não tem galho, não me pegam fácil assim. E você, que anda fazendo?”. O outro parece se encolher. “Por aí, né, bicho”. Vago. Ele convidou: “Vem tomar um café”. O outro entrou no bar, retraído, ficou olhando para ele. “Puta merda, você ficou conhecido paca”. Falava baixinho, quase num sussurro. Abanou a cabeça. “Mas é uma loucura”. Pegou o copo. “Você vai acabar se estrepando”. Ele respondeu, com certa tristeza: “É a luta, velho. Alguém tem que fazer as coisas”. O outro fechou os olhos, pousou o copo no balcão, passou a mão pelo rosto, pela barba. Olhou para ele com uma expressão culpada. “Não sei. Não sei de nada mesmo”. Ele insistiu: “Mas o que é que você anda fazendo desde aquele tempo? Quatro anos”. O outro balançou a cabeça e saiu do bar. Ele foi atrás. Na rua o outro se voltou para ele e explodiu, mas ainda falando baixo: “Quatro anos. É isso aí. Quatro anos de porra nenhuma. Não acontece nada, eu não estou fazendo nada, ninguém faz nada. Só vocês que morrem e continua não acontecendo nada”. Ele ouvia um pouco surpreso. O outro agora não parava mais. “Tá tudo uma bosta. Eu não quero morrer, entende. Ou você se enquadra ou... Quer saber o que se pode fazer? Eu tou por aí, curtindo uma. Pico, maconha, qualquer uma. Sofia foi viver na praia, numa comunidade. O Alfredo tá fazendo publicidade, cheio de nota. Tereza casou. Roberto entrou numa de teosofia, vive com o apartamento cheio duns moleques chatos. O Jorge tá dando a bunda. Que que você quer, porra? Eu tenho vontade de explodir o mundo, pôr uma bomba no Viaduto do Chá, qualquer coisa. Mas eu tenho medo, sei que não adianta. O que é que eu posso fazer?”. Ele via, agora espantado, aquele mundo conhecido em decomposição na sua frente. Sentia, de modo confuso, que aquilo não tinha nada a ver com ele, que ele não fazia parte daquela realidade que, no entanto, lhe era próxima. Como se ele, a organização, todos, tivessem pisado num vácuo pegajoso. O outro ainda falava. “Nem terminei o curso. Merda pra eles. Não tem mais nada no movimento estudantil. Nada. Trabalho? Jornal, aula em cursinho, o que dá. Não vou, não quero, não posso me integrar. Mas, porra. A gente vive aí, amontoado, discutindo, brigando, sonhando. Festinha na casa da Márcia. Todo mundo de porre, com uma dor de corno desse tamanho e todo mundo sabendo que é isso aí. Eu assumo, tá, e grito para quem quiser saber: eu, Ricardo, sou um pequenoburguês medroso, desesperado e sem perspectiva. Os outros não têm coragem nem de admitir isso. Tem teoria de todo tipo. Não dá, bicho, não dá mesmo.” Ele não sabia o que dizer. Podia improvisar um discurso sobre a revolução, perspectivas e tudo o mais. O que sentia era como se a organização fosse um outro planeta, sem nenhum ponto de contato com aquilo ali. Alguém estava fora da realidade, alguém vivia num outro mundo. Fechados nos aparelhos, saindo para fazer ações e voltar, os contatos rarefeitos, absorvidos pela vida orgânica, reuniões, discussões. Fazendo a revolução, em todo caso. Construindo uma perspectiva. O outro falava, numa voz rouca: “Eu espero que tudo se foda. Tudo”. Estava quase chorando.

É esse o tom das pesquisas sobre juventude realizadas nos anos 1980, marcadas pela comparação com os anos 1960.

O livro organizado por Cremilda Medina (1989) é um bom exemplo. Composto por diversas entrevistas e textos breves, traz pontos de vista de militantes dos anos 1960 e dos anos 1980, bem como de estudiosos e simples observadores. Há a tentativa de compreender como transformações na sociedade e na própria condição estudantil determinaram esse quadro. Há também, por vezes, a tentativa de identificar novas formas de participação dos jovens.

Não havia marasmo na política estudantil. Lembremos da efervescência das mobilizações em 1988: greves contra o aumento de mensalidades nas universidades particulares; participação nas greves de professores nas universidades públicas; mobilização pela Estatuínte na Universidade de São Paulo... O quadro parece favorável tanto no movimento estudantil como no conjunto maior das lutas sociais brasileiras, no florescimento do movimento sindical e das demais resistências populares poucos anos após a queda da ditadura militar (Cf. SADER, 1988).

De pronto, encontramos diferenças importantes. Os entrevistados pelos autores do livro reconhecem que os estudantes estão cada vez mais distantes e reticentes em relação aos partidos e grupos de esquerda, distantes de doutrinas socialistas de caráter amplo e de lutas gerais. Os militantes estudantis da época reconhecem que as reivindicações estudantis estreitaram seus horizontes, restringindo-se a interesses próprios da categoria, sem contraposição mais assertiva ao sistema social vigente. Reconhecem também que algo mudou entre os colegas, que há impactos consumistas e hedonistas que de alguma forma estão subjacentes à despolitização de grande parte do corpo discente.

É interessante notar que os entrevistados esqueceram que o movimento estudantil dos anos 1960 também não superava tanto os limites eminentemente estudantis, a não ser através dos militantes engajados em outros espaços, como Mariinha em sua fuga das “ilusões da Maria Antonia”, ou Lúcia, que distingue claramente militância estudantil das “ações de vanguarda” da VPR. Tal lapso, ao mesmo tempo em que manifesta um retraimento efetivo, é indício do processo de *mitificação* de 1968.

É especialmente representativa a entrevista realizada com o professor Gonzaga Motta, que adianta resultados de pesquisas incipientes sobre a política juvenil. Aqui, são ressaltados tanto os impactos da cultura autoritária do regime militar sobre as novas gerações, como o que o autor denomina de “envelhecimento do movimento estudantil”, causado em grande parte pela “ortodoxia dos partidos de esquerda”, pela “insistência destes em propor formas e conteúdos de luta superados” (MEDINA, 1989, p. 29).

Um tema que salta aos olhos no decorrer do livro é a degeneração institucional do movimento, seu processo de burocratização e partidarização. Se havia no passado o bom e velho *conchavo*⁴⁵, a diferença com o presente não é meramente quantitativa. As décadas de 1980 e 1990 revelarão aquilo que, no jargão estudantil, denominávamos aparelhamento: uma assimetria na relação entre partido e movimento social, na qual este se converte em instrumento, meio para fins que são imanentes àquele. Voltarei ao assunto com mais tempo.

Gonzaga Motta aponta como principal fator da desarticulação estudantil uma nova cultura, apolítica por excelência. Identifica a sociedade industrial, o consumismo, o domínio da moda, o culto exagerado ao corpo, o fascínio pelo prazer e pela tecnologia como elementos marcantes dessa nova cultura juvenil. Sua expressão política é avessa às ideologias, utopias revolucionárias ou tradições partidárias. “Qualquer forma de organização significa imposição, limitação dos desejos e práticas sociais, qualquer disciplina coletiva é conservadora e castrante” (1989, p. 30).

Cabe nos atermos um pouco mais ao tema levantado pelo autor, dada sua importância como pano de fundo da nova condição juvenil. Vamos ao estudo de Jurandir Freire Costa (2003) sobre o subjetivismo e o narcisismo que sucedeu aos anos de chumbo. O autor retoma idéias de Luciano Martins (1979) em um artigo intitulado “A Geração AI-5”. Os sintomas do subjetivismo moderno seriam o culto à droga, a desarticulação do discurso e o modismo psicanalítico, convertendo conflitos sociais em dilemas pessoais. O ego é mantido em condições regressivas, similares àquelas experimentadas pela massa. Existindo exclusivamente para aquilo que é bom e prazeroso para si, o narciso de nosso tempo despreza qualquer compromisso com a história, com a sociedade e com os outros. Seu cinismo e descompromisso ético torna-o o “modelo de homem eficaz dentro da sociedade burocratizada e planificada” (Ibidem, p. 188). O homem narcísico livrou-se da pressão moralista e do moralismo repressor para dar vazão a um novo homem, liberado e complacente. Isso não significa respeito e aceitação do outro, mas indiferença em relação a tudo que não seja de seu interesse.

Mas o narciso de nossa época não é feliz por isso, pois a satisfação que lhe cabe é efêmera, fabricada diariamente pela moda. Mesmo assim, ele a persegue como um sísifo. O corpo da moda, “como o reflexo do Narciso grego, está lá para ser visto, cobiçado e nunca para ser apropriado. Ao ser tocado ele some, desfaz-se” (Ibidem, p. 241). O narcisismo que marca a

⁴⁵ Como explicou polidamente Mariinha, tratava-se de conversas entre lideranças, combinando previamente as propostas que seriam votadas pelos grupos organizados. é um velho chavão militante, ainda atual, lembrado com riqueza de detalhes também por Simone. Não demora muito para alguém novato em assembleias sentir-se enganado, em situação semelhante àquela de *O Processo* que mencionei em nota durante a introdução.

contemporaneidade é uma forma patológica, uma espécie de defesa regenerativa em face de uma violência que se tornou cotidiana.

O indivíduo moderno é um indivíduo violentado, antes de ser narcisista. É esta violência que explica seu narcisismo e as aparências “patológicas” que ele assume. Seu corpo e seu sexo monopolizam a libido objetal porque, como o “órgão lesado” ou “hipocondríaco” de Freud, tornaram-se fontes de sofrimento, dor e ameaça de morte para o eu. (Ibidem, p. 224).

Voltemos aos estudos sobre juventude, ao pessimismo que marca essas tentativas de compreensão do arrefecimento do movimento estudantil nos anos 1980. No livro organizado por Cremilda Medina, são sugeridas as transformações no campo cultural, como a ação dos meios de comunicação cada vez mais intensa, e a cisão profunda entre a arte produzida pelos jovens e seu cotidiano. Os textos antecipam também outros fatores que se acentuam entre os jovens nas décadas seguintes, como o medo do desemprego e o conseqüente clima competitivo que se instaura entre os estudantes.

1.3 Reinvenções da juventude

Atualmente, a juventude é tema bastante investigado nas ciências humanas. As pesquisas aumentaram em número e abrangência, dando nova luz ao tema. Em especial, o movimento estudantil deixa de ser o principal referencial para o estudo dos jovens, e são reconhecidas novas formas e espaços de engajamento.

O enfoque dos anos 1990 é marcado por um esforço de ruptura em relação a 1968, pelo combate à sua mitificação e ao peso que esta representa para as novas gerações. Nesse contexto, destaco os trabalhos de Helena Abramo (1994) e Janice Tirelli Ponte de Sousa (1999), entre outros. Abandona-se o pessimismo de pesquisas anteriores, sem deixar de reconhecer as imensas dificuldades e determinações contemporâneas para o engajamento.⁴⁶

A sociedade brasileira mudou muito nos anos 1990, marcados pelo comportamento difuso e indiferente com relação à realidade, enquanto a juventude buscava novas formas de estabelecer sua territorialidade. Desde os anos 80, o movimento estudantil deixou de ser sua principal forma de expressão, o que nos obriga a um olhar mais atento com relação ao novo significado que os jovens procurariam imprimir à sua presença social. Seu ideário parecia desterritorializar-se do espaço tradicional da política para se localizar também em outros espaços, como o dos movimentos populares urbanos. (SOUSA, 1999, p. 52)

⁴⁶ Arriscando certo psicologismo, parece-me que essa relativização de 1968 tenha sido possível – e bem vinda – por terem os pesquisadores pertencido ao movimento estudantil da geração seguinte (meados dos anos 1970), especialmente esquecida e encoberta pela precedente.

Sem dúvida, essas pesquisas têm o significado político efetivo de desconstruir a falácia de que, ao engajamento heróico dos anos 1960 e 1970, sucederam-se levadas de militantes não tão corajosos ou dignos do termo. Sobre os jovens catarinenses que entrevistou, conclui Sousa:

Os jovens urbanos analisados têm um *discernimento ético* que os diferencia e os aproxima da juventude revolucionária do passado. Isso os transforma em multiplicadores de uma nova ética que os distingue da forma de agir da sociedade, mas que pode significar a possibilidade de reinvenções da utopia. São poucos, como historicamente sempre foram, mas representam uma parcela de nossa juventude que tem a coragem de se envergonhar diante da violência, da injustiça social, da carência econômica, da discriminação; trazem consigo a capacidade de se mobilizarem e exporem sua indignação. (SOUSA, 1999, p. 196, grifos da autora)

Merece destaque também a coletânea de artigos intitulada *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional* (ABRAMO e BRANCO, 2005), em que diferentes autores interpretam dados de pesquisa extensiva sobre a juventude nacional realizada pela Fundação Perseu Abramo. Destacam-se a heterogeneidade da população jovem, sua distribuição em classes sociais e regiões, que a torna multifacetada e de difícil enquadramento. Ao mesmo tempo, há o reconhecimento de pontos comuns para a identificação de uma juventude nacional (KRISCHKE, 2005), justificando o enfoque sobre o tema.⁴⁷ A violência⁴⁸ e o risco provocado pelas drogas⁴⁹ são destacados como grandes temores da população juvenil. Os dados, sob esses aspectos, são bastante significativos. As condições de trabalho e desemprego também são tema de destaque (BRANCO, 2005; GUIMARÃES, 2005). Lembra Paul Singer (2005, p. 28):

⁴⁷ É recente a crítica sobre a pertinência da categoria *juventude*, em grande parte alimentada por Bourdieu (1983) em seu texto *A juventude é apenas uma palavra*, no qual salienta o caráter potencialmente ideológico que esse recorte suscita. Sobre a questão, ver Abramo e Branco (2005) e Dubet (1996).

⁴⁸ 46% dos jovens entrevistados declararam terem perdido alguém próximo por morte violenta (acidente ou assassinato). Entre eles, 62% tiveram pessoas próximas assassinadas; 34% perderam pessoas próximas em acidentes de carro; 2% em suicídios. 38% dos jovens declarou já ter visto alguém morrer de forma violenta. Entre eles, 62% declarou ter visto alguém assassinado; 35% em acidente de trânsito e 1% em suicídio. 20% dos entrevistados pela pesquisa declararam já terem sido assaltados. 42% dos jovens declararam já terem segurado armas de fogo. Dados da UNICEF apontam o Brasil como um dos países onde há mais assassinatos de jovens em relação à população total (KRISCHKE, 2005).

⁴⁹ Entre os jovens entrevistados pela pesquisa, 72% declararam conhecer usuários de maconha; 63% declararam já terem visto alguém fumando; 37% declararam que alguém já lhes ofereceu; 17% declararam já ter segurado na mão; 10% declararam já ter experimentado. Quanto à cocaína e ao crack, 32% declararam conhecer usuários; 24% declararam já terem visto alguém usando; 14% declararam que alguém já lhes ofereceu; 6% declararam já terem segurado na mão; 3% declararam já terem experimentado. Pode-se deduzir que o número de usuários é maior do que o apresentado pelas respostas, dado o caráter ilícito da droga e o preconceito que recai sobre o usuário (VENTURI e BOKANY, 2005). Cabe também enfatizar observações importantes no artigo de Carlinni-Marlat (2005), indicando que os principais perigos à vida e saúde dos jovens são as drogas lícitas (álcool e tabaco), sendo os impactos causados pelas drogas ilícitas desprezíveis se comparados ao conjunto total de casos de atendimento especializado de drogadição. O artigo aponta também a habilidade com que as empresas de bebida e tabagistas direcionam sua publicidade aos jovens.

Os jovens de hoje nasceram em tempo de crise social. Não por acaso, quase dois quintos são desempregados. O que em absoluto era verdade para minha geração, nascida entre 1928 e 1936, e que teve a sorte de se graduar em algum curso, provavelmente nos anos 1950 ou início dos anos 1960. Aqueles eram tempos de industrialização e urbanização muito rápidas no Brasil, em que quase ninguém ficava desempregado por mais que um par de semanas. A principal causa de sofrimento do povo era a inflação (chamada de “carestia”), não o desemprego nem a violência urbana.

Talvez o tema de mais difícil interpretação pelos estudos atuais sobre juventude seja o da consciência e participação política. Nos dados obtidos pela pesquisa da Fundação Perseu Abramo, a partir de perguntas sobre valores e opiniões nesse campo, é notável o caráter contraditório das respostas. Receberam altos índices na preferência dos entrevistados valores como solidariedade (55%), respeito às diferenças (50%), igualdade de oportunidades (46%), justiça social (41%). Mas os dados também trazem escores significativos de respostas que podem indicar perspectivas conservadoras, tal como a confiança que os jovens depositam na família (98%), na Igreja Católica (75%) e nas Forças Armadas (67%), consideravelmente maiores que a confiança no movimento sindical (50%) ou no movimento Sem-Terra (48%).

As pesquisas, em geral, observam entre os jovens que elementos autoritários e democráticos mesclam-se nas opiniões e comportamentos. Em outra obra recente que aborda o mesmo tema, Schmidt (2001) afirma tratar-se de uma *cultura política híbrida*, em que convivem determinações do passado ditatorial, da sociedade capitalista e valores democráticos. Algumas das características contraditórias dessa cultura seriam: apoio difuso e oscilante ao regime democrático; valorização do voto para escolha de governantes; baixa confiança nos agentes e instituições políticas; escolhas eleitorais guiadas por pragmatismo e personalismo; valorização difusa da sociedade civil e da participação social em geral; sentimento de impotência na própria capacidade de influir nas decisões políticas.

E se as opiniões dos jovens são de difícil compreensão, pior ainda é entender a passagem das opiniões ao engajamento efetivo, da crítica à sociedade e do desejo de transformação à militância. Ou melhor, a ausência desta passagem. Os dados da Fundação Perseu Abramo demonstram que, embora grande parte dos jovens reconheça a importância de lutar por justiça sociais e pela transformação do mundo, são poucos aqueles que efetivamente se envolvem ou demonstram alguma disponibilidade para a militância. Eis talvez o ponto de maior divergência entre os intérpretes. Muitos autores demonstram perplexidade em identificar esse abismo entre consciência e ação.

Em teoria, o mundo padece de violência, miséria, fome, desemprego, uso de drogas etc., e a maioria dos jovens acha que isso deve mudar e que eles, jovens, podem fazer que o mundo mude. Na prática, apenas 2% estão fazendo e outros 20% querem fazer que isso aconteça; 68% nunca pensaram nisso; e 10% pensaram e desistiram. Por que tantos jovens acham que a juventude pode fazer do mundo algo melhor e tão poucos manifestam a intenção de se engajar em algo que pode ajudar a comunidade? (SINGER, 2005, p. 34-35)

Procurando respostas à pergunta, Singer considera dados de pobreza e desemprego sobre a população juvenil, bem como a violência a que estão submetidos. Para o autor, o que a pesquisa indica é que “os jovens brasileiros irão à luta por um Brasil melhor desde que obtenham as bases materiais mínimas de sobrevivência” (Ibidem, p. 35). Na mesma coletânea, Antonio Lassance (2005, p. 82) corrobora esse quadro com expressão mais funesta: “baseados tão-somente na análise de dados, o mínimo que se pode dizer é que há ingredientes de sobra de um ovo de serpente”. A pesquisa realizada por João Pedro Schmidt (2001) sobre a socialização política⁵⁰ de jovens brasileiros também se esforça para compreender os baixos índices de “eficácia política”: é também uma parcela ínfima dos seus entrevistados que se percebe capaz de exercer influência no conjunto geral das instituições políticas, de interferir nos grandes problemas sociais como guerras, crimes ecológicos, fome, miséria etc.

O artigo de Venturi e Bokany (2005) faz contraponto a essas interpretações. Os dados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo indicam que a indisponibilidade juvenil para o engajamento é proporcional à registrada em outras faixas etárias. Essa observação é confirmada em outros trabalhos, como o do próprio João Pedro Schmidt (2001), que nega a tese de uma cultura juvenil específica e apolítica, à parte da adulta.

Venturi e Bocany destacam também que os jovens do presente são freqüentemente comparados com uma expressão da vanguarda juvenil universitária das décadas anteriores. Por vezes, dado o impacto e radicalidade do movimento estudantil das décadas de 1960 e 1970, esquecemos que os estudantes mobilizados correspondiam a uma quantidade inexpressiva da população juvenil nacional.

Ora, aqui é evidente a confusão entre a imagem de uma minoria mitificada com a sua suposta atitude e comportamental da maioria daquelas gerações. Se nos anos 1970 tivesse sido feita uma pesquisa quantitativa tão abrangente como a atual do Projeto Juventude, provavelmente veríamos que a maioria dos jovens brasileiros da época era ainda mais conservadora – e agora estaríamos constatando, na verdade, uma queda nos indicadores de conservadorismo. O fato de que uma minoria tenha abraçado valores da contracultura que os levava

⁵⁰ Socialização política pode ser definida, segundo o autor, como “processo de formação de atitudes e orientações políticas ao longo do ciclo de vida”. Afirma ainda que “Esse processo é permanente: vai da tenra infância à velhice” (Ibidem, p. 20).

a saírem da casa dos pais mais cedo, a viverem com maior liberdade sexual e a experimentarem todas as drogas, parece ofuscar as evidências históricas de que a maioria deles, à época, simplesmente reproduziu em seu comportamento os padrões conservadores então vigentes.

Não se trata, naturalmente, de afirmar que gerações anteriores não tenham produzido vanguardas que correspondem ao figurino de “revolucionárias” / contestadoras dos costumes / malucas-beleza. Ao contrário, foi a existência efetiva dessas vanguardas (minorias por definição) que fez com que sua atitude, no plano da leitura dos fatos, fosse generalizada como a de toda uma geração. (Ibidem, 2005, p. 353)

Para compreender o engajamento ou não-engajamento dos jovens, é necessário distinguir diferentes formas de militância, sua abrangência e alcance social. Pesquisas qualitativas indicam que os grupos organizados de jovens parecem cada vez mais heterogêneos e fragmentados, dedicados a causas mais específicas e localizadas (movimentos negros, movimentos de gênero, movimentos ecológicos, movimentos culturais etc.) e que o descrédito em relação às instituições tradicionais da política (Partidos políticos, Centros Acadêmicos, DCEs, UNE...) é patente. Também apontam uma militância mais atenta a reivindicações ligadas ao cotidiano imediato e distantes das grandes causas revolucionárias (Cf. MESQUITA, 2002 e 2006). Nas entrevistas com militantes jovens em Santa Catarina, Sousa observa que suas ações se orientam na direção de uma “transformação social partindo das *microrrelações*.” (1999, p. 181), com vistas a uma utopia que poderá realizar-se a longo prazo. Müxel (1997) identifica nos jovens franceses aquilo que chamou de “estratégia dos pequenos passos”, também deslocada em relação a grandes bandeiras e ideários políticos.

Assim como não é simples compreender as transformações na experiência política nas últimas décadas, não o é compreender a disposição dos jovens que, hoje, entram na universidade e se tornam estudantes. Pode-se dizer que vêm de uma situação econômica e social objetivamente distinta à de décadas passadas; que sofrem da mesma apatia do conjunto social, que sofrem desse mesmo narcisismo; que carecem de referenciais mais alargados, embora tragam consigo críticas à sociedade e reivindicações de caráter humanista... Há, em geral, pouca disposição para o engajamento, mas talvez na mesma proporção que havia no passado; e sua (in)disposição à participação política também é semelhante à existente no conjunto da sociedade. E não é tarefa fácil compreender os impactos dessa nova condição no movimento estudantil do presente.

Esta pesquisa não é sobre participação política dos jovens do presente, embora se dirija a eles. Tendo em vista o caráter restrito da minha “amostra”, entre ela e aquilo que apontam os estudos sobre juventude podemos estabelecer comparações muito pontuais. Na verdade, provocações.

Em contraste à baixa *eficácia política* no presente, chama atenção como a história parecia ao alcance das mãos dos militantes. Mariinha lamenta as perspectivas restritas dos estudantes, mas reconhece a coragem de uma juventude que almejava outra existência, e que era capaz de dar a vida pela possibilidade de concretizá-la. Lúcia lembra de sua geração, do sentimento compartilhado de que havia muito a ser feito no Brasil, e que poderia ser feito. E a “grande farrá” de Elias, “mistura esquisita” que dava sentido para a vida, “coisa que seus filhos não têm”: “as crenças em uma sociedade melhor, a crença em uma participação ativa em tudo isso”. Luís Carlos, anos depois, sente os sinais dessa concretude: se não estamos mais na iminência da revolução, se a superioridade bélica e tática das forças conservadoras é incontestável, nos resta a coragem e a solidariedade entre militantes, conscientes de que tinham um papel a cumprir, seja o de preservar o pensamento socialista, seja o de salvar amigos e companheiros. A saída da rua Maria Antonia não foi suficiente para quebrar o laço existente entre os estudantes, que fizeram o antigo prédio reviver nos espaços da Cidade Universitária, nos corredores do atual Instituto de Psicologia da USP.

Schmidt aponta que a eficácia política geralmente é proporcional à confiança interpessoal. Afirma que, “a rigor, a ausência completa de confiança nos outros impede qualquer ação cooperativa, e inviabiliza as instituições e organizações sociais” (2001, p. 53). Fiquemos com a amizade entre os militantes lembrada por Mariinha. Se eram pronunciadas e aguerridas as disputas entre as correntes, não foi isso que ficou. Um militante, por mais divergente e combatido, mereceria sempre confiança e respeito; jamais pesariam sobre ele suspeitas de corrupção ou de que traria informações falsas em uma assembléia para obter vantagens no enfrentamento de outros grupos.

As perspectivas dos militantes mais velhos indicam também algo de caráter mais abrangente, e que por vezes passa despercebido aos estudos que focalizam o presente. Em geral, acentua-se a diversidade e a heterogeneidade das novas formas de engajamento; identifica-se generosidade e demais valores individuais que sensibilizam o jovem para o combate às injustiças sociais. E afirma-se, obviamente, que a práxis juvenil deve ser compreendida em seu novo contexto sócio-econômico. Ela não seria, portanto, nem *melhor*, nem *pior* que o engajamento pregresso, mas produto do que é *possível* realizar em determinadas circunstâncias.

Esse tipo de interpretação sobre a juventude, dando ênfase à sua diversidade e heterogeneidade, ou enfocando especialmente valores individuais, bem como a mudança de contextos, estabelece um abismo que inviabiliza, em sua raiz, quaisquer tentativas de interlocução entre presente e passado. Os elementos isolados da militância juvenil atual são comparados a características, também isoladas, da militância pregressa. Na repulsa à força mítica de 68,

suprimiu-se freqüentemente seu caráter singular, seu contexto íntegro e estruturado, e portanto aquilo que poderia servir como potencial crítico, político renovador para as gerações futuras.

No estudo de Luís Antonio Groppo (2005) sobre os movimentos estudantis de 1968, são apontados fatores comuns nos diferentes países em que houve intensa mobilização. O autor destaca o contexto da guerra fria, aspectos econômicos que se acentuaram após a Segunda Guerra Mundial, relacionadas a aspectos culturais de uma sociedade global em expansão. Mais especificamente sobre a condição estudantil, a transformação do sistema universitário também aparece como um aspecto comum entre os países. Segundo o autor, em que pese suas limitações e especificidades locais, a mobilização dos jovens nas décadas de 1960 e 1970 deitou raízes em expectativas alargadas em comparação com as do presente, alcançando expressão mundial. Conclui o autor que a onda mundial de revoltas de 1968 foi o primeiro grande movimento por uma *outra* globalização, e que esta talvez seja sua principal herança inspiradora para as novas gerações.

A amplitude dessa práxis estava radicada em uma condição estudantil distintiva, diferente da atual. Nas pesquisas mais recentes sobre juventude, essas orientações gerais sobre o movimento e sobre a categoria de seus agentes não comparecem, ou figuram de maneira marginal quando se procura estabelecer alguma interlocução entre épocas.⁵¹

Cabe evocar uma chave de interpretação central de Marialice Foracchi: o processo de transformação do *jovem* em *estudante*. A autora traz a passagem como espécie de *superação*, de negação de uma condição limitada em sua expressão política e categorial, para outra, autônoma e mais ampla, embora radicada e diferenciada da anterior. Aponta, com ênfase, a armadilha ideológica subjacente a essa indistinção, que coloca o estudante como subgrupo de uma massa difusa e portanto sem expressão própria enquanto agente e força social.

Essa lacuna das pesquisas mais recentes é sintomática. Fenômeno comum é reduzir o passado, sem perceber, ao *ponto de vista* do presente, na medida em que a essência desse mesmo presente nos escapa. O que se subentende nas comparações atuais é a redução dos estudantes de 1968 a um subgrupo da juventude pregressa, indicando que é cada vez mais difícil pensar no estudante como categoria constitutiva e identitária, na pertença a esse coletivo como aspecto central na vida de um jovem, e na própria universidade como espaço de enraizamento e ação política.

⁵¹ Menciono duas exceções a esse respeito: A primeira é o texto breve e pioneiro de Artur Ribeiro Neto (1985) (voltarei a ele oportunamente). A segunda é a dissertação de Marcos Ribeiro Mesquita (2002) sobre a influência de novas formas de sociabilidade política sobre o movimento estudantil.

2. Observações sobre a novíssima universidade e seus inabitantes

Quando será inaugurada em mim esta cidade?	O poema é área pública
No dia da inauguração Os candangos jogaram Seus sonhos para cima	Invadida pela imaginação...
Quem pegar pegou	Assim nós queremos viver, Nós dissemos
Dor arquivada Felicidade protocolada Utopia adiada	Assim nós queremos que vocês vivam, Disse o arquiteto
Brasília é o fracasso mais bem planejado de todos os tempos	As mudanças no plano piloto As mudanças em mim
Brasília é a incapacidade Do contato afetivo Entre a laje E o concreto	Você ri né jk Vai rindo vai rindo Até você ver O que fizeram Com sua cidade
Bicos de seios Apontam a direção Do monumento na Cidade plana Sem seios Sem desejos	Brasília não envelheceu abrasileirou-se.
	(Nicolas Behr, <i>Pau-Brasília</i>)

Quaisquer semelhanças arquitetônicas entre o CRUSP e a esplanada dos ministérios não é mera coincidência.

2.1 Universidade brasileira: reforma ou revolução?

É emocionante ouvir as expectativas de professores e estudantes engajados na Reforma Universitária de 1968. Os textos do professor Florestan Fernandes (1979), compilados sob o sugestivo título que dá nome ao capítulo, são atravessados pelo processo de transformação da sociedade brasileira. À expansão econômica e conseqüente modernização, corresponderia uma nova estrutura universitária, de concepção mais alargada que a das antigas e tradicionais “escolas superiores” e da “universidade conglomerada”. O tamanho e composição social das primeiras turmas são reflexos de um ensino concebido para poucos, selecionados da elite econômica e intelectual. A campanha dos excedentes marca o ingresso das camadas médias e a emergência de um novo projeto.

Era imperativo transcender os limites de um ensino superior tacanho, herdeiro do atraso cultural português e das elites oligárquicas nacionais. A antiga escola superior destinava-se ao ensino livresco e à reprodução de saberes importados dos centros de excelência estrangeiros; sobretudo, destinava-se à formação de uma restrita elite profissional e intelectual correspondente a uma ordem econômica prestes a desaparecer.

A reforma no ensino implementada durante o Estado Novo não alcançou romper decisivamente com essa estrutura, apesar dos grandes avanços conquistados pela vinda de missões estrangeiras às faculdades nacionais. Criou a universidade conglomerada, mera aglutinação formal das escolas superiores, distantes dos princípios e do espírito característico das verdadeiras universidades. Seu ensino continuava escolástico, restrito e restritivo na formação do pensamento autônomo e do espírito crítico; a tímida produção intelectual dava-se através de casos isolados, de pesquisadores cujo alto nível lhes permitia nadar contra a corrente da estrutura vigente. A relação com a sociedade restringia-se às camadas dominantes, estranha e estranhada no que dizia respeito aos principais problemas do subdesenvolvimento nacional.

À escola superior e à universidade conglomerada, era necessário instaurar a “universidade multifuncional”, peça chave no processo de modernização do país. Para além de mera atualização, tratava-se de superar a condição subdesenvolvida, sendo portanto imperativa a produção de saber e tecnologia, bem como a formação de profissionais e pesquisadores críticos e competentes para integrarem e gerirem uma nação autônoma, ocupando um novo lugar na ordem econômica mundial. A própria universidade, dado seu papel central, deveria dedicar-se especialmente aos problemas e demandas nacionais mais urgentes, em especial colocando-se ao lado das classes pobres. Ensino, pesquisa e extensão, na universidade multifuncional, integram-se à realidade brasileira, e fazem parte de um amplo projeto de emancipação nacional (FERNANDES, 1979).

O espírito democrático, a autonomia universitária, a participação docente, discente e de funcionários nos processos de decisão são elementos constitutivos da universidade multifuncional, contrastando com o espírito conservador, obscurantista e oligárquico das escolas superiores. Era necessário estabelecer condições favoráveis para a formação do pesquisador em tempo integral, rompendo os regimes de dedicação parcial que interessavam às profissões liberais. Especialmente nas escolas tradicionais como Direito, Engenharia e Medicina, utilizava-se o prestígio da USP como acréscimo ao *status* individual, transformando a atividade docente em espécie de *bobby*. Na psicologia, lembra Elias, essa era uma das características dos professores da Clínica.

Nesse momento histórico – afirma Florestan do título ao final do livro – as opções devem ser extremas, não há meio-termo. É tradição nacional que as bandeiras de luta popular sejam apropriadas e desfiguradas pelas elites. O professor é assertivo nas críticas à comissão de notáveis composta pelo Governo Castelo Branco, responsável por construir um relatório oficial sobre a Reforma: não era hora para concessões; a tensão é clara; os antagonismos no seio da universidade são indissociáveis do contexto maior, da luta de classes, das transformações profundas que colocam em extremos militantes de direita e de esquerda.

Do lado da Ditadura, também se pensava a reforma universitária. O marco legal e institucional nesse campo foi o Relatório Atcon, referência a Rudolph Atcon, enviado do governo americano que esteve no Brasil entre 1953 e 1956 prestando serviços à CAPES. Atcon retorna logo após 1964, contratado pela Diretoria do Ensino Superior. Ele elabora um relatório de avaliação enfocando 12 universidades brasileiras. Em 1965, realiza-se o primeiro acordo entre o MEC e a *United States Agency for International Development* (USAID), para organizar a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior: a Comissão de Alto Nível. Atcon propõe, em 1966, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) para servir de ligação entre a USAID e as universidades. Atcon foi seu primeiro secretário (Cf. CARDOSO, 2001).

Após essa data, segundo Irene Cardoso (2001), introduz-se um novo tipo de pensador educacional no país: o economista. A proposta de modernização que os acordos MEC-USAID procuraram implementar concebia a educação como instrumento para aceleração do desenvolvimento, colocando a universidade a serviço da produção. Para tanto, seria necessário racionalizar sua administração, nos moldes de uma empresa.

Poucos anos depois do Relatório, após o AI-5 e o Decreto 477, a reforma universitária foi redefinida, adequada à modernização conservadora em processo no Brasil do “ame-o ou deixe-o”. As propostas que norteavam alunos e professores foram suprimidas ou adaptadas, de acordo com as necessidades das forças conservadoras.

A eliminação física do prédio da Maria Antonia simboliza o fim daquele pequeno embrião universitário e o início de um processo de modernização conservadora da instituição (Cf. CARDOSO, 2001). A FFCL deixa de exercer papel catalisador dos demais cursos, segmentados agora em diversas faculdades e institutos, entre eles o IPUSP.

Da universidade conglomerada da década de 1960, passou-se à universidade burocratizada e funcional dos anos 1970 e 1980, direcionada para atender os anseios da classe média por diplomas de nível superior.

Do ponto de vista do ensino, a expansão de vagas e de instituições privadas não levou em conta a qualidade, enfraquecendo e desvalorizando a graduação. Nesse sentido, a seleção passou a ser realizada na pós-graduação, deixando o graduado na condição de diplomado de segunda categoria. A expansão da pesquisa científica foi notável. No entanto, teve seu fluxo e desenvolvimento orientado por padrões norte-americanos, que sobretudo privilegiam o aspecto quantitativo. As ciências humanas são decisivamente prejudicadas, precisando ajustar-se a normas e padrões vigentes nas áreas exatas e biológicas.

Quanto à extensão universitária, carro chefe da proposta progressista, tornou-se o menor dos pilares no tripé institucional. Nesse campo, mais do que em outros, as iniciativas de estudantes e professores acontecem à margem ou mesmo à revelia das direções das unidades e das reitorias. A universidade modernizada, sob o manto da neutralidade (Cf. CHAUI, 2001), permaneceu alheia aos problemas centrais do país.

Uma das reivindicações centrais da Reforma Universitária pleiteada por professores e estudantes de esquerda dizia respeito à democratização institucional. Essa bandeira de luta também foi deturpada. O fim das cátedras deu lugar a estrutura departamental e de órgãos colegiados altamente hierarquizada, rígida e tecnoburocrática. Na expressão de Florestan Fernandes (1979), ratificava-se, sob outra roupagem, a “resistência sociopática à mudança”, característica da elite nacional.

2.2 O novo mostrengo

Na década de 1980, Florestan Fernandes volta a escrever sobre a USP (1984). Nesse novo contexto, mobilizações procuraram retomar o cerne da reforma que não terminou. Aqui, o autor mostra a coerência que lhe é característica. Novamente, não há espaço para concessões, e tampouco para saudosismos em relação à USP que havia sido extinta. Não cabe voltar à escola superior ou à universidade conglomerada, mas ao espírito que a fez implodir. Em um novo contexto, cabe novamente alinhá-la ao quadro social e às forças populares mobilizadas. Estamos em plena abertura democrática e efervescência do sindicalismo operário. Se, antes, os estudantes e professores estavam na vanguarda, era agora o momento de alinhamento com a classe revolucionária por excelência. Novo momento de esperanças aos militantes, novos ares para a USP, que não durariam nem aquela década.

Nos anos 1990, rapidamente a hegemonia neoliberal impõe novas condições ao ensino superior. Nas universidades públicas, cresce a presença das fundações nas unidades e demais institutos, bem como a submissão da reflexão autônoma às agências internacionais, como o

Banco Mundial, o BID e o FMI (Cf. COGGIOLA, 2001). Acentua-se a linguagem gerencial, o referencial externo, a presença e ingerência de organismos internacionais. Vigoram, sobretudo, padrões de avaliação e medida de desempenho característicos às empresas privadas. É a universidade administrada, em que a lógica dos equivalentes mercantis se estabelece na avaliação e comparação entre saberes qualitativamente incomparáveis.

Segundo Chauí (2001), administrar significa impor a quaisquer realidades ou objetos um mesmo conjunto de normas e princípios vazios em seu conteúdo. Do ponto de vista administrativo, não havendo especificidades nem diferenças, tudo que existe é homogêneo e subordinável às mesmas diretrizes. A novíssima universidade, portanto, assemelha-se a quaisquer empresas existentes, desde montadoras automobilísticas, *shopping centers*, lanchonetes ou supermercados.⁵² As propostas inspiradas no Relatório Atcom e nos acordos MEC-USAID sofreram resistências diversas. A implantação de seu conjunto nunca foi completa. Talvez o maior êxito deles tenha se dado de maneira temporã, na mentalidade acadêmica dos anos 1990.

É importante fazer duas observações. Em primeiro lugar, a expansão do ensino superior implicou em sua descaracterização não como consequência inevitável do aumento numérico, mas por sua reconfiguração dentro do quadro de demandas do sistema capitalista. Em segundo lugar, nessa nova doutrina gerencial, a tendência mundial observada é a divisão do sistema universitário de acordo com demandas de classe. Há as universidades de excelência, de elite e produção de conhecimento; e aquelas que se reduzem à condição de fábricas de diplomas. No caso brasileiro, estas últimas são geridas pelo sistema privado de ensino, e as primeiras concentram-se entre as públicas do sul e sudeste do país (Cf. COGGIOLA, 2001). É de se esperar que essa distinção no

⁵² A analogia da universidade com uma lanchonete veio por inspiração de uma fala infeliz de um estudante do IPUSP, ao dizer, em uma assembléia, que esperava da USP um “*cheese tudo*” e recebeu um “*cheese nada*”. A analogia com o supermercado é um pouco mais qualificada, pertence a Marilena Chauí e vem como resposta à declaração de um ministro da educação (Ibidem, p. 112-113):

De fato, o que é um supermercado? É a versão capitalista do paraíso terrestre. O jardim do Éden era o lugar onde tudo existia para a felicidade do homem e da mulher, sem trabalho, sem pena, sem dor. Quando fazemos compras num supermercado, as estantes de produtos ocultam todo o trabalho que ali se encontra: o trabalho da fabricação, da distribuição, do arranjo, da colocação dos preços. Ali estão como frutos no pomar, legumes e hortaliças na horta, a caça nos bosques e os peixes nos mares e rios, ou como objetos nascidos na magia de gnomos noturnos, sob o comando de fadas benfazejas. Até chegarmos à caixa registradora para o pagamento... Já observaram as brigas familiares nos caixas? A caixa registradora é o fim do jardim paradisíaco e o retorno à brutalidade do mercado. Se a universidade for um supermercado, então, nela entram os felizes consumidores, ignoram todo o trabalho contido numa aula, num seminário, numa dissertação, numa tese, num artigo, num livro. Recebem os conhecimentos como se estes nascessem dos toques mágicos de varinhas de condão. E, no momento das provas, ou querem regatear os preços, ou querem sair sem pagar ou abandonam o carrinho com as compras impossíveis, xingando os caixas.

quadro geral tenha reflexos na condição estudantil, que também parece, no presente, dicotomizada.

Nesse contexto, em quaisquer instituições de ensino superior, consideradas suas metas e atribuições no sistema global, consolida-se a dimensão abstrata e alheia da gestão universitária. O modelo burocrático possibilita a divisão entre aqueles professores que ocupam cargos nos conselhos centrais e colegiados e os demais. O alto escalão do corpo administrativo nas instituições públicas, segundo Chaui, não difere de seus congêneres nas particulares, embora nestas haja pelo menos a explicitação evidente do vínculo entre poder e propriedade. Na universidade pública, o cerimonial e pompa oficiais garantem a fachada, escondem que seu corpo dirigente representa interesses exógenos à comunidade acadêmica.

Os dirigentes só em aparência pertencem ao corpo universitário (são professores, em geral), quando, na realidade, são prepostos do Estado no interior da universidade... Ligados ao aparelho do Estado e desligados da coletividade universitária, os órgãos dirigentes reduzem o corpo docente, discente e de funcionários à condição passiva de executantes de ordens superiores cujo sentido e finalidade devem permanecer secretos, pois é do sigilo que a burocracia recebe poder. (CHAUI, 2001; p. 57-58).

Na expansão avassaladora da rede privada de ensino, as novas instituições são inauguradas sob esse novo paradigma. Como empresas desde o nascimento, adaptam-se facilmente às novas diretrizes; são regidas pelas leis da competição e da viabilidade econômica. Os cursos de graduação se orientam para as demandas de mercado; o conhecimento equipara-se à informação técnica mínima necessária para o desempenho profissional. A eficiência, a infraestrutura, a tecnologia e a competitividade são as novas palavras de ordem, as utopias propagadas pelo marketing agressivo dessas empresas⁵³. O que as regulamenta, sobretudo, é o direito do consumidor.

Nesse novo quadro, a contrapartida estudantil é desoladora. É triste perceber que são cada vez mais numerosas as entidades discentes que seguem o modelo empresarial. Há associações atléticas, empresas juniores e centros acadêmicos operando com vultosas somas de recursos e freqüentemente alheios a quaisquer questões relativas à sociedade brasileira, ou mesmo à melhoria dos cursos de graduação. Não raramente surgem rumores ou mesmo denúncias comprovadas de corrupção envolvendo seus dirigentes, jovens estudantes que antecipam vícios bem conhecidos do mundo adulto.

⁵³ Alguns exemplos são ilustrativos. Uma instituição privada há pouco propagava o seguinte slogan: “o importante é aprender na prática”. Em Salvador, uma outra instituição em sua propaganda televisiva apresentava um jovem realizando um discurso nos seguintes termos: “hoje, não há espaço para todos; mas só para os melhores. É uma seleção natural, e você tem que estar preparado! Faça a Faculdade...”.

A analogia feita por Elias entre esporte e política nos serve de advertência à fragilidade da esfera pública. Como substituto eficaz para o engajamento, tanto faz o esporte, as festas, o consumo de drogas ou qualquer outra atividade de cunho privado, desde que se ocupe o desejo e a percepção com satisfações imediatas e distantes do mundo, do país ou da universidade.

Há aqui, nas atléticas e empresas juniores, ainda que notadamente de direita, algum papel ativo no estudante, um sentimento de pertença à faculdade. Talvez tão ou mais desolador é perceber que a relação entre a maioria deles com a instituição corresponde efetivamente à estabelecida com um supermercado, lanchonete ou *shopping center*. expressa a passividade de um consumidor, sedado frente à sedução das mercadorias que contempla. Conscientes desse fenômeno, são muitas as instituições privadas que têm em seus *campi* lojas de roupas, academias, salões de beleza e toda a parafernália necessária para completar o engodo.

Nesse novo lugar, a essência da universidade é corrompida. A instituição passa a exercer a função de gestora de um conhecimento já estabelecido e considerado válido pelo meio científico-intelectual.

Segundo Marilena Chaui, conhecer significa apropriar-se intelectualmente de um campo, de fatos ou idéias que constituem o saber estabelecido. O conhecimento pertence à esfera do instituído; o pensamento é necessariamente instituinte. Pensar é enfrentar a opacidade de uma experiência e produzir um novo saber, um novo olhar sobre o que nos cerca. Na universidade administrada, “é preciso que o real se converta em coisa morta para adquirir cidadania universitária” (Ibidem, p. 62).

Essa heteronomia em relação ao saber não é expressa apenas pelo professor-pesquisador. Sua longevidade é inequívoca se voltarmos os olhos para os estudantes, de graduação ou pós. Ora, a insegurança leva-me ao recurso compulsivo a autores, a teses exógenas àquilo que a experiência revela, apenas porque são autores consagrados, ou tidos como referências obrigatórias. Nesse momento, o pensamento tolhe-se, ruma para uma tentativa desesperada e dispersa de compreensão de obras e conceitos, distanciando-se do que o real nos oferece.

Em um trabalho de memória, bem vindas são as de Florestan Fernandes sobre os estudantes de sua época de graduação, para que as cores fiquem mais vivas e os contrastes mais fortes.

A entrega era plena e a seriedade total. Um ou outro não acompanhava essa predisposição... Todavia, a tendência geral era a de estudar com afinco, com um envolvimento puritano e, por assim dizer, artesanal com o processo de aprender, de soltar os pêlos, de adquirir uma nova pele e uma nova visão da vida. Os resultados nem sempre acompanhavam os esforços, pois havia uma enorme distância cultural entre os conteúdos do ensino e as nossas

potencialidades. Mas, dentro de pouco tempo, aprendíamos a dominar as técnicas do estudo organizado e podíamos fazer boa figura, pelo menos dentro da perspectiva de uma aprendizagem eclética, que punha no material escrito e na erudição tanta importância.

O que deve ser ressaltado é que dispúnhamos de grande liberdade. Liberdade de ler, liberdade de pensar e de criticar, liberdade de fazer as coisas por conta própria. Escapamos aos professores autoritários. O que seduzia os professores franceses, por exemplo, era deixar patente que eles estavam lá no alto, no cume da montanha do saber, mas em termos de realização pessoal, de conhecimento acumulado, se havia nisso algum despotismo, tratava-se de um despotismo simbólico, de um jogo de emulação (que tinha conseqüências desanimadoras para nós). Dado um tema, nem o professor nem seus assistentes se julgavam no dever de “orientar a aprendizagem”. Ficávamos com algumas referências de leituras, sugadas do curso, e umas poucas indicações, fornecidas pelos assistentes. Tínhamos de cavoucar tudo. Correr as bibliotecas, ir ao sr. Raspatini, passar pelas livrarias, falar como os livreiros amigos, que eram cobras para arrolar nomes de livros, autores novos – e para vendê-los; percorrer com pressa livros e artigos para selecionar o que valia a pena e finalmente redigir uma dissertação quase sempre comovente, pelo que ela revelava de *cristão novo!* Os comentários dos professores eram duros (porque não levavam em conta o “esforço”), mas vinham com uma mensagem clara: enfrentavam-nos (literalmente isso: enfrentavam-nos), *como seus iguais*. Nada de bordadinhos e de suavidades. O “bastidinho” nunca colocou contra a parede seus estudantes, como vi, por exemplo, o Maugué fazer com alunos de terceiro ano! “O senhor é uma bestíssima. Ler no Lalande! Por que no leió Schelling?!”. Porém, no fundo, as suas críticas também eram contudentes. No primeiro trabalho de aproveitamento que preparei para ele, sobre “a crise da explicação causal na sociologia” (no primeiro semestre de 1941), recriminava-me porque não desenvolvera uma dissertação, mas uma “reportagem”. Não obstante, o mesmo Roger Bastide, mais tarde, em 1943, deu dez e elogiou um trabalho sobre “o primitivo, o louco e a criança” no qual caí de paus e pedras sobre a proposição de um tal tema... Ele mesmo me convidou a ir à sua casa, em 1942, para discutir uma pesquisa sobre folclore, que eu fizera durante o ano letivo de 1941. Em suma, o aluno era levado a sério *como pessoa*, era tratado como ser maduro (um aprendiz não é o *outro* do mestre?), tutelado e distinguido se o merecesse e, principalmente, não havia limites em sua liberdade, embora fosse responsável pelo uso que dela fizesse e acabasse pagando duramente o preço dessa liberdade. (FERNANDES, 1984; p. 77-79, grifos do autor).

Na relação com o conhecimento que define a universidade contemporânea, a infantilização do estudante é condição indispensável. As instituições particulares de ensino reproduzem a dinâmica pedagógica dos grandes colégios privados. Sintomas desse fenômeno são as disciplinas organizadas em apostilas; o controle de presença por chamada oral, as avaliações complacentes e generosas, espécie de progressão continuada⁵⁴ implantada no nível superior. Ou então, como reação descompensada, surge uma severidade deslocada de sua finalidade acadêmica, manifesta em um controle disciplinar e moralista. Por parte do estudante, aumenta a recusa

⁵⁴ Política educacional implantada no Governo Estadual Paulista visando a diminuição da reprovação dos alunos do ensino fundamental. Como conseqüência, tem-se observado jovens matriculados nas sétima e oitava séries sem habilidades elementares de escrita e leitura (Cf. VIÉGAS, 2007).

generalizada e imediata a qualquer esforço intelectual; qualquer cobrança é genericamente compreendida como manifestação de autoritarismo ou tortura desnecessária, e sua intolerância em relação ao professor é evidentemente mais pronunciada a partir dos anos 1980. Predomina o impulso individualista pela nota a qualquer preço, literalmente. Multiplicam-se fraudes como cópias de trabalho (facilitadas pela Internet). Lembro de um colega de graduação que sintetizava essa tendência, já presente em nossa época, como “pacto de mediocridade”.

Lúcia lembra que não estar bombardeado de informações levava a conseqüências interessantes, “pois do pouco que se conseguia assenhorear, se criava um mundo”. O que nos parece determinante em sua observação não são tanto os hábitos de leitura e a escassez de fontes no passado, mas essa disposição e compromisso para o ofício de estudar. A descaracterização do estudante, sua heteronomia frente a sua atividade precípua, torna-nos vulneráveis a uma gama vasta de produções científicas sem que tenhamos disposição e tempo necessários para tanta entrega.

Resistimos como é possível. Um colega pós-graduando relatou discussão que teve com professores em seu departamento. Em debate sobre a redução de prazos para conclusão do Doutorado, os docentes argumentavam que hoje é mais fácil obter as fontes e referências para as pesquisas graças à Internet e à grande disponibilidade de livros e traduções em diferentes áreas. Ele contra-argumentou: “É exatamente por isso que os prazos devem ser estendidos! Hoje, é muito mais difícil selecionar o que ler!”.

Segundo Marilena Chaui (2001), o conhecimento torna-se moeda de troca na universidade, e os professores seus proprietários. Nas relações pedagógicas, efetiva-se a objetificação dos alunos, colocados na condição de incompetentes intelectuais.

Sintoma desse quadro é nossa dificuldade em reconhecer que a relação entre professor e aluno não se reduz ao poder de mando de um sobre o outro, que não repousa na propriedade do conhecimento, mas no compromisso entre ambos em torno do mesmo ofício.

Longe de aceitarmos que a relação professor-aluno é assimétrica, tendemos a ocultá-la de duas maneiras: ou tentamos o “diálogo” e a “participação em classe”, fingindo não haver uma diferença real entre nós e os alunos, exatamente no momento em que estamos teleguiando a relação, ou então, admitimos a diferença, mas não para encará-la como assimetria e sim como desigualdade justificadora do exercício de nossa autoridade. O que seria a admissão da assimetria como diferença a ser trabalhada? Seria considerar que o diálogo dos estudantes não é conosco, mas com o pensamento, que somos mediadores desse diálogo e não seu obstáculo. Se o diálogo do estudante for com o saber e com a cultura corporificada nas obras, e, portanto, com a práxis cultural, a relação pedagógica revelará que o lugar do saber se encontra sempre vazio e que, por esse motivo, todos podem igualmente aspirar a ele, porque não pertence a ninguém. O trabalho pedagógico seria, então, trabalho no sentido

pleno do conceito: movimento para suprir o aluno como aluno, a fim de que em seu lugar surja aquele que é o igual do professor, isto é, um outro professor... Se não pensarmos sobre o significado do ato de ensinar e de aprender, não seremos capazes de pensar numa democracia universitária. (Ibidem, p. 71-72).

O estudante é, portanto, esvaziado naquilo que o define. O estudo não conta mais como trabalho em seu sentido pleno e existencial, senão como tarefa árdua e maçante, não raramente desprovida de sentido. Essa é, creio, dimensão central no esvaziamento da experiência universitária. Não que a efervescência da Maria Antonia se devesse às aulas ou leituras, mas essa alienação fabril-intelectual é reveladora de um estado geral da condição estudantil, da relação do jovem com a universidade nos diferentes campos em que a experiência de graduação demonstrou alguma vitalidade.

2.3 Bem-vindos ao deserto da universidade

E essa objetificação revela-se de maneira especial nos espaços físicos da universidade, assim como aquela outra bem conhecida, do operário, repercute sobre a fábrica e suas máquinas. Nos depoimentos dos anos 1980 e 1990, os militantes ressentem-se de campi semelhantes a tantos outros lugares, igualmente transitórios, igualmente de passagem, embotados para a vida e encontro público. Lembra Luizão:

As pessoas entendem hoje – e eu vejo isso na universidade privada – que formação é assistir aula e ir para a supervisão. Formação é você discutir o que você viu; é estar num espaço de discussão com outros estudantes, é participar. É ir na assembleia, ouvir e falar nesses espaços. É inseparável uma boa formação em psicologia disso tudo.

Eu fico um pouco compadecido com alguns alunos que tenho nas universidades, ávidos por movimento, cultura, shows, festas... Tudo isso é importante. Só que não têm nada disso; não há esse espaço nas universidades privadas. Então os alunos deixam de ter organização política, um monte de coisas, e ficam ali como passageiros, como consumidores.

No novo mostrengo universitário, a presença ativa do aluno torna-se um detalhe, dos mais incômodos. Sabemos dos efeitos nefastos das novas tecnologias no sistema universitário, no impressionante mercado aberto pelos cursos à distância (Cf. COGGIOLA, 2001). Nos cursos sequenciais, só falta a pintura amarela e vermelha na parede para que o cliente consuma mais rápido seu *lanche* e deixe espaço para o próximo cliente.

Essa desertificação manifesta-se com força nas universidades públicas. Sob o ponto de vista espacial, o IPUSP é exemplo dos mais agudos. Ainda nos anos 1970, quando os cursos da

FFCL vieram para o Butantã, os corredores e barracões ainda eram herdeiros menos charmosos dos vãos da Maria Antonia. Lá se encontravam estudantes de diversos cursos, e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas ainda exercia algum papel catalisador. Em meados dos anos 1970, completados os prédios da FFLCH, restou naquele espaço apenas o Curso de Psicologia, mal acomodado nos barracões. O IPUSP sofre um isolamento humano e uma deterioração física. A partir do final da década de 1980, os barracões são progressivamente interditados, culminando na greve de estudantes de 1992.

No início dos anos 1990, as memórias do espaço físico do IPUSP convergem catastroficamente, sinalizando a desertificação em processo, primeiro em sua manifestação física. Lembra Simone:

Antes de entrar na universidade, vim uma vez na Psicologia, aqui no corredor. Fiquei assustada, porque na época, em 1989, vários prédios haviam sido interditados. Aquele monte de teia de aranha, aquela coisa abandonada, vidros quebrados... Não tinha absolutamente ninguém no corredor da Psicologia. Achei aquilo tudo muito estranho. Não entendi nada. Uma cidade abandonada, uma cidade fantasma...

Tinha uma desagregação também. A gente tinha aula em tudo quanto é lugar, espalhado pela USP. As pessoas vinham para cá, mas não se enturmavam muito. Essa era a palavra do dia na época: “tem que integrar a psicologia, tem que integrar o primeiro ano com o segundo ano, com o terceiro ano...”. Integrar: era isso que as pessoas falavam o tempo inteiro.

É evidente que esse esvaziamento físico provoca impactos no movimento estudantil. Marcus lembra do Instituto de Psicologia como um lugar escasso em discussões, em contraste com a efervescência do período de redemocratização nacional nos anos 1980.

A transitoriedade dos espaços favorece sua apropriação privada e violenta. O exemplo mais gritante desse fenômeno parece o CRUSP. Mário lembra um triste episódio ocorrido durante sua estadia, contrastante com aquele CRUSP lembrado por Mariinha como espaço cultural e de contestação política.

Em 1984, quando cheguei no CRUSP, tinham caído duas pessoas do Bloco B. Era uma festa onde tinha alguns punks; mas era uma galera considerada punk de uma forma bastante pejorativa, não tinha compromisso com nada. Tinha um pessoal que traficava droga pesado. Não vendia para os amigos.

O CRUSP era ilegal, tinha sido reocupado pelos estudantes de 1979 até 1982. E a universidade se recusava a reconhecê-lo oficialmente. Então, a seleção era feita pelos alunos. Os prédios estavam caindo aos pedaços, os tapumes estavam podres. A universidade tentava dizer que os estudantes que eram bagunceiros e sacanas. Na verdade, a universidade abandonava. Era como um prédio invadido no centro da cidade, só que no centro da Universidade. E morava quem quisesse.

Em 1985, vi a expulsão da primeira leva de irregulares do CRUSP. Conforme a universidade assumiu, os moradores organizaram uma associação, e fizeram uma comissão tripartite: a COSEAS, o DCE e a AMORCRUSP. E passaram a tentar gerenciar o

CRUSP. Naquela tensão, venceu uma proposta de saída de todas as pessoas que não eram uspianas, e de todos aqueles que não passassem pela seleção. Obviamente, os punks resistiram. Deus e o mundo resistiram. Aí, num acordo entre a assembléia do CRUSP, DCE e Reitoria, a polícia veio retirar as pessoas. Essa foi a primeira invasão do CRUSP, que acaba sendo recontada pelo pessoal que era contra a invasão como uma baixaria, uma invasão da moradia pela Reitoria. Mas foi não só consentida, como desejada.

A invasão pela polícia, aqui, em nada se comunica com suas precedentes na época mais severa da Ditadura, a não ser nas palavras de protesto de alguns ocupantes pessoalmente prejudicados.

É interessante notar que a militância estudantil a partir dos anos 1990 passa a valer, em si, como esforço na contracorrente dessa desertificação da universidade. Essa é uma diferença importante entre as lembranças de diferentes gerações nesse aspecto. O sentimento de pertença e o forte laço afetivo com os espaços da Faculdade ou Universidade é comum em todos os militantes que entrevistei, desde o “bar do Zé” ao corredor do IPUSP. Contudo, em militantes dos anos 1960 essa pertença é lembrada como algo compartilhado com os demais colegas, em maior ou menor grau. A partir da década de 1980, e especialmente na de 1990, habitar a universidade passa a ser algo distintivo dos militantes. Os demais estudantes não raramente são definidos por eles como aqueles que “assistem as aulas e vão embora”. Lembra Simone:

É engraçado, porque tenho lembranças do Campus cheio de gente em assembléias; mas, no geral, minhas lembranças são desses lugares em finais de semana, de noite, vazios. É como se a militância ficasse na USP fechada, na USP vazia...

Fico me perguntando por que diabos a gente foi fazer movimento estudantil? E por que aquilo era bom? Porque tomava um tempo danado da vida. A gente saía de final de semana para discutir. Ficávamos discutindo um monte de coisas, do C.A, da sociedade. É porque eu acho que não dava para discutir isso em lugar nenhum.

Lembro que no início de minha pesquisa de iniciação científica, era difícil para mim distinguir critérios a esse respeito, tendo em vista que considerava militantes todos aqueles que tinham algum tipo de participação nas atividades universitárias para além das salas de aula. Sintoma que qualquer pertença à universidade, ainda que reacionária, passou a valer como algum tipo de resistência à sua desertificação.

Não serve de antídoto restabelecer o agrupamento de pessoas com interesses comuns, daí a ineficácia nas tentativas de convocar reuniões. Qualquer esforço na contracorrente dessa triste conjuntura encontra difíceis obstáculos tanto na própria universidade quanto na disposição dos estudantes. A esfera pública, sabemos, não pressupõe apenas que habitemos fisicamente o mesmo espaço, e que tenhamos as mesmas experiências; mas que espaço e experiências sejam

objeto de palavra e iniciativa em uma esfera que nos é comum (ARENDDT, 2001). Algo mais profundo quebrou-se, e temos uma convivência que nos parece hostil, impermeável a reações de solidariedade que marcavam o convívio estudantil em outros tempos.

A exceção, paradoxalmente, fica por conta dos momentos de greve. E aqui, o estudante lembra, hoje, o operário de seu antigo discurso. Não mais um operário revolucionário, mas desenraizado em sua casa. Passageiro da fábrica, sem cidadania entre as máquinas.⁵⁵ Por um curto intervalo, os espaços da universidade parecem reabitados, e não raro lembra-se de 68 (pelo menos, daquele imaginado).

3. Questões de organização

*Pessimismo dell'intelligenza, ottimismo della volontà.*⁵⁶

Gramsci

3.1 Os revolucionários vieram, mas a revolução não aconteceu⁵⁷

Hoje, a palavra *militante* tem pouca popularidade. *Vanguarda* então, é raramente empregada, a não ser de forma pejorativa, como sinônimo de liderança arrogante, rígida e distante de seus liderados, os quais manipula sem quaisquer escrúpulos. Poderíamos então compreender os militantes com apoio na vasta e vendável literatura empresarial de baixo nível para decifrar as características e aptidões do executivo, de sua capacidade de motivar uma equipe e levá-la ao sucesso na tarefa em foco, seja ela vencer adversários, atingir metas de venda ou ganhar uma eleição.

O que parece estranho aos olhos do presente é essa figura abdicada, absorta em um ideário e em causas comuns, que inspirava admiração e respeito. O termo militante passou a ser sinônimo de autoritarismo e burocracia, de um sujeito repetitivo e quixotesco em suas ações.

⁵⁵ Relata Simone Weil em seu diário de fábrica: “Nenhuma intimidade liga os operários aos lugares e aos objetos entre os quais a sua vida de esgota, e a fábrica faz deles, e em sua própria terra, estrangeiros ou exilados, desenraizados. As reivindicações tiveram menos peso para levar a ocupação das fábricas durante as greves do que a necessidade de se sentirem, ao menos uma vez, em casa dentro delas. É preciso que a vida social esteja corrompida até o seu âmago para que os operários se sintam em suas casas quando fazem greve, e estranhos quando trabalham” (1996, p. 166).

⁵⁶ Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade.

⁵⁷ Frase de um estudante, um tanto alcoolizado, a caminho de uma manifestação durante a greve de professores, funcionários e estudantes da USP, em 2000.

Para meus colegas, eu era a “Simone do DCE”. Eles não sabiam mais nada da minha vida. A única coisa que eles sabiam é que eu era da política, do movimento estudantil. Eu lembro que, na minha turma, eu fui muito tempo ridicularizada por isso. Uma pessoa, faz pouco tempo, quando eu disse que estava trabalhando no estado, disse: “mas também, você foi diretora do DCE, gosta dessas coisas, de trabalhar com pobre” (Simone).

De fato, há um problema a ser enfrentado. Recordemos a objeção de Mariinha. A palavra *militante* ganha contornos frios e estanques, em oposição a *político*. O que é sugerido aqui é o fenômeno da burocracia, equivalente da reificação em sua forma institucional (LUKÁCS, 1923/2003). Marx começa *O Capital* pela análise da forma mercadoria, uma vez que sua essência passa a determinar todas as esferas da vida. Os princípios de mecanização e calculabilidade são generalizados, e o outro humano converte-se em instrumento. Na política, o fenômeno se manifesta na organização estatal e partidária.

O tema é extenso. Para as organizações de esquerda, vamos nos ater a duas descrições, uma de caráter sociológico e a outra sob a perspectiva de um psicólogo. As críticas de Daniel Aarão Reis Filho e Luís Cláudio Figueiredo são certas em muitos de seus alvos.

Daniel Aarão (1990), ao refletir sobre as causas da derrota dos grupos revolucionários durante a Ditadura, observa características iminentes às organizações comunistas. Em primeiro lugar, os partidos orientam suas perspectivas pela premissa da inevitabilidade da revolução, responsável por fazer com que revezes e situações desfavoráveis sejam avaliados como reflexos passageiros, interregnos até a utopia efetivar-se.

Em segundo, orientam-se por uma fé redentora no proletariado, fazendo com que sua eventual despolitização ou “aburguesamento” seja vista também como fenômeno episódico.

Em terceiro, há a conhecida sobrevalorização do partido de vanguarda. A organização se coloca como intermediária entre teoria e ação. Sob a perspectiva leninista, implícita ou explícita, o partido é o cérebro da classe revolucionária, sem o qual, apesar de seu destino revolucionário, ela não consegue superar sua atuação sindical.

O Partido é indispensável porque é forma suprema de organização, o instrumento privilegiado para o exercício da ditadura da classe, símbolo de sua vontade única. Ele “inculca” às massas a consciência da revolução, “previne” contra influências negativas, “transforma” sua mentalidade. Como um exército em guerra, a classe operária precisa de um estado maior, e o seu é o Partido marxista-leninista. Sem este, o proletariado não passa de um conjunto desarmado, desorientado, sem direção, fadado a derrotas. (REIS FILHO, 1990, p. 115).

O autor descreve ainda uma série de características que submetem o militante ao grupo revolucionário, colocando-o em um estado que ele denomina “tensão máxima”.

Primeiro, o “complexo da dívida”. O militante sente-se orgulhoso, privilegiado em fazer parte da organização, mas contrai um débito impagável.

O militante assumirá, por um lado, sensações e noções – inebriantes – de superioridade. Não lhe faltam razões para tanto: passou a fazer parte de um estado maior que vai transformar o mundo e possui as chaves de sua compreensão. Distingue-se, portanto, das pessoas comuns e correntes, possui um *saber* especial – o marxismo-leninismo – e um poder – que daí decorre – sobre elas e os acontecimentos. Por outro lado, contudo, o militante sabe – mais ou menos conscientemente (e o Partido o lembrará disto freqüentemente) – que sua superioridade é relativa, pode derivar, única e exclusivamente, do Partido. O saber e o poder de cada militante são dádivas do Partido e da vida partidária. Por maiores que sejam suas capacidades, o militante nunca deverá esquecer duas coisas: suas prerrogativas e conhecimentos jamais se igualarão às prerrogativas e conhecimentos do Partido e, em segundo lugar, foi sua inserção no partido que tornou possível adquirir o que possui.

A compreensão de uma inferioridade medular marca o militante, em relação ao partido, com o *complexo da dívida*. A figura do *débito* estará sempre estruturando a prática social dos comunistas: incorrendo em erros, terá faltado ao Partido, deverá acertos de contas, autocríticas. Nas vitórias, não terá senão cumprido o dever revolucionário e aplicado a linha do Partido. (Ibidem, p. 119).

Há também o “massacre das tarefas”: estudo teórico, debates internos, trabalhos com as massas, agitação e propaganda, tudo ocupando à exaustão o militantes.

Trata-se de um verdadeiro processo de saturação. Os militantes serão requisitados “em cada minuto das vinte e quatro horas”. Um texto do PC do B solicitava aos militantes que se perguntassem “todos os dias” o que haviam feito pela revolução e pelo Partido. Lenin não exigirá uma organização disciplinada como um “verdadeiro exército”? O PCR compararia o partido a uma “máquina”, cujas engrenagens eram movidas pelo “combustível” do marxismo-leninismo, tornando-se, assim, imunes ao “desgaste e à corrosão”. (Ibidem, p. 128).

E a “celebração da autoridade”, o conhecido culto aos dirigentes, como Stalin ou Luís Carlos Prestes.

O que importa destacar é a elaboração recorrente deste mecanismo de coesão e sua eficácia política: unifica a organização, fornece uma fonte viva de argumentos de autoridade, cria um arquétipo referenciador – teórico, político, moral, que dirime, eventualmente, dúvidas e divergências, decide e dá a última palavra nas crises. (Ibidem, p. 129-130).

O autor ainda aponta as orientações ambíguas do Partido, meio-tons necessários para preservar sua unidade. Aos militantes, diz-se que é preciso ser ao mesmo tempo flexível e intransigente; não sucumbir à apatia, porém não recair em esquerdismos. Tal ambivalência cumpre o papel de elevar o nível de tensão e autocrítica dos militantes, fortalecendo a organização.

Por último, Daniel Aarão identifica a “síndrome da traição”, paranóia bem conhecida e apontada pelos militantes, cujos momentos extremos são os justificações.

É conhecida a tese de Daniel Aarão que dá nome ao livro. Os revolucionários, se cometeram equívocos, fizeram-no por seguir rigorosamente a cartilha das organizações comunistas, e não por se oporem ao seu receituário, ou por incompetência das lideranças. Os militantes que estiveram à frente das revoluções russa, chinesa, cubana nada tinham de especial, a não ser uma conjuntura propícia: estavam no momento certo e na hora certa. E os brasileiros, como que desencaixados, chegaram em má hora para a festa: *a revolução faltou ao encontro*.

O isolamento que se impôs às organizações não deixou, como vimos, de estiar militantes. Há uma espécie de partido-superego que se instaura. Os depoentes reconhecem muitos dos elementos apontados por Daniel Aarão. Luís Carlos oscila entre o reconhecimento da autoridade do militante mais graduado e a percepção de que estavam distantes dos demais estudantes. O centralismo democrático converte-se em gerência, e a militância em pura disciplina. A participação política equivale a trabalho especializado, envolvendo atenção alargada para as tendências sociais e movimentos de grupos, bem como disciplina por parte de seus agentes. Para Elias, havia uma aproximação confusa com uma espécie de espírito guerreiro.

A psicologia reconheceu elementos semelhantes aos descritos por Daniel Aarão. Para Luís Cláudio Figueiredo (1993), o militante é figura representativa de um modo de subjetivação da modernidade.

Sua definição de militante é bastante abrangente, não se atendo apenas à participação em grupos políticos, partidos ou entidades de classe. A militância é um “modo de vida”, e a atuação nas diferentes esferas – organizações religiosas, instituições psicanalíticas, empresas privadas – aproximam-se a partir da disciplina que exigem, da devoção e comprometimento em torno de causas e objetivos variados.

Mas o objeto examinado – não por acaso – é o militante político.

Penso que o tipo perfeito de militante foi aquele gerado pelos partidos ditos de esquerda e, mais particularmente, na tradição marxista-leninista... Além de concentrar paradigmaticamente os traços essenciais desta modalidade de subjetivação, ela exhibe, de forma patética, a contradição entre as pretensões

revolucionárias e transformadoras e a elaboração de identidades resistentes, reativas, defensivas e obturadas. Escrevo um dia após a bandeira do Partido Comunista haver descido definitivamente do mastro do Kremlin; poderia parecer que a militância já faz parte da história. Muito ao contrário; ela está tão presente como antes e o risco ainda existe de nela recairmos no justo momento em que procuramos dela nos afastar (FIGUEIREDO, 1993, p. 208).

Em que consiste a militância, em que repousa a identidade do militante?

A identidade militante assenta-se, sustenta-se e garante-se em dois enquadres temporais: o do tempo longo dos princípios e ideais e o do tempo curto das urgências. O tempo longo oferece a esta identidade a resistência indestrutível do que não é deste mundo, do que se conserva inalcançável no plano da transcendência, do que se apresenta como necessário e indiscutível, enfrentando, ou melhor ainda, sem precisar enfrentar as vicissitudes do tempo...

O tempo curto da militância oferece a esta identidade a resistência de um cotidiano obturado pelas tarefas inadiáveis, pela disponibilidade ilimitada para a ação, pela diligência incessante... Assim como os princípios ideais são mantidos a salvo da usura do tempo, também a rotina é preservada e mantida com quase total independência das condições de sua efetuação. (Ibidem, p. 208).

A semelhança com o pensamento de Daniel Aarão é clara. O tempo longo da utopia revolucionária corresponde à figura representada pelo partido, e o tempo curto, ao massacre das tarefas.

Segundo Figueiredo, a militância tem seu solo perfeito na clandestinidade, o que acentua seu isolamento em relação aos tempos e espaços mundanos. Em isolamento, as organizações clandestinas relacionam-se com o inimigo, tal como uma seita relaciona-se com o demônio e assim garante sua coesão. Para o autor, ao contrário do que possa parecer, “a clandestinidade é um reduto de segurança, é o grande dique a proteger as ficções que sustentam esta identidade contra as marés do tempo e as marolas do outro” (p. 209).

O discurso militante orienta-se então por três eixos: o primeiro, denominado de eixo da “ação desalienada”, afirma o militante como auto-libertado da venda ideológica que cobre os demais (no filme *Matrix*, aquele que teve coragem e tomou a pílula vermelha); o segundo, do “movimento da história”, remete à inexorabilidade da revolução; o terceiro eixo, do “serviço prestado”, equivale àquilo que Aarão denomina “massacre das tarefas”.

Segundo Figueiredo, a militância pertence à “ordem do sintoma”, indica uma “patologia da vontade”. O quadro do doente é grave, espécie de último suspiro diante da impotência vivida na contemporaneidade. O autor conclui o diagnóstico:

De fato, todas as versões da militância podem ser empreendidas como modos de fortalecimento imaginário do sujeito mediante o fortalecimento (imaginário) da sua vontade... e assim da sua capacidade (imaginária) de exercer controle sobre o mundo, sobre a história, sobre os outros e sobre si mesmo...

[...]

Em qualquer esfera que seja exercida, a militância vai sempre ligada a um pesado ascetismo e a rituais de purificação. Se o asceta modifica deliberadamente ou se expõe suas vontades à modificação é apenas para erigir sobre elas uma nova vontade ainda mais forte com a qual ele pode se identificar. Da mesma forma, o domínio voluntarioso da própria vontade é a meta básica da militância.

Em qualquer esfera em que seja exercida, a militância transforma a vida num jogo imaginário de estratégias que se destina a prever e calcular os acontecimentos de forma a lhes retirar qualquer propriedade efetivamente de 'acontecimental'. A militância é uma defesa sistemática contra o acontecimento, é um dispositivo de vedação.

[...]

Em qualquer esfera que seja exercida, a militância concebe a ação sob o prisma da técnica, seja a técnica da propaganda revolucionária ou da insurreição armada, sejam as técnicas dialéticas, curativas, pedagógicas, artísticas etc. Esta predominância da técnica na militância expõe de forma claríssima o investimento da vontade, que se arma com todos os recursos disponíveis, para o fortalecimento reativo de uma subjetividade acuada. (Ibidem, p. 212).

Figueiredo adverte que suas proposições não são contrárias à participação política, tampouco contra a vontade. Esta deve, contudo, ser deslocada do centro da constituição da subjetividade. Também explica que sua intenção não é uma espécie de olhar clínico e patologizante sobre o militante. Não convence, dado o exemplo, a terminologia e a própria definição de militância da qual parte.

Tal perspectiva de militância é largamente compartilhada, em especial pelas camadas mais ricas da elite intelectual. Durante o chamado escândalo do mensalão, foram abundantes interpretações do acontecido que colocavam a dedicação partidária excessiva como questão central. Esse ponto de vista não considera a devoção dos executivos, de igual intensidade para a empresa e a própria carreira como um problema.⁵⁸

3.2 O papel do militante nessa história

Agora, vamos à crítica da crítica ao militante. Há vieses nas interpretações de Daniel Aarão e Luís Cláudio Figueiredo que outros autores nos ajudam a identificar.

⁵⁸ Exemplos dessa perspectiva foram a entrevista dadas ao Programa do Jô por Contardo Calligaris em 30/08/2005, e o quadro, no mesmo programa, intitulado "as meninas do Jô", em que mulheres jornalistas discutiam a crise política.

Marcelo Ridenti (1993) faz ressalvas às interpretações de Daniel Aarão que se aplicam às congêneres de Figueiredo. Segundo Ridenti, as organizações são interpretadas por Aarão como algo *em si*, deslocadas do tempo e do espaço, como se correspondesse a uma tradição e mecanismo de funcionamento atemporal, próprio da tradição marxista.

Se considerarmos, ao pé da letra, abstratamente, o modelo analítico dos fatores de coesão interna das organizações comunistas, como foi proposto por Daniel Reis, ficaria difícil explicar como tantos jovens da década de 60 – época da liberação dos costumes, de questionamentos e de uma grande agitação cultural, em todos os sentidos – teriam aderido às organizações comunistas, rigidamente estruturadas, com rigores espartanos, conforme o modelo esboçado por Reis. Este descreve o funcionamento centralizado, disciplinador, antidemocrático e fortemente hierarquizado de um partido comunista clássico. É de se perguntar como é que tanta gente, da chamada geração libertária de 68, poderia aderir a organizações políticas estruturadas, mais ou menos, nos moldes descritos. Se a lógica de coesão interna das organizações não for historicizada, isto é, se ela for tomada independentemente de sua inserção no devir da sociedade, numa determinada conjuntura, torna-se incompreensível a opção pela militância política que exige o “leque das virtudes”, impõe o “massacre das tarefas”, a “celebração da autoridade”, o “complexo da dívida”, disseminando a “síndrome da traição”. (RIDENTI, 1993, p. 262).

Ridenti (1993) afirma, com base em entrevistas com militantes, que a adesão aos mecanismos de coesão apontados por Daniel Aarão eram tidos como opções políticas, não raro experimentadas como necessárias. Cabe destacar que a pertença aos grupos políticos é lembrada como um momento de realização pessoal. Isso é confirmado pelos militantes que entrevistei.

Plekhanov (1898/2003), marxista contemporâneo a Lenin, reflete sobre o homem e a história. A certeza de que a revolução aconteceria era elemento fundamental para o engajamento, não levava à apatia. E se tratava de uma certeza que, em grande medida, precisava ser autônoma em relação às condições imediatas e adversas da luta revolucionária. Isso não significa que, pelo seu caráter distante no tempo, se tratasse de uma certeza abstrata e impeditiva do contato com a realidade, uma vez que procurava combinar tendências gerais e conjuntura vivida. Não era tampouco um impedimento à liberdade, mas, na expressão do autor, a *necessidade* revolucionária feita *liberdade*, uma vez que indissociável dos desejos pessoais.

Os militantes desta pesquisa também nos servem de contraponto. Consoantes em relação ao papel da *certeza revolucionária*, trazem um quadro mais complexo e integrado da experiência política, irredutível às mazelas identificadas por Figueiredo e Daniel Aarão.

As lembranças de Marcus são bastante ilustrativas para o debate. Coexistiam no militante tanto aspectos descritos pelos autores como um sentimento de escolha e coerência moral,

indicando que essa disciplina e regime de atenção que configuraram a militância sustentavam-se em outros elementos, sendo incompreensíveis sem eles. Lembra Marcus:

Nos anos 1980 fui um militante quase que xiita, religioso, no sentido de abdicar dos meus interesses em favor de um ideário. Boa parte do que eu ganhava, dava para minha organização todo mês. Seria o que na igreja se chama de dízimo, e nós chamávamos de cotização... Considero que fui um militante realmente puro, talvez ingênuo, com uma moralidade até religiosa. Considero os anos 1980 como os melhores da minha vida, em que fui moralmente mais íntegro.

Sobre a relação entre o militante e suas organizações, Lúcia também nos ajuda. O que nos parece hoje opção radical é trazido por ela como espécie de fatalidade. Assumir a luta armada não é aqui um ato de coragem, de desprendimento em relação a desejo e anseios pessoais para sacrifício ao bem comum. E a passagem da militância política para a luta armada figura como processo em que a diferenciação entre ambas fica diluída, submersa em uma tendência geral inexorável.

Lúcia explica suas opções e destinos políticos como algo próprio de sua geração: havia disposição suficiente para perceberem o que estavam fazendo não como sacrifício, mas como única atitude digna.

Luís Carlos concorda: “era indecente ser covarde”. Havia medo, mas um sentimento inequívoco de desprendimento em relação aos bens materiais e disposição em arriscar a própria vida. Sabemos, com Hannah Arendt (2001), que a coragem é indispensável à política. Coragem para revelação de si, para a mudança do mundo, para abandonar e superar a esfera das necessidades.

A concepção de militância proposta por Luís Cláudio Figueiredo também encontra oposição mais próxima ao seu campo de estudo. Jurandir Freire Costa (1986) fará uma crítica à violência tal como concebida pela psicanálise. Segundo o autor, há aqui uma banalização do termo. Esse viés não se sustenta na obra freudiana, e pode ser explicado pela equivalência, de caráter ideológico, entre poder e violência.

É porque nosso modelo de interesses e objetivos e nosso modelo de conflito baseiam-se nos interesses, objetivos e conflitos existentes entre as classes, grupos e Estados que conhecemos, e que levam sempre à guerra ou ao confronto violento; é, por este motivo, que só podemos pensar no poder como sinônimo de violência e na obediência como sinônimo de sujeição. (COSTA, 1986, p. 74).

Freire Costa recorre a Hannah Arendt para apontar o caráter não-violento do poder, fundado na vida pública e na liberdade. O poder só existe quando “as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades” (ARENDDT, 2001, p. 212).

A esse respeito, meu encontro com Lúcia foi esclarecedor. No primeiro dia de entrevista, perguntei-lhe sobre o início de sua participação política. Ela me disse que sua militância tinha sido fugaz se comparada a de colegas que se dedicaram aos debates em torno das questões estudantis. Em sua época, ocupara-se especificamente de *ações de vanguarda*. Percebendo meu estranhamento, a depoente considerou que não era pessoa adequada para minha pesquisa. Quase me convenceu.

Lúcia insistia na distinção. Estava certíssima. A violência, inerente ao combate, pertence a uma outra ordem de acontecimentos, instaura outro regime de atenção, de organização e atividades que, embora geralmente orientados para objetivos comuns à política, distanciam-se do exercício da palavra e da iniciativa inerentes à esfera pública. Para usar uma metáfora arendtiana e bem feminina, o fato de utilizar um sapato de salto para pregar um prego não me autoriza a chamá-lo de martelo (ARENDDT, 2000).

Esquecemos rapidamente que *militante* expressava também desprendimento e coragem. Se os termos vanguarda e militância nos remetem ao ápice da verticalidade das organizações, indicam também um respeito e um reconhecimento que os entrevistados sentiram. Respeito e reconhecimento essenciais para Luís Carlos manter uma perspectiva objetiva e certa da política contemporânea.

Se a perda de sentido do termo militante denota uma crítica bem vinda à reificação, também faz ressurgir um enigma. Para nós, essa condição imanente ao agente político é hoje quase irreconhecível, tão estranha e dissonante quanto nos parecem os homens-bomba no Oriente Médio.

3.3 A UNE é minha, eu vi primeiro, e vendo essa porra por qualquer dinheiro⁵⁹

Já me referi ao tom pessimista das pesquisas dos anos 1980 sobre juventude. É dessa época um texto certo escrito por um ex-militante. Vale retomá-lo aqui. Artur Ribeiro Neto parte da descrição do Congresso de Reconstrução da UNE.

⁵⁹ Frase famosa, proferida à exaustão por estudantes de oposição à diretoria nos Congressos da UNE durante a década de 1990.

Salvador, 1979. As luzes se apagam, na multidão de estudantes reunidos se agita o medo de um atentado, o pânico se debruça como uma sombra sobre o Congresso de Reconstrução da UNE. Diante do perigo, do fantasma da repressão, da ameaça de desagregação, desce do céu e surge no palco, iluminado por um holofote de tevê, a imagem de Honestino Guimarães.

Diante da visão do último presidente morto, os estudantes se detêm e permanecem reunidos e a UNE parece novamente se reencarnar; o seu espírito recebe um novo corpo e aqueles jovens universitários, na presença daquele espírito, oferecem sua carne para que ele renasça.

O simples gesto de os estudantes afastarem o risco da desagregação, de se deterem apenas diante da aparição da imagem do herói morto talvez fosse um signo premonitório de sua não-história futura. Ao invocar o mito para responder aos perigos do presente, como uma sociedade primitiva que através dele se fecha sobre o seu corpo, a UNE se restitui sob o império de seus ancestrais, e do território, do corpo sagrado, onde este passado e o presente são um só tempo e lugar.

Mas, como aquele acontecimento simbólico indicava, este corpo já não mais existia: restava apenas a sua imagem, o seu fantasma.

Parece macabro e desrespeitoso referir-se desta maneira a estes acontecimentos e às pessoas que nele estiveram envolvidas. Talvez realmente seja. Mas é fantástico o poder simbólico deste fato. Pois, no momento mesmo de sua criação, já revelava que aquela instituição iria viver apenas de seus fantasmas, de sua referência mística a um corpo que deixou de existir.

E qual é este corpo? Como dizem os estatutos das universidades, o corpo discente, os estudantes.

Parece uma sandice dita, no mínimo, por um candidato à sucessão do presidente Schreber; por um esquizofrênico. Pois, não é um disparate total dizer que os estudantes não existem? Mas trata-se precisamente disto. Há algum tempo deixou de existir este coletivo conhecido e automeado estudantes. E o ano de 1979, ano de reconstrução da UNE, é o marco terminal de existência deste agente que se pensa, se reconhece, tem o seu movimento e age como *estudantes*. Continuam existindo, por certo, pessoas, indivíduos pertencentes às universidades, pessoas que assistem aulas, conhecem outras pessoas, fazem amigos, estudam, declaram nos seus documentos a profissão de estudantes. Isto permanece. Mas estes indivíduos não mais elaboram as suas experiências, não se pensam e não se identificam sob o nome e a invocação de estudantes. Por isso não é hoje mais possível falar em movimento estudantil como foi nos anos 60 ou mesmo até recentemente. (RIBEIRO NETO, 1985, p. 62-63).

Ribeiro Neto é talvez o primeiro a apontar com essa assertividade que a condição de estudantes deixa de exercer papel central na vida dos jovens matriculados nas universidades: “deixa de significar um investimento global, um território onde múltiplas experiências podem encontrar-se e ser pensadas” (Ibidem, p. 63).

E como explicar que as entidades representativas dos estudantes ainda permaneçam? Afinal, há militantes, há assembléias. Há a UNE, as UEEs, DCEs, CAs... Quem as habita senão

estudantes? Os discursos são os mesmos: marxistas, socialistas, revolucionários. As palavras de ordem assemelham-se, mas algo mudou.

O que é importante ressaltar é que o seu discurso [dos militantes], mesmo tendo o discurso marxista como quadro de referência geral, se fazia pela reflexão das experiências vividas pelos estudantes, conjunto, coletivo – e isto é fundamental – do qual *estes militantes também faziam parte*. Poder-se-ia dizer que existia realmente um processo de *representação política* e de controle desta representação.

Com a cooptação das lideranças, a fonte de legitimidade dos discursos e origem mesma destes se desloca dos estudantes para a *verdade revolucionária* de que estas organizações se diziam portadoras. Não se trata mais de pensar os fatos contingentes, os acontecimentos, ainda que visando à revolução, mas de, em se tendo a verdade da revolução, como revelá-la aos estudantes através dos fatos contingentes; isto é, como inscrever o movimento dos estudantes no movimento geral da história. (Ibidem, p. 64-65, grifos do autor).

O território ao qual o militante reporta-se preferencialmente passa a ser o partido, e não a universidade. A perspectiva revolucionária portanto, diferente daquela observada por Foracchi, não se sustenta na condição de estudante, mas em discurso exógeno, exterior aos seus ouvintes.

Ribeiro Neto identifica uma relação dialética entre militantes radicados em partidos políticos e estudantes desinteressados. As assembleias e demais encontros políticos passam a valer como espaço de cooptação, e paradoxalmente o movimento estudantil deixa de ser, efetivamente, estudantil.

As eleições e assembleias passam a funcionar apenas como espaço de persuasão e de embate entre as verdades revolucionárias, um campo de sedução política, de conquistas de novos adeptos. Torna-se um mecanismo de atestar entre os grupos rivais a eficácia de sua ação, organização e concepção política. Não se decide mais nada, apenas *quem* é que vai decidir por todos.

A formalização de um corpo com direitos exclusivos ao saber consubstanciados nas organizações tem como contrapartida a formalização dos estudantes num outro corpo, o corpo-massa, incapaz de refletir as suas experiências, de estabelecer o seu sentido. Como se vê, há a formulação simultânea, no imaginário, de dois estamentos. E agora ser estudante, que era uma aventura coletiva de ação e participação política, converte-se apenas no oposto de ser revolucionário. Ser estudante torna-se igual a ser massa, isto é, um incompetente político.

[...]

Ser estudante tornou-se isto: ser o corpo, a carne bruta para que uma aristocracia aja e pense em seu nome, para que busque em seu nome os objetivos dela. Este processo foi tão profundo que as próprias entidades são percebidas como partes deste estamento aristocrático. O movimento estudantil hoje é o movimento deste estamento, ao qual as pessoas que freqüentam a universidade recusam a legitimidade que a existência de um corpo de estudantes daria. (Ibidem, p. 65-67).

As entrevistas com militantes dos anos 1980 e 1990 confirmam as interpretações de Ribeiro Neto. São freqüentes lembranças de episódios em que se sentiram *manipulados* ou *manipuladores*. Suas falas são permeadas de angústia e severas críticas.

Simone lembra da assimetria entre ela e militantes mais *graduados*. O trecho abaixo é esclarecedor acerca da importação de um discurso exógeno, alheio à experiência e apropriação do estudante.

Tinha todo um projeto que vinha de um ex-diretor do DCE, que era o capa-preta, aquela pessoa de quem você só ouve a voz. Eu nunca o conheci. De vez em quando eu ouvia dizer: “olha, ele falou isso...”, ou apareciam uns documentos dele. Até isso. Uma linguagem lá no DCE... Aparecia um documento dizendo que a gente tinha que fazer tal coisa. Eu achava que ele era meio que nem Deus! Eu lia as coisas que ele escrevia e achava fantástico! Eu nem sabia se era tão importante. Para falar a verdade, nem deu tempo de discutir, porque já tinha o Deus e os apóstolos que já diziam isso. Eu confiava nessas pessoas, então nem pensava se essas coisas eram importantes mesmo ou não.

O militante profissional e a política como especialização são temas recorrentes na memória de militantes das décadas de 1980 e 1990: “Escola de política” e “política de gente grande” são termos que Simone emprega e que revelam uma triste reprodução de mazelas da política geral, presentes tanto na esfera dos partidos quanto nas instâncias governamentais. Militantes desse período lembram de disputas violentas em torno da conquista de Centros Acadêmicos e Diretórios Centrais. As entidades estudantis muitas vezes foram descritas como campos onde imperava a violência, a falta de diálogo, a manipulação sem limites. Se há entre grupos diferenças políticas profundas – e não duvidemos que há –, elas por vezes desaparecem. Na hora das disputas, diferentes tendências e partidos compõem um triste cenário de artimanhas de manipulação e fraudes que equiparam todos e configuram uma massa homogênea, repulsiva à grande maioria dos estudantes. Estes, então, proferem frases bem conhecidas, irritantes aos ouvidos de pessoas engajadas: “política é tudo a mesma coisa, e políticos são todos iguais”. Simone Lembra:

A gente ficava medindo força com a oposição o tempo todo. “Esse CA é da oposição, o outro é nosso... Temos que conquistar terreno para o DCE...”. Começou a ficar uma coisa muito autôfaga. Não éramos mais diretores do DCE, mas fazedores de política.

Escola de política acho que eu fiz no DCE. Escola de política de gente grande: essa política partidária, política de conchavos, de ser maioria...

Lembro de um Congresso da UNE, em Goiânia, num puta frio. A UNE colocou as pessoas da oposição nos piores lugares para dormir. Não tinha água para tomar banho, as janelas eram quebradas... Parecia um campo de concentração. A comida que eles davam para a gente era estragada. Passei fome, frio, fiquei lá como uma idiota, com aquele povo achando que ia fazer a revolução socialista. Ficávamos lá naquele estádio enorme, cheio de gente, ouvindo aquelas coisas estratosféricas. Parecia um circo dos horrores. Cartas marcadíssimas. O Congresso era todo predefinido. Eles ganhavam o que quisessem: se quisessem votar um

atentado ao presidente da república, um seqüestro ao embaixador americano, um suicídio coletivo, eles ganhavam. Os delegados que estavam lá eram todos do PC do B. Ficávamos levantando aquele crachá feito uns idiotas, sempre para perder. As lideranças petistas, que eram com quem a gente se identificava, não davam a menor bola. Eles ficavam lá conchavando entre eles, entre os capas lá de cima. Uma grande decepção que a gente teve foi o PT ter entrado na diretoria da UNE. Daqui há pouco, eu vejo lá a chapa mista, com o PT e PC do B. Foi acordo. Eram petistas da mesma tendência que a minha, só que ninguém veio perguntar para mim o que eu achava sobre aquilo.

Só consigo lembrar de violência em relação à UNE. Só violência. Não tinha discussão nenhuma com a UNE.

Se antes havia algum antagonismo ou tensão entre vanguardas e estudantes, hoje ambos sequer se reconhecem como partícipes de um mesmo coletivo. A formação de uma consciência engajada pouco se sustenta na esvaziada condição estudantil. Para um contingente expressivo de militantes, o convite à política emerge de outro lugar, mais especializado, e é a ele (ao partido) que se reportam. Na universidade, encontram um vazio a ser ocupado às expensas dos demais; e sobretudo um lugar de transição. A seus colegas, nada devem; e deles, nada esperam.

Merece especial destaque o espaço de deliberação máxima do movimento estudantil, cada vez mais indecifrável à maioria dos estudantes. A UNE cresceu, expandiu em número de militantes e em recursos que administra. Contrasta sua enorme infra-estrutura com as faixas e cartazes pintada a mão nas décadas anteriores. Seu descrédito avançou na mesma medida de seu orçamento, e a entidade figura cada vez mais como organela de um partido, sustentada por um passado que se desdobra por glorificar.

Mário esteve presente no congresso da UNE ocorrido em 1988, em um clima de forte tensão. Na época, o PT presidia a entidade. O militante lembra de episódio ilustrativo, um ponto de inflexão nos rumos da entidade. Aqui, aparecem claramente os termos do embate, e reconhecemos que a diferença em relação às décadas anteriores não é meramente quantitativa ou conjuntural.

O Congresso da UNE foi uma pauleira. Na verdade, o PC do B tentou invalidar o Congresso porque eles tinham minoria. Nós tínhamos 35% e o PC do B 28%, por aí. E o resto era das outras forças e tendências. Nesse Congresso, a gente fez uma tese muito legal, que era discutida abertamente. Se o pessoal da psicologia quisesse pegar a nossa tese e modificar, não tinha problema. Depois, a gente iria para a plenária e fechava. Era uma visão democrática de movimento estudantil, muito legal. Fazia com que os grupos aceitassem as mudanças. A gente estava em uma linha em que a política tinha que ser de massas, tinha que ser do máximo de gente possível. Era uma visão extremamente democrática, sindical, que a gente conseguiu implementar no DCE durante quatro anos.

O PC do B ameaçou quebrar tudo no Congresso, disse que tinha fraude. Teve uma tensão muito grande. As pessoas se empurraram, teve porrada; teve gente que foi jogada do palco, caiu uma caixa de som em cima de um cara... O presidente da UNE tomou um soco na boca. A galera ameaçava você toda hora. A gente fez um cordão de isolamento do palco onde

ficavam todas as atas de inscrição dos delegados, com cinco filas de estudantes, grudados uns nos outros. O PC do B vinha para cima, ameaçava, tentava romper. Quatro dias de Congresso foi isso. Só empurrão, safanão, vaia... Enfim, eles boicotaram como eles sabiam fazer.

Quando viram que o Congresso ia acontecer de todo jeito, tencionaram bastante, e teve que fazer uma divisão. A gente estava na quadra e eles estavam na arquibancada. De repente, a gente começou a ouvir: “vamos invadir, vamos invadir”. Eles resolveram invadir a quadra para ir em direção ao palco. Foi a hora da maior tensão, que todo mundo ia sair no tapa mesmo. Quando PC do B invadiu, na hora que ia ter o conflito, a gente conseguiu negociar. Dividimos a quadra no meio, para você ver onde chegou. Ficou um espaço de um metro entre o PC do B e o PT.

O que me chocou muito é que era completamente fora de foco. Eles se negaram a participar do Congresso e conseguiram manipular aquela massa toda dizendo que havia fraude. E não era isso. Estava claro para as pessoas, bastava prestar um pouco de atenção. E o mais louco, que me chocou muito. Estava tenso, aí abaixou, todo mundo foi sentando: “senta, senta, o Congresso vai andar”. Nesse vão de um metro, o pessoal do PT e do PC do B começava a jogar cartas, conversar... De repente, a coisa esquentava, o pessoal recolhia as cartas: “valeu, você parece ser um cara legal, mas nós vamos sair no tapa”. É como se você sentasse durante uma guerra, armado até os dentes, o cara do outro lado armado até os dentes, e enquanto não mandam você atacar, a gente joga baralho! Eu vi gente levantando, dando um tapa no ombro do outro e falando: “valeu, cara, agora é cada um por si”. Se eles permanecessem como duas bordas hostis, não teria me chocado. A hostilidade é assim, não tem razão de ser. Mas não era isso. Era surreal. Acabou sendo essa a lógica do Congresso, completamente esquizofrênica.

Não é sem motivos que dos anos 1980 até os anos 2000 surgem nos centros acadêmicos práticas de gestão participativa, combinadas com profunda aversão aos partidos políticos e tendências de esquerda. Mais do que revelador de uma transformação radical da política estudantil, a linha divisória entre grupos parece separar a dimensão política da humana, impondo uma subserviência à dinâmica dos partidos que já foi bem descrita em estudos sobre o totalitarismo.

Aqui, seguimos um caminho perigoso e atraente para muitos estudantes. Para psicólogos em especial. Há, hoje, um certo culto às micropolíticas, às ações espontâneas; esquecemos que os movimentos sociais necessitam de uma complexa estrutura para lutas em escala nacional e global. Sabemos do papel central dos partidos para a democracia, e que seu descrédito está diretamente associado à ascensão de regimes autoritários. Nesse assunto, há razoável consonância entre autores (Cf. ARENDT, 1989).

Na década de 1960, havia partidos no movimento estudantil, havia correntes, e elas cooptavam, disputavam os estudantes de forma aguerrida. Disputavam e se defrontavam nos congressos da UNE, nas eleições do Grêmio e reuniões de Centros Acadêmicos. Marialice Foracchi (1965/1977) critica em seu estudo não o excesso de partidarização, mas a falta de atenção das organizações em relação ao movimento estudantil: deveriam empenhar-se mais no

preparo das lideranças, no alargamento de suas perspectivas e no aprimoramento de seus métodos de organização. Eram parte da solução, não do problema.

Não tem como você falar em movimento estudantil sem partido. Isso é bobagem: “ah, eu sou contra os partidos, sou contra respirar”. Não tem como. Não existe nada em política que funcione sem alguma interferência partidária. Tanto que o problema hoje no movimento estudantil é a ausência de interferência organizada do partido, não a interferência dele (Mário).

3.4 Dada a situação, *Que fazer?*

Aqui, para distinguir presente e passado do movimento é necessário retomar uma reflexão clássica, um tanto *démodé*: as famosas questões de organização, problema antigo no pensamento marxista.

O problema é até fácil de enunciar: como compreender a relação entre direção e execução – entre *base* e *vanguarda* – no interior dos movimentos e partidos revolucionários? A profissionalização dos militantes, a hierarquia estabelecida entre eles na estrutura da organização, como concebê-las sem supor necessariamente aquela mesma dominação que as organizações propõem-se a combater?

É nesse campo, quando os grupos de esquerda convertem-se no oposto de seus discursos, que a derrota parece mais cruel.

Nesse debate, a referência a Lenin (1902/2006) é obrigatória, em que pese o século que nos separa de *Que fazer?* Em sua recente tradução, o estudo de Atilio Boron (2004) reflete sobre suas principais teses.

Para compreender Lenin, deve-se fazer um exercício de reconstituição. Uma figura hoje rara é esse revolucionário-intelectual, ente que condensa esforço de dedicação partidária e estudo metódico. Fiel à tradição marxista, Lenin tem plena consciência da importância da teoria, de que a busca da verdade e o êxito da revolução socialista são indissociáveis.

Deve-se também compreender que a ênfase dada à estrutura partidária remonta o contexto enfrentado sob o governo czarista. Sindicatos e partidos eram proibidos, bem como greves ou quaisquer tipos de manifestação de oposição. Eram freqüentes as prisões de militantes na Sibéria ou a condenação destes à pena capital. O regime czarista contava com um sofisticado sistema de infiltração e espionagem. O tempo estimado desde a obtenção de uma informação até o desmonte de um grupo ou célula clandestina aproximava-se daquele gasto pelo aparelho

repressivo da ditadura brasileira. Cabe lembrar também a desorganização do proletariado russo em comparação aos sindicatos e partidos da Europa ocidental.

Há muito mais a ser dito sobre *Que fazer?* e seu autor. Seria extensivo expor aqui seus interlocutores, em especial o debate travado com as propostas revisionistas representadas por Bernstein, em vigor na Alemanha e presentes também na própria Rússia. Vamos direto à sua tese central: a consciência revolucionária não surge espontaneamente das lutas sindicais. Segundo Boron (2004, p. 40-41),

Ao contrário de muitos esquerdistas, Lenin era extremamente cético quanto ao impulso revolucionário das massas. Não acreditava, como alguns na sua época e muitos na nossa, que elas abrigam de modo permanente uma paixão irresistivelmente subversiva e contestadora da ordem social... Vale lembrar que em *O "esquerdismo", doença infantil do comunismo*, Lenin descreve o estado "normal" das massas... São retratadas quase sempre como apáticas, inertes e embotadas, e só excepcionalmente saem de seu estupor e se lançam à ativa construção de um novo mundo. Daí a importância do partido de vanguarda e dos revolucionários profissionais, para incitá-las e orientá-las a se mobilizar e agir.

Para Lenin, a consciência revolucionária vem *de fora*, dos intelectuais engajados, responsáveis por instruir aqueles elementos mais destacados do movimento operário na esfera política geral. Sem esse implante, a classe operária pode apenas atingir uma consciência *trade-unionista* (sindical), restrita em reivindicações pontuais de salários e melhoria nas condições de trabalho. Afirma (1902/2006):

Fala-se em espontaneidade, mas o desenvolvimento espontâneo do movimento operário aponta justamente para a subordinação deste à ideologia burguesa [...] O movimento operário espontâneo não passa de trade-unionismo, e o trade-unionismo implica exatamente a escravização ideológica dos operários pela burguesia. (p. 146-147)

A consciência política de classe *só* pode ser levada ao operário *de fora*, isto é, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões. A única esfera em que esses conhecimentos podem ser encontrados é o das relações entre *todas* as classes e estratos da população com o Estado e o governo, a esfera das relações de *todas* as classes entre si. (p. 192, grifos do autor)

Para Lenin, é vital superar o culto ao espontaneísmo. É com respeito, mas com severidade nas críticas, que vê o sacrifício de muitos. O exercício da militância não pode equivaler a um passatempo, uma atividade realizada durante o tempo livre de trabalho. O partido, afirma

Lenin, necessita de revolucionários profissionais; precisa de uma vasta e bem organizada rede de militantes dedicados e especializados, capazes de agir e reagir prontamente.

A moral dessa história é simples: se começarmos por estabelecer uma forte organização de revolucionários, poderemos garantir a estabilidade do movimento em seu conjunto e realizar, ao mesmo tempo, os objetivos socialdemocratas e os objetivos propriamente trade-unionistas. Mas, se começarmos por construir uma organização operária ampla, pretensamente a mais “acessível” à massa (na realidade, mais acessível à polícia e que tornará os revolucionários mais vulneráveis), não realizaremos nenhum desses objetivos. (Ibidem, p. 239-240).

Interessante é também a espécie de gradação que Lenin procura reconhecer no interior do movimento revolucionário. Existiria a *massa*, conjunto indiscriminado do proletariado. O mesmo que os militantes chamam de *base*. No outro extremo, haveria o *núcleo revolucionário*. Seriam os militantes profissionais do partido, a *vanguarda*, com maior dedicação e consciência da conjuntura política, responsável pelas decisões nos planos mais gerais da revolução. Entre os dois extremos, haveria os *operários avançados*, militantes inseridos nas lutas sindicais, responsáveis pela ligação entre vanguarda e base (Cf. FREDERICO, 1978). Redundante observar a persistente atualidade desse modelo, sua aplicabilidade para descrever diferentes movimentos sociais.

Temos, portanto, que a consciência revolucionária vem de fora; que, por si, o operariado não tem condições de alcançá-la – embora seja suscetível a ela e seu real portador. O movimento revolucionário não pode prescindir de revolucionários profissionais, militantes que, em maior ou menor grau, distanciam-se e se diferenciam progressivamente de seus companheiros de fábrica. Na organização revolucionária, deve haver *hierarquia* e *especialização*, em oposição ao caráter espontaneísta e sindical que configura os limites da consciência no chão de fábrica.

O debate sobre *Que fazer?* é amplo. Seria exaustivo trazer aqui as críticas feitas ao texto. Desnecessário também insistir sobre os impactos que esse livro teve nos círculos militantes nas décadas de 1960 e 1970, já anunciados pelas entrevistas. Os depoentes o conheciam bem, posicionaram-se, dividiram-se em suas orientações.

Cabe apenas lembrar que o próprio Lenin reviu suas posições. Se, na época de *Que fazer?*, afirmava “dêem-nos uma organização de revolucionários, e abalaremos as estruturas da Rússia!”, anos depois deixará de enfatizar a supremacia do partido na sua conhecida exclamação “todo poder aos soviets!” (Cf. BORON, 2004). O próprio Lenin reconhecia que uma estrutura desse tipo era, em grande medida, transitória, e poderia tender a um crescente e perigoso distanciamento em relação ao proletariado.

Vamos a outro clássico, igualmente atual. Lukács tomará o caminho inverso para tratar do mesmo tema.

O pensador húngaro também atribui papel central à organização do proletariado. Concorda com as preocupações de Lenin; reconhece, como este, que o partido é superior às massas em suas perspectivas; critica com a mesma energia o risco do espontaneísmo operário, sua esterilidade para a revolução. Mas, se para Lenin o proletariado é incapaz de atingir por si a consciência revolucionária, e portanto as verdades imanentes às leis do sistema capitalista, para Lukács é a própria teoria revolucionária que só pôde ser concebida a partir da existência do *ponto de vista do proletariado*.

É somente com a entrada em cena do proletariado que o conhecimento da realidade social encontra seu termo: com a perspectiva da classe do proletariado, encontra-se um ponto a partir do qual a totalidade da sociedade torna-se visível. Com o advento do materialismo histórico surge, ao mesmo tempo, a doutrina “das condições da libertação do proletariado” e a doutrina da realidade do processo total do desenvolvimento histórico. Isso só foi possível porque, para o proletariado, conhecer com a máxima clareza sua situação de classe é uma necessidade vital, uma questão de vida ou morte; porque sua situação de classe só é compreensível quando toda a sociedade pode ser compreendida; porque seus atos têm essa compreensão como condição prévia, inelutável. A unidade da teoria e da práxis é, portanto, apenas a outra face da situação social e histórica do proletariado. Do ponto de vista do proletariado, o autoconhecimento coincide com o conhecimento da totalidade; ele é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do seu próprio conhecimento. (LUKÁCS, 1923/2003, p. 96-97).

Assim, na inversão lukácsiana, o proletariado é a perspectiva histórica sem a qual a própria teoria marxista seria inconcebível. Não é sua condição de pauperização crescente que o torna especial; mas sua perspectiva singular: estar sujeito à reificação em sua plenitude. Paradoxalmente, reduzido à condição de coisa, tem como única alternativa realizar sua humanidade. E a realização desta humanidade tem a dupla propriedade de pôr fim à sua condição e ao sistema que o oprime.

Para Lenin, as consciências espontânea e sindical também são importantes para a sedimentação da perspectiva revolucionária. No entanto, a superação delas é tarefa dos intelectuais revolucionários. Para Lukács, no sentido inverso, espontaneísmo, consciência trade-unionista e consciência revolucionária fazem parte de um processo, de momentos progressos da consciência de classe sem os quais esta não tem como emergir.

Destruição de maquinário pelos operários, paralisações em fábricas, greves são momentos preciosos. Lukács afirma que, mesmo quando erra, o movimento operário acerta sob a

perspectiva histórica. Nesse percurso, recuos são esperados, bem como saltos de consciência que se beneficiam também de mobilizações aparentemente fracassadas em suas reivindicações manifestas.

Não se trata de uma tendência inalienável do proletário ao heroísmo, ou à redenção da humanidade. Tanto Lenin quanto Lukács reconheciam que a consciência do operariado era um dos campos no qual a luta socialista deveria ser travada.

O desenvolvimento econômico objetivo foi capaz apenas de criar a posição do proletariado no processo de produção. Tal posição determinou seu ponto de vista. Mas o desenvolvimento objetivo só conseguiu colocar ao alcance do proletariado a possibilidade e a necessidade de transformar a sociedade. No entanto, essa transformação só pode ser o ato – livre – do próprio proletariado. (LUKÁCS, 1923/2003, p 411)

Para ambos, o partido é essencial nesse *front* (talvez não previssem que também aqui encontraríamos “bombas atômicas”).

Lukács não cai em uma espécie de culto ao espontaneísmo. Concorde com Lenin sobre a importância do partido. Mas a organização ganha um outro significado.

O Partido Comunista tem características especiais, que o distinguem de seus similares burgueses ou pseudo-revolucionários. É seu papel enfrentar a reificação que submete a consciência operária, estabelecer unidade entre as ações singulares dos indivíduos e a história.

A superioridade da forma de organização do Partido Comunista frente às outras organizações mostra-se precisamente porque nele – e nele pela primeira vez na história – o caráter prático e ativo da consciência de classe se afirma, por um lado, como princípio que influencia *diretamente* as ações singulares de todo indivíduo e, por outro, simultaneamente como fator que co-determina *conscientemente* o desenvolvimento histórico.

Esse duplo significado da atividade, sua relação simultânea com os portadores individuais da consciência da classe proletária e com a marcha da história, ou seja, a *mediação concreta entre o homem e a história*, é decisivo para o tipo da forma de organização que surge aqui. No antigo tipo de organização partidária – quer se trate de partidos burgueses ou de partidos operários oportunistas –, o indivíduo só pode se apresentar como “massa”, apenas como “seguidor”, como número (Ibidem, p. 559-560).

No Partido Comunista, portanto, diferente de seus opositores burgueses ou oportunistas, o único caminho possível para os militantes é a assimilação total de sua personalidade à práxis revolucionária. Isso supõe, em especial, papel ativo do indivíduo, disposição à crítica e autocrítica. Nos outros partidos, a heteronomia da classe operária revela-se na sobrevalorização do voluntarismo ou na subestimação das capacidades da classe, reduzida ao papel de massa. São duas

faces da falsa consciência, da mesma fragmentação que a organização revolucionária deve superar.

O partido divide-se em uma parte ativa e outra passiva, sendo que esta deve ser acionada apenas ocasionalmente e sempre sob o comando daquela. A “liberdade” existente para os membros de tais partidos não é, conseqüentemente, mais do que a liberdade de julgar acontecimentos que se desenrolam de maneira fatalista ou os erros dos indivíduos. Emitem seu julgamento na condição de espectadores que participam mais ou menos desses acontecimentos, mas nunca com o centro de sua existência, com toda a sua personalidade. Pois tais organizações nunca podem integrar toda a personalidade dos membros, não podem nem mesmo aspirar a isso. Assim como todas as formas sociais de “civilização”, essas organizações também se baseiam na mais exata e mecanizada divisão do trabalho, na burocratização, na ponderação e separação precisas de direitos e deveres. (Ibidem, p. 561).

Aqui, será mais importante atentar para as convergências entre Lenin e Lukács. Ambos consideram a organização como tema central, em oposição ao espontaneísmo contemporâneo. Ambos consideram o partido como ator privilegiado na história e na revolução (embora o Partido Comunista imaginado seja quase a imagem inversa daqueles que existiram). Eles também são sensíveis aos perigos da burocratização, do distanciamento em relação às massas, às diferentes formas pelas quais a reificação manifesta-se e se reproduz nos grupos de esquerda.

Basta lembrar as transformações operadas em Lenin à medida que os meses passam após a Revolução de Outubro. Dando-se conta de que a burocracia renascia, o revolucionário procura saídas. O remédio sugerido tem inspiração econômica, mas não necessariamente estanque nos organismos decisórios. Indica um retorno às bases, ao homem comum. Desnecessário insistir e retomar as observações de Rosa Luxemburgo e de Trotsky que também caminham nessa direção.

Entre os estudantes, são especialmente vivos e alegres nas memórias momentos em que o engajamento foi acompanhado por pessoas que julgavam alienadas. É o CDPP que Luís Carlos lembra. Não raro, são momentos de surpresa, em que se esperava a apatia. À cooptação artificial, sobrevém uma comunidade sedimentada em perspectivas e anseios comuns; a manipulação e o conchavo contrastam com uma existência que deve necessariamente contar com a companhia dos outros. E tal companhia é garantida por uma comunidade de perspectivas, de vivências e anseios comuns, que estabelece um campo político alargado. A política, sob esse prisma, deve supor um espaço de palavra e iniciativa sobre um mesmo mundo, compartilhado com aqueles que não são políticos.

Lukács e Lenin em nenhum momento consideraram a hierarquia e a organização como algo contra-revolucionário *por si*. Para ambos, especialização, diferentes níveis de consciência e de

engajamento podem coexistir sem necessariamente definir relações de dominação entre *vanguarda* e *base*.

O que é crucial no movimento estudantil, mais do que a crítica ao funcionamento político-partidário, é a perda de uma experiência comum, e de uma degeneração que está na base de vivências de militantes dos anos 1980 e 1990. A hierarquia entre militantes e entre estes e os estudantes assume, aqui, nova dimensão, outro significado. Se antes havia obediência demasiada, certa rigidez imanente ao centralismo democrático, ela era pautada em uma relação de confiança que hoje parece esgarçada.

É necessário retomar aqui uma distinção fundamental, sintoma de um problema que vem agravando-se e que se revela de maneira generalizada na sociedade. Hannah Arendt reflete acerca da perda de sentido da autoridade na era moderna, de sua banalização (2000). Autoridade, nessa acepção, distingue-se radicalmente de tirania ou violência. Não equivale a mando e decisão, embora a autoridade suponha freqüentemente poder de mando e decisão. Não equivale a monopólio da palavra e da iniciativa, embora suponha freqüentemente privilégio para a palavra e iniciativa. A autoridade encontra-se entre a ordem e o conselho, uma vez que repousa sobre uma tradição que é comum a lideranças e liderados. Tradição que não supõe evidentemente um recurso reacionário ao passado, avesso às transformações sociais, mas um liame entre a fundação de uma comunidade e seu presente, entre as gerações de agentes políticos de ontem e de hoje.

Aqueles que detêm a autoridade, portanto, são representantes da tradição, são aqueles que estão mais próximos e portanto mais entranhados no sentido de um projeto coletivo. No caso dos militantes, de um projeto revolucionário e socialista. O respeito aos colegas mais velhos é sustentado pela crença essencial em um ideário comum e em um compromisso do qual o veterano era o representante mais qualificado. O poder de mando e direção e distinção no momento do discurso que eram dados ao militante de maior hierarquia não eram outorgados através da força. Nem a manipulação e persuasão eram tão intensas a ponto de serem mais fortes que a dimensão revolucionária subjacente, comum a lideranças e liderados.

Sabemos que a imagem do militante das décadas de 1960 e 1970 é evocada com uma estereotipia assustadora. Quando perguntamos aos mais jovens, aparece a figura dogmática, que cultua palavras de ordem e chavões, fiel a uma rígida obediência partidária; vem em mente o estudante profissional, pertencente a um grupo burocrático, absorto em conchavos e barganhas em torno de conquistas de entidades estudantis. É interessante como tais impressões correspondem, na verdade, à experiência política do presente.

O que parece radicalmente diferente é um sentimento de comunidade experimentado na Maria Antonia. As entrevistas nos fariam dessas impressões, bem como textos de estudantes da época, que nos dão uma inveja tremenda. Os militantes mais velhos não reconhecem nos companheiros mais experientes patrões ou superiores, mas pessoas cuja dedicação e acurada interpretação política inspirava respeito, amizade e admiração. Muito do que lembram acerca das relações hierárquicas do movimento estudantil em suas épocas seria tido, hoje, como expressão mais do que suficiente de severo autoritarismo. Luís Carlos lembra do centralismo democrático e da confiança no mecanismo de maioria, sem deixar de criticar as idiossincrasias e os erros que a estrutura da organização favorecia. É como se o militante de vanguarda, embrenhando-se nas discussões e lutas gerais, alargasse suas perspectivas, formando um regime de consciência cada vez mais complexo e abrangente em relação à sociedade, seus conflitos e contradições. Nesse percurso, seu cotidiano se transforma, distancia-se das preocupações dos demais estudantes. A diferenciação é radical, pronunciada nas entrevistas de militantes mais velhos e mais novos. Mesmo assim, para Luís Carlos, o militante veterano não é tido como espécie de algoz.

Também no conchavo não encontramos nas perspectivas dos depoentes um sentido autoritário ou perverso de manipulação das bases. Para Elias, política *é isso*, é arte de negociação entre forças e grupos políticos mediada pelos militantes. Mariinha descreve quase de maneira ingênua o conchavo entre lideranças, como uma forma de evitar atritos desnecessários nas assembleias. Luís Carlos lembra, também nas assembleias, de um papel tático da negociação entre cúpulas partidárias visando não o solapamento da democracia, mas garantir que a ação política dos estudantes se efetivasse. Lúcia, ao ser perguntada sobre a cooptação de militantes para as organizações, nega também a heteronomia do cooptado: “naquele momento não existia pobrezinho, coitadinho, que um dia alguém chega e puxa. As pessoas escolhiam suas posições”.

Algo profundo foi rompido entre os militantes, algo que os estudantes vivem e que sua política expressa, seja na barbárie visível dos congressos, seja no não-reconhecimento recíproco entre militantes ou entre militantes e estudantes. Nesse contexto, oscila-se entre a repetição mimética de formas autocráticas de partidos e grupos de esquerda, e um esboço, ainda incipiente, de novas formas de organização, que não raramente repetem a inconseqüência ou ingenuidade criticadas desde longa data. Descortina-se uma conjuntura cada vez mais difícil para a militância estudantil, uma degeneração que tende a se agravar. Se nos restringirmos à superfície das mobilizações, como o impeachment, ou a comparar talentos individuais, as diferenças entre épocas tornam-se opacas, e perdemos o caráter renovador de uma comparação diacrônica com os anos 1960. Assumem caráter ideológico as explicações relativistas de que a política transforma-se,

que os contextos mudam, e que por isso buscar parâmetros do passado é uma forma de nostalgia inerte e anacrônica.

Contra a naturalização das condições desfavoráveis para a política estudantil, trata-se de restabelecer o liame que une passado e presente, tornar visível que as lutas atuais são aparentadas, netas da Maria Antonia. É verdade que esse estranho personagem político durou pouco menos de duas décadas. Mas bastou. A experiência dá sinais tênues de sua presença, ainda que pela memória dos militantes, ainda que pelo vigor passageiro das manifestações políticas estudantis do presente. O que nos pode servir de antídoto é justamente a sensação de que algo eminentemente humano foi vivido. Essa lacuna, sabemos, é manipulável, mas essa fragilidade não tem sido suficiente para decretar a morte política dos estudantes.

4. Cultura habitada

4.1 Um burburinho

Salta aos olhos uma espécie de síntese explosiva que os militantes despejam logo nas respostas iniciais. Quando lembram da Maria Antonia, emergem descrições povoadas de termos com forte conotação sensorial: um “cheiro”, “perfume de vida”, um “burburinho”.

Nas interpretações sobre 68, especialmente aquelas que comparam e equivalem passado e presente, segmentando as esferas política, acadêmica e cultural, perde-se essa totalidade que é logo sugerida.

Franklin Leopoldo e Silva (1988) reflete sobre essa dificuldade em interpretar a “Maria Antonia”. Segundo ele, nenhuma explicação isolada sobre conjunturas políticas, valores em transformação, aspectos existenciais, embora possam ser precisas sobre determinados aspectos particulares, pode dar conta do entrelaçamento complexo entre elas. Cada elemento da vida universitária, comparado ao seu correlato de outra época, dá impressões falseadas. Justapondo a política do passado à do presente, as músicas do passado às do presente, a literatura do passado à do presente, obtemos diferenças circunscritas, indicações parciais que podem obscurecer aquilo que é essencial. A síntese sensorial é reveladora de uma integralidade que hoje perdeu-se, radicada anteriormente na experiência estudantil.

Cada qual julgava dever transformar-se exatamente para que as idéias que discutia e propagava não fossem *apenas* idéias; cada um julgava que a participação política na transformação do mundo exigia viver concretamente os valores que propunha. A consciência crítica somente seria real se fosse vital. E as transformações individuais apoiavam-se mutuamente, gerando uma densidade e uma espécie de solidariedade operante que preenchem com um

valor autêntico a expressão: *companheiro*. (SILVA, 1988, p. 134, grifos do autor).

A tendência para que procedamos de maneira partitiva com o passado é claramente determinada pelo nosso presente, pelo esvaziamento e compartimentalização de nossas consciências frente a um mundo de aparência caótica. Essa fragmentação que sofremos difere daquela interdição que recaiu nos militantes durante a Ditadura, a golpe duro e explícito, embora seja dela aparentada. Sua irmã mais nova é discreta, realiza-se naquilo que é menos apreensível pela reflexão.

Nas entrevistas com militantes de diferentes épocas, esse fenômeno é especialmente evidente em relação à cultura. O engajamento dos militantes dos anos 1960 e 1970 era alimentado por peças de teatro, cinema, músicas, livros que ancoravam desejos de transformação do mundo e dos homens para além da esfera econômica. Entre os mais velhos, não encontrei confirmação para o estereótipo do militante especializado limitado aos assuntos estritamente partidários. Talvez esse clichê caiba mais às gerações seguintes. Se o destino político parecia às mãos, o era em sua dimensão profunda, das formas de produção à percepção artística. Este também era um *front* da luta revolucionária (Cf. RIDENTI, 1993).

A indústria cultural, se não elimina a capacidade inventiva, certamente a manipula e sufoca. O que resta é uma produção especializada e um consumo privado; uma saciação fugaz de sentidos que, se exerce algum papel substitutivo de fruição, não equivale à contemplação exigida pela obra de arte. Pelo contrário, idiotiza o consumidor. Se há aqui um papel político nas novas formas artísticas apropriadas pela indústria cultural é, na verdade, antipolítico, heterônimo e conservador por excelência.

O efeito do conjunto da indústria cultural é o de uma antidesmistificação, a de um anti-iluminismo; nela, a desmistificação, a saber a dominação técnica progressiva, se transforma em engodo das massas, isto é, em meio de tolher a sua consciência. Ela impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente. (ADORNO, 1971, p. 295).

A comunicação de massa captura os sentidos, fragmenta a experiência cotidiana e impede sua integralidade. Essa estranha explosão que os depoentes trazem de pronto torna-se implosão, conjunto de partes desconexas e estrangeiras. Hoje, temos acesso a filmes, livros, músicas, mas precisamos consumi-los como roupas e outros bens de mercado. Já não nos servem como serviam no passado: chegam digeridos, como as informações jornalísticas, cujo poder esgota-se em curto espaço e tempo.

É sabido que a industrialização da cultura estava presente naquela época, sem a qual, por exemplo, a importação mimética do *Rock* estrangeiro pela jovem-guarda não seria possível. Se as músicas, o teatro e a literatura compartilhada pelos estudantes eram comercializados, havia também uma produção artística encarnada, sintonizada às dimensões mais profundas da existência.

Também os militantes mais novos que entrevistei associaram elementos culturais à vivência universitária e à participação política. Na década de 1990, o DCE promoveu *shows*, nas *Calouradas pela cidadania*, cujo objetivo era coletar alimentos para a campanha contra a fome coordenada pelo sociólogo Herbert de Sousa (Betinho), bem como contrapor o trote violento nas escolas tradicionais. Mas há aqui um fenômeno diferente. Entre os estudantes de hoje, suas músicas, seu teatro, seus filmes foram sendo expatriados; o processo que os gera tornou-se distante de suas vidas, e eles foram relegados à condição de seus consumidores ou produtores especialistas. Mesmo quando gestada na universidade, as produções artísticas precisam ser desencarnadas, *libertas* dessa origem e apropriadas por um sistema de reprodução e distribuição que as compatibilize ao consumo em grande escala. Perde-se a tangibilidade e o sentimento de pertença que tornavam possível identificar as produções como habitantes de um mundo compartilhado.

O que aparece nitidamente nas lembranças dos militantes mais velhos é que músicas, peças, filmes e literatura estabeleciam espaços de compartilhamento de experiências comuns. Elias lembra menos das peças do que do movimento em torno delas. Não se tratava apenas da proximidade imanente a festas juvenis; mas da tradução de sentimentos e ideais fortemente radicados naquela experiência geracional.

Nas entrevistas, sinal inequívoco do fenômeno é que, a partir dos anos 1990, entre militantes de origem pobre, freqüentemente bens culturais são lembrados como sinais de soberba. É comum a evocação de momentos em que se sentiram postos à parte por não partilharem com colegas ricos. Lembra Simone:

Quando eu cheguei aqui, levei um susto. O pessoal já se conhecia dos colégios, dos clubes, com exceção de quem vinha de fora, dos colégios públicos ou de quem morava longe. As pessoas moravam perto, aqui em Pinheiros e na Vila Madalena. As pessoas falavam de coisas que eu não conhecia. Todos falavam outras línguas, falavam de cantores que eu não conhecia.

Entre os estudantes, a cultura deixou de ser produção e experiência coletiva para se tornar mercadoria ou símbolo de status. As impressões de Simone lembram as de Lúcia. Ambas estão radicadas em um estranhamento cuja base está nas desigualdades sociais entre elas e seus colegas.

O que as distingue é que, diferente de roupas, casas em bairros chiques, para a militante mais velha suas músicas, filmes e peças de teatro eram pontos de convergência, habitavam o mundo dos estudantes mais do que o mundo exclusivo dos jovens das classes ricas. Valeram como formas de superação desse estranhamento inicial vivido durante o ingresso na Faculdade, e não como mais um signo “chique”, de soberba de alunos grã-finos.

Para Hannah Arendt (2000), a apropriação da arte pela sociedade tem relação com a ascensão da classe média europeia, que se colocou em disputa com a aristocracia e seu desprezo pela obsessão de ganhar dinheiro e pela vulgaridade. Nesse contexto, a cultura tornou-se uma forma de ascender para regiões superiores, supra-reais. Tratava-se da arte transformada em símbolo de *status*, em mercadoria a ser adquirida para distinção social.

Segundo Alfredo Bosi (1987), na ideologia conservadora cultura é algo que se pode ter. Numa sociedade pré-capitalista, algo herdado; na sociedade de classes, uma mercadoria. Há aqui a ênfase sobre o objeto acabado. A cultura, em todo caso, seria um bem que se aproxima dos bens de luxo, acessível apenas às pessoas ricas. A posse desse objeto especial daria alguns privilégios.

Segundo o autor, a idéia reificada e isolada de cultura parece estar no subconsciente dos povos que se originaram de formações coloniais ou pré-capitalistas, rigidamente estratificadas. Essa reificação se manifesta na idéia de Secretaria da Cultura, Ministério da Cultura, de Palácio da Cultura. O palácio é o lugar onde a cultura deve ser visitada, contemplada, sem que tenha qualquer relação direta com o cotidiano.

A cultura torna-se, portanto, algo exógeno: objeto intruso e alheio à experiência. Essa relação, sabemos, está na essência do fetichismo. Na sociedade de massa em que vivemos, estamos sempre a contemplar os objetos que nos cercam. Não que estes sejam obras de arte, mas o fato de serem produtos de uma indústria profundamente especializada faz com que os compremos e os vendamos sem entendê-los. Mercadorias são veneradas, desejadas independentemente do trabalho necessário para produzi-las ou da utilidade que possuem. Isso é alienante e, segundo Bosi (1987), deveria trazer um sentimento de culpabilidade.

Nessa acepção, ter cultura é possuir objetos da civilização. Nesse sentido, somos bárbaros, já que usamos os bens, mas não conseguimos pensá-los.

Alfredo Bosi enfatiza a importância de repensar o conceito de cultura para a construção de uma sociedade democrática. Em vez de tratar a cultura como uma soma de objetos, deveríamos pensá-la como *fruto de um trabalho*. A palavra *cultura* é derivada do verbo latino *colo*, que significava cultivar a terra. Para os gregos, a palavra mais próxima era *paidéia*, que significa aquilo que se ensina à criança. Seja na concepção grega ou na romana, a cultura implica a idéia de

trabalho. Em ambas, cultura indica um processo ou algo a ser conquistado (BOSI, 1987). O trabalho do pensamento para escrever um livro está de acordo com isso, mas o consumo dos livros, dos quadros e dos discos não. É a produção que forma o homem culto, e não o consumo dos símbolos.

Se a cultura é um conjunto de objetos a serem comprados ou herdados, os ricos a têm e os pobres não. Mas se ela é trabalho, todos têm acesso a ela: deixa de ser um problema de classe, pois todos os homens serão cultos se trabalharem. O que interessa é o processo, e não a aquisição do objeto final. Ao invés de pensarmos exclusivamente em vender ou comprar mercadorias culturais, pensaremos em estudar e realizar obras.

Em relação à militância, Alfredo Bosi dá o exemplo da cultura ecológica. Evoca um movimento de moradores militantes em Cotia, cidade próxima a São Paulo, que passaram a se informar sobre ecologia no percurso de seus enfrentamentos para frear o avanço do capital imobiliário sobre a mata nativa da região.

Nesse caso, para adquirir “cultura ecológica” seria necessária a leitura de livros de ecologia? Seria preciso graduar-se em ecologia? Parece que não, pois a ecologia, como qualquer outro assunto, é um conjunto de obras humanas. É mais apropriado, no caso dos habitantes de Cotia, dizer que se tornaram operários do conhecimento ecológico, recorrendo aos livros a partir de seu engajamento. Os cidadãos sentem a oposição do prefeito, dos industriais e vereadores aos seus esforços; percorrem órgãos estaduais e começam a entender profundamente de administração, vão sabendo quais indústrias que poluem, vão aprendendo as leis e entrando em contato com os deputados de todos os partidos. Em pouco tempo tornam-se peritos em ecologia, e percebem, com espanto, que as pessoas mais competentes e mais técnicas não sentem os problemas específicos tanto quanto eles. Os estudiosos parecem não fazer nenhuma conexão entre o que sabem e a ação política, e os políticos não fazem conexão com os estudiosos.

Se não houver militantes assim, os livros de ecologia vão ficar na estante e vão continuar perfeitamente inúteis. Você pode comprar cinco metros encadernados de ecologia e exibi-los na sua casa: “veja, eu gosto muito de ecologia! A minha paixão é ecologia, eu sou louco pela natureza, não derrubo nem uma árvore!” Mas aquele conhecimento todo será um conhecimento que John Dewey chamava de “inerte”. (BOSI, 1987, p. 43).

Em suma, nessa chave de interpretação, podemos compreender melhor o sentido da cultura para o militante do passado. Isso só é possível quando ela integra-se a um campo de significações, um contexto progressivo que hoje nos parece estratosférico, e que nos é inacessível

quando decomposto em suas partes. Filmes, teatro, músicas, literatura e o próprio estudo ganham outro sentido, mais próximo ao ofício e ao cotidiano imanentes à condição estudantil. A cultura aqui é “revolução implícita”, habitada pelo estudante e nele habitante, condizente com o sentido integral e profundo de sua existência.

4.2 O velho e o novo no movimento estudantil

Marcos Ribeiro Mesquita (2006) estudou as novas formas de expressão política estudantil, enfocando vias tradicionais de participação e organização do movimento, em sua inter-relação com novas manifestações.

Por formas tradicionais de engajamento, o autor compreende a filiação a partidos e correntes políticas e a pertença ou colaboração junto a entidades como UNE, UEE, DCEs e CAs. Por novas formas, compreende os coletivos de gênero, as executivas de curso, os movimentos altermundistas e os movimentos culturais.

O trabalho de Mesquita aponta para as transformações provocadas no interior do movimento, para novos espaços e formas de expressão que se engendram nas maneiras tradicionais e instituídas desde longa data. Nessa metamorfose, ora tensa, ora harmônica, configura-se uma militância heterogênea.

Um dos mais clássicos movimentos de juventude do país, o movimento estudantil, atualmente, parece mesclar em seu interior ideários e práticas políticas advindas dos diferentes grupos que o constitui. Das entidades estudantis clássicas às executivas de curso, dos coletivos de cultura aos coletivos feministas, este movimento vem se repensando, dia-a-dia, interconectando os elementos novos da militância àqueles já existentes, cristalizados em seu imaginário. Para nós, analisar o movimento estudantil hoje é, antes de tudo, percebê-lo como um movimento plural, capaz de se manifestar através de vários grupos que se potencializam no cotidiano da condição estudantil. (MESQUITA, 2006, p. 354-355).

A pesquisa é extensa, conta com rica observação etnográfica e variada gama de entrevistas. Têm destaque iniciativas e reivindicações no campo da cultura, crescentes no cenário juvenil.

Atualmente, consciente da força dessa demanda no meio estudantil, a UNE não se faz de rogada: procura atrair grupos agregados em torno de estilos musicais, teatro e artes plásticas, através das Bienais de Cultura e dos Centros Universitários de Cultura e Arte (CUCAs), organizados a partir dos anos 2000.

Ligado à estrutura da UNE, os CUCAs são uma espécie de “especialização” de uma tradição cultural realizada pelo movimento estudantil, de maneira mais visível, pelo menos desde os anos 60. Organizados a partir de pequenos grupos e espalhados em vários cantos do país, os CUCAs se comunicam através de uma rede que, com o passar do tempo, tem crescido e se complexificado. (Ibidem, p. 285).

[...]

Os CUCAs se estruturam de modo a possuírem duas funções: a de circuito e a de centro cultural. Torna-se circuito universitário quando propicia a circulação de trabalhos artísticos de outros estados, de outros CUCAs, seja a partir da realização de um evento, seja na realização de uma mostra. Torna-se centro cultural na medida em que se afirma enquanto um espaço pólo para grupos artístico-culturais e quando possibilita também um número de atividades deste cunho (Ibidem, p. 286).

Mesquita nota que as reivindicações estudantis por cultura manifestas nesses espaços são uma forma de resistência à indústria cultural. Os jovens denunciam a ausência de espaços, políticas públicas e incentivos que não sejam referendados pelo grande mercado de entretenimento, sustentados por grandes aparelhos de produção e distribuição. Há aqui organização em torno de produções independentes e da possibilidade de sua difusão em espaços organizados de maneira autônoma. Nessas reivindicações, em suma, há a tentativa de recuperar a experiência coletiva de produção artística em suas dimensões existenciais e cotidianas.

Com o surgimento destes coletivos de cultura, investe-se no modelo inverso: a idéia de priorizar não tanto os eventos, mas o processo realizado pelos diversos grupos artísticos universitários. Neste sentido, os eventos seriam uma consequência da vida desses grupos e a expressão máxima daquilo que é produzido nos mesmos. (Ibidem, p. 158).

Mesquita compara os CUCAs aos CPCs. A semelhança entre eles está na tentativa de aproximação da cultura popular. Músicas, peças e filmes produzidos por coletivos juvenis de origem pobre são trazidos para os espaços culturais estudantis.

Num contexto totalmente diferenciado, o movimento estudantil refaz e continua o caminho iniciado pelos CPCs recuperando dimensões importantes daquela experiência. Como no passado, esses coletivos trazem para a realidade estudantil a proposta de um trabalho com a cultura popular que se apresenta em seu meio e é representada de diferentes formas.

Recuperada sobre outro aspecto, para os estudantes contemporâneos, a cultura popular simboliza um resgate da identidade de um povo que quer se rever e se contrapor à atual massificação cultural. O seu resgate parece significar a própria retomada de uma reflexão mais profunda do país que não quer ser discutido apenas econômica e politicamente, mas também pelo viés da cultura, dimensão imprescindível na construção de um projeto nacional (Ibidem, p. 314).

Em Taboão da Serra, município da Grande São Paulo, participei de um dos saraus da Cooperifa, coletivo cultural de periferia, que contava com grande participação de universitários em sua platéia (Cf. BRAGA, 2007; VAZ, 2007). Essa aliança de classe, a aproximação que universitários têm feito dessas mobilizações na periferia, configura-se como espécie de resistência à desertificação da vivência estudantil, como se os estudantes buscassem um sentido para a cultura que deles foi roubado, mas que se preservou em alguns focos de resistência juvenis dos bairros pobres.

Mesquita destaca importante distinção entre CPCs e CUCAs. Se antes a UNE procurava *conscientizar o povo pela cultura, e conscientizar os estudantes pelo povo*; se as expressões culturais eram, portanto, formas de estabelecer interlocução com as classes pobres, bem como de fomento de uma cultura genuinamente nacional; hoje essas dimensões não estão abandonadas, mas a cultura é uma reivindicação *em si*, um direito a ser conquistado.

É também contra a própria degeneração da política estudantil que os coletivos juvenis de cultura se manifestam. Os entrevistados por Mesquita opõem-se à burocratização e tecnificação da militância nos partidos e nas diretorias de entidades. Nas palavras do autor, os próprios militantes percebem nos CUCAS possibilidades do movimento estudantil se renovar.

A cultura sempre foi um canal de expressão pelo qual o movimento se apoiou e teve uma boa receptividade por parte dos estudantes. Aliás, a cultura foi, no interior do movimento estudantil, uma das principais atividades capaz de catalisar e oxigenar a militância estudantil que, muitas vezes, não se sentia identificada com o tipo de atuação ou participação política tradicional realizado por seus dirigentes (Ibidem, p. 51).

Sem recair em idealizações dos CUCAs, Mesquita é sensível às tentativas de apropriação das produções artísticas e culturais como formas de *cooptar* pessoas para os partidos políticos. Nada diferente do *pane et circensis* bem conhecido e empregado atualmente por centrais sindicais no dia do trabalhador.

Ressaltamos que se o campo da cultura pode ser ressignificado como um *espaço de atuação política*, ele também pode ser utilizado numa *perspectiva conservadora de tecnificação da política*, concebendo-a como espetáculo e esvaziando seu conteúdo. Numa sociedade em que o visual e a imagem são tomados como importantes elos na comunicação, a *política se estetiza* no intuito de atrair e envolver “espectadores”. (Ibidem, p. 360, grifo do autor).

As reivindicações culturais não são uma causa menor; não se reduzem à fruição imediata; à luta pelo direito às *baladas* ou coisa que o valha. Seu significado é mais profundo e se comunica

com a condição estudantil pregressa, contrapondo-se a um quadro político e a uma experiência que foram sendo progressivamente desvitalizadas.

A tarefa dos militantes nesse campo, hoje, é mais difícil. Diferente de outras décadas, a cultura deve florescer, paradoxalmente, à revelia de suas entidades representativas, e na contramão do próprio esfacelamento que a experiência universitária vem sofrendo. Nos campi, assim como o saber sucumbe ao conhecimento legitimado, a cultura em suas feições habitadas não tem direito à cidadania.

5. Política e humilhação social

Sobe no palco o cantor engajado
Tom Zé,
que vai defender a classe operária,
salvar a classe operária
e cantar o que é bom para a classe
operária.

Nenhum operário foi consultado
não há nenhum operário no palco
talvez nem mesmo na platéia,
mas Tom Zé sabe o que é bom
para os operários.

Os operários que se calem,
que procurem seu lugar, com sua
ignorância,
porque Tom Zé e seus amigos
estão falando do dia que virá
e na felicidade dos operários.

Se continuarem assim,
todos os operários vão ser demitidos,
talvez até presos,
porque ficam atrapalhando
Tom Zé e o seu público, que estão
cuidando
do paraíso da classe operária.

Distante e bondoso, Deus cuida de suas
ovelhas,
mesmo que elas não entendam seus
desígnios.

E assim, depois de determinar
qual é a política conveniente para a classe
operária,
Tom Zé e o seu público se sentem
reconfortados e felizes
e com o sentimento de culpa aliviado.

(Música *Classe operária*, de Tom Zé)

5.1 Lições da Vila Joaniza para os estudantes

A partir de observações e entrevistas com mulheres militantes da Vila Joaniza, bairro da periferia de São Paulo, José Moura Gonçalves Filho tem refletido sobre do fenômeno da Humilhação social (1999; 2007).

Humilhação tem uma evidente acepção moral. Significa colocar o outro em posição inferior, rebaixá-lo em sua dignidade, colocando-se com soberba. O termo humilhação social assume uma conotação mais específica, um fenômeno que incide em grupos humanos, mais especificamente minorias étnicas ou de gênero, categorias e classes sociais. Em especial, na sociedade capitalista, tem como foco a população pobre.

Quando dizemos humilhação social, evocamos uma força que, para ter sido montada, pediu concurso de muitos atores. Nunca um só protagonista que a tivesse aplicado, nunca uma só vítima que a tivesse sofrido... Humilhação social é fenômeno de tempo longo. É fenômeno ligado à dominação. Humilhação social é rebaixamento que atinge alguém só depois de haver ancestralmente atingido sua família ou raça, sua casa ou bairro, seu grupo ou classe, às vezes uma nação ou povos inteiros. (GONÇALVES FILHO, 2007, p. 187).

Segundo Hannah Arendt (2001), entre os homens são necessárias condições intersubjetivas especiais: condições em que o encontro não se forme por meios violentos, em que não falte vínculo criativo com o passado e iniciativa para novas fundações e o livre exercício da palavra (Cf. GONÇALVES FILHO, 1999). A humilhação social supõe o impedimento dessas condições, tendo portanto conotação histórica e política.

Mas a humilhação social manifesta-se na pessoa, como sofrimento que embota e que não é simples de nomear. Na expressão de Gonçalves Filho, humilhação social é uma modalidade de angústia disparada pelo enigma da desigualdade de classes.

Angústia é aqui empregada em seu significado psicanalítico (Cf. LAPLANCHE, 1987), supondo impulso indeterminado de energia psíquica; impulso desvinculado de símbolos e representações necessárias para que a pessoa possa enfrentá-lo pela linguagem e ações conscientes.

O golpe público do rebaixamento foi para dentro e seguiu agindo por dentro como um impulso invasor, desenfreado, uma angústia. As expressões da angústia política podem variar: são lágrimas, a gagueira, o emudecimento, os olhos baixos ou que não param de piscar, o corpo endurecido, o corpo agitado, o protesto confuso, a ação violenta e até o crime. (GONÇALVES FILHO, 2007, p. 207).

A angústia supõe necessariamente a experiência traumática. O trauma, sabemos, não é necessariamente ocasionado por um único evento de carga afetiva intensa. No caso da humilhação social, há acontecimentos evidentemente vexatórios, situações de rebaixamento feroz e explícito. O que ocorre geralmente é mais difícil de identificar. O que dói são situações diárias, vividas por todos os pobres, no contato com a classe rica ou com seus símbolos, suas mercadorias, seus bairros. E o que vem na memória do pobre como marcos desse sofrimento

difícilmente comportaria, por si, tamanha carga afetiva. As pequenas cenas, situações cotidianas e por vezes sutis, devem ser compreendidas como pontos de junção, de caráter simbólico e condensado, nas quais o que se manifesta é ferida estancada a duras penas, que volta a sangrar com um pequeno e certo arranhão.

Gonçalves Filho identifica elementos e expressões variadas da humilhação social.

O rebaixamento manifesta-se na soberba, implícita ou explícita, que marca o trato dos empregados pelos patrões. Aqui valem tanto as broncas e ordens em tom senhorial quanto a fala fria, estereotipada, de quem não parece estar falando com alguém. Dilma, empregada doméstica entrevistada por Gonçalves Filho (Ibidem, p. 215), descreve um jovem patrão:

A gente nota que quer a gente longe! Quando chega perto fica assim duro, a boca presa, a voz lá no fundo da garganta, apertado, falando grosso, parece que não solta [Imita a voz do moço:] “Dilma, você me veja aquela camisa branca... e não sei mais o quê”. Não conversa com a gente não! Não tem calma de olhar. Parece preguiça. É desprezo.

A humilhação social manifesta-se também na conversão de direitos em favores, marca do clientelismo nacional; sua correspondente psicossocial é o sentimento de *não ter direitos*.

Outra manifestação do fenômeno é aquilo que Gonçalves Filho identificou com invisibilidade pública do trabalhador pobre. Nos lugares habitados pelas classes ricas, não notamos faxineiras, garis, copeiras, garçons. Uniformizados, contam como coisas, fazem parte da paisagem inerte dos *shopping centers* ou do lugar onde trabalhamos. Durante a graduação, José Moura Gonçalves Filho pediu a nossa turma que fizesse breve experiência etnográfica em uma ocupação proletária. Meus colegas trabalharam de vendedores em pequenas lojas no centro da cidade, em viaturas do IML, como faxineiras...; eu trabalhei em uma padaria de supermercado, e descobri uma verdadeira linha de montagem por trás das prateleiras cheirosas e bem arrumadas com broas, baguetes, pão francês e italiano. Fiquei seis meses sem poder comer *croissant*. Um de nossos colegas, Fernando Braga da Costa, passou o dia como gari na USP. Durante seu trabalho, foi ao IPUSP e transitou pelos corredores uniformizado. Não o notamos! Expressou, pasmo: “fiquei invisível!”. A inquietação virou pesquisa, depois livro (COSTA, 2004), e agora é uma Tese de Doutorado em andamento.

Há também o estranhamento sentido pelos pobres quando freqüentam lugares comumente habitados para as classes ricas. Após passeio com as mulheres da Vila Joaniza por restaurantes, cinema e bairros da classe média paulistana, Gonçalves Filho percebeu nas joanisenses pesado desconforto. Sentiram-se como alienígenas em planeta hostil; fugiram em suas

fantasias, lembraram de seu bairro e sua casa, lembraram de parentes e amigos que não estavam lá. Não se encaixavam no papel de quem deveria ser servida pelo garçom, retribuindo com gentileza redobrada a cordialidade profissional do jovem em seu trabalho. Talvez vissem nele um sobrinho ou parente próximo. O que deveria contar como diversão passou a ser amargo. Diz o autor (2007, p. 200):

Os espaços e caminhos públicos, na sociedade de classes, são imantados pelo poder de segregar, pelo poder de sempre atualizar a desigualdade. A fruição de um bem público, manchado pela desigualdade, degrada-se em sentimentos de culpa: o humilhado não pode evitar “despencar em sua realidade”, arrastado para perto de seu pai ou sua mãe, seu irmão ou seus amigos, todos excluídos da praça onde a presença dos pobres não pode contar, a não ser a serviço dos que despendem dinheiro e ordens. O sabor da alegria vai logo amargar, misturado ao fel da desigualdade, ao sentimento de que a cidade é fechada para os humildes. Os ambientes e bens atrativos, carregados por signos de exclusão ou inclusão sectária, tornam-se logo lamentáveis para quem, como condição de sua satisfação, precisa esquecer seus parceiros.

Há um episódio que li e ouvi do autor que me parece sintético, forte o suficiente para dar dimensão mais concreta da experiência da humilhação social. Em especial, creio, porque se refere especificamente a uma dimensão elementar da existência humana. Gonçalves Filho (Ibidem, p. 192-194) conta episódio narrado por dona Zica:

Nova Lima é cidadezinha mineira, beirando Belo Horizonte. Sua formação acompanhou os negócios de Morro Velho – uma mina de ouro cuja exploração atraiu capitalistas, engenheiros e mineiros.

A cidadezinha conheceu, na distribuição dos bairros, a mesma hierarquia que vinga no interior da mineradora: as famílias de mineiros concentram-se na parte baixa da cidade; as famílias de engenheiros e patrões nas partes média e alta. Uma cidade talvez em atraso quanto à modernidade dos grandes centros, mas perfeitamente em dia quanto às separações do território.

Dona Zica viveu no bairro baixo, esposa de um dos cozinheiros de Morro Velho, já falecido. Dizem que o cozinheiro contava com a inteira confiança dos patrões ingleses – era o homem escolhido, nos fins de semana, para acompanhar a “caça às antas” (a região, naturalmente, não possui raposas). Cabiam ao cozinheiro a limpeza e o trato da carne abatida. Dona Zica comenta que os miúdos de anta – recompensa que reservavam ao cozinheiro – eram bastante saborosos. Supõe que o lombo fosse melhor, nunca comeu: como a empresa e a cidade, também as refeições conheciam a divisão – patrões e empregados, bairro baixo e bairro alto, o prato dos pobres e o prato dos ricos.

Certa vez, um dos engenheiros foi demitido e abandonou a casa em que residia, no bairro médio. Os patrões, retribuindo os favores do cozinheiro e pretendendo agradá-lo, ofereceram-lhe a chance de mudar para aquela casa: o imóvel lhe seria vendido a preço barato e a prestações bem suportáveis.

Os vizinhos de dona Zica, com despeito, duvidavam: “O dia em que vocês mudarem, galinha vai criar dentes”, disse uma vizinha. “Como uma carroça de esterco quando chegar o dia”, foi o desafio de um vizinho. A família se afligia:

não pretendia deixar ressentidos os vizinhos e prometia-lhes manter sempre a porta aberta. “Aquela gente me era muito cara”, diz dona Zica.

Pois veio o dia e a família levantou acampamento! Chegando à bela casa, em bom terreno, encontraram-na com canos quebrados e fiação partida. A família do engenheiro, já abatida pela demissão, não suportara a notícia de que seus sucessores seriam os filhos do cozinheiro – não hesitaram em destruir parcialmente a casa, como sinal de sua indignação.

Tudo afinal foi reparado. Os ingleses mandaram reformar o imóvel. Dona Zica pôde realizar um sonho antigo: desde menina, ansiava por um quintal cheio de flores, especialmente as rosas. Conheci a casa: era o mais belo quintal da cidade. A fachada, tão colorida, havia sido fotografada pela gente da cidade e tornara-se postal para os turistas. Dois são os postais de Nova Lima: num deles, a Mina de Morro Velho; no outro, o quintal de dona Zica.

Meses depois, conta-nos a florista, uma senhora elegante chamou-a ao portão e queixou-se: “onde já se viu, dona Zica! Eu atrás de uma casa aqui nesse bairro de gente e a senhora me ocupando todo esse espaço como flores!”.

Quando ouvi este episódio, encontrava-me na varanda da casa, olhando rosas. Dona Zica então voltou-se – o dedo me apontando – e concluiu severamente: “a madame estava desfazendo da gente. Fosse o quintal dela, podia. O senhor sabe, pobre também pode gostar”.

O humaníssimo sentido do gozo de flores. Fica desfeito quando desfazem da gente! Já repararam a força e frequência do verbo *desfazer* nos mundos da cultura popular? Sob forma de um transitivo indireto (*desfazer de alguém*) mostra a compreensão que se tem da ação de apoucar, desdenhar, menosprezar: isso quebra, desmonta, desmancha a gente!

O humaníssimo sentido do gosto de flores: gozo que excede consumo e uso. Reparem que o verbo gostar foi empregado intransitivamente na conclusão de dona Zica, assumindo sentido ampliado: pobre também pode gostar, só gostar, pode dedicar às coisas mais diversas aquela desinteressada modalidade de atenção que distingue a humaníssima faculdade do “gosto”. O golpe contra Zica não a atingiu apenas quanto ao gosto “de flores”, mas amplificado, acertou largamente aquela sua capacidade que é de todos nós e nos aproxima distintivamente: a humana capacidade de gostar simplesmente, sem nada dever de necessário ou útil. Gostar de flores é como amar ou rezar.

Respiremos depois dessa. Há muito mais a dizer sobre humilhação social, sobre seus matizes e seu peso. Para o momento basta. Voltemos para algo mais próximo de nossa realidade pequeno-burguesa, informados e – espero – decisivamente afetados por José Moura e pelas joanisenses.

5.2 Humilhação social e condição estudantil

Maira Alves Barbosa (2004), estudante do curso de Psicologia da USP, entrevistou, em regime de Mestrado, estudantes de origem pobre desta universidade. Partindo de experiências

peçoais, identificou episódios, sentimentos, compreensões e formas de vida estruturadas em torno do impacto da desigualdade de classes junto a colegas e professores.

Para esses estudantes, o ingresso na universidade é sempre uma abertura para um novo mundo e novas possibilidades; ao mesmo tempo, representa angústia. A sensação de euforia por terem ingressado no vestibular é substituída por outro tipo de sentimento.

A humilhação social recai sobre eles dos espaços, das conversas, das teorias, e mesmo da hostilidade e degradação entranhada nas relações cotidianas que se contrapõem à vida interiorana. Olavo, estudante entrevistado por Maira, lembra de um CRUSP adoecido, em que os moradores freqüentemente testemunhavam episódios de roubos, agressões e excessos decorrente de uso excessivo de álcool. Identifica colegas que estão sem qualquer tipo de prumo ou direção; identifica um ambiente individualista, inóspito e estranho.

A humilhação social vem nas conversas com colegas que freqüentaram colégios para a elite intelectualizada. O colega abastado fala de filmes, músicas, lugares desconhecidos para os estudantes pobres e que residem na periferia da cidade. Olavo afirma: “mesmo estando dentro, eu me senti excluído” (BARBOSA, 2004, p. 173). Ele “sentia que não havia espaço entre os colegas e professores para falar de trabalho, de sustento ou de ganhar dinheiro. [...] O curso de Física é percebido como curso destinado a quem não precisa trabalhar, destinado a quem tem ‘família rica’ e a ‘mente limpa só pra ciência’” (Ibidem, p. 174).

A humilhação social vem na mensagem, dita e repetida, que a academia não é para gente pobre. Vem na soberba de professores, na sua arrogância no trato com os estudantes. Lembra Regina, estudante de Psicologia entrevistada por Maira (Ibidem, p. 249): “Eu achava que eu era carente cultural, que não tinha inteligência suficiente para poder aprender”.

Entre os depoentes de Maira, as experiências de humilhação social parecem mais fortes e localizadas no curso de Psicologia. Sendo em período integral, está entre os mais elitizados da USP. Regina sentia-se mais confortável em outros lugares. Essa sensação encontrei em diversos momentos das entrevistas de Lúcia, Marcus e Simone.

Destaco também um trecho da entrevista de Luisão, referente aos primeiros meses de graduação.

Nos momentos de intervalo, de conversa, fui descobrindo que as pessoas eram bem diferentes de mim. Os assuntos que circulavam eram outros, as preocupações eram outras. Encontrei pessoas de colégios tradicionais como o Bandeirantes, como o Porto Seguro. Eram pessoas que haviam passado férias na Europa... Não encontrei pessoas que trabalhassem, que tinham uma realidade parecida com a minha. Isso era praticamente inexistente aqui no IPUSP.

Não é que as pessoas não fossem receptivas. Lembro de um exemplo claro disso. Uma colega minha nos convidou para sua festa de aniversário. Ela morava no Paraíso com os pais. Foi um choque, porque chegamos naquele apartamento enorme, numa festa de queijos e vinhos, com uma mesa posta com tudo o que você possa imaginar. Eu e meu irmão fomos dos primeiros a chegar. Aí a gente olhou para tudo aquilo, olhou um para o outro... O pai dela foi super simpático com a gente, perguntou se a gente queria vinho... E a gente olhava para a mesa... “Como a gente vai fazer?”. A gente não fazia a mínima idéia! Tinham vários talheres, várias coisas, e aquilo para mim era completamente desconhecido. Eu virei para o meu irmão e falei: “espera alguém manusear esses bichos aí e a gente vê o que faz, ou então a gente come do nosso jeito e acabou!”. Foi engraçado... Não sei se chamou a atenção. Acho que nem chamou. Eu fiquei um pouco assim...

Então, eu não tinha muito trânsito ali, entre visões de mundo, entre experiências cotidianas; as pessoas falavam coisas que chegava assim como voltava. Eu não tinha o que dizer... As minhas experiências não cabiam muito ali. Quem iria entender o cotidiano de uma pessoa que estava estudando e estava em busca de trabalho? Não dava liga.

A perspectiva acadêmica, a linguagem, a universidade e seus problemas, tudo isso é por demais alheio ao universo das classes populares. O estudante ingressa na USP e precisa perfazer um duro salto. Fica, por vezes, desterrado, numa espécie de zona limítrofe que o deixa sem interlocutores. Na família, sua existência estudantil é alheia; na universidade, sua condição de classe é estranha. Sofre uma cisão em relação à família e à comunidade de origem quase sempre vivida de maneira traumática. Ingressar na universidade significa habitar progressivamente outro campo de sentidos, assumir outras perspectivas e novos valores. A distância entre esse novo mundo e o progresso é patente. Por vezes, caber no novo papel significa negação e supressão; significa a recusa de origens e de pessoas queridas; significa adequação forçada a outros gostos e costumes e vergonha do que em nós lembra o passado pobre.

Mariinha e Lúcia viveram episódios parecidos aos de Yara, Marcus, Mário, Luizão e Simone. Mariinha, no convento, sente o rebaixamento por não ter dinheiro e o contraste com a vida interiorana. Lembra também o deboche duro e descuidado da professora na Faculdade. Sente cisão de mundos, no ambíguo prazer do sanduíche de mortadela, iguaria degustada com o pai no bairro pobre quando já havia sido iniciada no mundo sofisticado e intelectual da metrópole. Para Lúcia, dar fim ao presente do pai orgulhoso pelo ingresso da filha na Faculdade deve ter sido doloroso, decisão vivida em um misto de culpa pela negação e de vergonha dos colegas.

O curso de Psicologia da USP parece ter-se caracterizado, desde o princípio, pelo contraste entre estudantes abastados e outros, de variadas origens sociais, tendo essa heterogeneidade evidentemente variado com o aumento do número de vagas dos anos 1960 até o presente. Mas algo mudou desde então. A diferença aqui, entre o contraste experimentado na Maria Antonia e nos corredores do IPUSP, é sugerida pela ênfase dada ao assunto durante as

entrevistas. Nas lembranças de militantes mais velhos, nada que se aproximasse à humilhação aparece como centro. Por exemplo, a soberba de jovens abastados em relação ao ativismo ou simplismo intelectual de colegas é ocasional, e freqüentemente a atitude arrogante é revista e atenuada por experiências mais decisivas vividas em comum.

Outro exemplo. Já me referi à menção de filmes, músicas, livros valendo como sinal de soberba e status durante uma conversa entre estudantes. A lembrança dessa cisão não difere muito da Maria Antonia para o Instituto. Mas depois, passados os primeiros anos da graduação, as lembranças mudam de tom. Os mesmos filmes, músicas e livros passam a contar nas lembranças como pontos de aproximação com colegas, e a origem social, pobre ou rica, fia em segundo plano.

Uma primeira explicação, pouco satisfatória, dos contrastes entre as entrevistas de mais velhos e mais novos seria a idade. O maior tempo para voltar, visitar e revisitado as lembranças pregressas talvez tenha o estranho poder de atenuar o impacto das experiências de humilhação social. Por esse caminho, são necessárias outras explicações, uma vez que a cronologia abstrata e vazia não faz nada. É preciso preenchê-la. Aqui, talvez tenha havido um processo de pertença gradativa, de deslocamento e assunção de perspectivas intelectuais e universitárias. Barbosa (2004) aponta que a cultura intelectual freqüentemente exerce um fascínio, uma espécie de atração fetichizada sobre as classes pobres, que pode ter incidido nos militantes progressivamente, na medida em que assumiram a condição de psicólogos. A sofisticação da Maria Antonia, a erudição e elegância de professores e de colegas abastados não podem ser desconsideradas.

Mas essa via interpretativa não me parece profícua. Há outro caminho que pode explicar a maior força do fenômeno da humilhação social nas trajetórias universitárias dos mais novos, e já sugerido em outros capítulos.

Chama atenção a última consideração de Maira em sua Dissertação. Partirei dela para o diálogo temporal. Ela reconhece que laços de amizade foram apoios imprescindíveis para os estudantes pobres: amigos de colegas uspianos, de amigos de longa data ou namorados. No entanto, faz uma ressalva (Ibidem, p. 265):

Genuína amizade entre pessoas de classes antagonistas, todavia, não foi acontecimento mencionado por nenhum dos depoentes. O estudante das classes pobres tende a buscar e encontrar comunicação entre aqueles com quem compartilha condições semelhantes de vida.

Os estudantes entrevistados por Maira refugiaram-se freqüentemente na acolhida e reconhecimento de outros colegas pobres, igualmente marginalizados. Não raro, sentiram-se em casa apenas freqüentando outros grupos de convívio, fora da universidade. No caso de militantes, é freqüente que essas ilhas de refúgio sejam as correntes e partidos políticos, como no caso de Marcus, que se dedica preferencialmente à construção do PT no Cambuci; e de Simone, que se refugia no “seu PT da Zona Leste”: “vinha na Psico e batia cartão mesmo. Assistia à aula e assinava lista”.

Nada mais contrastante com as conclusões de Maira do que a amizade experimentada na Maria Antonia. *Genuína amizade entre pessoas de classes antagonistas*: Iara e Lúcia. Amizade de um tipo cujo significado político é reconhecido por Hannah Arendt (2002), capaz de fazer com que os amigos reconheçam-se como sujeitos, em regime de igualdade, partícipes de um mesmo mundo.

Nesse mesmo mundo havia também confiança entre os pares, nada parecido com a hostilidade lembrada nos anos 1980. Para novo contraste, tomemos o CRUSP de Mariinha e Luís Carlos, e aquele de Mário e Olavo.

Um parêntesis: essa aversão de estudantes pobres à faculdade favorece uma mazela já descrita. Como vimos, progressivamente, os militantes em DCEs, UEEs e UNE não se reportam aos colegas, não os tomam como pontos de apoio. O distanciamento entre militantes e demais estudantes, entre entidades estudantis e aqueles que elas deveriam representar, é cavado também nesse antagonismo. O militante egresso de classe pobre (que pela minha pequena *amostra* aparece como maioria), ainda que intuitivamente, talvez sinta o embate, irrita-se com as perspectivas dos colegas, com sua apatia e individualismo tão bem conhecidos e reconhecíveis no espírito burguês. A própria entidade estudantil passa a valer como refúgio, instrumentalizada e partilhada por outros militantes de origem social semelhante.

Ambos os estudantes, mais velhos e mais novos, experimentaram com seus colegas abastados antagonismos de classe. O que diferencia o sofrimento experimentado no passado de seu correspondente atual é a centralidade da condição estudantil, de uma experiência política forte o suficiente para relativizar, pelo menos em parte, esse abismo entre jovens de origem social tão diversa.

5.3 Poderes políticos da humilhação social

Quase todos os entrevistados sentiram algum tipo de rebaixamento no contato com colegas ricos, seja pela origem de classe, pela origem interiorana, ou ambas. A exceção aqui é

Elias. Mas os militantes, embora tenham tangenciado essa angústia, não podem ser enquadrados entre aqueles que são objeto desse sofrimento por excelência. Estão um tanto distantes de dona Zica ou do operário que defenderam com distância e sinceridade.

O que os militantes nos apresentam como traumático é de outra ordem, embora, sendo de cunho político e de esquerda, tenha evidente relação com a humilhação social. Nunca assumiram posição de carentes ou vítimas inertes; não deixaram de serem notados, não abdicaram de dizer o que disseram e tomar iniciativas; não abriram mão sem luta de sua existência política, ainda que esta tenha sido forçada a permanecer em estado latente, à espera de conjuntura mais favorável depois da Ditadura.

É interessante, nesse percurso, tomar outra via, refletir como a experiência dos militantes relativas à perspectiva das classes pobres comunicou-se com a perspectiva do militante. A sensibilidade em relação à desigualdade, quando encontra terreno fértil no pensamento político, na literatura, na música e cultura em geral, aparece como estopim para o engajamento.

Sabe-se, de longa data que a experiência da pobreza não é capaz, por si, de suscitar o engajamento. Carece da significação imanente à vida política, informada pela cultura e eventualmente por textos de caráter militante. A alteridade sentida no contato com a pobreza precisa ser amparada por algo mais que espanto, ou subseqüentes sentimentos de pena ou culpa. Deve ser permeada por elementos que a posicionem e façam com que seja entendida como fruto da ação humana, de forças sociais que atuam na produção e reprodução da miséria.

A origem pobre também não é salvo conduto no campo moral. Marx e Engels denunciaram há muito o caráter burguês que sempre ameaçou impregnar as organizações operárias. Gonçalves Filho reconhece que a Humilhação Social, em si, pode tomar caminhos cruéis. Aquele que foi objeto da humilhação pode operar uma cisão em relação à sua classe de origem, uma operação violenta, em si e nos outros, ao assumir a condição de soberbo.

É reconhecível também, nas entrevistas, o distanciamento do movimento estudantil em relação às classes pobres. Assumir posições de direita ou esquerda, em seus diversos matizes, parece não estar diretamente relacionado com a determinação e o afinco que o militante revela em suas tarefas. Nos ensina Hannah Arendt (2001) que a política tem uma atração precípua, apenas por seu exercício e pela revelação que lhe é imanente: um poder em certa medida independente do efeito real que provocam sobre o mundo. A ação política, precípua à condição humana, é fator que, por si, caminha na contramão do individualismo contemporâneo. Agir politicamente supõe também coragem e freqüentemente alto grau de desprendimento e disposição para arriscar a própria vida (os militantes que o digam); mas não necessariamente essas

virtudes, características da militância, têm relação direta com combate às desigualdades sociais ou com qualquer identificação mais radical com as classes pobres, embora tais elementos possam favorecê-las em alguma medida.

A militância, sabemos, pode colocar o militante em um regime de consciência alargado em relação ao mundo, às determinações políticas, históricas e culturais cuja compreensão é indispensável para sua ação. Nesse *salto de consciência*, no entanto, há um distanciamento progressivo em relação ao cotidiano. Nesse caminho, suas ações correm o risco de se restringirem a um círculo fechado e alheio às classes pobres, mesmo que a tomem como objeto de discursos. Paradoxalmente, aquilo que parecia central revela-se como instrumento ou fala abstrata, desprovida de solo no real, como o operário, ente mítico dos estudantes da Maria Antonia. A política torna-se espécie de sobrevôo, de prática objetificante e objetificada, figurando o militante como espécie de gestor.

Em suma, nas palavras de Simone, “o militante também se aliena de um monte de coisas”.

Nas entrevistas, a experiência da desigualdade social é frutífera quando suficiente para causar um deslocamento radical de perspectivas. Para Mariinha e Lúcia, denunciou o caráter limitado do movimento estudantil, colocou-as em outro regime de atenção, orientado para além dos muros da universidade.

É a humilhação, ensina Gonçalves Filho, em seu potencial transformador: puxar para o *humus*, para a *terra*. Esse *retorno à terra* tem potencial. Pode servir de vacina, disruptiva para ricos e preventiva para os pobres. Em visita que realizei à fábrica da Mercedes Benz, os operários contavam com orgulho que Vicentinho mensalmente visitava e trabalhava nas linhas de montagem.

Mas a experiência aqui, para que tenha peso e faça diferença substantiva na perspectiva do militante, precisa ter caráter de fundação, não de retórica ou visita ocasional. É necessário que seja persistente e intensa o suficiente para que se aproxime do que Ecléa identifica como *Comunidade de destino* (1986, p.14, grifos da autora):

Segundo Jacques Loew, é preciso que se forme uma *comunidade de destino*, para que se alcance a condição plena de uma dada condição humana. A *Comunidade de destino* já exclui, pela sua própria enunciação, as visitas ocasionais ou estágios temporários no *lôcus* da pesquisa. Significa sofrer de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados.

Se não chega a tanto, porque não converte ricos em pobres em seus destinos, pelo menos é necessário que tenha força suficiente para aproximá-los naquilo que os antecede e espera socialmente: que os antecede, na medida em que se refere a injustiças históricas a serem reveladas e reparadas por ambos; que os espera, uma vez que a transformação da sociedade de classes diz respeito a ambos.

Mas a visão da pobreza, portanto, para tornar-se empenho para a ação, precisa causar impacto, precisa de tempo e intensidade suficientes para que suscitem sentimento de alteridade, de reconhecimento do outro como *outro* e da soberba como um mal. Parece que o pensamento burguês como que intui esse perigo. O semáforo é rápido, e os muros dos condomínios têm outras prerrogativas além da segurança patrimonial. Na universidade esvaziada, o contato cada vez mais empobrecido entre estudantes segue o mesmo caminho, fugacidade semelhante aos outros espaços da cidade tão repulsivo às joanisesenses.

6. Repulsa à psicologia

6.1 Impressões de militantes sobre um tema originário

A relação entre psicologia e ideologia não é tema novo. Essa problemática é fundamental no campo de nossa profissão, e tem sido atravessada por ricas e variadas perspectivas. Os depoimentos são o bastante para trazê-la à tona.

Não vou me prolongar no tema. Como referência, vale citar o trabalho pioneiro de Maria Helena Souza Patto (1984) sobre psicologia escolar. A emancipação da psicologia como ciência ocorre na segunda metade do século XIX nas sociedades capitalistas avançadas. Suas teorias, questões iniciais de investigação e instrumentos não podem ser desvinculados deste contexto, orientadas pelas demandas da industrialização crescente. “Em sua constituição e desenvolvimento, tudo indica que a psicologia é instrumento e efeito das necessidades, geradas nessas sociedades, de *selecionar, orientar, adaptar e racionalizar*, visando, em última instância, a um aumento da produtividade” (PATTO, 1984, p. 87).

Ainda nas palavras da autora, “a psicologia nasce com a marca de uma demanda: a de prover conceitos e instrumentos ‘científicos’ de medida que garantam a adaptação dos indivíduos à nova ordem social” (Ibidem, p. 96). Os testes dão aparência neutra aos juízos; o sofrimento frente a uma situação real de opressão pode ser concebido como sintoma de inadaptação; aquilo que poderia ser interpretado como resistência saudável torna-se patologia ou alguma modalidade de déficit mental.

Ideologia, sabemos, não equivale à mentira. Se ela é “verdadeira”, tanto melhor para seus propósitos, pois o que é essencial é que ela oculte a lógica da dominação. Afirma Chaui (1997, p. 3-4):

Como sabemos, a ideologia não é apenas a representação imaginária do real para servir ao exercício da dominação em uma sociedade fundada na luta de classes, como não é apenas a inversão imaginária do processo histórico na qual as idéias ocupariam o lugar dos agentes históricos reais. A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o aparecer social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos “ensinam” a conhecer e agir. A sistematicidade e a coerência ideológicas nascem de uma determinação muito precisa: o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante. Universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido. Em outras palavras, a coerência ideológica não é obtida malgrado as lacunas, mas, pelo contrário, graças a elas. Porque jamais poderá dizer tudo até o fim, a ideologia é aquele discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado.

Se psicologia não equivale à ideológica, acaba por tender a ela em seus matizes, perspectivas técnicas e teóricas, dadas as marcadas em sua fundação. Segundo Patto (2000), cientes disso, é indispensável que os psicólogos aproximem-se de teorias que permitam pensar criticamente suas teorias, suas práticas, instrumentos e espaços de atuação. Mais importante, e para utilizar uma expressão benjaminiana, espera-se que o psicólogo seja capaz de pensar seu pensamento, escovar a contrapelo sua profissão. É forçoso admitir o quanto não estamos aptos para a tarefa.

Não vou me dedicar à investigação dos enfrentamentos ideológicos no campo da psicologia, às discussões acerca de suas teorias, práticas e instituições, para as quais há uma gama vasta de trabalhos mais qualificados. Vou ater-me a apontamentos sobre as impressões que os militantes tiveram durante a graduação, e que não podem ser desvinculadas desse embate. Sendo impressões, são por vezes nebulosas, não contam freqüentemente com os nomes e lugares que contarão na consciência dos depoentes quando mais velhos. Trata-se de estranhamentos expressos de forma sintética, na repulsa às aulas, às formas pelas quais se organizam os campos teóricos e profissionais em psicologia, a posturas de alunos e professores.

Entre os militantes que entrevistei, chamou atenção uma espécie de frustração frente ao curso, especialmente em seus anos iniciais. Não raro, afastaram-se das aulas e se dedicaram preferencialmente à militância, colocando em dúvida a opção pela profissão. Isso ocorreu especialmente a partir dos anos 1980.

Na entrevista de Simone, essa repulsa foi central. Já mencionei trechos em que ela afirma não suportar o curso, não suportar colegas, professores, disciplinas, identificando no Instituto um lugar que não era para gente pobre. Tudo parece remeter àquela classe objeto de seu discurso crítico e de sua militância de esquerda. Retomemos sua fala. Aqui, dirige-se mais especificamente à psicologia.

O que estava sendo construído para mim era que a psicologia era um instrumento para legitimar as desigualdades sociais. Ia tendo que não queria ser psicóloga; que psicologia era isso. Não conseguia ver que teria outra possibilidade de ser psicólogo, de fazer psicologia fora disso. Era uma experiência muito ruim. A cada aula, eu ia me indignando com o que as pessoas falavam. Sobre os testes de QI por exemplo. Achava que a psicologia tinha que ser atacada, criticada. Ia construindo para mim que a psicologia era um instrumento poderoso e perigoso a serviço do sistema.

[...]

Em toda a disciplina crítica eu me sentia em casa, porque era isso que eu fazia o tempo todo. Em todo o trabalho que eu fazia, ficava brigando com os professores... Brigava com a psicologia na verdade.

A jovem expressa a aversão dos primeiros anos da graduação, sintetizando um mal-estar generalizado. Aqui, atinge de maneira direta as teorias e técnicas ensinadas. Simone reconhece durante o curso três componentes que formam essa espécie de *gestalt* ideológica. A psicologia, e especialmente a clínica, representa um lugar, uma profissão e um instrumento para a “burguesia”. O olhar técnico aponta o “mundo interno”, reforçando a importância dos mecanismos psíquicos individuais. Como produto final, a psicologia representa instrumento de afirmação do sistema capitalista, técnica *da elite e para a elite* explicar e legitimar as desigualdades da sociedade de classes.

É importante enfatizar que nem em Simone, nem em quaisquer militantes que entrevistei, encontrei aquela figura avessa aos estudos, clichê do *militante profissional*, bitolado nos assuntos políticos e negligente em relação ao seu curso. Todos os militantes lembraram o apreço pela leitura e um passado de bons alunos nos níveis fundamental e médio. Quando houve, o afastamento das aulas supôs outro estudo, agora voltado para a política; ainda assim, preocupado com a compreensão do homem e de seu sofrimento. E eles voltaram à psicologia, durante o curso ou já formados, quando compreenderam que a psicologia poderia valer nesse sentido, que

poderia combinar-se com preocupações sociais mais alargadas. Simone, como outros estudantes que sentiram essa repulsa, estudou psicanálise, tornou-se terapeuta depois de formada.

É interessante notar aqui uma diferença entre as impressões dos militantes atuantes nos 1960 e seus sucessores. Na Maria Antonia, a exemplo de Iara, os estudantes esforçavam-se para que autores como Marcuse e Adorno fossem contemplados nas aulas. São evidentes as transformações curriculares nesse sentido, e hoje precisamos de menos esforço para encontrar teorias de inspiração crítica durante as aulas da graduação.

O que me parece curioso é que, apesar disso, não encontrei entre os militantes mais velhos repulsa semelhante à dos mais novos. Também se ocuparam em criticar uma psicologia sob influência americana, ou uma clínica elitista, mas não encontrei quem se afastasse do curso, quem pensasse seriamente em desistir de ser psicólogo e seguir por outra profissão. Em nenhum momento notei Mariinha, Lúcia ou Elias *brigarem com a psicologia*. Seu engajamento nas organizações clandestinas, vimos, caminhava independente da graduação. E tal cisão aparentemente não era objeto de questionamento. Para Elias, “entre psicologia experimental e política, nenhuma relação. Entre formigueiro, aranha e política, menos ainda”. Termos como micropolítica estavam distantes. Em nossa formação, tais aproximações serão possíveis a partir de meados da década de 1970, e mesmo assim vistas com ressalvas. Armando é cuidadoso ao distinguir uma militância que deve ter lugar em partidos e movimentos sociais e a atuação profissional do psicólogo.

Duvido que a gente transforme a sociedade de uma maneira importante a partir de categorias de análise da psicologia. Há uma certa idealização do trabalho do psicólogo e das suas possibilidades de transformação, como se fosse possível transformar a sociedade a partir de uma militância profissional. Não acredito nisso. Acho que podemos ter importância na transformação da sociedade como lideranças, militantes de organizações políticas ou partidárias, mas não como profissionais, onde atuamos. Por exemplo, você pega um Sindicato dos Metalúrgicos, eu como analista institucional, com um referencial teórico avançado, fundamentado, creio poder fazer pouca coisa. Talvez eu possa fazer muito mais como metalúrgico. Acho que posso ter uma atuação profissional coerente com meus anseios de mudança, minha ideologia, mas às vezes eu penso que os psicólogos e seus órgãos de classe creem que é possível transformar a sociedade através de uma militância profissional, ou de um engajamento em um órgão de classe.

É verdade que as expectativas de que a psicologia se integrasse à militância eram menores, mas isso ainda não explica totalmente que os mais velhos não tenham sentido a mesma repulsa que seus sucessores a partir dos anos 1970. Difícil chegar a algum tipo de conclusão nesse sentido, mas me arrisco a uma hipótese. Sem saudosismos em relação àquele currículo bastante limitado, reconhecendo os avanços nesse campo, parece que havia, para além dele possibilidades diferentes de enfrentamento ideológico; formas mais íntegras e coerentes de permanecer no curso

e se opor àquilo que se lhes figurava avesso ao engajamento. Há algo que se transformou na graduação e no saber psicológico, e que impõe ao militante uma modalidade mais cruel de cisão, uma fissura cujas contradições e antagonismos o atingem *por dentro*.

6.2 Espectros da psicologia

Para avançar na discussão, é necessário compreender a ideologia sob diferentes matizes. Žižek (1996) identifica três tipos de abordagem sobre o conceito no campo marxista, caminhos de interpretação distintos pelas ênfases dadas ao termo. Representam tanto divergências teóricas entre autores como momentos históricos distintos, que forçaram a crítica na direção de uma ou outra forma pelas quais o fenômeno se manifesta.

O primeiro espectro encontra o pensamento de Habermas. A ideologia pode ser compreendida como complexo de idéias, crenças, valores, teorias e métodos de argumentação. Nesse caso, a crítica à ideologia faz-se pelo discernimento da tendenciosidade não reconhecida dos textos e discursos da classe dominante, apontando suas lacunas, rupturas, omissões. Como afirmamos no caso da psicologia, o caráter ideológico é encontrado menos na falsidade daquilo que as teorias revelam do que nas ênfases postas, nos problemas levantados e naqueles omitidos, indicativos do lado em que se está. Essa perspectiva aproxima-se à de Marilena Chaui, citada no tópico anterior.

A ideologia nada tem a ver com a “ilusão”, com uma representação equivocada e distorcida de seu conteúdo social. Dito em termos sucinto, um ponto de vista político pode ser perfeitamente correto (“verdadeiro”) quanto a seu conteúdo objetivo, mas completamente ideológico; e, inversamente, a idéia que uma visão política fornece de seu conteúdo social pode revelar-se totalmente equivocada, mas não ter absolutamente nada de “ideológica”.

[...]

Assim, uma ideologia não é necessariamente “falsa”: quanto a seu conteúdo positivo, ela pode ser “verdadeira”, muito precisa, pois o que realmente importa não é o conteúdo afirmado como tal, mas o *modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação*. Estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo – “verdadeiro” ou “falso” – é funcional com respeito a alguma relação de dominação social (“poder”, “exploração”) de maneira intrinsecamente não transparente: *para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta*. Em outras palavras, o ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil *mentir sob o disfarce da verdade*. (ŽIŽEK, 1996, p. 12-14, grifos do autor).

No segundo espectro, a ideologia é tomada em sua dimensão material: as instituições têm papel importante na difusão dos discursos, idéias e valores, bem como na instauração e

manutenção de estruturas disciplinares. A crítica tem como alvo as instituições de poder, tanto em sua estrutura como nos discursos que produz. Aqui, a referência à perspectiva althusseriana é clara, e conseqüentemente a atenção aos *Aparelhos Ideológicos de Estado*. São reconhecíveis as contribuições de Foucault na identificação da internalização corporal da ideologia, embora Žižek critique o autor pela ênfase no caráter basal do poder.

O terceiro espectro é mais difícil de identificar, tanto teoricamente como em nosso esforço e ação militantes. Talvez também porque é especialmente atual. E merece atenção especial no campo psi.

Aqui, a ideologia aproxima-se preferencialmente dos conceitos de fetiche e reificação. Não se trata aqui da

Ideologia como doutrina explícita, como convicções articuladas sobre a natureza do homem, da sociedade e do universo, nem da ideologia em sua existência material (as instituições, rituais e práticas que lhe dão corpo), mas a rede elusiva de pressupostos e atitudes implícitos, quase “espontâneos”, que formam um momento irredutível da reprodução de práticas “não ideológicas”. A noção marxista de “fetichismo da mercadoria” é exemplar nesse contexto: designa, não uma teoria (burguesa) da economia política, mas uma série de pressupostos que determinam a estrutura da própria prática econômica “real” das trocas de mercado. (Ibidem, p. 21).

O ponto de vista lukácsiano serve aqui como marco inaugural. O mundo fetichizado é intocável, povoado por mercadorias que não são percebidas como obra dos homens e que sobre ele exercem poder mítico. Tem-se a objetificação do sujeito, sua manipulação enquanto mercadoria equivalente a tantas outras e sua inércia frente ao mundo. O homem torna-se coisa inerte, manipulada e a mercê dos desejos e necessidades engendrados pelo mercado. O processo escapa das mediações da consciência.

É evidente a indissociabilidade dos três espectros. A um discurso estabelecido e aderido à realidade são indispensáveis suas instituições, e a ambos uma subjetividade aderida à imediatividade do mundo capitalista. É nessa tríade que se localiza o espanto do militante frente ao curso de psicologia.

Nas aulas, a repulsa dos militantes manifesta-se na forma de uma negação intuitiva, na discordância sem argumentos de professores e teorias. O sentimento é de uma espécie de repulsa.

Evidentemente, as disciplinas de origem positivista, de testes psicológicos, e de teorias clínicas foram especialmente aversivas. Aqui, as impressões do passado e do presente são semelhantes, da psicologia norte-americana de Arrigo Angelini aos testes atuais, com verniz mais

sofisticado; da psicanálise individualista de Durval Marcondes à sua equivalente na disciplina de *Métodos de exploração e diagnóstico em Psicologia Clínica* ministrada no presente (apelidada, no meu tempo de *Métodos de tortura e interrogatório em psicologia clínica*).

Aí, vinham aquelas psicanalistas e ficavam falando dos casos delas de consultório. Eu pensava: “Será que é isso? Será que psicologia é só isso? Ficar falando, falando do mundo interno?”. Tinha uma raiva da clínica! Me recusei muito tempo a fazer terapia. Eu dizia: “não faço e não quero saber!”. Tinha a ver com essa minha raiva da psicologia. Nem sei o que era direito, nem sei porque eu tinha tanta raiva. Estava ligada a uma bandeira contra a terapia, ao que ela representava socialmente (Simone).

Por parte dos estudantes, o combate institucional também foi intenso, extremo na *éclaté* da Maria Antonia, e persistiu nas reivindicações por maior participação dos estudantes, que afloram ainda nas discussões sobre a reforma universitária. Desnecessário retomar mazelas já referidas. Na USP, sua pequena unidade psi não é exceção. Em nossa área, especificamente, sempre despertou aversão aos estudantes o hermetismo de professores, teorias e instituições formadoras. Segundo Coggiola (2001), elementos cujo sentido é manter o caráter elitista do conhecimento frente ao aumento da massa discente.

Merece destaque novamente a clínica psicanalítica, desde a invasão nos tempos da Maria Antonia até o descompasso entre seus serviços e as greves universitárias. Lembra Luizão:

O Departamento de Psicologia Clínica sempre teve problemas. A grande maioria de seus professores era só supervisor. Nessa estrutura, coibiam a paralisação dos atendimentos. Vejo nisso também a participação restrita nas questões do Instituto e da Universidade. Eles não aderiam às greves. Eram os últimos a aderir, quando aderiam (Luizão).

Para Luizão e Simone, nos primeiros anos do curso, as psicanalistas e os colegas adeptos de onerosos processos terapêuticos são como que de outro mundo. A psicologia clínica significa também, para eles, lugar e instrumento de dominação, a serviço desta classe que habita o Instituto.

Há muitos exemplos desse tipo nas entrevistas, de repulsas em relação a teorias e à própria instituição; ou de repulsa generalizada à própria psicologia. São freqüentes passagens que revelam a tensão entre formação em psicologia e militância, em que pese a diversidade de caminhos expressa pelas lembranças e destinos dos depoentes.

Em suas trajetórias, os militantes tiveram, todos eles, a tarefa de *conciliar* tais contradições, construir algum tipo de visão geral que congregasse preocupações de militante e atuação profissional. As soluções variaram muito, desde o abandono da profissão de psicólogo ao abandono de qualquer participação política; desde atuações profissionais e militantes estanques,

cada uma em seu espaço; até uma atuação profissional profundamente radicada na militância. Para muitos militantes, não foi fácil *fazer as pazes* com a psicologia, deixar de reduzi-la a essa primeira impressão, campo aversivo e avesso às suas preocupações sociais.

Esse caminho pareceu mais difícil aos mais novos. Para compreender o que se passa, a ideologia em seu terceiro espectro merece maior atenção.

Quando ingressamos no curso, logo no início, percebemos um campo contraditório, de antagonismos mais ou menos pronunciados. A trajetória de formação reproduz embates históricos. Essa tensão de pensamentos é um verdadeiro fogo cruzado; cada disciplina tem seu espaço, sua aula separada das demais e assegurada na estrutura departamental das universidades.

Nada de muito diferente do que era vivido décadas atrás. A diferença é que, se antes os embates eram explícitos na teoria e na política departamental, hoje tendem à dissimulação. Escondem-se por trás de um verniz de cordialidade. O que aparece é uma frágil harmonia, implícita na mensagem de que campos tão contraditórios podem coexistir, bastando que cada um opte pelo seu nicho e se reconforte na proteção institucional de seu ambiente de trabalho.

Não que se deseje a uniformidade dos cursos de graduação, uma linha teórica geral e homogênea que se sobreponha a todas as outras; nem tampouco as brigas entre behavioristas e psicanalistas na Maria Antonia. Muito menos o currículo pobre e limitado de então, parco e escasso em uma série de perspectivas que hoje nos são apresentadas. Mas a crescente diversidade de teorias existentes e a fragilidade de seus argumentos denunciam um quadro grave, intuída na angústia sintomática dos militantes durante o curso: um novo tipo de autoritarismo, um tanto mais pós-moderno, oculto na falácia da convivência pacífica entre saberes antagônicos. Nas palavras de Žižek (1996), a ausência de luta é uma forma de luta, é a vitória de um dos lados.

Ao militante do presente, mais isolado e restrito em sua vida acadêmica, restam as conversas esparsas entre colegas. As tentativas para estabelecer algum tipo de debate acadêmico geralmente esbarram em interesses corporativos e departamentais, sem que sejam explicitados. O que antes era passível de ser enfrentado por ações coletivas converte-se, cada vez mais, em angústia estiolada nas pessoas, cuja saída é necessariamente uma *opção individual*.

6.3 Trincheiras subjetivas

Em relação a décadas passadas, militância e psicologia passaram de uma relação independente a outra antagônica, contraditória em sua base. As teorias psi, suas instituições

formadoras, seu pandemônio teórico convergem para a naturalização de um individualismo tácito.

Vou dar um exemplo. Há pouco, no IPUSP, participei de uma reunião aberta dos estudantes do IPUSP sob o curioso título: “o sofrimento do estudante de psicologia”.

E o estudante deve sofrer por muitos motivos; e creio que o estudante de psicologia deve sofrer também por algumas razões particulares. Talvez nem todas essas fontes de sofrimento sejam de ordem estritamente política. Lembro que se misturavam queixas sobre professores, disciplinas, universidade...

Enfim, chamou a atenção uma reunião com o tema, com o propósito de discutir coletivamente o sofrimento. Só isso, o sofrimento. Como se a possibilidade de partilhá-lo, qualquer sofrimento, em si, fosse um primeiro ato de militância.

Mais curioso ainda, e não tão animador, foi a solução proposta por uma professora: oferecer terapia aos estudantes.

O embate ideológico, portanto, em seu terceiro espectro, é mais psicológico do que nunca: invadiu o “mundo interno” dos estudantes e nele se isolou. Resta ao militante atentar para o que sofre, fazer o caminho inverso ao proposto e reiterado pelo seu curso. Se o embate acontece nessa esfera – e isso se revela não só na psicologia, mas no conjunto geral das relações sociais –, seu papel é essencial. A fala de Luizão é esclarecedora:

Em todos os níveis, as pessoas estão utilizando como “utopia” salvar sua própria pele. Essa é a utopia do mundo hoje. Ninguém quer pensar em algo maior: em Centro Acadêmico, em entidade estudantil, em movimento social, em sindicato... Parece que ninguém quer perder; ninguém quer deixar de ganhar de forma imediata. E é preciso ser perseverante, dar um tempo para as coisas. Em todos os níveis o que eu percebo é que todo mundo quer o melhor para si agora, e passa por cima de quem quer que seja.

Todo mundo está aí, bem fechadinho, bem guardadinho, encastelado... Os muros são frágeis, os argumentos são frágeis, mas como as relações de poder estão cada vez mais intensas, e as relações cotidianas mais degradadas, as pessoas fazem de conta que é assim mesmo e deve ser assim. Mas sabem que não pode ser assim.

A gente, em qualquer lugar, está buscando esse espaço coletivo. Mas ele hoje está realmente muito difícil. Tem lugares em que eu vou, chego sozinho, saio sozinho. Não tenho com quem discutir, e quando discuto vejo que a pessoa está hermeticamente fechada; parece que tem um campo de força e as palavras não chegam até ela... A palavra não repercute no outro. É essa trincheirinha, frágil, que todo mundo constrói para viver as relações cotidianas.

O militante fala aqui como professor, ressentido em relação àquilo que encontra nos espaços de trabalho. Sua avaliação vem em uma entrevista de memória sobre a participação política estudantil, e traz na sua base o ressentimento daquilo que foi vivido junto a colegas.

A percepção dessa dimensão subjetiva da ideologia parece-me especialmente profunda nos militantes mais novos, está na raiz da frustração deles em relação ao curso. São sensíveis a essa contradição, em especial à naturalização desse *entrincheiramento* subjetivo e a sua dissimulação no discurso “democrático” de seus colegas.

Para boa parte dos militantes, o reconhecimento da angústia em sua dimensão psicossocial estava no cerne tanto do surgimento do interesse pela política como na escolha pelo curso. O que parece distintivo – e em alguma medida consolador – é que esse tema fundador permaneceu em seus horizontes. A exemplo de Luizão, quando os militantes superaram a repulsa ao curso, quando se formaram psicólogos, indicaram em suas práticas e destinos profissionais que o isolamento das pessoas e a escassez de iniciativas devem ser objetos de crítica e ação. Permanecem, no presente, angustiados, em maior ou menor grau, com aquilo que os repeliu do curso em seus primeiros anos de graduação.

A capacidade de compreender essa modalidade eminentemente psicossocial de sofrimento, tanto nas relações de trabalho do psicólogo como em seu próprio objeto, distingue os militantes, torna o que permanece encoberto, invisível às formas contemporâneas de subjetivação do psicólogo, em questão a ser enfrentada. Menos consolador é que isso não ocorre com a grande maioria de nossos colegas, para quem, à semelhança da grande maioria dos estudantes, a crítica atinge, quando muito, a dimensão discursiva e institucional. Aquilo que é mais imediato em suas práticas e consciências permanece intacto em si e naqueles que são objetos de sua intervenção nos diferentes espaços de atuação do psicólogo.

7. Ditadura implícita

do mundo à vista
o silêncio
 não anima

e aquilo que me rima
me risca o corpo

furtivo
o tempo vem
 como o vento

das manhãs sem rosto

(Celso T. Yokomiso, *Aurora*)

7.1 Trauma e silenciamento

Sob a perspectiva psicanalítica, o trauma corresponde a experiências que superam as possibilidades de elaboração do indivíduo. A energia psíquica disparada segue caminhos variados, de acordo com os mecanismos de deslocamento e condensação há muito descritos por Freud. Nesse percurso, denomina-se angústia aquela energia sem suficiente relação com uma cadeia de representações. Por ser parte inconsciente do sujeito, a angústia o atinge *de dentro*, como que por trás de suas defesas. Ao mesmo tempo, aparece como elemento exógeno, uma vez que não faz parte daquilo que pertence à sua consciência (Cf. LAPLANCHE, 1987).

Sabe-se também que um trauma não corresponde necessariamente a um evento específico. Seria mais preciso falar de experiência traumática, compreendendo pelo termo algo cuja circunscrição é menos precisa no tempo e no espaço.

Geralmente, associa-se a angústia a um acontecimento ou cena que permanece emblemática nas lembranças; contudo, mesmo esta cena torna-se emblemática não pelo que representa em si, mas pelo seu caráter sintético (ou melhor, condensado). Isso tem importância central em psicologia social. Já me referi a isso abordando o tema da humilhação social no item cinco deste capítulo. Um operário, lembrando de suas experiências na fábrica, evoca uma conversa em que seu supervisor o destratou. A cena dói pela soberba que traz em si; mas essa dor é indissociável daquela sentida no cotidiano, em que a mesma soberba e rebaixamento revelam-se em espaços e gestos aparentemente menores. Há aqui a ferida no golpe *in loco*; e o golpe aflora aquela outra, aberta pelo desgaste endêmico sobre o corpo e o espírito. A soberba da cena revela uma situação de classe que não se reduz à sucessão de acontecimentos, que supera a *soma das partes* que compõem a vida das classes pobres.

Agora, tratamos de uma modalidade específica de angústia: aquela causada pela interdição da participação política, ou por seu exercício contemporâneo. À política vivida pelos militantes, interpôs-se a violência.

Por violência, compreendemos ações que destruam o psiquismo do outro, tendo portanto caráter traumático. Sendo ações, subentende-se que não estamos falando de quaisquer traumas, o que elimina a hipótese de uma violência imanente à vida social. Ações pressupõem um agente mais ou menos consciente dos efeitos de sua ação, e em maior ou menos grau, e que essa intencionalidade seja reconhecida por sua vítima, ainda que a atribuição de causalidade seja parcial ou difusa.

Nessa acepção, orientada por Jurandir Freire Costa (1986), a violência não é comparável a situações naturais, como a luta entre presa e predador. Insistimos que violência supõe necessariamente um agente que deseja o ato que cometeu, e um objeto que se percebe como tal.

Aqui, tratamos não de qualquer trauma, mas daquele que impede, em maior ou menor grau, o exercício da política. Todo trauma tem relação com o silenciamento, na medida em que a angústia que dispara é, como já o dissemos, necessariamente esquivada à elaboração. Na acepção que compreendemos política, a interdição é mais específica, impede iniciativas e palavras, livre organização e expressão de reivindicações sociais coletivas frente a grupos hegemônicos ou opositores. Para a política, nos ensina Hannah Arendt, a presença de outros é condição imanente. Nesse campo, portanto, violência supõe um impedimento discursivo necessariamente plural, porque seria feito na companhia de outros.

Isso não quer dizer que traumas e angústias aparentemente individuais não tenham determinações coletivas, e nem que interdições políticas não tenham repercussões individuais profundas. Pelo contrário. Contudo, a violência como supressão da política ocorre em um campo mais específico, porque plural e relacionada a discursos e iniciativas conjuntas, objetivos e anseios comuns a um grupo de indivíduos, em especial uma classe, movimento ou categoria social. A violência sobre a política, nesses termos, força o militante e seus pares à reclusão. Seus meios variam em sofisticação, de acordo com épocas e contextos.

A violência vivida durante os regimes autoritários tem sido investigada e descrita desde longa data tanto pela literatura como pelo pensamento acadêmico. As ditaduras, invariavelmente, sustentam-se impondo o terror. E terror aqui pode ser compreendido como espécie de violência cuidadosamente administrada, sob os auspícios de diferentes organismos burocráticos e executivos. Violência, sabemos, não é sinônimo de irracionalidade; freqüentemente, sustenta-se em sofisticado planejamento, criatividade e organização.

A disseminação do medo não se esgota no corpo do torturado ou nos seus círculos militantes. Seu alcance é maior, e sua razão de ser é o silenciamento em seu sentido social mais amplo e profundo. A censura às expressões artísticas, políticas e culturais é sua face mais óbvia, mas o fenômeno vai ao extremo ao “matar a própria morte” (CARDOSO, 2001, p. 156), quando nega a existência de corpos e nomes de desaparecidos políticos.

A expressão temporal do autoritarismo fica clara no esforço das ditaduras para distorcer e omitir aquilo que não lhes interessa na historiografia. Em dimensão cotidiana, força esquecimentos e versões dominantes sobre a memória e experiência dos indivíduos. Sobre a experiência do nazi-fascismo europeu, Michael Pollak (1989) ressaltou o poder das lembranças

que ficaram encobertas, “não ditos” forçados e que afloraram depois de décadas sob regimes totalitários.

Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas (caso dos crimes stalinistas), indizíveis (casos dos deportados) ou vergonhosas (caso dos recrutados à força) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante (POLLAK, 1989, p. 6).

O silenciamento transcende, portanto, seu significado físico evidente. Os militantes que entrevistei foram objeto desse sofrimento menos visível, menos documentado, mas de cujo impacto ainda não nos recuperamos socialmente.

7.2 Dilaceração

Perigoso reduzir o sofrimento dos militantes a um denominador comum. Mas há algo que está na raiz do que me disseram: na trajetória de todos, o presente precisou em alguma medida abandonar sem o devido tempo uma existência íntegra e intensa, totalizada e estruturada em uma conjuntura específica e eminentemente política, sem oportunidade para recompor suas partes. A interdição foi abrupta e a todo vapor, na intensidade mesma da experiência vivida.

Estes tempos foram marcados por experiências limite do ponto de vista existencial: para os que optaram pela luta armada implicaram a clandestinidade, a adoção de uma identidade outra e colocar-se numa situação existencial limite entre vida e morte. Implicaram, ainda, a vivência do Terror: a tortura, as prisões, o exílio, os desaparecimentos, as mortes. A tortura envolveu a “travessia do inferno: o suplício físico, o suplício psíquico, o desamparo, a solidão, o medo-pânico, o sentimento de abandono, a perda da percepção e da memória, a destituição do humano e a infantilização”, assim como significou a imposição, pelo medo, do conformismo e do silêncio, a todos os dissidentes potenciais. (CARDOSO, 2001, p. 147).

Sob a perspectiva bergsoniana, o trabalho da memória não evoca o passado tal como foi; ao lembrar, revivemos o tempo pretérito a partir do presente. Esse ofício de recomposição, essa montagem que propus aos militantes, sugere uma composição integrada e integradora de diferentes elementos. A dificuldade notada nas entrevistas, indicativa do que foi vivido, é só ser possível voltar a certos acontecimentos, como nos ensina Lúcia, pela “via intelectual”. À experiência, por vezes, faz-se necessário impor um esforço analítico; é necessário atenuar a memória em seu poder existencial, sob o risco de nova dilaceração. É difícil para o militante

deparar-se com objetos e pessoas, espécies de síntese desse tempo que por vezes se insinua. Vale o exemplo da *Psi-Revista* folheada por Elias.

São notáveis também os impactos de aspecto cognitivo profundo, como as interdições de memória e de pensamento relatadas por Lúcia. Fica evidente que não há nada de orgânico ou intelectual nessa dificuldade de lembrança ou de estudo. A hipótese mais consistente é a supressão do componente intelectual tal como elemento síntese da experiência da Maria Antonia, espécie de condensador daquela existência e destino que precisaram ser abandonados às pressas.

Não é à toa que a loucura tem destaque nas lembranças de 68⁶⁰. O que antes foi por vezes tido como fraqueza é revivido como enigma de uma experiência de algo partilhado em grande medida. É assim também com o suicídio: de militantes, de artistas; mas também de pessoas comuns. O tema não é novo, de Durkheim a outros tantos autores. São bem vindas aqui as observações de Marx e Peuchet (1846/2006, p. 25):

No que diz respeito à coragem, se se considera que ela existe naquele que desafia a morte à luz do dia no campo de batalha, estando sob o domínio de todas as emoções, nada prova que ela necessariamente falte quando se tira a própria vida e em meio às trevas. Não é com insultos aos mortos que se enfrenta uma questão tão controversa.

Os autores prosseguem (Ibidem, p. 29):

O suicídio não é mais do que um entre os mil e um sintomas da luta social geral, sempre percebida em fatos recentes, da qual tantos combatentes se retiram porque estão cansados de serem contados entre as vítimas ou porque se insurgem contra a idéia de assumir um lugar honroso entre os carrascos.

Em suma, a memória dos militantes revelou tipos diferentes de cisão com esse passado, interdições impostas sem as quais a vida adiante seria impraticável. Os caminhos dessa angústia, política e datada, são diferentes de um a outro militante. Mas, para todos, algo muito intenso e constitutivo precisou ser deformado, contido ou suprimido sob duras penas.

Para assumir certas posições, certos destinos pessoais na nova sociedade que se instaurou à revelia do estudante de outrora, foi necessário que a experiência pregressa ficasse em alguma medida suprimida, não emergisse em toda sua potência originária. Nas entrevistas, racionalizações, críticas ácidas ao passado, são indicativos desse fenômeno, que freqüentemente empurra aquilo que foi vivido para o clichê dos denominadores manipuláveis pela consciência e estereotipia do senso comum.

⁶⁰ Quero destacar aqui a fala de Norberto, militante contemporâneo de Elias e Lúcia, durante evento organizado no Instituto de Psicologia da USP.

7.3 Faces políticas da reificação

Nos anos 1960, o sofrimento lembrado pelos militantes aparece localizado em golpes concentrados, situações e interdições extremas, como aponta Irene Cardoso. Nas décadas seguintes, o que salta à memória dos militantes aparece mais difuso, no dia a dia da política universitária.

O autoritarismo pressupõe, evidentemente, o impedimento da formação de grupos organizados que possam representar algum tipo de pensamento avesso ou questionador; pressupõe, portanto, severa atomização dos homens. Para que isso ocorra, é necessário disseminar a desconfiança entre as pessoas, é necessário romper qualquer fundamento de solidariedade que ameace aglutinar uma categoria ou classe potencialmente perigosa, não importando os meios utilizados. A espionagem e infiltração nos movimentos sociais é elemento central em quaisquer regimes autoritários. Os militantes que atuaram durante a Ditadura sabem disso, sentiram na pele em maior ou menor grau. Nesse duro quadro referencial que Luís Carlos lembra do “solapamento da generosidade” que lhes foi imposto.

O embrutecimento a que Luís Carlos refere-se parece antecipar algo especialmente cruel, nada glorioso, nada dignificante, e que conhecemos bem no presente. O que era papel do terror instaura-se não mais através de duro golpe e aparato estatal, mas pela penetração da reificação e da consciência da sociedade capitalista em todas as dimensões da vida estudantil. Passa-se da morte a uma desconfiança implícita nas relações, da caçada bruta aos grupos clandestinos a um nível anterior, à dificuldade extrema para quaisquer ações conjuntas. O fenômeno é patente nas entrevistas com militantes mais novos e já nos referimos a ele: figura em relatos de denúncias de corrupção nas entidades estudantis, no vale tudo das disputas por entidades, na animosidade entre militantes e demais estudantes etc.

A diferença fica mais clara quando contrastamos as épocas em torno da amizade entre os estudantes e militantes. A amizade, no sentido político do termo, não quer dizer que para a política é necessária harmonia entre todos, mas que se supõe o reconhecimento do outro enquanto semelhante, em sua alteridade. Supõe especialmente a confiança de que o outro, mesmo que opositor, tenha em comum suas raízes em uma tradição comum, que habite portanto a *polis*, e que a *polis* também nele habite, enquanto reconhecimento de um passado comum, e de um futuro que deve permanecer partilhado.

A amizade consiste, em grande parte, na verdade, nesse falar sobre algo que os amigos têm em comum. Ao falarem sobre o que têm entre si, isso se torna

muito mais comum a eles. Não só o assunto ganha sua articulação específica, mas desenvolve-se, expande-se e finalmente, no decorrer do tempo e da vida, começa a constituir um pequeno mundo particular, que é compartilhado na amizade. Em outras palavras, Sócrates tentou tornar amigos os cidadãos de Atenas, e esse foi realmente um objetivo muito compreensível em uma *polis* cuja vida consistia em uma imensa e ininterrupta competição de todos contra todos, de *aei aristenein*, em que, sem cessar, buscava-se demonstrar ser o melhor de todos. Nesse espírito agonístico, que acabaria por levar à ruína as cidades-estado gregas porque tornava quase impossível o estabelecimento de alianças envenenava a vida doméstica dos cidadãos com a inveja e o ódio mútuo (a inveja era o vício nacional da antiga Grécia), o bem público era constantemente ameaçado. (ARENDDT, 2002, p. 98).

Vimos como o narcisismo e individualismo da sociedade contemporânea refletem na condição estudantil e em sua política. Segundo Jurandir Freire Costa (2003), o golpe militar foi, no Brasil, o agente dessa uma modernização conservadora em escala mundial.

A cultura autoritária que se reproduz através do abuso de drogas, da desarticulação do discurso e do modismo psicanalítico não assume esta fisionomia de maneira anárquica. Tampouco pode ser tida como resistência frustrada ao poder político. As condutas sociais da Geração AI-5 não exprimem apenas o desacerto dos que pretendiam dizer não à opressão e findaram por tornar-se cúmplices inconscientes do que pensaram combater. Estas condutas, reprodutoras do autoritarismo, representam principalmente a conversão da família burguesa às ideologias do bem-estar do corpo, do sexo e do psiquismo, típicas da sociedade de consumo. O indivíduo da droga, da psicanálise e do discurso desarticulado é o indivíduo que foi arrastado de supetão pela órbita da “modernização” dos costumes, imposta ao país pela concentração de renda e pela política de industrialização de bens de consumo supérfluos. O autoritarismo político foi a alavanca deste atrelamento das individualidades às regras do comércio e da indústria ditadas pelas economias capitalistas desenvolvidas (COSTA, 2003, p. 183-184).

Essa modalidade de narcisismo manifesta-se na ruptura do tecido político entre os estudantes. Embora tenha conseqüências políticas semelhantes àquela provocada pela Ditadura, embora seja dela aparentada, tem impactos diferentes sobre o sujeito político violentado. O que as distingue é que a primeira (longe de estar extinta), procura romper com o militante mobilizado, por dentro e por fora, em sua modalidade integral e constituída de existência: ela age *a posteriori*, forçando à fragmentação. A segunda, no sentido inverso, atua na base, a própria integralização dessa existência. Aqui a dilaceração é ponto de partida, não de chegada, está no impedimento da própria formação da consciência e possibilidade da política. Vimos anteriormente como o individualismo é naturalizado e imperceptível aos não-militantes.

Aliada à quebra de confiança e ao narcisismo, o que se manifesta atualmente como índice de angústia para os militantes é a imposição de uma espécie de rigidez, um embrutecimento que

torna o militante estereotipado e insensível ao outro. Yara, estudante do IPUSP na década de 1970 e militante da LIBELU, lembra de um episódio ilustrativo.

Lembro que um grupo da Psicologia estava com alguma dificuldade... Não lembro precisamente. Era uma dúvida, uma questão. Talvez um esboço de crítica em relação à análise de conjuntura. E aí pedimos uma reunião com o cara da LIBELU que era nosso preceptor, sei lá. E ele veio falar em uma sala grande, com cinco pessoas, e falava sem olhar para a cara da gente, com um discurso pronto. Nosso pedido de conversa foi visto como: “ih, tem um grupinho que está querendo desertar”. A conversa foi uma coisa de alinhamento conceitual. E não foi uma conversa. Pelo menos, não foi uma conversa horizontal. Isso, para mim, foi um pouco reflexo daquela forma de funcionar. Não desencantei com política, mas a política partidária, a militância em qualquer grupo organizado, com entidades de classe, tem mecanismos que são complicados.

Marcus reconhece em si essa estereotipia, em um relato sincero e autocrítico.

A LIBELU foi minha igreja, virei fiel deles. Digo igreja porque essa corrente acabava tendo uma postura muito dogmática, dona da verdade. Fui uma pessoa dogmática.

Nos momentos em que eu não era um militante incorporado, eu era mais maleável, mais humano, mais alegre; quando chegava nas reuniões e tinha que defender as propostas, eu era aquele militante rígido. De um lado, rígido, ortodoxo; e de outro uma pessoa amiga, mais compreensiva e tolerante. As amigas que conviveram comigo nesse congresso ficaram chocadas ao me verem por esses dois lados: um mais humano, e outro mais impiedoso, que é o lado político, intolerante, sectário. Hoje em dia, graças a Deus, eu superei isso (riso).

Se havia nos anos 1970 uma disciplina de feições épicas, um embrutecimento necessário a uma situação de combate, o charme revolucionário não nos redime nas décadas seguintes. Agora, a estereotipia e rigidez dos militantes parece responder menos a uma situação beligerante do que à reificação e burocratização comuns a quaisquer organizações modernas. O enlouquecimento dos militantes, hoje, se assemelha mais ao que é descrito vulgarmente como *stress* que atinge os executivos. Lembra Simone:

Nesses três anos, desde a greve até o DCE, minha vida se traduziu por movimento estudantil, por política. Não tinha amigo, amiga, não tinha nada assim.

O DCE era uma máquina de moer gente. Eu passava meus dias inteirinhos no DCE, meus finais de semana inteirinhos. Ia embora para a casa nove, dez horas da noite, quase todo dia. Os dois anos que passei no DCE eu passei lá dentro, vivia lá. Vivia lá e na USP.

Sofri um acidente de carro grave nessa época. Quase morri. Logo depois da eleição do DCE, entre a primeira e a segunda gestão. Capotei na marginal sem saber o porquê. Fiquei meio perturbada nessa época. Enquanto eu era diretora do DCE, não tinha vida. Chegava em casa, tocava o telefone e me chamavam para resolver algum problema. Não tinha mais final de semana; parecia médico, bombeiro que trabalha em resgate. Acho que era bem bombeiro: Tá pegando fogo lá na Veterinária! Vamos lá! Era isso.

Lembra Luizão:

Existia, e existe até hoje, uma carga burocrática terrível, grande, e extremamente penosa. Nunca escrevi tanto ofício como nessa época. Era muito chato: “viemos, por meio desta, solicitar ao Instituto de Psicologia...”. Mandava lá e ficava esperando a resposta... A gente teve vigor e energia para isso; ia lá: “E aí? E o nosso ofício? E a resposta?”. Eles nos cansavam. Pediam ofício e ficavam enrolando...

Esse esforço de feições reificadas não foi lembrado pelos militantes mais velhos, embora eles tenham dedicado-se tanto ou mais que os mais novos à política estudantil e às suas organizações. Os militantes mais velhos também obedeceram a seus veteranos, esforçaram-se no “massacre das tarefas” descrito por Daniel Aarão. Mas em nenhum momento isso foi trazido nas entrevistas como causa central de sofrimento por eles. Simone Weil (1996), observando a vida dos operários, afirma que o homem agüentaria sofrimentos maiores que a severidade das fábricas, que se submeteria a ordens ainda mais taxativas que aquelas dos mestres e contramestres, se houvesse, em sua existência fabril, algum sentido e pertença; algum sentimento de humanidade além daquele oferecido pelo salário e por uma atividade manual e repetitiva que se esgota em si.

Quando alcança superar em alguma medida o individualismo e se dispor à militância, ela mesma se configura portanto como algo estiolado em seus processos. É a essa dissociação, semelhante à ordem fabril, que o militante contemporâneo parece cada vez mais submetido, daí que a fragmentação de sua existência não seja obra de um só e duro golpe, mas de um estado geral que se impõe em doses homeopáticas.

Sob a perspectiva moral e existencial, para o militante do presente, o engajamento é um processo mais difícil. Se antes representava um ato de coragem e disposição para a coletividade, se significava reconhecimento entre os pares, atualmente tende a colocar o militante distante de seus colegas, embotado em atividades freqüentemente burocratizadas, fragmentadas e desprovidas de nexos. Sua militância estiola em uma espécie de trabalho de sísifo.

Para as gerações mais novas, tais manifestações da reificação, expressas na impossibilidade individualista da militância ou em sua realização adoecida, são condições imanente à política, e estão na raiz de seu abandono futuro. Eles reconheceram isso quando estudantes; tentaram, ora ou outra, reatar sentidos, recompor uma coerência há muito perdida.

Daí talvez venha por vezes a nostalgia daquilo que não viveram, a nostalgia quando ouvem histórias da Maria Antonia. Um tanto exagerada talvez, mas suficiente para insinuar as possibilidades dessa experiência totalizante de que se ressentem. Mas é triste ver, nos militantes mais velhos, que mesmo ter vivido aquilo tudo não lhes serve hoje de antídoto contra a reificação contemporânea. É necessário freqüentemente, para os mais novos, libertar-se da imagem atual dos mais velhos para poderem reencontrá-los no passado.

8. O pêndulo das gerações: notas finais sobre aquilo que nos *une*

Era para valer? (Elias)

Na época, para mim, era inconcebível que as lideranças do movimento estudantil passassem a fazer parte de partidos em que jamais votaria. (Yara)

Dois meses depois de ter sido eleito para o DCE, a gente recebe um convite ímpar, que deu dimensão do nosso poder.

Fomos convidados para almoçar com o vice-cônsul americano. Qual o assunto? Ele não diz. A gente vai. Era um americano descendente de japonês. Ele fez uma sabatina: perguntou o que a gente pensava dos Estados Unidos, o que pensava da política americana para a América Latina, o que pensava da política americana em relação ao Brasil, o que pensava do Reagan... Almoçamos durante duas horas. Ele traçou um perfil de quem éramos e do que pensávamos.

Ele já estava se despedindo. Eu fiquei com uma sensação estranha... O cara pergunta um monte de coisas, depois vira as costas e vai embora? Qual é? Pedimos a cópia dos acordos MEC-USAID, que ele ficou de entregar e nunca entregou. Falamos da possibilidade de intercâmbios, mas de fato nunca abriu a porta...

Aí, ele disse: “Alguém tem mais alguma pergunta?”. Respondi: “Eu tenbo. Queria saber qual o seu interesse em procurar os estudantes do DCE da USP”. Ele respondeu: “é simples; A gente sabe que dessa universidade, inclusive e principalmente do movimento estudantil, saem as novas direções deste país. Meu país tem interesse em saber o que pensam essas novas direções, porque nós pensamos a o longo prazo”. (Mário)

Estou em pleno final de Tese, em meados de 2007, e os estudantes da USP começam um movimento grevista impressionante. O mote central foi o decreto do governador do Estado de São Paulo que dispunha sobre a criação de uma Secretaria de Ensino Superior, além de outras medidas que interferiam na autonomia universitária, em especial nas decisões relativas à aplicação de recursos financeiros e contratação de docentes. Seu signatário, o ex-presidente da UNE, governador José Serra. O ápice da mobilização foi a ocupação da Reitoria da USP durante cerca de 50 dias.

Residindo em Salvador, pude acompanhar o movimento apenas pela imprensa, e por alguns e-mails do grupo de discussão dos alunos de pós-graduação do IPUSP. Em breve visita à São Paulo, conversei rapidamente com colegas mais novos e visitei a ocupação em seus últimos dias. Minhas colegas militantes disseram que na ocasião o prédio estava esvaziado. Mesmo assim, vi uma reunião com estudantes da FAU sobre extensão universitária, com cerca de 40 estudantes; em espaço próximo, um professor ministrava uma conferência sobre marxismo. Calculei

aproximadamente 150 pessoas no local, alunos espalhados pelo prédio, ocupados com tarefas de diferentes comissões: imprensa, alimentação, segurança, infra-estrutura etc.

Segundo me disseram, a mobilização estudantil era marcada por movimentos contraditórios. De um lado, na parte de fora da ocupação, o que me informavam sobre as assembleias não diferia muito daquilo que disseram meus depoentes em relação aos conchavos e disputas entre correntes e partidos de esquerda. De outro, dentro da ocupação da Reitoria, parecia haver um discurso e uma forma de organização que se pretendia autogestionária. Durante a conversa com minhas colegas, lembrei dos grupos anarquistas que cresceram no ME a partir do início dos anos 1980. Continuando a conversa, percebi que o movimento não era tão acéfalo como parecia, e que recebia apoio de diferentes movimentos e grupos políticos organizados.

Parece que os estudantes foram vitoriosos. Conseguiram obrigar o governador a assinar um ato declaratório afirmando a autonomia universitária e esclarecendo que o decreto não abarcava decisões financeiras ou contratação de docentes. Entre as reivindicações, destacava-se a contratação de mais professores e a abertura de discussões sobre o estatuto da USP.

Não tenho como falar mais desse movimento só com base nas notícias da imprensa e em uma apressada visita à ocupação. Mencionei o episódio apenas porque achei que vinha a calhar para essa última comparação temporal, para essas breves notas sobre o movimento estudantil presente.

Durante minha visita à ocupação, o que me convenceu a fazer isso foi também a quantidade significativa de cartazes e faixas com menções diversas a 68. Entre elas, uma em papel *craft*, pretenciosa: “sejamos realistas: *façamos* o impossível”.

Outras recordações não eram tão amigas, e uma em especial me chamou a atenção. Pouco antes das manifestações, José Serra comparecera a um evento da Polícia Militar, no qual fora fotografado empunhando um fuzil. A foto infeliz foi bem aproveitada pelos estudantes. Dentro da Reitoria, um grande cartaz amarelo a reproduzia, acompanhada dos dizeres: “Nada nos U.N.E.”.

Já aqui em Salvador, pensei nesse cartaz, na comparação do militante do passado com o político do presente, corriqueira nos enfrentamentos estudantis. Assim como os ocupantes de 2007, eu e meus colegas ficávamos perplexos com a aparente contradição entre o passado de um político e suas decisões. Nada que não acompanhemos na grande imprensa quando assistimos discursos de ex-integrantes da AP defendendo as privatizações, ou mesmo protagonizando iniciativas para ações repressivas contra os movimentos sociais. Também na universidade não é raro que, após ferrenho debate com um pró-reitor ou diretor de unidade que defenda as

fundações dentro da universidade, o militante descubra que seu opositor era, quando jovem, membro do PCB ou de outro grupo de esquerda. Atônito, questiona-se sobre como alguém que se referia à Ditadura como “entreguista” passou a adotar posturas semelhantes, adquirindo uma espécie de fé no capital privado difícil de compreender.

Assim, aos olhos do jovem militante, parece haver no mais velho um movimento pendular. E tanto maior é a curva que faz o pêndulo quanto mais radical nos parecia o discurso do militante quando jovem. Pergunta-se então o que aconteceu com parte dessa geração de militantes, com aqueles que nos antecederam nas mesmas universidades e espaços de formação política.

Inevitável supor limites matizados pela origem social. Em linguagem marxista, trata-se da velha afirmação de que são as condições dos sujeitos sociais que explicam suas idéias, sua posição nas relações de classe, e não o contrário.

O desdém que o político mais velho ou ex-militante por vezes demonstra em relação às posições de seu passado estudantil, seu câmbio extremo de direção, não pode ser explicado pela superação da perspectiva juvenil, senão pela supressão desta, de seus elementos centrais, mecanismo aparentemente necessário para a assunção dessa outra posição social. A perspectiva estudantil do passado não serve aqui como baliza para compreender o político e seu quadro referencial contemporâneo.

Desnecessário insistir no tema. A adesão burguesa e estereotipada ao ideário socialista é objeto de crítica desde longa data. Se há algo em comum entre o jovem de ontem e o político da atualidade é a política como sobrevôo: uma perspectiva que favoreceu no passado a adesão rápida e abstrata ao marxismo; e hoje, diluindo as distinções entre esquerda e direita, adere com a mesma facilidade ao neoliberalismo. Essa nova perspectiva, no campo político, esquiva-se de tomar posições mais contundentes e abertas nas lutas sociais. Sob o relativismo pós-moderno, medidas reacionárias são justificadas, encobertas por um novo arremedo discursivo, agora não tão bem disposto com os operários.

Enfim, essas são idéias que o militante jovem tem quando tenta compreender o destino de seus companheiros mais velhos. Não cabe prosseguir nesse caminho, que aqui não se mostra tão frutífero. E existe muito material a esse respeito, suficiente para uma severa crítica dos militantes e de suas posições políticas atuais, dos seus percursos da AP ao PSDB; do PCB ao PMDB; da Dissidência ao PT etc. Não entrevistei José Serra ou José Dirceu; não me prestei nesta pesquisa à observação e julgamento desses quadros políticos. Esses apontamentos severos, se os fiz, foi com mira nas gerações novas.

Seguindo os passos de Marialice Foracchi, somos convidados a refletir de maneira prospectiva, pensar nas fissuras que a perspectiva política estudantil ainda pode gerar em relação aos *destinos de classe* de seus agentes. Entre militantes do passado e do presente, há aqui mais coincidências que distinções. Certas posições assumidas pelos militantes mais velhos, aos olhos dos mais novos, soam como conservadoras, e de fato são. Tanto mais grave para nós, tanto mais difícil não procedermos de maneira maniqueísta e simplificadora, de deslocarmos algo que está em nós a um outro, forçadamente distanciado por referências temporais e abstratas.

Não podemos saber o tamanho do retorno do pêndulo para os mais novos. Se as experiências do passado foram extremas nesse sentido, nada garante que transformações paulatinas não sejam igualmente profundas e opostas aos discursos do presente. Militantes estudantis necessariamente deixam de ser estudantes, assumem posições de prestígio na sociedade; mais cedo ou mais tarde, trocam as sandálias de couro, adereço indispensável do famoso figurino *hippie de boutique*, e abotoam as roupas de sua classe de origem. Por mais inflamados que sejam nos estudantes os discursos socialistas, a sensação *revolucionária* dos momentos de mobilização, é preciso, como nos mostram as entrevistas, mais que isso para romper com esse destino.

Na verdade, a possibilidade de romper com aquilo que nos *une*, essa espécie de *comum destino* abastada entre jovens e velhos, pode ser encontrada tanto no passado como no presente. O que parece disruptivo na perspectiva dos militantes, da Maria Antonia a hoje, é a eventual superação da própria condição estudantil, de suas limitações categoriais e universitárias. Essa possibilidade beneficia-se necessariamente do contato com as classes pobres. Procurei indicar isso quando me referi aos poderes da humilhação social sobre os militantes. Caberia ao movimento estudantil atual aliar-se a outros movimentos sociais, transcender os limites da Reitoria, em que pesem as justas reivindicações na luta contra a deterioração neoliberal da universidade.

O que redime militantes do passado e do presente, aquilo que os *une* (agora em sentido positivo), portanto, é uma crítica intransigente à sua própria condição de classe e aos seus limites de categoria. Uma crítica acompanhada necessariamente da aproximação com outras classes e movimentos sociais.

À militância de esquerda deve corresponder uma indignação e um desejo de justiça que são intemporais. Quando esse sentimento é circunscrito no tempo e no espaço, a militância é frouxa e passageira, iguala-se a uma espécie de *hobby*. Os militantes podem rever seus pontos de vista, analisar de forma mais acurada conjunturas e propostas; mas aquele que se revoltou frente à

barbárie do nazismo necessariamente deve atualizar sua indignação quando acompanha as notícias da guerra no Iraque, ou a tortura de presos na base de Guantánamo.

É difícil saber se, em proporção, os militantes de hoje aproximam-se mais dos movimentos sociais do que seus antecessores. Com base neste estudo, qualquer conclusão a esse respeito é arriscada. Vimos que as pesquisas sobre juventude não são conclusivas a esse respeito. O que distinguia o militante dos anos 1960, como nos ensinou Foracchi, era terem esse potencial de superarem seus limites de classe enquanto categoria, ainda que freqüentemente mais em discurso e intenções do que em ações efetivas.

As entrevistas indicam uma tendência mais ou menos explícita, mais ou menos pronunciada, de retração nesse sentido, correspondente tanto a fatores de ordem política mais abrangente quanto a transformações na universidade e na própria condição estudantil. Evidentemente, essa dimensão mais ampla comunica-se com a pessoa, com sua integridade política e existencial. É o próprio desdobramento das perspectivas individuais em uma pertença coletiva que tem se tornado mais difícil. Essa tendência aparece em todos os campos em que a vida estudantil se lhe apresenta: seus espaços políticos, a cultura, seu curso de graduação, aquilo que sofreram. Mas sabemos que tendências não são como leis da física, e ora ou outra o movimento estudantil e os militantes nos surpreendem, dão *o ar da graça* revolucionária, ainda que de maneira dispersa no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS*

- ABRAMO, H. W. *Cenas Juvenis: Punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
- _____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 25-36, 1997.
- ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ADORNO, T. W. A indústria cultural. In: COHN, G. (org.). *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações de massa nessa sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1971. p. 287-401
- ARENDT, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- _____. *A Dignidade de Política: ensaios e conferências*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- _____. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP. *O controle ideológico da USP: 1964-1978*. São Paulo: ADUSP, 2004.
- BARBOSA, M. A. *Estudantes de classes pobres na universidade pública: um estudo de depoimentos em psicologia social*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2004.
- BENJAMIN, W. O Narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: _____. *Walter Benjamin: Obras Escolhidas*, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.
- BOBBIO, N. *Esquerda e direita: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- BOM MEIHY, J. C. S. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- BORON, A. (2004) Estudo introdutório: atualidade de Que fazer? In: LENIN, V. I. *Que fazer? A organização como sujeito político*. São Paulo: Martins Fontes, 1902/2006. p. 9-79.
- BOSI, A. Cultura como Tradição. In: BORNHEIM, G. (org.) *Cultura brasileira: tradição/contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. p. 39-58

* De acordo com: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023 – Informação e documentação: referência – elaboração. Rio de Janeiro: 2002.

- BOSI, E. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- _____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRAGA, L. Cooperifa, um “quilombo cultural”. In: *Brasil de Fato*. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br>>. Acesso em: 02 set. 2007.
- BRANCO, P. P. M. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 129-148.
- CARDOSO, I. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- CARLINNI-MARLAT, B. Jovens e drogas: saúde, política neoliberal e identidade jovem. In: ABRAMO H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 303-321.
- CARVALHO, M. C. R. G. *O trabalho e a sombra: investigação de aspectos perceptivos e simbólicos do trabalho com máquinas na linha de montagem*. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1990.
- CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- _____. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- COGGIOLA, O. *Universidade e ciência da crise global*. São Paulo: Xamã, 2001.
- COSTA, F. B. *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo, 2004.
- COSTA, J. F. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- DEBRAY, R. (1968). *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, 1980.
- DUBET, F. Les jeunes et des sociologies: le cas français. In: *Sociologie et sociétés*. Montreal, n. 28, v. 1, p. 23-35, 1996.
- FERNANDES, F. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- FIGUEIREDO, L. C. A militância como modo de vida: um capítulo na história dos (maus) costumes contemporâneos. *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo, n. 2., v. 1, p. 205-216, 1993.

- FORACCHI, M. M. (1965). *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- _____. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: EDUSP, 1972.
- FREDERICO, C. *Consciência Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1978.
- GARCIA, M. A. e VIEIRA, M. A. *Rebeldes e Contestadores: 1968 - Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- GASPARI, H. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOLDMANN, L. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GONÇALVES FILHO, J. M. *Humilhação e Memória: alguns elementos para o exame psicológico de um sofrimento político*. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1999.
- _____. Humilhação social: humilhação política. In: SOUZA, B. P. (org.) *Orientação à queixa escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 187-221.
- _____. Problemas de método em psicologia social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In: BOCK, A. M. B. (Org.) *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 193-239.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.
- GROPPO, L. A. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2005.
- GUIMARÃES, N. A. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO H. W. e BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 149-174.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- HOBBSAWM, E. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IANNI, O. O jovem radical. In: BRITTO, S. (org.) *Sociologia da juventude*. v. 1. São Paulo: Zahar, 1968. p. 225-242.
- KAFKA, F. (1914). *O processo*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.
- KOFFKA, K. (1935). *Princípios de psicologia da gestalt*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1975.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

- KRISCHKE, P. J. Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática. In: ABRAMO H. W. e BRANCO, P. P. M.; (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 323-350.
- LAPLANCHE, J. *A angústia*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- LASSANCE, A. Brasil: jovens de norte a sul. In: ABRAMO H. W. e BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 73-86.
- _____. *Vida e Morte em Psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. -B. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- LEITE, D. M. (1954). *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Ática, 1992.
- _____. (1958). *Psicologia e literatura*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- LEFEBVRE, H. et al. *A irrupção: a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos*. São Paulo: Documento, 1968.
- LENIN, V. I. (1902). *Que fazer? A organização como sujeito político*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LEWIN, K. *Teoria de Campo em Ciência Social*. São Paulo: Pioneira, 1951.
- LUKÁCS, G. (1923). *História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. M. *Mannheim*. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1982.
- MARTINS, L. Geração AI-5. In: *Ensaio de Opinião*. Rio de Janeiro, v. 2, p. 72-103, 1979.
- MARX, K. (1846). *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MEDINA, C. (org.) *1968-1988: Nos passos da rebeldia*. São Paulo: CJE/ECA/USP, 1989.
- MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 5/6, p. 5-14, 1997.
- MESQUITA, M. R. *Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade*. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.
- MESQUITA, M. R. *Juventude e movimento estudantil: o velho e o novo no movimento*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2002.

- MIR, L. *A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.
- MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 5/6, p. 134-150, 1997.
- MORTADA, S. P. Formação do psicólogo: experiências de militantes estudantis. In: *Psicologia: ciência e profissão*. Brasília, n. 3, p. 414-433, 2005.
- _____. *Memória e Política: um estudo de psicologia social a partir do depoimento de militantes estudantis*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.
- MÜXEL, A. Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem “rótulos”. In: *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 151-166, 1997.
- PATARRA, J. L. *Iara: reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- PATTO, M. H. S. *Exercícios de indignação: escritos de educação e psicologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- _____. *Mutações do cativo: exercícios de psicologia e política*. São Paulo: Hacker /EDUSP, 2000.
- _____. *Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- PAULA, J. A. *Lugar público*. São Paulo: Papagaio, 2005.
- _____. *PanAmérica*. São Paulo: Papagaio, 2001.
- PLEKHANOV, G. V. (1898). *O papel do indivíduo na história*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- POERNER, A. J. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- REIS FILHO, D. A. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- _____. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIBEIRO, M. A. *ENEP (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia): história e memória de um movimento*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1998.

- RIBEIRO NETO, A. Um laço que não une mais. In: *Desvios*, São Paulo, n. 4, p. 58-71, 1985.
- RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.
- ROCHA, L. C. *A prisão dos pobres*. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1994.
- _____. *Vidas presas: uma tentativa de compreender a tragédia da criminalidade junto a suas personagens oprimidas*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1984.
- ROMAGNOLI, L. H.; GONÇALVES, T. *Revista História Imediata: a volta da UNE*. n. 5 (edição especial). São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- SADER, E. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SADER, E. S. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, M. C. L. (org.) *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- SCHMIDT, J. P. *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- SILVA, F. L. Rua Maria Antonia. In: SANTOS, M. C. L. (org.) *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988. p. 132-136.
- SINGER, P. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO H. W. e BRANCO (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 27-35.
- SOUSA, J. T. P. *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- SPOSITO, M. P. Estudos sobre juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 37-52, 1997.
- TAPAJÓS, R. *Em câmara lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- TOURAINÉ, A. *Le Mouvement de mai: ou le communisme utopique*. Paris: Éditions du Seuil, 1968.
- VAZ, S. Periferia: crime... futebol... música... poesia? A arte moderna da periferia ou a antropofagia periférica. Entrevista para Danilo Siqueira Dara. *Brasil de Fato*, São Paulo, <<http://www.brasildefato.com.br>>. Acesso em: 22 ago. 2007.
- VENTURA, Z. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VENTURI, G.; BOKANY, V. Maiorias adaptadas, minorias progressistas. In: ABRAMO H. W. e BRANCO (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 351-368.

VIANNA, M. *Uma tempestade como a sua memória*. São Paulo: Record, 2004.

VIÉGAS, L. S. *Progressão continuada em uma perspectiva crítica em Psicologia Escolar: história, discurso oficial e vida diária escolar*. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade São Paulo. São Paulo. 2007.

WEIL, S. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. BOSI, E. (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

YOKOMISO, C. T. *Limites*. São Paulo: Cone Sul, 1998.

ŽIŽEK, S. O espectro da ideologia. In: _____. (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 7-38.

APÊNDICE: ROTEIRO DE ENTREVISTAS E SUA CONDUÇÃO

1. Descrição de procedimentos para utilização do roteiro

1 – Explicações acerca do caráter aberto e memorativo do encontro, bem como dos principais temas que procurava abarcar.

2 – Perguntas relativas ao cotidiano. Tratava-se de saber algo sobre de seu presente, seus dias, pontos e marcos referenciais do presente que certamente incidiriam no trabalho memorativo.

3 – A partir das perguntas sobre o surgimento do interesse pela política, o roteiro quase sempre deixou de ser seguido rigorosamente. O entrevistado trazia novos temas, punha-se a narrar acontecimentos posteriores, antecipava perguntas que eu faria em outro momento...

Observação: repare-se que *surgimento do interesse pela política, início da participação política e ingresso no movimento estudantil* constituem momentos diferentes, separados no roteiro. A atenção em relação à política precede a participação, que por sua vez, em geral, começa antes do ingresso na universidade. No bloco de questões que corresponde ao ingresso no movimento estudantil, há duas que se orientam para a relação específica entre psicologia e política. A primeira é direta, sobre o surgimento do interesse pela psicologia; e a segunda refere-se ao ingresso na universidade, às primeiras impressões do estudante ao se deparar com o ambiente do curso que escolheu. Esta pergunta, durante a pesquisa de Mestrado, mostrou-se importante; as respostas que provocou indicaram elementos importantes acerca dos impactos sentidos pelos jovens frente a colegas e à universidade. Por exemplo, contrastes e antagonismos sociais são freqüentemente indicados, trazidos com as lembranças dos primeiros contatos com colegas de outras classes sociais.

4 – Perguntas sobre o prosseguimento da participação política, convidando o militante a seguir por onde começou, adentrando livremente em suas lembranças. Depois, pode ser necessária nova orientação, a partir de perguntas suplementares mais específicas acerca de grupos, entidades, pessoas e estudos que perfizeram sua experiência nos tempos de graduação.

5 - Parte variável do roteiro, transformada para cada depoente de acordo com sua época. São marcos e temas históricos, separados de acordo com suas abrangências. Os que são precedidos por Ψ são referentes ao curso de psicologia; aqueles precedidos por M referem-se ao movimento estudantil; e aqueles precedidos por G são relativos ao contexto político geral, no Brasil e no mundo. Estão agrupados e ordenados de acordo com proximidades temporais e

contextuais. No roteiro apresentado, constam todos que organizei a partir de meus estudos e que me pareceram possíveis disparadores para a memória dos militantes.

Observação: o roteiro freqüentemente traz perguntas sobre pessoas e acontecimentos. Elas nem sempre foram necessárias, tendo em vista o caráter integrado que geralmente as lembranças adquirem: lugares, pessoas e acontecimentos compõem quadros referenciais que se apresentam de forma sintética nas narrativas. Tais perguntas foram feitas, geralmente, para dar nova oportunidade ao entrevistado de lembrar, partindo de outro caminho, seja um amigo, seja um acontecimento aparentemente menor em sua trajetória e que não figurou imediatamente entre aqueles mais impactantes e que foram prontamente evocados.

6 – Perguntas opinativas: a primeira enfoca a relação entre psicologia e política, e a segunda solicita uma caracterização do militante. Em geral, essas perguntas foram pertinentes, dando oportunidade para que o entrevistado sistematizasse apontamentos que havia apenas sugerido.

7 – Epílogo: encerra a entrevista, dando a última abertura para a fala do militante, seja no que concerne ao que foi perguntado, seja acerca de outros temas que deseje tratar. Cabe também a pergunta acerca da condução da entrevista, de importância metodológica.

Após cada encontro, registrei minhas impressões em um gravador, com objetivo tanto de fixar pontos de interpretação que me ocorreram como de refletir sobre os rumos da entrevista. Nesses momentos, expressei sentimentos, sensações, intuições, que em alguns casos deram pistas importantes para futuras hipóteses.

2. O roteiro

[nome do militante]

Explicações preliminares

Minha intenção, nesta entrevista, é ouvi-lo/ouvi-la sobre sua vida, suas experiências, especialmente sua experiência política no movimento estudantil.

Farei algumas perguntas para estimular e orientar sua memória. Vou pedir lembranças. Vou puxar pela sua memória, recolher lembranças suas. Vou pedir que você lembre experiências mais do que opine ou pense sobre elas; as opiniões, os pensamentos, os sentimentos creio que virão naturalmente.

O presente

Gostaria que você falasse um pouco do que faz hoje. Conte-me um pouco como são os seus dias, suas atividades, seu trabalho.

Nestes dias, nestas semanas, algo lhe chamou especialmente a atenção, algum episódio marcante e que você gostaria de contar?

O ingresso na política

Você lembra como surgiu seu interesse pela política? Como começaram suas vivências políticas e suas ações políticas, seu engajamento?

Você lembra algum episódio que tenha marcado este período?

Você lembra de seus companheiros neste período? Fale-me sobre eles. Conte algum episódio vivido por vocês e de que você se lembre.

O início da militância Estudantil

Antes de prosseguir com as lembranças da militância, gostaria que você me contasse como se formou seu interesse pela psicologia. Como foi se formando em sua vida a escolha da psicologia como profissão? Como foi surgindo seu interesse pela psicologia?

Você lembra de sua chegada à faculdade? Como foi seu primeiro contato com as pessoas, com o espaço, com as aulas?

Você lembra como foi o começo de sua participação política estudantil? Como você começou a participar da política na universidade?

Você lembra algum episódio que tenha marcado este período?

Você lembra de seus companheiros neste período? Fale-me sobre eles. Conte algum episódio vivido por vocês e de que você se lembre.

O prosseguimento da militância estudantil

Sua atividade de militante estudantil prosseguiu. Fale-me desse período em que prosseguiu sua experiência política, os primeiros meses e os anos seguintes, até os últimos anos de participação na política estudantil.

Você lembra algum episódio que tenha marcado este período?

Participação em grupos políticos

Você integrou algum grupo político ao longo da militância estudantil? Você lembra como foi seu ingresso nesse grupo?

Fale-me um pouco desse grupo e de sua atividade no movimento estudantil ou nos demais movimentos sociais, na universidade, na cidade.

Havia outros grupos além do seu? Como os grupos se relacionavam? Havia convergência, divergência? Você lembra algum episódio?

Participação em entidades estudantis

Você integrou alguma entidade estudantil ao longo da militância (CA, DCE, UEE, UNE)? lembra de seu ingresso nessa entidade?

Fale-me um pouco dessa entidade, de sua participação nela e da atividade dela no movimento estudantil, ou nos demais movimentos sociais.

Pessoas

Durante a militância estudantil, quem foram seus companheiros? Você pode falar sobre eles? Conte algum episódio vivido por vocês.

Houve companheiros ou adversários nos outros grupos políticos que atuavam ao lado do seu? Você lembra de alguém em especial? Pode falar um pouco sobre ele?

Houve, nessa época, algum professor em especial, ou professores, de quem você lembre? Você pode falar um pouco sobre eles?

Matérias da graduação, estudos da militância e outras leituras

Você lembra de disciplinas, de conteúdos, de aulas ou trabalhos que, durante a graduação, tiveram alguma relação com a sua militância?

Encontrei, nos arquivos do CAII, material indicando que eram formados grupos de estudo. Você participou de estudos relacionados à militância? O que estudavam? Você pode falar um pouco sobre esses grupos?

Você lembra de livros que você lia durante a época de militância? Lembra de algum livro ou autor em especial? Você pode me falar sobre ele?

Marcos políticos da época do depoente

Gostaria que você recordasse alguns acontecimentos de sua época que pesquisei em jornais, revistas, documentos e livros, dos quais você não falou.

Ψ: O Centrinho e o Grêmio dos Alunos da Maria Antonia;

Ψ: O Cursinho dos alunos da Maria Antonia;

Ψ: 1966: movimento dos excedentes, por mais vagas na faculdade;

M: Congressos da UNE;

M: Teatro Arena/CPCs;

M: 1962: greve estudantil por 1/3 de representação nos órgãos universitários;

G: PCB, PC do B, AP, POLOP e demais grupos políticos da época;

G: Relação com movimentos sociais e suas ações: movimento operário e por reforma agrária;

G: MEB: Movimento de Educação de Base;

G: Frente de Mobilização Popular (FMP);

G: Movimentos de guerrilha e revoluções na América Latina e no mundo;

G: 1961: Renúncia de Jânio Quadros / posse de João Goulart;

G: Governo Jango;

G: 1963: plebiscito de volta ao presidencialismo;

G: Reformas de base;

G: Comícios da época, pró-reformas;

G: 1964: Marchas da Família com Deus pela Liberdade;

G: 1964: o dia do Golpe – 1º de abril;

M: 1964: invasão da UnB/demais universidades;

M: invasões da polícia nas universidades e no CRUSP;

M: Leis repressivas sobre o ME: criação dos DAs/Lei Suplicy de Lacerda/1967: decreto 228, ou Lei Suplicy-Aragão. Decreto 477...

M: Acordos MEC-USAID e reforma universitária;

G: Show Opinião, peça Roda Viva.

M: 1968: morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, no Rio;

M: 1968: a batalha da Maria Antonia entre estudantes da USP e do Mackenzie;

M: 1968: Congresso da UNE;

G: 1968: AI-5;

M: grupos de luta armada e suas ações: ALN, MR-8, VPR, MOLIPO, PCBR etc.

M: O CCC;

M: Vinda dos estudantes da Maria Antonia para a Cidade Universitária;

Ψ: Criação do IPUSP;

M: LIBELU, Viração, Caminhando, Refazendo, Organizar a Luta e demais tendências estudantis de meados dos anos 1970;

M: 1973: morte de Alexandre Vannucchi Leme;

G: Eleições de 1974, campanha pelo voto nulo;

M: Lei do jubramento;

M: DCE e UNE clandestinos;

Ψ: EREPs e ENEPs;

G: 1974-1979: campanha pela Anistia;

G: CDPP (Comitê de Defesa dos Presos Políticos);

G: 1975: assassinato de Vladimir Herzog;

M: CCA da USP, tentativas de rearticulação do ME;

M:1975: greves nas universidades brasileiras. Na USP, greve da ECA;

M: 1975: reconstrução do DCE da USP;

M: 1976: I e II ENE (Encontro Nacional dos Estudantes);

M: Vinda de Foucault à USP;

M: 1977: volta das passeatas estudantis;

Tema: Militância e Psicologia

Em nosso estudo, refletimos sobre a possível incompatibilidade entre psicologia e política; ou sobre algo singular, característico de militantes estudantes de psicologia. Gostaria de saber se você percebe, ou percebia, relação entre sua participação política, seu engajamento, e seu vínculo com a psicologia. De que forma essas duas esferas estavam presentes – e talvez relacionadas – para você?

Tema: Caracterização do militante

Pensando em nosso percurso até o momento, naquilo que você tem lembrado durante a entrevista e que diz respeito à sua militância, gostaria de saber como você caracteriza um militante. O que, para você, define uma pessoa como militante?

Epílogo

Terminamos nossa entrevista. Há algo que você gostaria de dizer, além do que já conversamos? Algo que você considera importante e que não falou durante a entrevista?

Você gostaria de dizer algo sobre nossa entrevista? Sobre esta experiência de haver lembrado?